JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Apiacás 4
Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Canarana 7
Câmara Municipal de Nova Guarita 7
Camara Municipal de Poconé 7
Camara Municipal de Santa Cruz do Xingu 11
Camara Municipal de Tangará da Serra 13
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 13
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 14
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 14
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 16
Prefeitura Municipal de Água Boa 16
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 17
Prefeitura Municipal de Alto Garças 17
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 21
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 24
Prefeitura Municipal de Apiacás 32
Prefeitura Municipal de Araguaiana 60
Prefeitura Municipal de Araguainha 60
Prefeitura Municipal de Araputanga 61
Prefeitura Municipal de Arenápolis 62
Prefeitura Municipal de Aripuanã 69
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 74
Prefeitura Municipal de Cáceres 75
Prefeitura Municipal de Campinápolis 84
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 84
Prefeitura Municipal de Campo Verde 85
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 90
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 97
Prefeitura Municipal de Canarana 116
Prefeitura Municipal de Castanheira 117
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 118
Prefeitura Municipal de Cláudia 118
Prefeitura Municipal de Cocalinho 138
Prefeitura Municipal de Colíder 139
Prefeitura Municipal de Colniza 157
Prefeitura Municipal de Comodoro 159
Prefeitura Municipal de Confresa 161
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 177
Prefeitura Municipal de Curvelândia 178
Prefeitura Municipal de Diamantino 178
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 180
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 184
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 185
Prefeitura Municipal de General Carneiro 187
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 187
Prefeitura Municipal de Indiavaí 194
Prefeitura Municipal de Itanhangá 194
Prefeitura Municipal de Itiquira 194
Prefeitura Municipal de Jaciara 196
Prefeitura Municipal de Jangada 197

Prefeitura Municipal de Jauru 197
Prefeitura Municipal de Juara 229
Prefeitura Municipal de Juruena 234
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 240
Prefeitura Municipal de Luciara 241
Prefeitura Municipal de Marcelândia 241
Prefeitura Municipal de Matupá 245
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 247
Prefeitura Municipal de Nobres 251
Prefeitura Municipal de Nortelândia 265
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 266
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 270
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 271
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 271
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 274
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 274
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 274
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 276
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 277
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 277
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 283
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 284
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 284
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 312
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 313
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 314
Prefeitura Municipal de Paranatinga 317
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 319
Prefeitura Municipal de Poconé 321
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 321
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 321
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 322
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 324
Prefeitura Municipal de Poxoréu 325
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 326
Prefeitura Municipal de Rondolândia 328
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 341
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 342
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 343
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 344
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 344
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 345
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 351
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 351
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 353
Prefeitura Municipal de São José do Povo 354
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 355
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 358
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 362
Prefeitura Municipal de Tabaporã 363
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 366
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 367
Prefeitura Municipal de Tesouro 368
Prefeitura Municipal de União do Sul 370
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 396
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 397
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 406
Prefeitura Municipal de Vila Rica 412

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
ATA N.º 005, DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA DIA 03/04/2020.

ATA N.º 005, DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA DIA 03/04/2020.

Às dezenove horas do dia três de abril do ano de dois mil e vinte na Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os senhores vereadores: – Leilson Balduíno Feitosa - Presidente, Caroline Alvares Costa Torres- vice Presidente, Aldair José dos Santos – 1º Secretário, Pedro Rocha Castro Filho – 2º Secretário, e demais Vereadores: José Carlos Teschi, Sedival Araújo, Regina Pizolli da Silva, José Eder da Luz e Valdomiro Nunes Bernardes, para deliberarem a respeito das matérias constantes na pauta do dia. De início o Sr. Presidente, declarou aberta a sessão dando as boas-vindas aos presentes e em seguida passou à leitura da Bíblia, em seguida o senhor presidente passou para as leituras das matérias do pequeno expediente**. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 001/2020, QUE TRATA DO JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS - Estado de Mato Grosso, REFERENE AO EXERCICIO 2018, ENCAMINHANDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS POR MEIO DO OFICIO N° 77/2020/GABPRES, PROCESSO N° 16.764-9/2018.** Não havendo mais matérias para leitura passa para votação das matérias na Ordem do dia colocando em votação. **Votação DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 001/2020, REFERENTE As Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, relativas ao Exercício de 2018, EM DISCUSSÃO.** Com o uso da palavra overeador **Pedro Rocha Castro Filho** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite, eu como presidente da comissão juntamente com o Presidente da Camara e outros vereadores ressalto que vi todas as contas anuais que veio melhor que a do ano passado viram tudo e com responsabilidade pois é o município que está em jogo. Em seguida o Presidente Leilson Balduino Feitosa **ressaltou aos nobres colegas que as contas de governo referente ao exercício do ano de 2018, obteve parecer prévio favorável do tribunal de contas do estado de mato grosso, bem como pareceres favoráveis pelas Comissões de Justiça e Finança e Orçamento do Parlamento Municipal. Sem mais nada para ser discutido, e considerando a soberania do Parlamento Municipal, coloco em votação. Peço Ao Vereador José Caros Teschi dirija a tribuna para dar seu voto.** O Vereador **José Carlos Teschi** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite, Presidente e nobres companheiros e aos demais presente e a todos ouvintes. Falou que hoje vão votar as contas anuais de 2018. Favorável sem nenhum apontamento eu digo sim. E assim encerrou. **Peço Ao Vereador Valdomiro Nunes Bernardes dirija a tribuna para dar seu voto.** O Vereador **Valdomiro Nunes Bernardes** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite, presidente nobres companheiro e a todos presente e a imprensa, falou que vão votar as contas do prefeito que veio referente ao ano de 2018, que analisou e que está bem melhor que a do ano anterior e da seu voto sim. **Peço Ao Vereador Sedival Araújo dirija a tribuna para dar seu voto.** O vereador **Sedival Araújo** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite, Presidente e aos demais companheiros, como Pedro Rocha Castro Filho falou que visualizou as contas e está tudo certinho parabenizou prefeito que meio a tanta coisa errada que a gente vê no nosso pais e a prestação de contas está tudo certinho então votou favorável. **Peço Ao Vereador José Eder da Luz dirija a tribuna para dar seu voto.** O vereador **José Eder da Luz** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite, presidente e nobres companheiros aos demais presentes e aos ouvintes, falou que vai dar seu voto depois que viu as contas desse ano que veio melhor pois a do ano passado teve bastante reclamações e o prefeito deve ter acatado as reclamações e não tem como votar o contrário e assim votou favorável. **Peço A Vereadora Regina Pizolli da Silva dirija a tribuna para dar seu voto.** A Vereadora **Regina Pizolli da Silva** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite, presidente vice presidente nobres vereadores aos demais presente e aos ouvintes falou que vota favorável que o trabalho que todos em equipe vem fazendo, esse ano veio com menos apontamento e fica muito feliz com isso pois que eles fazem parte da administração e por isso vota favorável. **Peço Ao Vereador Pedro Rocha Castro Filho dirija a tribuna para dar seu voto.** O Vereador **Pedro Rocha Castro Filho** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite a todos falou que deixou claro que vão votar só a contas do prefeito que veio a câmara e vota favorável, ano passado a gente viu alguns apontamentos mas falou pra ele pra aprimorar para próximo ano e a gente tem que trabalhar e política com muitas responsabilidades para o que deve ser feito para que a sociedade, que fiscalizam o prefeito que viu em uma parte que dá a oportunidade de 30% e o certo é dialoga para ver e fazer tudo certinho e vota sim para as contas do prefeito e assim encerrou. **Peço Ao Vereador Aldair José dos Santos dirija a tribuna para dar seu voto**. O Vereador **Aldair José dos Santos** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite a todos presente falou que vai votar as contas do prefeito, parabenizou toda a sua equipe que veio as conta aprovadas com a mais alta índice de baixa do recurso do município sem nenhum apontamento gravíssimo ta de parabéns toda equipe e assim encerrou. **Peço A Vereadora Caroline Alvares Costa dirija a tribuna para dar seu voto**. A vereadora **Caroline Alvares Costa** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite, presidente e aos nobres companheiros em relação as contas falou que também é favorável parabenizou todos funcionários que contribuem para que não haja apontamento parabenizou ao prefeito primeira dama e finalizou que graças a Deus está tudo bem. **Peço que a Vice-Presidente que assuma minha cadeira para que eu dirija a tribuna para dar meu voto**. O vereador **Leilson Balduíno Feitosa** iniciou sua fala cumprimentando a todos com boa noite, falou também que parabeniza quem faz parte das comissões, que estiveram analisando, que estiveram mais de cinquenta dias revisando as contas quem tem mais de duas mil páginas e que analisaram muito bem e com responsabilidade por mais que muitos lá fora falam que politicagem mas que legislam com responsabilidade e que tem certeza que a votação não seria diferente que todos vereadores agem com responsabilidade. E deu voto favorável para contas anuais de exercício de 2018. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 001/2020, DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS - Estado de Mato Grosso, REFERENE AO EXERCICIO 2018, APROVADO POR UNANIMIDADE.**

Não havendo mais interessados em usar a palavra e nenhum assunto a ser deliberado, a Sra. Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão.

Apiacás, 03 de Abril de 2020.

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
ATA

Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso. Da eleição e posse ao Cargo de Presidente e 1º Secretário da Câmara Municipal de Araputanga/MT.

As 14:00 (quatorze horas) do dia 15 (dezoito) de Abril do ano de 2020 (dois mil e vinte), na sede do Poder Legislativo de Araputanga, plenário Romeu Furlan, sito à rua Limiro Rosa Pereira nº 635, e se fizeram presente os seguintes vereadores; Shiguemitu Sato , Zé do Gezo, Diego Soares da Silva, Gilmar Ferreira Soares, Joilson Nunes Barros, Abadia de Moura Moraes, Oswaldo Alvarez de Campos Júnior, Jocelino Ferreira da Silva, Seixas e Sandra Lopes Ferreira. Não se fez presente o Vereador Ilídio da Silva Neto (ausência justificada). Sob a Presidência do Vereador Shiguemitu Sato (Presidente em substituição legal) face ao pedido de renúncia do Presidente anterior Ilídio da Silva Neto. Assim o Presidente em substituição vereador Shiguemitu Sato, abriu a sessão, **pronunciando; "Em nome da Liberdade e da Democracia, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária". Solicitou a todos que ficassem de pé e convidou o Vereador Seixas para fazer a leitura da Bíblia**

sagrada. Logo após convocou o vereador Oswaldo Alvarez de Campos Junior, para assumir os trabalhos da 1ª Secretaria. Composta a Mesa Diretora, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que fizesse a leitura da Ordem do Dia, que constava as seguintes matérias; Leitura do pedido de renúncia do vereador Ilídio da Silva Neto, ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, nos termos do Artigo 25, Inciso IV do Regimento Interno, datado em 07 de Abril do corrente ano. Leitura dos Requerimentos de inscrição de candidatos ao cargo de Presidente e 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Araputanga/MT. Em seguida o Presidente suspendeu a presente sessão por 05 (cinco) minutos para preparação da eleição. Após cumprido o prazo, o Presidente reabriu a Sessão, e convidou os vereadores Diego Soares da Silva e Seixas para serem os escrutinadores e que conferissem as 10(dez) cédulas de votação para presidente e as10(dez) cédulas de votação para 1º Secretário, e que ambos assinassem no verso das mesmas. Em seguida o Presidente convocou os vereadores nominalmente em ordem alfabética para exercer o direito e o dever dos votos, logo o Presidente Shiguemitu Sato pediu licença de suas funções para exercer o direito dos votos. Voltando a assumir o seu lugar o Presidente convidou os vereadores escrutinadores para fazerem a contagem e a divulgação dos votos. Em seguida foi declarado o seguinte resultado: sendo; 09 (nove) votos favorável e 01 (um) voto contrário para o cargo de Presidente, 09 (nove) votos favorável e 01 (um) voto contrário para o cargo de 1º Secretário. Logo o Presidente em substituição legal Shiguemitu Sato declarou "em nome do povo que esta Augusta Casa de Leis, representa e no uso das prerrogativas constitucionais, declaro empossado o vereador Jocelino Ferreira da Silva, para o cargo de Presidente e o vereador Joilson Nunes Barros, para o cargo de 1º Secretário, e que os demais cargos da Mesa Diretora permanecem inalterados; Mesa Diretora na qual regerá os trabalhos restantes do ano de 2020". E logo convidou os membros recém empossados, para tomarem seus devidos assentos na Mesa. Em seguida foi solicitado a leitura do Termo de Posse. Em ato contínuo o Presidente empossado Jocelino Ferreira da Silva, nome parlamentar Jocelino da Ótica, agradeceu a presença de todos e deixou a palavra em aberto, onde os vereadores fizeram suas considerações finais. E não havendo nada mais a ser tratado o Presidente declarou encerrada a presente Sessão Extraordinária. E eu Vereador Joilson Nunes Barros, 1º Secretário, redigi e transcrevi a presente Ata que após lida será colocada em apreciação e votação, se aprovada será assinada por mim e pelos demais membros deste Legislativo.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 08/2020

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA.

JOCELINO FERREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, passa a ser composta pelos seguintes vereadores:

PRESIDENTE: Luiz Gonçalves de Seixas Filho

VICE-PRESIDENTE: Gilmar Ferreira Soares

MEMBRO: José Vicente de Carvalho

Art. 2º - A Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, passa a ser composta pelos seguintes vereadores:

PRESIDENTE: Shiguemitu Sato

VICE-PRESIDENTE: Oswaldo Alvares de Campos Junior

MEMBRO: Luiz Gonçalves de Seixas Filho

Art. 3º - A Comissão de Desenvolvimento Urbano passa a ser composta pelos seguintes vereadores:

PRESIDENTE: Diego Soares da Silva

VICE-PRESIDENTE: Gilmar Ferreira Soares

MEMBRO: Shiguemitu Sato

Art. 4º - A Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Defesa do Consumidor passa a ser composta pelos seguintes vereadores;

PRESIDENTE: José Vicente de Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Diego Soares da Silva

MEMBRO: Oswaldo Alvarez de Campos Junior

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 04/2019.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, em 23 de abril de 2020.

Jocelino Ferreira da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO N° 01 DE 22 DE ABRIL DE 2020

"***Susta o Decreto Municipal n° 188, de 09 de abril de 2020, que determina a suspensão dos contratos temporários decorrentes da Lei n.º 1.931/2005, firmados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências."***

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *tendo em vista as prerrogativas legais e regimentais, faz saber que este Poder Legislativo Municipal aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo.*

DECRETA:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal de 1988, c/c o inciso XXIV, do artigo 25, da Lei Orgânica Municipal, o **Decreto Municipal n° 188, de 09 de abril de 2020**, que determina a suspensão dos contratos temporários decorrentes da Lei n.º 1.931/2005, firmados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 22 de abril de 2020.

Rubens Macedo

Presidente

Wagner Sales do Couto

Vice-presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

Elza Basto Pereira

2º Secretário

Domingos Oliveira dos Santos

Tesoureiro

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADESÃO (CARONA) Nº 01/2020.

Interessado: Câmara Municipal de Cáceres/MT.

Protocolo nº. 0862 de 24 de março de 2020.

Processo Administrativo n° 034/2020.

Processo Licitatório n° 012/2020.

Modalidade: Adesão de Ata de Registro de Preço Nº 01/2020 (Pregão Presencial)

Especificaçãodo Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preço n° 058/2019, proveniente do Pregão Presencial n° 053/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, cujo objeto é o Registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, EVENTOS E CAMPANHAS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DE RÁDIO, TELEVISÃO, JORNAL, SONORIZAÇÃO, CARRO E MOTO SOM, atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

Fundamento: Lei nº 10.520/2020, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 8.250/2014, Decreto nº 9.488/2018.

Despesa Orçamentária:

Código da Ficha	**Órgão**	**Unidade**	**Dotação Orçamentária:**	**Outros Serv. Terceiros**
23	01	01	01.031.1001.2003.0000	3.3.90.39.00
Empresa Contratada [CNPJ]:				
OKL Soluções em Marketing e Serviços LTDA-ME. [17.617.260/0001-03]				
Valor Total:	R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)			

A Comissão Permanente de Licitação – C.P.L., nomeada pela Portaria nº 213/2019, ADJUDICA a presente Adesão (Carona).

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 22 de abril de 2020.

JOEL XAVIER DO NASCIMENTO

Presidente da C.P.L

JEFFERSON BLUN

Membro da C.P.L

MARIA CÉLIA DA SILVA BORIM

Membro da C.P.L

Cumpridas todas as formalidades legais, conforme Parecer Setor Jurídico nº 56/2020 e atendidas as recomendações do Parecer nº 006/2020 – Unidade de Controle Interno,**HOMOLOGO** a decisão ao vencedor, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas ao setor competente para que proceda na forma dos arts. 60 e seguintes, da Lei federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 22 de abril de 2020.

RUBENS MACEDO

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/20

EXCLUSIVO À MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, E TROCA DE GÁS R22 E R410 EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, PARA ATENDER NAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT."

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

MODO DE DISPUTA: MODO ABERTO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DECRETO FEDERAL N° 10.024/19, LEI FEDERAL N° 10.520/02, DECRETO MUNICIPAL Nº.157/19, LEI FEDERAL N° 8.666/93.

PROCESSO: PROCESSO ADMINISTRATIVO 067/19, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020.

INFORMAÇÕES: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

TELEFONE: (65) 3223-1707

E-MAIL: cpl.pregao@caceres.mt.leg.br

HORÁRIO: 07 HORAS ÀS 13 HORAS

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: ÀS 12:00 HORAS DO DIA 24/04/2020

FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: ÀS 12:00 HORAS DO DIA 08/05/2020

INÍCIO DA DISPUTA: 08/05/2020 AS 15:00 HORAS

LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"

EDITAL DISPONÍVEL NO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES PELO LINK https://www.caceres.mt.leg.br/ E NA PLATAFORMA http://bll.org.br/.

OBS: SALVO RESSALVA EXPRESSA, OS HORÁRIOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL OBSERVARÃO O HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF)

CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA

Pregoeiro Oficial

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 003/2019

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

Contratado: KÛARA COMERCIO DE SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.553.244/0001-18.

Objeto: prorrogar o prazo do contrato nº 003/2019 pelo prazo de 60 dias a contar do dia 17/04/2020.

Fundamento Legal: embasamento legal no art. 57, § 1° inciso II, III e VI da Lei nº. 8.666/93.

Vigência: 18/06/2020

Gilmar Miranda de Almeida

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2020/CMNG - CONCURSO

EXTRATO DE CONTRATO

Em Conformidade com o Art. 61 Parágrafo Único da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, a Câmara Muncipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, torna público;

CONTRATO Nº. 005/2020/CMNG

PRAZO: Início: 23/04/2020 – Final 21/08/2020

VALOR GLOBAL: R$ 7.000,00 (sete mil reais)

FORMA DE PAGAMENTO: 40% (quarenta por cento) quando da publicação do edital;

40% (quarenta por cento), após o término das inscrições; 20% (vinte por cento), após o resultado final.

CONTRATADO: **WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS – ME (W2 AUDITORES E CONSULTORES) - CNPJ nº 71.358.766/0001-90.**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em Consultoria, Organização e Execução de Concurso Público de Provas e/ou Provas e Títulos para provimento de cargos efetivos pertencentes ao quadro de servidores da Câmara Municipal de Nova Guarita.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.031.0017.1003-339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.

Nova Guarita – MT, 23 de abril de 2020

Karine Grunevald

Presidente

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se.

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PARECER Nº 009-CJEF-2020

COMISSÃO DE JUSTIÇA, ECONOMIA E FINANÇAS.

Assunto:

ANÁLISE E PARECER SOBRE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2018.

PROCESSO Nº. 16.753-3/2018 – TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO - PARECER PRÉVIO N°. 130/2019 – TP.

PARECER Nº 009 CJEF/2020.

Relator: Vereador Itamar Lourenço da Silva, PSB.

I – Relatório:

O processo n.º 16.753-3/2018, ora em análise trata-se das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Poconé – MT, relativas ao exercício de 2018, gestão do Prefeito Municipal Atail Marques do Amaral.

A Câmara Municipal de Poconé-MT, recebeu em 12 de fevereiro deste ano as contas, com o parecer prévio contrário nº 130/2019-TP do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

O referido parecer foi lido em Plenário na 129ª Sessão Ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2020, e despachada a Comissão de Justiça, Economia e Finanças, consoante art. 209 parágrafos primeiro e segundo da Resolução nº 202/1990 Regimento Interno desta Casa de Leis, através do OF. CM. Nº 006/2020 datado de 18 de fevereiro de 2020. Fui designado o Relator das contas pelo o OF. CJEF. Nº 004/2018 datado de 18 de fevereiro de 2020.

Em 12 de março de 2020, pelo Ofício CM. N.º 012/2020 e Ofício CJEF. N.º 010/2020 a Comissão de Justiça, Economia e Finanças e este Relator foram comunicados que na 132ª Sessão Ordinária realizada no dia 10 de março de 2020, foi aprovado pelos Vereadores o Requerimento n.º 001/2020, de iniciativa de membros da Mesa Diretora, suspendendo a tramitação e julgamento do Processo n.º 16.753-3/2018, na Câmara Municipal, com eficácia até posterior comunicação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso acerca do resultado final do Pedido de Revisão do Parecer Prévio TCE-MT Nº 130/2019-TP, solicitado pelo Prefeito Municipal junto ao TCE-MT, no dia 18 de fevereiro de 2020 – Protocolo n.º 29610-D. Foram comunicados também a respeito da suspensão da tramitação do Processo n.º 16.753-3/2018, o senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal (Ofício CM. n.º 158/2020) e o Presidente do Egrégio Tribunal de Contas Conselheiro Guilherme Maluf (Ofício CM. n.º 061/2020).

Considerando que até o dia 17 de abril de 2020, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso não ter comunicado a Câmara Municipal sobre nenhum resultado acerca do pedido de Revisão do Parecer Prévio, os membros da Mesa Diretora submete a deliberação do Plenário o Requerimento n.º 002/2020, requerendo a revogação do Requerimento n.º 001/2020, que suspendeu a tramitação do processo n.º 16.753-3/2018 na Câmara Municipal, deliberado por unanimidade na 136ª Sessão Ordinária, pelo ofício CM. N.º 018/2020 e ofício CJEF Nº 016/2020, é solicitado a Comissão de Justiça, Economia e Finanças que conclua com urgência análise e parecer sobre o Processo n.º 16.753-3/2018, para que as Contas Anuais sejam submetidas a julgamento do soberano Plenário, em atendimento ao disposto no Art. 210, III, da Constituição Estadual.

Depois de analisar detidamente os Autos do Processo n°. 16.753-3/2018, que diz respeito às Contas Anuais de Governo do Exercício de 2018 da Prefeitura de Poconé/MT, restou-se preferido o Parecer Prévio nº. 130/2019 – TP nos seguintes termos:

"Resumo: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2018. PARECER PRÉVIO CONTRÁ-

RIO À APROVAÇÃO. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE LEVANTAMENTO. REPRESENTAÇÃO PELA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO MUNICÍPIO. COMUNICAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL".

Deste modo, cumpre a esta Comissão analisar tal conclusão e proferir o parecer com o fito de subsidiar sua análise pelo Poder Legislativo Municipal, para cumprimento do disposto no § 2º do Art. 31 da Constituição Federal, dos incisos II e III do Art. 210 da Constituição do Estado e do Art. 181 da Resolução nº. 14/2007 do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

Pois bem.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que para fundamentar a prolação de voto condutor do Parecer Prévio n°. 130/2019 – TP, assim se posicionou o Eminente Conselheiro Relator João Batista de Camargo Junior:

"(...) 103. Desse modo, como o Chefe do Poder Executivo de Poconé não encaminhou ao TCE/MT, via Sistema Aplic, as Contas Anuais Consolidadas de Governo do exercício de 2018, mantenho a irregularidade (MB 02), em razão da violação do art. 70, parágrafo único, da CF/1988, bem como dos arts. 208 e 209 da Constituição Estadual e do desrespeito à Resolução Normativa nº 36/2012 - TCE/MT.

104. Por fim, é evidente que a hipótese dos autos caracteriza a omissão no dever de prestar contas, uma vez que não pode ser suprida pela apresentação das contas fora do prazo fixado e em forma diversa da estabelecida normativamente, o que compromete o regular desempenho da missão constitucional desta Corte de Contas de proceder à avaliação técnica das contas anuais de governo do Município de Poconé por meio do exercício das atividades de controle externo. (...)".

Portanto,no caso em exame, a "**ausência de encaminhamento da prestação de contas anuais consolidada do município ao TCE/MT, por meio do sistema Aplic"** deu ensejo a emissão de PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Poconé, Exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Atail Marques do Amaral.

Ocorre, pois, que tal posicionamento fere de maneira incontroversa o princípio da anterioridade da norma, da segurança jurídica e da isonomia.

No primeiro aspecto, cumpre relembrar como posicionou-se o Conselheiro Guilherme Antônio Maluf quando da prolação de voto-vista nos Autos do Processo n°. 17.265-0/2017, que tratou das Contas Anuais de Governo de Chapada dos Guimarães, Exercício de 2017:

"(...) Antes da edição da Resolução Normativa n. 01/2019, não se sabia ao certo até que momento a prestação de contas apresentada em atraso seria considerada ou não por esta Corte.

A partir dela, definiu-se que a prestação de contas encaminhada após a emissão de Relatório Conclusivo pela Secretaria de Controle Externo ensejará, desde logo, emissão de parecer prévio contrário (artigo 4º, § 5º) e serão analisadas posteriormente, em processo de Levantamento (artigo 4º, § 7º).

Contudo, a exposição dos motivos da referida resolução deixa claro que tal entendimento apenas foi consolidado no ano de 2019, após a integral regularização dos envios pela gestora.

Vejamos:

Considerando que a atual proposta materializa o entendimento firmado desde o ano de 2018 pelo Tribunal Pleno acerca do tema; e,

Considerando que a proposta de Resolução Normativa foi apresentada na reunião do Colegiado de Membros de 17/04/2019, encaminhada a todos os Conselheiros e Procuradores de Contas em 24/04/2019, mediante CI nº 156/2019/Segecex e validada na reunião do Colegiado de Membros ocorrida em 15/05/2019;

RESOLVE: (...)

Portanto, em que pese existir hoje, normativo que fixou marco temporal objetivo para definir a partir de que momento as contas encaminhadas a destempo não serão analisadas para emissão de parecer prévio, considero desarrazoado aplicar tal entendimento aos fatos pretéritos analisados nestes autos, pois os atrasos são do ano de 2017 e a regularização dos envios ao Sistema Aplic foi concluída antes da referida norma entrar em vigor.

Há que se honrar a confiança depositada pelos gestores no posicionamento adotado por este Tribunal à época da ocorrência dos fatos e respeitar a instrução consagrada no artigo 23 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro - LINDB, que diz:

(...)

Tratar atrasos no envio das contas de governo como absolutamente insanáveis, parece-me uma postura tão arrojada, que sequer encontra amparo na novíssima Resolução Normativa, pois esta prevê nova análise pela equipe técnica, quando o envio ocorra entre a emissão de relatório técnico preliminar e a manifestação conclusiva da Secretaria de Controle Externo.

(...)

Compulsando os autos, constata-se a existência do ofício do Secretário de Finanças da Prefeitura, protocolado neste Tribunal em abril de 2017, relatando problemas no Sigesp para o fechamento do balanço geral de 2016, porque a equipe coordenadora do Sigesp não estava priorizando a parametrização dos lançamentos para fechamento das contas nem cumprindo os prazos combinados em reunião. Ademais, a solicitação de acesso aos dados do Sigesp, para realizar a conversão para o sistema utilizado pela prefeitura para alimentação do Aplic, apenas foi disponibilizado à gestora, pelas equipes técnicas deste Tribunal, no dia 13 de novembro de 2017 (fls. 3 e 7 do Doc. n. 152335/18).

Ademais, os problemas e dificuldades causados pelo Sigesp na alimentação do Sistema Aplic são notórios, tendo sido reconhecidos por esta Corte em diversos julgados.

(...)

Consoante o artigo 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na interpretação de normas sobre gestão pública, há que se considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, e devem ser consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente:

(...)

Por esses motivos, considero que, neste caso, os atrasos na alimentação do Aplic decorreram de fatos de terceiros alheios à vontade da gestora, consistentes nos atrasos deixados pela gestão anterior, nos problemas técnicos com o sistema Sigesp e pela demora das equipes deste Tribunal em solucioná-los.

Verifico que, além de não ter permanecido inerte e alheia aos atrasos, protocolando requerimentos e relatando as dificuldades enfrentadas, a gestora também demonstrou, a meu ver, boa-fé ao encaminhar, espontaneamente, os respectivos documentos físicos enquanto os problemas técnicos não fossem solucionados, comprometendo-se perante esta Corte com seu conteúdo.

(...)

Verifico que a gestora encaminhou as contas em meio físico dia 06-09-2018 (Protocolo n. 175958/2018). Contudo, o envio dos documentos por meio físico também não foi aceito.

Todavia, pela análise deste caso, percebo que a gestora não alegou que suas contas foram prestadas a contento com o envio, tão somente, dos documentos físicos. Pelo contrário, reconheceu a ocorrência

dos atrasos no Aplic, solicitou auxílio desta Corte quanto ao sistema e, após o Tribunal ter disponibilizado o acesso, começou a encaminhar os dados eletronicamente, conseguindo concluir os envios antes do término do ano.

Ademais, em memoriais apresentados a esta Corte, a gestora fez questão de salientar que à época dos fatos, havia entendimento indicando que a apresentação das contas pelo meio físico poderia suprir, de algum modo, a omissão do envio ao sistema Aplic.

(...)

Em suma, entendo que o depósito das contas em meio físico seguida pela regularização das cargas do Aplic caracteriza boa-fé e afasta a alegação de que as informações foram omitidas, pois, foram protocoladas nos autos, momento em que a gestora se comprometeu com relação ao seu conteúdo. Ademais, embora exija um trabalho mais árduo dos auditores deste Tribunal, não o impede.

(...)

Diante do exposto, em divergência do Conselheiro Relator e do Parecer Ministerial n. 2292/2019, VOTO no sentido de que as contas sejam consideradas prestadas e seu conteúdo analisado para a emissão do parecer prévio, a fim de que a avaliação acerca da situação contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Município de Chapada dos Guimarães seja expressa para a toda a sociedade, especialmente para subsidiar o julgamento pela respectiva Câmara Municipal. (...)". (gn)

Nesse norte, percebe-se que o Parecer Prévio n°. 130/2019 – TP vai de encontro com as disposições contidas no Art. 23 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, uma vez que não poderia ter sido analisada sob a ótica da Resolução Normativa nº. 001/2019.

Da mesma forma, ao posicionar-se de maneira diversa quanto a análise das Contas Anuais de Governo de Chapada dos Guimarães, Exercício de 2017, e as Contas Anuais de Governo de Poconé, Exercício de 2018, feriu o princípio da segurança jurídica e da isonomia.

Isso, porque, tendo havido decisões divergentes sobre matéria processual na mesma Corte de Contas, deu-se ensejo a oferta de tratamento desigual as partes.

Por esta razão, não só possível como necessário, uniformizar o entendimento no sentido de impedir que determinados interessados fiquem prejudicados em detrimento de outros, principalmente por tratar-se de matéria relativa a análise de contas anuais, **o que, não tendo sido feito no âmbito do Tribunal de Contas de Mato Grosso, pode ser feito neste momento pelo Poder Legislativo Municipal.**

Ato contínuo, impende relembrar, que para análise do caso concreto, não se pode fechar os olhos para os problemas que envolvem o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e o Município de Poconé/MT, em decorrência da celebração do Termo de Cooperação Técnica para utilização de seu sistema de software – denominado SIGESP - Sistema Integrado de Gestão Pública – para o controle de seus sistemas orçamentário, fiscal, financeiro e patrimonial, o qual apresentou inúmeros problemas de funcionamento e, por consequência, atraso na geração de informações contábeis, cuja confirmação se dá pela leitura de documentos que instruem estas alegações finais.

Tanto é verdade que as Contas Anuais de Governo, Exercício de 2017, somente foram apreciadas no exercício de 2019, enquanto que aquelas relativas aos demais municípios mato-grossenses, com exceção também do Município de Chapada dos Guimarães e pelo mesmo motivo, o foram no exercício de 2018.

Diante disso, há de ser relembrado que no corrente ano a equipe técnica que representa o Município de Poconé/MT e o Tribunal de Contas do Estado e Mato Grosso iniciaram uma sequência de reuniões com vistas a solucionarem os problemas havidos na operação, os quais estão relacionados – ainda que parcialmente – no documento I em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT.

Vale ressaltar que foram detectados mais de 10.000 (dez mil erros) no processo de envio da "carga inicial" do APLIC relativo ao "Exercício de 2018", dos quais, pelos menos 5.000 (cinco mil) foram corrigidos manualmente.

Tais erros são oriundos de modificação havida no "LEIAUTE DO APLIC 2018" (doc. II em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT), que muito embora tenham sido lançadas no mês de outubro de 2017 para serem aplicadas no exercício seguinte, prejudicaram sobremaneira o Município de Poconé/MT, que naquela data ainda não havia conseguido mandar as informações relativas ao "Exercício de 2017", em decorrência de problemas encontrados pelo Gestor que tomou posse no mesmo ano com relação ao "Exercício de 2016".

Ou seja, uma mudança havida no final do ano de 2017, foi aplicada de maneira retroativa ao Município de Poconé/MT em razão dos atrasos havidos nos exercícios anteriores e, o impediram de mandar informações regulares no "Exercício de 2018".

Para piorar a situação, no mês de maio de 2018 foi realizada reunião entre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e os jurisdicionados interessados acerca do processo de descontinuação do "SIGESP", o que foi confirmado por meio do Ofício Circular n°. 19/2019/GABPRES-DN (doc. III em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT).

Este fato prejudicou e muito ao Município de Poconé/MT!

Isso, porque, em razão dessa descontinuação, houvera diminuição da equipe que prestava auxílio aos jurisdicionados cooperados, o que dificultava e dificulta em muito a solução dos problemas.

Em decorrência disso, no mês de Agosto de 2019, restou-se solicitado pelo Município de Poconé/MT por meio do Ofício n°. 477/2019 (doc. IV em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT) a disponibilização do Código Fonte e Banco de Dados do SIGESP, afim de que o próprio Órgão desse continuidade na manutenção e aperfeiçoamento do sistema por conta própria, a fim de atender toda a agenda de compromissos de prestação de contas aos Órgãos de Controle Interno e Externo, e ao APLIC - Auditoria Pública Informatizada de Contas, deste Tribunal de Contas.

O pleito foi indeferido e informado ao órgão jurisdicionado por meio do Ofício n°. 841/2019/GABPRES-DN (doc. V em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT). Contudo, a partir de simples leitura da Informação Técnica n°. 364/2019/SEGET que instruiu tal expediente é possível extrair as seguintes informações:

"(...) Quanto a demora de atendimento das solicitações por parte da equipe de sustentação técnica do SIGESP-MT, explica-se que a redução de pessoal em 30% na última renovação do contrato deixou os atendimentos imediatos mais demorados, pois algumas vezes os atendentes estão em outro atendimento e somente após finalizar o atendimento atual passam a atender o seguinte. Porém, em regra, no máximo em até 2 (duas) horas todas as solicitações recebem o primeiro atendimento. Geralmente, naquelas de alta complexidade o primeiro atendimento não resolve plenamente, porém a grande maioria das solicitações são resolvidas no mesmo dia em que foram registradas.

No que tange ao atraso das prestações de contas do sistema APLIC da Prefeitura de Poconé/MT, existe um estoque muito grande de cargas atrasadas, herança até da gestão passada do município, porém conforme orientado em reunião a solução é fazer uma força tarefa dentro da instituição para colocar essas cargas APLIC da prefeitura em dia. (...)".

Isso, confirma informações já prestadas nessas alegações, sendo elas:

a) a de que os problemas enfrentados são oriundos da Gestão anterior; e

b) a diminuição do efetivo implica em prejuízo a solução dos problemas.

Dando continuidade ao parecer, há de ser questionado os motivos pelos quais o pleito contido no Ofício n°. 477/2019 (doc. IV em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT) foi indeferido, pois, depois de se passarem tão somente 15 (quinze) dias da expedição do Ofício n°. 841/2019/GABPRES-DN (doc. V em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT), foi encaminhado aos jurisdicionados interessados o Ofício n°. 939/2019/GABPRES-DN (doc. VI em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT), solicitando o "cronograma de atividades necessárias para a substituição do Sistema Integrado de Gestão Pública – SIGESP no exercício de 2020.

Ou seja, se havia tal necessidade, por que não foi atendido o pleito contido no Ofício n°. 477/2019 (doc. IV em anexo a petição protocolada sob n°. 31. 914-7/2019 – TCE/MT)?

Demais, disso, por meio de simples contato telefônico, foi solicitado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a disponibilização do "Backup" do Banco de Dado do SIGESP para atendimento do Ofício n°. 939/2019/GABPRES-DN (doc. VI em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT), que por sua vez, foi disponibilizado por meio do Termo de Entrega n°. 01/2019/SEGET, conforme demonstra documento VII em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT.

Ocorre, entretanto, que tal documento foi expedido com erro, o que motivou ao Município de Poconé/MT, na data de 31/10/2019, por meio do Protocolo n°. 30.560-0/2019 (doc. VIII em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT) a solicitar a disponibilização do Banco de Dados com seus arquivos íntegros.

Em razão desse requerimento, destarte, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso forneceu diretamente os documentos solicitados por meio do Termo de Entrega n°. 03/2019/SEGET, conforme demonstra documento IX em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT.

Mesmo assim, o assunto envolvendo Município de Poconé/MT e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a respeito do tema continuava a subsistir, visto que, segundo informação prestada pela Empresa contratadas pelo Município de Poconé/MT para a conversão das informações advindas do malfadado sistema SIGESP - Sistema Integrado de Gestão Pública, (documento em anexo), a conversão das informações não puderam ser levadas a cabo, que somente foi levada a cabo em 04/03/2020, conforme demonstra documento em anexo.

Com base no exposto, se é certo que houve defeitos na atuação do Município de Poconé/MT quanto ao encaminhamento da prestação de contas anuais consolidada do município ao TCE/MT, por meio do sistema "APLIC", não é menos correto reconhecer que também houveram falhas do Tribunal de Contas de Mato Grosso nesse processo, conforme demonstram documentos que instruem o presente pedido de revisão.

Em consequência disso, cogente reconhecer que em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade já aplicada por aquela Egrégia Corte de Contas quando da análise das (i) Contas Anuais de Governo de Pedra Preta, Exercício de 2016, (ii) Contas Anuais de Governo de Nossa Senhora do Livramento, Exercício de 2016, (iii) Contas Anuais de Governo de Chapada dos Guimarães, Exercícios de 2016 e 2017, (iv) Contas Anuais de Governo de Campo Verde, Exercício de 2017, bem como das (v) próprias Contas Anuais de Governo de Poconé, Exercício de 2017, é que deveriam ser analisadas as Contas Anuais de Governo *sub examine.*

Isto, pois o Município de Poconé/MT não intentou, sob nenhum aspecto, impedir que suas contas fossem analisadas. Tanto que documentos obtidos por amostragem (doc. X em anexo a petição protocolada sob n°. 31. 914-7/2019 – TCE/MT) demonstram que todos as contas foram prestadas ao Poder Legislativo Municipal, bem como encaminhadas ao Tribunal de Contas por meio físico em 10/10/2019 – Protocolo n°. 28.784-9/2019, conforme demonstra documento XI em anexo a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT.

Diante disso, incontroverso existir meios (documentos físicos) hábeis a permitir que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso analisasse as Contas Anuais de Governo de Poconé, Exercício de 2018.

Não bastasse isso, os Relatórios de Gestão Fiscal em anexo (doc. XII a petição protocolada sob n°. 31.914-7/2019 – TCE/MT), demonstram que o Município de Poconé/MT respeitou os limites legais/constitucionais, bem como efetuou aplicação constitucionais, o que lhe torna apto a obter parecer prévio favorável à aprovação de suas contas anuais, convertendo-se em verdadeira injustiça eventual negativa da análise documental.

Outrossim, impende relembrar a Vossas Excelências que no voto-vista nos Autos do Processo n°. 78107/2016, que tratou das Contas Anuais de Governo de Pedra Preta, Exercício de 2016 ficou consignado que:

"(...)

2. O eminente Relator, acompanhando o parecer ministerial, votou do sentido de emitir Parecer Prévio Contrário à Aprovação das Contas anuais de governo, o que me levou a efetuar o pedido de vista.

3. Compulsando os autos, verifiquei que a irregularidade que ensejou a emissão de parecer prévio contrário pelo eminente Relator refere se ao descumprimento do prazo no envio das cargas mensais de junho a dezembro de 2016 (classificada como MB99).

(...)

10. Verificando a instrução processual do presente processo, nota-se que a prestação de contas da ex-Prefeita, Sra. Mariledi Araujo Coelho Philippi, desrespeitou a forma estabelecida pelo regimento, uma vez que no dia 13 de junho de 2017 foi admitida pelo Relator a prestação das contas de forma física, via Control-P. Ou seja, no caso em exame deve ser levado em consideração que, de forma excepcional, se permitiu a relativização da norma regimental, concluindo que a forma, no presente caso, não era essencial.

(...)

33. Por essa razão, concluo que se essas contas do exercício de 2016, estão sendo julgadas em 2019, é porque ao invés da emissão de Parecer Contrário pela prestação de contas de forma incompleta, foi oportunizado o encaminhamento das cargas mensais fora do prazo normativo, o que flexibilizou a regra, razão pela qual não pode mais ser exigida, muito menos ensejar emissão de Parecer Prévio Contrário.

(...)

35. Detive-me sobre o relatório preliminar da presente representação que elencou todos os documentos que não forma enviados e os enviados fora do prazo fixado pela Resolução Normativa nº 31/2014, por meio do qual foi possível analisar que o total de 24 (vinte quatro) cargas mensais foram encaminhadas no decurso de tempo de 6 (seis) meses, promovendo a regularização dos informes referente ao exercício de 2016.

36. Como se vê a irregularidade MB99_Descumprimento do prazo de envio, resultou na relativização das normas estabelecidas por esse Tribunal de Contas para apreciação de contas anuais de governo, bem como se tornou objeto de representação de natureza interna, sob pena de sanção de multa, nos parâmetros regimentais.

37. Em relação a ineficiência para operacionalizar o sistema Aplic, faço algumas observações.

38. O TCE-MT possui sistema informatizado de prestação de contas desde 2003, sendo que as prestações de contas mensais e anuais (balancetes e balanços) deixaram de ser encaminhados via Control-P em 2012, tornando o Sistema Aplic o meio exclusivo de prestação de contas, por meio da edição da Resolução Normativa 36/2012.

39. A exclusividade na prestação de contas eletronicamente tem o condão de tornar moderno e ágil os registros contábeis, possibilitando a análise mais apurada das informações prestadas pelos fiscalizados, oferecendo maior confiabilidade por se tratarem de informações detalhadas e não apenas planilhas sintetizadas em balanços que não refletem a movimentação contábil, obedecendo as normas do STN.

40. Não podemos ignorar que para muitos municípios o Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas-Aplic se tornou um elemento impeditivo de prestação de contas, uma vez que a municipalidade, embora possua servidores qualificados para exercerem o controle dos registros contábeis, necessita contratar empresa especializada para a execução desses envios, o vulgarmente conhecido como "apliqueiro". Isso porque a sua impossibilidade operacional técnica impede que ela mesma realize a prestação de contas nos moldes exigido pelo Tribunal de Contas.

41. Impende consignar que, a flexibilização dessa regra afeta apenas a apreciação das contas, não exime a responsabilização da exgestora que está sendo analisada em sede de Representação Interna.

42. Por fim, ratifico que essa razão de decidir adotada nesse voto-vista é restrita ao caso concreto, possui cunho específico, da qual se relaciona ao contexto fático em exame, e produz efeitos inter partes.

43. Ante o exposto, não acolho o Parecer Ministerial, e com fundamento no que dispõem o artigo 31, §1º, artigo 70, parágrafo único, artigo 71, inciso I e artigo 75 da Constituição Federal, VOTO em consonância parcial com o Conselheiro Relator, divergindo no sentido de emitir PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL à aprovação das Contas de Governo do Município de Pedra Preta, exercício de 2016, gestão da Sra. MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI, em razão, precipuamente, de que a irregularidade MB99 referente ao descumprimento do prazo das cargas mensais não possui potencialidade para ensejar parecer desfavorável, uma vez que, no caso concreto, a forma estabelecida pelo artigo 176, inciso II c/c 179 do Regimento Interno foi excepcionada, não subsistindo a inviabilidade e o comprometimento do exercício do controle externo, e mantenho na íntegra os demais termos do voto original.

44. É como voto. (...)". (gn)

Da mesma forma, pasme, posicionou-se o Brilhante Conselheiro Isaias Lopes da Cunha nesta data, 17/02/2020, ao julgar as Contas Anuais de 2018 da Prefeitura de Ribeirão Cascalheira, eis que, atento aos ditames do caso concreto, considerou-as prestadas e determinou sua análise para emissão de parecer prévio.

Por último, depois de ter recebido o "Backup" do Banco de Dado do SIGESP de maneira definitiva em 04/03/2020, conforme demonstra documento em anexo, o Município de Poconé enviou todas as informações para sistema APLIC, conforme se observará abaixo, o que comprova ter havido no caso concreto problemas eletrônicos para o encaminhamento de informações e não omissão no dever de prestar contas.

http://cidadao.tce.mt.gov.br/home/controleSocialRe...

Demais, disso, a partir de simples análise das contas, verifica-se que:

Com relação aos limites constitucionais, podemos verificar o fiel cumprimento quanto às legislações, vejamos:

1 - Gasto com Pessoal aplicado Executivo 43,65%, sendo o gasto máximo 54%;

2 - Gasto com Pessoal aplicado Legislativo 2,57%, sendo o gasto máximo 6%;

3 - Gasto com Pessoal Consolidado 46,22%, sendo o gasto máximo 60%;

4 - Gastos com Educação atingiu-se o percentual de 29,31%, sendo que o limite mínimo estipulado é de 25%;

5- Gastos com Saúde Pública atingiu-se o montante de 20,37%, sendo que o limite mínimo estipulado é de 15%;

6 - No gasto com FUNDEB 60% aplicou-se o total de 85,24%, onde o limite mínimo estipulado é de 60%.

Portanto conforme demonstrado cumpriu-se fielmente os limites fixados.

Podemos dizer que a presente prestação de contas teve sua elaboração dentro das normas legais que regulamentam a matéria, atendendo, assim, as exigências desse Egrégio Tribunal de Contas.

Portanto, por tudo que consta dos autos, este Relator dá análise resolve não acatar o Parecer Prévio Contrário nº 130/2019 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso referente às Contas Anuais de Governo exercício 2018 da Prefeitura Municipal de Poconé, gestão Prefeito Municipal Atail Marques do Amaral que recomenda a rejeição das contas.

É O VOTO DO RELATOR.

Sala das reuniões das comissões, 22 de abril de 2020.

Vereador Itamar Lourenço da Silva, PSB.

Relator

III – Decisão.

Diante do exposto a Comissão acolheu o voto do Relator, para emitir Pronunciamento Definitivo sobre a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Poconé-MT, referente ao exercício de 2018, gestor Atail Marques do Amaral, para não acompanhar o Parecer Prévio Contrário nº 130/2019 – TP, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Acompanha o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2020.

PROJETO DE DECRETO LEGISLTIVO Nº 001/2020.

Autoria: Comissão de Justiça, Economia e Finanças.

EMENTA: APROVA AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2018, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ – MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal Aprova e Ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovada as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Poconé – MT, gestão do Prefeito Municipal, Senhor Atail Marques do Amaral.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

S.M.J. Esse é o nosso entendimento.

Sala das reuniões das comissões, 22 de abril de 2020.

Membros:

Vereador Juarez Arruda, PSB.

Presidente da Comissão Membro

Vereador Itamar Lourenço da Silva, PSB

Relator

Vereadora Meyrinalva Furtado, DEM.

Membro

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA CMSCX 13/2020

PORTARIA Nº **13/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 20 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2020, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Nomear os servidores para comporem a

Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2020.

Presidente: **Sheila Valquiria Vargas**

Secretaria: **Simone Carvalho**

Membro: **Graciele Graciano Luca**

Art. 2° - Esta portaria entrará em, vigor na data de sua

publicação no Mural da Unidade Gestora de 17 de Fevereiro de

2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 20 de Março de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA CMSCX 14/2020

PORTARIA Nº **14/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 20 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da Comissão de Inventario do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Nomear a Servidora **Simone Carvalho**, e a servidora **Sheila Valquiria Vargas** e a servidora **Graciele Graciano Luca**, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Membro da Comissão de Inventario do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu no exercício de 2020.

Art. 2° - A Comissão manterá um inventario atualizado de todos os bens móveis de propriedade da Câmara Municipal, bem como cadastrará novos bens e os identificará com as respectivas placas numeradas de patrimônio.

Art. 3º- Art. 4º. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria **06/2020**.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 20 de Março de 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA CMSCX 11/2020

PORTARIA Nº **11/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 20 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre o funcionamento da

Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 30 do Regimento Interno, pela presente Portaria.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no âmbito do Poder Legislativo de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, do quanto previsto na Lei Federal 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a regulamentação e operacionalização da Lei 13.979/2020 disposta na Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de Março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 5, de 17 de Março de 2020 expedida pelo Ministério de Estado da Justiça e Segurança Pública em conjunto com o Ministério da Saúde, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública objeto da Lei nº 13.797/2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 407 de 16 de Março de 2020 do Estado de Mato Grosso, que igualmente dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde decorrente do COVID-19,

RESOLVE:

Art. 1° - Ficam suspensas as reuniões não ordinárias na sede da Câmara Municipal, bem como eventuais cedências do Plenário, pelo tempo que perdurar a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 2° - O atendimento ao público será realizado prioritariamente à distância, por meios eletrônicos.

Parágrafo único: Em casos excepcionais, havendo necessidade, o usuário interessado deverá encaminhar requerimento justificado para o atendimento presencial.

Art. 3º-A Sessão Ordinária prevista para o dia 27 de Março de

2020, fica provisoriamente reagendada para o dia 30 de Março de 2020, até disposição em contrário, ao passo que a realização da Sessão Ordinária prevista para o dia 03 de Abril de 2020, será objeto de apreciação na sessão do dia 30/03/2020.

Parágrafo único: Com amparo nos artigos 26, I, XIII e 142,

parágrafo primeiro, do Regimento Interno, as sessões que se realizarem no período de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública, ocorrerão de portas fechadas e transmitidas ao público para acompanhamento, pelas redes sociais (Facebook).

Art. 4º -Fica alterado o horário de funcionamento que passa a ser das 08:00 às 12:00, de segunda a sexta-feira, ao passo que as demais horas da jornada de trabalho dos servidores deverão ser cumpridas remotamente (à distância) por meio eletrônico, conforme demanda.

Art. 5º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 20 de Março de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA CMSCX 15/2020

PORTARIA Nº **15/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 20 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da Comissão de Baixa de Bens e Reavaliação do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Nomear a Servidora **Simone Carvalho**, e a servidora **Sheila Valquiria Vargas** e a servidora **Graciele Graciano Luca**, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Membro da Comissão de Inventario do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu no exercício de 2020.

Art. 2° - A Comissão manterá um inventario atualizado de todos os bens móveis de propriedade da Câmara Municipal, bem como cadastrará novos bens e os identificará com as respectivas placas numeradas de patrimônio.

Art. 3. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria **07/2020**.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 20 de Março de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA CMSCX 12/2020

PORTARIA Nº **12/2020**

SANTA CRUZ DO XINGU-MT, 20 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração da Comissão de Depreciação do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, e da outras providencias.

O Senhor **Vagner Junior Antunes**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1° - Nomear a Servidora **Simone Carvalho**, e a servidora **Sheila Valquiria Vargas** e a servidora **Graciele Graciano Luca**, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Membro da Comissão de Inventario do Patrimônio da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu no exercício de 2020.

Art. 2° - A Comissão manterá um inventario atualizado de todos os bens móveis de propriedade da Câmara Municipal, bem como cadastrará novos bens e os identificará com as respectivas placas numeradas de patrimônio.

Art. 3º. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria **05/2020**.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

Vagner Junior Antunes

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Efeitos a partir do dia 20 de Março de 2020.

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 034, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

O Vereador **RONALDO QUINTÃO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora **LUCIANA VIEIRA MARTINS para atuar como fiscal da Ata de Registro de Preço n.º 01/2020,** a qual tem por objeto **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESCARTÁVEIS, HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS.**

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos vinte e dois dias do mês de abril de 2020.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra e publicada por afixação em lugar de costume na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 35, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

Concede Férias Regulamentares.

O Vereador **RONALDO QUINTÃO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares a servidora **EUNICE VEIGA DA COSTA**, Cargo de Comissão Assessor Parlamentar II, referente ao período aquisitivo de 26/11/2018 à 25/11/2019, compreendendo o período de gozo entre os dias 24/04 à 23/05 de 2020.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos vinte e três dias do mês de Abril de 2020.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra e publicada por afixação em lugar de costume na data supra.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 01/2020/ CIDESAT

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O pregoeiro do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL/MT comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 01/2020 referente à Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de 4 Tratores agrícolas conforme especificações e condições técnicas constantes do edital e seus anexos, para atender o Contrato de Repasse Nº 874383/2018/ MAPA/CAIXA, que ADJUDICA o objeto do certame a empresa: MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 12.753.213/0001-73, no valor Total de R$ 759.600,00 (Setecentos e Cinquenta e Nove Mil e Seiscentos Reais).

São José dos Quatro Marcos-MT, 23 de Abril de 2020.

DANILO RICARDO PIVETTA

PREGOEIRO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DE CONTRATO 002/2020

EXTRATO DE CONTRATO 002/2020

CONTRATANTE: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE GUAPORE** (CIDESA);

CONTRATADO:J. A. FIÚZA - ME;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORE (CIDESA), CONFORME PREGÃO PRESENCIAL 012/2019.

VIGÊNCIA: 07 **(SETE) MESES** A CONTAR DE 23/**03/2020**;

VALOR: VALOR TOTAL DE R$ 1.054,000,00 (UM MILHÃO E CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS).

Nova Lacerda-MT, 23 de março de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO 004/202

EXTRATO DE CONTRATO 004/2020

CONTRATANTE: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE GUAPORE** (CIDESA);

CONTRATADO:L. RICARDO DE MAGALHÃES - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE COMO REFERENCIA DE PREÇO PARA LICITAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DE VALE DO GUAPORE (CIDESA) CONFORME DL 002/2020.

VIGÊNCIA: 12 **(DOZE) MESES** A CONTAR DE 08/**04/2020**;

VALOR: VALOR TOTAL DE R$ 4.320,00 (QUATRO MIL TREZENTOS E VINTE REAIS), QUE SERÃO PAGOS EM 12 PARCELAS MESAIS DE R$ 360,00 (TREZENTOS E SESSENTA REAIS).

NOVA LACERDA-MT, 08 DE ABRIL DE 2020.

EXTRATO DE CONTRATO 003/2020

EXTRATO DE CONTRATO 003/2020

CONTRATANTE: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE GUAPORE** (CIDESA);

CONTRATADO:MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DO SITE QUE FAZ REFERÊNCIA AO CONSÓRCIO CIDESA CONFORME DL 001/2020.

VIGÊNCIA: 12 **(DOZE) MESES** A CONTAR DE 03/**04/2020**;

VALOR: VALOR TOTAL DE R$ 3.780,00 (TRES MIL SETECENTOS E OITENTA REAIS), QUE SERÃO PAGOS EM 12 PARCELAS MESAIS DE R$ 315,00 (TREZENTOS E QUINZE REAIS).

NOVA LACERDA-MT, 03 DE ABRIL DE 2020.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 002/2020

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 002/2020

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE GUAPORE (CIDESA);

CONTRATADO:J. A. FIÚZA - ME;

OBJETO: ALTERAÇÃO DE SUPRESSÃO EM RAZÃO DE REAJUSTE NO PREÇO FEITO PELA PETROBRAS;

SUPRESSÃO DE R$ 0,25 (VINTE E CINCO CENTAVOS DE REAL) SOBRE O PREÇO DO LITRO DO ÓLEO DIESEL S-10;

SUPRESSÃO DE R$ 0,25 (VINTE E CINCO CENTAVOS DE REAL) SOBRE O PREÇO DO LITRO DO ÓLEO DIESEL COMUM;

NOVA LACERDA-MT, 23 DE MARÇO DE 2020.

EXTRATO DE CONTRATO 005/2020

EXTRATO DE CONTRATO 005/2020

CONTRATANTE: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE GUAPORE** (CIDESA);

CONTRATADO:VIRTUAL NET TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET VIA RADIO DEDICADA PARA PRÉDIO DO CONSÓRCIO CIDESA CONFORME DL 003/2020.

VIGÊNCIA: 12 **(DOZE) MESES** A CONTAR DE 08/**04/2020**;

VALOR: VALOR TOTAL DE R$ 1.680,00 (HUM MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS), QUE SERÃO PAGOS EM 12 PARCELAS MESAIS DE R$ 140,00 (CENTGO E QUARENTA REAIS).

NOVA LACERDA-MT, 08 DE ABRIL DE 2020.

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 002/2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 002/2020

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE GUAPORE (CIDESA);

CONTRATADO:J. A. FIÚZA - ME;

OBJETO: ALTERAÇÃO DE SUPRESSÃO EM RAZÃO DE REAJUSTE NO PREÇO FEITO PELA PETROBRAS;

SUPRESSÃO DE R$ 0,31 (VINTE E CINCO CENTAVOS DE REAL) SOBRE O PREÇO DO LITRO DO ÓLEO DIESEL S-10;

SUPRESSÃO DE R$ 0,30 (VINTE E CINCO CENTAVOS DE REAL) SOBRE O PREÇO DO LITRO DO ÓLEO DIESEL COMUM;

NOVA LACERDA-MT, 16 DE ABRIL DE 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **JORGE E SA ADVOGADOS E ASSOCIADOS**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica habilitada para a prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica mensal, nos Processos Administrativos e Judiciais de interesse do CISRVP.

VIGÊNCIA: 13/02/2020 a 13/02/2021

VALOR: R$ 45.600,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0001.2001. 33.90.35.00 “008”

PORTARIA Nº 085 DE 13 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA Nº 085 DE 13 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para “Fiscalização de Contratos”.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **GENIFER KAISER - ATO NORMATIVO Nº 335/2020 – COORDENADOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO Nº 081/2020**, referente à contratação da empresa **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EPP**, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 19.808.881/0001-08, Inscrição Estadual n° 13.535.387-4 com sua sede à Rua Poxoréo, n° 498, Bairro Alvorada, CEP: 78.048-600 na cidade de Cuiabá-MT, telefone: (65) 3358-8517, e-mail: gramadodistribuidora@hotmail.com, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **“CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, UTENSÍLIOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE, A SEREM ENTREGUES NO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO”.**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 13 de abril de 2020.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 086 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

PORTARIA Nº 086 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP, para “Fiscalização de Contratos”.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELO PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **ALINE VANESSA MOCHI – ATO NORMATIVO Nº 298 – SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CISRVP**, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, no **CONTRATO Nº 082/2020**, referente à contratação da empresa **JORGE E SA ADVOGADOS E ASSOCIADOS**,devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 29.033.252/0001-07, com sede na Rua Maracaju, 615, Centro em Várzea Grande/MT, contratada por este Consórcio Intermunicipal de Saúde de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto, **“CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA MENSAL, NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS DE INTERESSE DO CISRVP”.**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo Funcionário Público designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Peixoto de Azevedo – MT, em 13 de fevereiro de 2020.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EPP**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, utensílios e materiais de expediente, a serem entregues no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

VIGÊNCIA: 13/04/2020 a 13/09/2020

VALOR: R$ 6.232,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003. 33.90.30.00

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2020

O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Diretor, através de sua Pregoeira Oficial, designada pela Resolução n.º 030/2019, de 16/12/2019, e Resolução nº 033/2019 de 30/12/2019 e nos termos da Lei Federal nº 10. 520/2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará às **08h30min.** Do dia **09 de maio de 2020**, na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1.357, Centro A, no Município de Rondonópolis/MT, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, para: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos, incluindo consultas, procedimentos e realização de exames, a serem realizados em diversos Municípios da Região Sul do Estado de Mato Grosso, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados durante o exercício de 2020,** conforme requisitos e condições constantes no Edital e seus anexos.

O texto integral do Edital poderá ser solicitado gratuitamente pelo site **www.coresmt.gov.br**, pelo e-mail coressmt@terra.com.br ou ainda na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1.357, Centro A, neste Município de Rondonópolis/MT, de segunda à sexta-feira, obedecendo ao horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00-min horas. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3423-1086.

Rondonópolis, 24 de abril de 2020.

_____

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 11/2020.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte em favor da Sra. Reyla Nayara Rezende Barbosa, em decorrência do óbito do servidor Sr. Jose Larri Abreu Pereira".

*O Diretor Executivo do **ÁGUA-PREVI**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos Art. 40, parágrafo 7º, inciso "II", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n. º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 7º, inciso "I", Art. 28, inciso "II", Art. 29, inciso "I", da Lei Municipal n. º 869/2006, de 25 de agosto de 2006.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **pensão por morte** em favor da **Sra. Reyla Nayara Rezende Barbosa (companheira)**, portadora do RG. n. º 15559270 – SSP/MT, inscrita no CPF n. º 003.270.071-76, Título Eleitoral 022264671813, Zona 030, Seção 0018, em decorrência do óbito do servidor **Sr. Jose Larri Abreu Pereira**, portador do RG n.º 89518 SJ/MT, inscrito no CPF n.º 362.599.421-68, efetivo no cargo de **Agente Fiscal, Nível "06", Classe "D",** lotado no Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, com matricula n. º 56, contando com um total de 7.046 dias trabalhados, ou seja, 19 (dezenove) anos 03 (três) meses e 14 (quatorze) dias, com 100% (cem por cento) dos proventos de forma integral e vitalícia, conforme o processo do ÁGUA-PREVI n.º 011/2020, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2020, data do requerimento da dependente.

Registre, publique e cumpra-se.

Água Boa – MT, 23 de abril de 2020.

Marcio Antônio Faoro

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PARA ALIENAÇÃO Nº. 002/2020.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Concorrência para Alienação nº. 002/2020 marcada para o dia 23/04/2020 teve como vencedores os seguintes participantes:

Quadra	Lote	Bairro	Participante	Valor	Situação
22	46	Delcio E. Mendel	Estevão Garbo	24.000,00	Vencedor
22	47	Delcio E. Mendel	Aguineia Ferreira de Carvalho	24.200,00	Vencedor
23	09	Delcio E. Mendel	Urivan Fernandes de Souza	24.000,00	Vencedor
23	28	Delcio E. Mendel	Bruno Henrique Accadroli	24.000,00	Vencedor
22	51	Delcio E. Mendel	Rogério Gomes Venceslau	24.000,00	Vencedor
23	27	Delcio E. Mendel	Clovis Galle	24.000,00	Vencedor
22	54	Delcio E. Mendel	Hanielly Gomes da Silva	24.000,00	Vencedor

Abre-se o prazo conforme Art. 109, inciso I, alínea "b" da Lei nº. 8.666/93, ficando desde já a documentação franqueada para análise dos interessados.

Água Boa - MT, 23 de abril de 2020.

Gilson Cesar da Silva Galle

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA Nº 06

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte foi apresentado lista com nomes das famílias que completaram o período de permanência no programa Profamilia por Videoconferência com a disponibilização dos nomes via Wattzap, ao Comitê Gestor do Programa Pró-Familia, para a validação dos relatórios com a situação dos beneficiários do programa , a coordenadora Nelice Fernandes explicou que as famílias que completaram dois anos de permanência no programa deverão ter elaborados relatórios finais – relatorio situacional – pela técnica de referencia do programa para enviar ao Estado. Nelice informou que conforme a Lei 10. 523 de 17 de março de 2017 art. 11, '**O período regular de permanência das famílias no programa será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, após avaliação da situação socioassistencial, a ser realizada pelo Comitê Gestor".** A lista com nomes das famílias beneficiárias, foi passada pelo comitê que analisou , juntamente com os relatórios situacionais de cada familia: Rosimeire Rodrigues dos Santos, Sara Elizabete da Silva, Arima Inacio de Amorim, Tais Dantas Dias e Wandras Gonçalves de Souza . Lembramos que essa consulta via Video conferencia e Wattzap se dá pelo momento de pandemia em que estamos vivendo onde recomenda-se que não haja aglomeração. O comitê validou as informações constantes nos relatórios e Nelice agradeceu a parceria desse período, a colaboração dos membros do Comitê em acompanhar a situação das famílias, em apontar novas famílias que estavam em situação de vulnerabilidade social. Não tendo mais nada a tratar eu Maria Amélia Secretária Executiva de Conselhos, relato a presente ata contendo vinte uma linhas a qual segue assinada por mim por todos os presentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA N° 117 DE 23 DE ABRIL DE 2020

"Exonera a pedido, o senhor ADEMIR RIBEIRO DE CARVALHO do Cargo de Provimento em Comissão deGerente de Desenvolvimento Urbano e Rural."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a pedido**, ADEMIR RIBEIRO DE CARVALHO**, portador do Registro Geral 347.070 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n° 108. 846.371-15, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Desenvolvimento Urbano e Rural, lotado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá efeitos a partir da data de 30 de Abril de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 23 de Abril de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

DECRETO N° 16 DE 19 DE MARÇO DE 2020

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 55. 000,00(CINQUENTA E CINCO MIL REAIS) EM FAVOR DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE,, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS E GABINETE DO PREFEITO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1198 de 23 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 55. 000,00(cinquenta e cinco mil reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:**

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.005	3.1.90.94.00.00.00.00	15.000,00
2.082	3.1.90.94.00.00.00.00	15.000,00
2.040	3.1.90.94.00.00.00.00	15.000,00
2.018	3.3.90.93.00.00.00.00	10.000,00
TOTAL		**55.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.005	3.1.90.11.00.00.00.00	15.000,00
2.082	3.1.90.11.00.00.00.00	15.000,00
2.040	3.1.90.11.00.00.00.00	15.000,00
2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
2.018	3.3.90.40.00.00.00.00	5.000,00
TOTAL		**55.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, 19 de março de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

LEI Nº 2.007, DE 23 DE ABRIL DE 2020

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA SUPLEMENTAÇÃO NO VALOR DE R$ 603.637,97 (SEISCENTOS E TRÊS MIL, SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS) POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e faz publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1.129/2017 e alterações, que trata do Plano Plurianual para o período 2019/2021, o crédito suplementar na dotação, conforme discriminação no artigo 3º.

Art. 2º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1197/2019 e alterações, que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, o crédito suplementar na dotação, conforme discriminação no artigo 3º.

Art. 3º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1.198/2019 e alterações, que trata a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, conforme discriminação no artigo 4º, e abrir um crédito suplementar por superávit financeiro no valor de R$ 603.637,97(seiscentos e três mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos).

07 – Secretaria Municipal de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde
10.302.0030.1.077 - Reforma, Readequação e Ampliação do Pronto Atendimento
4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R$ 230.372,38
42 - Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS – ESTADO
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO .....R$ 230.372,38

07 – Secretaria Municipal de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
10.302.0030.1.078 – Aquis. de Equip. e Mat. Perm.p/ Centro Cirúrgico do Pronto Atendimento
4.4.90.52.00.00.00 - Equipamento e Material Permanente.....R$ 373.265,59
42 - Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS – ESTADO
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO ..... R$ 373.265,59

Art. 4º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, os resultantes do superávit financeiro apurado no balanço Patrimonial de 2019, resultante da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro por Fonte de Recursos.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT , em 23 de Abril de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

LEI Nº 2.008, DE 23 DE ABRIL DE 2020

ALTERA PPA/LDO/LOA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA REMANEJAMENTO E TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e faz publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1.129/2017 e alterações, que trata do Plano Plurianual para o período 2019/2021, o crédito suplementar na dotação, conforme discriminação no artigo 3º.

Art. 2º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1197/2019 e alterações, que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, o crédito suplementar na dotação, conforme discriminação no artigo 3º.

Art. 3º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1.198/2019 e alterações, que trata a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, conforme discriminação no artigo 4º, e abrir um crédito suplementar por superávit financeiro no valor de R$ 204.312,19(duzentos e quatro mil, trezentos e doze reais e dezenove centavos).

07 – Secretaria Municipal de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0030 – Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade

Projeto/Atividade: 2.132 - Combate ao Corononavírus(COVID-19)

Fonte: 0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

Elemento: Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002.....R$ 150.000,00

Fonte: 0046 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov.Federal - Bl.de Cust.das Ações Serv. Pub.Saúde

Elemento: Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0046.....R$ 30.000,00

07 – Secretaria Municipal de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0030 – Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade

Projeto/Atividade: 1.064 - Aquis. de Equipamento para Combate ao Coronavírus(Covid 19)

Fonte: 0046 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov.Federal - Bl.de Cust.das Ações Serv. Pub.Saúde

Elemento: 4.490.52.00.00.00.00.01.0046.....R$ 24.312,19

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes de anulação parcial nos termos do Artigo 43, inciso III da Lei 4.320/64, a seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

07 – Secretaria Municipal de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0030 – Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade

Projeto/Atividade: 2.118– Manutenção Do Centro de Referencia em Saúde

Fonte: 0046 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov.Federal - Bl.de Cust.das Ações Serv. Pub.Saúde

Elemento: Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0046.....R$ 30.000,00

Elemento: Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0046.....R$ 24.312,19

07 – Secretaria Municipal de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0030 – Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade

Projeto/Atividade: 2.118 - Combate Corononavírus(COVID-19)

Fonte: 0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

Elemento: Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0002.....R$ 150.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT , em 23 de Abril de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT E CASA DE REPOUSO GAETANA STERNI, PARA ESTABELECER AS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO, COM A FINALIDADE DE EFETUAR REPASSE FINANCEIRO PARA

CUSTEAR DESPESAS COM SERVIÇOS DE ATENDIMENTO INTEGRAL A IDOSOS COM VULNERABILIDADE DE RISCO SOCIAL, ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, OFERTANDO-LHES CONDIÇÕES AMPLAS E DIGNAS DE VIVER, CONFORME PLANO DE TRABALHO ANEXO A ESSE INSTRUMENTO.

O **MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS – MT,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Dom Aquino nº 346, bairro Centro, inscrita no CNPJ/MT sob o nº 03.133.097/0001-07, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **CLAUDINEI SINGOLANO**, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 9.209.732 SSP/MT e inscrito no CPF/MF nº 051.358.398-01, residente e domiciliado a Rua Alexandre dos Santos, nº 22, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Alto Garças/MT, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado **Administração Pública** e a **CASA DE REPOUSO GAETANA STERNI**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.496.520/0001-86, estabelecida na Av. Madre Gaetana Sterni, nº 605, na cidade de Guiratinga/MT, representada neste ato por seu Presidente, Sr. **RENATO CAMPOS FERREIRA,** portador do RG nº 1929718 **SSP/GO** e inscrito no CPF nº 413.733.591-53, doravante denominada **Organização da Sociedade Civil - OSC**, resolvem celebrar o presente aditivo conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – De conformidade com as motivações administrativas constantes no Processo nº 036/2019 – Dispensa de chamamento público - Termo de Fomento 002/2019, em consonância com o preconizado a Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto Municipal n.º 101/2018 e na Cláusula 8.1 do Termo de Fomento original, este Termo Aditivo tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 - A referida prorrogação contratual se justifica em função da necessidade de se manter os serviços de atendimento integral a idosos com vulnerabilidade de risco social, oriundos do município de Alto Garças, ofertando-lhes condições amplas e dignas de viver.

2.2 - Durante a vigência do termo de fomento não houve ocorrências/notificações negativas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO VALOR

3.1 -A vigência do presente Termo aditivo será de 09 (Nove) meses, contados à partir de 01/04/2020 até 31/12/2020.

3.2 – Em decorrência da prorrogação da vigência, o valor do contrato permanece o mesmo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser pago conforme o cronograma de desembolso, constante no novo Plano de Trabalho anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2020, conforme Orçamento Anual e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 08: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade – 02: Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto Atividade: Manutenção de Programa de Assistência de Idoso

Elementos de Despesa - 3.3.50.43.00.00.00.00.00.03.0000 (0000) Subvenções Sociais Valor: R$ 30.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

5.1 – Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Fomento Original firmado em 26 e março de 2019.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Alto Garças do Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Termo Aditivo.

6.2 - E, por se acarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03(três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Alto Garças - MT, 31 de Dezembro de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito de Alto Garças Contratante	**CASA DE REPOUSO GAETANA STERNI CNPJ nº. 07.496.520/0001-86 Contratada**

O presente Contrato foi analisado e aprovado nesta data, pela Assessoria Jurídica da Administração. Gislaine Sara Moreira Moraes Martins	
OAB/MT 7062	
Testemunhas:	
Ellen Betânia Correia Dourado	Anne Caroline A. Freier Girardello
CPF: 886.943.721-34	CPF: 035.469.191-06
RG: 1258576-9 SSP/MT	RG: 2939236-5 SSP/MT

PORTARIA N° 119 DE 23 DE ABRIL DE 2020

"Remove a servidora pública que menciona, do e para o órgão que especifica, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas, e;

R E S O L V E:

Art. 1º - Remover a servidora pública municipal **IRAILDES PEREIRA DA SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde exercendo o cargo de Assistente Administrativo,sem prejuízo dos direitos funcionais formal e legalmente adquiridos.

Art. 2º - Lotar a servidora pública municipal **IRAILDES PEREIRA DA SILVA,** exercendo o cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, sem prejuízo dos direitos funcionais formal e legalmente adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais retroativos a 13 de Abril de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 23 de Abril de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

DECRETO N° 21, 01 DE ABRIL DE 2020

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 5.000,00(CINCO MIL REAIS) EM FAVOR DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1198 de 23 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 5.000,00(cinco mil reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:**

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.048	3.3.90.39.00.00.00.00	5.000,00
TOTAL		**5.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.057	4.4.90.52.00.00.00.00	2.000,00
2.048	3.3.90.30.00.00.00.00	2.700,00
2.048	3.3.90.36.00.00.00.00	300,00
TOTAL		**5.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, 01 de abril de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PORTARIA N° 118 DE 23 DE ABRIL DE 2020

"Exonera a pedido, a senhora RENÍ BILICO DOS SANTOS do Cargo de Professora."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, **RENÍ BILICO DOS SANTOS**, portadora do Registro Geral 2339463 DGPC/GO e inscrita no CPF/MF sob o n° 320.102.141-53, do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá efeitos a partir da data de 30 de Abril de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 23 de Abril de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

DECRETO 15, DE 06 DE MARÇO DE 2020

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJMENTO, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1198 de 23 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 2.502.148,86 (dois milhões, quinhentos e dois mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:**

PROJETO/ ATIVIDADE VIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	VALOR
2.118	3.3.90.34.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	46.500,00
1.145	4.4.90.52.00.00.00.00	00.03.0002 (0002) - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	180.000,00
2.118	3.3.90.30.00.00.00.00	00.03.0002 (0002) - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	100.000,00
2.038	3.3.90.93.00.00.00.00	00.03.0002 (0002) - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	16.549,40
2.118	3.3.90.93.00.00.00.00	00.03.0002 (0002) - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	20.500,00
2.086	3.390.93.00.00.00.00	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	1.970,66
1.141	4.4.90.52.00.00.00.00	00.03.0015 (0015) - Transf. de Rec.do Fundo Nac. do Desenv. da Educ. - FNDE	125.000,00
2.029	3.1.90.11.00.00.00.00	00.03.0018 (0018) - Transf. FUNDEB - (aplic. na remun. dos prof. do magisterio em efetivo exercício na educação basica}	202.695,77
2.032	3.1.90.11.00.00.00.00	00.03.0019 (0019) - Transf. do FUNDEB - (Aplic. em outras despesas da Educação Básica	41.038,04
2.014	3.3.90.30.00.00.00.00	00.03.0022 (0022) - Transferências de Convênios ou Contratos de Repass	116.955,09
2.014	3.3.90.39.00.00.00.00	00.03.0030 (0030) - Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Hab	168.626,48
2.038	3.3.90.93.00.00.00.00	00.03.0002 (0002) - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	22.000,00
2.038	3.1.90.13.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	20.000,00
2.038	3.3.90.32.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	8.857,19
2.055	3.3.90.32.00.00.0000	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	188.857,19
2.055	3.3.90.32.00.00.00.00	00.03.0042 (0042) - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	28.355,19
2.009	3.3.90.40.00.00.00.00	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	180.000,00
2.038	3.1.90.11.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	150.000,00
2.038	3.1.90.13.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	50.000,00
2.039	3.1.90.04.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	56.043,11
2.040	3.1.90.11.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	26.000,00
2.040	3.1.90.13.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	10.000,00
2.009	3.1.90.94.00.00.00.00	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	80.000,00
2.013	3.3.90.93.00.00.00.00	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	10.000,00
2.055	.3.90.32.00.00.00.00	00.03.0042 (0042) - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	12.450,00
2.038	3.3.90.34.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	122.000,00
2.118	3.3.90.34.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	218.000,00
2.118	3.3.90.91.00.00.00.00	00.03.0002 (0002) - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	14.449,26
2.092	3.3.90.91.00.00.0000	00.03.0002 (0002) - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	4.042,16
2.038	3.3.90.91.00.00.00.00	00.03.0002 (0002) - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	16.759,32
2.118	3.3.90.34.00.00.00.00	00.03.0046 (0046) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	264.500,00

TOTAL		**2.502. 148,86**

Art. 2º. Para o cumprimento do artigo anterior e, de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64 serão utilizados recursos na ordem de R$ **2.502.148,86** (dois milhões, quinhentos e dois mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos) por superávit financeiro de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, 06 de março de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 119/2020

PORTARIA 119/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR o Sr. **RAMON GOMES COSTA,**portador do **RG Nº 1398401-2 SSP/SP e do CPF Nº 929.595.981-72**, matricula n° 1763 para exercer o cargo em comissão – Função Gratificada de **Diretor,** junto a Escola Municipal Nova Esperança.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 22 de Abril de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2020, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT**, denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MVR1 MOVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI**, inscrito sob o CNPJ **19.071.896/0001-28 ,** denominado **CONTRATADO**, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO COMPLETA DE MÓVEIS PLANEJADOS, INCLUSIVE: TRANSFERIR OS PONTOS ELÉTRICOS E DE REDE DE PAREDES PARA O MÓVEL SE FOR O CASO, ONDE TODOS OS MÓVEIS E SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS DE ACORDO COM O QUANTITATIVO E COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**No O valor total de **R$ 24.927,58** (Vinte e Quatro Mil e Novecentos e Vinte e Sete Reais e Cinqüenta e Oito Centavos).

DIANE VIEIRA DE VASCONCELOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 118/2020

PORTARIA 118/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exoneraro Sr. **RAMON GOMES COSTA,**matricula n° 1763, portador do **RG Nº 1398401-2 SSP/MT e do CPF Nº 929.595.981.72**, do cargo em comissão – Função Gratificada de **Secretario Escolar,** junto a Escola Municipal Nova Esperança**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 22 de Abril de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 115/2020

PORTARIA 115/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 90 (noventa) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora **ZULEIDE LEITE ROCHA**, portadora do **RG N° 1335951-7 SSP/MT** e do **CPF N° 901.338.541.91, Titular do Cargo Efetivo de SERVIÇO DE APOIO I 40 HS SEMANAIS**, conforme Artigos 107 a 116 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, e no aguarde do deferimento da Pericia Medica do **Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 15 de Abril de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
1º. TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 007/2020

1º. TERMO ADITIVO DE VALOR

AO CONTRATO Nº 007/2020.

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.648. 532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, nº 470, Jardim Planalto, na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, casada, portador (a) do RG n. 08176490-4-11.09 SSP/RJ e CPF n. 804.435.751-34, residente e domiciliada na cidade de Alto Paraguai-MT, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELLI**, inscrita sob o CNPJ: 22.103.781/0001-82, situada na Rua XV de novembro, Bairro Centro, Município de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Sr. Valdenor Rodrigues dos Santos, doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Obras e Serviços de Engenharia, com base na **Tomada de Preço n.º 001/2020,** e nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 8.958/94, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Fica aditada a **Cláusula Quinta**, referente ao valor do contrato, conforme ofício encaminhado pelo ENGENHEIRO FISCAL OBRAS – JONAS BOTAN CREA/MT 034430, conforme ofício n. 017/2020 em anexo, justificando a necessidade de adequações financeiras junto ao contrato original.

1.2 Fica aditivado no valor contratual o importe de **R$ 11.779,56 (ONZE MIL, SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo decorre da autorização da Senhora Prefeita Municipal com a devida justificativa, do engenheiro JONAS BOTAN, assim dispôs:

"(...) Este relatório técnico tem o objetivo de apresentar a justificativa técnica para formalização do 1º. Termo Aditivo de Valor do Contrato n. 007/2020, cujo objetivo é a Construção de Muro de Fechamento da Creche Municipal, em processo de execução pela empresa CONTRUTORA ALTO MONTE EIRELI – EPP.

Os serviços complementares a serem aditivados no contrato 007/2020 correspondem a alvenaria de embasamento , que totalizam 55,76m2. Esta alvenaria tem como principal objetivo corrigir o desnível do terreno a fim de garantir o nivelamento da viga baldrame. Os dimensionamentos seguem em anexo conforme croqui levantamento in loco.

Pelo acréscimo de alvenaria entre os blocos de fundação e a viga baldrame, será necessária aditar os quantitativos dos elementos de fundação, tais como: concreto, lançamento do concreto, armaduras de aço tanto longitudinais (8.0 mm) como os estribos (5.0 mm) e a montagem e desmontagem de forma de madeira.

Além dos serviços mencionados acima, será necessária uma complementação em grade nas laterais dos muros existentes dos solares das salas de aula da creche. Permitindo assim, a ventilação e a iluminação.JONAS BOTAN. ENG. CIVIL/CREA/MT 034430."

2.2 – Encontra-se amparo legal no artigo 65, parágrafo 1º. Da Lei 8.666/93 .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

3.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto Paraguai, em 23 de abril de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES Prefeita Municipal	**CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELLI** Valdenor Rodrigues dos Santos
Testemunhas:	
YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA CPF: 037.765.051-09	**SERGIO VINICIUS MASSAROLO DIAS** CPF:044.957.331-17

DECRETO Nº 028/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2.020

DECRETO Nº 028/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2.020

"**Atualiza os critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso.**"

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Senhora ***DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES*****,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 462/2020 que consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que na ADI nº 1007811-16.2020.8.11.0000, manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso entendeu que os municípios têm autonomia e competência legislativa para adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas e de atividades econômicas privadas conforme as peculiaridades locais;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus,

CONSIDERANDO a Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso máscaras de proteção facial, ainda que artesanais, no Estado de Mato Grosso como medida não farmacológica complementar à prevenção da propagação da COVID-19;

D E C R E T A:

Art. 1º- Este Decreto atualiza as diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território de Alto Paraguai, face ao cenário de disseminação do vírus, vivenciado em âmbito municipal.

Art. 2º - No município de Alto Paraguai, independentemente do número de casos confirmados de COVID-19, os cidadãos e os estabelecimentos públicos e privados ficam orientados a adotar as seguintes medidas de prevenção e combate à infecção por coronavírus:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

VIII - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério;

IX - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

§ 1º Para realização de atividades de cunho religioso, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 2º deste Decreto, ficam recomendadas as seguintes medidas:

I - disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

III - controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI - suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinqüenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso.

Art. 3º Fica reiterada a necessidade do uso de máscaras de proteção facial por todas as pessoas que circulem dentro do território do Município de Alto Paraguai, em todo estabelecimento público ou privado, conforme disposto na Lei Estadual nº 11.110, de 22 de abril de 2020.

§ 1º A Polícia Militar e a vigilância sanitária deverão iniciar imediatamente a fiscalização dos estabelecimentos públicos e privados com finalidade orientativa acerca do uso obrigatório de máscaras de proteção facial, ainda que artesanal.

§ 2º Somente poderá ser aplicada multa após visita orientativa prévia aos estabelecimentos fiscalizados pelos órgãos indicados no § 1º deste artigo, a ser registrado por meio de documento próprio.

Art. 4º As recomendações e determinações contidas neste Decreto poderão ser revistas se a taxa de ocupação de leitos de UTIs públicas exclusivas para COVID-19 atingir o percentual de 60% (sessenta por cento) âmbito estadual.

Art. 5º Em caso de manutenção da taxa de ocupação de leitos de UTIs públicas exclusivas para COVID-19 inferior a 60% (sessenta por cento) no âmbito estadual até o dia 30 de abril de 2020, as atividades escolares presenciais da educação infantil e de ensino fundamental, médio e superior, público e privado, poderão ser retomadas em 04 de maio de 2020.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 023, de 31 de março de 2020.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraguai-MT, em 23 de abril de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 120/2020 - NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 120/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar a (o) servidor (a) **TAYANE GOMES SANDIN**, brasileira, Servidor Público na função Coordenadora da atenção básica, inscrito no CPF sob o nº **032.045.251-47,** para exercer a função de **FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO:**

***Art.1.*CONTRATO N.016/2020 referente ao Pregão Presencial ADESÃO Nº.007/2020, *celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa* MVR1 MOVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI**, CNPJ sob nº **19.071.896/0001-28, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO COMPLETA DE MÓVEIS PLANEJADOS, INCLUSIVE: TRANSFERIR OS PONTOS ELÉTRICOS E DE REDE DE PAREDES PARA O MÓVEL SE FOR O CASO, ONDE TODOS OS MÓVEIS E SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS DE ACORDO COM O QUANTITATIVO E COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 23 de Abril de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 106/2020

PORTARIA 106/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar e estabelecer as Normas sobre o Regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010, 265 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010, que Dispõem sobre o Estatuto e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos d o Município de Alto Paraguai-MT.

RESOLVE:

Art. 1º. – Reenquadrar, a servidora municipal LUCIVANIA ORMOND DA SILVA CHAGAS matricula 1755, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **167 A-01** PARA NIVEL **167 A- 02**.

Art. 2º. – Reenquadrar, o servidor municipal RAMON GOMES COSTA matricula 1763, que adquiriu o direito á elevação de CLASSE **169 A- 02**PARA **CLASSE 169B- 02**.

Art. 3º. – Reenquadrar, a servidora municipal MARIA VITOR DA SILVA matricula 1769, que adquiriu o direito á elevação de CLASSE **167 A-01** PARA CLASSE **167D- 02**.

Art. 4º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal CLARICE PITÃO DA SILVA **matricula** 1085, que adquiriu o direito á elevação de CLASSE **178 A-3**PARA CLASSE **178B- 03**.

Art. 5º. – Reenquadrar, a servidora municipal **PRINAS MARINA LUIZ GALVÃO** matricula **1673**, que adquiriu o direito á elevação de CLASSE **169 A-2** PARA CLASSE **169B- 02**.

Art. 6º. – Reenquadrar, a servidora municipal **ANDREIA DE ARRUDA FREITAS** matricula **1751**, que adquiriu o direito á elevação de CLASSE **169 A-2**PARA CLASSE **169B- 2**.

Art. 7º. – Reenquadrar, o servidor municipal **ADONEL FERRER DE FIGUEIREDO** matricula **1520**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 205 A-2**PARA NIVEL **205A- 3**.

Art. 8º. – Reenquadrar, o servidor municipal **ALEXIVALDO LEITE ARAUJO** matricula **75**, matricula 75 que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 198C-7** PARA **NIVEL 198C- 8**.

Art. 9º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal ALZIRA DE ALMEIDA SANTANA matricula 871, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **171 A-2**PARA **NIVEL 171A- 3**.

Art. 10º. – Reenquadrar, a servidora municipal **EDIANE SANTOS DE OLIVEIRA** matricula **647**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 167D-4**PARA **NIVEL 167D- 5**.

Art. 11º. – Reenquadrar, a servidora municipal **EVA LUCIANA DE OLIVEIRA** matricula **649**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 171B-4**PARA **NIVEL 171B- 5**.

Art. 12º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal GIRLENE DA SILVA SANTOS **matricula 87**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 171B-7**PARA **NIVEL 171B- 8**.

Art. 13º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal HELENA RODRIGUES DA SILVA matricula 68, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **167D-7**PARA **NIVEL 167D- 8**.

Art. 14º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal GLEICE ANE ALVES DE SOUZA **matricula** 86, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **167D-7**PARA **NIVEL 167D- 8**.

Art. 15º. – Reenquadrar, o servidor municipal **FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA** matricula **70**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 167A-7**PARA **NIVEL 167A- 8**.

Art. 16º. – Reenquadrar, o servidor municipal **JOSIMAR LUCAS MAGALHÃES** matricula **95**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 167A-7**PARA **NIVEL 167A- 8**.

Art. 17º. – Reenquadrar, o servidor municipal **LAELSON AGRIPINO DA SILVA** matricula **646**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 167D-4**PARA **NIVEL 167D- 5**.

Art. 18º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal LEONICE FERREIRA DA SILVA matricula **648**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 171B-4**PARA **NIVEL 171B- 5**.

Art. 19º. – Reenquadrar, a servidora municipal **MARCIA ARAUJO GOMES** matricula **76**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 167D-7**PARA **NIVEL 167D- 8**.

Art. 20º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal MARILENE DOS SANTOS TITO matricula **79**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 167D-7**PARA **NIVEL 167D- 8**.

Art. 21º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal NELCY MAY DE SOUZA **matricula** 83, que adquiriu o direito á elevação de NIVEL **167D-7**PARA **NIVEL 167D- 8**.

Art. 22º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal NILDES RODRIGUES DE OLIVEIRA matricula **85**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 171B-7**PARA **NIVEL 171B- 8**.

Art. 23º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal NILDES RODRIGUES DE OLIVEIRA matricula **85**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 171B-7**PARA **NIVEL 171B- 8**.

Art. 24º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal VANUZA DE ALMEIDA MOREIRA matricula **81**, que adquiriu o direito á elevação de **NIVEL 167D-7**PARA **NIVEL 167D- 8**.

Art. 25º. – Reenquadrar, a servidor**a** municipal RAMON GOMES COSTAS **matricula** 1763, que adquiriu o direito á elevação de CLASSE **169A-2**PARA **CLASSEL 169B- 2**.

Art. 5º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **revogada** as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se ;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 31 de Março de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

DECRETO Nº 548/2019

DISPÕE SOBRE O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI – 2020, DE RESPONSABILIDADE DO CONTROLE INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Sr**. FABIO MAURI GARBUGIO**, no uso de suas atribuições legais e objetivando a operacionalização do Sistema Integrado de Controle Interno do Município de Alto Taquari:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Homologado o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o exercício de 2020, conforme Anexo, destinado a acompanhar e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de gestão e controle interno adotados pelas unidades responsáveis e executoras dos sistemas administrativos.

Art. 2º A Controladoria Geral do Município será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados constantes do Plano de Auditoria Interna.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Taquari - MT, em 16 de Dezembro de 2019.

FABIO MAURI GARBUGIO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N.º 090/2020.

"Disciplina as consignações facultativas em folha de pagamento no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo do Município de Alto Taquari e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Alto Taquari-MT, Estado de Mato Grosso, Sr. FABIO MAURI GARBUGIO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Artigo 1º - Este Decreto disciplina as consignações facultativas em folha de pagamento no âmbito de Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Alto Taquari.

Artigo 2º - Somente incidirão desconto na remuneração do servidor público ativo, do inativo e do pensionista por imposição legal, judicial ou administrativa ou ainda, por autorização prévia e formal.

Artigo 3º - Considera-se para fim deste Decreto:

I – Consignatária: destinatária dos créditos resultantes das consignações;

II – Consignante: órgão público, entidade pública ou pessoa jurídica privada que realiza o controle e averbações em favor da consignatária;

III – Consignado: o servidor público comissionado ou efetivo ativo, inativo, pensionista e o estabilizado constitucionalmente que autorize desconto de consignações em folha de pagamento;

IV – Consignação compulsória: desconto efetuado na remuneração do servidor público efetivo ativo, inativo, pensionista e do estabilizado constitucionalmente, por imposição legal, judicial ou administrativa;

V – Consignação facultativa: desconto efetuado na remuneração do servidor público efetivo ativo, inativo, do pensionista e do estabilizado constitucionalmente por sua autorização prévia e formal e anuência da Administração Pública Municipal.

Artigo 4º - São consignações compulsórias:

I – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público;

II – Contribuição para Previdência Social;

III – Obrigações decorrentes de decisão judicial ou administrativa;

IV – Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;

V - Reposição e indenização ao erário;

VI – Outras obrigações decorrentes de imposição legal.

Artigo 5º - Poderão ser consignatárias das consignações facultativas, para fins e efeitos deste Decreto:

I – Entidades de classes de servidores;

II – Cooperativas;

III – Entidades de previdência privada;

IV – Instituições financeiras;

V – Instituições de ensino;

VI – Serviços sociais autônomos;

VII – Serv Saúde;

VIII – Contribuições sindicais e para associações representativas da classe;

§ 1º - As consignatárias mencionadas no inciso I somente poderão ser destinatárias de consignações relativas à mensalidade instituídas para seu custeio e à quitação de convênios disponibilizados aos servidores, para aquisição de bens e serviços.

§ 2º - As consignatárias mencionadas nos incisos II e III deste artigo somente poderão ser destinadas as consignatárias relativas à contribuição para seu custeio, contribuição para planos de saúde, pecúlio, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar.

§ 3º - As consignatárias mencionadas no inciso IV deste artigo somente poderão ser destinatárias de consignações relativas a empréstimo, financiamento habitacional, arrendamento residencial ou reescalonamento de dívidas vencidas e vincendas.

§ 4º - As consignatárias mencionadas no inciso V deste artigo somente poderão ser destinatárias de consignações relativas a mensalidades escolares pagas pelos servidores públicos.

§ 5º - As consignatárias mencionadas no inciso VI deste artigo somente poderão ser destinatárias de consignações relativas à utilização de suas unidades de lazer pelos servidores público municipais.

§ 6º - As consignações mencionadas no inciso VII deste artigo poderão ser destinatárias tanto de consignações relativas às mensalidades quanto das coparticipações.

§ 7º - Quanto às entidades administrativas de cartão de crédito, permanecerão vigentes apenas as contratadas até a presente data.

Artigo 6º - O controle e averbação de todas as consignações em folha de pagamento, obrigatórias e facultativas, do Poder Executivo do Município de Alto Taquari serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda poderá designar pessoa jurídica de direito privado para realizar o controle e averbação das consignações facultativas em folha de pagamento.

§ 2º - O gerenciamento realizado pela pessoa jurídica designada no parágrafo anterior não trará qualquer ônus ao Poder Executivo do Município de Alto Taquari, cabendo às consignatárias arcarem com o custeio do processamento.

§ 3º - O Poder Executivo do Município de Alto Taquari, através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, poderá retomar o controle e averbação das consignações facultativas em folha de pagamento a qualquer momento, ocasião em que não caberá qualquer tipo de indenização a pessoa jurídica designada.

§ 4º - Os custos pelo processamento das consignações que tratem de amortização de financiamento habitacional serão arcados pelos servidores públicos municipais.

Artigo 7º - As consignações facultativas observarão a seguinte ordem de prioridade:

I- Contribuição ou mensalidade para serviço de saúde prestado diretamente por órgão público municipal, ou para plano de saúde prestado mediante celebração de convênio ou contrato com o Município, por operadora ou entidade aberta ou fechada; **II-** Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos aos servidores públicos ao amparo de convênios celebrados com instituições financeiras. **III-** Coparticipação para Serv Saúde ou qualquer outro plano de saúde mantido diretamente pelo Município, empresa pública estadual ou autárquica. **IV-** Sistemas de gestão complementar a saúde e subsistências do servidor. **V-** Prestação referente à amortização de financiamento habitacional ou arrendamento habitacional. **VI-** Contribuição para associações de classe dos servidores.

Parágrafo Único. As demais consignações concorrerão entre si, observando a ordem cronológica do preenchimento das propostas de consignação.

Capítulo II – DO CREDENCIAMENTO

Artigo 8º - As pessoas jurídicas interessadas no credenciamento como consignatárias, discriminadas no Art. 5º deste Decreto, deverão fazê-lo junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e necessitarão, também, de expressa autorização do Prefeito Municipal, dispensadas aquelas dos incisos I, II e VII do mesmo artigo.

§ 1º - As consignatárias mencionadas no inciso V do artigo 5° deste Decreto deverão informar no requerimento de credenciamento o percentual de desconto que será ofertado aos servidores públicos, para adesão à consignação em folha de pagamento, sob pena de indeferimento do credenciamento.

Artigo 9º - Serão beneficiados com o credenciamento para a realização de consignações em folha de pagamento, quem tiver os seguintes requisitos:

I – Ato constitutivo em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades empresárias, sociedades simples, sindicatos, associações, fundações privadas, cooperativas, com os respectivos documentos de eleição de seus administradores ou da diretoria em exercício;

II – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Secretaria da Receita Federal;

III - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicilio ou sede do requerente;

IV – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicilio ou sede do requerente, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

a) Certidão conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Divida Ativa da União, expedida nas Unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional ou pela internet; **b)** Certidão expedida pela Secretaria de Fazenda Do Estado ou órgão equivalente; **c)** Certidão expedida pela Secretaria de Receita do Município ou órgão equivalente; **V** – Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; **VI** – Prova e situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através da apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND; **VII** – Certidão Negativa de falências e concordatas; **VIII** – Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal; **IX** – Informação do banco, agência e número de conta corrente em nome da entidade consignatária nos quais darão os créditos das respectivas consignações; **X** – Exposição da espécie ou das espécies de consignações

pretendidas, devidamente detalhadas, juntando cópia dos ajustes ou contratos a serem assinados pelos servidores, incluindo também as cláusulas a que se submeterão. **§ 1º** - As instituições financeiras, além dos documentos previstos no parágrafo anterior, deverão apresentar certidão de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil, de forma a comprovar que não está sob intervenção. **§ 2º** - Os documentos mencionados nos incisos V, VI e VII deverão ser apresentados dentro do prazo de validade fixado pelo órgão emitente, sob pena de indeferimento do pedido de credenciamento. **§ 3º** - As clínicas médicas e odontológicas além dos documentos previstos no caput no artigo 9 ª, deverão apresentar os seguintes documentos: **I –** Em relação ao estabelecimento: **a)** Registo de inscrição da clínica no Conselho Regional de Odontologia; **b)** Alvará de localização e funcionamento; **c)** Termo de licença de funcionamento sanitário;

II – Em relação ao responsável técnico:

a) Cópia autenticada do Diploma de graduação específico; **b)** Certidão profissional emitida pelo Conselho Regional de Odontologia.

§ 4º - Somente será concedido credenciamento nas espécies que as consignatárias estiverem autorizadas por lei e/ou estatuto.

Capítulo III – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DO CONVÊNIO

Artigo 10 – Após estarem devidamente credenciadas, as consignatárias deverão, obrigatoriamente, firmar:

I – Convênio com o Município de Alto Taquari, representado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda com prazo máxima de vigência de 48 (quarenta e oito) meses;

II – Contrato especifico de prestação de serviços com a pessoa jurídica designada pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a qual possibilitará o processamento e controle das consignações em folha de pagamento.

Capítulo IV – DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Artigo 11 – O pedido de renovação de credenciamento será realizado mediante convênio escrito o Município de Alto Taquari e as consignatárias elencadas no artigo 5º, sendo intermediadas pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

§ 1º - No pedido de renovação, as consignatárias, deverão cumprir o mesmo procedimento exigido para o credenciamento, observado o disposto no artigo 5º e seus parágrafos.

§ 2º - O pedido de renovação deverá obrigatoriamente ser apresentado no prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao término de vigências, possibilitando que a renovação seja feita dentro desse período.

§ 3º - A inobservância pelas consignatárias do prazo previsto no parágrafo anterior acarretará no atraso da análise de renovação, que repercutirá no início do período de vigência, ficando dessa forma suspensos os novos pedidos de consignações durante a lacuna (vencimento do convênio anterior e início de vigência do novo convênio) até que seja publicada no Diário Oficial do Tribunal de Contas, a renovação.

Artigo 12 – Durante a análise do pedido de renovação constatada a ausência de quaisquer documentos mencionado nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 9º, será indeferido o pedido de renovação.

Parágrafo único. O indeferimento mencionado neste artigo não impedirá que as consignatárias possam protocolar novas pedidos de renovação, observada a suspensão prevista no § 3º do artigo anterior.

Capítulo V – DA INCLUSÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE CONSGINAÇÕES

Artigo 13 – As consignações facultativas não ultrapassarão o parcelamento de 120 (cento e vinte) meses nos casos de convênio com instituições financeiras e poderão atingir o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração líquida do servidor.

§ 1º - Considera-se remuneração líquida do servidor a renda bruta subtraída das consignações compulsórias.

§ 2º - Não estão compreendidos na base de cálculo de que trata o caput os pagamentos referentes às férias, gratificação natalina e outras vantagens de caráter extraordinário ou eventual.

§ 3º - Caso a soma das consignações compulsórias e facultativas exceda o limite de 70% (setenta por cento) dos rendimentos mais gratificações de caráter continuado, serão suspensos os descontos das consignações facultativas, respeitada a ordem estabelecida no art. 7º do presente decreto.

§ 4º - Em caso de consignação para servidor ocupante de cargo de provimento em comissão o parcelamento não poderá exceder o período da gestão político – administrativa correspondente.

§ 5º - Em caso de aposentadoria do servidor fica permitida, mediante negociação/renegociação entre este e a consignatária, a transferência da consignação para os órgãos previdenciários pertinentes.

Artigo 14 – Caso as consignações facultativas em folha de pagamento excedam o limite estabelecido no artigo anterior, estas não serão processadas, devendo aguardar a liberação de margem consignável, para novo registro, observando a prioridade descrita no artigo 7ª deste Decreto.

Parágrafo Único. Completado o prazo de 60 (sessenta) dias sem que haja liberação de margem consignável ao servidor, as consignações mencionadas no caput serão totalmente canceladas.

Artigo 15 – Em caso de exoneração do servidor antes da quitação integral da consignação, a consignatária poderá ao consignante

a reserva de 30% (trinta por cento) do saldo da rescisão para abatimento no valor da consignação, desde que mediante anuência expressa do consignado, ficando isento o município de quaisquer pagamentos após a exoneração do servidor.

Capítulo VI – DA RESPONSABILIDADE PELAS CONSIGNAÇÕES

Artigo 16 – A consignação facultativa em folha de pagamento não implica em responsabilidade do Município de Alto Taquari por dívida, inadimplência, desistência, ou pendência de qualquer natureza assumida pelo servidor público efetivo, pelo inativo e pelo pensionista perante a entidade consignatária.

Artigo 17 – As consignatárias são responsáveis solidariamente pelos prejuízos causados por atos de empresas terceirizadas que as representem, no montante de suas operações e consignações.

Capítulo VII – DOS DEVERES DAS CONSIGNATÁRIAS

Artigo 18 – As consignatárias restituirão ao consignado, de ofício, por solicitação do mesmo ou da Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as diferenças que forem descontadas a maior, bem como os descontos indevidos.

Artigo 19 – As consignatárias têm o dever legal de prestar informações acerca do débito contratado pelos consignados.

§ 1º - As consignatárias terão um prazo de 02 (dois) dias, contados do pedido, para atender à solicitação.

§ 2º - Constarão obrigatoriamente na informação os seguintes dados:

I – o quantum total da operação pactuada;

II – o valor já amortizado em folha de pagamento;

III – o valor remanescente a consignar;

IV – quantidade de parcelas do débito;

V – quantidade de parcelas remanescentes;

VI – percentual de juros cobrados na transação;

VII – valor discriminado dos demais encargos cobrados do Consignado.

Artigo 20 – Os consignados poderão antecipar o débito, total ou parcialmente.

§ 1º - No caso de opção de antecipação total ou parcial de seu débito, junto à entidade consignatária, a mesma tem o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para emitir o boleto bancário cujo vencimento não será inferior a 02 (dois) dias de emissão.

§ 2º - A operação mencionada no parágrafo anterior poderá ser feita ainda mediante a indicação de Conta identificada, a qual deverá ser fornecida no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, possibilitando ao consignado o pagamento via Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Documento de Crédito (DOC).

§ 3º - Em caso de pagamento via TED ou DOC a consignatária se compromete a manter o valor informado durante o prazo mínimo de 03 (três) dias após indicação da conta.

§ 4º - Uma vez liquidado o débito de forma antecipada, desde que totalmente, a entidade consignatária terá as mesmas 48 (quarenta e oito) horas para proceder ao cancelamento das consignações.

§ 5º - Nos casos de amortização parcial de débito as consignatárias terão um prazo de 72 (setenta e duas) horas para proceder ao cancelamento das consignações, referentes às prestações quitadas.

Artigo 21 – Os deveres aqui expressos não excluem outros decorrentes de Lei especialmente os previstos na Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

Capítulo VIII – DAS PENALIDADES

Artigo 22 – As sanções a serem impostos as consignatárias são:

I- Suspensão da consignação; **II-** Desativação temporária da consignatária; **III-** Descredenciamento da consignatária.

Artigo 23 – A entidade consignatária será suspensa temporariamente, enquanto não regulariza a causa da suspensão, quando:

I – constatar-se irregularidade no cadastramento, recadastramento ou em processamento de consignação;

II – deixar de prestar informações ou esclarecimento nos prazos solicitados pela Administração;

III – não comprovar ou deixar de atender as exigências legais ou normas estabelecidas pela Administração;

IV – não fornecer, quando notificado, documentos necessários à análise de apuração de irregularidades, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

V – deixar de efetuar o ressarcimento ao consignado de valores cobrados a maior ou indevidamente descontados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da constatação da irregularidade;

VI – não informar no sistema de informática específico de consignação facultativas o saldo devedor a pedido do servidor ou recusar prestar informação sem justificativa plausível, em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da solicitação;

VII – Não providenciar a liquidação do contrato e liberação da margem consignável após quitação antecipada efetuada pelo servidor, em até 02 (dois) dias úteis, contados da data do pagamento;

VIII – recusar receber o pagamento, no caso de compra de dívida, sem justificativa plausível;

IX – tomar medidas de cobrança extrajudicial ou judicial contra servidor sem que haja certificação da não ocorrência de inadimplemento, mediante verificação prévia e minuciosa análise dos arquivos específicos fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos.

§ 1º - Ocorrerá a suspensão quando a consignatária não cumprir os prazos previstos no Capítulo VII.

§ 2º - A consignatária será notificada para que em 02 (dois) dias regularize as pendências. Findo o prazo sem que resolva a pendência, a suspensão produzira efeitos automaticamente.

Artigo 24 – A entidade consignatária será suspensa pelo período de 6 (seis) a 12 (doze) meses quando:

I – ceder a terceiros, a qualquer título, e sem autorização da Administração Pública, rubricas de consignação;

II – permitir que terceiros procedam à averbação de consignações;

III – utilizar rubricas para descontos não previstos neste decreto;

IV – for constatada a prática de custos financeiros acima do limite máximo estabelecido pela Administração;

V – reincidir em quaisquer práticas vedadas pelo artigo anterior.

Artigo 25 – O descredenciamento implica na inabilitação da consignatária, com rescisão do convênio, bem como a desativação de sua rubrica e perda da condição de cadastrada, ficando vedada qualquer operação de consignação no período de 24 (vinte e quatro) meses.

Artigo 26 – A entidade consignatária será descredenciada nas hipóteses de:

I – reincidência ou habitualidade em práticas que impliquem sua suspensão;

II – prática comprovada de ato lesivo ao servidor ou à administração, mediante fraude, simulação ou dolo.

Artigo 27 – No caso específico de inclusão de consignação sem autorização do servidor será encaminhado pela consignante, processo administrativo para o Ministério Público para as providências legais.

Artigo 28 – Em se tratando da suspensão prevista no artigo 23 deste decreto fica defeso à consignatária proceder a qualquer inclusão em serviços de proteção ao crédito, ou tomar qualquer medida em face do consignado, sob pena de incorrer em desativação temporária.

§ 1º - Na hipótese prevista no caput ficará a Consignatária vedada de consignar as prestações atrasadas de forma cumulativa.

§ 2º - Cabe ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda estabelecer os procedimentos para instauração de processo administrativo visando ao cumprimento do disposto nos arts. 12 a 15 deste decreto, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Capítulo IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRNASITÓRIAS

Artigo 29 – Na hipótese de compra e venda de contrato de empréstimo/financiamento (recompra), de uma consignatária para outra o servidor somente poderá utilizar-se deste recurso na hipótese de ter quitado, no mínimo, 12 (doze) parcelas do contrato de empréstimo/financiamento firmado.

Artigo 30 – O disposto neste decreto aplica-se aos proventos de aposentadoria, às pensões, à remuneração do servidor efetivo ativo, inativo e o estabilizado constitucionalmente.

Artigo 31 – As entidades consignatárias poderão, por sua livre disposição, conceder empréstimos consignados em folha de pagamento aos servidores públicos exclusivamente comissionados e contratados temporariamente.

Artigo 32 – A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no exercício de sua competência, expedirá as instruções complementares que se fizerem necessárias à aplicação deste decreto, assim como disciplinará os procedimentos de inclusão, alteração, cancelamento, antecipação de prestação, suspensão, exclusão e responsabilidade das consignatárias.

Artigo 33 – O Município fica isento de qualquer pendência junto a instituição no que se refere as dívidas contraídas, seja ela qual for por servidores de qualquer espécie, bem como, de instituições que venha ficar inadimplente com o respectivo banco.

Artigo 34 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Taquari-MT, 23 de abril de 2020.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020 EDITAL RESUMIDO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE POLIGUINDASTES E CAÇAMBA ESTACIONARIA PARA SISTEMA ROTATIVO DE RECOLHIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **08/05/2020.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 23 de Abril de 2020. **Josieli Froes Briancini** Pregoeira

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI 2020

Elaborado pela Unidade de Controle Interno – UCI do Município de Alto Taquari – MT.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL .....3 FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAAI 2020.....4 AÇÕES DE MONITORIAMENTO PREVISTAS..... 5 AÇÕES DE AUDITORIAS PREVISTAS..... 5 AÇÃO DE AUDITORIA Nº 01 - GESTÃO FINANCEIRA.....6 AÇÃO DE AUDITORIA Nº 02 – NÍVEL DE ENTIDADE .....6 AÇÃO DE AUDITORIA Nº 03 – AUDITORIAS ESPECIAIS.....7 AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO PREVISTAS.....7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....8 CRONOGRAMA ANUAL.....9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....9

INTRODUÇÃO

A Auditoria do Controle Interno tem como missão garantir serviços de auditoria e controle interno com excelência, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados, visando assegurar os princípios fundamentais da Administração Pública, e ainda, pautando – se sempre pela ética e transparência, com o objetivo de exercer o controle dos atos de gestão por meio de auditoria preventiva. Consequentemente, atua para garantir o cumprimento das normas quanto a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E nessa perspectiva, consolidar a transparência e o controle social sobre a gestão.

Nesse aspecto, o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI tem como objetivo planejar as ações das auditorias internas para o exercício em tela, dentre os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do município de Alto Taquari – MT.

O presente Plano Anual de Auditoria Interna prevê a realização de auditorias preventivas, reativas e pedagógicas, em setores previamente definidos, nas áreas de Recursos Humanos, Patrimônio, Financeiro, Compras, Licitação, Contratos, Convênios, Orçamento, Frotas, Contabilidade, Educação, Saúde, Tributos, Jurídico, dos diversos sistemas administrativos, e ainda promover a apuração de denúncias formais, relativas a irregularidades ou ilegalidades praticadas em qualquer órgão ou entidade da administração municipal, dando ciência ao titular do Poder Executivo, ao interessado e ao titular do órgão ou autoridade equivalente a quem subordine o autor objeto da denuncia.

As auditorias preventivas serão realizadas ao tempo do ato, procedimento ou processo, tendo por fim atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos; as auditorias reativas analisam os procedimentos *a posteriori* de sua realização, e buscam conferir se os princípios básicos da Administração Pública e demais legislações pertinentes foram devidamente aplicados.

As analises da Auditoria Interna não possuem caráter punitivo, ao contrario, almejam de forma pedagógica, esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando aos auditados da importância em submeterem-se as normas vigentes.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O sistema de Controle Interno e exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem comonas normas especificas do TCE/MT.

A elaboração do PAAI – 2020 encontra-se fundamentada nas disposições das seguintes normativas:

a) Lei Municipal nº 482/07, de 07 de dezembro de 2007: Dispõe sobre alterações da Lei Municipal nº 390/04, transforma, cria cargos e institui o Sistema de Controle Interno do Município de Alto Taquari e da outras providencias.

b) Resolução Normativa nº 33/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: Aprova padrões e prazos de envio dos pareceres da Unidade Central de Controle Interno das organizações municipais sobre as contas anuais de gestão e de governo ao TCE/MT estabelecem diretrizes para o sistema de controle interno e dá outras providências.

c) Resolução Normativa nº 26/2014 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: Altera a Resolução Normativa nº 33/2012, aprova os requisitos, o conceito e a estrutura da referência do sistema de controle interno dos fiscalizados, bem como estabelece a competência da UCI para elaborar, aprovar, modificar e executar o seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI.

d) Resolução Normativa nº 17/2017 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: Dispõe sobre a instituição definitiva do Programa de Aprimoramento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados, denominado Programa Aprimora, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e revoga a Resolução Normativa nº 2/2017 – TP.

FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAAI 2020

No exercício do controle preventivo o SCI adotará as seguintes medidas:

a) Realizar auditorias nas mais diversas áreas compostas pelos Sistemas Administrativos definidos pelo Resolução Normativa 01/2007 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

b) Emitir pareceres, recomendações e orientações para aprimorar o controle interno, quando constatada pelo SCI falhas nos procedimentos de rotinas;

c) Responder consultas ás unidades executoras quando solicitadas;

d) Informar e orientar as unidades executoras quanto às determinações e recomendações emitidas pelos órgãos de controle externo para o seu fiel cumprimento;

e) Realizar demais atos de controle preventivos inerentes às funções de Controle Interno.

AÇÕES DE MONITORAMENTO PREVISTAS Serão realizadas ações de monitoramento sobre as determinações e recomendações oriundas dos órgãos de Controle Externo e Interno, conforme quadro abaixo, com o objetivo de verificar se as mesmas foram atendidas de maneira satisfatória pela Administração Publica Municipal, evitando, dessa forma que as cotas sejam julgadas irregulares e impliquem em sanções aos responsáveis pela gestão.

SISTEMA	AÇÃO	DEPARTAMENTO E/OU UNIDADE MONITORADA	RESPONSÁVEL	OBJETIVO	PERÍODO
Contratações Públicas	Monitoramento	Administração, Compras e Licitação.	UCI	Monitorar a elaboração do plano de ação da auditoria 01/2019 – contratações públicas e a concretização das ações planejadas.	Janeiro a Dezembro
Gestão de Frotas	Monitoramento	Administração, Viação, Obras e Planejamento.	UCI	Monitorar a elaboração do plano de ação da auditoria 02/2019 – gestão de frotas e a concretização das ações planejadas.	Janeiro a Dezembro

AÇÕES DE AUDITORIAS INTERNAS PREVISTAS De acordo com o conceito apresentado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, auditoria consiste no conjunto de métodos, procedimentos e técnicas e classifica-se em: a) **Auditorias de regularidade**: objetivam examinar a legalidade e a legitimidade dos atos dos responsáveis pela gestão, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial. Compõem as auditorias de regularidade, as auditorias de conformidade e as auditorias contábeis. b) **Auditorias operacionais**: objetivam examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública. Dessa maneira serão previstas para o exercício de 2020 a realização de auditorias de regularidade e operacionais nos sistemas administrativos abaixo discriminados: **AÇÃO DE AUDITORIA Nº 001 – GESTÃO FINANCEIRA.**

Área Auditada	Gestão Financeira
Relevância	Verificação da programação financeira, disponibilidade de caixa, ingressos financeiros, desembolso financeiro, consignações, ordem cronológica de exigibilidade, conciliação bancária. Juntamente com a análise e acompanhamento das peças de planejamento relacionado ao PPA, LDO e LOA.
Objetivo da Auditoria	Mitigar riscos associados às atividades desenvolvidas.
Resultados Esperados	Adequação e efetividade nas atividades do sistema de Gestão Financeira.
Escopo do Trabalho	Será realizada auditoria no sistema de gestão financeira, em conformidade com o sistema Aprimora.
Cronograma	Janeiro a Dezembro de 2020
Local	Setores de Finanças
Responsável	UCI
Conhecimentos específicos	LRRF -001/2000, Lei 4320/64 e, Instrução normativa SCI nº 023/2011, Instrução Normativa SCI nº 018/2011SCI e Instrução Normativa nº 002/2010.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 002 – NÍVEL DE ENTIDADE

Área Auditada	Administração
Relevância	Verificar a existência de código de ética; regimento interno; organograma; a instituição do controle interno; a criação da ouvidoria e atuação; a existência de políticas de procedimentos; estabelecendo as práticas admitidas para selecionar, desenvolver e reter colaboradores; a existência de programa de capacitação e treinamento anual; a existência de processo de planejamento estratégico, com desdobramento em planos; a existência do plano de gestão de risco; a emissão das normativas aos sistemas administrativos, conforme previsto na RC TCE/MT 001/2007; a elaboração dos planos de ação estabelecidos pelo programa Aprimora TCE/MT; o atendimento da Organização a Lei de Acesso a Informação – LAI e SIC; se a entidade dispõe do canal de denúncias ao colaboradores, terceiros e públicos externos; se o sistema de controle interno tem sido avaliado pela Unidade de Controle Interno.
Objetivo da Auditoria	Melhoria da efetividade de forma contínua e permanente dos controles internos.
Resultados Esperados	Definição dos objetivos, detecção dos riscos e adequação dos controles internos.
Escopo do Trabalho	Será realizada auditoria em nível de entidade, em conformidade com o sistema Aprimora.
Cronograma	Janeiro a Dezembro de 2020
Local	Prefeitura Municipal de Alto Taquari
Responsável	UCI
Conhecimentos específicos	Resolução normativa nº 19/2018 – TP, código de ética dos servidores públicos Municipais.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 003 – AUDITORIAS ESPECIAIS

Avaliação Sumária	Atendimento das determinações da Administração Superior, Controle Externo, apuração de denuncias e outras situações não previstas.
Relevância	Atender as demandas apresentadas
Objetivo da Auditoria	Cumprir determinações da Administração Superior, Controle Externo.
Resultados Esperados	Cumprir as demandas a fim de coibir as irregularidades/improbidades.
Cronograma	Janeiro a Dezembro de 2020.
Local	De acordo com a demanda apresentada.
Responsável	UCI

AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

De acordo com o conceito apresentado pelo Tribunal de Contas da União – TCU o acompanhamento é realizado de forma periódica e concomitante a execução dos atos de gestão, tendo como principal objetivo prevenir a ocorrência de atos danosos ao interesse publico, seja por se mostrarem em desacordo com os normativos vigentes, seja por não alcançarem os objetivos previstos de forma econômica, eficiente, eficaz, efetiva e equitativa.

Face ao exposto para o exercício de 2020 são previstas a realização das seguintes ações de acompanhamento:

Nº AÇÃO	SISTEMA	DESCRIÇÃO AÇÃO	LOCAL	EQUIPE	OBJETIVO
01	Sistema de Saúde	Acompanhamento da implementação da Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável aos processos de logística de medicamentos.	Secretaria Municipal de Saúde	UCI	Promover o acompanhamento da implementação da Matriz de Riscos e Controles – MRC na área da Saúde de acordo com a Resolução Normativa nº 08/2016 – TP.
02	Sistema de Gestão Financeira	Acompanhamento da implementação da Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável às atividades relacionadas à gestão financeira.	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	UCI	Promover o acompanhamento a implementação da Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável as atividades relacionadas a gestão financeira de acordo com a Resolução Normativa nº 16/2018 – TP.
03	Sistema de Educação	Acompanhamento da implementação da Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável aos processos de gestão dos programas de alimentação e nutrição escolar.	Secretaria Municipal de Educação	UCI	Garantir de forma continua e permanente a eficácia das atividades de controle definidas na MRC, visando mitigar os riscos associados às atividades relevantes, conforme determinação da Resolução Normativa nº 34/2016 – TP.
04	Sistema de Transportes	Acompanhamento da implementação da Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável aos processos de Gestão de Frotas.	Secretaria de Administração e demais Secretarias envolvidas no processo	UCI	Garantir de forma continua e permanente a eficácia dos controles internos definidor pela MRC, visando mitigar os riscos associados a cada atividade conforme determinação da Resolução Normativa nº 15/2017 – TP.
05	Sistema de Compras, Licitações e Contratos	Acompanhamento da implementação da Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável aos processos de Contratações Públicas	Secretaria de Administração e demais Secretarias envolvidas	UCI	Garantir de forma continua e permanente a eficácia dos controles internos definidor pela MRC, visando mitigar os riscos associados a cada atividade conforme determinação da Resolução Normativa nº 28/2017 – TP.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Serão realizadas atividades complementares consideradas imprescindíveis para a qualidade dos trabalhos, tais como:

a) Capacitação;

b) Participação em Fóruns, Encontros e Palestras;

c) Planejamento Anual.

CRONOGRAMA ANUAL

O cronograma anual estabelecido para as ações constantes neste PAAI ficou definido para o exercício de 2020, porém, as auditorias especiais a serem executadas serão definidas conforme demanda.

Isso se deve ao fato da obrigatoriedade de cumprir a Resolução Normativa nº 33/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que aprova padrões de envio de Parecer da Unidade de Controle Interno ao TCE-MT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Anual de Auditoria Interna consiste no planejamento para a realização das ações ordenadas das atividades de auditoria, com sua elaboração espera-se que os resultados dos trabalhos da auditoria sejam compatíveis com tal planejamento, e que seus resultados possam ser alcançados, podendo fortalecer a gestão.

Ao longo do exercício o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores internos e externos que possam vir prejudicar ou influenciar sua execução.

A aprovação do PAAI é de responsabilidade da Unidade de Controle Interno conforme preceitua o artigo 8º da Resolução Normativa nº 26/2014 – TP.

Alto Taquari – MT, 16 de dezembro de 2019.

Jéssica Pereira Cardoso

Controladora Interna do Município

PORTARIA 109/2020 DE 23 DE ABRIL DE 2020.

O EXCELENTISSIMO SENHOR PREFEITO

MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

LEGAIS, NAFORMA DA LEI ORGANICA

MUNICIPAL

CONSIDERANDO o disposto no artigo 148 do Estatuto do Servidor Publico, bem como a necessidade de criar Comissão Processante, a fim de instruir o processo administrativo disciplinar em desfavor dos servidores Marta Regina Barcelo Cardoso e Osvaldo Gomes da Silva a fim de apurar crimes contra a administração pública, bem como conduta incompatível com as suas funções e desrespeito com seus superiores hierárquicos;

RESOLVE:

1. Fica criada a Comissão Processante com os seguintes membros:

I- Eliana Barbosa da Silva - Presidente

II- Isaac Rodrigues da Silva - Secretário

III- Andréia Rosa de Oliveira – Membro

2. Após ser tipificada infração disciplinar, especificando os fatos contra ambos imputados e as respectivas provas, obedecendo-se em todo o possível, ao disposto no artigo 41 do Código de Processo Penal;

3. Em seguida o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

4. A Comissão deve cumprir o determinado no artigo 152 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 60(sessenta) dias o prazo de conclusão do processo administrativo, observando inclusive, os parágrafos 1º e 2º do referido artigo.

5. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário em especial a portaria 064/2020.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

LEI N.º 1127/2020

"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do Fundo a Fundo , do FES - Fundo Estadual de Saúde R$ 197.618,80 e R$ 247.954,98 com recursos do FNS - Fundo Nacional de Saúde "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa do Senhor Fabio Mauri Garbugio, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por superávit financeiro do RECURSO FUNDO A FUNDO até o montante de **R$ 197.618,80** (cento e noventa e sete mil seiscentos e dezoito reais e oitenta centavos) fonte 0142000000 Transferências do **Fundo Estadual de Saúde** e R$ **247. 954,98** (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos) da Fonte de Recurso 0146000000 **Fundo Nacional de Saúde** totalizando **R$ 445.573,78** no orçamento vigente, **LOA 2020**, **Lei 1100/2019**, nos termos do artigo 42 Lei n.º 4.320/64**,** para atender as seguintes dotações orçamentárias:

05.130.00 – SEC MUN DE DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fr:0342008000 Transferência Fundo a Fundo - FES

Atividade - 2091 - Manter o Programa saúde da Familia

319000000 - Aplicação direta 197.618,80

05.130.00 – SEC MUN DE DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fr:0346008000 Transferência Fundo a Fundo - FNS

Atividade - 2091 - Manter o Programa saúde da Família

319000000 - Aplicação direta 147.954,98

05.130.00 – SEC MUN DE DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fr:0346017000 Transferência Fundo a Fundo - FNS

Atividade - 2097 - Manter a Assistência Ambulatorial e Hospitalar - MAC

319000000 - Aplicação direta 100.000,00

TOTAL 445.573,78

Art. 2º - Para suplementar as dotações no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício anterior no valor de **R$ 445.573,78 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos)**, de acordo com o disposto no art. 42 e art. 43;

Considerando o § 1º; I e § 2º da Lei nº 4.320/1964 que diz **§ 1º - Consideram-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos: I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; § 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.**

§ Único - Integram este Ato os seguintes Anexos:

I - BDT - Boletim Diário de Tesouraria do dia 31/12/2019

II - Demonstrativo do superávit financeiro por fonte de recurso apurado em 31/12/2019.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari (MT), 23 de Abril de 2020.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
BALANCETE FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO PATRIMONIAL MÊS DE MARÇO PREVIAP ANO 2020

PREVIAP

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS – MT.
CNPJ: 03.094.874/0001-43

BALANÇETE

FINANCEIRO

ORÇAMENTÁRIO

PATRIMONIAL

MARÇO

2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Março/2020

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**425.937,22**	**2.222.688,16**
Ordinária		**0,00**	**0,00**
Vinculada		**425.937,22**	**2.222.688,16**
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		425.937,22	2.222.688,16
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**282.412,13**	**2.575.265,43**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		43.849,11	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.888,99	3.488,79
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		5.046,02	39.686,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		231.628,01	2.532.090,64
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**23.857.663,64**	**20.329.950,67**
Caixa e Equivalentes de Caixa		164.120,21	294.154,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		23.693.543,43	20.035.795,72
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**24.566.012,99**	**25.127.904,26**

Emissão: 17/04/2020 08:46:57

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Março/2020

Exercício: 2020

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**246.869,03**	**996.534,82**
Ordinária		**246.869,03**	**0,00**
Vinculada		**0,00**	**996.534,82**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	996.534,82
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**0,00**	**0,00**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**659.711,67**	**273.705,80**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		3.488,79	3.140,39
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		5.046,02	39.686,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		651.176,86	230.879,41
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**23.659.432,29**	**23.857.663,64**
Caixa e Equivalentes de Caixa		129.278,85	164.120,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		23.530.153,44	23.693.543,43
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**24.566.012,99**	**25.127.904,26**

*Nota Explicativa:

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
Presidente

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
Contador(a)

Emissão: 17/04/2020 08:46:57

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Março/2020

Exercício: 2020

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Vinculada	**425.937,22**	**0,00**	**425.937,22**	**2.222.688,16**	**0,00**	**2.222.688,16**
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	425.937,22	0,00	425.937,22	2.222.688,16	0,00	2.222.688,16
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**425.937,22**	**0,00**	**425.937,22**	**2.222.688,16**	**0,00**	**2.222.688,16**

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
Presidente

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
Contador(a)

Emissão: 17/04/2020 08:46:57

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Março/2020 Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**2.600.000,00**	**2.600.000,00**	**425.937,22**	**-2.174.062,78**
Receita Tributária				
Receita de Contribuições	2.195.000,00	2.195.000,00	399.043,56	-1.795.956,44
Receita Patrimonial	300.000,00	300.000,00	20.429,51	-279.570,49
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	105.000,00	105.000,00	6.464,15	-98.535,85
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**2.600.000,00**	**2.600.000,00**	**425.937,22**	**-2.174.062,78**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**2.600.000,00**	**2.600.000,00**	**425.937,22**	**-2.174.062,78**

Emissão: 17/04/2020 08:48:32 Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Março/2020 Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	**2.600.000,00**	**2.600.000,00**	**425.937,22**	**-2.174.062,78**
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**1.423.000,00**	**1.423.000,00**	**246.869,03**	**203.019,92**	**201.130,93**	**1.176.130,97**
Pessoal e Encargos Sociais	1.222.000,00	1.222.000,00	185.881,56	185.881,56	185.881,56	1.036.118,44
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	201.000,00	201.000,00	60.987,47	17.138,36	15.249,37	140.012,53
Despesas de Capital (IX)	**18.000,00**	**18.000,00**				**18.000,00**
Investimentos	18.000,00	18.000,00				18.000,00
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**1.441.000,00**	**1.441.000,00**	**246.869,03**	**203.019,92**	**201.130,93**	**1.194.130,97**

Emissão: 17/04/2020 08:48:32 Página 2
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Março/2020 Exercício: 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**1.441.000,00**	**1.441.000,00**	**246.869,03**	**203.019,92**	**201.130,93**	**1.194.130,97**
Superávit (XIII)	1.159.000,00	1.159.000,00	179.068,19			979.931,81
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**2.600.000,00**	**2.600.000,00**	**425.937,22**	**203.019,92**	**201.130,93**	**2.174.062,78**
Reserva do RPPS						

Emissão: 17/04/2020 08:48:32 Página 3
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Março/2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

Emissão: 17/04/2020 08:48:32 Página 4
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Março/2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior**	**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo a Pagar**
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes		**3.488,79**	**3.488,79**		
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		3.488,79	3.488,79		
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		**3.488,79**	**3.488,79**		

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
Presidente

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
Contador(a)

Emissão: 17/04/2020 08:48:32 Página 5
Homologado

FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

BALANCETE DA RECEITA

Março/2020

Receita Orçamentária

Código	Descrição	Valor Previsto	Arrecadado no Mês	Arrecadado no Período	Saldo
0001 - 00.100000000000000000	RECEITAS CORRENTES	1.185.000,00	73.154,91	174.479,61	-1.010.520,39
0002 - 00.120000000000000000	CONTRIBUICOES	780.000,00	70.983,16	147.585,95	-632.414,05
0003 - 00.121000000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	780.000,00	70.983,16	147.585,95	-632.414,05
0006 - 00.121801100000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo	771.000,00	70.983,16	147.585,95	-623.414,05
0007 - 00.121801110000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	768.000,00	70.983,16	147.585,95	-620.414,05
0008 - 00.121801110100000000	Contribuicao do Servidor Ativo Civil - Prefeitura	739.100,00	63.603,90	136.232,53	-602.867,47
0009 - 00.121801110200000000	Contribuicao do Servidor Ativo Civil - Camara	16.100,00	1.296,65	4.683,06	-11.416,94
0010 - 00.121801110300000000	Contribuicao do Servidor Ativo Civil - PREVIAP	10.000,00	176,85	530,55	-9.469,45
0011 - 00.121801110400000000	Contribuicao do Servidor Ativo Civil - Demais Segurados	2.550,00	5.905,76	6.139,81	3.589,81
0012 - 00.121801110500000000	Contribuicao do Servidor Ativo Civil - Exercicios Anteriores	250,00			-250,00
0013 - 00.121801120000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	3.000,00			-3.000,00
0014 - 00.121801120100000000	Multa e Juros sobre Contribuicao dos Segurados - Prefeitura	3.000,00			-3.000,00
0015 - 00.121801200000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo	6.000,00			-6.000,00
0016 - 00.121801210000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	5.000,00			-5.000,00
0017 - 00.121801220000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Multas e Juros	1.000,00			-1.000,00
0018 - 00.121801300000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas	3.000,00			-3.000,00
0019 - 00.121801310000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	2.000,00			-2.000,00
0020 - 00.121801320000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Multas e Juros	1.000,00			-1.000,00
0021 - 00.130000000000000000	RECEITA PATRIMONIAL	300.000,00		20.429,51	-279.570,49
0022 - 00.131000000000000000	EXPLORACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO				
0024 - 00.131001100000000000	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS				
0025 - 00.131001110000000000	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - Principal				
0026 - 00.132000000000000000	VALORES MOBILIARIOS	300.000,00		20.429,51	-279.570,49
0028 - 00.132100400000000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - F	300.000,00		20.429,51	-279.570,49
0029 - 00.132100410000000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - F	300.000,00		20.429,51	-279.570,49
0030 - 00.132100410100000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DE RENDA FIXA	300.000,00		20.429,51	-279.570,49
0031 - 00.132100410101000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS - Fonte 150	250.000,00			-250.000,00
0032 - 00.132100410102000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS - Fonte 153	45.000,00		11.809,32	-33.190,68
0033 - 00.132100410103000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS - Fonte 154	5.000,00		8.620,19	3.620,19
0034 - 00.132100410200000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DE RENDA VARIAVEL				
0035 - 00.132100410201000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS - Fonte 150				
0036 - 00.132100410202000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS - Fonte 153				
0037 - 00.132100410203000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS - Fonte 154				
0038 - 00.190000000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	105.000,00	2.171,75	6.464,15	-98.535,85
0039 - 00.192000000000000000	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	50.000,00			-50.000,00
0042 - 00.192299100000000000	OUTRAS RESTITUICOES	50.000,00			-50.000,00
0043 - 00.192299110000000000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL	50.000,00			-50.000,00
0044 - 00.192299110100000000	Restituicoes Determinadas pelo TCE	50.000,00			-50.000,00
0045 - 00.199000000000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	55.000,00	2.171,75	6.464,15	-48.535,85
0047 - 00.199003100000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS	55.000,00	2.171,75	6.464,15	-48.535,85
0048 - 00.199003110000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS	50.000,00	2.171,75	6.464,15	-43.535,85
0049 - 00.199003120000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS	5.000,00			-5.000,00
0050 - 00.700000000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	1.415.000,00	115.743,75	251.457,61	-1.163.542,39
0051 - 00.720000000000000000	CONTRIBUICOES	1.415.000,00	115.743,75	251.457,61	-1.163.542,39
0052 - 00.721000000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.415.000,00	115.743,75	251.457,61	-1.163.542,39
0055 - 00.721803100000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.415.000,00	115.743,75	251.457,61	-1.163.542,39
0056 - 00.721803110000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	1.400.000,00	115.743,75	251.457,61	-1.148.542,39
0057 - 00.721803110100000000	CONTRIBUICAO PATRONAL - SERVIDOR ATIVO CIVIL	1.203.550,00	96.325,53	209.279,73	-994.270,27
0058 - 00.721803110101000000	Contribuicao Patronal Servidor Ativo Civil - Prefeitura	1.170.050,00	93.807,71	200.901,78	-969.148,22
0059 - 00.721803110102000000	Contribuicao Patronal Servidor Ativo Civil - Camara	25.000,00	1.911,93	6.905,40	-18.094,60
0060 - 00.721803110103000000	Contribuicao Patronal Servidor Ativo Civil - PREVIAP	3.500,00	260,77	782,31	-2.717,69
0061 - 00.721803110104000000	Contribuicao Patronal Servidor Ativo Civil - Demais Segurados	4.000,00	345,12	690,24	-3.309,76
0062 - 00.721803110105000000	Contribuicao Patronal Servidor Ativo Civil - Exercicios Anteriores	1.000,00			-1.000,00
0063 - 00.721803110200000000	CUSTO SUPLEMENTAR - SERVIDOR ATIVO CIVIL	196.450,00	19.418,22	42.177,88	-154.272,12
0064 - 00.721803110201000000	Custo Suplementar - Prefeitura	190.000,00	18.910,54	40.499,45	-149.500,55
0065 - 00.721803110202000000	Custo Suplementar - Camara	5.000,00	385,53	1.392,20	-3.607,80
0066 - 00.721803110203000000	Custo Suplementar - PREVIAP	700,00	52,57	157,71	-542,29
0067 - 00.721803110204000000	Custo Suplementar - Demais Segurados	700,00	69,58	128,52	-571,48
0068 - 00.721803110205000000	Custo Suplementar - Exercicios Anteriores	50,00			-50,00
0069 - 00.721803120000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	15.000,00			-15.000,00
	Totalização:	**2.600.000,00**	**188.898,66**	**425.937,22**	**-2.174.062,78**

Emissão: 17/04/2020 08:43:03

Homologado

FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

BALANCETE DA RECEITA

Março/2020

Fontes de Recurso

Código	Descrição	Valor Previsto	Arrecadado no Mês	Arrecadado no Período	Saldo
150000000	Recursos do Regime Próprio de PrevidÚncia (RPPS)	2.550.000,00	188.898,66	405.507,71	-2.144.492,29
153000000	Recursos da Taxa de AdministraçÒo	45.000,00		11.809,32	-33.190,68
154000000	Recursos do Superávit da Taxa de AdministraçÒo	5.000,00		8.620,19	3.620,19
	Totalização:	**2.600.000,00**	**188.898,66**	**425.937,22**	**-2.174.062,78**

Emissão: 17/04/2020 08:43:03

Page 2 de 4

Homologado

FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

BALANCETE DA RECEITA

Março/2020

Receita Extra-Orçamentária

Código	Descrição	Arrecadado no Mês	Arrecadado no Período
2.07.002.001	I.R.R.F. - FOLHA DE PAGTO	115,23	345,69
2.07.002.002	I.R.R.F. - EMPRESAS (FONTE 153)	23,18	69,54
2.07.002.003	I.R.R.F. - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.458,20	4.100,24
2.07.003.001	PREVIAP - SERVIDORES ATIVOS	176,85	530,55
	Totalização:	**1.773,46**	**5.046,02**

Emissão: 17/04/2020 08:43:03

Page 3 de 4

Homologado

FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

BALANCETE DA RECEITA

Março/2020

CAIXAS E BANCOS

Código	Descrição	Saldo
2	CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	193.859,78
4	BRADESCO INST FICFI RF IMA-B TIT PU	2.591.404,39
6	SICREDI FI INST RF IRF-M1 LP	1.018.513,11
7	BRASIL - ADMINISTRATIVA	98.527,44
8	BB PREVID RF PERFIL	4.002.960,74
10	BRASIL - BENEFICIOS	48.920,92
12	BRASIL PREV RF IRF-M1 - TAXA ADMIN	93.695,49
13	BRASIL PREVID RF IRF-M1 - RESERVA	185.385,37
14	BB PREVID RF IMA-B 5	3.030.121,75
15	BB PREVID RF IRF-M1	3.072.236,23
16	BRADESCO FI RF IRF-M1 TÍTULOS PUBLI	3.275.483,02
17	BRADESCO FUNDO DE INVEST EM ACOES -	113.979,96
18	CAIXA FI BRASIL IMA-B TP RF LP	2.191.992,68
19	CAIXA FIC NOVO BRASIL RF REF IMA-B	1.542.882,61
20	CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	1.001.911,45
23	SICREDI FIC RF PREMIUM LP	1.013.694,66
24	SICREDI FIC INT RF IMA-B	628.347,10
	Totalização:	**24.103.916,70**
	Total Geral (Arrecadado no mês + Saldo caixa/banco)	**24.294.588,82**

Emissão: 17/04/2020 08:43:03

Page 4 de 4

Homologado

FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

BALANCETE DA DESPESA

Março/2020

Despesas Orçamentárias

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	Valor Fixado	Empenhado Mês	Anulado Mês	Liquidado Mês	Pago Mês	Saldo da Dotação
		Alteração Orçamentária	Empenhado Período	Anulado Período	Liquidado Período	Pago Período	Empenhados a Pagar
Órgão: 12 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVIAP							
Unidade: 12.001 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREV							
000 LANÇAMENTOS NÃO VINCULADOS A FUNDOS							
09 PREVIDENCIA SOCIAL							
09.272 PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO							
09.272.0002 RPPS - APIACAS							
09.272.0002.2002 MANUTENCAO E ADMINISTRACAO DO RPPS							
0001 - 319001000000	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	800.000,00	48.120,21	0,00	48.120,21	48.120,21	655.777,37
		0,00	144.222,63	0,00	144.222,63	144.222,63	0,00
0002 - 319003000000	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	120.000,00	13.530,87	0,00	13.530,87	13.530,87	89.781,09
		0,00	30.218,91	0,00	30.218,91	30.218,91	0,00
0003 - 319005000000	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0004 - 319011000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	125.000,00	3.500,00	0,00	3.500,00	3.500,00	114.500,00
		0,00	10.500,00	0,00	10.500,00	10.500,00	0,00
0005 - 319013000000	OBRIGACOES PATRONAIS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0006 - 319113000000	OBRIGACOES PATRONAIS	22.000,00	313,34	0,00	313,34	313,34	21.059,98
		0,00	940,02	0,00	940,02	940,02	0,00
0007 - 332001000000	APOSENTADORIAS, RESERVAS REMUNERADAS E REFORMAS	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0008 - 332003000000	PENSOES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0009 - 339014000000	DIARIAS - CIVIL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0010 - 339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0011 - 339033000000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0012 - 339035000000	SERVICOS DE CONSULTORIA	18.000,00	0,00	0,00	683,33	683,33	4.556,34
		0,00	13.443,66	0,00	2.049,99	2.049,99	11.393,67
0013 - 339036000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0014 - 339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	80.000,00	31,35	0,00	2.747,35	2.747,35	47.313,93
		0,00	32.686,07	0,00	8.242,07	8.242,07	24.444,00
0015 - 339040000000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	12.000,00	8.011,44	0,00	862,31	862,31	1.401,63
		0,00	10.598,37	0,00	2.586,93	2.586,93	8.011,44
0016 - 339047000000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	40.000,00	1.888,99	0,00	1.888,99	2.213,65	35.740,63
		0,00	4.259,37	0,00	4.259,37	2.370,38	1.888,99
0017 - 339092000000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0018 - 449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0019 - 999999990000	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.159.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.159.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total do Fundo.:	**2.600.000,00**	**75.396,20**		**71.646,40**	**71.971,06**	**2.353.130,97**
		0,00	**246.869,03**		**203.019,92**	**201.130,93**	**45.738,10**
	Total da Unidade.:	**2.600.000,00**	**75.396,20**	**0,00**	**71.646,40**	**71.971,06**	**2.353.130,97**
		0,00	**246.869,03**	**0,00**	**203.019,92**	**201.130,93**	**45.738,10**
	Total do Órgão.:	**2.600.000,00**	**75.396,20**	**0,00**	**71.646,40**	**71.971,06**	**2.353.130,97**
		0,00	**246.869,03**	**0,00**	**203.019,92**	**201.130,93**	**45.738,10**
	Total Orçamentário.:	**2.600.000,00**	**75.396,20**	**0,00**	**71.646,40**	**71.971,06**	**2.353.130,97**
		0,00	**246.869,03**	**0,00**	**203.019,92**	**201.130,93**	**45.738,10**

Emissão: 17/04/2020 08:43:03

Page 1 de 3

Homologado

FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

BALANCETE DA DESPESA

Março/2020

Despesa Extra-Orçamentária

Código	Descrição	Pago Mês	Pago Período
Sem Órgão Cadastrado			
Sem Unidade Cadastrada			
Fundo.: FUNDO.: 000 LANÇAMENTOS NÃO VINCULADOS A FUNDOS			
2.07.000.001	RESTOS A PAGAR 2019 - PROCESSADOS		3.488,79
2.07.002.001	I.R.R.F. - FOLHA DE PAGTO	115,23	345,69
	Total do Fundo.:	115,23	3.834,48
	Total da Unidade.:	115,23	3.834,48
	Total do Órgão.:	115,23	3.834,48
12 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVIAP			
12.001REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVI			
Fundo.: FUNDO.: 000 LANÇAMENTOS NÃO VINCULADOS A FUNDOS			
2.07.002.002	I.R.R.F. - EMPRESAS (FONTE 153)	23,18	69,54
2.07.002.003	I.R.R.F. - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.458,20	4.100,24
2.07.003.001	PREVIAP - SERVIDORES ATIVOS	176,85	530,55
	Total do Fundo.:	1.658,23	8.534,81
	Total da Unidade.:	1.658,23	4.700,33
	Total do Órgão.:	1.658,23	4.700,33
	Total Extra-Orçamentário.:	**1.773,46**	**8.534,81**

Emissão: 17/04/2020 08:43:03

Page 2 de 3

Homologado

FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

BALANCETE DA DESPESA

Março/2020

Caixas e Bancos

Código	Descrição	Saldo
Órgão.:		
Unidade.:	**Sem Unidade Cadastrada**	
Fundo.:	**000 LANÇAMENTOS NÃO VINCULADOS A FUNDOS**	
0002	CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	194.999,30
0004	BRADESCO INST FICFI RF IMA-B TI	2.409.794,74
0006	SICREDI FI INST RF IRF-M1 LP	1.025.194,30
0007	BRASIL - ADMINISTRATIVA	2.915,46
0008	BB PREVID RF PERFIL	4.001.637,21
0010	BRASIL - BENEFICIOS	124.191,64
0012	BRASIL PREV RF IRF-M1 - TAXA A	180.132,39
0013	BRASIL PREVID RF IRF-M1 - RESE	186.493,25
0014	BB PREVID RF IMA-B 5	3.024.312,45
0015	BB PREVID RF IRF-M1	3.090.596,17
0016	BRADESCO FI RF IRF-M1 TITULOS P	3.294.385,52
0017	BRADESCO FUNDO DE INVEST EM ACO	59.632,01
0018	CAIXA FI BRASIL IMA-B TP RF LP	2.036.314,47
0019	CAIXA FIC NOVO BRASIL RF REF IM	1.434.883,68
0020	CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO P	1.003.336,57
0021	CAIXA ECONOMICA (189-5)	2.171,75
0023	SICREDI FIC RF PREMIUM LP	1.008.089,10
0024	SICREDI FIC INT RF IMA-B	580.352,28
	Total do Fundo.:	23.659.432,29
	Total da Unidade.:	23.659.432,29
	Total do Órgão.:	23.659.432,29
	Total Caixas e Bancos.:	23.659.432,29
	Total Geral (Valor pago no mês + Saldo caixa/banco (mês atual)):	**23.733.176...**

Emissão: 17/04/2020 08:43:03

Page 3 de 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Março/2020

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
100000000000000000	RECEITAS CORRENTES								
120000000000000000	CONTRIBUICOES								
121000000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
121800000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS ESPECIFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICIPIOS								
121801000000000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR CIVIL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL - CPSS								
121801100000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO								
121801110000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL								
121801110100000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - PREFEITURA	739.100,00	72.628,63	63.603,90		63.603,90	136.232,53		602.867,47
121801110200000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - CAMARA	16.100,00	3.386,41	1.296,65		1.296,65	4.683,06		11.416,94
121801110300000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - PREVIAP	10.000,00	353,70	176,85		176,85	530,55		9.469,45
121801110400000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - DEMAIS SEGURADOS	2.550,00	234,05	5.905,76		5.905,76	6.139,81	3.589,81	
121801110500000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - EXERCICIOS ANTERIORES	250,00							250,00
121801120000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS								
121801120100000000	MULTA E JUROS SOBRE CONTRIBUICAO DOS SEGURADOS - PREFEITURA	3.000,00							3.000,00
121801200000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO								
121801210000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	5.000,00							5.000,00
121801220000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - MULTAS E JUROS	1.000,00							1.000,00
121801300000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS								
121801310000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	2.000,00							2.000,00
121801320000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - MULTAS E JUROS	1.000,00							1.000,00
	SOMA	780.000,00	76.602,79	70.983,16		70.983,16	147.585,95		632.414,05
130000000000000000	RECEITA PATRIMONIAL								
131000000000000000	EXPLORACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO								
131001000000000000	ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDEMIOS, TARIFAS DE OCUPACAO								
131001100000000000	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS								
131001110000000000	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL								
132000000000000000	VALORES MOBILIARIOS								
132100000000000000	JUROS E CORRECOES MONETARIAS								
132100400000000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - RI								
132100410000000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - RI								
132100410101000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 150	250.000,00							250.000,00
132100410102000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 153	45.000,00	11.809,32				11.809,32		33.190,68
132100410103000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 154	5.000,00	8.620,19				8.620,19	3.620,19	
132100410201000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 150								
132100410202000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 153								
132100410203000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 154								
	SOMA	300.000,00	20.429,51				20.429,51		279.570,49
190000000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
192000000000000000	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS								
192200000000000000	RESTITUICOES								
192299000000000000	OUTRAS RESTITUICOES								
192299100000000000	OUTRAS RESTITUICOES								
192299110000000000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL								
192299110100000000	RESTITUICOES DETERMINADAS PELO TCE	50.000,00							50.000,00
199000000000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES								
199003000000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS								
199003100000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS								
199003110000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS	50.000,00	4.292,40	2.171,75		2.171,75	6.464,15		43.535,85

Emissão: 17/04/2020 08:08:25

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Março/2020

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
199003120000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS	5.000,00							5.000,00
	SOMA	105.000,00	4.292,40	2.171,75		2.171,75	6.464,15		98.535,85
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**1.185.000,00**	**101.324,70**	**73.154,91**		**73.154,91**	**174.479,61**		**1.010.520,39**
700000000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS								
720000000000000000	CONTRIBUICOES								
721000000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
721800000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS ESPECIFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICIPIOS								
721803000000000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECIFICO DE EST/DF/MUN								
721803100000000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO								
721803110000000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL								
721803110101000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - PREFEITURA	1.170.050,00	107.094,07	93.807,71		93.807,71	200.901,78		969.148,22
721803110102000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - CAMARA	25.000,00	4.993,47	1.911,93		1.911,93	6.905,40		18.094,60
721803110103000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - PREVIAP	3.500,00	521,54	260,77		260,77	782,31		2.717,69
721803110104000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - DEMAIS SEGURADOS	4.000,00	345,12	345,12		345,12	690,24		3.309,76
721803110105000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - EXERCICIOS ANTERIORES	1.000,00							1.000,00
721803110201000000	CUSTO SUPLEMENTAR - PREFEITURA	190.000,00	21.588,91	18.910,54		18.910,54	40.499,45		149.500,55
721803110202000000	CUSTO SUPLEMENTAR - CAMARA	5.000,00	1.006,67	385,53		385,53	1.392,20		3.607,80
721803110203000000	CUSTO SUPLEMENTAR - PREVIAP	700,00	105,14	52,57		52,57	157,71		542,29
721803110204000000	CUSTO SUPLEMENTAR - DEMAIS SEGURADOS	700,00	58,94	69,58		69,58	128,52		571,48
721803110205000000	CUSTO SUPLEMENTAR - EXERCICIOS ANTERIORES	50,00							50,00
721803120000000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS	15.000,00							15.000,00
	SOMA	1.415.000,00	135.713,86	115.743,75		115.743,75	251.457,61		1.163.542,39
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	**1.415.000,00**	**135.713,86**	**115.743,75**		**115.743,75**	**251.457,61**		**1.163.542,39**
	TOTAL	**2.600.000,00**	**237.038,56**	**188.898,66**		**188.898,66**	**425.937,22**		**2.174.062,78**
	TOTAL DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**2.600.000,00**	**237.038,56**	**188.898,66**		**188.898,66**	**425.937,22**		**2.174.062,78**

Emissão: 17/04/2020 08:08:25 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Até o Mês de 03/2020

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$

CÓDIGOS	TÍTULOS	AUTORIZADA R$			REALIZADA R$				DIFERENÇAS R$ DOS TOTAIS
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	ANTERIOR	EMPENHADO NO MÊS	ANULADO NO MÊS	TOTAL	
12	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
001	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
09.272.0002.2002-31900100000(	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFOR	800.000,00		800.000,00	96.102,42	48.120,21		144.222,63	655.777,37
0.150.000000	Recursos do Regime Pròprio de Previdência (RPPS)	800.000,00		800.000,00	96.102,42	48.120,21		144.222,63	655.777,37
09.272.0002.2002-31900300000(	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	120.000,00		120.000,00	16.688,04	13.530,87		30.218,91	89.781,09
0.150.000000	Recursos do Regime Pròprio de Previdência (RPPS)	120.000,00		120.000,00	16.688,04	13.530,87		30.218,91	89.781,09
09.272.0002.2002-31900500000(	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	140.000,00		140.000,00					140.000,00
0.150.000000	Recursos do Regime Pròprio de Previdência (RPPS)	140.000,00		140.000,00					140.000,00
09.272.0002.2002-31901100000(	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	125.000,00		125.000,00	7.000,00	3.500,00		10.500,00	114.500,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	125.000,00		125.000,00	7.000,00	3.500,00		10.500,00	114.500,00
09.272.0002.2002-31901300000(	OBRIGACOES PATRONAIS	15.000,00		15.000,00					15.000,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	15.000,00		15.000,00					15.000,00
09.272.0002.2002-31911300000(	OBRIGACOES PATRONAIS	22.000,00		22.000,00	626,68	313,34		940,02	21.059,98
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	22.000,00		22.000,00	626,68	313,34		940,02	21.059,98
09.272.0002.2002-33200100000(	APOSENTADORIAS, RESERVAS REMUNERADAS E REFORMAS	24.000,00		24.000,00					24.000,00
0.150.000000	Recursos do Regime Pròprio de Previdência (RPPS)	24.000,00		24.000,00					24.000,00
09.272.0002.2002-33200300000(	PENSOES	10.000,00		10.000,00					10.000,00
0.150.000000	Recursos do Regime Pròprio de Previdência (RPPS)	10.000,00		10.000,00					10.000,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	10.000,00		10.000,00					10.000,00
09.272.0002.2002-33901400000(	DIARIAS - CIVIL	5.000,00		5.000,00					5.000,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	5.000,00		5.000,00					5.000,00
09.272.0002.2002-33903000000(	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00		4.000,00					4.000,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	4.000,00		4.000,00					4.000,00
09.272.0002.2002-33903300000(	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.000,00		5.000,00					5.000,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	5.000,00		5.000,00					5.000,00
09.272.0002.2002-33903500000(	SERVICOS DE CONSULTORIA	18.000,00		18.000,00	13.443,66			13.443,66	4.556,34
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	18.000,00		18.000,00	13.443,66			13.443,66	4.556,34
09.272.0002.2002-33903600000(	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.000,00		2.000,00					2.000,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	2.000,00		2.000,00					2.000,00
09.272.0002.2002-33903900000(	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	80.000,00		80.000,00	32.654,72	31,35		32.686,07	47.313,93
0.150.000000	Recursos do Regime Pròprio de Previdência (RPPS)	1.000,00		1.000,00	20,92	10,45		31,37	968,63
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	78.000,00		78.000,00	32.633,80	20,90		32.654,70	45.345,30
0.154.000000	Recursos do Superàvit da Taxa de Administração	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-33904000000(	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	12.000,00		12.000,00	2.586,93	8.011,44		10.598,37	1.401,63
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	12.000,00		12.000,00	2.586,93	8.011,44		10.598,37	1.401,63
09.272.0002.2002-33904700000(	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	40.000,00		40.000,00	2.370,38	1.888,99		4.259,37	35.740,63
0.150.000000	Recursos do Regime Pròprio de Previdência (RPPS)	3.000,00		3.000,00	118,09			118,09	2.881,91
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	36.000,00		36.000,00	2.166,09	1.888,99		4.055,08	31.944,92
0.154.000000	Recursos do Superàvit da Taxa de Administração	1.000,00		1.000,00	86,20			86,20	913,80
09.272.0002.2002-33909200000(	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00		1.000,00					1.000,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-44905200000(	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00		18.000,00					18.000,00
0.153.000000	Recursos da Taxa de Administração	18.000,00		18.000,00					18.000,00
09.272.0002.2002-99999999000(	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.159.000,00		1.159.000,00					1.159.000,00
0.150.000000	Recursos do Regime Pròprio de Previdência (RPPS)	1.159.000,00		1.159.000,00					1.159.000,00
	TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 001	**2.600.000,00**		**2.600.000,00**	**171.472,83**	**75.396,20**		**246.869,03**	**2.353.130,97**
	TOTAL DO ORGAO - 12	**2.600.000,00**		**2.600.000,00**	**171.472,83**	**75.396,20**		**246.869,03**	**2.353.130,97**
	TOTAL DAS DESPESAS	**2.600.000,00**		**2.600.000,00**	**171.472,83**	**75.396,20**		**246.869,03**	**2.353.130,97**
	TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**2.600.000,00**		**2.600.000,00**	**171.472,83**	**75.396,20**		**246.869,03**	**2.353.130,97**

Emissão: 17/04/2020 08:09:31

Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Até o Mês de 03/2020

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$

Emissão: 17/04/2020 08:09:31 Página 2

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
CNPJ: 03.094.874.0001.43
AV BRASIL - 0001059 - BOM JESUS
Telefone (066)3593-1344
previap@hotmail.com

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS

No dia 31 de Março de 2020 foi realizada a conferência dos saldos bancários e de caixa, sendo totalizada para o próximo mês a quantia de R$ 23.659.432,29 VINTE E TRES MILHOES, SEISCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS conforme demonstrados na relação abaixo discriminada.

Data do Demonstrativo: 31/03/2020

Código	Descrição	Número Conta	Tipo	Saldo
0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)				
002	CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	189-5	Aplic.Fin.	194.999,30
004	BRADESCO INST FICFI RF IMA-B TIT PU	19.866-8	Aplic.Fin.	2.409.794,74
006	SICREDI FI INST RF IRF-M1 LP	708585	Aplic.Fin.	1.025.194,30
008	BB PREVID RF PERFIL	247-X	Aplic.Fin.	4.001.637,21
010	BRASIL - BENEFICIOS	247-X	Movimento	124.191,64
014	BB PREVID RF IMA-B 5	1000000000247-X	Aplic.Fin.	3.024.312,45
015	BB PREVID RF IRF-M1	2000000000247-X	Aplic.Fin.	3.090.596,17
016	BRADESCO FI RF IRF-M1 TITULOS PUBLI	1000000019866-8	Aplic.Fin.	3.294.385,52
017	BRADESCO FUNDO DE INVEST EM ACOES -	2000000019866-8	Aplic.Fin.	59.632,01
018	CAIXA FI BRASIL IMA-B TP RF LP	1060000000189-5	Aplic.Fin.	2.036.314,47
019	CAIXA FIC NOVO BRASIL RF REF IMA-B	2060000000189-5	Aplic.Fin.	1.434.883,68
020	CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	3060000000189-5	Aplic.Fin.	1.003.336,57
021	CAIXA ECONOMICA (189-5)	0060000000189-5	Movimento	2.171,75
023	SICREDI FIC RF PREMIUM LP	1000000070858-5	Aplic.Fin.	1.008.089,10
024	SICREDI FIC INT RF IMA-B	2000000070858-5	Aplic.Fin.	580.352,28
			Total da Fonte:	**23.289.891,19**
0.1.53.000000 - Recursos da Taxa de Administração				
007	BRASIL - ADMINISTRATIVA	11.309-3	Movimento	2.915,46
012	BRASIL PREV RF IRF-M1 - TAXA ADMIN	A11309-3	Aplic.Fin.	180.132,39
			Total da Fonte:	**183.047,85**
0.1.54.000000 - Recursos do Superávit da Taxa de Administração				
013	BRASIL PREVID RF IRF-M1 - RESERVA	A00991-1	Aplic.Fin.	186.493,25
			Total da Fonte:	**186.493,25**

Contas Movimento:	**129.278,85**	**Aplicação Financeira:**	**23.530.153,44**	**Caixa:**	
Contas Vinculadas:		**Contas Arrecadação:**		**Total Banco:**	**23.659.432,29**
				Total:	**23.659.432,29**

Emissão: 23/04/2020 07:43:34 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Março/2020

Data de Emissão: 17/4/2020

Exercício: 2020

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		129.278,85	164.120,21
Créditos a Curto Prazo		173.649,08	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		23.530.153,44	23.693.543,43
Estoques			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		23.833.081,37	23.857.663,64
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo Prazo			
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		182.123,99	183.855,17
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		182.123,99	183.855,17
TOTAL DO ATIVO		24.015.205,36	24.041.518,81

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		1.888,99	3.488,79
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo			
Total do Passivo Circulante		1.888,99	3.488,79
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo		20.329.950,67	20.329.950,67
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante		20.329.950,67	20.329.950,67
Patrimônio Líquido			

Emissão: 17/04/2020 08:50:22

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Março/2020

Data de Emissão: 17/4/2020

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	3.683.365,70	3.708.079,35
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	3.683.365,70	3.708.079,35
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.015.205,36	24.041.518,81

Emissão: 17/04/2020 08:50:22

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Março/2020

Data de Emissão: 17/4/2020

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		23.659.432,29	23.857.663,64
Ativo Permanente		355.773,07	183.855,17
Total do Ativo		24.015.205,36	24.041.518,81
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		45.738,10	3.488,79
Passivo Permanente		20.329.950,67	20.329.950,67
Total do Passivo		20.375.688,77	20.333.439,46
Saldo Patrimonial (I - II)		3.639.516,59	3.708.079,35

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres			
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres			
Obrigações Contratuais		43.849,11	2.586,93
Outros atos potenciais passivos			
Total dos Atos Potenciais Passivos		43.849,11	2.586,93

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Março/2020

Data de Emissão: 17/4/2020

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS			
50 Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		23.289.891,19	23.669.777,20
53 Recursos da Taxa de Administração		137.309,75	70.618,97
54 Recursos do Superávit da Taxa de Administração		186.493,25	113.778,68
Total das Fontes de Recursos		23.613.694,19	23.854.174,85

*Nota Explicativa:

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
Presidente

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
Contador(a)

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Março/2020

Modelo Sintético

			Exercício: 2020
Contribuições	II	572.692,64	2.091.413,94
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	20.429,51	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	231.628,01	2.532.090,64
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	6.464,15	401.781,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	VIII	11.440,02	49.396,55
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	174.441,54	864.431,09
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	14.610,17	67.405,02
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	651.176,86	230.879,41
Tributárias	XIV	4.259,37	22.226,88
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	0,00	2.767.031,28
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		855.927,96	4.001.370,23
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		-855.927,90	-4.001.370,00

Anexo II - Contribuições

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Contribuições			
Contribuições Sociais		572.692,64	2.091.413,94
		572.692,64	2.091.413,94

Anexo IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		20.429,51	0,00
		20.429,51	0,00

Anexo VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Ganhos com Incorporação de Ativos		231.628,01	2.532.090,64
		231.628,01	2.532.090,64

Anexo VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	274.269,92
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		6.464,15	127.511,87
		6.464,15	401.781,79

Emissão: 17/04/2020 08:51:26 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Março/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo VIII - Pessoal e Encargos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		10.500,00	45.500,00
Encargos Patronais		940,02	3.896,55
		11.440,02	49.396,55

Anexo IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		144.222,63	645.154,59
Pensões		30.218,91	93.778,98
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	125.497,52
		174.441,54	864.431,09

Anexo X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Serviços	12.878,99	60.480,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.731,18	6.924,72
	14.610,17	67.405,02

Anexo XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		651.176,86	230.879,41
		651.176,86	230.879,41

Anexo XIV - Tributárias

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Tributárias			
Contribuições		4.259,37	22.226,88
		4.259,37	22.226,88

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Março/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Constituição de Provisões		0,00	2.767.031,28
		0,00	2.767.031,28

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
Presidente

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
Contador(a)

Emissão: 17/04/2020 08:51:26 Página 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- ARP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

CONTRATO N° 063/2019

OBJETO- AUMENTO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONSTRUÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL

PRAZO DE EXECUÇÃO - 90 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- ARP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

CONTRATO N° 036/2020

OBJETO – SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 036/2020 – ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMAS E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA.

VALOR SUPRIMIDO- 1.867,75 (um mil oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 109/2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **ADRIANO JUNIOR BELASQUE,** portador da cédula de identidade nº 1501892-0 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 009.876.951-00, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO III,** lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 23 de Abril de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: YANDRA MELLO MARTINS

CARGO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

N° CTR: 34/2020

DATA EMISSÃO: 02/03/2020

DATA VENCIMENTO: 18/12/2020

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2281,08

DEPERTAMENTO PESSOAL
ARAGUAIANA, 01 DE ABRIL DE2020.

PORTARIA Nº63/2020 Araguaiana, 01 de abril de2020.

"Dispõe sobre desligamento e dá outras providências ."

O Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Desligar do Serviço Público Municipal por falecimento o Sr. HUGO NEY PEREIRA, do cargo de LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Art. 3º -A presente portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos á partir de 04/03/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana-MT, em 01 de abril 2020.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA N.º 135/2020

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição do ***Sr. Jose Naves Passos"***

O Prefeito Municipal de Araguainha/MT, Sr. Silvio José de Moraes Filho, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 587 de 13 de julho de 2009,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 2.873 (dois mil oitocentos e setenta e três) dias, correspondentes a 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001130.1.00013/15-7 emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguainha/MT, 17 de Abril de 2020.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 137 DE 23 DE ABRIL 2020.

PORTARIA Nº 137 DE 23 DE ABRIL 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 1 Férias a servidora **ELIANE PEREIRA DE SOUZA RODRIGUES, Professora 20 Horas, RG: 815366 SSP/MT** e **CPF: 592. 765.841-53** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **18/04/2018 a 17/04/ 2019, para ter início a partir de 27/04/2020 devendo seu retorno acontecer em 26/05/2020.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 136/2020

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Invalidez ao servidor **Sr. José Naves Passos.**"*

O Prefeito do Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Com fundamento no artigo 6º - A da EC 41/2003, acrescentado pela EC 70/2012, c/c art. 12, inciso I da Lei Municipal 587/2009, que rege a Previdência Municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Invalidez, ao servidor Sr. JOSE NAVES PASSOS, portador da cédula de identidade RG nº. 0437381-2 SSP/MT e CPF nº. 201.708.741-68, efetivo no cargo de Motorista, com uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, Classe "5" Nível "XV", lotado na Secretaria Municipal de Ação Social na Prefeitura de Araguainha/MT, com proventos **PROPORCIONAIS** e com **PARIDADE**, conforme processo administrativo do ARAGUAI-PREVI, n.º **2020.03.00004P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguainha - MT, 20 de Abril de 2020.

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO (ART. 45 DA LC 101/2000).

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO IX – RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO (Art. 45 da LC 101/2000).

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Especificação	Realização				Fonte de Recurso	Previsão de Término
	Valor Executado	(%)	Valor a Executar	(%)		
Aquisição de Veículo Utilitário para atendimento do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, nas comunidades e assentamentos rurais.	R$ 0,00	0,00 %	R$ 125.675,00	100,0 %	Convênio MAPA Nº 853555/2017.	31/12/2020
Aquisição de Veículo Caminhão Baú Fechado.	R$ 0,00	0,00 %	R$ 206.250,00	100,0 %	Convênio MAPA Nº 890771/2019.	31/12/2020
Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais.	R$ 0,00	0,00 %	R$ 578.615,40	100,0 %	Convênio Nº 895183/2019 Ministério do Desenvolvimento Regional / Caixa / Prefeitura de Araputanga.	31/12/2020
Aquisição de Ônibus Escolar ORE 01	R$ 0,00	0,00 %	R$ 274.000,00	100,0 %	Adesão de ATA do FNDE conforme autorização do SIGARP 86480	31/12/2020
Construção do Centro de Convivência de Idosos de Araputanga - MT.	R$ 0,00	0,00 %	495.747,00	100,0%	Convênio Ministério da Defesa Nº 884139/2019	31/12/2020
JOEL MARINS DE CARVALHO Prefeito Municipal					**LUIS CARLOS HENRIQUE** Secretário de Finanças	

Araputanga, 23 de Abril de 2.020.

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA 015-2020-CONCESSÃO APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

PORTARIA N.º 015/2020

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do servidor Sr. Edson Oliveira Rios".

*A Diretora Executiva do **PREVIARA**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos doArt. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de julho de 2005, Art. 53, inciso "III", alínea "a" da Lei Complementar n. º 135/92, de 08 de maio de 1992 Art. 90, "I", "II", "III", da Lei Municipal n. º 636/2005, de 03 de junho de 2015.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição o** servidor **Sr. Edson Oliveira Rios**, portador do RG n.º 02626212-66 - SSP/BA, inscrito no CPF n.º 653.320.087-91 e Título de Eleitor n.º 003677421872, Zona "041", Seção "006", efetivo no cargo de Assistente Administrativo, Nível "05", Grau "E", lotado na Secretaria de Saúde, com matricula n.º 036, contando com um total de 13.450 dias, ou seja, 36 (Trinta e seis) anos 10 (Dez) meses e 10 (dez) dias de contribuição, **com proventos integrais e com direito a paridade,** conforme o processo do PREVIARA n.º 2020-05-0004, a partir desta data, até posterior deliberação.

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 02/04/2020, revogadas as disposições em contrárias.*

Registre, publique e cumpra-se.

Araputanga – MT, 17 de Abril de 2020.

MARIONY SOARES DE OLIVEIRA

Diretora Executiva

Previara

HOMOLOGO:

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA 017-2020-CONCESSÃO APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR DEFICIÊNCIA

PORTARIA N.º 017/2020

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por deficiência do Sr. João Pereira de Lima".

*A Diretora Executiva do **PREVIARA**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos doArt. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" e "b", com requisitos e critérios diferenciados de que trata o §4º, inciso I da Constituição Federal, Lei Complementar n.º 142, de 08 de maio de 2013, Instrução Normativa n.º 02, de 13 de fevereiro de 2014.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria voluntária por deficiência** ao servidor **Sr. João Pereira de Lima**, portador do RG. n.º 870240 SSP/MT e inscrito no CPF n.º 580.658.731-20, e Título de Eleitor n.º 013999811880, Zona "041", Seção "0004", efetivo no cargo de **Assistente Administrativo, Classe "F", Grau "05",** lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com matricula n.º 0071, contando com um total de 10.673 dias, ou seja, 29 (vinte e nove) anos 03 (três) meses e 04 (quatro) dias de contribuições, **com proventos integrais e sem direito a paridade,** conforme o processo do PREVIARA n.º 2020-04-0003-PRE, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Quanto aos proventos, estes serão calculados pela integralidade da média contributiva.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Abril de 2020, revogados as disposições em contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Araputanga – MT, 17 de Abril de 2020.

MARIONY SOARES DE OLIVEIRA

Diretora Executiva

Previara

HOMOLOGO:

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA-MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pelo Procurador Geral do Município, no processo de AQUISIÇÃO DE HALOPERIDOL (DECANOATO) 50MG/ML INJETÁVEL, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA FARMÁCIA BÁSICA DA SAÚDE, QUE PASSOU DE 02 (DOIS) PACIENTES PARA 09 (NOVE) PACIENTES, QUE FAZEM USO DO MEDICAMENTO, mediante o valor total de R$ 223,50 (duzentos e vinte três reais e cinquenta centavos), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação Nº 010/2020, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 23 de abril de 2020.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIAS 057 ATE 090.2020

P O R T A R I A Nº. 057/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E I A

A senhora ***Paula Helena Espeleta Nicoletti,*** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade 40.568.898 – 2 SSP/MT e CPF nº. 351.017. 708-84, aprovada no Concurso Público Municipal Edital nº. 001/2011, e convocada através do Edital de Convocação 005/2020, para o Cargo de **Enfermeira** de Provimento Efetivo, por força de decisão judicial oriunda dos autos do Mandato de Segurança nº. 185361.2015.811.026, código 50053, a partir do dia 02 de Março de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02 dias do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 058/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares aos servidores da Secretaria Municipal de Transporte, conforme relação que segue:

Nome Período

Hudson Jose Louzada Vieira	2017/2018
Lafaiete Alves de Jesus	2016/2017
Mara Silvia Costa	2017/2018

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02 dias do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 059/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, conforme relação que segue:

Nome Período

Ezilda Nunes Figueiredo da Silva	2018/2019
Elma de Oliveira	2018/2019
Clovis de Oliveira Miranda	2018/2019

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02 dias do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 060/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação que segue:

Nome Período

Ovidio Milani	2018/2019
Janete Alves de Souza	2019/2020

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02 dias do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 061/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

Responsáveis pela Fiscalização de Contratos do Município de Arenápolis/MT para ao Ano de 2020, os servidores:

Da Secretaria Municipal de Saúde

Renan de Oliveira CPF: 718.076.321-72

Marinalva Fernandes Beato CPF: 535.147.181-72

Secretaria Municipal de Transporte

Edivaldo Pereira França CPF: 156.111.081-72

Abner Carioca CPF: 889.239.247-68

Secretaria Municipal de Ação Social

Rosane Alves Gomes CPF: 015.185.191-30

Alvina Alves Pereira CPF: 593.831.861-00

Secretaria Municipal de Educação

Nubia Gonçalves Campos CPF: 459959.231-53

Secretaria Municipal de Administração

Rodrigo Paulino de Matos CPF: 854.699.041-72

Jean Dourado Ormond Ferreira CPF: 024.579.431-08

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 02 dias do mês de março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 062/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Licença Maternidade a servidora empossada e nomeada Srª. **Adriana Barbosa Leite**, brasileira, casada, Professora de Pedagogia, portadora do **RG. Nº**.18848494 SSP/MT e **CPF. nº**. 018.276.541-55, devido a mesma ter tido criança no dia 10 de Fevereiro e tem direito a licença por um período de 4 meses.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02 dias do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 063/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

O Srº. ***PAULO ARTMANN***, brasileiro, casado, portador do **Rg. Nº.** 1282652.808 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 812.419.099-20, residente e domiciliado nesta Cidade, como **Chefe de Seção**, junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme DAS do PCCS do município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 064/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

O Srº. ***PAULO ROBERTO FERREIRA BONADIMAN***, brasileiro, casado, portador do **Rg. Nº.** 1181667-8 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 835798851-20, residente e domiciliado nesta Cidade, como **Chefe de Seção**, junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme DAS do PCCS do município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 065/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

A Sra. ***Thays Iorrana Santos Cerqueira,*** brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 28978269 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 060.827.621-93, residente e domiciliada nesta Cidade, como **Chefe de Seção**, junto a Secretaria de Administração do município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 066/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Gratificação de 25% sobre o salário efetivo a Sra. ***Marilândia Borges de Aguiar Presotto,*** brasileira, casada, portadora do **Rg. Nº.** 808.957 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 568.612.061-72, conforme a Lei 788/02 art. 155, e a mesma permanecerá executando o Cargo de Secretária de Educação do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 067/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Prêmio a Sra. ***Eneth Ferreira da Silva,*** brasileira, casada, portadora do **Rg. Nº.** 309.881 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 106.732.881-53, conforme qüinqüênio de 2010/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 068/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de Férias Regulametares e 10 dias de Férias Remuneradas a Sra. ***Dioneia Antkievicz,*** brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 13983997 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 003.296.931-74, referente ao período de 2017/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 069/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 dias de Férias Regulamentares e 10 dias de Férias Remuneradas ao Sr. ***Rodrigo Paula Oliveira,*** brasileiro, solteiro, portador do **Rg. Nº.** 156972-9 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 000.909.281-13, referente ao período de 2019/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 070/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

10 dias de Férias Regulamentares e 20dias de Férias Remuneradas a Sra. ***Maria Fernandes Beato,*** brasileira, desquitada, portadora do **Rg. Nº.** 425.610 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 377.906.681-53, referente ao período de 2016/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 071/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Prêmio a Sra. ***Maria Marinalda Ribeiro,*** brasileira, desquitada, Agente Administrativo, portadora do **Rg. Nº.** 2566735-10 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 580.829.211-53, referente ao qüinqüênio de 2014/2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 072/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a Sra. ***Renata Barroso Oliveira,*** brasileira, desquitada, portadora do **Rg. Nº.** 10310762 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 818.368. 301-06, referente ao ano de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 02º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 073/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

A Sra. ***Kátia Moraes dos Santos Fernandes,*** brasileira, casada, portadora do **Rg. Nº.** 16892259 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 907.298.622-91, no Cargo de **Professora de Pedagogia**, conforme convocação realizada através do Edital 012/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 05º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 074/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

O Sr. ***Flavio Roberto Ramalho Ribeiro,*** brasileiro, solteiro, portador do **Rg. Nº.** 1668948-8 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 013.436.711-16, no Cargo de **Operador de Escavadeira Hidraúlica**, conforme convocação realizada através do Edital 011/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 09º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 075/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Ao servidor Sr. ***Flavio Roberto Ramalho Ribeiro,*** brasileiro, solteiro, portador do **Rg. Nº.** 1668948-8 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 013.436.711-16, Vacância do cargo de Motorista para o Cargo de **Operador de Escavadeira Hidráulica** por motivo de Posse em Concurso Público.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 09 dias do mês de Fevereiro de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 076/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Prêmio a Srta. ***Jenifer Roberta Garcia Parpinelli ,*** brasileira, solteira, Auxiliar Administrativo, portadora do **Rg. Nº.** 1362103-3 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 875.873.601-82, referente ao qüinqüênio de 2017/2020, a partir de 17 de março de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 17º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 077/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

A Srta. ***IZABELA DA SILVA SANTOS,*** brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 2596385-6 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 047.805.951-50, no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais** a qual foi aprovada no Concurso Publico Municipal 001/2019 e convocada através do Edital de Convocação 011/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 19º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 078/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

A Pedido a Srta. ***MARICÉLIA LUZIA DE SOUZA,*** brasileira, solteira, portadora do **Rg. Nº.** 1200319-0 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 884.410.321-49, do cargo de **monitora** a qual foi contratada através do Edital 010/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 19º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 079/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Maternidade as funcionarias, conforme relação que segue:

Nome Período

Núbia Regina de Souza	23/03/2020
Poliana de Souza Barbosa	24/03/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 23º dia do mês de Março de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 080/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares ao servidor Marcio Mário Mateus, brasileiro, casado, Agente Administrativo, portador do **RG. Nº.** 466.787/MT e **CPF. nº**. 459.983.881-00, referente ao período de 2019/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01 dia do mês de Abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 081/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares a servidora **Maria Sonia Marques de Souza,** brasileira, casada, portadora do Rg. 1892746-7 SSP/MT e CPF. nº. 021. 340.751-55, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia 01 de Abril de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01 dia do mês de Abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 082/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares ao servidor **José Alves de Oliveira,** brasileiro, desquitado, portador do Rg. 00718807 SSP/MT e CPF. nº. 227.116. 519-91, referente aos períodos aquisitivos de 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020, a partir do dia 01 de Abril de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01 dia do mês de Abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 083/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares ao servidor **Valdomiro Viana da Silva,** brasileiro, solteiro, portador do Rg. 17.864.192 SSP/SP e CPF. nº. 060.387. 818-03, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a partir do dia 06 de Abril de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 03 dia do mês de Abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 084/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Licença Saúde junto ao INSS a servidora **Marisa Sampaio,** brasileira, casada, portadora do Rg. 425.585 SSP/MT e CPF. nº. 346.737.841-20, conforme atestados médicos apresentados.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 03 dia do mês de Abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 085/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares a servidora **Maria de Fatima dos Santos,** brasileira, casada, portadora do **Rg.** 11239183 SSP/MT e **CPF. nº**. 000.753. 581-31, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 03 dia do mês de Abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 086/2020

SÚMULA. ***INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 001/2020 PARA APURAR IRREGULARIDADE E RESPONSABILIDADES DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS PERTENCENTES AO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT***.

O Exmo. Prefeito Municipal de Arenápolis/MT, senhor **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO** , no uso de suas atribuições legais, e em especial a prevista no Art. 95, inciso II, alínea "*c*" da Lei orgânica Municipal e artigo 200 *"Caput"* da Lei n.º 788 de 12 de março de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arenápolis MT, expede a seguinte:

Art. 1º - Fica instaurado Processo de Sindicância Administrativa – P.S.A, nº 001/2020, destinado a apuração de irregularidade e responsabilidades do seguinte servidor efetivo:

|

a) ARYANA FERREIRA AMARAL – Mat. n° 001347.

Art. 2º - Em cumprimento aos termos do Art. 200 c/c Art. 202, ambos da Lei nº 788/2002, faço constar nesta Portaria, a denuncia apresentada pela Sr (a) Maria das Graças S. S. Mendes, Secretária de Saúde do Município de Arenápolis/MT através dos ofícios: 006/SMS/2020 de 10 de março de 2020.

Parágrafo Único – Para efeito deste artigo, em tese, **ARYANA FERREIRA AMARAL**, supostamente praticou a proibição descrita no inciso XVII, do Art. 171 podendo estar em incurso na sanção prevista dos Artigos 172, e 189, inciso XIV, todos da Lei 788/02 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Arenápolis/MT.

Art. 3º- Para a condução do Processo Administrativo de Sindicância Administrativa, instaurado por esta Portaria, fica designada Comissão Processante Especial composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

- **LINIKER WILLEN DE OLIVEIRA PACHECO** – Matrícula de n° 1.022;

- **NÚBIA GONÇALVES DE CAMPOS**– Matrícula de n° 82;

- **RODRIGO PAULINO DE MATOS** – Matrícula de n° 990;

Parágrafo único – Incumbe ao Presidente da Comissão à indicação de quem irá secretariar os trabalhos.

Art. 4º - Os trabalhos da Comissão Processante Especial deverão ser instalados dentro do prazo de cinco (5) dias, contados da data de publicação, e desta, e concluídos no prazo de trinta (30) dias, contados do início dos trabalhos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se

Gabinete do Prefeito, aos 22 dias do mês de abril de 2020.

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVO N.º 01/2020

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO DE ARENÁPOLIS MT

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA – P.S.A. N° 001/2020

SINDICÂNCIA N° 001/2020

P O R T A R I A Nº. 087/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

R E S O L V E

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. ***EDSON LORENZETTI***, brasileiro, Engenheiro Civil CREA 017136242-2, CPF 014.844.329-08 e RG 5.701.500-4 SSP/PR residente na Av. Tancredo de Almeida Neves, n°. 276 - S, Andar 1, Sala 1, Bairro Centro, na cidade de Tangara da Serra-MT, como fiscal Responsável pela Execução de obras e serviços de Reforma de cobertura e calçadas e grama , na Escola Municipal Prefeito Duílio R. Braga , referente ao contrato 124/2020 e Tomada de Preços 001/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 22 de abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 088/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

R E I N T E G R A R

A servidora estável **Srª. Edvânia de Oliveira Balbino,** brasileira, casada, portadora do **RG. nº.** 14324610 SSP/MT e **CPF. nº.** 946.058.581-72, para exercer sua funções normais conforme alta recebida de licença saúde junto ao INSS.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 22 dias do mês de Abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 089/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Aposentadoria por Idade ao servidor efetivo **Sr. Sebastião Rodrigues de Souza,** brasileiro, casado, portador do **RG. nº.** 062.912 SSP/MT e **CPF. nº.** 631.202.161-00, conforme beneficio 196.850.735-0.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 22 dias do mês de Abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 090/2020

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

R E S O L V E

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. ***EDSON LORENZETTI***, brasileiro, Engenheiro Civil CREA 017136242-2, CPF 014.844.329-08 e RG 5.701.500-4 SSP/PR residente na Av. Tancredo de Almeida Neves, n°. 276 - S, Andar 1, Sala 1, Bairro Centro, na cidade de Tangara da Serra-MT, Como Fiscal Responsável pela Execução de Obras e Serviços Para Pavimentação e Drenagem de Aguas Pluviais, Conforme o Convênio Siconv nº.863450/2017 , que entre si celebram a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO, e o Município , conforme contrato de numero 151/2019 e Tomada de Preço 005/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 23 de abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **08 de Maio de 2020, às 08h30min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Rua Presidente Costa e Silva nº 105E, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O **PREGÃO ELETRÔNICO 002/2020, Menor Preço por Item,** com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA PROINFÂNCIA DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT, CONFORME O TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201800253, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL.** O edital completo esta disponível no site **www.bll.org.br e www.arenapolis.mt.gov.br**. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis-MT, 24 de Abril de 2020**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
LEI MUNICIPAL N.º 1.423 E 1424.2020

LEI MUNICIPAL N.º 1.423 /2020

"Dispõe Sobre a Autorização de um Credito Especial para Inclusão no PPA, LDO e LOA do exercício de 2020. e da Outras Providências".

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Ar enápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos nos artigos 166, § 4º, 167 inciso VI da Constituição Federal, e artigo 42 e 43 da Lei Federal 4320/64, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Esta lei autoriza a inclusão no Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2020, o Projeto Atividade – 1091- Aquisição de caminhão equipado com coletor compactador de lixo para o setor de serviços públicos.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Orçamento Geral do Município , exercício de 2020, um Crédito Especial Suplementar, no valor de R$.350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) Aquisição de caminhão equipado com coletor compactador de lixo para o setor de serviços públicos, conforme discriminado:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	VALOR
UNIDADE: 002 – Departamento de Serviços Públicos	
FUNÇÃO: 15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO: 451 – Infraestrutura Urbana	
PROGRAMA: 0023 – Arenápolis renovar parra melhorar a qualidade de vida	
PROJETO ATIVIDADE: 1091 – Aquisição de caminhão equipado com coletor compactador de lixo	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente Fonte- 124 Fonte- 100 **Total**	300.000,00 50.000,00 **350.000,00**

Art. 3º- Os Créditos autorizados no artigo 1º desta Lei, serão abertos através de Decretos específicos, indicando as unidades orçamentárias, os projetos e ou atividades, as naturezas de despesas, as fontes de recursos e os valores a serem alocados e reduzidos, utilizando-se como recurso excesso de arrecadação oriundos do Convênio Plataforma + Brasil N. 897216/2019 , da SUDECO, e a contrapartida da prefeitura terá como fonte de recursos a anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 23 dias do mês de abril de 2020.

_____

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.823/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES DE RECURSOS VINCULADOS CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 69.082,65 (SESSENTA E NOVE MIL E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1859 de 16 de abril de 2020.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 69.082,65 (sessenta e nove mil e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.002.12.361.0009.1004 – Ampliação, Adequação e Instalação de Escolas		
4490.5100 – Obras e Instalações	**03.01**	29.686,76
4490.5100 – Obras e Instalações	*03.15*	39.395,89
Total		***69.082,65***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 20 dias do mês de abril de 2.020

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.819/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 352.384,05 (TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINCO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1859 de 16 de abril de 2020.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 352.384,05 (trezentos e cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.002.12.361.0009.1004 – Ampliação, Adequação e Instalação de Escolas		
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.15*	352.384,05
Total		***352.384,05***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 20 dias do mês de abril de 2.020

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 24/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 11.872/2020, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1.729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Objeto: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços especializados para manutenção elétrica em veículos automotores leves, médios, ônibus e microônibus, pesados (caminhões e maquinários), em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais deste Município de Aripuanã-MT.** Início da Sessão: **Dia 14/05/2020, às 08h00-min (oito), horário local**, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site: http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 23 de abril de 2020.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2019

VALIDADE: 13/08/2020

O MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu representante legal o **Srº. Jonas Rodrigues Da Silva,** Prefeito Municipal.

RESOLVE:

Cancelar o item 19292 da Ata de Registro de Preço nº 042/2019 do fornecedor **DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** conforme descriminado abaixo, nos termos da Lei Federal 8.666/1993, bem como da lei 10.520/2002, Decreto 1.729/2010 e Decreto 7.892/2013, em conformidade com o resultado do **Pregão Presencial em epígrafe**, sucedido em sua sessão de abertura realizada em **15/07/2019 ás 08:00 horas**.

1 – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Decreto n. 1.729/2010 dispõe em seu artigo 13, Inciso II, que *"O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados;"*

2 – DO OBJETO

2.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares, laboratoriais, odontológicos e equipamento de proteção individual destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste município Aripuanã/MT.

3 – DO FORNECEDOR E DO ITEM DO DISTRATRO

3.1. DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no **CNPJ Nº. 02.520.829/0001-40**, Inscrição Estadual Nº. 170/0004112, Inscrição Municipal Nº. 450, com sede na Rodovia BR 480, nº 180 – Bairro: Centro, município de Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul - CEP Nº 99.740-000, Telefone: (054) 3523-2600, e-mail: licitacoes@dimaster.com.br, representada pelo seu procurador **Sr. Aldecir Maciak**, portador do **RG Nº 2058839735 SSPC/RS** e **CPF Nº. 687.498.990-15.**

1. DO PRODUTO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
9	19292	AMPICILINA 1G IM/IV INJ.	TEUTO	UNID.	5000	R$ 3,88	R$ 19.400,00

4 – DO EFEITO DO CANCELAMENTO

4.1 O presente instrumento tem seu efeito a partir da sua assinatura e é firmado em caráter de expressa irrevogabilidade e irretratabilidade não cabendo as partes o direito de arrependimento ou desistência.

5 – DO FORO

5.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

5.2 E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (02) duas vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Aripuanã - MT, 23 de abril de 2020.

Jonas Rodrigues Da Silva

Prefeito Municipal

DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ (MF) Nº. 02.520.829/0001-40

Jessica Valeria Ferreiro

Procuradora do Município

Portaria nº. 8.010/2015

OAB/MT 12.074

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 11.872/2020, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, os Decretos Municipais nº 1.392/2008 e nº. 3.259/2018 e, subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de premiação, fornecimento de kit de cronometragem e chips descartáveis destinados à realização do evento "Festa do Trabalhador Aripuanense – Edição 2020", em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.** Início da Sessão: **Dia 15/05/2020, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.aripua-**

na.mt.gov.br, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 23 de abril de 2020.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019

OORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2019

VALIDADE: 13/08/2020

O MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu representante legal o **Srº. Jonas Rodrigues Da Silva,** Prefeito Municipal.

RESOLVE:

Cancelar os itens 671369, 19848 e 14740 da Ata de Registro de Preço nº 047/2019 do fornecedor **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME,** conforme descriminado abaixo, nos termos da Lei Federal 8.666/1993, bem como da lei 10.520/2002, Decreto 1.729/2010 e Decreto 7.892/2013, em conformidade com o resultado do **Pregão Presencial em epígrafe**, sucedido em sua sessão de abertura realizada em **15/07/2019 ás 08:00 horas**.

1 – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Decreto n. 1.729/2010 dispõe em seu artigo 13, Inciso II, que *"O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados;"*

2 – DO OBJETO

2.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares, laboratoriais, odontológicos e equipamento de proteção individual destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste município Aripuanã/MT.

3 – DO FORNECEDOR E DO ITEM DO DISTRATRO

3.1 MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, inscrita no **CNPJ Nº. 28.418.133/0001-00**, Inscrição Estadual Nº 10.701.507-2, Inscrição Municipal Nº. 3110032303, com sede na Avenida das Laranjeiras, s/nº. – Bairro: Parque Primavera, município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás - CEP Nº 74.913-122, Telefone: (062) 3416-8300, e-mail: licitacao01@medvittadist.com.br, representada pelo seu procurador **Sr. Adalberto Cavalcante da Nóbrega Júnior**, portador do **RG Nº 189.448 SSP/MS** e **CPF Nº. 305.680.561-91.**

1. DO PRODUTO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
31	671369	COMPLEXO B IV/IM 2ML INJ	HYPOFARMA	UNIDADE	10000	R$ 0,83	R$ 8.300,00
74	19848	OMEPRAZOL 40 MG 10 ML +DIL	BLAU	UNIDADE	2000	R$ 6,70	R$ 13.400,00
64	14740	GLICONATO DE CALCIO 10% 10ML INJ.	HALEX	UNIDADE	1000	R$ 1,82	R$ 1.820,00

4 – DO EFEITO DO CANCELAMENTO

4.1 O presente instrumento tem seu efeito a partir da sua assinatura e é firmado em caráter de expressa irrevogabilidade e irretratabilidade não cabendo as partes o direito de arrependimento ou desistência.

5 – DO FORO

5.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

5.2 E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (02) duas vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Aripuanã - MT, 23 de abril de 2020.

Jonas Rodrigues Da Silva

Prefeito Municipal

Med Vitta Comercio De Produtos Hospitalares LTDA-ME

CNPJ (MF) Nº. 28.418.133/0001-00

Jessica Valeria Ferreiro

Procuradora do Município

Portaria nº. 8.010/2015

OAB/MT 12.074

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.816/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 7.044,26 (SETE MIL E QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1863 de 16 de abril de 2020.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 7.044,26 (sete mil reais e quarenta e quatro centavos e vinte e seis centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
05.001.04.123.0003.2012 – Gestão da SEMUFI		
3390.9100 – Sentenças Judiciais	**03.00**	7.044,26
Total		***7.044,26***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 17 dias do mês de abril de 2.020

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2019

VALIDADE: 13/08/2020

O MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu representante legal o **Srº. Jonas Rodrigues Da Silva,** Prefeito Municipal.

RESOLVE:

Cancelar os itens 671375 e 671369 da Ata de Registro de Preço nº 047/2019 do fornecedor **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME,** conforme descriminado abaixo, nos termos da Lei Federal 8.666/1993, bem como da lei 10.520/2002, Decreto 1.729/2010 e Decreto 7.892/2013, em conformidade com o resultado do **Pregão Presencial em epígrafe**, sucedido em sua sessão de abertura realizada em **15/07/2019 ás 08:00 horas**.

1 – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Decreto n. 1.729/2010 dispõe em seu artigo 13, Inciso II, que *"O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados;"*

2 – DO OBJETO

2.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares, laboratoriais, odontológicos e equipamento de proteção individual destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste município Aripuanã/MT.

3 – DO FORNECEDOR E DO ITEM DO DISTRATRO

3.1 MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, inscrita no **CNPJ Nº. 28.418.133/0001-00**, Inscrição Estadual Nº 10.701.507-2, Inscrição Municipal Nº. 3110032303, com sede na Avenida das Laranjeiras, s/nº. – Bairro: Parque Primavera, município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás - CEP Nº 74.913-122, Telefone: (062) 3416-8300, e-mail: licitacao01@medvittadist.com.br, representada pelo seu procurador **Sr. Adalberto Cavalcante da Nóbrega Júnior**, portador do **RG Nº 189.448 SSP/MS** e **CPF Nº. 305.680.561-91.**

1. DO PRODUTO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	671375	CEFTRIAXONA 1GR IV INJ	BLAU	UNID.	6000	R$ 8,18	R$ 49.080,00
31	671369	COMPLEXO B IV/IM 2ML INJ	HYPOFARMA	UNID.	10000	R$ 0,83	R$ 8.300,00

4 – DO EFEITO DO CANCELAMENTO

4.1 O presente instrumento tem seu efeito a partir da sua assinatura e é firmado em caráter de expressa irrevogabilidade e irretratabilidade não cabendo as partes o direito de arrependimento ou desistência.

5 – DO FORO

5.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

5.2 E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (02) duas vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Aripuanã - MT, 23 de abril de 2020.

Jonas Rodrigues Da Silva

Prefeito Municipal

Med Vitta Comercio De Produtos Hospitalares LTDA-ME

CNPJ (MF) Nº. 28.418.133/0001-00

Jessica Valeria Ferreiro

Procuradora do Município

Portaria nº. 8.010/2015

OAB/MT 12.074

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.804/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 3.300,00 (TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018, Lei 1.812 de 20 de dezembro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
06.002.08.241.0005.2015 – Ações de Atendimento a Melhor Idade		
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas	*01.00*	1.000,00
11.002.18.541.0025.2078 – Gestão Ambiental		
3190.0400 – Contrato por Tempo Determinado	*01.00*	2.300,00
Total		***3.300,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
06.002.08.243.0006.2014 – Apoio a Criança e Adolescente		
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas	**01.00**	1.000,00
11.001.23.691.0023.2073 – Apoio Empresarial		
3390.3900 – Outros serviços de Terceiros – P. Juridica	**01.00**	2.300,00
Total		***3.300,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 08 dias do mês de abril de 2.020

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal Interino

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.820/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 161.638,21 (CENTO E SESSENTA E UM MIL SEISCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1860 de 16 de abril de 2020.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 161.638,21 (cento e sessenta e um mil seiscentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0012.2046 – Pav. Guias, Sarjetas e drenagem Urbana-		
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.24*	161.638,21
Total		***161.638,21***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 20 dias do mês de abril de 2.020

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.821/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES DE RECURSOS VINCULADOS CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 90.892,08 (NOVENTA MIL OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1860 de 16 de abril de 2020.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 90.892,08 (noventa mil oitocentos e noventa e dois reais e oito centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0012.2046 – Pav. Guias, Sarjetas e drenagem Urbana		
4490.5100 – Obras e Instalações	**03.24**	90.892,08
Total		***90.892,08***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 20 dias do mês de abril de 2.020

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.822/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES DE RECURSOS VINCULADOS CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 151.000,00 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1861 de 16 de abril de 2020.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.003.26.782.0014.2049 – Conservação de Estradas Vicinais, Pontes e Bueiros		
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	**03.37**	151.000,00
Total		***151.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 20 dias do mês de abril de 2.020

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.827/2020

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES DE RECURSOS VINCULADOS CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 372.000,00 (TREZENTOS E SETENTA E DOIS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1862 de 16 de abril de 2020.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.002.12.361.0009.1004 – Ampliação, Adequação e Instalação de Escolas		
4490.5100	**03.01**	372.000,00
Total		***372.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 20 dias do mês de abril de 2.020

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º 070/2018

CONCORRENCIA PUBLICA Nº.:001/2017

Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: JRM CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº. 11.922.125.0001/95.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO , devido ao término do prazo de EXECUÇÃO do contrato principal, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01(UMA) ESCOLAS DO PROGRAMA PROINFANCIA FNDE.**

LOTE 01 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DO PROGRAMA PROINFANCIA MEC/FNDE

– TIPO 1 - **BAIRRO JARDIM IMPERIAL**

DO PRAZO DE EXECUÇÃO – O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais **180** (Cento e Oitenta) dias para execução da obra, sendo de **22/04/2020 até 19/10/2020**, em conformidade com a Cláusula Decima Segunda, conforme estabelece o Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei 8.666/93

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º 071/2018

CONCORRENCIA PUBLICA Nº.:001/2017

Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: JRM CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº. 11.922.125.0001/95.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO , devido ao término do prazo de EXECUÇÃO do contrato principal, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01(UMA) ESCOLAS DO PROGRAMA PROINFANCIA FNDE.**

LOTE 02 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DO PROGRAMA PROINFANCIA MEC/FNDE

– TIPO 1 - **BAIRRO SÃO RAIMUNDO**

DO PRAZO DE EXECUÇÃO – O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais **180** (Cento e Oitenta) dias para execução da obra, sendo de **22/04/2020 até 19/10/2020**, em conformidade com a Cláusula Decima Segunda, conforme estabelece o Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei 8.666/93.

Fica atendida a determinação da Portaria Interministerial nº 350 de 03 de Julho de 2019, que em seu Artigo 4º, Inciso I, determina prazo máximo para encerramento do empreendimento em 30 de Junho de 2020.

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 10/2020

PROC.ADMINISTRATIVO/PROTOCOLO N° 7.551/2020

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT.

OBJETO: Pregão Eletrônico para aquisição de **APARELHO DE GEOFONE** na quantidade e especificação descritas no item 1.2 do TERMO DE REFERÊNCIA, com a finalidade de atender as demandas do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

PLATAFORMA:

BLL-BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES - www.bllcompras.org.br

DATA:

Dia: **07/05/2020**, às **09h30m** - **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA - DF)**.

OBSERVAÇÃO:

A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos na Autarquia Municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Saneamento Ambiental** de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em sua sede, localizada na Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78210-210 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, na cidade de CÁCERES-MT, ou baixado no site www.aguasdopantanal.eco.br**.**

Cáceres-MT, 23 de abril de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 11 DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS ano 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 22 de abril de 2020, com registro em Ata nº. 297,

Considerando o memorando nº 13.416/2020 de 16 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a Prestação de Contas do recurso do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS ano 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 22 de abril de 2020.

CAMILA RANGEL ORTIZ

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 14 DE 22 DE ABRIL DE 2020

Aprova o Plano de Ação referente ao cofinanciamento Estadual do Serviço de Acolhimento Adultos e Famílias - SAAF para o exercício de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 22 de abril de 2020, com registro em Ata nº. 297,

Considerando o memorando 13.422/2020 – SMAS-CF de 16 de abril de 2020,

Considerando a previsão de repasse do cofinanciamento Estadual do Serviço de Acolhimento Adultos e Famílias – SAAF no valor R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) para subsidiar os serviços da Proteção Social Especial,

Considerando que a operacionalização do financiamento da assistência social implica na adoção dos princípios da administração pública, em especial a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e a eficiência,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação referente ao cofinanciamento Estadual do Serviço de Acolhimento Adultos e Famílias – SAAF para o exercício de 2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 22 de abril de 2020.

CAMILA RANGEL ORTIZ

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 12 DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do cofinanciamento Estadual do Serviço de Acolhimento Adultos e Famílias ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO

COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 22 de abril de 2020, com registro em Ata nº. 297,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a Prestação de Contas do cofinanciamento Estadual do Serviço de Acolhimento Adultos e Famílias –SAAF do ano de 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 22 de abril de 2020.

CAMILA RANGEL ORTIZ

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a homologação da licitação na modalidade TOMADA DE PEÇO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia para construção da Oficina Ortopédica de Cáceres e Ampliação do Centro Especializado em Reabilitação – CER II, localizado à Rua Nossa Senhora Aparecida, 355, bairro Santa Isabel, com área total de 610,76 m2, no município de Cáceres Municipal de Cáceres, MT, de acordo com Projeto Executivo de Engenharia, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Valor Estimado: R$ 1.570.397,64 (um milhão, quinhentos e setenta mil, trezentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos), sendo: R$ 723.000,00 (Recurso Fundo a Fundo do Ministério da Saúde – R$ 847. 397,64 (Contrapartida).

Realização: 07 de abril de 2020 às 08:30 horas, horário de Cuiabá-MT

Vencedor: GECON-GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 11.482.408/0001-63.

Valor: R$ 1.331.428,76 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos).

Prefeitura de Cáceres, 23 de abril de 2020.

ANILCE RIBIERO DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 17-2020 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Logística de Cáceres/MT.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Brita 0 (conforme condições preestabelecidas), Brita 1 (conforme condições preestabelecidas), Pedra Marroada (conforme condições preestabelecidas) e Areia Grossa (conforme condições preestabelecidas) para proceder à impermeabilização com lama asfáltica nas vais públicas, execução de novos pavimentos asfálticos e serviços de tapa buraco em PMF, TSD nas vais públicas com pavimento danificado e construção e manutenção de pontes no Município de Cáceres.

Realização: 12 de Maio de 2020 às 09:00 horário de Brasilia.

Observação: Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/.

Prefeitura de Cáceres-MT, 23 de Abril de 2020.

Débhora Belussi

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 10 DE 22 DE ABRIL DE 2020

Forma as Comissões Temáticas de natureza permanente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o biênio 2020/2022.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 22 de abril de 2020, com registro em Ata nº. 297e,

Considerando que as Comissões Temáticas são constituídas de forma paritária, de natureza permanente, têm por finalidade subsidiar o Colegiado no cumprimento de sua competência, segundo suas afinidades com os temas a serem tratados;

Considerando que a qualquer conselheiro é facultado participar das reuniões de qualquer Comissão, com direito à voz;

Considerando ainda que as Comissões contarão com o apoio técnico e operacional da Secretaria Executiva, para realização de suas reuniões e elaboração dos relatórios e pareceres;

RESOLVE:

Art. 1º - Formar as Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social, ficando assim definido:

I – Comissão de Política e Normas da Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social;Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; Lar das Servas de Maria; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;Fundação Terezinha Mendes;

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social.

II – Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social

Fundação Casa de Maria e José;Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Administração;Lar das Servas de Maria;

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO: Secretaria Municipal de Finanças.

III – Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Entidades de Assistência Social registradas no CMAS

Secretaria Municipal de Saúde;Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;Secretaria Municipal de Assistência Social;Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 1; Secretaria Municipal de Educação;

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social.

IV – Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Unidades Públicas de Assistência Social

Fundação Casa de Maria e José;Fundação Terezinha Mendes; Secretaria Municipal de Administração;Comunidade de São Gonçalo/Paróquia São Luís**;**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

V – Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Programa Bolsa Família

Secretaria municipal de Assistência Social;Secretaria Municipal de Saúde;Secretaria Municipal de Educação; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 1**;**Comunidade de São Gonçalo/Paróquia São Luís;

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cáceres-MT, 22 de abril de 2020.

CAMILA RANGEL ORTIZ

Presidente do CMAS

DECRETO Nº. 213 DE 20 DE ABRIL DE 2020.

"Altera a nomenclatura e acrescenta atribuições do cargo de Coordenador de Recursos Humanos e Tesouraria, do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, previsto na Lei Complementar nº 106, de 07 de outubro de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO*, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:*

CONSIDERANDO a necessidade de readequar a estrutura organizacional ao atual modelo de gestão do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal;

CONSIDERANDO, ainda, quea presente alteração visa o aprimoramento da estrutura organizacional do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com fundamento no princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput da Constituição da República;

CONSIDERANDO o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 115, de 24 de julho de 2017;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 6.740 de 22 de fevereiro de 2020,

D E C R E T A:

Art. 1º *Fica alterada a nomenclatura do cargo de* Coordenador de Recursos Humanos e Tesouraria, do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, instituído pela Lei Complementar nº 106, de 07 de outubro de 2015, para Coordenador de Recursos Humanos, Tesouraria e Assistência Social.

NOMENCLATURA ATUAL	*NOVA NOMENCLATURA*
Coordenador de Recursos Humanos e Tesouraria	Coordenador de Recursos Humanos, Tesouraria e Assistência Social

Parágrafo único. As atribuições do cargo Coordenador de Recursos Humanos, Tesouraria e Assistência Social estão descritas no Anexo Único, parte integrante deste Decreto, em complementação às atribuições previstas no inciso IV, do art. 10, da Lei Complementar nº 106, de 07 de outubro de 2015.

Art. 2º *Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.*

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de abril de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANEXO ÚNICO

Atribuições do cargo Recursos Humanos, Tesouraria e Assistência Social do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal

Coordenador de Recursos Humanos, Tesouraria e Assistência Social: a) promover a execução de atividades de recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoal; **b)** avaliação de desempenho de todos os servidores e prestadores de serviços do SAEC, assistência social e segurança do trabalho; **c)** manter registros e assentamentos funcionais dos servidores e prestadores de serviços, bem como apurar diariamente o ponto de jornada de trabalho do pessoal; **d)** elaborar a folha de pagamento do pessoal e guias de recolhimento de contribuições tributárias, previdenciárias e trabalhistas, solicitando o empenho prévio da despesa; **e)** aplicar e fazer cumprir a legislação de pessoal; **f)** providenciar a formalização dos atos necessários à admissão, dispensa, promoção e punição dos servidores; **g)** elaborar a escala anual de férias, ouvidas as respectivas chefias, e promover seu cumprimento; **h)** examinar, conferir e instruir os processos de pagamento e as requisições de adiantamento; **i)** fazer cumprir as determinações do Assessor Administrativo e Financeiro; **j)** prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais; **k)** planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais vinculados às áreas fins da autarquia, atuando, orientando e monitorando ações em desenvolvimento relacionadas à economia doméstica, nas áreas de habitação, desenvolvimento humano, economia familiar e educação do consumidor; **l)** desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis; **m)** outras atividades correlatas.

DECRETO Nº. 217 DE 20 DE ABRIL DE 2020.

"Regulamenta o Sistema de Controle Interno (SCI) da Administração Direta do Município de Cáceres/MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACERES, ESTADO DE MATO GROSSO no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno (SCI) na Administração Direta do Município,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 12.249 de 03 de abril de 2020,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º A Controladoria Geral do Município – CGM, instituição permanente e essencial ao Controle Interno da Administração Direta do Município, estruturada pela Lei Complementar Municipal nº 115 de 24 de julho de 2017, constitui-se como Órgão Central de Controle Interno, diretamente vinculada ao Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA

Art. 2º O funcionamento do SCI da Administração Direta do Município, sujeita-se ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 115 de 24/07/2017, à legislação e normas regulamentares aplicáveis ao Município, ao conjunto de Instruções Normativas que compõem o Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle e às regras constantes neste Decreto.

I – As Instruções Normativas serão elaboradas a partir da Instrução Normativa 001/ 09.

II – As Instruções Normativas aprovadas comporão o Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle.

III – As Autarquias Municipais, Previ-Cáceres e Águas do Pantanal, serão normatizadas por Instruções Normativas próprias, tendo em vista possuírem Lei específica própria instituindo o SCI.

Art. 3º São órgãos do SCI:

I – A Controladoria Geral do Município – CGM: órgão Central do SCI responsável por coordenar as atividades de controle interno, exercer os controles essenciais e avaliar a eficiência e eficácia dos demais controles existentes, realizar com exclusividade auditorias para cumprir a função constitucional de fiscalização;

II – As Unidades Executoras de Controle Interno – UECI: órgãos da estrutura organizacional, representantes dos sistemas administrativos, que exercem o controle interno sobre as suas funções finalísticas ou de caráter administrativo (Anexo I).

III – As ações de controle interno das UECI serão exercidas diretamente pelos diversos níveis de chefia, representados pelos Secretários, Coordenadores e Gerentes do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4° São responsabilidades da CGM:

I – Avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e no Plano Plurianual – PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II – Comprovar a legalidade, a legitimidade e a economicidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos, obrigações e haveres do Município;

IV – Promover a implementação de procedimentos de prevenção e de combate à corrupção, bem como a política de transparência da gestão, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

V – Ampliar os mecanismos de controle da gestão dos bens públicos mediante a abertura de canais de comunicação entre a Administração Pública Municipal e a população, para expandir a capacidade do cidadão de participar da fiscalização e da avaliação das ações do Governo, visando à melhoria da eficiência do gasto público;

VI – Zelar pela condução do SCI da Administração Direta do Município, preservando o interesse público e a probidade na guarda e aplicação de dinheiro, valores e outros bens do Município, ou a ele confiados;

VII – Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, resguardada a sua autonomia.

VIII – Realizar, também, outras atividades dispostas no art. 12º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 24/07/2017.

Art. 5° São responsabilidades das Unidades Executoras do SCI:

I – Informar à CGM, para fins de cadastramento, o nome do respectivo representante setorial do sistema administrativo, comunicando de imediato as eventuais substituições.

a) – O representante setorial tem como principal missão dar suporte ao funcionamento do SCI em seu âmbito de atuação e serve de elo entre o UECI e a CGM, tendo como principais atribuições:

1. Prestar apoio na identificação dos "pontos de controle" inerentes ao sistema administrativo ao qual a sua unidade está diretamente envolvida, assim como no estabelecimento dos respectivos procedimentos de controle;

2. Coordenar o processo de desenvolvimento, implementação, ou atualização das instruções normativas, às quais a unidade em que está vinculado atue como UECI de tais rotinas;

3. Exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das instruções normativas a que a sua unidade está sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

4. Encaminhar à CGM, na forma documental, as situações de irregularidades ou ilegalidades que vierem ao seu conhecimento mediante denúncias ou outros meios, juntamente com indícios de provas;

5. Orientar providências para as questões relacionadas ao TCE/MT afetas a sua unidade;

6. Atender às solicitações do controle interno quanto às informações, providências e recomendações;

7. Reportar a chefia superior, com cópia para a CGM, as situações de ausência de providências para a apuração e/ou regularização de desconformidades.

II – Desenvolver os trabalhos com base nas boas práticas de controle interno e com observância aos normativos expedidos pela CGM;

III – Executar ações de controle necessárias para subsidiar as Prestações de Contas dos administradores e responsáveis pela gestão de recursos públicos municipais, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT);

IV – Impulsionar e coordenar a elaboração das Normas de Procedimentos a cargo do respectivo sistema administrativo;

V – Realizar, também, outras atividades dispostas no inciso XIII, art. 12º, da Lei Complementar Municipal nº 115 de 24/07/2017.

CAPÍTULO IV DAS FUNÇÕES

Art. 6º Para o cumprimento das finalidades do SCI, a CGM desempenhará, como órgão central, as funções de Auditoria Interna, Controladoria Interna e Ouvidoria.

SECÃO I DA AUDITORIA INTERNA

Art. 7º É afunção pela qual se avalia determinada matéria ou informação segundo critérios adequados e identificáveis, com o fim de expressar uma conclusão que transmita ao titular do Poder e a outros destinatários legitimados determinado nível de confiança sobre a matéria ou informação examinada, e que tem por finalidades:

I – Verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, sem prejuízo do regular exercício da competência dos demais órgãos;

II – Avaliar o desempenho da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, segundo os critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade;

III – Avaliar a adequação, a eficiência e a eficácia da organização auditada, de seus sistemas de controle, registro, análise e informação e do seu desempenho em relação aos planos, metas e objetivos organizacionais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles.

§1º – Caberá a CGM a elaboração e atualização da Instrução Normativa de Auditoria Interna, que especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados pela Unidade de Auditoria Interna (UAI), sendo submetido à aprovação do Prefeito Municipal para o exercício das atividades de auditoria interna.

§2º – Até o último dia útil de cada ano, a CGM deverá elaborar e dar ciência ao Prefeito Municipal, do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI, para o ano seguinte, observando a metodologia e critérios estabelecidos no Manual de auditoria Interna.

§3º – Para elaboração do PAAI, a Controladoria Municipal poderá obter subsídios junto ao Prefeito Municipal e demais gestores e junto as UECI, objetivando maior eficácia da atividade de auditoria interna.

§4º – Para a realização de trabalhos de auditoria interna em áreas, programas ou situações específicas, cuja complexidade ou especialização assim justifiquem, a CGM poderá requerer ao Prefeito Municipal a colaboração técnica de servidores públicos da área ou contratação de terceiros.

§5º – Os resultados do trabalho de auditoria interna serão encaminhados aos gestores das respectivas Unidades Administrativas auditadas e ao responsável pela UECI, quando estes forem distintos, com cópia ao Prefeito Municipal.

§6º O monitoramento das recomendações decorrentes das auditorias internas, compreenderá o encaminhamento do produto de auditoria com as recomendações ao gestor (entrada), a elaboração do plano de providências (elaborado pelo Gestor da unidade auditada no prazo de 30 dias, con-

tados da data de recebimento do produto de auditoria no protocolo da unidade auditada), a análise da consistência das ações propostas, a implementação das correções planejadas (em até 90 dias, salvo casos excepcionais de comprovada impossibilidade que terão os prazos distintos, estes serão solicitados pela unidade auditada e analisados pela UAI), a verificação do atendimento das recomendações (processamento), e a emissão do relatório de monitoramento (saída). **§7º** As recomendações, decorrentes de auditorias internas, feitas pela CGM e não atendidas no prazo acordado (consignados nos planos de providência) ou não acatadas pela Unidade Auditada, constarão no Relatório de Controle Interno. **SECÃO II DA CONTROLADORIA INTERNA**

Art. 8º A controladoria interna é a função que tem por finalidade:

I – Subsidiar a tomada de decisão governamental e propiciar a melhoria contínua da governança e da qualidade do gasto público, a partir da modelagem, sistematização, geração, comparação e análise de informações relativas a custos, eficiência, desempenho e cumprimento de objetivos e programas de governo;

II – Realizar a gestão superior de políticas e procedimentos integrados de prevenção e de combate à corrupção e de implantação de regras de transparência de gestão e de formas de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo;

III – Promover a normatização, assessoramento e consultoria no estabelecimento, manutenção, monitoramento e aperfeiçoamento dos elementos do controle administrativo dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal.

IV – Manifestar sobre os aspectos econômicos, financeiros e orçamentários das contratações públicas de bens, serviços e investimentos celebrados pelos órgãos, da seguinte forma:

a) – Previamente, exclusivamente nos casos dispostos neste Decreto Municipal;

1. A avaliação prévia será efetuada com base nos documentos elencados nas listas de checagem constantes dos anexos II, III e IV deste Decreto.

2. Antes do envio à CGM, os processos submetidos à avaliação prévia deverão ser analisados previamente pelo órgão e ser instruídos com a lista de checagem correspondente ao tipo de contratação pretendida, cabendo ainda ao órgão a realização do devido preenchimento da coluna EVIDÊNCIAS (FOLHAS), sob pena de devolução ao órgão para complementação.

3. A avaliação prévia relacionada aos aspectos econômicos e financeiros, pela CGM, não envolve a elaboração de planilhas de custos ou de quaisquer cálculos, que deverão ser realizados pelo órgão gestor da contratação, no exercício da sua função executora ou fiscalizadora.

4. A avaliação da CGM quanto aos aspectos técnicos dos projetos, obras e serviços de engenharia limita-se à verificação do atendimento aos elementos listados nos anexos deste Decreto Municipal, sendo a análise da correção das quantidades de serviços constantes das planilhas orçamentárias e sua memória de cálculo, assim como a análise da correção, qualidade e compatibilidade dos projetos entre si, de responsabilidade dos setores dos órgãos responsáveis pelo seu recebimento e aprovação ou pela sua elaboração.

b) – Concomitante ou a posterior, por meio de Auditorias, Inspeções ou Monitoramento por Sistemas Informatizados, de acordo com seu planejamento anual e capacidade operacional.

Art. 9º Os processos administrativos referentes às licitações, pregões, concessões e Parcerias Público-Privadas - PPP, instaurados pelos órgãos da Administração Direta, deverão ser encaminhados à CGM, para avaliação prévia.

§1º – Os processos que não se enquadrarem no *caput* e forem encaminhados à CGM serão devolvidos aos órgãos sem avaliação prévia.

§2º – A avaliação da CGM de atos realizados após a celebração do ajuste inicial, tais como aditivos, reajustes, reequilíbrio contratual, entre outros, se dará por meio de inspeção ou auditoria, conforme previsão constante do Plano Anual de Auditoria Interna, e por monitoramento por sistemas informatizados ou outra ação de controle, conforme prioridade definida pela CGM.

Art. 10. Os apontamentos expedidos pela CGM, por meio da avaliação prévia, possuem caráter não vinculativo, recaindo exclusivamente sobre os agentes públicos competentes a responsabilidade pela regularidade dos atos do procedimento, pela veracidade das informações, justificativas postas nos autos e a decisão sobre a melhor forma de adoção das providências necessárias para mitigar os pontos críticos apontados pela CGM ou a apresentação das razões da divergência no entendimento das questões apontadas.

§1º Após o órgão adotar as providências necessárias para mitigar os riscos dos pontos críticos apontados pela CGM, ou apresentar as razões da divergência no entendimento das questões apontadas, não será necessário o retorno do processo para nova avaliação, salvo por solicitação expressa da CGM.

§2º Caberá aos órgãos envolvidos na execução a aprovação das providências adotadas ou das justificativas apresentadas.

SECÃO III DA OUVIDORIA

Art. 11. A ouvidoria é a função que tem por finalidade:

I – Fomentar o controle social e a participação popular, por meio do recebimento, registro e tratamento de suas críticas, elogios, reclamações, sugestões, pedidos de informações e denúncias sobre os serviços prestados aos cidadãos e a adequada aplicação de recursos públicos pela administração direta municipal;

II – Promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

III – Acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

IV – Propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;

V – Auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos na Lei de Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei 13.460/2017);

VI – Propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações da Lei 13.460/2017;

VII – Promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

VIII – Produzir relatórios de gestão, mensalmente e anualmente, para propor aperfeiçoamentos à gestão.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Na definição dos procedimentos de controle deverão ser priorizados os controles preventivos destinados a evitar a ocorrência de erros, desperdícios, irregularidades ou ilegalidades, sem prejuízo de controles corretivos, exercidos após a ação.

Art. 13. Qualquer servidor municipal é parte legítima para denunciar a existência de irregularidades ou ilegalidade, podendo fazê-lo diretamente a CGM ou através dos representantes das UECI, sempre por escrito e com clara identificação do denunciante, da situação constatada e da(s) pessoa(s} ou unidade(s) envolvida(s), anexando ainda, indícios de comprovação dos fatos denunciados.

Parágrafo único. É facultado à CGM receber ou não a denúncia, ficando a seu critério encaminhar ao gestor para conhecimento e ao setor responsável para efetuar averiguações e providências que se julgarem necessárias, a fim de confirmar a veracidade dos fatos apontados pelo denunciante.

Art. 14. Para o bom desempenho de suas funções, caberá à CGM solicitar a quem de direito, o fornecimento de informações ou esclarecimento e/ ou a adoção de providências.

Art. 15. Se em decorrência dos trabalhos de auditoria interna ou de outros trabalhos executadas pela CGM forem constatadas irregularidades ou ilegalidades, a esta caberá, em face dos achados detectados, responsabiliza-los de forma individualizada e atrelada às competências os diversos agentes e/ou servidores que integram o referido sistema, atendendo o disposto no art. 12º, XV, da Lei Complementar Municipal nº 115 de 24/07/2017.

Art. 16. Fica vedada a participação de servidores lotados na Controladoria Municipal em comissões inerentes a processos administrativos ou sindicâncias destinadas a apurar irregularidades ou ilegalidades, assim como, em comissões processantes de tomadas de contas especiais, e em defesa dativa.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de abril de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANEXO I – UNIDADES EXECUTORAS DE CONTROLE INTERNO – UECI

	SISTEMA ADMINISTRATIVO	UECI
SAG	Sistema de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico - Coordenadoria de Indústria e Comércio
SBE	Sistema de Bem-Estar Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
SCC	Sistema de Contabilidade e Controle de Custos	Secretaria Municipal de Finanças
SCI	Sistema de Controle Interno	Controladoria Geral do Município
SCL	Sistema de Compras, Licitação e Contratos	Secretaria Municipal de Administração - Coordenadoria de Aquisição
SEC	Sistema Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SED	Sistema de Educação	Secretaria Municipal de Educação
SFI	Sistema Financeiro	Secretaria Municipal de Finanças - Coordenadoria de Tesouraria
SJU	Sistema Jurídico	Procuradoria Geral do Município
SMA	Sistema Municipal de Agricultura	Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico - Coordenadoria de Desenvolvimento Agrícola
SMC	Sistema Municipal de Comunicação	Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos - Coordenadoria de Comunicação
SMT	Sistema de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente
SOP	Sistema de Projetos e Obras Públicas	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística
SPA	Sistema de Controle Patrimonial	Secretaria Municipal de Administração - Coordenadoria de Controle de Bens e Serviços
SPC	Sistema de Convênios, Contratos e Consórcios	Assessoria Técnica I
SPO	Sistema de Planejamento e Orçamento	Secretaria Municipal de Planejamento
SPP	Sistema de Saúde Pública	Secretaria Municipal de Saúde
SRH	Sistema de Recursos Humanos	Secretaria Municipal de Administração - Coordenadoria de Gestão de Pessoas
SSG	Sistema de Tecnologia e informações	Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos - Coordenadoria de Tecnologia da Informação
SSU	Sistema de Serviços Urbanos	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística - Coordenadoria de Serviços Urbanos
STB	Sistema de Tributos	Secretaria Municipal de Fazenda - Coordenadoria Tributaria
STP	Sistema de Transparência Pública	Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos - Coordenadoria de Comunicação
STR	Sistema de Transportes	Secretaria Municipal de Educação - Coordenadoria de Transporte Escolar

ANEXO II – AVALIAÇÃO PRÉVIA DE LICITAÇÕES E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (EXCETO BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA)

ITEM	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIAS (FOLHAS)	OBSERVAÇÃO
1	Cópia do ato que designou o pregoeiro e equipe de apoio.		
2	Declaração do ordenador de despesas de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.		
3	Justificativa da contratação e do quantitativo a ser contratado (preferencialmente dentro do termo de referência).		
4	Justificativa da inviabilidade de realização de pregão eletrônico.		
5	Minuta de edital, respectivos anexos e minuta de contrato. (A última versão do projeto básico deve estar em conformidade com todas as alterações realizadas no curso da instrução processual).		
6	Parecer da PGM (Procuradoria Geral do Município) quanto aos aspectos jurídicos da contratação.		
7	Autorização do ordenador de despesa e/ou do Prefeito Municipal. (se for o caso).		
8	Convite aos demais órgãos da Administração Direta Municipal para participação da ata de registro de preços, no caso de registro de preços.		
9	Termo de Referência ou Projeto Básico assinado. (A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição).		
10	Aprovação da Autoridade Competente do Termo de Referência ou Projeto Básico.		
11	Comprovação da realização de audiência pública. (no caso do valor estimado para a licitação ser superior a 100 vezes o limite de concorrência)		
12	Ampla pesquisa de preços, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, devendo-se considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas.		
13	Solicitação formal e a resposta do fornecedor que apresentou orçamento, durante a coleta de preços.		
14	Quadro comparativo de preços.		
15	Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários. (para a contratação de serviços)		
16	Análise critica dos valores encontrados na pesquisa de preços e justificativa do critério utilizado para fins de obtenção do preço máximo da contratação realizada pelo responsável pela pesquisa de preços.		
17	Nota de dotação orçamentária dos recursos necessários para o exercício em curso. (exceto quando se tratar de registro de preços)		
18	Indicação da fonte de recursos para licitação. (no caso de registro de preços)		
19	Justificativa sobre escolha das exigências de comprovação de qualificação técnica. (devem se restringir às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo)		
20	Parecer da Coordenadoria de Tecnologia da Informação quanto aos aspectos técnicos (somente para bens e Serviços de Tecnologia da Informação)		
21	Justificativa técnica ou econômica para a realização da contratação em lote único, ou com mais de um item por lote (preferencialmente dentro do termo de referência).		

22	Nota de dotação orçamentária dos recursos necessários para o exercício em curso, exceto quando se tratar de registro de preços.		
23	Estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos casos de expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, sempre que não prevista na Lei Orçamentária.		

ANEXO III – AVALIAÇÃO PRÉVIA DE LICITAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

ITEM	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIAS (FOLHAS)	OBSERVAÇÃO
1	Cópia do ato que designou a comissão de licitação composta de pelo menos 3 membros, sendo ao menos dois deles pertencentes aos quadros permanentes do órgão da administração responsável pela licitação.		
2	Declaração do ordenador de despesas de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.		
3	Minuta de edital, respectivos anexos e minuta de contrato. (A última versão do projeto básico deve estar em conformidade com todas as alterações realizadas no curso da instrução processual).		
4	Parecer da PGM quanto aos aspectos jurídicos da contratação.		
5	Portaria de delegação de ordenança de despesa. (se for o caso)		
6	ART(s) e/ou RRT(s) do (s) responsável (eis) técnico(s) pela elaboração do projeto e orçamento;		
7	Autorização do ordenador de despesa e/ou do Prefeito Municipal. (se for o caso)		
8	Comprovação da realização de audiência pública. (no caso do valor estimado para a licitação ser superior a 100 vezes o limite de concorrência)		
9	Aprovação do projeto básico/ executivo pela autoridade competente;		
10	Orçamento básico detalhado, com indicação da data base dos preços, tabela referencial e taxa de BDI adotada, assinado pelo Responsável Técnico, contendo nome, titulação e número de registro no conselho de classe;		
11	Solicitação formal e a resposta do fornecedor que apresentou orçamento, durante a coleta de preços.		
12	Memória de cálculo dos quantitativos de serviços orçados;		
13	Análise crítica do orçamento da obra ou serviço de engenharia, informando no mínimo: **a)** Sobre a utilização dos valores constante das Tabelas de Preços Referenciais (citar tabela referencial e data- base); **b)** Se o BDI e os encargos sociais utilizados estão compatíveis com aqueles utilizados e refletem aquele da tabela de referencia que possui o maior valor global planilhado; **c)** Sobre realização de ampla pesquisa de preços, com consulta a fornecedores e/ ou a referência de preços obtidos a partir dos contratos anteriores do próprio órgão, de contratos de outros órgãos, ou quaisquer outras fontes capazes de retratar o valor de mercado dos itens do orçamento; **d)** Informação sobre utilização de BDI diferenciado para compras específicas de materiais e equipamentos, ou de serviços que sabidamente serão subcontratados (itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens);		
14	Nota de dotação orçamentária dos recursos necessários para o exercício em curso, exceto quando se tratar de registro de preços.		
15	Parecer Técnico do órgão ou entidade da administração atestando a regularidade da documentação constante dos autos e abordando no mínimo os seguintes itens: **a)** Critério de aceitabilidade dos preços unitários e global; **b)** Critério de definição do índice de reajuste que retrate a variação efetiva do custo de produção; **c)** Critério de escolha das exigências de comprovação de qualificação técnica, inclusive os quantitativos mínimos definidos (devem se restringir às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo); **d)** Critério de definição do número mínimo e máximo de empresas consorciadas **e)** Cronograma de desembolso;		
16	Licença prévia ambiental, se cabível;		
17	Aprovação dos projetos nos órgãos competentes. (prefeitura, corpo de bombeiros, concessionárias de serviços públicos, etc)		
18	Declaração de que foi contemplada a acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;		
19	Comprovação de titularidade do terreno ou do imóvel onde vai ser realizada a obra;		
20	Projeto básico/executivo de obras de edificações contemplando no mínimo os seguintes elementos: **a)** Levantamento topográfico; **b)** Sondagens; **c)** Projeto arquitetônico; **d)** Projeto de fundações; **e)** Projeto estrutural; **f)** Projeto de instalações hidrossanitárias; **g)** Projeto de instalações elétricas; **h)** Projeto de instalações telefônicas; **i)** Projeto de instalações de incêndio; **j)** Projeto de instalações de lógica; **k)** Projeto de instalações de ar condicionado;		
21	Projeto básico/executivo de obras rodoviárias contemplando no mínimo os seguintes elementos: **a)** Projeto de desapropriação; **b)** Projeto geométrico; **c)** Projeto de terraplenagem; **d)** Projeto de drenagem; **e)** Projeto de superestrutura; **f)** Projeto de obras de arte especiais; **g)** Projeto de sinalização; **h)** Projeto de proteção ambiental; **i)** Projeto de contenções e obras complementares;		
22	Projeto básico/executivo de obras de drenagem urbana contemplando no mínimo os seguintes elementos: **a)** Planta geral da bacia contribuinte, com curvas de nível; **b)** Projeto do sistema de drenagem da área de intervenção e das ligações deste com as unidades do sistema existente, quando for o caso; **c)** Arranjo da rede com definição de, no mínimo, comprimento, diâmetro, material e declividade; **d)** Perfis longitudinais das redes PV a PV e ramais; **e)** Detalhes dos poços de visita e bocas de lobo; **f)** Planilha dos volumes de escavação e reaterro; **g)** Memória de cálculo do dimensionamento da rede, com estudo hidrológico.		
23	Projeto básico/executivo de obras de esgotamento sanitário contemplando no mínimo os seguintes elementos: **a)** Estudo de concepção para o caso de implantação de sistemas; **b)** Descrição geral do sistema existente no entorno e correlação com o projeto, demonstrando a capacidade operacional e a proposta de intervenção; **c)** Mapeamento da rede existente; **d)** Projeto da intervenção proposta, detalhando a solução adotada para o destino final dos efluentes; Arranjo da rede com definição de no mínimo comprimento, diâmetro, material e declividade; **e)** Perfis longitudinais das redes PI/PV a PI/PV; **f)** Detalhes dos poços de visita e detalhes tipo das ligações domiciliares; **g)** Planilhas de volumes de escavação e aterro; **h)** Dimensionamento da rede coletora, interceptores e emissários; **i)** Projeto e dimensionamento dos reservatórios; **j)** Projeto gráfico e dimensionamento da estação de tratamento de esgoto (ETE), estações elevatórias (EE); **k)** Estudo de viabilidade econômica; **l)** Estudo geológico, incluídos os laudos de sondagem, caracterização do solo, entre outros.		

24	Estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos casos de expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, sempre que não prevista na Lei Orçamentária.		

ANEXO IV – AVALIAÇÃO PRÉVIA DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIAS (FOLHAS)	OBSERVAÇÃO
1	Autorização legislativa específica, no caso de concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado seja paga pela Administração Pública.		
2	Estudo técnico, que demonstre: **a)** O efetivo interesse público, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais; **b)** A vantagem econômica e operacional da proposta e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos; **c)** As metas e os resultados a serem atingidos, bem como a indicação dos critérios de avaliação e desempenho a serem utilizados; **d)** A efetividade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função de sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e/ou quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos; **e)** A forma e os prazos de amortização do capital a ser investido pelo contratado, explicitando o fluxo de caixa projetado e a taxa interna de retorno; **f)** O cumprimento dos requisitos fiscais e orçamentários previstos no artigo 10 da Lei Federal nº 11.079/04.		
3	Autorização da autoridade competente, fundamentada no estudo técnico referenciado acima.		
4	Aprovação dos resultados dos estudos técnicos e a modelagem dos projetos de Parcerias Público-Privadas do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP		
5	Relação de estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados ao objeto a ser licitado, quando houver, com a discriminação dos custos correspondentes.		
6	Descrição das obras, dos investimentos e dos serviços a serem realizados pela SPE durante a execução contratual, acompanhados dos respectivos cronogramas físico-financeiros e do projeto básico das obras queque permitam sua plena caracterização.		
7	Cópia da licença ambiental prévia ou das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.		
8	Pronunciamento prévio, fundamentado e conclusivo da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), sobre a compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária.		
9	Pronunciamento prévio, fundamentado e conclusivo da SEPLAN, quanto à viabilidade da concessão de garantia e à sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Estadual e ao cumprimento do limite fixado no art. 28 da Lei Federal nº 11.079, de 30.12.2004.		
10	Pronunciamento prévio, fundamentado e conclusivo da PGM, sobre os aspectos jurídicos.		
11	Definição do parâmetro ou do indicador a ser utilizado para a aferição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, bem como justificativa para a sua adoção.		
12	Justificativa da adoção dos indicadores para a avaliação do desempenho do parceiro privado, devidamente justificados.		
13	Justificativa da repartição dos riscos entre as partes associadas ao projeto, inclusive os referentes a ocorrência de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou álea econômica extraordinária.		
14	Comprovante de convocação de consulta pública para discussão da minuta de edital e de contrato.		
15	Orçamento detalhado em planilhas que demonstre o valor adotado como referência para licitação, acompanhado dos documentos utilizados como referência e de Parecer Técnico detalhado sobre o valor referencial adotado e a forma de atualização dos valores contratuais.		
16	Parecer Técnico que aborde sobre a existência ou não de possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados.		
17	Relatório com manifestação do órgão gestor acerca das questões suscitadas durante a consulta pública sobre a minuta de edital e contrato.		
18	Justificativa da adoção dos critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado.		
19	Estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos casos de expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, sempre que não prevista na Lei Orçamentária.		

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 37/2020

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

Considerando as disposições da Lei nº 2.476 /2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei nº 2.520/2016;

Considerando os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Eficiência e da Publicidade;

Considerando os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar Nº 48 de 05 de setembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica elevada a Classe do Srº **Sidnei Raimundo Domingues,** servidor de carreira cedido da Prefeitura Municípal de Cáceres, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matricula 11, em razão do tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, passando a figurar na **Classe C- Nível 01.**

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de **outubro/2018**.

Cáceres/MT, 23 de abril de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 09 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Aprova as Prestações de Contas do 3º e 4º Trimestres do ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 1.308 de 21/11/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 08 de abril de 2020, com registro em Ata nº. 296 e,

Considerando os memorandos nº 13.527 e 31.529/2019 e 5.824 e 5.826/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social e encaminhados ao Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, sem quaisquer ressalvas e após análise e parecer apresentada pela Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social as Prestações de Contas referente ao 3º e 4º, Trimestres do ano de 2019, das contas vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, cujos recursos são repassados via fundo a fundo pelo Governo Federal e Estadual.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 08 de abril de 2020.

CAMILA RANGEL ORTIZ

Presidente do CMAS

AGUAS DO PANTANAL
TERMO DE POSSE

Na presente data, perante o Excelentíssimo Diretor Executivo Sr. Paulo Donizete da Costa, toma posse no cargo efetivo de **Assistente Administrativo**, o servidor Sr. **Vinicius Leal Vieira**, inscrito sob CPF nº 051.312. 041-60, nomeado por Concurso Público do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP, publicado a Nomeação sob portaria nº 31/2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, em 09 de abril de 2020, páginas nº 90 e 91, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Sr. **Vinicius Leal Vieira** e da autoridade competente, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Complementar nº 25/1997.

Cáceres/MT, 20 de abril 2020.

VINICIUS LEAL VIEIRA

Assistente Administrativo

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

Na publicação do presente Jornal Oficial Eletrônico, de nº 3.455, do dia 08/04/2020, pagina 199, fica retificado o seguinte texto:

Onde se lê: Resultado: A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa GECON-GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 11.482.408/0001-63, que apresentou o valor de R$ 1.318.571,64.

Leia-se: Resultado: A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa GECON-GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 11.482.408/0001-63, que apresentou o valor de R$ 1. 331.428,76.

Prefeitura de Cáceres, 23 de abril de 2020.

ANILCE RIBIERO DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0015/2020 – LIMPEZA DE TERRENOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 10 DIAS – A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele **NOTIFICA** o sujeito (s) passivo (s)**,** se encontra em lugar incerto ou não sabido, para realizarem a limpeza dos terrenos abaixo relacionados ou seu comparecimento a PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES para comprovação de limpeza, sito Av. Brasil, 119, Bairro Jd. Celeste, em dia útil no funcionamento normal da unidade. O prazo para regularização da limpeza do lote que se encontra sujo, inicia-se desde a publicação desde edital dos terrenos que estão relacionados a baixo. A não realização da limpeza do terreno de posse do sujeito passivo ou seu representante legal no prazo estipulado ensejará a aplicação de multa e a devida limpeza pelo Município, nos termos do Código Tributário Municipal (Lei nr. 17/1994) com a consequente inscrição do contribuinte na DIVIDA ATIVA da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, para fins de propositura da Ação de Execução Fiscal. Cáceres, 23 de abril de 2020, Gustavo Calábria Rondon – Secretário Municipal de Fazenda.

SUJEITO (S) PASSIVO (S)	CPF/ CNPJ	INCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO
Gisela Terezinha Maciel Antunes	429. 883. 651-72	400200450145001	R. Dom Modesto - Q: 23 - L:09 -Lavapés
Agnaldo Ferrari	799. 689. 791-20	700100750248001	R. João Marcio Atala - Q: T - L:03 - Jardim do Trevo
Geni Maria Santos	395. 544. 061-34	900100500255001	R. Francisco de Moraes - Junco
Paulo Henrique Mensch	173. 710. 661-20	900100500192001	R. Epitácio Pessoa - Junco
Cristiano Viana de Moraes	023. 214. 201-70	900100500136001	R. Epitácio Pessoa - Junco
Paulo Henrique Mensch	173. 710. 661-20	900100500164001	R. Epitácio Pessoa - Junco

Às providencias.

Cáceres, MT, 23 de abril de 2020.

Gustavo Calábria Rondon

Secretário Municipal de Fazenda

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 15-2020 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR LOTE

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material hidráulico e elétrico, visando atender as Secretarias de Saúde, Infraestrutura e Logística e Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

Empresa Vencedora:

PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – CNPJ: **09.134.038/0001-21** – Valor Total de R$ **22.189,57** (vinte e dois mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos);

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/.

Prefeitura de Cáceres-MT, 23 de abril de 2020.

Wilton Bento Pimenta

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 13 DE 22 DE ABRIL DE 2020

Aprova o Plano de Ação referente ao cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o exercício de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 22 de abril de 2020, com registro em Ata nº. 297,

Considerando o memorando nº 13.420/2020 – SMAS – CF de 16 de abril de 2020,

Considerando a previsão de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS no valor R$ 132.600,00 (cento e trinta e dois mil e seiscentos reais) para subsidiar os serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais,

Considerando que a operacionalização do financiamento da assistência social implica na adoção dos princípios da administração pública, em especial a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência,

Considerando que o recebimento do cofinanciamento estadual (FEAS) possibilitará o custeio dos serviços e melhoria estruturais, viabilizando o atendimento de qualidade aos usuários, melhoria do ambiente de trabalho aos profissionais do SUAS e atendimento ás condições necessárias conforme a Resolução nº 04/2020/CIB-SUAS/SETASC/MT, e, que os recursos oriundos do FNAS, excetos os IGD, temos no FEAS, um subsídio que supre demandas reprimidas pelos demais Blocos, o que garante a qualidade da estrutura e condições de trabalho das equipes nas unidades que ofertam serviços aos usuários da política do SUAS.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação referente ao cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o exercício de 2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 22 de abril de 2020.

CAMILA RANGEL ORTIZ

Presidente do CMAS

DECRETO Nº.209 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando sob nº 13.100 de 14 de abril de 2020,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear o servidor **JOSUÉ VALDEMIR DE ALCANTARA, para o cargo** em Comissão de Gerência de **Inspeção Sanitária, sem ônus lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres**, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 14 de abril de 2020.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de abril de 2020.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 146 15 DE ABRIL DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA POR ÓBITO AS SERVIDORAS **JOANA DARC DE OLIVEIRA AFONSO, MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA SOUZA E TEREZA DA PENHA DE OLIVEIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor da Declaração de Óbito datada de 12 de abril de 2020. RESOLVE:

I **–** Conceder **"LICENÇA POR ÓBITO"** as servidoras **JOANA DARC DE OLIVEIRA AFONSO, MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA SOUZA E TEREZA DA PENHA DE OLIVEIRA** no período de 12 a 19 de abril de 2020, lotadas nesta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 15 de abril de 2020.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 15 de abril de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PORTARIA Nº 287, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA **FLANCIELLI THAIS PERES LEAL,** LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o memorando nº 230/2020, datado de 17 de março de 2020, expedido pela Secretaria Municipal de Educação; o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.866/2017; o disposto no Decreto nº 060/2017; o interesse público e a necessidade administrativa. o deferimento exarado pelo Prefeito Municipal em 17 de abril de 2020;

RESOLVE:

1. CONCEDER, com efeitos retroativos a partir de 08 de abril de 2020, percentual de gratificação, à título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais.

SERVIDOR(A)	%	JUSTIFICATIVA (atividades a serem desempenhadas)
FLANCIELLI THAIS PERES LEAL Matrícula n° 3280	**50%**	Decreto Executivo n° 060/2017, art. 6°, inc. I- orientar, planejar, coordenar, supervisionar, avaliar, fiscalizar as atividades do pessoal que estiver sob sua responsabilidade e responsabilizar- se, por gerir atividades junto ao departamento que estiver lotado exercendo atribuições/carga horária que exceda atribuições/carga horária de concurso ou lotação, assumindo o desenvolvimento das atividades orientando os colegas, distribuindo tarefas, dirimindo dúvidas e acompanhando a execução das mesmas; II - Assessorar na estratégia e na metodologia de gestão das repartições, departamentos e Secretarias; acompanhar os programas e projetos; monitorar metas da gestão; compor núcleos do Sistema de Gestão; gerenciar os dados e informações técnicas relativas ao controle da execução das políticas públicas para o bem da população, atendendo as metas das secretarias e do município, exercer outras atribuições que lhe

		forem determinadas, condizentes com sua função de concurso, pelo superior hierárquico; III - Planejar, prestar apoio administrativo necessário ao funcionamento eficaz dos serviços da gestão dos departamentos, setores, secretarias, organização, informática, documentação, informação, apoio geral aos órgãos e dos serviços que integram as Secretarias Municipais ou dela estão diretamente dependentes; IV - Assessorar, acompanhar e subsidiar o chefe na elaboração de Leis e respostas aos órgãos oficiais ou pesquisa jurídica e legislativa; na fiscalização da documentação, encaminhamento das demandas e contratos pertencentes à Secretária, coordenar o processo de disponibilização de leis em mecanismos eletrônicos ou planilhas; assessorar o chefe na gestão estratégica da Secretaria e Metas de Governo.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de abril de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2020

PREGÃO ELETRÔNICO 010/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: BEM VIVER CLINICA MEDICA LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de clínica especializada no tratamento de dependência química e alcoolismo, que atenda pacientes adultos, adolescentes e idosos (ambos os sexos) para internação compulsória, para tratamento e desintoxicação química.

VALOR TOTAL: R$ 495.600,00.

AVISO DE RESULTADO PP 024/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL 024/2020, destinada à Contratação de empresa especializada em serviços de assessoria, consultoria e treinamento na gestão administrativa, de recursos humanos e financeira na Secretaria Municipal de Educação de Campo Novo do Parecis, obedeceu a todas as formalidades legais inscritas na Lei N° 8.666/93 e a Lei Nº 10.520/02, teve como vencedora a empresa; EDILSON P. SPENTHOF-CONSULTORIA E TREINAMENTO, com o valor total de R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 23 de abril de 2020.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PE 010/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 010/2020, destinado a REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de clínica especializada no tratamento de dependência química e alcoolismo, que atenda pacientes adultos, adolescentes e idosos (ambos os sexos) para internação compulsória, para tratamento e desintoxicação química, teve como vencedora a empresa: BEM VIVER CLINICA MEDICA LTDA, com valor total de R$ 495.600,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil e seiscentos reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 23 de abril de 2020.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 015/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE MURO E INSTALAÇÃO DO ALAMBRADO E DOS PORTÕES AO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: VOMA CONSTRUÇÕES EIRELI

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato e da execução da obra até 05 de Junho de 2020.

Data de assinatura: 14 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 003/2018, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTUDUAL NOVA CAMPO VERDE NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDA – EPP

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R$ 296.858,00 (duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais).

Data de assinatura: 15 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 005/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO MÚLTIPLO USO NO ASSENTAME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: K. ALLISON CARDOSO – ME

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato e da execução da obra até 09 de Junho de 2020.

Data da assinatura: 10 de Abril de 2020.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS 2020 - 126 AO 168

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 126/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: STEPHANI CRISTINI FERNANDES SOUSA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 127/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MARIA CRISTINA DA SILVA DE JESUS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 128/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JANISLEI FERREIRA DE QUEIROZ

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 129/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MARTA PEREIRA DE ALMEIDA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 130/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: APOLIANA DA SILVA E SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 131/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: THAYS ALVES CALADO LIMA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 132/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SILVANA FERREIRA DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 133/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALINE FRANÇA RIBEIRO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 134/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MARLENE ROSA DOS SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 135/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CLEUDIMAR FERNANDES PIMENTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 136/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SIMONE DAIANE FRANCISCA VIEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 137/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GISLANE PEREIRA COELHO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 138/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALEX JULIO MOREIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 139/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LOYANE MAXIMIANO BRITO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 140/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SUELEN PRISCILA MAÇANEIRO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 141/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALEXSANDRO AVILA DOS SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 142/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: KAROLINE BAUER DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 143/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: NATALINO GONÇALVES DE OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 11 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 11 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 144/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: VIVIANE FERNANDES DUARTE DE AQUINO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 11 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 11 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 145/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ADRIANE DIAS CAMPOS MOREIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 02 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 02 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 146/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: BEVANILDES DE PONTES SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 147/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: THAYANE NUNES LACERDA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 148/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SELMA HELENA SONAQUE MOTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.531,53 (HUM MIL, QUINHETOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 149/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: IRENEU FERNANDO LEHRBACH

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MOTORISTA.

VALOR: R$ 2.316,93 (DOIS MIL, TREZENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 150/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: VANESSA AMARAL DE SOUZA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 151/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: FÁTIMA CONTI FERREIRA PINTO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 152/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CLEBERSON SILVA DE OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MOTORISTA.

VALOR: R$ 2.316,93 (DOIS MIL, TREZENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 153/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: VERA CRISTINA DAS NEVES REIS MONTAGNER

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 154/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JUSSARA CAMILO DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MERENDEIRA.

VALOR: R$ 1.217,37 (HUM MIL E DUZENTOS E DEZESSETE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 155/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA ALVES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 02 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 02 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 156/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JULIANA DA COSTA E SILVA FARIAS VILANOVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 09 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 157/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: RENATA FERREIRA DE SOUZA LEAL

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 10 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 10 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 158/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JOSIEL HENRIQUE LEÃO NUNES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.531,53 (HUM MIL, QUINHETOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 09 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 159/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANGELICA SUELLEN BRASIL

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 06 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 06 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 160/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MARLI DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.531,53 (HUM MIL, QUINHETOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 05 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 05 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 161/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: WANESSA MESSIAS DOS SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 06 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 06 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 162/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LETICIA PIPINO PAVAN

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 04 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 04 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 163/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JOSIRENE GONÇALVES DE OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 04 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 04 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 164/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CICERO APARECIDO NOGUEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 1.413,72 (HUM MIL, QUATROCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 19 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 165/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LEANDRO ROEHRS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 02 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 02 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 166/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LARISSA TOUSUBE DA ROCHA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.531,53 (HUM MIL, QUINHETOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 13 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 13 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 167/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MAURA MOREIRA DOS SANTOS FREITAS MARZINOTO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 14 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 14 DE MARÇO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 168/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ELIANE MARIA DO NASCIMENTO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.330,29 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E VINTE ENOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE MARÇO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 20 DE MARÇO DE 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 031/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONTRUÇÃO DO PARQUE RECANTO DOS PASSÁROS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: WN CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato e da execução da obra até 21 de Outubro de 2020.

Data de assinatura: 15 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 041/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET COM IP FIXO E VELOCIDADE DEDICADA DE 50 MBPS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: EMTEC – EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA – ME

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de Dezembro 2020.

Data de assinatura: 08 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 098/2019, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DA ESCOLA MUNICIPAL LOTEAMENTO RESIDENCIAL GREENVILLE II.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDA - EPP

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato e da execução da obra até 07 de Junho de 2020.

Data de assinatura: 08 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 042/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE INTERNET EMPRESARIAL POR TRANSMISSÃO À FIBRA ÓPTICA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: EMTEC – EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA – ME

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de Dezembro 2020.

Data de assinatura: 08 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 104/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A REFORMA E RECUPERAÇÃO DE DUAS CAIXAS D'ÁGUA DE CON

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: K. ALLISON CARDOSO - ME

Objeto: Fica suprimido do contrato, o valor de R$ 3.238,46 (três mil duzentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos).

Data de assinatura: 14 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 072/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE DE CAMPO VERDE-MT.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDA - EPP

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato e da execução da obra até 07 de Junho de 2020.

Data de assinatura: 14 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 017/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: BALISTICO SEGURANÇA EIRELI

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R$ 1.845,86 (um mil oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

Data de assinatura: 23 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 018/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: BALISTICO SEGURANÇA EIRELI

Objeto: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R$ 1.845,86 (um mil oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

Data de assinatura: 23 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 098/2019, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DA ESCOLA MUNICIPAL LOTEAMENTO RESIDENCIAL GREENVILLE II.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FERNANDES CESAR FACIO & CIA LTDA – EPP

Objeto: Acréscimo quantitativo de R$ 128.673, 89 (cento e vinte e oito mil seiscentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos).

Data de assinatura: 22 de Abril de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 005/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO MÚLTIPLO USO NO ASSENTAMEN

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: K. ALLISON CARDOSO – ME

Objeto: Fica acrescido o valor de R$ 18.215,56 (dezoito mil duzentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos).

Data da assinatura: 23 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº.54, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A Abertura de Crédito SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO Geral do Município, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43,§ 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e a tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.114, de 23 de abril de 2020;*

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento geral do município, no valor de **R$**1.198.634,96 (um milhão, cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

PROJETO: 1.178 Pavimentação na Estrada Rio Grande do Sul

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0024 R$ 1.198.634,96

Total da Suplementação .. R$ 1.198.634,96

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, por fonte de recurso específica, através de repasse dos recursos do orçamento Geral da União, através do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, oriundos do Convênio nº 802083/2018, na ordem de R$ 1. 198.634,96 (um milhão, cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 023/2020

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 06/2018, vem a público divulgar, para o conhecimento dos interessados e para fazer constar no edital do Pregão Eletrônico nº 023/2020, cujo o objeto é o **Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de materiais para construção para atender as demandas das Secretarias Municipais e seus Departamentos** em seu **ITEM 11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO, subitem 11.1. - PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, na alínea "f" os seguintes termos:**

Onde se lê:

(…)

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;

Leia-se:

(…)

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Permanece inalterada a data da Sessão Pública, mantida para o dia 08/05/2020 as 09:00 hs., observado o horário de Brasília (DF) e permanecem também inalteradas as demais disposições editalícias.

Campos de Júlio - MT, 23 de abril de 2020.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 022/2020

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 06/2018, vem a público divulgar, para o conhecimento dos interessados e para fazer constar no edital do Pregão Eletrônico nº 022/2020, cujo o objeto é o **Registro de preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviço de monitoramento de alarmes para atender as necessidades das Secretarias Municipais e seus Departamentos"** em seu **ITEM 11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO, subitem 11.1. - PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, na alínea "f" os seguintes termos:**

Onde se lê:

(…)

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;

Leia-se:

(…)

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Permanece inalterada a data da Sessão Pública, mantida para o dia 07/05/2020 as 09:00 hs., observado o horário de Brasília (DF) e permanecem também inalteradas as demais disposições editalícias.

Campos de Júlio - MT, 23 de abril de 2020.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº. 102, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação de exoneração subscrito pela servidora nominada no artigo primeiro e protocolizada sob nº.1589/2020;*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, A PEDIDO, a servidora **NELCI MARIA DANIEL CAVALLI** do cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 43, de 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 22 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO "DE APOSTILAMENTO DE SUPRESÃO" DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019.

DA ESPÉCIE: Manutenção do Equilíbrio econômico-financeiro "SUPRESÃO".

DO OBJETO: Aquisição de Combustível, conforme pregão presencial 12/2019.

DO VALOR: o valor unitário (litro) do item 01 (Diesel Comum) passará de R$: 3,28(Três reais e vinte e oito centavos).

Para R$ 3,14(Três reais e quatorze centavos).

ASSINAM:– JOSE ODIL DA SILVA Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa MT Comercio de Combustível Ltda. CNPJ: 04.275.611/0002-84 / CONTRATADA.

CHEFE DE GABINETE
EDITAL Nº 30, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício 2021.

O prefeito municipal de campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e demais legislações aplicáveis, **COMUNICA** às entidades civis organizadas e à população em geral que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia 12 de maio de 2020 (terça-feira), às 19:00 horas, no auditório do Centro Cultural Ricieri Mazutti, local com espaço amplo, sendo indicado como medida para prevenção de riscos de contaminação decorrente do CORONAVÍRUS, com o objetivo de apresentar a LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Campos de Júlio/MT, em 23 de Abril de 2020.

José Odil da Silva

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 64/ 2017.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 64/ 2017.

DA ESPÉCIE: Locação.

DO OBJETO: Locação de Imóvel.

DA VIGÊNCIA ADITADA: 24/04/2020 a 23/04/2021.

DO VALOR GLOBAL: R$ 26.842,85(vinte e seis mil oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)

DO VALOR MENSAL: R$ 2.236,85 (dois mil duzentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / LOCATÁRIO, e NEILO TADEU PEAGUDA, CPF nº. 325.798.611-49 / LOCADOR.

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº. 52, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

FLEXIBILIZA O FUNCIONAMENTO DE DETERMINADOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a vigência do estado de calamidade pública determinada pelo Decreto Municipal nº 48, de 8 de abril de 2020;

CONSIDERANDO as recomendações do Ministério da Saúde no sentido da liberação do funcionamento do comércio, com critérios, para as atividades comerciais e de serviços não considerados essenciais na vigência da situação de emergência ou calamidade pública, decretadas por estados e municípios que não tenham mais de 50% (cinquenta por cento) de casos confirmados da epidemia;

CONSIDERNADO a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal – STF, em reconhecer a competência dos Prefeitos para deliberar sobre a adoção de condutas restritivas durante a Pandemia do Coronavírus – COVID-19 (ADPF 672-D.F.) assim como, as determinações do Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto nº. 462, de 22 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que as medidas de "quarentena" realizadas no município de Campos de Júlio foram comprovadamente eficazes a ponto de não se registrar **NENHUM** caso de enfermidade relativa ao Coronavírus até a fluente data;

RESOLVE:

Art. 1º Todos os estabelecimentos comerciais e de serviços, não considerados essenciais nos termos do Decreto Municipal nº 49, de 8/4/2020, poderão voltar ao seu funcionamento, **a partir dessa data, obse**rvados os seguintes critérios:

I– terão que manter em disponibilidade para os clientes, dentro do estabelecimento, álcool em gel 70% ou locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão;

II– todos os funcionários e os proprietários em serviço deverão utilizar máscaras e demais Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, conforme a atividade;

III– os clientes que adentrarem ao estabelecimento **deverão ser portadores de máscaras** e manterem um do outro o distanciamento mínimo de 1,5 (um e meio) metros;

IV– na hipótese de formação de filas para entrarem no estabelecimento, esses serão os responsáveis pela disciplina das filas, que deverão manter o distanciamento de 1,5 (um e meio) metros;

V– os estabelecimentos deverão observar a quantidade de clientes em seu interior, de forma a não caracterizar aglomeração ou a inobservância do distanciamento de que trata o inciso III.

Art. 2º As atividades de cunho religioso e os estabelecimentos cujas atividades impõem aglomeração de pessoas, como academias, clubes e entidades sociais, ginásios, salões de festas e eventos, campos e quadras de esporte, seja público ou particular, **observarão o disposto nos artigos 1º e 2º do Decreto Estadual nº. 462, de 22 de abril de 2020, ficando recomendado as seguintes medidas:**

I–disponibilização de local e produtos para assepsia de mãos e calçados;

II–distanciamento mínimo de 1,5 (um e meio) metro entre as pessoas;

III–controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV–suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V–vedação do acesso de pessoas sem o uso de máscaras;

VI–suspensão da entrada de pessoas quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento.

Art. 3º O descumprimento das disposições desse decreto, verificado em ação fiscal do município, ensejará a lavratura de Auto de Infração, com a aplicação da multa diária de 10 (dez) UFM, podendo também ser interditado o estabelecimento, sem prejuízo de outras sanções administrativas.

Art. 4º Esse decreto poderá ter a sua vigência suspensa em caso da confirmação oficial da existência de vírus COVID-19 no município, informada pela Secretaria Municipal de Saúde ou em caso da taxa de ocupação de leitos de UTI's públicas disponíveis no Estado de Mato Grosso atingirem o percentual de 60% (sessenta por cento).

Parágrafo único. As atividades escolares presenciais de ensino infantil, fundamental e superior ofertados e/ou subsidiados pelo município,retornaram a partir do dia 4/5/2020, caso a taxa de ocupação dos leitos de UTI's não ultrapasse o percentual a que se refere o *caput*.

Art. 5º.Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº. 56, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR S*UPERAVIT*, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.1.116, de 23 de abril de 2020;*

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 135.948,48 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e

quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 07 Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 03 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social

PROJETO: 1.179 Conclusão de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 135.948,48

Total da Suplementação R$ 135.948,48

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I da Lei nº. 1.116, de 23 de abril de 2020.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.117, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA A LEI 1.081/2019, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 181.086,49 (cento e oitenta e um mil, oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(462) 3.3.90.14.00.00.2.058.01.0029 Diárias – Civil R$ 4.000,00

(465) 4.4.90.52.00.00.2.058.01.0029 Equipamentos e Material Permanente R$ 6.000,00

(459) 3.3.90.30.00.00.2.059.01.0029 Material de Consumo R$ 30.000,00

(469) 3.3.90.36.00.00.2.059.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 20.000,00

(471) 3.3.90.39.00.00.2.059.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

(477) 3.3.90.14.00.00.2.061.01.0029 Diárias – Civil R$ 5.000,00

(454) 3.3.90.30.00.00.2.066.01.0029 Material de Consumo R$ 30.605,00

(457) 3.3.90.36.00.00.2.066.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 24.000,00

(459) 3.3.90.39.00.00.2.066.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

(495) 3.3.90.30.00.00.2.067.01.0043 Material de Consumo R$ 1.481,49

(498) 3.3.90.39.00.00.2.067.01.0043 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

Total suplementação R$ 181.086,49

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I dessa lei.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO I

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2020.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
01.0029	234.660,63	0,00	234.660,63	0,00	234.660,63
01.0043	21.481,49	0,00	21.481,49	0,00	21.481,49

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.116, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social **Unidade:** 07.03 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social **Função:** 08 Assistência Social **Sub-função:** 244 Assistência Comunitária **Programa:** 07 Cidadania para Todos **Projeto:** 1.179 Conclusão de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2020 R$ 135.948,48 **Valor Total:** R$ 135.948,48 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) **Meta:** Democratizar o acesso com a Conclusão de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, merece destaque nas políticas públicas destinadas a assegurar o acesso dos munícipes a casa própria.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.033, de 15 de julho de 2019 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social **Unidade:** 07.03 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social **Função:** 08 Assistência Social **Sub-função:** 244 Assistência Comunitária **Programa:** 07 Cidadania para Todos **Projeto:** 1.179 Conclusão de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2020 R$ 135.948,48 **Valor Total:** R$ 135.948,48 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) **Meta:** Democratizar o acesso com a Conclusão de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, merece destaque nas políticas públicas destinadas a assegurar o acesso dos munícipes a casa própria.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.081, de 10 de dezembro de 2019, no valor de R$ 135.948,48 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 07 Secretaria Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 03 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social

PROJETO: 1.179 Conclusão de Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 135.948,48

Total da Suplementação R$ 135.948,48

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I dessa lei.

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,23 de abril de 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO I

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2020.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
01.0000	4.471.256,99	0,00	4.471.256,99	0,00	4.471.256,99

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.115, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infra-Estrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Projeto:** 1.178 Pavimentação na Estrada Rio Grande do Sul **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2020 R$ 2.000,00 **Valor Total:** R$ 2.000,00 (dois mil reais) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.033, de 15 de julho de 2019 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infra-Estrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Projeto:** 1.178 Pavimentação na Estrada Rio Grande do Sul **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2020 R$ 2.000,00 **Valor Total:** R$ 2.000,00 (dois mil reais) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.081, de 10 de dezembro de 2019, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

PROJETO: 1.178 Pavimentação na Estrada Rio Grande do Sul

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 2.000,00

Total da Suplementação R$ 2.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

(159) 3.1.90.11.00.00.2.028.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 2.000,00

Total anulação R$ 2.000,00

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.114, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, POR FONTE DE RECURSO ESPECÍFICA, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.198.634,96 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infra-Estrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Projeto:** 1.178 Pavimentação na Estrada Rio Grande do Sul **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2020 R$ 1.198.634,96 **Valor Total:** R$ 1.198.634,96 (um milhão, cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.033, de 15 de julho de 2019 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infra-Estrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Projeto:** 1.178 Pavimentação na Estrada Rio Grande do Sul **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2020 R$ 1.198.634,96 **Valor Total:** R$ 1.198.634,96 (um milhão, cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município garantindo deste modo o escoamento da produção agrícola.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.081, de 10 de dezembro de 2019, no valor de R$ 1.198.634,96 (um milhão, cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

PROJETO: 1.178 Pavimentação na Estrada Rio Grande do Sul

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0024 R$ 1.198.634,96

Total da Suplementação R$ 1.198.634,96

Art. 4º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, por fonte de recurso específica, através de repasse dos recursos do orçamento Geral da União, através do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, oriundos do Convênio nº 802083/2018, na ordem de R$ 1. 198.634,96 (um milhão, cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.113, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, POR FONTE DE RECURSO ESPECÍFICA, ATÉ O LIMITE DE R$ 253.080,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.04 Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto **Função:** 17 Saneamento **Sub-função:** 544 Recursos Hídricos **Programa:** 02 Gestão Administrativo **Projeto:** 1.177 Sistema de Abastecimento de Água em Área Rural. **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2020 R$ 253.080,00 **Valor Total:** R$ 253.080,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitenta reais) **Meta:** Prover os órgãos do município, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.033, de 15 de julho de 2019, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.04 Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto **Função:** 17 Saneamento **Sub-função:** 544 Recursos Hídricos **Programa:** 02 Gestão Administrativo **Projeto:** 1.177 Sistema de Abastecimento de Água em Área Rural **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2020 R$ 253.080,00 **Valor Total:** R$ 253.080,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitenta reais) **Meta:** Prover os órgãos do município, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.081, de 10 de dezembro de 2019, no valor de R$ 253.080,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitenta reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 04 Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto

PROJETO: 1.177 Sistema de Abastecimento de Água em Área Rural

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0024 R$ 253.080,00

Total da Suplementação R$ 253.080,00

Art. 4º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, por fonte de recurso específica, através de repasse dos recursos do orçamento Geral da União, através da FUNASA – Fundo Nacional da Saúde, oriundos do Convênio nº 463/2017, na ordem de R$ 253.080,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitenta reais).

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº. 57, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR S*UPERAVIT*, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.1.117, de 23 de abril de 2020;*

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 181.086,49 (cento e oitenta e um mil, oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(462) 3.3.90.14.00.00.2.058.01.0029 Diárias – Civil R$ 4.000,00

(465) 4.4.90.52.00.00.2.058.01.0029 Equipamentos e Material Permanente R$ 6.000,00

(459) 3.3.90.30.00.00.2.059.01.0029 Material de Consumo R$ 30.000,00

(469) 3.3.90.36.00.00.2.059.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 20.000,00

(471) 3.3.90.39.00.00.2.059.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

(477) 3.3.90.14.00.00.2.061.01.0029 Diárias – Civil R$ 5.000,00

(454) 3.3.90.30.00.00.2.066.01.0029 Material de Consumo R$ 30.605,00

(457) 3.3.90.36.00.00.2.066.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 24.000,00

(459) 3.3.90.39.00.00.2.066.01.0029 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

(495) 3.3.90.30.00.00.2.067.01.0043 Material de Consumo R$ 1.481,49

(498) 3.3.90.39.00.00.2.067.01.0043 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

Total suplementação R$ 181.086,49

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I da Lei nº. 1.117, de 23 de abril de 2020.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 55, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.115, de 23 de abril de 2020;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

PROJETO: 1.178 Pavimentação na Estrada Rio Grande do Sul

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 2.000,00

Total da Suplementação R$ 2.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

(159) 3.1.90.11.00.00.2.028.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 2.000,00

Total anulação R$ 2.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº.53, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A Abertura de Crédito SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO Geral do Município, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, ”c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43,§ 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e a tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.113, de 23 de abril de 2020;*

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento geral do município, no valor de **R$** 253.080,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitenta reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 04 Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto

PROJETO: 1.177 Sistema de Abastecimento de Água em Área Rural

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0024 R$ 253.080,00

Total da Suplementação R$ 253.080,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, por fonte de recurso específica, através de repasse dos recursos do orçamento Geral da União, através da FUNASA – Fundo Nacional da Saúde, oriundos do Convênio nº 463/2017, na ordem de R$ 253.080,00 (duzentos e cinquenta e três mil e oitenta reais).

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 026/2020

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada **ARAGONES SOUZA DE ALECRIM 96046171172**, inscrita no CNPJ sob o nº **13.021.989/0001-61** sediada na **Avenida João Sacerdote de Souza, S/N, Centro, Canabrava do Norte – MT, CEP: 78.658-000**, neste ato representada pelo Senhor **Aragones Souza de Alecrim,** brasileiro, comerciante, portador do RG nº 4436735 SSP/GO e do CPF nº 960.461.711-72, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de carnes e frios para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal, onde foi **HOMOLOGADA** nos autos do processo licitatório nº 00000741/2020, referente ao Pregão Presencial n° 021/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o registro de preços para possível aquisição de carnes e frios, para ser utilizado pelas seguintes secretarias: Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2. O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 01 (um dia, corrido, da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Cód. PUG	Unid.	Quant.	Objeto	V. Unitário	V. Total
45768	153470-0	QUILOGRAMA	70	MORTADELA - CONSTITUIDA DA MISTURA DE CARNES CARNE BOVINA + SUINA, COMPOSTA DE COM CONDIMENTOS, APRESENTANDO NO MAXIMO 10 % DE CUBOS DE TOUCINHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO BOLONHA, ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS ISENTA DE SUJIDADES E CORPOS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM FATIADA E EBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, INPECIONADA PELO SIF	R$ 11,37	R$ 795,90
188025	109504-8	QUILOGRAMA	100	LINGUICA - FRESCAL, DE FRANGO, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO	R$ 16,90	R$ 1.690,00
186498	3809-1	QUILOGRAMA	100	LINGUICA - FRESCAL, TIPO TOSCANA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO	R$ 18,12	R$ 1.812,00
186499	148357-9	QUILOGRAMA	100	PRESUNTO - MAGRO, PRE-COZIDO, DE FRANGO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SEM SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM PLASTICA, ATOXICA, NAO NECESSARIO	R$ 29,00	R$ 2.900,00
186495	3873-3	QUILOGRAMA	3300	FRANGO SEMI-PROCESSADO - EM PECA, CONGELADO, PEITO COM OSSO, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, PESO 500 A 600G POR PECA	R$ 12,49	R$ 41.217,00
DESPACHO:						**R$ 48.414,90**

Classificação Final

EMPRESA: ARAGONES SOUZA DE ALECRIM 96046171172.

CNPJ: 13.021.989/0001-61;

ENDEREÇO: AVENIDA JOÃO SACERDOTE DE SOUZA, S/N, CENTRO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, CEP: 78.658-000;

TELEFONE: (66) 3577-1283;

E-MAIL: cristianealecrim@hotmail.com

VALOR GLOBAL: R$ 48.414,90 (QUARENTA E OITO MIL QUATROCENTOS E QUATORZE REAIS E NOVENTA CENTAVOS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 22 de Abril de 2020

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**ARAGONES SOUZA DE ALECRIM** **ARAGONES SOUZA DE ALECRIM 96046171172** Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Gerência de Licitações e Contratos	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 025/2020

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada **ADENISIA BORGES DE ARAÚJO - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.217.027/0001-54** sediada na Rua Sebastião Junior, S/N, Centro, Canabrava do Norte – MT, CEP: 78.658-000, neste ato representada pela Senhora **Adenisia Borges de Araújo,** brasileira, comerciante, portadora do RG nº 3744259 SSP/GO e do CPF nº 691.718.661-91, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de carnes e frios para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal, onde foi **HOMOLOGADA** nos autos do processo licitatório nº 00000741/2020, referente ao Pregão Presencial n° 021/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o registro de preços para possível aquisição de carnes e frios, para ser utilizado pelas seguintes secretarias: Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2. O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 01 (um dia, corrido, da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Cód. PUG	Unid.	Quant.	Objeto	V. Unitário	V. Total
188023	299434-8	QUILOGRAMA	880	CARNE BOVINA´TIPO ALCATRA DE PRIMEIRA, PECA INTEIRA PARA BIFE, CONGELADA, NO MAXIMO 10 POR CENTO DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ACONDICIONADA ADEQUADAMENTE, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, INSPECIONAADA PELO SIF.	R$ 30,00	R$ 26.400,00
189430	351866-3	QUILOGRAMA	2800	CARNE BOVINA SALGADA - PRODUTO PREPARADO COM CARNE BOVINA DO TIPO CHARQUE PONTA DE AGULHA, PRIMEIRA QUALIDADE, DESSECADA, DE CONSISTENCIA FIRME, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO APROPRIADO, VEDADO, COM SELO DO SIF OU SIE	R$ 28,00	R$ 78.400,00
186492	132199-4	QUILOGRAMA	3690	CARNE BOVINA - TIPO COXAO MOLE, TIRAS LIMPAS DE 8CM, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, PESANDO 5KGS	R$ 29,06	R$ 107.231,40
15787	6057	QUILOGRAMA	950	LINGUICA - DEFUMADA, TIPO SALAME ARTESANAL, PREPARADA COM CARNE MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, ARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA AMBIENTE ADEQUADA.	R$ 28,95	R$ 27.502,50
188024	21333-0	QUILOGRAMA	130	CARNE BOVINA - TIPO ACEM, MOIDA, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, PESANDO ENTRE 4 E 5KGS	R$ 26,18	R$ 3.403,40
188030	3821-0	QUILOGRAMA	250	CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, PECA INTEIRA, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, PESANDO ENTRE 4 E 6KGS	R$ 29,00	R$ 7.250,00
186491	16628-6	QUILOGRAMA	2730	CARNE BOVINA - TIPO MUSCULO, PECA INTEIRA, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, PESANDO ENTRE 2 E 5KGS	R$ 25,15	R$ 68.659,50
186489	16460-7	QUILOGRAMA	730	SALSICHA - VIENA, COMPOSTA DE CARNE BOVINA E TOUCINHO, FRESCA C/CONDIMENTOS TRITURADOS, MISTURADOS, COZIDOS, ACONDICIONADA EM A GRANEL, PESANDO APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADE	R$ 11,75	R$ 8.577,50
186497	148686-1	QUILOGRAMA	630	FRANGO SEMI-PROCESSADO - INTEIRO, RESFRIADO, INTEIRA, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIO, SEM MANCHAS E SEM PARASITAS	R$ 10,00	R$ 6.300,00
179313	421721-7	QUILOGRAMA	300	CARNE BOVINA - TIPO MOIDA, DIANTEIRA SEM OSSO, TIPO PALETA OU ACEM, SEM PELANCA, SEM GORDURA, CONGELADA, ISENTA DE SEBO, LIMPA, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, SEM SUJIDADES E ACAO DE MICROBIOS, INSPECIONADA PELO SIF	R$ 25,60	R$ 7.680,00
186490	192019-7	QUILOGRAMA	2650	CARNE BOVINA - TIPO PALETA, EM CUBOS, SEM OSSO, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO, SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO, TRANSPARENTE, ATOXICO, PESANDO ENTRE 1 A 5KG, INSPECIONADA PELO SIF	R$ 25,00	R$ 66.250,00
188026	15250-1	QUILOGRAMA	2900	LINGUICA - DEFUMADA, TIPO CALABRESA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO	R$ 20,00	R$ 58.000,00
DESPACHO:						**R$ 465.654,30**

Classificação Final

EMPRESA: ADENISIA BORGES DE ARAÚJO - ME.

CNPJ: 05.217.027/0001-54;

ENDEREÇO: RUA SEBASTIÃO JUNIOR, S/N, CENTRO, CANABRAVA DO NORTE – MT, CEP: 78.658-000;

TELEFONE: (66) 98458-4734;

VALOR GLOBAL: R$ 465.654,30 (QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E TRINTA CENTAVOS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 22 de Abril de 2020

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**ADENISIA BORGES DE ARAÚJO** **ADENISIA BORGES DE ARAÚJO - ME** Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 Gerência de Licitações e Contratos	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2020

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2020, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Pessoa Jurídica a seguir descrita e qualificada: **Vinicius Ferreira da Silva 06271192122**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.919.683/0001-31 sediada na Rua Dr. Sebastião Junior, Centro, Canabrava do Norte/MT, CEP: 78.658-000, neste ato representada pelo Senhor **Wemerson Martins de Oliveira,** brasileiro, Funcionário Público, portador do RG nº 07013850 SSP/MT e do CPF nº 899.960.971,53, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de refeições, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos do processo administrativo nº 00000380/2020, referente ao Pregão Presencial n° 013/2020, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de refeições prontas e marmitex para atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal Agricultura, Secretaria Municipal de Obras, pelo período de 12 meses.

Item	Unid.	Quant.	Objeto	V. Unit.	V. Total
187463	Unid.	680	Refeição preparada – **TIPO SELF SERVICE**, almoço/jantar, a serem servidos nas instalações da contratada, dentro do perímetro urbano de Canabrava do Norte. Devendo conter: 01 tipo de arroz (branco ou parboilizado - no mínimo 150g por pessoa); 01 tipo de massa (macarrão espaguete ou parafuso, polenta, torta, panqueca, nhoque etc. - no mínimo 150g por pessoa); 01 tipo de feijão (preto ou branco - no mínimo 150g por pessoa); 01 tipo de carne de primeira (vermelha: bovina ou branca: frango ou suína - no mínimo de 200g por pessoa); 01 tipo de guarnição (farofa, creme de milho, creme de abóbora, purê de batata, batata cozida etc. - mínimo de 150g por pessoa). Utensílios: talheres de inox, pratos de porcelana, recipientes para pratos quentes que mantenham a temperatura do alimento, recipientes para saladas (ambos devidamente higienizados e individuais para cada tipo de preparação), e guardanapo de papel.	R$ 19,00	R$ 12.920,00
188535	Unid.	650	Refeição preparada – **TIPO MARMITEX**, contendo arroz, feijão, macarrão, carnes pesando aproximadamente 125 gramas, carne bovina, carne suína, ave ou peixe, salada no mínimo com 3 porções, deverá vir acompanhada com colher, e guardanapos descartáveis, acondicionado em embalagens descartáveis aluminizadas ou de isopor, tendo peso mínimo de 700 Gramas.	R$ 14,00	R$ 9.100,00
187464	Unid.	50	Refeição preparada – **TIPO PRATO FEITO**, do tipo almoço, a serem servidos nas instalações da contratada, dentro do perímetro urbano de Canabrava do Norte. Devendo conter: 01 tipo de arroz (branco ou parboilizado - no mínimo 150g por pessoa); 01 tipo de massa (macarrão espaguete ou parafuso, polenta, tortei, panqueca, nhoque etc. - no mínimo 150g por pessoa); 01 tipo de feijão (preto ou branco - no mínimo 150g por pessoa); 01 tipo de carne de primeira (vermelha: bovina ou branca: frango ou suína - no mínimo de 200g por pessoa); 01 tipo de guarnição (farofa, creme de milho, creme de abóbora, purê de batata, batata cozida etc. - mínimo de 150g por pessoa). Utensílios: talheres de inox, pratos de porcelana, recipientes para pratos quentes que mantenham a temperatura do alimento, recipientes para saladas (ambos devidamente higienizados e individuais para cada tipo de preparação), e guardanapo de papel.	R$ 16,30	R$ 815,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO.

2.1 – A entrega das refeições somente será feita, mediante a requisição da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte.

A licitante vencedora é obrigada a fornecer todos as refeições previstos na requisição devidamente autorizada.

2.4 - Constatadas irregularidades no objeto, a PREFEITURA, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

2.4.1 - Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Anexo I, determinando sua substituição;

2.4.2 - Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades.

2.5 - As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **dois dias úteis**, contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada entrega pelo Departamento Financeiro, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente conferida pelo Departamento de Compras, que é o órgão municipal responsável pelo recebimento, fiscalização e execução da contratação.

4.2 – Poderá haver atrasos, nos pagamentos, superiores à 30 (trinta) dias, mesmo que ocorra tais atrasos a CONTRATADA, não poderá deixar de atender a demanda da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte.

4.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

4.4 - Havendo atraso nos pagamentos (salvo pelos motivos mencionados nos itens 2 e 3, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

5.1 - Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão n.º 013/2020 e nesta Ata, os serviços do objeto deste ajuste.

5.2 - Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o produto recusado.

5.3 - Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

5.4 - Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

6.1 - Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

6.2 - Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

6.3 - Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade quando ao fornecimento das refeições.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

7.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

7.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CADASTRO DE FORNECEDORES.

7.3 – O atraso injustificado na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

7.3.1 – Advertência por escrito;

7.3.2 – Multa equivalente a 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega até o limite de 30 (trinta) dias;

7.3.3 – Multa equivalente a 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, quando será declarada a inexecução contratual;

7.3.4 - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou II - Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

7.3.5 – Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

7.3.6 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no sub-item anterior.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DE PREÇOS

8.1 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da ata de registro de preços e a retribuição do contratante para a justa remuneração do objeto da licitação, poderá ser repactuado o preço registrado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial da ata.

8.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

8.3 - Na hipótese da empresa solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais e/ou matérias-primas, etc.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1- Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do PREGÃO nº. 013/2020 com seus Anexos a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S).

9.2- A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1- O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o da Comarca de Porto Alegre do Norte.

10.2- Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Canabrava do Norte, 22 de Abril de 2020.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS VINICIUS FERREIRA DA SILVA 06271192122

Prefeito Municipal Contratada

Contratante

Iranizo Matos Rodrigues

CPF: 983.429.751-34

Gerência de Licitações e Contratos

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 143/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA N. 143/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Sr.ª **JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional n. 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 770.870.891-53, com e-mail: nega.73@hotmail.

com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da ata de registro de preço 024/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **VINÍCIUS FERREIRA DA SILVA 06271192122,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.919.683/0001-31, que tem por objeto possível e eventual contratação de empresa para o fornecimento de refeições prontas e marmitex para atender a demanda da Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças; Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Obras, pelo período de 12 (doze) meses, oriundo do Processo Administrativo n. 380/2019.

Art. 2º. Designar a servidora**THAIS FREITAS GONÇALVES** matrícula funcional n. 2071 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 068.238.981-19, com e-mail: thaisfreitas.0604@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mial, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 23 de Abril de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

JUCERLEI BONATTO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 144/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA N. 144/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com

identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional nº 2140 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 035.116.061-28, com e-mail: jackgrecchi@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato CPL N. 025/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a **ADENISIA BORGES DE ARAÚJO - ME,** inscrita no CNPJ: 05.217.027/0001-54, que tem por objeto a o registro de preços para a aquisição de Carnes e Frios, para ser utilizado pelas seguintes secretarias: Gabinete do prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social.

Art. 2º. Designar o servidor **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA,** matrícula funcional n. 2119, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 048.251.841-38, com e-mail: ronalldobontempo2017@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 23 de Abril de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

JAKELINE TAVARES GRECCHI

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 145/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA N. 145/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional nº 2140 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 035.116.061-28, com e-mail: jackgrecchi@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato CPL N. 026/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a **ARAGONES SOUZA DE ALECRIM 96046171172,** inscrita no CNPJ: 13.021.989/0001-61, que tem por objeto a o registro de preços para a aquisição de Carnes e Frios, para ser utilizado pelas seguintes secretarias: Gabinete do prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social.

Art. 2º. Designar o servidor **RONALDO EVANGELISTA DA ROCHA,** matrícula funcional n. 2119, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 048.251.841-38, com e-mail: ronalldobontempo2017@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 23 de Abril de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

JAKELINE TAVARES GRECCHI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 023/2020

Aos dezessete dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte, o MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 00000926/2020 Homologado 17/04/2020, na modalidade Pregão Presencial para Adesão SRP nº 026/2020 da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, cujo objetivo de eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de encomendas e cargas para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, de Canabrava do Norte - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelos Decretos Municipais, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços referente à contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de encomendas e cargas para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de Canabrava do Norte-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, localizada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, Centro, em Canabrava do Norte - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do (s) serviços a outro (s) órgão(aos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o (s) serviço (s) solicitado (s) nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar o (s) serviços (s) solicitado (s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o (s) fornecedor (es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 17 de Abril de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor (es) e as especificações do(s) serviço(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME

CNPJ: 36.909.380/0001-29 **FONE: (66) 3402-1478**

ENDEREÇO: **RUA DOS BORORÓS, 309, QUADRA 61, LOTE 9, SETOR SUL II, BARRA DO GARÇAS/MT – CEP: 78.600-000 E-MAIL:** rionovotransporte@gmail.com | comercial@rionovocargas.com.br

Fretes de Encomendas e Cargas							
Quilometragem			**Frete Mínimo**		**Frete Kg**		
De 0 a 550 KM			R$ 40,00		R$ 0,80		
De 551 a 800 KM			R$ 47,50		R$ 0,95		
De 801 a 1000 KM			R$ 55,00		R$ 1,10		
De 1001 acima			R$ 65,00		R$ 1,30		
Tabela de Preços de Objetos							
Preços Unitários	**Até 200 Km**	**De 201 a 400 KM**	**De 401 a 600 KM**	**De 601 a 800 KM**	**De 801 a 1000 Km**	**De 1001 a 1400 Km**	**De 1401 a 1800 Km**
Envelopes Express	R$ 20,00	R$ 25,00	R$$ 30,00	R$ 30,00	R$ 30,00	R$ 39,00	R$ 45,00
Caixa Express	R$ 24,00	R$ 27,00	R$ 30,00	R$ 31,00	R$ 34,00	R$ 40,00	R$ 50,00

Item	Cód. TCE/MT	Descriminação	Quant.	Valor Total
01	423831-1	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de encomendas e cargas no âmbito nacional	1	R$ 20.000,00

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 90 (Noventa) dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo (a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Administrativa: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade: 2004 – Manutenção – Gabinete do Prefeito

Código Reduzido: 024 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade Administrativa: 03.001 – Gabinete do Secretário

Projeto Atividade: 2010 – Manutenção – Secretaria de Administração

Código Reduzido: 038 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade Administrativa: 04.001 – Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica

Projeto Atividade: 2028 – Manutenção – Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica

Código Reduzido: 068 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade Administrativa: 04.002 – Coordenadoria de Turismo e Cultura
Projeto Atividade: 2029 – Manutenção – Coordenadoria de Turismo e Cultura
Código Reduzido: 090 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade Administrativa: 04.003 – Coordenadoria de Esporte e Lazer
Projeto Atividade: 2030 – Manutenção – Coordenadoria de Esporte e Lazer
Código Reduzido: 109 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Administrativa: 05.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade: 2035 – Manutenção – Vigilância Sanitária
Código Reduzido: 183 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Administrativa: 05.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade: 2037 – Manutenção do MAC
Código Reduzido: 163 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Administrativa: 05.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade: 2048 – Manutenção – Vigilância em Saúde
Código Reduzido: 191 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.003
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura
Unidade Administrativa: 06.001 – Gabinete do Secretário
Projeto Atividade: 2052 – Manutenção – Secretário do Meio Ambiente e Agricultura
Código Reduzido: 205 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social
Unidade Administrativa: 08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2045 – Manutenção da Secretaria de Habitação, Trabalho e de Des. Social
Código Reduzido: 264 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social
Unidade Administrativa: 08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2085 – Manutenção dos Benefícios Eventuais
Código Reduzido: 281 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social
Unidade Administrativa: 08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2102 – Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social
Código Reduzido: 276 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social

Unidade Administrativa: 08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2103 – Manutenção Proteção Social Básica

Código Reduzido: 285 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e de Desenvolvimento Social

Unidade Administrativa: 08.002 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Projeto Atividade: 2044 – Manutenção – Fundo Direito da Criança e do Adolescente

Código Reduzido: 322 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor (es) e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial SRP nº 004/2020 e anexos – Prefeitura Municipal de Confresa;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida pelo o servidor, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, Iranizo Matos Rodrigues (Portaria nº 130/2020), Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular (es) fornecedor (es).

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Prefeito Municipal Contratada

Contratante

Iranizo Matos Rodrigues

CPF: 983.429.751-34

Gerência de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ COM ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o o Registro de Preços para futura e eventual**contratação de empresa para fornecimento de passagens interestadual e intermunicipal (passagem terrestre) para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT**, conforme especificações do edital,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **11/05/2020 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 23 de Abril de 2020.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DECRETO MUNICIPAL 3080 2020

Decreto Municipal Nº 3080/2020

De 23 de abril de 2020

“Dispõe sobre aplicação do teor do Decreto Estadual nº 462/2020 no Município de Canarana-MT, com relação às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19”.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito de Canarana, Estado de Mato Grosso,usando da atribuição que lhe confere o art.10, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o Decreto Estadual nº 462/2020, de 23/04/2020, atualiza os critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas para a prevenção dos riscos de disseminação do COVID-19 em todo o território de Mato Grosso;

Considerando que o município de Canarana – MT vem atuando de forma estratégica, sobretudo preventiva, com relação ao enfrentamento de que trata o Decreto Estadual em epígrafe:

D E C R E T A:

Art.1º Aplica-se no Município de Canarana-MT o teor do Decreto Estadual nº 462/2020 de 23/04/2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, observados os termos deste Decreto.

Art.2º Em todo o território do município os cidadãos e os estabelecimentos públicos e privados devem adotar as seguintes medidas de prevenção e combate à infecção por coronavírus:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool gel na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho, priorizando execução de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, evitando aglomerações;

VI - vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

VIII - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

IX - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

§ 1º Para realização de atividades de cunho religioso, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 2º deste Decreto, ficam recomendadas as seguintes medidas:

I - disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

III - controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI - suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso.

§ 2º Os parques públicos municipais poderão ser utilizados, desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, pelos usuários.

§ 3º Fica permitido a abertura e funcionamento de academias e congêneres, com as seguintes determinações sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 2º deste Decreto:

I – disponibilizar um colaborador para higienização dos equipamentos a cada utilização; II – não permitir o compartilhamento de equipamentos antes de ser devidamente higienizado; III- ampliar a higienização prevista neste capítulo aos bebedouros, recomendando aos clientes o uso de garrafas próprias; IV - as aulas coletivas deverão ter distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, bem como as demais disposições e recomendações da Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária; V - manter o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, funcionários, colaboradores e professores;

VI - disponibilizar álcool na concentração de 70% ou álcool em gel, para funcionários e clientes, na entrada e saída do estabelecimento, bem como no seu interior em locais com maior fluxo de pessoas;

VII - ampliar a frequência de limpeza de pisos, corrimãos, superfícies, maçanetas e banheiros, bem como reforçar as medidas de higienização dos ambientes internos e externos do estabelecimento, utilizando-se de água sanitária ou cloro para desinfecção dos ambientes;

VIII - obrigatoriedade da utilização de máscaras para todas as pessoas que ingressem no interior do estabelecimento;

IX - a permanência de pessoas no interior do estabelecimento limitada a 50% de sua capacidade, com a observância do distanciamento de 1,5m (um metro e meio), entre as mesmas;

X - a obrigatoriedade da abertura de todas as janelas e portas do estabelecimento, contribuindo para renovação do ar, mesmo que possua ambiente refrigerado;

XI - utilização de método alternativo de identificação de pessoas, não sendo permitido a identificação por digital.

Art.3º Mantém-se suspensos os eventos de qualquer natureza, promovidos pelo Poder Público Municipal, em local aberto ou fechado até 31 de julho de 2020, prorrogável, se necessário.

Art.4º A Prefeitura de Canarana retorna ao atendimento presencial normal das 12:00 às 18:00 horas, ou pelo telefone (66) 3478 1200.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação no local de costume.

Art.6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos Municipais 3073/2020; 3074/2020 e 3079/2020, em decorrência da aplicação do Decreto Estadual nº 462/2020 e dos termos deste Decreto.

Canarana – MT, em 23 de abril de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO CONTRATO N° 19/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 19/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: DISPENSA n. º 11/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **D MOULAZ SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 35.351.126/0001-95.**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato Administrativo **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADO A CRIANÇA – EQUIVALENTE A 60 (SESSENTA DIAS),** atendendo a necessidade DA **SECRETÁRIA DE ASSISTENCIA SOCIAL,** do município de Castanheira Estado de Mato Grosso**.**

VALOR: R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: 09.04.2020 a 09.06.2021

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 09/04/2020

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PREGOEIRA

Poder Executivo – Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO N° 16/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2020

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 16/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: DISPENSA n. º 08/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **CUIABA MED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 15.571.435/0001-63**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato Administrativo **AQUISIÇÃO DE DOIS ESTOJOS PARA LARINGO PROTEC; UM KIT LARINGO ADULTO INOX (LAMINAS CURVA OU RETA DE INOX 3,4 E 5) PROTEC; E UM KIT LARINGO INFANTIL INOX (LAMINAS CURVA OU RETA INOX 0,1 E 2) PROTEC; PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA ESTADO MATO GROSSO.**

VALOR: R$ 2.610,00 (dois mil e seiscentos e dez reais).

VIGÊNCIA: 07/04.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 07/04/2020

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PREGOEIRA

Poder Executivo – Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO N° 17/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2020

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 17/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: DISPENSA n. º 09/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **TRANSMAI EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA EPP,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 43. 179.225/0001-60**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato Administrativo **AQUISIÇÃO DE UM APARELHO ELETROCARDIÓGRAFO EMAI – EX-03 (3CANAIS E 12DERIVAÇÕES) O NOVO ELETROCARDIÓGRAFO EMAI MODELO EX-03, INCORPORA A MAIS AVANÇADA TECNOLOGIA EM REPRESENTAÇÃO GRÁFICA ONDE AS CURVAS E OS DADOS SÃO PROCESSADOS ATRAVÉS DE UM SOFISTICADO TRATAMENTO DE IMAGENS REALÇANDO ASSIM A SUA APRESENTAÇÃO.FORNECE REGISTROS DE ALTA QUALIDADE ATENDENDO ÁS NECESSIDADES DOS MAIS EXIGENTES PROFISSIONAIS DA ÁREA EM APOIO A UM PERFEITO DIAGNÓSTICO. INDISPENSÁVEL EM CONSULTÓRIOS, CLINICAS E HOSPITAIS PARA UMA PRECISA INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DO ELETROCARDIOGRAMA DO PACIENTE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA ESTADO MATO GROSSO.**

VALOR: R$ 5.876,00 (cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA: à Partir de 07/04/2020.

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 07/04/2020

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PREGOEIRA

Poder Executivo – Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO N° 18/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2020

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 18/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: DISPENSA n. º 10/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **OLIDEF CZ IND E COM DE APARELHOS HOSPITALARES LTDA ,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 55. 983.274/0001-30.**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato Administrativo **AQUISIÇÃO DE UM MONITOR MULTIPARAMÉTRICO, DESENVOLVIDO PARA PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS EM UNIDADES DE CUIDADOS INTENSIVOS, PRONTO ATENDIMENTO, CENTRO CIRÚRGICO E TODOS OS AMBIENTES HOSPITALARES ONDE É NECESSÁRIA A MONITORAÇÃO DOS PARÂMETROS VITAIS DO PACIENTE.**

VALOR: R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: a partir de 08.04.2020

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2020

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PREGOEIRA

Poder Executivo – Castanheira-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 263/GP/2020 EM, 23 DE ABRIL DE 2020.

Portaria nº 263/GP/2020

Em, 23 de abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal **efetivo Sr.º ISLAN FERNANDES PRINS,** portador do RG nº 1588088 e CPF nº 011.635.511-55, no cargo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, indenização de 10 (dez) dias de férias e gozo de 20 (vinte) dias de férias, referente ao **período 01/02/2017 a 01/02/2018,** conforme Oficio 167/SME/2020, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 20/04/2020 e término em 09/05/2020, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 11/05/2020.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 20/04/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 23 de abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SISTEMA AUTÔNOMO DE AGUÁ E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Diretor do SAAE-CG (Sistema Autônomo De Água e Esgoto Chapada Dos Guimarães/MT), Senhor Jodemilson Da Silva Souza, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 131.112,00 (Cento Trinta Hum Mil, Cento Doze Reais), tendo como objeto o Fornecimento De Combustivel (Gasolina Comum, Óleo Diesel S500, Óleo Diesel S10, Etanol Comum), Para Abastecimento Da Frota do SAAE-CG (Sistema Autônomo De Água e Esgoto Chapada Dos Guimarães/MT), a Serem Fornecidos Diariamente Em Bombas De Combustivel Instaladas No Perimetro Urbano de Chapada Dos Guimarães/MT. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor da empresa AUTO POSTO ALDEIA VELHA EIRELI – CNPJ: 04.022. 033/0001-93, no prazo de execução de 120 (Cento Vinte) dias, com justificativa nos autos do processo, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto do art. 24 da Lei 8.666/93 do supracitado diploma legal.

Chapada Dos Guimarães/MT, 17 De Abril de 2020.

Jodemilson Da Silva Souza

Diretor SAAE-CG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10. 718.935/0001-61 e Inscrição Estadual n.º 13.368.947-6, estabelecida a Rua Das Primaveras, n.º. 3380, bairro Setor Comercial, cidade de Sinop/MT, neste ato representada pela Srª. **Silvana Dal Ri Galina**, portadora do CIRG n.º 1.654.420 SESP/SC e CIC n.º 592.406.879-04, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS QUE SERÃO USADOS NAS ESCOLINHAS E NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens e valores:

item	TCE	material	UNI	QTD	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2	410524-9	Antena Voleibol PVC similar ou superior a marca MASTER REDESPORT,	Par	4	**SPITTER**	**123,50**	**494,00**
6	217586-0	Balança digital com visor LCD similar ou superior a marca,CAMRY,SINCRO	Uni	6	**ZONA LIVRE**	**147,00**	**882,00**
10	27396-1	Barra de 1 metro e 15 cm similar ou superior a marca,SCALIBU	Uni	20	**POLIMET**	**47,00**	**940,00**
12	386158-9	Barreira para treinamento de futebol de campo 45 cm similar ou superior a marca,SCALIBU	Uni	5	**PISTA E CAMPO**	**53,00**	**265,00**
14	154466-7	Bola 50 Futsal de iniciação branca, confeccionada em PVC com tamanho infantil, categoria sub-13, forrada com fios de nylon em sistema radial com maior resistência à deformação e ruptura. 32 gomos, possui câmera Airbility miolo Slip System. Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	15	**PENALTY**	**175,50**	**2. 632,50**
29	. 00015089	Bolas de futebol society grama sintética 68-69/425-445gr termotec Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	8	**PENALTY**	**207,00**	**1. 656,00**
32	42898-1	Bolas de Futsal Circunferência: 61-64 cm. peso 410-440g. Câmara: airbility / termotec Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	30	**PENALTY**	**195,50**	**5. 865,00**
35	32087-0	Bolas de Voleibol Oficial Circunferência: 65-67 cm. peso 260-280g. Câmara: airbility / Matrizada / Microfibra Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	50	**PENALTY**	**320,00**	**16. 000,00**
39	194858-0	Cama elástica (junp)Similar ou superior a marca POLIMET	Uni	10	**STAR**	**754,00**	**7. 540,00**
59	281162-6	Disco Masculino Atletismo 2 kg, 22 cm diam/ 44 a 46 mm Similar ou superior a marca PISTA E CAMPO	Uni	5	**PISTA E CAMPO**	**159,00**	**795,00**
63	243062-2	Jogo de anilha de 4 kg Similar ou superior a marca FUNDEM,FINDIMIG	Uni	6	**FUSARI**	**109,00**	**654,00**
66	233038-5	Jogo de cartões de futsal plástico Similar ou superior a marca SCALIBU	Uni	6	**ZONA LIVRE**	**16,00**	**96,00**
76	362571-0	Mesa de domino – xadrez e carteado - redonda Similar ou superior a marca KLOPF	Uni	5	**KLOPF**	**698,00**	**3. 490,00**
96	219986-6	Relógio para xadrez dois tempos Similar ou superior a marca JAEHRING	Uni	6	**JAEHRING**	**278,00**	**1. 668,00**
98	00015364	Tornozeleira 1,5 kg Similar ou superior a marca FISIC FORM	Par	10	**KNOCKOUT**	**58,00**	**580,00**
100	183376-6	Tornozeleira de 2 kg Similar ou superior a marca FISIC FORM	Par	25	**KNOCKOUT**	**63,00**	**1. 575,00**
101	48242-0	Trena 20 m Similar ou superior a marca VONDER	Uni	5	**VONDER**	**137,00**	**685,00**
104	202193-5	Trofeu diversas modalidades 118 cm Similar ou superior a marca VITORIA,REMA	Uni	20	**VITORIA**	**288,00**	**5. 760,00**
		VALOR TOTAL					**R$ 51. 577,50**

1.2 Os materiais esportivos que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 23/04/2020 até 23/04/2021.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais esportivos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais esportivos mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens adquiridos/registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de 05(cinco) dias, após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada à Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea "b".

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a próprioautoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2020**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020** e a proposta da empresa **SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 23 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI

Silvana Dal Ri Galina

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: SHIRLEY YOTZCHETZ

CPF: 018.905.239-25

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786. 169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **SINOP ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.809. 456/0001-46 e Inscrição Estadual n.º 13.314.575-1, estabelecida a Avenida Governador Júlio Campos, n.º. 792, bairro Setor Comercial, cidade de Sinop/MT, neste ato representada pela Srª. Karla Smaniotto Damacena, portadora do CIRG n.º 20180195 SSP/MT e CIC n.º 028.771.441-19, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS QUE SERÃO USADOS NAS ESCOLINHAS E NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens e valores:

ITEM	PRODUTO	QTDE	MARCA	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	Apito rocco para mesário de metal similar ou superior a marca FISIC FORM SCALIBU	**05**	**FISIC FORM**	65,00	325,00
02	Aros de fixação basquete similar ou superior a marca XALINGO,PHYSICUS	**04**	**XALINGO**	131,00	524,00
03	Bambolê 75 cm, material plástico similar ou superior a marca FISIC FORM,NICK TOYS	**50**	**FISIC FORM**	4,99	249,50
04	Bandeiras para Arbitragem similar ou superior a marca SCALIBU,MITRAUD	**20**	**SCALIBU**	110,00	2.200,00
05	Bola de borracha, bola de iniciação no 12confeccionada com borracha diâmetro 57-59 cm peso 250-270 g Similar ou superior a marca PENALTY	**20**	**PENALTY**	62,40	1.248,00
06	Bola de Handebol H1L mirim, na cor azul e vermelha Similar ou superior a marcaPENALTY	**30**	**PENALTY**	229,00	6.870,00
07	Bola de Vôlei medicinembol 2 kg borracha Similar ou superior a marcaPENALTY	**08**	**PENALTY**	185,00	1.480,00
08	Bola medicinibol 1 kg Similar ou	**05**	**PENALTY**	149,00	745,00

	superior a marcaPENALTY				
09	Bola medicinibol 3 kg Similar ou superior a marcaPENALTY	**05**	**PENALTY**	180,00	900,00
10	Bola vôlei de praia 65-67 cm/260-280 gr/ camara arbility/microfibra Similar ou superior a marca PENALTY	**10**	**PENALTY**	215,00	2.150,00
11	Bolas de beach soccer 68-69/420-450 grtermotec Similar ou superior a marca PENALTY	**05**	**PENALTY**	287,00	1.435,00
12	Bolinha para tênis de mesa, confeccionado em acetado de celulóide, com 40 mm cinco estrelas para competição Similar ou superior a marca BUTTERFLAY	**200**	**BUTTERFLAY**	9,50	1.900,00
13	Bomba de encher bola dupla ação Similar ou superior a marca PENALTY	**20**	**PENALTY**	44,00	880,00
14	Cola para Handebol (pote 500g) Similar ou superior a marca MAGUSSY	**03**	**MAGUSSY**	310,00	930,00
15	Cones 23 cm de altura em PVC Similar ou superior a marca FISIC	**80**	**FISIC FORM**	15,90	1.272,00
16	Cones 50 cm em listas com faixas amarelasSimilar ou superior a marca FISIC FORM	**80**	**FISIC FORM**	25,50	2.040,00
17	Cones Prato em PVCSimilar ou superior a marca FISIC FORM	**80**	**FISIC FORM**	4,00	320,00
18					
19	Cotoveleira para goleiro futsal tamanho grande (adulto)Similar ou superior a marca REALTEX	**03**	**REALTEX**	65,00	195,00
20	Cotoveleira para goleiro futsal tamanho pequeno (infantil)Similar ou superior a marca REALTEX	**03**	**REALTEX**	65,00	195,00
21	Dardo de bambu feminino Similar ou superior a marca SPORTIN	**05**	**SPORTIN**	170,00	850,00
22	Dardo de fibra oficial Feminino Similar ou superior a marca SPORTIN	**05**	**SPORTIN**	285,00	1.425,00
23	Dardo de fibra oficial Masculino Similar ou superior a marca SPORTIN	**05**	**SPORTIN**	290,00	1.450,00
24	Fita de marcação para beach soccer, 2 fitas de 28 metros, 2 fitas de 37 metros e 4 hastes de metal Similar ou superior a marca MASTER	**04**	**MASTER**	405,00	1.620,00
25	Jogo de anilha de 4 kg Similar ou superior a marca FUNDEM,FINDIMIG	**06**	**FUNDEM FINDIMIG**	80,00	480,00
26	Jogo de cartões de futebol de campo Similar ou superior a marca SCALIBU	**06**	**SCALIBU**	17,00	102,00
27	Jogo de xadrez em cuorvin medindo 40 x 40 cm Similar ou superior a marca XALINGO	**20**	**XALINGO**	68,00	1.360,00
28	Kit Badminton, composição de 04 raquetes de badminton, 03 petecas de nylon e 01 rede com poste, kit profissional material em alumínio Similar ou superior a marca VOLLO	**30**	**VOLLO**	235,00	7.050,00
29	Luva para goleiro de futsal tamanho grande (adulto) Similar ou superior a marca POKER	**03**	**POKER**	185,00	555,00
30	Luva para goleiro de futsal tamanho médio (infantil) Similar ou superior a marca POKER	**03**	**POKER**	155,00	465,00
31	Medalha 45MM OURO Similar ou superior a marca VITORIA	**900**	**VITORIA**	7,80	7.020,00
32	Mesa de tênis de mesa completo, rede e suporte com pernas de ferro e rodízios 15 mm de mdf Similar ou superior a marca KLOPF	**05**	**KLOPF**	1.100,00	5.500,00
33	Peteca de badminton, material pena de ganso e base em cortiça peso aproximado 180 g, tudo com 12 unidades pena de ganso e base em cortiça Similar ou superior a marca FISIC FORM	**30**	**FISIC FORM**	95,00	2.850,00
34	Peteca para badminton, peteca base de borracha extensão feita de penas naturais ou sintéticas Similar ou superior a marca FISIC FORM	**30**	**FISIC FORM**	8,00	240,00
35	Prancheta Magnética para basquete Similar ou superior a marca SCALIBU	**01**	**SCALIBU**	230,00	230,00

36	Prancheta Magnética para Futsal Similar ou superior a marca SCALIBU	**01**	**SCALIBU**	210,00	210,00
37	Prancheta Magnética para Handebol Similar ou superior a marca SCALIBU	**01**	**SCALIBU**	210,00	210,00
38	Prancheta Magnética para Voleibol Similar ou superior a marca SCALIBU	**01**	**SCALIBU**	209,00	209,00
39	Rede de Voleibol oficial 02 faixas, confeccionada em fio de seda 2mm com proteção UV Similar ou superior a marca MASTER,REDESPORT	**06**	**MASTER**	255,00	1.530,00
40	Troféu diversas modalidades 85 cm Similar ou superior a marca VITORIA,REMA	**20**	**VITORIA**	200,00	4.000,00
41	Bola de futsal circunferência 61-64cm peso 420-440g	**25**	**PENALTY**	341,00	8.525,00
TOTAL					R$ 74.603,50

1.2 Os materiais esportivos que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 23/04/2020 até 23/04/2021.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais esportivos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais esportivos mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens adquiridos/registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de 05(cinco) dias, após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada à Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própriaautoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “**PROMITENTE FORNECEDORA”**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2020**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020** e a proposta da empresa **SINOP ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 23 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

SINOP ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI

Karla Smaniotto Damacena

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: SHIRLEY YOTZCHETZ

CPF: 018.905.239-25

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00,

doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.395.275/0001-41 e Inscrição Estadual n.º 13.563.300-1, estabelecida a Rua Clovis Hugueney, n.º 70, bairro Centro, Varzea Grande/MT, CEP: 78.110-328, neste ato representada pela Srª. **Patricia Moreira De Lima Rezende**, portadora do CIRG n.º 1994988-0 SSP/MT e CIC n.º 040.081.251-75, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS QUE SERÃO USADOS NAS ESCOLINHAS E NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens e valores:

item	TCE	material	UNI	QTD	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	349705-4	Cronômetro 10 tempos profissional similar ou superior a marca CSR,POKER,SCALIBU	Uni	30	**POKER**	**80,00**	**2. 400,00**
11	274641-7	Barreira de Atletismo 1 metro e 10 cm similar ou superior a marca,SCALIBU	Uni	5	**PISTA E CAMPO**	**143,12**	**715,60**
13	353588-6	Bloco de partida oficial similar a marca PISTA E CAMPO	Uni	2	**PISTA E CAMPO**	**315,00**	**630,00**
17	13889	Bola de futebol de campo bola nº 10Similar ou superior a marca PENALTY ,ADIDAS	Uni	10	**PENALTY**	**54,50**	**545,00**
20	0006509	Bola de Vôlei medicinembol 2 kg borracha Similar ou superior a marcaPENALTY	Uni	8	**MAGUSSY**	**179,00**	**1. 432,00**
24	440942-6	Bolas de Basquetebol 6.7 Oficial Circunferência: 72-74 cm. peso 510-565g. Câmara: airbility / Matrizada / Microfibra Similar ou superior a marcaPENALTY	Uni	30	**PENALTY**	**345,00**	**10. 350,00**
27	174817-3	Bolas de Futebol de Campo Oficial nº08 Circunferência: 68-70 cm. peso 410-450g. Câmara: airbility / termotec / PU Ultra 100% Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	50	**PENALTY**	**237,00**	**11. 850,00**
34	409809-9	Bolas de Handebol H3L Circunferência: 58-60 cm. peso 425-475g. Câmara: airbility / Costurada / PU Ultra Grip na cor azul e vermelho Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	30	**PENALTY**	**270,00**	**8. 100,00**
38	284056-1	Calibrador digital para bola Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	5	**POKER**	**109,00**	**545,00**
39	194858-0	Cama elástica (junp)Similar ou superior a marca POLIMET	Uni	10			
40	. 0000676	Cinto de Tração duplo Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	10	**KNOCKOUT**	**310,00**	**3. 100,00**
42	219967-0	Colchão de salto em altura3.00 x 1.90 x 0.30 Similar ou superior a marca AXS	Uni	1	**PISTA E CAMPO**	**11.398,00**	**11. 398,00**
51	144260-0	Corda 10 mmSimilar ou superior a marca SCALIBU	MT	10	**RIOMAR**	**18,90**	**189,00**
54	188660-6	Dardo de bambu feminino Similar ou superior a marca SPORTIN	Uni	5	**PISTA E CAMPO**	**160,00**	**800,00**
58	281163-4	Disco Feminino Atletismo 1 kg, 97 a 39 mm Similar ou superior a marca PISTA E CAMPO	Uni	5	**PISTA E CAMPO**	**133,00**	**665,00**
62	261331-0	Fita demarcatória Vôlei de Praia PVC, com ganchos para fixaçãoSimilar ou superior a marca MASTER	Uni	4	**MASTER**	**140,00**	**560,00**
67	27059-8	Jogo de cartões para handebol, basquete e vôlei Similar ou superior a marca SCALIBU	Uni	10	**SCALIBU**	**20,00**	**200,00**
70	0008350	Kit de tênis de mesa, composto bolinha, raquete, rede e suporte para rede: raquete confeccionada em madeira e forrada em PU e borracha, rede em náilon e suporte de metal Similar ou superior a marca SCALIBU	Par	10	**SCALIBU**	**58,00**	**580,00**
72	149719-7	Luva para goleiro de futsal tamanho médio (juvenil) Similar ou superior a marca POKER	Par	3	**POKER**	**158,00**	**474,00**
75	21076-5	Medalha 45MM PRATA Similar ou superior a marca VITORIA	UNI	900	**VITÓRIA**	**5,00**	**4. 500,00**
78	0000637	Peso de 3 kg arremesso Similar ou superior a marca SPORTIN	Uni	5	**UNIBRÁS**	**150,00**	**750,00**
79	0000638	Peso de 5 kg arremesso Similar ou superior a marca SPORTIN	Uni	5	**UNIBRÁS**	**195,00**	**975,00**
84	0006199	Prancheta Magnética para futebol Similar ou superior a marca SCALIBU	Uni	1	**KIEF**	**220,00**	**220,00**
89	357636-1	Rede de Basquete oficial em fio de seda fio 8 mm, com diâmetro de 40 cm e comprimento de 60 cm. Similar ou superior a marca MASTER,REDESPORT	Par	6	**PANGUE**	**98,00**	**588,00**
92	0006914	Rede para Gol de futebol de campo, confeccionada em fio de nylon 3 mm com proteção UV medindo 2,5 x 7,5 malha 12x12 modelo europeu Similar ou superior a marca MASTER,REDESPORT	Par	8	**PANGUE**	**430,00**	**3. 440,00**
95	392683-4	Relógio monitor cardíaco Similar ou superior a marca MULTILASER	Uni	4	**ATRIO**	**234,74**	**938,96**
97	22246-1	Saco para carregar bolas Similar ou superior a marca MASTER,REDESPORT	Uni	12	**MASTER**	**40,00**	**480,00**
99	183374-0	Tornozeleira de 1 kg Similar ou superior a marca FISIC FORM	Par	35	**KNOCKOUT**	**47,30**	**1. 655,50**
102	00015365	Trena 50 m Similar ou superior a marca VONDER	Uni	5	**VONDER**	**177,00**	**885,00**
103	00015366	Trocador de válvula Similar ou superior a marca PENALTY	Uni	3	**POKER**	**109,90**	**329,70**
105	198960-0	Trofeu diversas modalidades 45 cm Similar ou superior a marca VITORIA,REMA	Uni	10	**VITÓRIA**	**104,90**	**1. 049,00**
109	. 00014022	Bola de futsal circunferencia 68-70cm peso 420-440g	und	25	**MAGUSSY**	**280,00**	**7. 000,00**
		VALOR TOTAL					**R$ 77. 344,76**

1.2 Os materiais esportivos que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 23/04/2020 até 23/04/2021.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais esportivos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais esportivos mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens adquiridos/registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de 05(cinco) dias, após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada à Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própriaautoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2020**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020** e a proposta da empresa **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 23 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

Patricia Moreira De Lima Rezende

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: SHIRLEY YOTZCHETZ

CPF: 018.905.239-25

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786. 169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 35.942.214/0001-61 e Inscrição Estadual n.º 13.797.744-1 estabelecida a Rua J n.º 37, Quadra 03, bairro Áreas, Cuiabá/MT, CEP: 78. 005-695, neste ato representada pelo Srº. **Ricardo César De Aragão**, portador do CIRG n.º 152.4993-0 SSP/MT e CIC n.º 003.374.721-06, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS QUE SERÃO USADOS NAS ESCOLINHAS E NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens e valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	Apito Classic 40 Fox similar ou superior a marca FISIC FORM SCALIBU	UND	FOX	30	R$ 82,00	R$ 2. 460,00
8	Bandeiras para Arbitragem similar ou superior a marca SCALIBU,MITRAUD	UND	PENALTY	20	R$ 114,00	R$ 2. 280,00
16	Bola de borracha, bola de iniciação nº 14 confeccionada com borracha diâmetro 65-67 cm peso 350-370 g Similar ou superior a marca PENALTY	UND	PENALTY	20	R$ 61,00	R$ 1. 220,00

25	Bolas de Basquetebol 7.5 Oficial Circunferência: 75-78 cm. peso 600-650g. Câmara: airbility / Matrizada / Microfibra Similar ou superior a marca PENALTY	UND	PENALTY	30	R$ 365,00	R$ 10. 950,00
28	Bolas de futebol society 68-69/425-445 grtermotec Similar ou superior a marca PENALTY	UND	PENALTY	15	R$ 251,00	R$ 3. 765,00
30	Bolas de Futsal Circunferência: 50-55 cm. peso 300-330g. Câmara: airbility / Termotec Similar ou superior amarca PENALTY	UND	PENALTY	20	R$ 180,00	R$ 3. 600,00
31	Bolas de Futsal Circunferência: 55-59 cm. peso 350-380g. Câmara: airbility / Termotec Similar ou superior a marca PENALTY	UND	PENALTY	20	R$ 182,00	R$ 3. 640,00
33	Bolas de Handebol H2L Circunferência: 54-56 cm. Peso 325-400g. Câmara: airbility / Costurada / PU Ultra Grip, na cor azul e vermelha Similar ou superior a marca PENALTY	UND	PENALTY	30	R$ 239,00	R$ 7. 170,00
43	Colchonete 0,90 x 0,40Similar ou superior a marca GOLDEN	UND	PANGUE	40	R$ 68,00	R$ 2. 720,00
44	Colete dupla face azul e amarelo tamanho grande (adulto) Similar ou superior a marca PLAY FAIR,PLACAR	UND	TRB	20	R$ 29,00	R$ 580,00
45	Colete dupla face azul e vermelho tamanho médio (juvenil) Similar ou superior a marca PLAY FAIR,PLACAR	UND	TRB	20	R$ 29,00	R$ 580,00
46	Colete dupla face lambra vermelho e preto Similar ou superior a marca PLAY FAIR,PLACAR	UND	TRB	10	R$ 29,00	R$ 290,00
47	Colete dupla face preto e laranja tamanho pequeno (infantil) Similar ou superior a marca PLAY FAIR,PLACAR	UND	TRB	20	R$ 29,00	R$ 580,00
60	Escada de coordenação (agilidade) Similar ou superior a marca SCALIBU	UND	H SPORTES	10	R$ 145,00	R$ 1. 450,00
82	Placar de jogo Similar ou superior a marca VOLLO	UND	VOLLO	3	R$ 245,00	R$ 735,00
88	Raquete de tênis de mesa, madeira cm cobertura de cinco folhas. Cabo côncavo, esponja 1.5 mm. Efeito 30/100. Velocidade composição: madeira peso liquido aproximado 120g dimensões aproximadas LxAxP 12x23x3 cm Similar ou superior a marca SCALIBU	UND	KLOPF	50	R$ 31,00	R$ 1. 550,00
90	Rede de Voleibol oficial 02 faixas, confeccionada em fio de seda 2mm com proteção UV Similar ou superior a marca MASTER,REDESPORT	UND	PANGUE	6	R$ 260,00	R$ 1. 560,00
93	Rede para Gol de Futebol Suíço, fio em seda 4 mm, por 2,30 x 5,20 com proteção UV Similar ou superior a marca MASTER,REDESPORT	UND	PANGUE	6	R$ 389,00	R$ 2. 334,00
107	Uniformes completos para Árbitros(camisetas, shorts e meias para Adultos – Tam:G/GG) Similar ou superior a marca PLACAR,PLAY FAIR,PENALTY	UND	TRB	18	R$ 195,00	R$ 3. 510,00

TOTAL: R$ 50.974,00 (Cinqüenta mil e novecentos e setenta e quatro reais).

1.2 Os materiais esportivos que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 23/04/2020 até 23/04/2021.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais esportivos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais esportivos mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada.

4.2 Os itens adquiridos/registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de 05(cinco) dias, após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada à Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própriaautoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2020**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020** e a proposta da empresa **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 23 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP

Ricardo César De Aragão

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: SHIRLEY YOTZCHETZ

CPF: 018.905.239-25

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.777/2020 DE 21 DE MARÇO DE 2020

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.777/2020 DE 21 DE MARÇO DE 2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (2019-NCOV) A SEREM ADOTADOS PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO – MT, usando da atribuição que lhe confere o art.5º, e 64, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO *a primeira confirmação de diagnóstico de Coronavírus no âmbito do Estado de Mato Grosso e a necessidade de atualização das medidas de enfrentamento à pandemia em curso;*

CONSIDERANDO *a publicação do Decreto nº 407, de 16 de março de 2020, e do Decreto 413, de 18 de março de 2020, e Decreto 419, de 20 de março de 2020, do Governo do Estado de Mato Grosso;*

CONSIDERANDO *ainda do Decreto Municipal nº. 1.775 de 17 de março de 2020, que estabelece ações à serem implementadas no Município de Cocalinho que visa a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetiva a proteção da coletividade.*

D E C R E T A:

Art. 1º- Este decreto dispõe sobre as medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Cocalinho-MT.

Art. 2º- Fica proibida qualquer forma de aglomeração de pessoas em locais públicos ou privados, inclusive em eventos, festas, feiras, igrejas, templos, reuniões em praças, ginásios e campos esportivos, academias, e demais modalidades esportivas coletivas, e atividades congêneres.

§ 1º - Fica autorizado o funcionamento apenas das atividades privadas essências e que possam ser exercidas com respeito ao distanciamento mínimo de 1.5 metros entre as pessoas em comercio de alimentos, medicamentos e postos de combustível.

§ 2º - Os bares, restaurantes, lanchonetes, distribuidora de bebidas e similares deverão atender exclusivamente no sistema de delivery ou pronta entrega, ficando proibido o consumo no local.

§ 3º - Fica proibido o comércio e a venda de produtos por ambulantes, inclusive os que possuem ponto fixo.

§ 4º - O descumprimento das regras deste artigo ensejará a aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória pelos Órgãos Municipais Sanitários e Tributários.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Cocalinho-MT, em 21 de março de 2020.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUNICIPAL

ERRATA DO AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020.

ERRATA DO AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020.

Essa publicação está na edição do(s) dia(s):05 de fevereiro de 2020.

ONDE SE LÊ:

PREGÃO PRESENCIAL **n° 002/2020**

LEIA-SE:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020.

Cocalinho, 23 de abril de 2020.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

ONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS Nº 025/2020

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS Nº 025/2020

Pelo presente Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pelo seu titular, a Prefeita Municipal, **Sr.ª DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portador da **CI nº.** 1.982.506 e inscrito no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliado à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o SenhoraROSILENE SALES DA SILVA CPF. 557.115.881-68 e Rg sob o numero 3913643 2ª via DGPC/GO e inscrita no conselho nacional de técnicos em radiologia Sob o nº 0448IT, residente e domiciliado, neste município de Cocalinho - MT, doravante denominado **CONTRATADO,** ajustam a prestação de serviços de Técnico em Radiologia, segundo as cláusulas e condições, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme Dispensa de Licitação nº 011/2020 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviço como Técnico em Radiologia, para o período de quatro meses Justifica-se a contratação tendo em vista que não temos Técnico em radiologia efetivos para atender a demanda, e já foram convocados todos os aprovados no processo seletivo nº 01/2018 e as vagas não foram supridas no pregão presencial nº 001/2020, assim é necessário essa prestação de serviço que perdurará ate a conclusão do concurso público em andamento.

CLAUSULA SEGUNDA – DA JORNADA

2.1. – O Contratado cumprirá jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais, estando a disposição da secretaria municipal de saúde, até o termino do contrato 025 de 2020

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. - O valor global estimado para a execução do contrato é de R$ 8.800,00 (oito mil oitocentos reais) a ser pago de conformidade mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde ou por quem esta indicar.

5.1.1 – O valor mensal do presente contrato é de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

CLÁUSULA SETIMA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

7.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na dotação orçamentária:

Cod Red 278

Unidade: 07.001-Fundo Municipal de Saúde

Função: 10.302.0116- Saúde

Proj/Ativ.: 2.049-Manutenção e Encargos Com a Secretaria de Saúde

Elemento: 3.3.90.36.00.00.00 – Contratação Por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA **– DO FORO**

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Agua Boa – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2 – E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** E **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT 10 de março de 2020

Dalva Maria de Lima Peres

CONTRATANTE

ROSILENE SALES DA SILVA

CPF. 557.115.881-68

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: C.P.F. _	Nome: C.P.F.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020 – SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **08 de maio de 2020, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o **registro de preços para futura e eventual aquisição, locação e recarga de extintores de incêndio para atender as demandas das diversas secretarias do município de Colider/MT**. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider/MT, Sito a Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider/MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações)

Colider/MT, 23 de abril de 2020.

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

EDITAL COMPLEMENTAR 14 AO EDITAL N. 001/2020 CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do município de Colíder Sr. Noboru Tomiyoshi, por meio da Comissão

Organizadora do Concurso Público, nomeada pela Portaria 02/2020 de 03 de janeiro de 2020, com as atribuições que lhe são conferidas em Lei, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, o Edital Complementar 14 do Concurso Público nº 001/2020, conforme segue:

Art. Único – Em razão da continua situação de quarentena proveniente da pandemia do Corona Vírus (COVID-19), que reduziu a quantidade de pessoal da equipe, e para uma melhor análise dos recursos referente ao Gabarito Preliminar, **prorroga-se o prazo** de divulgação do resultado final das provas objetivas e da divulgação das informações do envio dos títulos (data e forma de envio) para até o dia **24/04/2020**. Essa data é passível de futura alteração, feita via Edital Complementar, e informada via e-mail, para melhor ciência dos candidatos.

Este Edital Complementar integra o Edital nº 001/2020 para todos os efeitos legais.

Colíder – MT, 20 de abril de 2020

_____

Noboru Tomiyoshi

Prefeito Municipal

_____

Babiere Pelissari

Presidente da Comissão Conc. Público 001/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO / PORTARIA DE FISCAL

PORTARIA SMPFA Nº 066/2020 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **CLAUDIOMIRO PEREIRA DOS SANTOS** (Titular) e **CLEMENCILVA P. DOS SANTOS MADEIRA** (Suplente), fiscais do Contrato nº 038/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.

Contratada: **CARLOS EDUARDO S. FREITAS EIRELI ME**.

Assinatura: 22/04/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Vanderlei Ap. Borges da Silva

Secretário Municipal de Planej. Faz e Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT

Contratada: CARLOS EDUARDO S. FREITAS EIRELI ME

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 002/2020. Objeto: Prestação de serviços de levantamento topográfico e cadastramento com alinhamento predial, de postes e árvores de diversas ruas e avenidas localizadas no perímetro urbano do município de Colider/MT. Valor Total: R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Vigência: 22/04/2020 a 31/07/2020.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

ERRATA REPUBLICADA POR TER SIDO PUBLICADO A DATA - EQUIVOCADAMENTE NO DIA 02/04/2020 - SENDO QUE O CORRETO É 01/04/2020 - DIÁRIO - AMM - DIA 14/04/2020 – 3458 :

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **217/2020**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **DIOGO MAKAIVER SIMOES DE SOUZA**

MOTIVO: Fica prorrogado o prazo e alterado o valor do contrato nº 217/2020, celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de em substituição ao Professor que encontra se em Licença **Médica**, pelo período de **02 de abril de 2020 a 10 de julho de 2020,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 12.631,96 (doze mil e seiscentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos)

DATA: 01 de abril de 2020

SECRETARIA: Municipal de Educação.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - MT, DIVULGA AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO, BALANÇO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2.019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO — DEZEMBRO/2019

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**3.286.427,47**	**2.392.206,33**
Ingressos		**98.917.439,84**	**87.162.991,56**
Receitas derivadas e originárias		20.415.584,11	17.897.033,95
Transferências correntes recebidas		65.469.416,20	57.537.376,18
Outros ingressos operacionais		13.032.439,53	11.728.581,43
Desembolsos		**95.631.012,37**	**84.770.785,23**
Pessoal e demais despesas		81.186.458,66	72.430.598,44
Juros e encargos da dívida		9.084,09	0,00
Transferências concedidas		1.021.256,36	870.147,31
Outros desembolsos operacionais		13.414.213,26	11.470.039,48
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		**3.286.427,47**	**2.392.206,33**
		0,00	0,00
		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**-4.290.764,48**	**-2.566.059,74**
Ingressos		**0,00**	**0,00**
Alienação de bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos		**4.290.764,48**	**2.566.059,74**
Aquisição de ativo não circulante		4.290.764,48	2.566.059,74
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		**-4.290.764,48**	**-2.566.059,74**
		0,00	0,00
		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**946.172,49**	**2.042.442,64**
Ingressos		**1.162.674,00**	**2.336.468,14**
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes		0,00	0,00
Transferências de capital recebidas		1.162.674,00	2.336.468,14
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		**216.501,51**	**294.025,50**
Amortização /Refinanciamento da dívida		216.501,51	294.025,50
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		**946.172,49**	**2.042.442,64**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		**-58.164,52**	**1.868.589,23**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		**9.140.327,71**	**7.284.191,43**
Caixa e Equivalente de caixa final		**9.067.387,23**	**9.140.327,71**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		**20.415.584,11**	**17.897.033,95**
Receita Tributária		14.802.674,28	14.818.686,04
Receita de Contribuições		3.906.703,33	2.486.594,32
Receita Patrimonial		219,81	249.454,49
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		34.018,70	65.614,50
Remuneração das Disponibilidades		233.609,63	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.438.358,36	276.684,60
Total das Receitas Derivadas e Originárias		**20.415.584,11**	**17.897.033,95**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		**65.469.416,20**	**57.537.376,18**
Intergovernamentais		49.894.424,55	44.024.116,85
da União		29.033.650,03	25.489.019,08
de Estados e Distrito Federal		20.860.774,52	18.535.097,77
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras transferências recebidas		15.574.991,65	13.513.259,33
Total das Transferências Recebidas		**65.469.416,20**	**57.537.376,18**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		**1.021.256,36**	**870.147,31**
Intergovernamentais		**0,00**	**0,00**
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras transferências concedidas		1.021.256,36	870.147,31
Total das Transferências Concedidas		**1.021.256,36**	**870.147,31**
		0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Legislativa		3.263.459,84	3.059.695,88
Judiciária		0,00	0,00
Essencial à Justiça		0,00	0,00
Administração		8.541.087,27	7.341.574,93
Defesa Nacional		0,00	0,00
Segurança Pública		0,00	0,00
Relações Exteriores		0,00	0,00
Assistência Social		2.202.636,03	2.086.756,02
Previdência Social		0,00	0,00
Saúde		20.317.138,25	18.472.287,20
Trabalho		745.010,71	646.911,43
Educação		25.119.911,77	22.342.099,72
Cultura		338.802,31	257.964,05
Direitos da Cidadania		0,00	0,00
Urbanismo		3.043.870,93	2.821.919,09
Habitação		2.807,27	0,00
Saneamento		646,46	4.629,80
Gestão Ambiental		86.677,55	0,00
Ciência e Tecnologia		0,00	0,00
Agricultura		994.447,45	966.702,72
Organização Agrária		0,00	0,00
Indústria		0,00	0,00
Comércio e Serviços		4.294,00	635,90
Comunicações		0,00	0,00
Energia		1.512.390,90	359.855,20
Transporte		7.617.781,47	7.235.600,27
Desporto e Lazer		1.057.267,87	860.233,32
Encargos Especiais		37.806,64	8.812,40
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**74.886.036,72**	**66.465.677,93**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		9.084,09	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**0,00**	**0,00**

NOBORU TOMIYOSHI
PREFEITO

CLEBIL MARQUES GONÇALVES
CRC MT 006363/O-7

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA
SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

INGRESSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)		**91.585.022,24**	**81.933.816,39**
Ordinária		28.410.078,56	28.450.806,86
Vinculada		63.174.943,68	53.483.009,53
Recursos Vinculados à Educação		26.825.441,53	23.835.097,51
Recursos Vinculados à Saúde		23.649.515,69	19.295.587,84
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		7.030.737,29	6.291.116,81
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		5.669.249,17	4.061.207,37
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**3.750.000,00**	**3.272.423,88**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		3.750.000,00	3.272.423,88
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras transferências Recebidas		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**15.873.477,66**	**15.703.473,52**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		861.636,91	1.877.087,60
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.462.858,15	2.578.629,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.881.659,70	8.419.060,59
Outros Recebimentos Extraorçamentários		4.667.322,90	2.828.695,82
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**47.718.442,46**	**43.148.898,66**
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.140.327,71	7.284.191,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		38.578.114,75	35.864.707,23
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**158.926.942,36**	**144.058.612,45**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

DISPÊNDIOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Despesa Orçamentária (VI)		**89.692.074,71**	**83.123.073,20**
Ordinária		29.727.127,24	26.658.734,09
Vinculada		59.964.947,47	56.464.339,11
Recursos Destinados à Educação		26.477.775,39	24.667.874,20
Recursos Destinados à Saúde		21.149.055,85	21.155.782,50
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS		6.331.581,42	6.191.350,52
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Seguridade Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		6.006.534,81	4.449.331,89
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**3.750.000,00**	**3.274.472,76**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		3.750.000,00	3.274.472,76
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras Transferências Concedidas		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**13.896.568,70**	**9.942.624,03**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.299.431,45	659.216,57
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		2.609.177,89	1.009.649,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.207.611,23	8.093.109,06
Outros Pagamentos Extraorçamentários		780.348,13	180.649,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**51.588.298,95**	**47.718.442,46**
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.067.387,23	9.140.327,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		42.520.911,72	38.578.114,75
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**158.926.942,36**	**144.058.612,45**

NOBORU TOMIYOSHI	CLEBIL MARQUES GONÇALVES	VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA
PREFEITO	CRC MT 006363/O-7	SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

ARDCASP_Anexo_13 Página: 2 / 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO — DEZEMBRO/2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**82.256.750,00**	**83.233.450,55**	**85.853.419,90**	**2.619.969,35**
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.717.250,00	15.717.250,00	14.802.674,28	-914.575,72
Impostos	14.512.250,00	14.512.250,00	13.508.516,22	-1.003.733,78
Taxas	1.155.000,00	1.155.000,00	1.118.872,17	-36.127,83
Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	175.285,89	125.285,89
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.950.000,00	2.950.000,00	3.973.709,31	1.023.709,31
Contribuições Sociais	2.100.000,00	2.100.000,00	2.321.715,57	-221.715,57
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	150.000,00	150.000,00	67.005,98	82.994,02
Contribuição de Iluminação Pública	700.000,00	700.000,00	1.584.987,76	884.987,76
RECEITA PATRIMONIAL	405.000,00	405.000,00	233.829,44	-171.170,56
Receitas Imobiliária	40.000,00	40.000,00	219,81	-39.780,19
Receitas de Valores Mobiliários	355.000,00	355.000,00	233.609,63	-121.390,37
Receita de Concessões e Permissões	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	271.750,00	271.750,00	34.018,70	-237.731,30
TRANSFERENCIAS CORRENTES	61.014.750,00	61.991.450,55	65.397.513,81	3.406.063,26
Transferências Intergovernamentais	60.711.500,00	61.688.200,55	65.334.904,96	3.646.704,41
Transferências de Instituições Privadas	25.000,00	25.000,00	0,00	-25.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	278.250,00	278.250,00	62.608,85	-215.641,15
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.898.000,00	1.898.000,00	1.411.674,36	-486.325,64
Multas e Juros de Mora	70.000,00	70.000,00	71.999,10	1.999,10
Indenizações e Restituições	118.000,00	118.000,00	175.640,28	57.640,28
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	1.710.000,00	1.710.000,00	1.164.034,98	-1.775.576,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**2.938.250,00**	**2.938.250,00**	**1.162.674,00**	**-1.775.576,00**
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
Alienação de Bens Imóveis	5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	2.928.250,00	2.928.250,00	1.162.674,00	-1.765.576,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II)	**85.195.000,00**	**86.171.700,55**	**87.016.093,90**	**844.393,35**
OPERAÇÕES DE CREDITO/ REFINANCIAMENTO (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	**85.195.000,00**	**86.171.700,55**	**87.016.093,90**	**844.393,35**
DÉFICIT (VII)	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**85.195.000,00**	**86.171.700,55**	**87.016.093,90**	**844.393,35**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	**1.902.374,65**	**1.902.374,65**	**1.902.374,65**	**0,00**
Superávit Financeiro	1.902.374,65	1.902.374,65	1.902.374,65	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (IX)	**83.428.870,00**	**86.458.718,09**	**85.521.010,60**	**85.470.787,90**	**84.097.944,65**	**438.943,33**
Pessoal e Encargos Sociais	46.157.000,00	48.180.125,27	47.741.181,94	47.741.181,94	47.741.181,94	438.943,33
Juros e Encargos da Dívida	5.000,00	9.084,09	9.084,09	9.084,09	9.084,09	0,00
Outras Despesas Correntes	37.266.870,00	38.269.508,73	37.770.744,57	37.720.521,87	36.347.678,62	498.764,16
Despesas de Capital (X)	**4.393.000,00**	**4.370.657,11**	**4.171.064,11**	**3.359.649,90**	**3.269.635,00**	**199.593,00**
Investimentos	4.138.000,00	4.154.155,60	3.954.562,60	3.143.148,39	3.053.133,49	199.593,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	255.000,00	216.501,51	216.501,51	216.501,51	216.501,51	0,00
Reserva de Contingência (XI)	**143.130,00**	**14.700,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.700,00**
Reserva do RPPS (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.700,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**87.965.000,00**	**90.844.075,20**	**89.692.074,71**	**88.830.437,80**	**87.367.579,65**	**1.152.000,49**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**87.965.000,00**	**90.844.075,20**	**89.692.074,71**	**88.830.437,80**	**87.367.579,65**	**1.152.000,49**
Superávit (XVI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**87.965.000,00**	**90.844.075,20**	**89.692.074,71**	**88.830.437,80**	**87.367.579,65**	**1.152.000,49**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	**0,00**	**402.623,85**	**234.965,34**	**234.965,34**	**167.658,51**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	7.747,75	7.747,75	7.747,75	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	394.876,10	227.217,59	227.217,59	167.658,51	0,00
Despesas de Capital	**128.116,96**	**1.390.832,39**	**1.064.466,11**	**1.064.466,11**	**454.483,24**	**0,00**
Investimentos	128.116,96	1.390.832,39	1.064.466,11	1.064.466,11	454.483,24	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**128.116,96**	**1.793.456,24**	**1.299.431,45**	**1.299.431,45**	**622.141,75**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	**0,00**	**2.455.464,63**	**2.436.013,01**	**11.306,99**	**8.144,63**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	272.378,95	263.272,01	962,31	8.144,63
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	2.183.085,68	2.172.741,00	10.344,68	0,00
Despesas de Capital	**136.968,74**	**206.796,24**	**173.164,88**	**0,00**	**170.600,10**
Investimentos	136.968,74	206.796,24	173.164,88	0,00	170.600,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	170.600,10
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**136.968,74**	**2.662.260,87**	**2.609.177,89**	**11.306,99**	**178.744,73**

NOBORU TOMIYOSHI
PREFEITO

CLEBIL MARQUES GONÇALVES
CRC MT 006363/O-7

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA
SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Ativo Circulante		**51.593.764,95**	**48.120.318,80**
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.067.387,23	9.140.327,71
Créditos a Curto Prazo		5.466,00	401.876,34
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		42.520.911,72	38.578.114,75
Estoques		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		**51.593.764,95**	**48.120.318,80**
Ativo Não Circulante		**123.754.513,90**	**116.397.956,66**
Realizável a Longo Prazo		**24.692.623,84**	**20.919.755,02**
Créditos a Longo Prazo		24.692.623,84	20.919.755,02
Investimentos Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		99.061.890,06	95.478.201,64
Intangível		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		**123.754.513,90**	**116.397.956,66**
TOTAL DO ATIVO		**175.348.278,85**	**164.518.275,46**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Passivo Circulante		**1.557.971,52**	**3.041.549,78**
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		15.644,63	272.378,95
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.413.023,33	2.238.432,78
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		79.036,90	42.106,52
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		50.266,66	488.631,53
Total do Passivo Circulante		**1.557.971,52**	**3.041.549,78**
Passivo Não Circulante		**39.455.961,34**	**36.432.750,34**
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		600.794,42	568.043,11
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		38.855.166,92	35.864.707,23
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		**39.455.961,34**	**36.432.750,34**
Patrimônio Líquido		**134.334.345,99**	**125.043.975,34**
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		134.334.345,99	125.043.975,34
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		**134.334.345,99**	**125.043.975,34**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**175.348.278,85**	**164.518.275,46**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Ativo (I)	**175.348.278,85**	**164.518.275,46**
Ativo Financeiro	51.588.298,95	47.718.442,46
Ativo Permanente	123.759.979,90	116.799.833,00
Total do Ativo	**175.348.278,85**	**164.518.275,46**
Passivo (II)	**41.880.164,23**	**40.741.238,09**
Passivo Financeiro	2.424.202,89	4.876.530,86
Passivo Permanente	39.455.961,34	35.864.707,23
Total do Passivo	**41.880.164,23**	**40.741.238,09**
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	**133.468.114,62**	**123.777.037,37**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Atos Potenciais Ativos	**5.351.036,49**	**1.878.744,75**
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	5.351.036,49	1.878.744,75
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	**5.351.036,49**	**1.878.744,75**
Atos Potenciais Passivos	**33.450.566,83**	**12.057.479,44**
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	855.000,00	0,00
Obrigações contratuais	32.595.566,83	12.057.479,44
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	**33.450.566,83**	**12.057.479,44**
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS	**-28.099.530,34**	**-10.178.734,69**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO — DEZEMBRO/2019

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		-1.161.076,09	-1.217.078,97
0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		0,00	-505.691,86
0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE		-185.096,98	-940.662,64
0.1.15.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		162.279,41	201.079,06
0.1.16.000000 CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE		137,61	618,73
0.1.17.000000 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		17.856,52	539.736,18
0.1.18.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO		0,00	-152.163,42
0.1.21.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ASSISTÊNCIA SOCIAL		6.941,97	7.719,38
0.1.22.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO		796,02	30.316,75
0.1.23.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE		0,00	158.475,73
0.1.23.054000 TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO		0,00	-50.000,00
0.1.24.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)		283.023,28	276.332,64
0.1.24.055000 TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DO ESTADO		0,00	-75.000,00
0.1.25.000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO		302.471,13	78.706,12
0.1.27.000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.896,41	0,00
0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		294.842,02	227.322,02
0.1.30.000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB		80.734,88	178.974,26
0.1.42.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO		758.142,42	484.318,04
0.1.43.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		27.497,94	29.206,86
0.1.46.000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTE		4.653.882,96	4.247.301,01
0.1.47.000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DO SUS FEDERAL - BLOCO DE INVESTIMENTO		397.395,87	297.557,02
0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		43.293.244,28	38.762.978,25
0.1.53.000000 RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		50.613,75	66.664,88
0.1.54.000000 RECURSOS DO SUPERÁVIT DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		96.475,76	24.978,08
Total das Fontes de Recursos		**49.085.059,16**	**42.671.688,12**

NOBORU TOMIYOSHI	CLEBIL MARQUES GONÇALVES	VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA
PREFEITO	CRC MT 006363/O-7	SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO DEZEMBRO/2019

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**117.678.407,75**	**107.900.179,75**
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria		**15.491.927,58**	**15.836.224,19**
Impostos		13.844.889,01	14.458.156,07
Taxas		1.541.359,26	1.378.068,12
Contribuições de Melhoria		105.679,31	0,00
Contribuições		**8.041.295,04**	**7.048.028,78**
Contribuições Sociais		6.456.307,28	6.549.032,19
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		1.584.987,76	498.996,59
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos		**219,81**	**25.178,07**
Vendas de Mercadorias		0,00	0,00
Vendas de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços		219,81	25.178,07
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		**4.145.454,27**	**7.289.030,34**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		3.911.844,64	7.040.084,42
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		233.609,63	248.945,92
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		**78.500.643,25**	**70.635.007,62**
Transferências Intragovernamentais		3.818.420,23	3.309.520,84
Transferências Intergovernamentais		59.080.547,37	53.812.227,45
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		15.570.095,24	13.508.116,36
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		26.684,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.896,41	5.142,97
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		**4.396.034,08**	**3.403.131,04**
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Desincorporação de Passivos		11.725,05	184.346,63
Ganhos com Incorporação de Ativos		4.384.309,03	3.218.784,41
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**7.102.833,72**	**3.663.579,71**
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**117.678.407,75**	**107.900.179,75**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**108.388.037,10**	**96.971.550,46**
Pessoal e Encargos		**41.729.778,48**	**39.212.227,10**
Remuneração a Pessoal		33.385.631,83	31.766.218,36
Encargos Patronais		7.009.557,66	6.289.132,03
Benefícios a Pessoal		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.334.588,99	1.156.876,71
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		**6.556.039,47**	**5.689.143,99**
Aposentadorias e Reformas		4.973.348,12	4.026.419,66
Pensões		508.390,60	414.023,27
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		47.706,02	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.026.594,73	1.248.701,06
Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo		**34.410.930,13**	**30.949.278,82**
Uso de Material de Consumo		10.975.714,70	10.386.824,39
Serviços		23.421.953,70	20.550.833,58
Depreciação Amortização e Exaustão		13.261,73	11.620,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**0,00**	**0,00**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas		**14.169.362,51**	**12.990.178,91**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CONSOLIDADO — DEZEMBRO/2019

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Transferências Intragovernamentais		3.818.420,23	3.311.569,72
Transferências Intergovernamentais		8.199.905,18	7.582.364,46
Transferências a Instituições Privadas		655.500,00	548.925,31
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		859.537,10	906.983,36
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		636.000,00	640.336,06
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		**2.292.064,86**	**536.648,95**
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		448.406,59	180.649,00
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involuntárias		7.844,01	12.773,02
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		1.835.814,26	343.226,93
Tributárias		**850.612,91**	**749.149,11**
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		850.612,91	749.149,11
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		**0,00**	**0,00**
Custos das Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		**8.379.248,74**	**6.844.923,58**
Premiações		31.327,34	75.023,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		60.000,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
Constituição de Provisões		8.287.921,40	6.526.283,43
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	243.617,15
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**108.388.037,10**	**96.971.550,46**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		**9.290.370,65**	**10.928.629,29**

NOBORU TOMIYOSHI
PREFEITO

CLEBIL MARQUES GONÇALVES
CRC MT 006363/O-7

VANDERLEI APARECIDO BORGES DA SILVA
SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

ARDCASP_Anexo_15 Página: 2 / 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 062/2020

DECRETO Nº 062/2020 DE 08 DE ABRIL DE 2020

SUMULA: Declara estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Municipal, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaisque lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19), anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19), declarado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 454, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 043/GP/2020 de 18 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas preventivas e necessárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, nacional e regional de combate a propagação do coronavírus (COVID-19) a serem adotada pelo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO, que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO, que o Governador do Estado de Mato Grosso por meio do DECRETO Nº 424, DE 25 DE MARÇO DE 2020, declarou estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Estadual, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 18, 23, II, 24, XII, e 30, I, da Constituição Federal, em especial a competência concorrente do Ente Municipal para a adoção de providências normativas e administrativas em âmbito local, e, também, considerando a decisão monocrática exarada pelo Ministro Marco Aurélio na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341 MC/DF (DJE 25/03/2020)

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Colniza- MT, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), nos termos da Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE 1.5.1.1.0), inclusive para os fins prescritos no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º As autoridades competentes, sob a coordenação do Prefeito Municipal, ficam autorizadas a adotar as medidas necessárias à prevenção e ao combate à situação tratada no artigo 1º.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal solicitará, o reconhecimento do Estado de Calamidade Pública no âmbito da Administração Pública Municipal de Colniza – MT, nos termos prescritos pelo art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4° Autorizam-se as autoridades administrativas e os servidores públicos diretamente responsáveis pelas ações de resposta à situação de emergência, em caso de risco iminente, a:

I - convocar servidores para o serviço ativo, exceto aqueles que se enquadrarem no grupo de risco, conforme orientações do Ministério da Saúde;

II - requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, nos termos do inciso XIII do caput do art. 15 da Lei Federal n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, do inciso VII do caput do art. 3° da Lei Federal n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, do inciso VI do art. 3° da Decreto Municipal nº 043/GP/2020 de 18 de março de 2020, e do inciso XXV do art. 5° da Constituição Federal.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá proceder à aquisição direta de bens e à contratação direta de obras e de serviços imprescindíveis ao desenvolvimento das ações de combate à pandemia, com dispensa do processo regular de licitação, considerada a urgência da situação vigente.

Parágrafo único. Para a aquisição direta de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, deverá ser observado o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e suas alterações.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, em 08 de abril de 2020.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 049 DE 22 DE ABRIL DE 2020

PORTARIA N° 049 de 22 de Abril de 2020

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o disposto no inciso II do Artigo 41 da Lei Municipal n. 505/2011;

Considerando que o servidor apresentou Diploma de Curso Superior Graduação Lato Sensu em Contabilidade Publica pelo MEC, conforme dispõe o § Único do Artigo 41 da Lei Municipal n. 505/2011;

R E S O L V E:

Art. 1° - Enquadrar, **o Sr. Alexandre Lima Lopes,** portador do RG nº 1593034-3 SSP/MT e do CPF nº. 007.070.081-82, Servidor Efetivo, ocupante do Cargo de **Contador** da Câmara Municipal de Colniza/MT, na **Referência "02", Nível "02", a partir de 22 de Abril de 2020,** com vencimentos estabelecidos no Anexo II, Tabela I, da Lei Municipal n. 792 de 20 de Agosto de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 22 de Abril de 2020.

Jesineison de Aguiar Brandão

Presidente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação nos locais de costume, átrio da Câmara e Recinto do Paço Municipal.

Colniza-MT, 22 de Abril de 2020.

_____

Jesineison de Aguiar Brandão

Presidente

PORTARIA N° 50, DE 23 DE ABRIL DE 2020

PORTARIA N° 50, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica constituída a Comissão no âmbito da Câmara Municipal de Colniza, nos termos do art. 2º do Decreto Legislativo de n°. 001/2020, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus, que será composta pelos seguintes membros:

Oseia Pereira Guedes – Vereador-Presidente;

Nicodemo Zitkoski – Vereador Membro;

Valter de Lima Jesus – Vereador Membro;

Silvanio Alberto da Cruz – Vereador – 1º Suplente;

Siwal Sant'Ana Soares – Vereador – 2º Suplente;

Daniel Pereira de Andrade - Vereador – 3º Suplente.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 23 de abril de 2020.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

Presidente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação nos locais de costume, átrio da Câmara e Recinto do Paço Municipal.

Colniza-MT, 23 de abril de 2020.

_____

Jesineison de Aguiar Brandão

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PORTARIA Nº. 253/2020 DE: 13.04.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº. 229/2020, de 19 de março de 2020, que concedeu licença para Tratamento de Saúde ao servidor efetivo **RENATO LUIZ DOS SANTOS – Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº. 4280**, retornando às suas funções a partir do dia 22 de abril de 2020, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar de 22 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 229/2020, de 19 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 13 dias do mês de abril do ano de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Júlio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N°. 255/2020 DE: 14.04.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuiçoes legais,

RESOLVE

Art. 1°. DESIGNAR o servidor abaixo descrito para

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e atendimento do art. 67, da Lei n.° 8.666/93, sem ônus para esta municipalidade.

Ø Ana Cristina Rodrigues Pereira da Silva — Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2°. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de abril do ano de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Júlio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 256/2020 DE: 16.04.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Vertical (classe) a servidora MARCIA REGINA MOREIRA, Professora PIII, Matrícula nº 2185, em conformidade com os artigos 21 e 23 e anexo VIII, da Lei Municipal nº. 1.330, de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria estrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de abril de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Júlio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2020

CONTRATO Nº: 038/2020

DATA: 09/04/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: TAIAMÃ EMERGENCIAS MEDICAS EIRELI

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO UTI MOVEL PARA TRANSPORTE/REMOÇÃO DE URGENCIA/EMERGENCIA DE PARA ATENDER PACIENTES AFETADOS PELO NOVO CORONAVIRUS (COVID -19)

DOTAÇÃO: 07.06.2.275. **3.3.90.39.00.00.00.00 2002 (607)**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2020

CONTRATO Nº: 037/2020

DATA: 01/04/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: RJ CONNECT SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA COM BANDA DE 100 MPSFULL – LINK DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, COM BANDA DE 100MBSFULL, 100MBPS PARA UPLOAD, SUPORTE TÉCNICO E TEMPO DE ATENDIMENTO E REPARO EM HORÁRIO COMERCIAL E FINAIS DE SEMANA E FERIADOS/COM BLOCO DE IP/30 FIXO PÚBLICO.

DOTAÇÃO: 03.04.2.102. 33.90.39.00.00.00.00.2.000 (123)

PORTARIA Nº. 254/2020 DE: 14.04.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR a pedido a servidora **efetiva LINDOMARCIA LIMA DE OLIVEIRA – Agente Comunitária de Saúde, Matrícula nº. 2922,** nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 128/2010, de 29 de março de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de abril do ano de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Júlio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 258/2020 DE: 16.04.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal (nível de escolaridade) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 18, parágrafo 1º e 2º do art. 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326 de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, passando do **Ensino Fundamental** para o **Ensino Médio**, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	Classe	Nível a Progredir
1574	JOSÉ FERREIRA PESSOA	VIGIA	C	03

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de abril do ano de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Júlio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 031/2020 DE: 16.04.2020

"Prorroga os efeitos do Decreto n.º 034/2018 de 30.08.2018."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Comodoro e nos termos do Inciso III, do art. 37 da Constituição Federal,

DECRETA

Art. 1º. Fica PRORROGADO por mais 02 (dois) anos, nos termos do Inciso III, do art. 37 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto n.º 034, de 30.08.2018, referente ao resultado final do Concurso Público n.º 001/2018 e Edital Complementar n.º 024, de 30 de agosto de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de abril de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 257/ 2020 DE: 16.04.2020

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

CONCEDER licença para tratamento de saúde, a partir de 16.04.2020 ao servidor efetivo GECIMAR ALVES PEREIRA - Professor PII, Matrícula nº. 1540, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a alinea 'b", do art. 50, da Lei Municipal n.° 1.329, de 29 de julho de 2011, nesta municipalidade.

Art. 2°. O servidora devera ser colocado a disposição do COMODORO-PREVI, a partir de 16 de abril de 2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo daquele órgao previdenciário inclusive pericia médica, ate o final do afastamento, em consonância com o art. 16 da Lei Municipal n.° 1.519, de 23 de junho de 2014.

Art. 3°. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gablnete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 16 dias do mês de abril do ano de 2020.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Jeferson Ferreira GomesPrefeito Municipal

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO – EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 003/2019 DE 23/04/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO – MT

CONTRATADO: PRADO CAMARGO & CIA LTDA - ME

OBJETO: Contratar empresa para fornecimento de **MATERIAL DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA,** a aquisição visa manter o pleno funcionamento de toda a Câmara Municipal de Comodoro. Os materiais de copa buscam atender a estrutura daquele setor e a aquisição dos materiais de limpeza e higiene visa manter a assepsia no ambiente, diante do grande fluxo de pessoas, evitando a proliferação de vírus e bactérias dentro do espaço de funcionamento do Poder Legislativo Municipal.

VALOR DO CONTRATO: R$ 8.493,69 (oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos).

FORMA DE PAGAMENTO: MENSAL – Conforme emissão de Autorização de Fornecimento pela CONTRATANTE.

VIGÊNCIA: até 31/12/2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.00.00.00.00.0999 – MATERIAL DE CONSUMO.

JOÃO FERNANDES DA SILVA - PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 97/2020 ADM DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETÁRIA	SERVIDOR (A)
SSE SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FISCAL TITULAR: ISMENYA MEIRE DA S. ALVES FISCAL SUPLENTE: DOMINGAS R. DE LIMA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	FISCAL TITULAR: ZILDA MARIA GABRIEL
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	FISCAL TITULAR: ANA CÉLIA DE SOUZA
SECRETÁRIA DE SAÚDE	GESTORA: LUANA LEÃO FISCAL TITULAR: CARLOS LOYSE
	FISCAL SUPLENTE: CLEYTON GEOVANI KREMER

Art. 2º - Os servidores designados ficarão responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	62/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	BIG BRAIN COMUNICAÇÃO LTDA-ME	09.474.688/0001-16	R$ 127.000,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COACHING COM OS SERVIÇOS DE PALESTRA,CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 23/04/2020 A 23/04/2021.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Abril de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.62/2020

Aos 23 dias do mês de Abril do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 025/2020 na modalidade Pregão Presencial nº017/2020 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, Homologado em 22/04/2020 , cujo** objetivo é a eventual e futura Contratação de empresa especializada em Coaching com os Serviços de Palestra, capacitação, formação desenvolvimento humano, com o objetivo de fomentar e buscar a melhoria continua dos processos de Educação permanente para os profissionais do quadro das Secretarias do Poder Executivo de Confresa/MT, **a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a eventual e futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COACHING COM OS SERVIÇOS DE PALESTRA, CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 23 de Abril de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **BIG BRAIN COMUNICAÇÃO LTDA-ME**

CNPJ: 09.474.688/0001-16

END: AV. UNIVERSITARIA, Nº2207 QD I 13ª LT 06 SETOR LESTE UNIVERSITARIO

GOIANIA/GO. CEP:74.605-010

FONE 62.3954-2535 EMAIL: contato@bigbraincomunicacao.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: ALESSANDRO ARAUJO OLIVEIRA

RG: 4.277.428 DGPC/GO CPF: 013.521.926-40

DADOS BANCÁRIOS: BANCO ITAÚ - 341 AGÊNCIA: 6630 C/C: 03189-3

ITEM:1.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD. TCE	COD. SIST.	QNT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	278739-3	133122261	4	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COACHING COM OS SERVIÇOS DE PALESTRA, CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.	R$ 31.750,00	R$ 127.000,00

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (Trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIVI.: 2.071 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO DA ASSISTENCIA

CÓD RED: 1697 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	COD. TCE	COD. SIST.	QNT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	278739-3	133122261	1	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COACHING COM OS SERVIÇOS DE PALESTRA, CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.	R$ 31.750,00	R$ 31,750,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

UNIDADE: 04 – ENSINO FUNDAMENTAL

PROJ. ATIVI.: 2.042 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓD RED: 276 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0001 – RECURSOS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	COD. TCE	COD. SIST.	QNT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	278739-3	133122261	1	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COACHING COM OS SERVIÇOS DE PALESTRA, CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.	R$ 31.750,00	R$ 31,750,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJ. ATIVI.: 2007 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÓD RED: 40 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	COD. TCE	COD. SIST.	QNT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	278739-3	133122261	1	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COACHING COM OS SERVIÇOS DE PALESTRA, CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.	R$ 31.750,00	R$ 31,750,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 03 – GESTÃO EM SAÚDE

PROJ. ATIVI.: 2029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GESTÃO EM SAÚDE

CÓD RED: 507 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 02 – RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	COD. TCE	COD. SIST.	QNT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	278739-3	133122261	1	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COACHING COM OS SERVIÇOS DE PALESTRA, CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR E BUSCAR A MELHORIA CONTINUA DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO QUADRO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.	R$ 31.750,00	R$ 31,750,00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE -

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE -

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETÁRIA	SERVIDOR (A)	PORTARIA
SSE SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FISCAL TITULAR: ISMENYA MEIRE DA S. ALVES FISCAL SUPLENTE: DOMINGAS R. DE LIMA	
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	FISCAL TITULAR: ZILDA MARIA GABRIEL	
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	FISCAL TITULAR: ANA CELIA DE SOUZA	97/2020
SECRETÁRIA DE SAÚDE	GESTORA: LUANA LEÃO FISCAL TITULAR: CARLOS LOYSE FISCAL SUPLENTE: CLEYTON GEOVANI KREMER	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial** nº **017/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

BIG BRAIN COMUNICAÇÃO LTDA-ME

CNPJ: 09.474.688/0001-16

REPRESENTANTE LEGAL: ALESSANDRO ARAUJO OLIVEIRA

CPF: 013.521.926-40

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-PROCESSO Nº 97/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 022/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR SENDO VENTILADOR ELETRONICO MICROPROCESSADO, MICROTAK TOTAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT EM CONFORMIDADE COM A PANDE-

MIA DO CORONA VIRUS (COVID-19) LEI N° 13.979, DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATADA:

E.I.C. CRUZ EQUIP. MED. HOSP. ODONTO E INFORMATICA ME

CNPJ: 07.736.871/0001-17

END: RUA QUINTINO BOCAIUVA , 276 – SL 05 – HIGIENOPOLIS

RIBEIRAO PRETO – SP - CEP:14.015-160.

VALOR TOTAL CONTRATADO R$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais) para o fornecimento do item objeto desta Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 022/2020, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa – MT, 16 de Abril de 2020

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2020.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 054/2020.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº054/2020**, conforme segue:

OBJETO: Pregão Presencial SRP para eventual e futura CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSORA DE RADIO PARA A DIVULGAÇÃO DOS INFORMATIVOS DE UTILIDADE PUBLICA.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Empresa:

SISTEMA TERRA FM DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 10.316.207/0001-23

END: AV. 29 DE JULHO, Nº 8 – JARDIM PLANALTO

CEP:78652-000 - **MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT**

Vencedora do único item do certame no valor global de **R$ 175.996,80 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)**

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 23 de Abril. de 2020

Carina Mignoso

PREGOEIRA

Portaria nº073/2020

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS				
O Município de Confresa-MT, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:				
Data do crédito	Conta	Origem	Aplicação	Valor (R$)
08/04/2020	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE	6.000,00
08/04/2020	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE	6.000,00
13/04/2020	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	300.000,00
13/04/2020	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	CORONAVÍRUS (COVID-19)	215.200,86
15/04/2020	104/3437/006/624076-7	Fundo Nacional de Saúde	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	12.647,97
03/04/2020	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - AEE	233,20
03/04/2020	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - Creche	5.457,00
03/04/2020	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - Pré-escola.	10.154,80
03/04/2020	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	19.483,20
03/04/2020	001/3989-6/21293-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNAE - Alimentação Escolar - Indígena	396,80
06/04/2020	001/3989-6/11952-0	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	27.284,12
16/04/2020	001/3989-6/11508-8	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	SALÁRIO EDUCAÇÃO	66.732,90
			Confresa - MT, 23 de abril de 2020.	
			Secretaria de Finanças	

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 096/2020
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 064/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº096/2020.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº064/2020.

EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME-EPP"

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2017.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **18 de MAIO de 2020, às 14:00** hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº064/2020, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818. **ramal 31** ou ainda pelo email: licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO: PREGAO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO, SENDO CAÇAMBA ESTACIONARIA COM CAPACIDADE PARA 5,00 M³, ADAPATADA PARA POLI GUINDASTE NA REMOÇÃO DE METRALHAS E ENTULHOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE CONFRESA/MT.

CONFRESA-MT, 23 de ABRIL de 2020.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro Municipal	Portaria nº082/2020.

CONTABILIDADE
BAL FINANCEIRO MARÇO 2020

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO:2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro À Março
DATA DE EMISSÃO:23/04/2020
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**22.607.190,97**	**Despesas Orçamentária (VII)**	**41.283.554,94**
Ordinária	10.292.798,85	Ordinária	18.167.246,16
Vinculada	12.314.392,12	Vinculada	23.116.308,78
Alienação de Bens	608.349,44	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pú	2.027.577,05
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pú	628.146,76	Recursos de Impostos e de Transferencia de Impostos -Edu	3.011.002,38
Recursos de Impostos e de Transferencia de Impostos -Edu	858.589,22	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	1.769.897,24
Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	628.706,85	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Gov. Fed.-	2.998.399,12
Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Gov. Fed.-	1.928.412,67	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Gov. Fed.-	13.868,74
Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Gov. Fed.-	999.987,28	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistê	47.562,19
Transferência de recursos do Estado para ações de Assistê	25.672,98	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvo	673.102,99
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvo	440.669,82	Transferências de Convênios - Educação	182.419,29
Transferências de Convênios - Educação	92.790,24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à	1.357.881,32
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à	304.183,63	Transferências de Convênios - Saúde	191.411,14
Transferências de Convênios - Saúde	415,08	Transferencias de Rec. do Sistema Unico de Saude - SUS-	7.051.869,79
Transferencias de Rec. do Sistema Unico de Saude - SUS-	1.321.212,01	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração d	2.158.232,07
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração d	2.686.353,66	Transfernecia do Fundeb - 40%	1.633.085,46
Transfernecia do Fundeb - 40%	1.790.902,48	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**836.376,96**
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	836.376,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**4.800.096,33**
Interferências Financeiras (III)	**642,33**	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	177.513,18
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	642,33	RP PROCESSADOS PAGOS	3.819.798,05
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**27.545.868,39**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	802.785,10
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	21.638.823,44	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**9.236.730,44**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	5.146.469,28	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.803.656,72
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	760.575,67	BANCO C/ MOVIMENTO	188.370,41
Saldo do Exercício Anterior (V)	**5.985.003,07**	BANCOS C/ VINCULADAS	63.993,07
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.613.157,42	POUPANÇA	180.710,24
BANCO C/ MOVIMENTO	138.490,27		
BANCOS C/ VINCULADAS	51.559,96		
POUPANÇA	181.795,42		
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	56.935.122,57	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	56.935.122,57

Confresa, 23/04/2020

RONIO CONDAO BARROS MILHOM	RONIA MARIA C. B. MILHOMEM	MARISANGELA JUNKER JARDIM B
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	CRC-MT- 009136/O-2

MÁRCIA

CONTABILIDADE
BAL ORÇAMENTÁRIO MARÇO 2020

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro à Março
Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	80.146.155,68	80.146.155,68	21.999.140,93	-58.147.014,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.802.167,00	14.802.167,00	2.700.477,37	-12.101.689,63
Impostos	10.158.156,00	10.158.156,00	1.816.300,00	-8.341.856,00
Taxas	4.394.011,00	4.394.011,00	884.177,37	-3.509.833,63
Contribuição de Melhoria	250.000,00	250.000,00	0,00	-250.000,00
Contribuições	1.520.000,00	1.520.000,00	627.877,24	-892.122,76
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públ	1.520.000,00	1.520.000,00	627.877,24	-892.122,76
Receita Patrimonial	144.724,31	144.724,31	19.210,49	-125.513,82
Valores Mobiliários	107.924,31	107.924,31	16.604,09	-91.320,22
Demais Receitas Patrimoniais	36.800,00	36.800,00	2.606,40	-34.193,60
Transferências Correntes	62.263.414,37	62.263.414,37	18.651.533,83	-43.611.880,54
Transferências da União e de suas Entidades	25.572.834,49	25.572.834,49	7.814.411,67	-17.758.422,82
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	22.439.979,88	22.439.979,88	6.061.504,63	-16.378.475,25
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	14.250.600,00	14.250.600,00	4.475.417,53	-9.775.182,47
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	200,00	200,00
Outras Receitas Correntes	1.415.850,00	1.415.850,00	42,00	-1.415.808,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.162.000,00	1.162.000,00	42,00	-1.161.958,00
Demais Receitas Correntes	253.850,00	253.850,00	0,00	-253.850,00
RECEITAS DE CAPITAL	11.880.280,39	12.005.280,39	608.050,04	-11.397.230,35
Operações de Crédito	350.000,00	350.000,00	0,00	-350.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	350.000,00	350.000,00	0,00	-350.000,00
Alienação de Bens	600.000,00	600.000,00	590.000,01	-9.999,99
Alienação de Bens Móveis	350.000,00	350.000,00	0,00	-350.000,00
Alienação de Bens Imóveis	250.000,00	250.000,00	590.000,01	340.000,01
Transferências de Capital	10.930.280,39	11.055.280,39	0,00	-11.055.280,39
Transferências da União e de suas Entidades	6.880.280,39	6.880.280,39	0,00	-6.880.280,39
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	4.050.000,00	4.175.000,00	0,00	-4.175.000,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	18.050,03	18.050,03
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	18.050,03	18.050,03
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	92.026.436,07	92.151.436,07	22.607.190,97	-69.544.245,10
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	92.026.436,07	92.151.436,07	22.607.190,97	-69.544.245,10
DEFICIT (IV)	-	-	18.676.363,97	-
TOTAL (V) = (III + IV)	92.026.436,07	92.151.436,07	41.283.554,94	-50.867.881,13
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA	-	125.000,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	125.000,00	0,00	-

)ESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	69.000.726,97	70.725.784,42	34.018.621,14	17.685.465,05	13.131.765,10	36.707.163,28
PESSOAL E ENCARGOS S	35.242.861,82	29.250.190,83	9.281.142,52	9.281.142,52	6.752.668,14	19.969.048,31
JUROS E ENCARGOS DA I	44.100,00	75.100,00	74.673,44	74.673,44	74.673,44	426,56
OUTRAS DESPESAS CORI	33.713.765,15	41.400.493,59	24.662.805,18	8.329.649,09	6.304.423,52	16.737.688,41
DESPESAS DE CAPITAL	18.782.960,40	17.182.902,95	7.264.933,80	1.959.266,45	1.366.497,12	9.917.969,15
INVESTIMENTOS	18.435.033,45	16.834.976,00	6.934.763,77	1.629.096,42	1.036.327,09	9.900.212,23
AMORTIZACAO DE DIVIDA	347.926,95	347.926,95	330.170,03	330.170,03	330.170,03	17.756,92
RESERVA DE CONTINGENC	752.426,00	752.426,00	0,00	0,00	0,00	752.426,00
RESERVA DE CONTINGEN	752.426,00	752.426,00	0,00	0,00	0,00	752.426,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI	88.536.113,37	88.661.113,37	41.283.554,94	19.644.731,50	14.498.262,22	47.377.558,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Inter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Exte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MÁRCIA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro à Março
Página: 2/2

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (V) + (VII)	88.536.113,37	88.661.113,37	41.283.554,94	19.644.731,50	14.498.262,22	47.377.558,43
SUPERAVIT (IX)	3.490.322,70	3.490.322,70	-	-	-	3.490.322,70
TOTAL (X) = (VIII + IX)	92.026.436,07	92.151.436,07	41.283.554,94	19.644.731,50	14.498.262,22	50.867.881,13

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	59.543,95	222.079,04	124.684,49	124.684,49	15.970,95	140.967,55
PESSOAL E ENCARGOS S(	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORF	59.543,95	222.079,04	124.684,49	124.684,49	15.970,95	140.967,55
DESPESAS DE CAPITAL	217,29	1.295.937,72	86.525,01	52.828,69	0,00	1.243.326,32
INVESTIMENTOS	217,29	1.295.937,72	86.525,01	52.828,69	0,00	1.243.326,32
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	59.761,24	1.518.016,76	211.209,50	177.513,18	15.970,95	1.384.293,87

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSAD

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	1.697.086,76	3.027.425,96	2.762.435,75	26,75	1.962.050,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.617,45	610.531,14	608.638,12	26,75	156.483,72
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.542.469,31	2.416.894,82	2.153.797,63	0,00	1.805.566,50
DESPESAS DE CAPITAL	416.274,40	1.199.117,49	1.057.362,30	133.500,00	424.529,59
INVESTIMENTOS	416.274,40	1.199.117,49	1.057.362,30	133.500,00	424.529,59
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.113.361,16	4.226.543,45	3.819.798,05	133.526,75	2.386.579,81

Confresa, 23/04/2020

RONIO CONDAO BARROS MILHOM
PREFEITO MUNICIPAL

MARISANGELA JUNKER JARDIM B
CRC-MT- 009136/O-2

MÁRCIA

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO MARÇO 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000004/20 de 2 de Março de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000945/20 de [illegible]
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(30) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.007-0000 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	1.822,03
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.01 - SETOR DE EDUCAÇÃO	
(159) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.046-0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	3,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(202) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.063-0015 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	3.000,00
05.06 - FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
(306) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.057-0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	70.000,00
05.08 - MERENDA ESCOLAR	
(329) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.048-0015 - MATERIAL DE CONSUMO	6.709,19
05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	
(364) 3.3.90.31.00.00.00.00.2.049-0000 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E	1.040,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(527) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.107-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	800,00
(507) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	23.400,00
(516) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.029-0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	43.000,00
(505) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	20.829,00
(499) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.029-0002 - DIARIAS - CIVIL	455,00
(490) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.029-0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAI	46.000,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(614) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.015-0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	7.106,00
(588) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.014-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
(563) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.165-0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	1.020,00
(677) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.017-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
(608) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.015-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	39.771,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(955) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.022-0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	3.046,02
(992) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.023-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	4.080,90
(882) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.019-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	50.000,00
(1016) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.111-0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	2.685,78
(889) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.019-0002 - DIARIAS - CIVIL	1.246,30
(903) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	36.544,00
(894) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	26.307,00
(885) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.019-0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	300,00
(1027) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.111-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	4.300,00
(1010) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.111-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PE	18.000,00
(949) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.022-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	26.000,00
(829) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.031-0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	17.800,00
(960) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.022-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
06.07 - VISA	
(1051) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.025-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PE	17.000,00
(1055) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.025-0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	2.591,55
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	
(1264) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.121-0017 - MATERIAL DE CONSUMO	5.215,00
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1366) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.126-1112 - MATERIAL DE CONSUMO	4.200,00
(1302) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.183-0000 - OBRAS E INSTALACOES	11.140,00
08 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
(1585) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.224-0000 - OBRAS E INSTALACOES	6.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1734) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.077-0029 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	1.000,00
(1700) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.071-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.000,00
09.08 - ATENÇÃO À CRIANÇA, ADOLESC E ATIV CONSELHO TUTELAR	
(1847) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.082-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	1.000,00
(1842) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.082-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000004/20 de 2 de Março de 2020

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.09 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
(1890) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.121-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	4.000,00
(1888) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.121-0000 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMIN/	11.000,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	
(1946) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.038-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	2.100,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	20.703,05
(2001) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	12.000,00
(1997) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.012-0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	6.000,00
Total Suplementação:	**590.214,82**

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(19) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.005-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESS	15.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(57) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.085-0000 - DIARIAS - CIVIL	999,00
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	215.034,82
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.01 - SETOR DE EDUCAÇÃO	
(150) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.046-0000 - DIARIAS - CIVIL	1.490,00
(160) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.046-0201 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.490,00
(151) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.046-0001 - DIARIAS - CIVIL	2.050,00
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(283) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.042-0001 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.490,00
(282) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.042-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.200,00
(267) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.042-0000 - DIARIAS - CIVIL	3.026,00
05.06 - FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
(309) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.057-0015 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.290,00
05.08 - MERENDA ESCOLAR	
(324) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.051-0201 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.490,00
(323) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.051-0015 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	240,00
05.10 - INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	
(369) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.049-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.550,00
05.11 - FUNDEB	
(387) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.065-0019 - DIARIAS - CIVIL	5.340,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(672) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.017-0002 - DIARIAS - CIVIL	1.500,00
(674) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.017-0046 - DIARIAS - CIVIL	8.750,00
(761) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.110-0042 - DIARIAS - CIVIL	2.490,00
(760) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.110-0002 - DIARIAS - CIVIL	1.490,00
(733) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.101-0002 - DIARIAS - CIVIL	990,00
(694) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.017-0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.510,00
(709) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.100-0046 - DIARIAS - CIVIL	1.490,00
(693) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.017-0023 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.000,00
(644) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.016-0046 - DIARIAS - CIVIL	1.890,00
(602) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.014-0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.450,00
(643) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.016-0042 - DIARIAS - CIVIL	1.830,00
(601) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.014-0023 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.450,00
(617) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.015-0046 - DIARIAS - CIVIL	2.050,00
(616) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.015-0042 - DIARIAS - CIVIL	1.490,00
(615) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.015-0002 - DIARIAS - CIVIL	990,00
(585) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.014-0046 - DIARIAS - CIVIL	2.490,00
(584) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.014-0042 - DIARIAS - CIVIL	1.900,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000004/20 de 2 de Março de 2020

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(583) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.014-0002 - DIARIAS - CIVIL	990,00
(735) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.101-0046 - DIARIAS - CIVIL	1.490,00
(734) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.101-0042 - DIARIAS - CIVIL	2.990,00
(708) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.100-0042 - DIARIAS - CIVIL	2.250,00
(762) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.110-0046 - DIARIAS - CIVIL	2.990,00
(707) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.100-0002 - DIARIAS - CIVIL	990,00
(673) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.017-0042 - DIARIAS - CIVIL	8.750,00
06.05 - ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
(790) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.027-0002 - DIARIAS - CIVIL	1.790,00
(792) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.027-0046 - DIARIAS - CIVIL	2.250,00
(791) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.027-0042 - DIARIAS - CIVIL	2.490,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(956) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.022-0002 - DIARIAS - CIVIL	1.490,00
(918) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.020-0002 - DIARIAS - CIVIL	1.490,00
(984) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.023-0042 - DIARIAS - CIVIL	1.100,00
(1018) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.111-0042 - DIARIAS - CIVIL	1.100,00
(919) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.020-0046 - DIARIAS - CIVIL	1.490,00
(1017) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.111-0002 - DIARIAS - CIVIL	1.290,00
(1019) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.111-0046 - DIARIAS - CIVIL	2.200,00
(985) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.023-0046 - DIARIAS - CIVIL	2.200,00
(983) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.023-0002 - DIARIAS - CIVIL	2.200,00
(958) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.022-0046 - DIARIAS - CIVIL	1.100,00
(957) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.022-0042 - DIARIAS - CIVIL	1.100,00
06.07 - VISA	
(1075) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.026-0002 - DIARIAS - CIVIL	990,00
(1093) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.028-0046 - DIARIAS - CIVIL	990,00
(1092) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.028-0002 - DIARIAS - CIVIL	990,00
(1076) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.026-0046 - DIARIAS - CIVIL	2.850,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.01 - SETOR DE HABITAÇÃO	
(1136) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.115-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.300,00
(1137) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.115-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.990,00
(1130) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.115-0000 - DIARIAS - CIVIL	6.490,00
07.02 - URBANISMO	
(1154) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.111-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1147) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.110-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.450,00
(1144) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.109-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.020,00
(1141) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.108-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.450,00
(1249) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.098-0000 - DIARIAS - CIVIL	2.200,00
(1228) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.187-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.510,00
(1225) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.186-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.510,00
(1222) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.184-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1215) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.180-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.510,00
(1212) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.177-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.510,00
(1209) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.176-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.510,00
(1206) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.174-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.020,00
(1195) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.172-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1234) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.052-0000 - DIARIAS - CIVIL	2.285,00
(1188) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.119-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1181) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.118-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1178) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.117-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1173) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.116-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.510,00
(1167) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.114-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1164) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.113-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.020,00
(1157) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.112-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1371) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.126-1112 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.990,00
(1365) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.113-1112 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1357) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.064-1112 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.990,00
(1349) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.063-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
(1348) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.063-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.890,00

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000004/20 de 2 de Março de 2020

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1341) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.063-0000 - DIARIAS - CIVIL	1.990,00
07.05 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAES	
(1415) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.114-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.490,00
(1409) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.114-0000 - DIARIAS - CIVIL	1.152,00
(1400) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.099-0000 - DIARIAS - CIVIL	2.200,00
08 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
08.01 - SECRETARIA MUN. AGRIC. DESENV ECON TUR E MEIO AMB	
(1623) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.050-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.490,00
(1589) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.224-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.020,00
(1615) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.050-0000 - DIARIAS - CIVIL	8.960,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1710) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.071-0021 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.020,00
09.06 - ATENÇÃO E INTEGRAÇÃO DO IDOSO	
(1807) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.081-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.653,00
(1806) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.081-0021 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.650,00
09.07 - ATENÇÃO AO PORTADOR DE DECIFIÊNCIA	
(1827) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.119-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.999,00
09.09 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
(1915) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.122-0021 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.512,00
(1903) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.121-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.756,00
(1902) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.121-0021 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.756,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	
(1950) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.038-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.990,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(2006) 4.4.90.93.00.00.00.00.2.012-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.512,00
Total Anulação:	**590.214,82**

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 4/4

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000005/20 de 2 de Março de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000939/19 de [illegible]
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.08 - INVESTIMENTOS

(2009) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.240-0023 - OBRAS E INSTALACOES	125.000,00
Total Suplementação:	**125.000,00**

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 1/1

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000006/20 de 2 de Março de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000945/20 de [illegible]
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(46) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.010-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESS	23.500,00
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.02 - ENCARGOS ESPECIAIS	
(115) 3.2.90.21.00.00.00.00.2.031-0000 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	15.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(279) 3.3.90.92.00.00.00.00.2.042-0000 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.758,00
(280) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.042-0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.200,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(527) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.107-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	730,00
(505) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	19.999,00
(523) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.107-0042 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO(	465,00
(499) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.029-0002 - DIARIAS - CIVIL	3.442,00
(501) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.029-0002 - MATERIAL DE CONSUMO	1.862,00
(531) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.107-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	3.500,00
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(677) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.017-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
(608) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.015-0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	9.595,00
(677) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.017-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	1.977,00
(546) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.022-1116 - OBRAS E INSTALACOES	9.000,00
(677) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.017-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	2.870,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(894) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	11.784,38
(903) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	2.900,00
(894) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	3.104,00
(1027) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.111-0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	300,00
(960) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.022-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	401,00
06.07 - VISA	
(1095) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.028-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	200,00
(1078) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.026-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	14.150,00
(1095) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.028-0046 - MATERIAL DE CONSUMO	5.700,00
(1062) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.025-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	1.500,00
(1082) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.026-0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	10.000,00
(1098) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.028-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	125,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
07.02 - URBANISMO	
(1141) 4.4.90.93.00.00.00.00.1.108-0024 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.810,00
(1242) 4.4.90.51.00.00.00.00.2.052-0000 - OBRAS E INSTALACOES	154.000,00
(1240) 3.3.90.92.00.00.00.00.2.052-0000 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORE	101.972,00
07.03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	
(1256) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.120-0017 - MATERIAL DE CONSUMO	45.598,40
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1358) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.113-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	37.000,00
(1302) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.183-0000 - OBRAS E INSTALACOES	103.942,96
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1739) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.078-0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	39.136,00
09.08 - ATENÇÃO À CRIANÇA, ADOLESC E ATIV CONSELHO TUTELAR	
(1847) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.082-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	2.170,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	
(1946) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.038-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	59.899,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(1999) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.012-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	7.600,00
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	193.290,00
(1988) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.016-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	3.670,00
Total Suplementação:	**919.150,74**

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000006/20 de 2 de Março de 2020

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
(100) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.150-0000 - OBRAS E INSTALACOES	14.150,00
(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	232.426,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	
05.04 - ENSINO FUNDAMENTAL	
(198) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.061-0001 - OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
(208) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.099-0001 - OBRAS E INSTALACOES	11.471,38
05.06 - FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
(307) 4.4.90.51.00.00.00.00.2.057-0015 - OBRAS E INSTALACOES	5.974,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(764) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.110-0042 - MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
(606) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.015-0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	200.000,00
(568) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.167-0023 - OBRAS E INSTALACOES	3.000,00
(566) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.165-0046 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	4.000,00
(563) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.165-0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	3.000,00
(548) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.023-0023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	53.000,00
(772) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.110-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	33.049,36
(763) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.110-0002 - MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
(544) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.022-0002 - OBRAS E INSTALACOES	7.000,00
(569) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.167-0042 - OBRAS E INSTALACOES	5.000,00
(570) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.167-1116 - OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
(565) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.165-0042 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	4.000,00
(559) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.164-0023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	54.000,00
(549) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.023-1116 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	150.000,00
(545) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.022-0023 - OBRAS E INSTALACOES	3.000,00
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(810) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.024-0023 - OBRAS E INSTALACOES	15.000,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1285) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.128-0024 - OBRAS E INSTALACOES	51.080,00
Total Anulação:	**919.150,74**

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, CNPJ nº 37.465.309/0001-67,torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a renovação da Licença de Instalação (LI), referente a uma Unidade de Beneficiamento de Leite e Derivados, localizada na Avenida Industrial, Setor Industrial no município de Cotriguaçu/MT.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2020 PROCESSO Nº 48/2020.

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 28/2020 objeto**:** "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS COMO:MOLEJOS, MOLAS AVULSA, BALANÇAS E CUICA DE FREIO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL DE CAMINHÕES DA INFRAESTRUTURA CENTRO/DISTRITO DE NOVA UNIÃO"**.** Obteve os seguintes resultados**:**

A empresa: IDEAL COMERCIO DE AUTO PECAS EIRELI CNPJ: 30.865. 963/0001-19, foi vencedora da licitação do item: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17,18, 24, 38, 39. Como valor global de R$ 48.512,00 reais.

A empresa KIKO AUTO PECAS EIRELI – EPP CNPJ: 02.823.829/ 0001-10, foi vencedora da licitação do item: 9, 21, 23, 29, 32, 42, 47, 48, 49, 50, 51. Como valor global de R$ 60.468,00 reais.

A empresa TNOVE COMERCIO DE PECAS EIRELI CNPJ: 30.369.251/ 0001-09, foi vencedora da licitação do item: 19, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37,40, 41, 43, 44, 45, 46. Como valor global de R$ 72. 435,00 reais.

Da homologação:

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 048/2020

b) Licitação Nrº: 028/2020

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 23/04/2020

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 23 de abril de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port003-2020.

EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA: GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA CNPJ: 23.969.313/0001-58 "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ENVIO DE CARGAS DO APLIC, REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO, DEZEMBRO E CARGA INICIAL 2020". O presente contrato tem o valor global de: R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). Válidos por 03 (três) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 24 de abril de 2020 à 24 de julho de 2020. O presente instrumento contratual advém de PROCESSO DE COMPRA **Nº 063/2020** na modalidade de DISPENSA *Nº 014/2020*, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

Cotriguaçu, 23 de abril de 2020.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2020 PROCESSO Nº 063/2020

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto **é**

ASSUNTO **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ENVIO DE CARGAS DO APLIC, REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO, DEZEMBRO E CARGA INICIAL 2020",** com fulcro no artigo 24da Lei no 8.666/93 e lei municipal 1.100/2020, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CONTRATADO: GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA

CNPJ: 23.969.313/0001-58.

ENDEREÇO: AV DAS PALMEIRAS S/N, CASA 480 COND RIO CACHOEIRINHA, CEP 78.075-905, BAIRRO/DISTRITO JARDIM IMPERIAL, MUNICIPIO CUIABÁ-MT.

VALOR GLOBAL: R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES a partir da data de assinatura do contrato.

Cotriguaçu/MT, 23 de abril de 2020.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 063/2020 - DISPENSA 014/ 2020

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Presidente e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 063/2020

b) Licitação Nrº: 014/2020- DL

c) Modalidade: Dispensa de licitação p/ Compras e Serviços

d) Data Homologação: 23/04/2020

e) Objeto da Licitação**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E ENVIO DE CARGAS DO APLIC, REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO, DEZEMBRO E CARGA INICIAL 2020"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012767 - **GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA CNPJ: 23.969. 313/0001-58,** item (1) totalizando 01 (um) item no valor global **R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).**

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS) N º 001/2020.

O MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA- MT, com sede a Rua São Bernardo, 523 – Centro, inscrita no CNPJ sob o n° 04.217.647/0001-20, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada através da Portaria Municipal 114/2020, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e da Lei Municipal n° 526/2020, que autoriza contratação por tempo determinado, e demais Leis Municipais vigentes condizente a este certame, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e seleção de candidatos para preenchimento de vagas temporárias, para atuar na UBS (Unidade Básica de Saúde) durante a situação de emergência, com execução técnica e administrativa da própria comissão organizadora, mediante as condições estabelecidas neste edital.

O Edital Completo estará à disposição dos Interessados no seguinte endereço eletrônico: http://www.curvelandia.mt.gov.br/.

QUADRO DE CARGOS

CARGO	ESCOLARIDADE	VAGAS/CONTRATAÇÃO IMEDIATA	CADASTRO DE RESERVA	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA
ENFERMEIRO	Superior	0	04	R$ 3.519,11	40
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Médio/Técnico	01	03	R$ 1.824,88	40
MOTORISTA I (AMBULÂNCIA)	Fundamental Incompleto	01	03	R$ 1.167,69	40
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Fundamental	01	01	R$ 1.045,00	40
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	Médio	01	01	R$ 1.400,00	40

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 004/ 2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020 - PROCESSO Nº 017/2020

O Prefeito Municipal de Curvelândia–MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 e 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR E HOMOLOGAR** o presente PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para serem utilizados na distribuição de kits da merenda escolar aos alunos das escolas municipais Carlos Masson Netto e Tia Iracema, cadastrados no programa bolsa família, em virtude da suspenção das aulas devido a pandemia do covid-19. Empresa: **K. M. FERRARI & CIA LTDA**, Inscrita CNPJ: **15.363.074/0001-60**, totalizando o valor de**R$ 6.903,60 (Seis mil, novecentos e três reais e sessenta centavos).** E **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa. Curvelândia - MT, 23 de abril de 2020. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA -** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 003/2020 - CREDENCIAMENTO Nº 001/2020

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE PEDIATRIA, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Presidente da CPL, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor/Credenciado a empresa:

MONNIZE DA COSTA DIAS EIRELI, inscrita no CNPJ nº: 24.707.396/ 0001-70, que sagrou-se credenciada para o item de nº 46346 com o valor total anual de R$ 360.792,00 (trezentos e sessenta mil setecentos e noventa e dois reais).

Diamantino – MT, 23 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 94/2020

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **EDIMILSON FREITAS DE ALMEIDA,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 612640 SSP/MT e CPF N.º 384.633. 421-91, como Fiscal do Contrato nº **031/2020**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para prestação de serviços com janelas, vidros e portas de vidro para atender a demanda das EF´S: Posto Central, Pé Branco, Bom Jesus e Jardim Alvorada do Município de Diamantino.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 20 de abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 148/2019

CONTRATADO(a): MATEUS BEZERRA CAMARGO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 08/06/2020.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 077/2019

CONTRATADO(a): ANA LUCIA DOS REIS SANA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 08/06/2020.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 113/2019

CONTRATADO(a): DIANA PALMER OJEDA DOS SANTOS

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 08/06/2020.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 129/2019

CONTRATADO(a): NEYLDE DOS SANTOS OLIVEIRA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 08/06/2020.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 136/2019

CONTRATADO(a): FRANCIELE ALMEIDA DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 08/06/2020.

SETOR RH
ERRATA EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 128/2019 - CONTRATADO(A): BRUNA SCHAWADE ZULPO

ERRATA EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 128/2019 - CONTRATADO(A): BRUNA SCHAWADE ZULPO

EXTRATO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 128/2019 - CONTRATADO(A): BRUNA SCHAWADE ZULPO, publicado no Diário Oficial AMM-MT nº 3.464, de 23/04/2020.

ONDE SE LÊ:

BRUNA SCHAWADE ZULPO

LEIA-SE:

BRUNA SCHWADE ZULPO

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 199/2019

CONTRATADO(a): ROSENIR MARQUES DE OLIVEIRA DESANI

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2020.

SETOR RH
ERRATA EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 122/2019 - CONTRATADO(A): KELI DE ALMEIDA MELO REIS

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 122/2019 - CONTRATADO(A): KELI DE ALMEIDA MELO REIS, publicado no Diário Oficial AMM-MT nº 3.464, de 23/04/2020.

ONDE SE LÊ:

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 122/2019

LEIA-SE:

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 133/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA HOSPITALAR E INSUMOS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME**

CNPJ nº: 11.073.488/0001-01

Valor total da ata: **R$ 6.373,00** (seis mil trezentos e setenta e três reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 24 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2020

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 017/2020, e autorizo a contratação direta da empresa **C. A. COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrito no **CNPJ n° 07.469.089/0001-89,** objetivando **AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER O COMBATE DE ENFRENTAMENTO AO COVID- 19,** no valor de **R$ 3.168,00 (Tres Mil Cento e Sessenta e Oito reais).** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 23 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA HOSPITALAR E INSUMOS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME**

CNPJ nº: 14.689.405/0001-93

Valor total da ata: **R$ 47.894,31** (quarenta e sete mil oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 24 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA HOSPITALAR E INSUMOS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI**

CNPJ nº: 19.808.881/0001-08

Valor total da ata: **R$ 40.713,40** (quarenta mil setecentos e treze reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 24 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
ERRATA EXTRATA DO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 119/2019 - CONTRATADO(A): LEILA CRISTIANA ALVES

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 119/2019 - CONTRATADO(A): LEILA CRISTIANA ALVES, publicado no Diário Oficial AMM-MT nº 3.463, de 22/04/2020.

ONDE SE LÊ:

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 08/06/2020.

LEIA-SE:

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 13/07/2020.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA HOSPITALAR E INSUMOS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO**

CNPJ nº: 10.226.940/0001-57

Valor total da ata: **R$ 27.788,60** (vinte e sete mil setecentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 24 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
ERRATA EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 097/2019 - CONTRATADO(A): MARIA REGINA BARBACOVI OLIVEIR

EXTRATO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 097/2019 - CONTRATADO(A): MARIA REGINA BARBACOVI OLIVEIRA, publicado no Diário Oficial AMM-MT nº 3.464, de 23/04/2020.

ONDE SE LÊ:

MARIA REGINA BARBACOVI OLIVEIRA

LEIA-SE:

MARCIA REGINA BARBACOVI OLIVEIRA

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020/SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA HOSPITALAR E INSUMOS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologado as empresas:

MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 14.689.405/0001-93, vencedora dos Itens de nº 24951, 24943, 24865, 24956, 37570, 37571, 37572, 37573, 37562, 37559, 37560, 37573, 25002, 48384, 37554, 37553, 37551, 37557, 37555, 24953, 37550, 24860, 24991, 24898, 25009, 1383, 24960 e 37564, no valor total de **R$ 47.894,31** (quarenta e sete mil oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos); **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO**, inscrita no CNPJ nº 10.226.940/0001-57, vencedora dos Itens de nº 2009, 48990, 24940, 37567, 37568, 37566 e 37561, no valor total de **R$ 27.788,60** (vinte e sete mil setecentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos); **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 19.808.881/0001-08, vencedora dos Itens de nº 3484, 24941, 24862, 37556, 24982 e 24995, no valor total de **R$ 40.713,40** (quarenta mil setecentos e treze reais e quarenta centavos) e **J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME**, inscrita no CNPJ nº 11.073.488/0001-01, vencedora dos Itens de nº 29959, 995, 37569 e 37565, no valor total de **R$ 6. 373,00** (seis mil trezentos e setenta e três reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 23 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

Objeto: A presente Licitação tem por objeto a “Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com a finalidade de TRANSPORTE ESCOLAR, em linha que transporta alunos da rede estadual e municipal da zona rural para o município de Dom Aquino”, conforme Termo de Referência constante no anexo I do Edital. **Data: 07/05/2020. Horário:** credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso). **Local:** Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n. 143, centro, Município de Dom Aquino-MT. Edital e informações, no horário de expediente (07:00 às 13:00), pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com. Dom Aquino-MT, 23 de abril de 2020.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO IV - RELATÓRIO PROJETOS EM ANDAMENTO, ART. 45, § ÚNICO DA LRF

ANEXO IV

RELATÓRIO PROJETOS EM ANDAMENTO, ART. 45, § ÚNICO DA LRF

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	INICIO EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO		PERCENTUAL EXECUTADO EM	TOTAL EXECUTADO R$
			ATÉ A DATA	A EXECUTAR		
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – USB 04 – BAIRRO ITUBERABA	03/07/2014	392.800,00	438. 387,14	212.219,89	67,38	438.387,14
CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS ECOLÓGICAS	04/07/2014	439.997,39	199. 044,96	240.952,43	45,24	199.044,96
SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NAS VIAS URBANAS	14/07/2014	433.561,77	307. 798,32	125.763,45	70,99	307.798,32
PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE AVENIDAS E RUAS	20/12/2017	350.000,00	295. 202,02	54797,98	84,34	295.202,02
CONSTRUÇÃO ACADEMIA DE SAÚDE	11/09/2019	112.067,78	112. 067,78	112.067,78	0,00	0,00

DOM AQUINO 08 DE ABRIL DE 2020

ENG.CIVIL - EDIMICIO PEREIRA DE LIMA. CREA: 2606316142

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO Nº 035/2020 DE 17 DE ABRIL DE 2020

CONSOLIDA E ALTERA OS DECRETOS MUNICIPAIS 022/2020 E 029/2020; DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES PRIVADAS ECONÔMICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdécio Luiz da Costa, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO o avanço do processo de contaminação do vírus COVID-19;

CONSIDERANDO a dificuldade de autorregulação da iniciativa privada para reduzir os fatores de riscos de proliferação do vírus COVID-19;

CONSIDERANDO as decisões tomadas após consultados os comerciantes e Órgão Ministerial;

CONSIDERANDO o aumento expressivo de casos no Brasil, e em especial nos municípios de Rondonópolis e Cuiabá onde se deslocam várias famílias desta urbe;

CONSIDERANDO o sensível estado econômico-financeiro ocasionado pelo fechamento do comércio devido a atual pandemia do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de readequação dos horários do Decreto n°. 29/2020 de 06 de março de 2020, após constatações técnicas com solicitações de vários segmentos da sociedade pugnando pelo equilíbrio entre as medidas sanitárias e econômicas, em especial devido as aglomerações ocorridas pelos horários reduzidos, com as solicitações para o retorno do horário comercial de atendimento com intuito de se evitar aglomerações e facilitar escalas de trabalho.

D E C R E T A:

Art. 1º - Este decreto consolida as medidas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades privadas, para regulamentação de seu funcionamento de modo a prevenir riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único - As medidas adotadas neste decreto são as consolidadas dos decretos municipais 022/2020 e 029/2020, com suas alterações e complementações, e possuem caráter temporário devendo viger em todo território de Dom Aquino-MT enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública.

CAPÍTULO I

CONCEITOS GERAIS

Art. 2º - Para fins deste decreto, considera-se:

I – Atividades Econômicas Essenciais: São as atividades que possuem relação direta com as áreas da saúde (atendimento médico, farmácias e similares) e alimentação (mercados, hortifruti, açougues e restaurantes).

II - Atividades Econômicas Não Essenciais: São consideradas como não essenciais todas as demais atividades que não guardem relação direta com as atividades descritas no inciso I deste artigo.

III – Do Grupo de Risco: Pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES PRIVADAS

Art. 3°- Fica mantido a suspensão de todos os alvarás para realização de eventos, sejam eles em espaços públicos ou privados, ficando proibido também qualquer forma de aglomeração independente da exigência de alvarás como, eventos, festas, reuniões em praças, ginásios esportivos, modalidades esportivas coletivas e outras atividades congêneres.

Art. 4º -Enquanto estiver em vigor a situação de emergência de saúde pública, e em cumprimento as determinações federal e estadual, fica proibido o acesso a TODOS os parques, trilhas e cachoeiras localizados dentro do território de Dom Aquino-MT.

Art. 5º -As pousadas e hotéis poderão manter as atividades de pernoite.

§1º -Ficam obrigados os hotéis e pousadas a realizar o cadastro individual de seus hospedes relatando a origem dos últimos 7 dias de cada um dos hospedes.

§ 2º -A ocupação máxima dos leitos deverá ser reduzida para 75% de capacidade habitual devendo ser respeitado o limite mínimo de 04 (quatro) dias entre a saída de um hóspede e ocupação mesmo quarto por outro.

Art. 6º-As atividades privadas tidas como essenciais que possam ser exercidas em segurança com um nível aceitável de higienização, poderão manter suas atividades respeitando as normas trazidas por este decreto:

I –Deverá ser mantido o contato mínimo entre os funcionários e consumidores;

II –Deverá ser mantido a distância mínima de 1,5 metros entre os clientes, com demarcações no piso;

III – Deverá atender a todas as recomendações publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde de natureza sanitárias visando a prevenção de disseminação do coronavírus (COVID-19);

§1º- Os bares, restaurantes e similares deverão restringir seu atendimento local ao balcão, desde que seja atendido o distanciamento mínimo entre os clientes e desde que atendam as normas sanitárias dispostas no presente decreto, não sendo permitido o consumo de alimentos ou bebidas local do estabelecimento.

§2º-Fica proibido a utilização de espaços públicos para disposição de cadeiras, alimentos e bebidas independente da habitualidade da prática pelo comerciante.

§3º-Fica suspensa a autorização de funcionamento em horário estendido para todo o comércio devendo os bares, padarias, sorveterias e restaurantes encerrarem o atendimento ao público de balcão até as 21:00h.

§4º. A restrição de horário descrita no parágrafo anterior não inclui o serviço de Delivery.

Art. 7º - O acesso do varejo as farmácias, mercados, hortifrutigranjeiros, insumos para animais e similares deverá se dar por ordem de chegada limitando ao máximo a aglomeração de pessoas tanto no interior como na porta do estabelecimento.

§1º - Cada estabelecimento deverá fixar a informação da sua capacidade máxima de atendimento na entrada de seu estabelecimento.

§2º - A Vigilância Sanitária poderá rever a capacidade máxima de atendimento conforme diligência feita ao estabelecimento devendo para tanto notificar ao comerciante da necessidade de adequação do número fixado.

§3º - É de responsabilidade de cada comerciante o controle da quantidade de consumidores em seu estabelecimento.

§4º - A higienização dos carrinhos, cestas, corrimão, balcão, mesas e similares deveram ser realizadas após o uso de cada consumidor.

Art. 8º - Além das demais medidas estabelecidas neste decreto, os estabelecimentos que porventura realizem atendimento ao público deverão atentar para as seguintes condutas:

I - Intensificar as ações de conscientização de seus clientes e funcionários, bem como intensificar a limpeza por meio da higienização nos termos das recomendações expedidas pelos órgãos de vigilância federal, estadual e municipal;

II – Os estabelecimentos deverão informar seus clientes, por meio de placas e avisos, sobre a lotação máxima de ocupação da loja e espaçamento entre os consumidores, de modo a evitar aglomerações, bem como providenciar álcool em gel em 70° INPM, ou equivalente profilático, para os empregados, colaboradores e consumidores que entrarem no estabelecimento;

III – Disponibilizar lavatório com papel toalha e sabonete antibactericida aos funcionários;

IV –Divulgar no âmbito de seu estabelecimento informações acerca da COVID-19 e das medidas de prevenção;

V – Fornecer EPI completo a seus funcionários incluindo luvas e máscaras.

VI - Os estabelecimentos que dispuserem de sanitários deverão disponibilizar papel toalha e sabonete antibactericida aos funcionários;

Art. 9º - O funcionamento dos bares e lanchonetes que não possuam espaço privado para atendimento no balcão dos seus clientes deverá limitar o seu atendimento ao sistema de delivery sendo terminantemente proibido a aglomeração de clientes nas imediações.

Art. 10. O atendimento INDIVIDUAL de pacientes aos serviços de análises clínicas, vacinação, exames, fisioterapias, psicologia, odontológica e demais ramos de saúde poderão ser mantido mediante o agendamento de consultas sendo terminantemente vedado o acúmulo de pacientes em recepções ou portas de entradas.

§ 1° -O espaço utilizado para a realização dos atendimentos deverá ser higienizado entre os atendimentos dos pacientes.

§2° - As consultas do ramo da psicologia deverão preferencialmente ser de forma on-line, seguindo as diretrizes de seu respectivo Conselho Federal/Estadual.

§3°- Os consultórios odontológicos deverão registrar os atendimentos para fins de controle epidemiológico, vide Anexo II;

Art. 11 -Enquanto viger este decreto, os estabelecimentos tidos como não essenciais poderão funcionar desde que sejam atendidas as diretrizes e regulamentações trazidas por este decreto

§1° -Os estabelecimentos comerciais locais poderão funcionar abertos com atendimento ao público presencial **em horário comercial normal das 08h00 às 18h00, (exceto supermercados e mercados), a partir do dia 20/04/2020, desde que obedecidas as exigências e limitações constantes deste decreto.**

I – O horário de funcionamento dos bancos regular-se-á por normativas internas, bem como pelas disposições constantes nos decretos e legislações federais e estaduais;

II – Os estabelecimentos de higiene pessoal, beleza e barbearia, bem como de serviços de higiene pessoal, estética e odontológica deverão registrar os atendimentos para fins de controle epidemiológico, vide Anexo II;

III – As Lojas de Roupas, Confecções e estabelecimentos de Corte e Costura, deverão efetuar controle de limpeza/desinfeção e/ou isolamento das peças experimentadas pelos clientes, de modo a se manter controle sanitário apto a prevenir disseminação de possível contaminação;

IV –Os balneários, feiras e academias poderão funcionar em horário habitual, observando-se as disposições contidas neste decreto, em especial nas que seguem dispostas no Capítulo III.

V – A realização de tradições fúnebres, velórios e funerais, deverão acontecer com número de até 20 (vinte) pessoas, de modo a contemplar preferencialmente os familiares e desde que realizado em locais com grande ventilação, adotando as medidas de assepsia de forma breve sendo proibido as aglomerações de visitantes no local e nas proximidades, podendo ainda ser acompanhado por um agente de saúde do município; **ressalvados os casos de óbito ocasionados por coronavírus (COVID-19), cujo procedimento adotado será de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde e/ou do Ministério da Saúde;**

VI –As Indústrias estabelecidas no Município poderão funcionar, adotando medidas de prevenção junto aos funcionários, bem como adotando escala de revezamento entre esses a fim de evitar aglomerações. Os estabelecimentos industriais e de construção civil com número de funcionários, maior ou igual a 30 (trinta), deverão realizar escalonamento em horário de refeições, entrada e saída de funcionários, apresentando plano de contingência à Secretaria Municipal de Saúde.

§2° - Independente do horário de funcionamento todas as atividades econômicas privadas essenciais e não essenciais deverão seguir as normativas deste decreto, sob as penas da lei. Deste mesmo modo segue a regulamentação do funcionamento dos ramos não contemplados por este decreto, desde que não constem no rol das atividades suspensas, os quais deverão requerer o funcionamento de sua atividade, ainda que em caráter precário, nos moldes do Anexo I.

CAPÍTULO III

DA CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS

Art. 13 - O funcionamento das atividades econômicas privadas tidas como essenciais ou não essências fica condicionada e regulamentada de acordo com o rol taxativo abaixo elencado, porquanto perdurar a situação de emergência na saúde, causada pelo novo coronavírus (COVID-19), sem prejuízos das demais normas emitidas pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde:

I –Deverá ser mantido o contato mínimo entre os funcionários e consumidores;

II –Deverá ser mantido a distância mínima de 1,5 metros entre os clientes, com demarcações no piso;

III – Deverá atender a todas as recomendações publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde visando a prevenção de disseminação do coronavírus (COVID-19);

IV - Intensificar as ações de conscientização de seus clientes e funcionários, bem como intensificar a limpeza por meio da higienização nos termos das recomendações expedidas pelos órgãos de vigilância federal, estadual e municipal;

V –Disponibilizar álcool em gel aos seus clientes e funcionários;

VI –Disponibilizar Lavatório com papel toalha e sabonete antibactericida aos funcionários;

VII – divulgar no âmbito de seu estabelecimento informações acerca da COVID-19 e das medidas de prevenção nas áreas de circulação e uso comum;

VIII – Fornecer EPI completo a seus funcionários, incluindo luvas e máscaras;

IX - Os estabelecimentos deverão informar seus clientes, por meio de placas e avisos, sobre a lotação máxima de ocupação da loja e espaçamento entre os consumidores, de modo a evitar aglomerações, bem como providenciar álcool em gel em 70° INPM, ou equivalente profilático, para os empregados, colaboradores e consumidores que entrarem no estabelecimento;

X – Reforçar as ações de higiene em corrimãos, maçanetas de portas, carrinhos, cestas de compras, balcões frigoríficos, banheiros e nas áreas de circulação de público e de preparação de alimentos, com intervalo máximo de três horas;

XI - Considerar a capacidade de lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) da disposta no alvará de funcionamento, além da observância do distanciamento mínimo exigido entre as pessoas, sendo a capacidade de pessoas de um estabelecimento proporcional à sua dimensão física que comporte o distanciamento exigido nesta normativa;

Art.14 -Os estabelecimentos de higiene pessoal, beleza e barbearia, bem como serviços de higiene pessoal, estética e odontológicos, deverão manter registro de seus atendimentos, nos moldes do Anexo II.

§1° - O registro mencionado no *caput* se faz necessário para eventual controle epidemiológico, o qual deverá ser mantido em local de fácil acesso para controle da fiscalização.

§ 2° -Em se verificando a ausência de registro e/ou falsidade das informações prestadas, o estabelecimento e/ou responsável será autuado e poderá ter suspenso/cancelado seu Alvará de Funcionamento e Localização.

Art.15 -As academias de musculação poderão voltar a funcionar normalmente a partir do dia 20/04/2020, **DESDE QUE** adotando o seguinte protocolo:

I – Respeitar a limitação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do total de aparelhos fixos. Se o estabelecimento contar com 20 (vinte) aparelhos fixos, serão permitidas apenas 10 (dez) pessoas por horário no local. Instrutores, professores de educação física, recepcionistas e personal trainers também devem ser contabilizados. Para o cálculo do número de aparelhos/alunos não serão levados em consideração: halteres, anilhas, bolas, caixotes e barras;

II – Os estabelecimentos devem atender, obrigatoriamente, com o agendamento de horários de alunos previamente listados e disponibilizado em local visível, mencionando a capacidade exigida, de modo a evitar aglomeração de pessoas aguardando para entrar na academia;

III – As academias devem realizar a higienização periódica e constante dos seus equipamentos após a utilização de cada aluno, mantendo à disposição álcool 70° INPM em gel ou equivalente profilático para higienização pessoal de seus alunos/clientes, devendo usar material descartável para a limpeza;

IV – As academias e os profissionais de educação física devem orientar os seus alunos/clientes a higienizarem as mãos ao mudarem de estação ou de equipamento utilizado;

V – A disposição dos aparelhos deve ser readequada para que se mantenha 1,5 metros de distância de um aparelho para o outro;

VI – Fica estipulada a suspensão de aulas e atividades coletivas, como as de ginástica ou treinamento funcional em ambientes fechados;

VII – Recomenda-se também que se evitem os alongamentos com contato, substituindo pela demonstração do profissional de educação física;

VIII – As academias devem incentivar alunos/clientes a, ao chegarem, lavar as mãos com água e sabão, com tempo de duração não inferior de 20 a 30 segundos e/ou utilização de álcool 70° INPM em gel ou equivalente profilático na forma orientada pelo Ministério da Saúde;

IX – As academias são responsáveis por disponibilizar água e sabão e/ou álcool 70% em gel ou equivalente profilático aos usuários e profissionais;

X – Pessoas em grupo de risco ou com baixa imunidade (asma, pneumonia, tuberculose, câncer, pacientes renais crônicos e transplantados) ou que apresentem sintomas de gripe, e aqueles que tiveram contato com casos suspeitos nos últimos dias devem evitar ir à academia, devendo o profissional de educação física prescrever exercícios para fazer em casa;

XI – As seguintes medidas devem ser amplamente divulgadas aos alunos e profissionais: Tomar cuidado com a intensidade e o volume dos exercícios, já que o excesso de esforço pode acabar tendo o efeito contrário e ocasionar um enfraquecimento do sistema imunológico, evitar tocar o rosto, especialmente mucosas, boca, nariz e olhos, mesmo após o uso do álcool gel ou após lavar as mãos, não compartilhar objetos de uso pessoal como garrafas de água e toalhas de rosto, além de talheres, ao tossir ou espirrar, cobrir sempre com o braço ou com lenço de papel (descarte imediatamente após o uso), é importante não utilizar as mãos, pois terão contato com aparelhos e outras superfícies;

XII – As novas regras de funcionamento e as medidas para prevenção e controle da COVID-19 ser afixadas em local visível;

Art. 16 - Fica autorizado o funcionamento da Feira, nos dias habituais, quais sejam, nas quartas-feiras e sábados, cujo funcionamento se dará da seguinte forma:

I – Com a presença de no mínimo 01 (um) Fiscal;

II – Com a regulamentação de filas, com espaçamento de no mínimo 1,5m e com demarcações no piso;

III – É obrigatório a utilização de EPIs pelos feirantes, tais como: máscaras e luvas; e obrigatoriedade de utilização de máscara para os frequentadores/clientes/consumidores;

IV –Fica proibido o manuseio, pelos consumidores/clientes, das hortaliças e demais alimentos ofertados nos balcões.

V – Fica proibido o consumo de alimentos no interior do estabelecimento da Feira;

VI - Os clientes/consumidores deverão permanecer no interior da Feira somente pelo tempo necessário para aquisição dos produtos;

VII – Os Fiscais estão autorizados a realizar o controle de entrada e saída da feira, em caso de local fechado, ao ser constatada situação de aglomeração;

VIII – Fica proibida aglomeração de pessoas nos arredores da Feira.

IX – Em se verificando situação de reiteradas desobediências às normas adotadas, será efetivada a imediata suspensão das atividades da Feira.

Art. 17- No âmbito dos estabelecimentos fica obrigatório a utilização de máscaras para todos, funcionários e clientes, com exceção das academias.

Art. 18 -Em se verificando a ausência de controle, sob o risco a saúde pública, poderá toda e qualquer atividade econômica ou social ser suspensa de forma preventiva a pedido da Gerência de Vigilância Sanitária até que seja realizado melhores análises sobre a viabilidade da manutenção das atividades em tempos de emergência de saúde pública.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, em caso de descumprimento das normas dispostas neste decreto, ficará o estabelecimento sujeito a revogação de seu alvará de localização e funcionamento independente de notificação.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES PRIVADAS SUSPENSAS

Art. 19 - As seguintes atividades ficam suspensas enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública:

I-Clubes;

II -Casas de shows;

III- Festas;

IV -Ginásios esportivos e campos de futebol;

V -Equipamentos públicos de desporto e lazer;

VI -Atividades religiosas como cultos, missas, celebrações religiosas, escolas bíblicas e similares;

VII -Outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Aos agentes públicos municipais que desempenharão a função fiscalizatória das medidas acima elencadas fica autorizada a solicitação de apoio policial em caso de descumprimento das medidas de isolamento social impostas, podendo os infratores incorrerem nos crimes positivados nos artigos 268 e 330, do Código Penal brasileiro.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço que venham descumprir as determinações do presente decreto ficarão sujeitos a suspensão do alvará de instalação, localização e Funcionamento, não podendo exercer suas atividades até a completa adequação as exigências legais.

Art. 22 -Os estabelecimentos privados devem adotar todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do coronavírus, de acordo com as normas sanitárias vigentes.

§1º- Compete aos órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária promover fiscalização prioritária sobre as medidas de que trata o caput deste artigo.

§2º- Compete à Polícia Militar dar apoio operacional exclusivamente para o cumprimento deste decreto.

Art. 23 -Os estabelecimentos privados ficam proibidos de praticarem valores abusivos, principalmente sobre mercadorias essenciais à higienização pessoal e ambiental em relação ao coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único - Compete ao órgão estadual de proteção ao consumidor - PROCON - promover fiscalização prioritária sobre as condutas de que trata o caput deste artigo.

Art. 24 - Durante o período em que houver a suspensão de aulas na rede municipal de ensino, conforme Art. 2º do Decreto 029/2020 de 06 de março de 2020, fica a Secretaria Municipal de Educação e Lazer e a Secretaria de Assistência Social autorizadas a regulamentar, por meio de Portaria, o fornecimento de "kits" de alimentação por aluno, com o objetivo de compensar a ausência de fornecimento de merenda, que para muitos é considerada a principal refeição do dia;

I - Os ajustes necessários para o cumprimento do calendário escolar serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes após o retorno das aulas;

II - Não haverá férias escolares no mês de julho de 2020;

Art. 25 - Este Decreto entrará em vigor na data de 20 de abril de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de -MT em 17 de abril de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2020

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08h00-min do dia 06 de maio de 2020, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2020, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2020, objetivando a**PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, GÁS DE COZINHA E GELO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 23 de abril de 2020.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 005/2020

DECRETO Nº 036/2020

DECRETO Nº 036/2020

DATA: 23 de Abril de 2020.

SUMULA: ALTERA O DECRETO 035/2020 QUE CONSOLIDA MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e;

CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto Estadual nº 462 de 22 de abril de 2020.

DECRETA:

Art. 1º.- Fica alterado o **art. 13 do Decreto Municipal nº 035/2020** que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - Fica autorizada a celebração de cultos e missas presenciais. Ficando a escolha de cada igreja realiza-los ou não e mantendo as seguintes exigências:

I - disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II - distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre as pessoas;

III - controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI - suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso."

Art. 2 - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE REABERTURA DE SUSPENSÃO E ALTERAÇÃO DE EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2020

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através da Comissão Permanente de Licitação, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, torna público para conhecimento dos interessados a alteração de edital elencados abaixo, CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2020, objetivando a AQUISIÇÃO EXCLUSIVA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES.

O Edital completo poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT.

Diante da alteração do objeto do CHAMADA PÚBLICA **Nº. 001/2020, A REABERTURA DA LICITAÇÃO DAR-SE-Á PARA O DIA 06 DE MAIO DE 2020 ÀS 14h00min.**

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, e-mail licitacao@feliznatal.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3585-2700/2707, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

Feliz Natal – MT, 23 de abril de 2020.

DULCILENE TSCHINKEL

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 004/2020

PREFEITURA JURIDICO
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº098/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.614.088-0001.02, com sede administrativa na Avenida Maravilha s/n°, Praça da Bíblia, centro, Feliz Natal – MT, CEP 78.885-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **RAFAEL PAVEI**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 039.721.749-85, e RG. nº 7739167-3-SSP/PR, residente e domiciliado na Avenida Maravilha, nº 1223 N, Centro, em Feliz Natal-MT, pelo presente instrumento, **RESOLVE CANCELAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2019**, firmada entre o Município de Feliz Natal/MT e a Empresa **G. DALPASQUALE EIRELI,** conforme as cláusulas adiante previstas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO

1.1. Fica **CANCELADA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°098/2019**, firmada entre o **MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT** e a Empresa **G. DALPASQUALE EIRELI**, considerando que a iniciativa do cancelamento foi por parte da Contratada e concordância da Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente cancelamento e de forma amigável pelas partes.

2.2. O presente cancelamento se dá em razões de interesse da Contratada e da Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DE EVENTUAL SALDO EXISTENTE EM NOTA DE EMPENHO

3.1. Eventual saldo existente em Nota de Empenho referente a Ata de Registro de Preços nº 098/2019 ou Contratos dela decorrentes (não liquidado) deverá ser devidamente cancelado junto ao Departamento de Contabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA DATA DO CANCELAMENTO

4.1 -O presente cancelamento da Ata de Registro de Preços ocorrerá na data da assinatura deste Termo, o qual deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

E, por estar ciente de suas prerrogativas, o Município de Feliz Natal-MT **CANCELA** de forma Amigável à Ata de Registro de Preços nº 098/2019.

O presente Termo de cancelamento vai assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Feliz Natal - MT, 01 de Abril de 2020.

MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL

RAFAEL PAVEI

CONTRATANTE

PREFEITURA JURIDICO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 016/2019 – 2º TERMO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 22 DE ABRIL DE 2020

CREDOR: **RCA CONSTRUTORA LTDA-EPP**

VIGENCIA: 12 DE AGOSTO DE 2020

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 016/2019 EM MAIS 90 (NOVENTA) DIAS À CONTAR DO DIA 13/05/2020, BEM COMO PRORROGAR A EXECUÇÃO DA OBRA EM MAIS 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DO DIA 13/05/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº 161/2020

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES MIRANDA**,brasileiro (a), nascido (a) em 09/11/1981, portador (a) do RG 1787604-4 SSP/ MT e do CPF: 014.270.781-30 Servidor (a) Público (a) EFETIVO no cargo de **AUXILIAR DE LIMPEZA** lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE a **Elevação de Nível** para enquadramento no nível 03, com base no Parecer Jurídico 019/2020 e Lei Complementar n° 003/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 22 de abril de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 163/2020

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **BRUNA BERTIN SCHREDER**,brasileiro (a), nascido (a) em 09/02/1991, portador (a) do RG 2220011-8 SSP/ MT e do CPF: 038.406.851-09 Servidor (a) Público (a) EFETIVO no cargo de **AGENTE DE CONSULTORIO DENTARIO** lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE a **Elevação de Nível** para enquadramento no nível 03, com base no Parecer Jurídico 023/2020 e Lei Complementar n° 003/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 22 de abril de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 162/2020

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE E NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **NEIRY SILVA FREITAS**,brasileiro (a), nascido (a) em 12/09/1979, portador (a) do RG 11499460 SSP/ MT e do CPF: 826.102.901-87 Servidor (a) Público (a) EFETIVO no Cargo de **ASSISTENTE SOCIAL** lotado (a) na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER a **Elevação de Classe e Nível** para enquadramento na Classe “B” e Nível 2, com base no Parecer Jurídico 021/2020 e Lei Complementar n° 005/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 22 de abril de 202

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 158/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **ILZEMAR DA SILVA RODRIGUES**,brasileiro (a) nascido (a) em 28/03/1970, portador (a) do RG 2170050 SSP/ GO e do CPF: 985.089.201-30, Servidor (a) CONTRATADO no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** lotado(a) na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período 27/04/2020 a 26/05/2020, com data prevista para retorno em 27/05/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 23 de abril de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 164, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

“Dispõe sobre a abertura de Processo Administrativo para verificação de inconsistência na tabela de vencimentos dos professores 25 e 30 horas, por provável recebimento indevido de proventos, e dá outras providências.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a comunicação do departamento de recursos humanos sobre a inconsistência nas tabelas de vencimentos dos professores 25 e 30 horas.

CONSIDERANDO, a ata de reunião do dia 13/04/2020 realizada com os respectivos profissionais para expor o problema detectado.

CONSIDERANDO, a necessidade de se verificar a origem das inconsistências do sistema informatizado para eventual responsabilização funcional de servidor da Administração ou possível restituição ao erário em casos de concorrência dos servidores públicos para o recebimento indevido.

CONSIDERANDO, pôr fim a necessidade de se apurar os valores corretos dos vencimentos dos respectivos profissionais para a efetiva correção do sistema informatizado do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo nº.002/2020 para apurar as inconsistências nas tabelas salariais dos professores lotados na secretaria Municipal de Educação conforme anexos a esta portaria.

Art. 2º. Para apurar a conclusão do Processo Administrativo fica designada Comissão Processante Especial composta pelos seguintes servidores efetivos sob a presidência do primeiro:

Cleusa Petrekic

C.P.F/MF nº 026.923.811-57;

William Henrique de Almeida Cardoso

C.P.F nº 230.531.228-80;

Daniele Regelmeier

C.P.F nº 047.297.779-21

Art. 3º. Os trabalhos dessa Comissão Especial deverão ser instalados dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados desta data, e concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) caso haja necessidade.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário em especial a portaria 148/2020.

Gaúcha do Norte- MT, 23 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 160/2020

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **ROSINER LOBILEIN**,brasileiro (a), nascido (a) em 09/11/1984, portador (a) do RG 17876672 SSP/ MT e do CPF: 013.489.261-55 Servidor (a) Público (a) EFETIVO no cargo de **ASSISTENTE SOCIAL** lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE a **Elevação de Nível** para enquadramento no nível 03, com base no Parecer Jurídico 022/2020 e Lei Complementar n° 003/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 22 de abril de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 159/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidor (a) **WILLIAM HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO**,brasileiro (a), nascido (a) em 17/09/1988, portador (a) do RG 415435699 SSP/ SP e do CPF: 230.531.228-80 Servidor (a) Público (a) EFETIVO no cargo de **ENGENHEIRO AMBIENTAL** lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO gozo de 9 (nove) dias de licença prêmio no período de 14/04/2020 a 22/04/2020, com data prevista para retorno em 23/04/2020.

Art. 2° - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos para o dia 14/04/2020.

Gaúcha do Norte-MT, 23 de abril de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PR 011 ERRATA

ERRATA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00min (Brasília) do dia 05 de maio de 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, à Avenida Delson Rodrigues s/n.

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TRUCADO E TRATOR AGRIOLA NOVOS, ZERO KM CONFORME ESPECIFICAÕES DO TERMO DE REFERENCIA E CONVÊNIO 050025/ 2019-SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAN) MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO – MT.

RETIRADA DO EDITAL: Através do site oficial da prefeitura municipal: www.generalcarneiro.mt.gov.br, solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, das 07h00min às 13h00.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3416-1215 /1153

General Carneiro - MT, 20 de abril de 2020

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro

ONDE -SE LÊ 05 DE MAIO DE 2020 LEIA-SE 07 DE MAIO DE 2020

EXTRATO CONTRATO 015/2020

EXTRATO DE CONTRATO N° 015/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

CNPJ nº 02.416.362/0001-93

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 CAVALO MECÂNICO 6X4 – CABINE LEITO TETO ALTO, SEMI-NOVO, ANO 2012/2013, MOVIDO A DIESEL COM 6 CILIDROS EM LINHA, COM AR CONDICIONADO, POTÊNCIA DE 480 CV PBT 23.000 KG RODAS A DISCO EM AO COMAROS DE 8,25X22,5 POL, COM PNEUS 295R 80/22,5 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO – MT.

DATA: 07/04/2020

VIGÊNCIA: 31/12/2020

ELIÉZIO DIAS DA SILVA

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

LEI Nº 673 DE 22 DE ABRIL DE 2020.

"Dispõe sobre à adequação da legislação do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos do Município de Glória d'Oeste – GLÓRIA-PREVI em razão das alterações promovidas no sistema previdenciário pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e Altera a redação da Lei Municipal nº 582, de 16 de fevereiro de 2016, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Glória d'Oeste/MT e, dá outras providências"

PAULO REMÉDIO, Prefeito de Glória d'Oeste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica referendado no âmbito da legislação previdenciária do Município de Glória d'Oeste, as alterações promovidas no artigo 149 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Art. 2º A Lei Municipal nº 582, de 16 de fevereiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12 Os servidores abrangidos pelo regime do GLÓRIA-PREVI serão aposentados:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido quando insuscetível de readaptação, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 13:

a) a incapacidade total e permanente será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do GLÓRIA-PREVI e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao GLÓRIA-PREVI já era portador não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

(...)

§ 5º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta deste Regime Próprio de Previdência Social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social, como previsto na nova redação do art. 40, § 6 º da Constituição Federal.

(...)

§ 7º O segurado aposentado por incapacidade permanente para o trabalho está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço público, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do GLÓRIA-PREVI, a realizarem-se anualmente.

Art. 28. A pensão por morte será concedida ao dependente de segurado equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o ***caput***será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10% (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo.

§ 4º O tempo de duração do benefício de pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos no artigo 32 desta Lei.

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 6º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

Art. 29. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 30. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II -do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

§ 3º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 4º Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 5º Ajuizada ação para reconhecimento da condição de dependente, poderá ser requerida a habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer a qualidade de dependente do autor da ação.

§ 6º Julgada improcedente a ação prevista no § 5º deste artigo, o valor retido será pago de forma proporcional aos demais dependentes, sem qualquer atualização, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.

§ 7º Em qualquer hipótese, fica assegurada ao órgão concessor da pensão por morte a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação.

Art. 31. A pensão por morte somente será devida ao filho e ao irmão inválido, cuja invalidez tenha ocorrido antes da emancipação ou de completar a maioridade civil, desde que comprovada, pela perícia médica do GLÓRIA-PREVI, a continuidade da invalidez até a data do óbito do segurado.

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente superveniente à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito a pensão.

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo GLÓRIA-PREVI.

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

§ 4º Aos dependentes, filho ou irmão, que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente, deverão ser observadas as condições estabelecidas para o filho ou irmão inválidos disposto neste artigo.

Art. 32. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º O direito à percepção de cada cota individual cessará:

I - pela morte do pensionista;

II - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, ao atingir a maioridade civil, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente incapazes, assim declarados judicialmente;

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave pelo afastamento da deficiência;

V - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea “a” ou os prazos previstos na alínea “c”, ambas do inciso V do § 1º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea “c” do inciso V do § 1º, em ato do Ministro de Estado da Previdência Social, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º O tempo de contribuição a outro Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou a Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas “b” e “c” do inciso V do § 1º.

§ 5º Na hipótese de o servidor falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício.

Art. 33. Havendo a extinção de parcela (s) de pensão, em razão da perda da qualidade de dependente ou cessação do benefício na forma desta lei, não será realizado novo rateio da pensão em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 36. O abono anual será devido àquele que, durante o ano tiver recebido proventos de aposentadoria e pensão por morte pagos pelo RPPS.

Art. 42. O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

Art. 43. Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

§ 1º O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.

§ 2º Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta Lei receberão do órgão instituidor (GLÓRIA-PREVI), todo o provento integral da aposentadoria, independentemente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 48......
.....

I - Das contribuições mensais dos segurados ativos, definidas pelo § 1º do art. 149 da CF/88, igual a 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos;

II - Das contribuições mensais dos segurados inativos e dos pensionistas, a razão de 14% (quatorze por cento), calculadas sobre a parcela dos proventos e das pensões concedidas e que tenham cumprido todos os requisitos para sua obtenção até 31.12.2003, que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

III – Das contribuições mensais dos segurados inativos e dos pensionistas, a razão de 14% (quatorze por cento), calculadas sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

IV - Das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 14% (quatorze inteiros por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 7,06% (sete inteiros e seis centésimos por cento) relativo ao custo normal e 6,94% (seis inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 58......
.....

Parágrafo Único. Os recursos do GLÓRIA-PREVI poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados, na modalidade de con-

signados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e nos atos administrativos disciplinadores desta modalidade de aplicação, a serem editados pelo Município de Glória d'Oeste.

Art. 86. Os servidores que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional n.º 41 de 31 de dezembro de 2003, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por incapacidade permanente para o trabalho, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não se aplicando os dispostos nos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e nem o artigo 35 desta Lei Municipal.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput deste artigo o disposto no art. 84 desta Lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade ao caput deste artigo.

Art. 89. O Prefeito Municipal instituirá por meio de Portaria a junta médica para emitir laudo médico pericial nos processos de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.

Art. 3º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em ABRIL/2020.

Art. 4º O rol de benefícios a ser concedido pelo GLÓRIA-PREVI fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Parágrafo único. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo órgão ou poder ao qual o servidor está vinculado, desde que tais benefícios estejam previstos no estatuto dos servidores públicos municipais.

Art. 5º É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, no âmbito deste regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º. Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de outro Regime Próprio de Previdência Social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

III - de aposentadoria concedida no âmbito deste Regime Próprio de Previdência Social com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

§ 2º. Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários mínimos, até o limite de 3 (três) salários mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários mínimos e;

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários mínimos.

§ 3º. A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º. As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta lei.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34 os §§ 1º e 2º do art. 48, o § 3º do artigo 49, art. 54, inciso II do parágrafo único do art. 59, todos estes pertencentes a Lei Municipal n. 582, de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 7º Fica o GLÓRIA-PREVI autorizado celebrar acordo que vise à execução de programas de trabalho, atividades sistêmicas e operacionais de interesse recíproco da Administração Pública Municipal, em regime de mútua cooperação, devendo respeitar, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e das demais normas que regulem a situação específica objeto.

Parágrafo único. As disposições contidas no *caput* dizem a operacionalização dos benefícios temporários do auxílio doença, salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, por meio de termo de cooperação técnica.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor:

I - no primeiro do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, quanto às alterações nos incisos I, II, III e IV do art. 48 da Lei Municipal n. 582, de 16 de fevereiro de 2016;

II - nos demais casos, na data de sua publicação.

§ 1º. Fica mantido até a finalização do prazo de que trata inciso I deste artigo a exigência das alíquotas contribuição tanto patronal mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações quanto a descontada dos segurados com base nas alíquotas de contribuição estabelecidas na redação anterior da Lei Municipal n. 582, de 16 de fevereiro de 2016.

§ 2º. Durante o período de estabelecido no inciso I o GLÓRIA-PREVI continuará responsável pela manutenção e concessão dos benefícios que versam sobre os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade nos termos da Lei Municipal n. 582, de 16 de fevereiro de 2016, finalizando tal responsabilidade após o referido prazo.

§ 3º. Durante o período de estabelecido no inciso I o Município de Glória d'Oeste deverá implementar as alterações necessárias para adequação legal e administrativa na concessão dos benefícios que versam sobre os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, em razão do disposto no § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Glória d'Oeste/MT, 23 de abril de 2020.

PAULO REMÉDIO

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2020	6,94%
2021	7,67%
2022	8,41%
2023	9,14%
2024	9,88%
2025	10,61%
2026	11,35%
2027	12,08%
2028	13,07%
2029	14,06%
2030	15,05%
2031	16,04%

2032	17,03%
2033	18,02%
2034	19,01%
2035	20,00%
2036	20,99%
2037	21,98%
2038	22,97%
2039	23,96%
2040	24,95%
2041	25,94%
2042	26,93%
2043	27,92%
2044	28,91%
2045	29,90%
2046	30,89%
2047	31,88%
2048	32,87%
2049	33,86%
2050	34,85%

DECRETO Nº 875, DE 08 DE ABRIL DE 2020

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional extraordinário no orçamento da Prefeitura Municipal de Gloria D'Oeste/ MT para o exercício 2020 e dá outras providências".

Paulo Remédio, Prefeito Municipal de Gloria D'Oeste/ MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a declaração de situação de emergência em saúde pública, declarada no município conforme Decreto Nº 873, de 07/04/2020, publicado em 07/04/2020, em decorrência da necessidade de enfrentamento do coronavírus (COVID-19);

Considerando, o Plano de Contingência Municipal destinado ao enfrentamento da circulação do COVID-19;

Considerando, as orientações do Ministério da Saúde sobre a necessidade de fortalecimento dos serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS para responder à situação de emergencial;

Considerando, que a situação de emergência urge a necessidade de atender o custeio das ações de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação da COVID-19, utilizando-se das prerrogativas legais consignadas na legislação em vigor, em especial nas Leis Federais nº 4.320/64 e nº 8.666/93,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projeto/Atividade) no Plano Plurianual para o ano 2020, constituído pelo anexo da Lei nº. 613/2017 - Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projetos/Atividades) no anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 657/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2020.

Artigo 3º - Nos termos do § 3º, do art. 167 da Constituição Federal e, nos termos do inciso III, artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, fica aberto na Lei 663/2019 (LOA) Crédito Adicional Extraordinário no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para fazer face às despesas de custeio das ações e serviços públicos de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação da "COVID-19", que originaram a declaração de situação de emergência no município de Gloria D'Oeste – MT, com as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

SubFunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0010 – Gestão da Saúde com Qualidade

Projeto / Atividade: 2100 – Enfrentamento da Emergência - COVID-19

Fonte de Recurso: 0.1.46 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.71.70.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Público

TOTAL..... R$ 25.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

SubFunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0010 – Gestão da Saúde com Qualidade

Projeto / Atividade: 2100 – Enfrentamento da Emergência - COVID-19

Fonte de Recurso: 0.1.46 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

TOTAL..... R$ 5.000,00

Artigo 2º - Os recursos para cobertura do crédito extraordinário, autorizado no artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de recursos financeiros do Ministério da Saúde, transferidos por meio do Fundo Nacional de Saúde – FNS, conforme Portaria MS Nº 480/2020 distribuídos pela Resolução CIB/MT "Ad Referendum" Nº 004/2020, de 25 de março de 2020.

Artigo 3º- O presente Decreto deverá ser encaminhado imediatamente ao Poder Legislativo, para conhecimento, conforme Artigo 44 da Lei 4.320/1964.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de 08 de Abril de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 056 DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMEDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 058 de 16 de Fevereiro de 2016.

R E S O L V E:

Artigo I – Conceder ELEVAÇÃO DE CLASSE E NIVEL ao servidor abaixo relacionada;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	Padrão Classe Nível (Atual)	Padrão Classe Nível (DE ELEVAÇÃO)
01	ALEXANDRE MENDES DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MAS)	B/II	C/III

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE ,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 22 DE ABRIL DE 2020.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PORTARIA N.º 051 DE 10 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE CHEFE DE SETOR DE FINANÇAS DESTE MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito do Município de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo I - **DESIGNAR** por um período de 20 (vinte) dias a servidora **MARCIA HELENA MARTINS DOS SANTOS**, portadora da cédula de Identidade RG N.º 809772 SSP/MT e CPF 531.347.611-49 para exercer interinamente o Cargo de Provimento em Comissão CC-7, de Chefe do Setor de Finanças desta municipalidade a partir desta data, em substituição a Servidora **SANDRA ESMÉRIA BERGAMASCO TAVEIRA**, que se encontra de Férias.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 10 DE ABRIL DE 2020.

PAULO REMÉDIO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI N.º 672 DE 22 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DISCRIMINADO POR SUAS FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS, ELEMENTOS DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

PAULO REMÉDIO, Prefeito Municipal de Glória d' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no montante de R$ 41.574,68 (Quarenta e Um Mil Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Sessenta e Oito Centavos), discriminado por suas funções programáticas, fonte de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade Orçamentária: 02 – Fundo Municipal de Saúde** **Função: 10 – Saúde** **SubFunção: 301 – Atenção Básica** **Programa: 0010 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica** **Projeto / Atividade:1053 – Construção, Reforma e Ampliação na Atenção Básica** **Fonte de Recurso: 0.3.37 – Transferência da União Referente à Cessão Onerosa** **Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações** **TOTAL..... R$ 41.574,68**
TOTAL GERAL DAS SUPLEMENTAÇÕES..... R$ 41.574,68

Art. 2º Os recursos disponíveis necessários à cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto em conformidade com o artigo anterior, serão suportados por recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações conforme disposições contidas no art. 43, parágrafo primeiro, inciso III da Lei Federal 4.320/64.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 02 – Fundeb

Função: 12 – Educação

SubFunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Proj. / Ativ.: 2023 – Remuneração dos Profissionais do Magistério do Fundeb 60% Fundamental

Fonte de Recurso: 0.3.37 – Transferência da União Referente à Cessão Onerosa

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patronais

TOTAL..... R$ 6.574,68

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

SubFunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Proj. / Ativ.: 2007 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração

Fonte de Recurso: 0.3.37 – Transferência da União Referente à Cessão Onerosa

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente

TOTAL..... R$ 35.000,00

TOTAL GERAL DAS SUPLEMENTAÇÕES..... R$ 41.574,68

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória d' Oeste, Estado de Mato Grosso, aos 23 de Abril de 2020.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 052 DE 13 DE ABRIL DE 2020.

REVOGA PORTARIA

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito do Município de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo I – REVOGAR A PORTARIA n.º 146 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019 que designou o servidor **FETTERMMAN FONSECA SEBASTIÃO**, brasileiro, inscrito no CPF 021.520.911-7 portador da cédula de Identidade RG N. º 19935854 SSP/MT e CPF 024.462.851-39, para também desempenhar as atribuições do Cargo de Fiscal de Postura desta municipalidade.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 13 DE ABRIL DE 2020.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

DECRETO Nº 876, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional extraordinário no orçamento da Prefeitura Municipal de Gloria D'Oeste/ MT para o exercício 2020 e dá outras providências".

Paulo Remédio, Prefeito Municipal de Gloria D'Oeste/ MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a declaração de situação de emergência em saúde pública, declarada no município conforme Decreto Nº 873, de 07/04/2020, publicado em 07/04/2020, em decorrência da necessidade de enfrentamento do coronavírus (COVID-19);

Considerando, o Plano de Contingência Municipal destinado ao enfrentamento da circulação do COVID-19;

Considerando, as orientações do Ministério da Saúde sobre a necessidade de fortalecimento dos serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS para responder à situação de emergencial;

Considerando, que a situação de emergência urge a necessidade de atender o custeio das ações de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação da COVID-19, utilizando-se das prerrogativas legais consignadas na legislação em vigor, em especial nas Leis Federais nº 4.320/64 e nº 8.666/93,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projeto/Atividade) no Plano Plurianual para o ano 2020, constituído pelo anexo da Lei nº. 613/2017 - Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projetos/Atividades) no anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 657/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2020.

Artigo 3º - Nos termos do § 3º, do art. 167 da Constituição Federal e, nos termos do inciso III, artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, fica aberto na Lei 663/2019 (LOA) Crédito Adicional Extraordinário no valor de R$ 20.000,00 (trinta mil reais) para fazer face às despesas de custeio das ações e serviços públicos de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação da "COVID-19", que originaram a declaração de situação de emergência no município de Glória D'Oeste – MT, com as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

SubFunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0010 – Gestão da Saúde com Qualidade

Projeto / Atividade: 2100 – Enfrentamento da Emergência - COVID-19

Fonte de Recurso: 0.1.02 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.71.70.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Público

TOTAL..... R$ 15.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

SubFunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0010 – Gestão da Saúde com Qualidade

Projeto / Atividade: 2100 – Enfrentamento da Emergência - COVID-19

Fonte de Recurso: 0.1.02 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

TOTAL..... R$ 5.000,00

Artigo 2º - Os recursos para cobertura do crédito extraordinário, autorizado no artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

SubFunção: 301 - Administração Geral

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Projeto / Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF –Estratégia Saúde da Família

Fonte de Recurso: 0.1.02 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Ativo

TOTAL..... R$ 20.000,00

Artigo 3º- O presente Decreto deverá ser encaminhado imediatamente ao Poder Legislativo, para conhecimento, conforme Artigo 44 da Lei 4.320/1964.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de 08 de Abril de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 053 DE 13 DE ABRIL DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PECÚNIA A SERVIDORA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - **CONCEDER** 01 (um) mês de Licença Prêmio em Pecúnia, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N. º 068 de 05/09/2017 a Servidora **GEOVANA GREVE,** brasileira, portadora do RG n. º 788832 SSP/MT e do CPF 531.308.801-78 que exerce o Cargo de MÉDICA SAÚDE DA FAMÍLIA, lotada da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 13 DE ABRIL DE 2020.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO TP 003/2020

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Presidente da CPL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 003/2020, cujo Objeto é a contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE DRENAGEM PROFUNDA COM TUBOS DE CONCRETO ARMADO EM RUAS NO MUNICIPIO DE INDIAVAÍ-MT. Dia: 08/05/2020, abertura as 08:00 horas (horário de Mato Grosso). Edital Completo no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, **poderá ser solicitado pelo e-mail (**pmindiavailicitacao@gmail.com) e site www.indiavai.mt.gov.br. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 23 de Abril de 2020.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Presidente CPL.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SRP 003/2020

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL 003/2020, cujo Objeto é: Futuras Aquisição de CAMINHÃO TRANSPORTE DE ÁGUA (PIPA), TRAÇÃO 6x2 DE FÁBRICA, Veículo – Novo 0KM,com julgamento 22/01/2020, foi adjudicado e homologado a Empresa: Reavel Veículos Eireli, inscrita no CNPJ: 30.260.538/0001-04, sediada a Rua C 180, nº. 176 Qd. 17, Lote 1920, sala 44 Setor Nova Suíça, Goiânia – GO, por atender as exigências do edital e o menor preço. Para maiores Informações no endereço rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, ou pelo e-mail (**pmindiavailicitacao@gmail.com**). Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 22 de abril de 2020.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 031/2019

1º ADITIVO

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí

CONTRATO 031/2019: **BJ – Tendências, Comercio e Serviços EIRELI**

CNPJ: 03.301.414/0001-49

Objeto: conclusão do Sistema de Abastecimento de Agua do município de Indiavaí-MT.

Procedimento: Aditamento de Prazo

Vigência do aditivo: 25/04/2020 – 24/07/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE RESULTADO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2020

O Município deItanhangá – MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público aos interessados que realizou o julgamento do Credenciamento nº 001/2020, para o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES SOBREAVISO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT",** onde a empresa **VINICIOS CARVALHO RAMALHO – ME – CNPJ: 36.893.697/0001-14,** foi credenciada.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br, pelo telefone (66) 3578-2500, ou ainda no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 23 de abril de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AUTO POSTO TIBIRISSÁ-LTDA - CNPJ - 33.659.863/0003-96

OBJETO: O presente Termo tem por objetivo reestabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens descritos, conforme tabela abaixo:

Item	Produto	Preço Atual	Valor Suprimido	Valor reequilibrado
05	Óleo Diesel S500 – Produto devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	R$ 3,80	**R$ 0,11**	**R$ 3,69**

DATA DE ASSINATURA: 24 de abril de 2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 054/2020

Dispõe sobre PROGRESSÃO DE NÍVEL de Servidor Público Municipal do Poder Legislativo e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, gestão 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno **e;**

Considerando requerimento da servidora, emitido em 08/04/2020

Considerando artigo 3º, inciso VI e artigo 28 da Lei Municipal 971/2017 e Lei Municipal 379/99,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à servidora Sra. Gilvana Cruz Nascimento Anicésio, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional nº004, devidamente inscrita noCPF sob o nº 935.896.971-72, PROGRESSÃO DE NIVEL (por tempo de serviço), relativo ao triênio 04/03/2017 a 03/03/2020.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

Em 17 de abril de 2020.

Marcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 053/2020

Dispõe sobre antecipação da folha de pagamento dos vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal de Itiquira e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições legais, especialmente as no Regimento Interno e;

CONSIDERANDO o rol de mudanças ocorridas na vida cotidiana de todos os cidadãos, em razão da pandemia originada pelo Corona Vírus (COVID-19), o que inflência desde mudança de hábitos, inclusive adequação as oscilações de mercado, o qual vem apresentando escassez de estoque de vários produtos,

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR a data de Folha de Pagamento mensal, para até o dia 25 de cada mês, enquanto durar as atual situação.

Árt. 2º. O Departamento Pessoal, fara o fechamento de Ponto até a data do dia 20 do mês corrente, abrangendo um intervalo de 30 dias, ou seja, do dia 20 do mês anterior a 20 do mês atual.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

Em 17 de abril de 2020.

Marcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 055/2020

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidor Público Municipal do Poder Legislativo de Itiquira-MT (Assessora Parlamentar e Legislativo) e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor, Sr. **ALESSANDRO FERREIRA GONZAGA**, inscrito no CPF sob o n.º 841.004.511-72, do cargo de **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO,** a partir da data de 22 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa n.º 102/2019.

Registre-se,

Publique-se. Afixe-se. Cumpra-se!

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

Itiquira-MT, 22 de abril de 2020.

Marcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada no endereço acima mencionado, através de seu pregoeiro o qual subscreve, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivandoa **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI – CNPJ 29.700.587/0001-23** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 159.511,45 (cento e cinquenta e nove mil quinhentos e onze reais e quarenta e cinco centavos); **HIPERDENTAL COMERCIO E REP. DE PROD. ODONTO E MED HOSP. LTDA EPP – CNPJ 13.994.852/0001-93**sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 8.111,00 **(oito mil cento e onze reais); BHDENTAL COMERCIAL EIRELI – CNPJ 29.312.896/0001-26** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 10.490,00 (dez mil quatrocentos e noventa reais); **VS COSTA E CIA LTDA – CNPJ 05.286.960/0001-83** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 8.307,00 **(oito mil trezentos e sete reais); DENTAL UNIVERSO EIRELI – CNPJ 26.395.502/0001-52** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 57.382,30 (cinquenta e sete mil trezentos e oitenta e dois reais e trinta centavos); **MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS LTDA – EPP – CNPJ 04.724.729/0001-61** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 12.953,30 (doze mil novecentos e cinquenta e três reais e trinta centavos); **ELISVANDIA MATOS DONINI-EIRELI – CNPJ 13.547.970/0001-53** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 10.650,00 (dez mil seiscentos e cinquenta reais); **DENTAL OPEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – EPP – CNPJ 08.849.206/0001-00** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 8.435,00 **(oito mil quatrocentos e trinta e cinco reais) e DENTAL OESTE EIRELI – EPP – CNPJ 05.412.147/0001-02** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 2.076,75 **(dois mil setenta e seis reais e setenta e cinco centavos).**

Itiquira/MT, em 23 de abril de 2020.

Aloizio Magno Fischer Lopes Junior

Pregoeiro Designado

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 056/2020

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Servidor Público Municipal do Poder Legislativo de Itiquira-MT (Assessora Parlamentar e Legislativo) e, dá outras providências.

MARCIO ALVES FONTES, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Gestão 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora, Sra. **MARIA ROSENY FARIAS LIMA**, inscrita no CPF sob o n.º 811.624.561-91, do cargo de **ASSESSORA PARLAMENTAR / LEGISLATIVO,** a partir da data de 23 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Legislativa n.º 014/2020.

Registre-se,

Publique-se. Afixe-se. Cumpra-se!

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

Itiquira-MT, 23 de abril de 2020.

Marcio Alves Fontes

Presidente

(Gestão 2019/2020)

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020

Aprova o Parecer Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Aprova as contas de Governo do Poder Executivo Municipal de Itiquira-MT, relativas ao exercício de 2017, de responsabilidade do Exmo. Prefeito Humberto Bortolini.

A CAMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA APROVA E A MESA DIRETORA DESTA CASA, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Artigo 1º – Fica aprovado o Parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e, por consequência, ficam aprovadas as Contas de Governo do Poder Executivo Municipal de Itiquira, relativas **ao exercício de 2017,** de responsabilidade do Exmo. Prefeito, Humberto Bortolini.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Itiquira/MT, 22 de abril de 2020.

MARCIO A. FONTES RONIVON S. MINGOTI

Presidente 1ºSecretário

ALVARO MONTEIRO

2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RE-RETIFICAÇÃO - REAVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS DE N.º 002/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Presidente da CPL nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS DE N.º 002/2020**, do tipo **MENOR PREÇO**, Resolve: **RETIFICAR** a data do envio, no seguinte aspecto: **ONDE SE LÊ:** Jaciara, 09 de março de 2020; **LEIA-SE:** Jaciara, 22 de abril de 2020**.** Tendo por objeto a **"Contratação de empresa especializada para executar obra de Construção de Portal na Estrada Parque Cachoeira da Fumaça no Município de Jaciara - MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **11 DE MAIO DE 2020 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 23 de abril de 2020.

ROBELSON HUGNEI DE FRANÇA GALINDO

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA

EXTRATO DE CONTRATO

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2020 – CORESS/MT

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

CONTRATO: AMENDOLA & AMENDOLA SOFTWARE LTDA

CNJP: 04.326.049/0001-90

OBJETO: Prestação de Serviços de Assessoria no envio das cargas mensais e tempestivas do APLIC, compreendendo: Sistema Integrado de Contabilidade Pública, administração orçamentária e financeira. (Incluindo: APLIC, DIRF, DCTF WEB, SPED: ECD E ECF) Sistema Integrado de controle e gerenciamento de Folha de Pagamento e Recursos Humanos (incluindo DTCF WEB, EFD – REINF e eSocial), Serviço de Locação de software - locação de licença de uso de software gerenciador de sistema de licitações compras e contratos, numa plataforma 100% web, com manutenção e suporte físico e/ou on-line, Sistema Integrado de Almoxarifado e Controle de Veículos (frotas) Sistema de Patrimônio Público Serviço de Locação de Software - locação de licença de uso de software integrado gerenciador de sistema para modulo portal transparência (lei complementar 131/2009), numa plataforma windows, LINUX e MEC, para o setor de contabilidade, com manutenção e suporte físico e/ou on-line.

VALOR GLOBAL: *18.237,60 (Dezoito mil, duzentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).*

VIGÊNCIA: 27/03/2020 à 27/09/2020

FUNDAMENTO: em conformidade com Processo Administrativo 001/2020, do Termo de Adesão nº 001/2020, sujeitando-se as partes às disposições da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Jaciara-MT, 27 de março de 2020.

VANDERLEI SILVA DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

CONTRATO: MANOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROSIN & CIA LTDA-ME

CNJP: 20.469.723/0001-41

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para Prestação de serviço de Orçamento de Projeto Arquitetônico de Ampliação, Projeto Eletrotécnico e Planilha de Obras e Serviços para Câmara Municipal de Jaciara-MT*

VALOR GLOBAL: 17.599,04 (Dezessete mil, quinhentos e noventa e nove reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 13/04/2020 à 13/05/2020

FUNDAMENTO: em conformidade com Processo de Dispensa 001/2020, do processo administrativo nº 002/2020, sujeitando-se as partes às disposições da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Jaciara-MT, 13 de abril de 2020.

VANDERLEI SILVA DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RE-RETIFICAÇÃO - REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 012/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ÍTEM**, Resolve: **RETIFICAR** a data do envio, no seguinte aspecto: **ONDE SE LÊ:** Jaciara, 09 de março de 2020; **LEIA-SE:** Jaciara, 22 de abril de 2020**.** Tendo por objeto a **"Registro de preços para eventual contratação de empresa para aquisições de Materiais para construção, pavimentação asfáltica e tapa buracos no município de Jaciara-MT"**, nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **07 DE MAIO DE 2020 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av.

Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 23 de abril de 2020.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PORTARIA Nº 059/2020

Dispõe sobre Exoneração do Servidor João Jocival Vasconcelos da Silva.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR, o Senhor **JOÃO JOCIVAL VASCONCELOS DA SILVA**, do cargo em Comissão de Encarregado de Divisão Controle de Frotas, Secretaria Municipal Obras e Viação, a partir desta data 01 de abril de 2020.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 15 de abril de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2020

Dispõe sobre Alteração de Cargo da Srª Vanessa Bastos da Silva ao cargo em comissão de Encarregado de Divisão de Abastecimento.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

ALTERAR, a senhora **VANESSA BASTOS DA SILVA** do cargo em Comissão de Encarregado de Divisão de Atendimento com lotação na Secretaria Municipal de Saúde para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão de Abastecimento, com lotação na Secretaria Municipal de Obras. A partir de 01 de abril de 2020.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 15 de abril de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2020

Dispõe sobre Nomeação da Srº. João Jocival Vasconcelos da Silva ao cargo em comissão Coordenador de Licitação e Contratos.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR, o senhor **JOAO JOCIVAL VASCONCELOS DA SILVA**, para o cargo em Comissão de Coordenador de Licitação e Contratos, a partir desta data 02 de abril de 2020.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 15 de abril de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º008/2020

Processo Administrativo nº. 914/2020

Pregão Eletrônico nº. 004/2020 Registro de Preço nº. 008/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Maria Aparecida de Souza Antunes, Secretária Municipal de Assistencia e Desenvolvimento Social, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico N° 004/2020, devidamente homologado à, nos autos do Processo Administrativo n°. 914 /2019, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 005/2020, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: Appolari Informática LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º. 09.057.206/0001-22 com sede Rua 28 de Outubro, Bairro Centro, CEP: 78.280-000, Cidade de Mirassol D Oeste, neste ato representado pelo Sr. José Luiz Appolari, portador do CPF n° 078.828.758-30 e RG n°. 529.946SSP/MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de Aquisicao de Materiais de Consumo Artesanato Solicitado para Secretaria de Assistencia e Desenvolvimento Social, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de Materiais de Consumo Artesanato - PARA ATENDER AS NECESSIDADES (DO ORGÃO GERENCIADOR).**

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
06	Und.	100	BALOES COLORIDOS DE 7 POLEGADAS, ELABORADOS EM LATEX DE BORRACHA NATURAL, EMBALAGEM COM O SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	SANTA CLARA	R$ 7,65	R$ 765,00
07	Und.	50	BARBANTE - CRU, COMPOSIÇAO 100% ALGODAO	BRASFORTE	R$ 15,75	R$ 787,50
14	Und.	200	CHINELO - BORRACHA,TIRAS SIMPLES DE DEDO, 33 AO 49	PAPO	R$ 12,20	R$ 2. 440,00
16	Und.	50	COLA DE SILICONE – EM SILICONE, DEVENDO SER APLICADO QUENTE,PARA COLAR MATERIAIS EM PVC E PLASTICO,DEVENDO SER FORNECIDO EM BASTAO COM 50GR	COLA QUENTE BASTAO	R$ 5,36	R$ 268,00
18	Und.	20	COLA PORCELANA FRIA 500 GR, COMPOSIÇÃO: POLIACETADO DE VINILA (PVA) EM DISPERSÃO ACOSA (TIPO CASCOREZ, IGUAL OU SIMILAR) IND, BRASILEIRA	TIPO COSCOREZ	R$ 20,61	R$ 412,20

19	Und.	30	ELASTICO - DE ELASTICO CHATO,N. 8, MEDINDO 5,00MM DE LARGURA,NA COR BRANCA	CHATO	R$ 5,75	R$ 172,50
20	Und.	50	ELEMENTO DECORATIVO PARA FESTA NATALINA - MANTA PARA PE DE ARVORE NATAL,EM TECIDO FELPO,MEDINDO 60 CM	OBERFIL	R$ 28,25	R$ 1.412,50
23	Und	10	ELEMENTO DECORATIVO PARA FESTA NATALINA - MANTA PARA PE DE ARVORE NATAL,EM TECIDO FELPO,MEDINDO 60 CM	CIRCULO	R$ 10,88	R$ 108,80
24	Und	100	FITA DECORATIVA - CETIM OU TECIDO, MEDINDO 3CM, CORES DIVERSAS	PROGRESSO	R$ 13,00	R$ 1.300,00
28	Und	40	ISOPOR - BOLA DE ISOPOR -EPS- REDONDA GRANDE -150MM NA COR BRANCA	ISOESTE	R$ 5,03	R$ 201,20
30	Und	50	LINHA - 100% POLIESTER,FIO 50,PARA COSTURA.	DRIMA	R$ 4,56	R$ 227,50
31	Und	10	LINHA DE NYLON - DE NYLON,FIO DE NYLON,ESPESSURA Nº 50,CORES VARIADAS,TUBO COM 100 METROS,PARA ARTESANATO EM GERAL	ARTPESCA	R$ 12,00	R$ 120,00
32	Und	300	LINHA P/ BORDAR - 100 POR CENTO ALGODAO,TIPO MEADAS COM 6 FIOS SEPARAVEIS COM UMA LEVE TORCAO, PARA QUE POSSAM SER USADOS DE 1 A 6 FIOS DEPENDENDO DA TECNICA DE BORDAR,UTILIZADO PARA BORDAR## NA COR PRETA,MEDINDO (LXAXP) 30X4X18CM	ANCHOR	R$ 2,20	R$ 660,00
33	Und	600	LINHA PARA CROCHE,100% ALGODAO, NOVELO COM 500 MTS, CORES VARIADAS - UNIDADE	ANNE	R$ 9,90	R$ 5.940,00
34	Und	200	MANTA DE STRASS - CRYSTAL BASE DOURADA	ELLO7	R$ 20,30	R$ 4.060,00
35	Und	10	MASSA PARA MODELAR - EM MASSA BISCUIT,NA COR AZUL	FOX	R$ 5,80	R$ 58,00
36	Und	200	MEIAS DE SEDA LISA, PARA ARTESANATOS. VARIAS CORES	ELLO7	R$ 52,99	R$ 598,00
37	Und	20	MICANGA - MEIA PEROLA - MICANGA EM FORMATO DE MEIA PEROLA (TAMANHO 3MM)	ELLO7	R$ 21,55	R$ 431,00
38	Und	20	MICANGA - MEIA PEROLA - MICANGA EM FORMATO DE MEIA PEROLA (TAMANHO 6MM)	ELLO7	R$ 22,74	R$ 454,80
40	Und	20	MISSANGA - PLASTICO,FORMATO REDONDO (TIPO LANTEJOULA),TAMANHOS N. 10,CORES VARIADAS,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	ELLO7	R$ 22,74	R$ 454,80
Total dos Itens						**R$: 20.871,80**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Assistencia e Desenvolvimento Social – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Assistencia e Desenvolvimento Social – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com a legislação em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não- obrigatório.

19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da Ata advinda desta licitação, na conformidade da legislação em vigor.

.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme com a legislação em vigor

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 17 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
MARIA APARECIDA DE SOUZA ANTUNES
Contratante
APPOLARI INFORMATICA LTDA
JOSE LUIZ APPOLARI
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atual, a Dispensa de Licitação nº. 024/2020, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 23 de abril de 2020. Aquisição de filtros para realização das trocas necessárias para manutenção dos bebedouros das escolas municipais, para que seja fornecida agua tratada e filtradas aos alunos das escolas publicas municipais.

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru MT, 23 de abril de 2019.

Izabel Cristina Lemos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atual, a Dispensa de Licitação nº. 022/2020, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 22 DE abril de 2020. Aquisição de peças e mão de Obra, para manutenção de veiculo Citroen Jumper, necessária para que o veículo esteja disponível na Secretária de Saúde, para atendimentos de pa-

cientes em situação de emergência, assim também para que some junto a frota de ambulância do município nesse momento em que estamos enfrentando a pandemia ocasionada pelo CIVID-19 (novo Corona vírus).

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru MT, 23 de abril de 2019.

Edvaldo Alves Bento

Secretário Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003 /2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.418.133/0001-00, com sede na Avenida das Laranjeiras, nº. S/nº, Parque Primavera, CEP: 74.913-122, fone (62) 3515-1280, Cidade de Aparecida de Goiania, Estado de Goias, neste ato representada pelo Senhor **CASSIO MARTINS DE FREITAS**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5040142 SSP/GO e do CPF n° 032.868.041-93, residente e domiciliado na Rua Monjola, S/nº, Quadra B3, Lote 03, Residencial Alphavile Flamboyant, Cidade de Goiania/GO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
02	AMPOLA	200	ADENOSINA 3 MG/ML, SOLUÇAO INGETAVEL, AMPOLA 2ML, VIA DE ADMINISTRAÇAO INTAVENOSA	HIPOLABOR	18,19	3.638,00
04	AMPOLA	1.000	AMINOFOLINA 24MG/ML SOLUÇAO INJETAVEL AMPOLA 10ML	FARMACE	1,15	1.150,00
08	AMPOLA	300	BETAMETASONA ACETATO + BETAMETASONA FOSFATO DISSODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML + 3 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNI	11,75	3.525,00
16	AMPOLA	100	DESLANOSIDEO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 02 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNI	2,80	280,00
20	AMPOLA	1.000	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML + 50 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	UNI	2,55	2.550,00
21	AMPOLA	800	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA+GLICOSE+FRUTOSE - (30MG+50MG+1000MG+1000MG)/ML,RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 10ML, VIA PARENTERAL	TAKEDA	3,90	3.120,00
28	AMPOLA	25	FENTANILA, CITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,05 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA.	UNI	2,93	73,25
29	AMPOLA	500	FITOMENADIONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	HIPOLABOR	1,36	680,00
32	AMPOLA	240	HALOPERIDOL DECANOATO - ONCENTRACAO/DOSAGEM DE 70,52MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 1ML, VIA INTRAMUSCULAR	UNI	7,19	1.725,60
36	AMPOLA	25	LIDOCAINA, CLORIDRATO + EPINEFRINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 2 % + 1/50.000, RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 20ML	HYPOFARMA	5,10	127,50
39	AMPOLA	200	METILERGOMETRINA MALEATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 02 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNIAO QUIMICA	2,73	546,00
41	AMPOLA	40	MIDAZOLAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 15 MG, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, AMPOLA 3 ML	UNI	1,99	79,60
46	AMPOLA	150	PETIDINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNI	3,88	582,00
54	AMPOLA	10	SUXAMETONIO, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500MG , FORMA FARMACEUTICA EM PO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA , VIA PARENTERAL (FRASCO-AMPOLA)	UNI	23,20	232,00

62	AMPOLA	300	HALOPERIDOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,FORMA FARMACEUTICA AMPOLA PARA USO ENDOVENOSO E INTRAMUSCULAR	UNI	2,10	630,00
138	FRASCO	300	FENOBARBITAL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL FORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNI	4,55	1.365,00
192	COMP	3.000	OXCARBAZEPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL (TRLEPTAL)	UNI	2,49	7.470,00
202	FRASCO	800	RIFAMICINA SV SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAOFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	NATULAB	4,10	3.280,00
204	COMP	2.000	RISPERIDONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNI	0,15	300,00
218	FRASCO	100	TIMOLOL, MALEATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO OFTALMICA,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO OFTALMICA	UNI	4,50	450,00
219	COMP	5.000	TIORIDAZINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNI	1,13	5.650,00
Total dos Itens						**R$: 37.453,95**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
MED VITTA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA
CASSIO MARTINS DE FREITAS
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003 /2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.419.311/0001-83, com sede na Avenida Antonio Silvio Barbieri, nº. 1099, Pinherinho, CEP: 85.603-000, fone (46) 2601-0680, Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor **NEOMAR ANTONIO TOMAZELI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 7.668.839-7 SSP/PR e do CPF n° 028.836.829-09, residente e domiciliado na Cidade de Francisco Beltrão/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
78	COMP	50.000	ACIDO ACETILSALICILICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	IMEC	0,03	1.500,00
79	COMP	10.000	ACIDO FOLICO - CONCETRACAO/DOSAGEM 5 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	HIPOLABOR	0,05	500,00
89	CAPSULA	35.000	AMOXICILINA 500 MG, CAPSULAS, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,17	5.950,00
100	COMP	80.000	CARBAMAZEPINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TEUTO	0,15	12.000,00
111	COMP	35.000	CIPROFLOXACINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,23	8.050,00
113	COMP	2.800	CLARITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	3,89	10.892,00
114	COMP	1.800	CLOMIPRAMINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG FORMA FARMACEUTICA DRAGEA VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	1,00	1.800,00
116	COMP	60.000	CLONAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	0,06	3.600,00
126	COMP	15.000	DIAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	0,09	1.350,00
129	COMP	35.000	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GREEPHARMA	0,10	3.500,00
141	CAPSULA	56.000	FLUOXETINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MGFORMA FARMACEUTICA CAPSULAVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	HIPOLABOR	0,08	4.480,00
144	COMP	3.000	GLICLAZIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 60 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	0,54	1.620,00
164	COMP	4.500	LEVOTIROXINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MCG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MERCK	0,15	675,00
165	COMP	6.000	LEVOTIROXINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MCG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MERCK	0,15	900,00
166	COMP	6.000	LEVOTIROXINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MCG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MERCK	0,15	900,00
173	COMP	5.000	METILDOPA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	1,20	6.000,00
175	COMP	7.500	METOPROLOL, SUCCINATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG ,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ACCORD	0,41	3.075,00
178	COMP	8.000	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,13	1.040,00
179	FRASCO	600	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,4MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, VIA ORAL	EMS	6,00	3.600,00
190	COMP	2.400	ONDANSETRONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇAO ORAL	BIOLAB	2,49	5.976,00
193	COMP	25.000	PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	HIPOLABOR	0,06	1.500,00
212	COMP	6.000	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 400 MG/80 MG RESPECTIVAMENTE FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,13	780,00
Total dos Itens						**R$: 79.688,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
NEOMAR ANTONIO TOMAZELLI
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003 /2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.889.035/0001-02, com sede na Rua Rubens Derks, nº. 105, Industrial, CEP: 99.706-300, fone (54) 3522-4273, Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Senhor **Jhonatan Boni**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2105024927 SJS/RS e do CPF n° 016.789.820-59, residente e domiciliado na Rua Pedro Alvares Cabral, nº. 610, Bairro Centro, da Cidade de Erechim/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
01	AMPOLA	5.000	ACIDO ASCORBICO 100MG/ML SOLUÇAO INJETAL, AMPOLA 5ML	SANTISA	0,63	3. 150,00
03	AMPOLA	5.000	AGUA DESTILADA INJETAL AMPOLA 10ML, VIA DE ADMINISTRAÇAO PARENTERAL	SAMTEC	0,39	1. 950,00
06	AMPOLA	400	BENZILPENICILINA BENZATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600.000 UIFORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO INJETAVE LFORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	TEUTO	9,28	3. 712,00
13	AMPOLA	600	CLORETO DE POTASSIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 19,1 %, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL 2,56 FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 10 ML	SAMTEC	0,46	276,00
22	AMPOLA	1.500	DIPIRONA SODICA + ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG/ML + 4 MG/ML RESPECTIVAMENTE FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	HIOSPAN	2,65	3. 975,00
24	AMPOLA	100	DOPAMINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	TEUTO	1,27	127,00
38	AMPOLA	500	LIDOCAINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 2%,FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL ,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	HIPOLABOR	1,35	675,00
50	AMPOLA	3.000	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 250ML	FRESENIUS	2,85	8. 550,00
51	AMPOLA	1.500	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO 0,9 % SOLUCAO ISOTONICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9%, FRASCO COM 500 ML.	FRESENIUS	3,40	5. 100,00
56	AMPOLA	100	DOBUTAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 12,5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	TEUTO	7,00	700,00
59	AMPOLA	200	FLUMAZENIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 01 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	TEUTO	7,80	1. 560,00
63	AMPOLA	600	HIDROXIDO FERRICO, SACARATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INJETAVEL	BLAU	9,23	5. 538,00
66	FRASCO	400	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO GLICOSADO 5%, 500ML	FRESENIUS	4,30	1. 720,00
68	FRASCO	400	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO MANITOL 20% FRASCO 250ML	FRESENIUS	4,22	1. 688,00
80	CAPSULA	8.750	ACIDO VALPROICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BIOLAB	0,25	2. 187,50
83	COMP	3.000	ALOPURINOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,18	540,00
84	COMP	2.000	ALOPURINOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 300 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,38	760,00
90	FRASCO	800	AMOXICILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	2,84	2. 272,00
92	COMP	3.000	ANLODIPINO BESILATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GEOLAB	0,07	210,00
94	UND	800	AZITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/5 MLFORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	10,50	8. 400,00
96	COMP	6.000	BACLOFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TEUTO	0,16	960,00
98	COMP	6.000	BIPERIDENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	0,18	1. 080,00
108	COMP	40. 000	CEFALEXINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO OU DRAGEA VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TEUTO	0,23	9. 200,00
109	UND	500	CEFALEXINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/5ML, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TEUTO	7,68	3. 840,00
119	FRASCO	200	CLORETO DE SODIO SOLUÇAO NASAL 0,9% FRASCO 30ML	NATULAB	0,84	168,00

120	COMP	8.000	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	0,22	1.760,00
121	COMP	8.000	CLORPROMAZINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	0,25	2.000,00
127	BISNAGA	400	DICLOFENACO DIETILAMONIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 11,6 MG/G,FORMA FARMACEUTICA GEL,FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	CIMED	2,89	1.156,00
130	COMP	10.000	DIVALPROATO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ZYDUS	0,82	8.200,00
134	COMP	50.000	ENALAPRIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ONEFARMA	0,04	2.000,00
142	COMP	20.000	FUROSEMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO-FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,09	1.800,00
145	COMP	5.000	HALOPERIDOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	0,13	650,00
146	COMP	10.000	HALOPERIDOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	0,19	1.900,00
153	COMP	5.000	ISOSSORBIDA MONONITRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ZYDUS	0,10	500,00
155	CAPSULA	5.000	ITRACONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GEOLAB	0,90	4.500,00
159	XAROPE	300	LACTULOSE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 667 MG/MLFORMA FARMACEUTICA XAROPE-FORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NUTRIEX	6,10	1.830,00
182	COMP	40.000	NIFEDIPINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GEOLAB	0,07	2.800,00
183	FRASCO	200	NISTATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100.000 UI/MLFORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	3,59	718,00
184	BISNAGA	500	NISTATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100.000 UI/G, FORMA FARMACEUTICA CREME VAGINAL, FORMA DE APRESENTACAO EM BISNAGA COM 60G E COM NO MINIMO 7 APLICADORES, VIA TOPICA	TEUTO	6,65	3.325,00
185	COMP	8.400	NITROFURANTOINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL	TEUTO	0,20	1.680,00
197	FRASCO	500	PRESNISOLONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUÇAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	3,70	1.850,00
203	COMP	3.000	RESPIRIDONA 1 MG COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BIOLAB	0,10	300,00
207	COMP	80.000	SERTRALINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GEOLAB	0,15	12.000,00
208	FRASCO	300	SIMETICONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG/ML FORMA FARMACEUTICA EMULSAO ORAL FORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NATULAB	0,99	297,00
209	COMP	15.000	SINVASTATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	0,06	900,00
210	COMP	20.000	SINVASTATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	0,11	2.200,00
222	COMP	15.000	VALPROATO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BIOLAB	0,90	13.500,00
223	FRASCO	500	ACIDO VALPROICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/MLFORMA FARMACEUTICA XAROPEFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TEUTO	3,19	1.595,00
224	COMP	5.000	VARFARINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TEUTO	0,12	600,00
Total dos Itens						**R$: 136.399,50**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
JHONATAN BONI
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003 /2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.472. 278/0001-64, com sede na Rua Gotardo Mazzarolo, nº. 16, Centro, CEP: 85.802-240, fone (54) 3523-2202, Cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Senhor **Marcelo Marostica**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1076099215 SSP/RS e do CPF n° 820.347.290-72, residente e domiciliado na Rua Basilio Tormem, nº. 376, Bairro Centro, da Cidade de Barão de Coregipe/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
10	UND	1.200	CETRIAXONA SODICA - 1G, USO ENDOVENOSO, FORMULA DE APRESENTACAO FRASCO AMPOLA	EUROFARMA	13,49	16. 188,00
18	AMPOLA	800	DIAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	SANTISA	0,68	544,00
25	AMPOLA	25	ETOMIDATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	CRISTALIA	13,39	334,75
27	AMPOLA	500	FENOBARBITAL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	CRISTALIA	1,90	950,00
30	AMPOLA	800	FUROSEMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FARMACE	0,58	464,00
45	AMPOLA	800	ONDANSETRONA - ONDANSETRONA CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA.	HYPOFARMA	1,25	1. 000,00
52	AMPOLA	400	SORO - SOLUCAO GLICOFISIOLOGICA, SORO GLICOFISOLOGICO 0,9%	EQUIPLEX	2,69	1. 076,00
55	AMPOLA	800	AMIODARONA,CLORIDRATO 50MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 3ML	HIPOLABOR	2,10	1. 680,00
67	FRASCO	500	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO GLICOSADO 5% 250ML	FRESENIUS	2,51	1. 255,00
69	FRASCO	400	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO MANITOL 20% FRASCO 250ML	SANOBOL	3,22	1. 288,00
70	FRASCO	3.600	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 100ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO O LOTE, A DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO	EQUIPLEX	2,14	7. 704,00
88	FRASCO	500	AMOXILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO 50 MG/ML + 12,5 MG/ML, PO PARA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 100ML, CIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	13,83	6. 915,00
93	COMP	40. 000	ATENOLOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,04	1. 600,00
95	COMP	6.000	AZITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MEDQUINICA	0,53	3. 180,00
105	COMP	7.500	CARVEDILOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 12,5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NOVA QUIMICA	0,12	900,00
106	COMP	6.000	CARVEDILOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NOVA QUIMICA	0,17	1. 020,00
117	FRASCO	600	CLONAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2,5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	HIPOLABOR	1,54	924,00
122	BISNAGA	300	COLAGENASE + CLORANFENICOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,6 UI/G + 0,01 G/G RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA POMADA,FORMA DE APRESENTACAO TUBO,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	CRISTALIA	12,30	3. 690,00
124	FRASCO	600	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 04 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORALFORMA DE APRESENTACAO FRASCOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NATULAB	1,15	690,00
140	CAPSULA	8.000	FLUCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG FORMA FARMACEUTICA CAPSULA VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	MEDQUIMICA	0,36	2. 880,00
195	FRASCO	300	PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAOFORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NATULAB	0,74	222,00
211	POTE	30	SULFADIAZINA DE PRATA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/G FORMA FARMACEUTICA CREME FORMA DE APRESENTACAO POTE VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	NATIVITA	30,00	900,00

213	FRASCO	500	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML + 8 MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	SOBRAL	1,61	805,00
Total dos Itens					**R$: 56.209,75**	

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes,

independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES
MARCELO MAROSTICA
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003/2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **FERNAMED LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.759.433/0001-86, com sede na Rua Cassiano Jorge Fernandes, nº. 2058, Vila Tolentino, CEP: 85.802-240, Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor **Gelson Martins Teixeira**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.170.099-8 SSP/PR e do CPF n° 575.171.509-87, residente e domiciliado na Rua Presidente Bernardes, nº. 1201, Bairro Centro, da Cidade de Cascavel/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
37	AMPOLA	15	IMUNOGLOBULINA ANTI-RHO(D) - CONCENTRACAO/DOSAGEM 300 MCG FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	CSL	295,00	4.425,00
43	AMPOLA	50	NALOXONA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 04 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	HIPOLABOR	7,80	390,00
74	AMPOLA	1.200	TRAMADOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA.	TEUTO	1,09	1.308,00
Total dos Itens						**R$: 6.123,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
FERNAMED LTDA
GELSON MARTINS TEIXEIRA
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atual, a Dispensa de Licitação nº. 021/2020, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 23 de abril de 2020. Contratação de empresa para prestação de serviços de lanternagem/funilaria em ônibus e Micro Ônibus do transporte escolar da rede Pública Munícipal.

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru MT, 23 de abril de 2019.

Izabel Cristina Lemos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003 /2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **FENIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.398.831/0001-12, com sede na Avenida 21 de abril, nº. 274, Centro, CEP: 99.740-000, Cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, fone: (54) 3523-2283, neste ato representada pelo Senhor **Jackson Elizandro Niec**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3060983552 SSP/RS e do CPF n° 970. 290.840-04, residente e domiciliado na Avenida 21 de abril, nº. 165, Bairro Centro, da Cidade de Barão de Cotegipe/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
86	COMP	6.200	AMIODARONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GEOLAB	0,56	3.472,00
191	COMP	6.000	OXIBUTININA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	SUPERA RX	1,00	6.000,00

Total dos Itens	**R$: 9.472,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
FENIX COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA
JACKSON ELIZANDRO NIEC
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003/2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **DMC DISTRIBUIDORAS, COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.970.999/0001-31, com sede na Rua Victório Luiz Zaffari, nº. 107, Tres Vendas, CEP: 99.713-158, Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, fone: (54) 2106-5767, neste ato representada pela Senhora **Jéssica Maria Marini**, brasileira, solteira, empresária, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4100070509 SJS/RS e do CPF n° 031.606.300-21, residente e domiciliado na Rua Jacoh Loch, nº. 306, Bairro Parque dos Imigrantes, da Cidade de Erechim/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
19	AMPOLA	4.000	DICLOFENACO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FARMACE	0,99	3. 960,00
23	AMPOLA	5.000	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	SANTISA	0,68	3. 400,00
44	AMPOLA	300	OMEPRAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MGFORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA + DILUENTEVIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	CRISTALIA	19,80	5. 940,00
160	COMP	4.000	LAMOTRIGINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PRATI	0,68	2. 720,00
161	COMP	2.400	LEVETIRACETAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 750 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINHISTRACAO ORAL	EUROFARMA	5,40	12. 960,00

200	COMP	50.000	PROMETAZINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	0,13	6.500,00
Total dos Itens						**R$: 35.480,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
DMC DISTRIBUIDORAS. COM. DE MEDICAMENTOS
JÉSSICA MARIA MARINI
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003/2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITLARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.652.030/0001-70, com sede na Rodovia BR 480, nº. 795, Centro, CEP: 99.740-000, Cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, fone: (54) 3522-3081, neste ato representada pelo Senhor **Edivar Szymansky**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5051132966 SSP/RS e do CPF n° 670.481.290-34, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, nº. 636, Bairro Centro, da Cidade de Barão de Cotegipe/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
12	FRASCO	1.200	CETOPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MGFORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	CRISTALIA	3,50	4.200,00
17	AMPOLA	3.000	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FARMACE	0,69	2.070,00
34	AMPOLA	800	HIDROCORTISONA SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MGFORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	TEUTO	3,10	2.480,00
35	AMPOLA	1.000	HIDROCORTISONA SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MGFORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	TEUTO	5,70	5.700,00

40	AMPOLA	3.000	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	HALEX ISTAR	0,50	1.500,00
47	AMPOLA	800	PROMETAZINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	SANVAL	1,87	1.496,00
75	AMPOLA	3.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, SOLUÇAO INJETAVEL. AMPOLA 2ML, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR OU INFUSAO ENDOVENOSA DILUIDA	HYPOFARMA	1,00	3.000,00
81	COMP	4.000	ALBENDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 400 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO MASTIGAVELVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GREEN PHARMA	0,32	1.280,00
82	COMP	3.200	ALENDRONATO SODICO 70 MG COMPRIMIDOS, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ELOFAR	0,25	800,00
85	COMP	2.500	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDOS, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	HIPOLABOR	0,08	200,00
97	FRASCO	300	BENZOATO DE BENZILA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/MLFORMA FARMACEUTICA EMULSAO TOPICA FORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	IFAL	3,00	900,00
101	FRASCO	800	CARBOCISTEINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/MLFORMA FARMACEUTICA XAROPE FORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NATIVITA	2,64	2.112,00
102	FRASCO	800	CARBOCISTEINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA XAROPE, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NATIVITA	3,58	2.864,00
103	COMP	15.000	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG + 400 UI RESPECTIVAMENTEFORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BIONATUS	0,09	1.350,00
112	COMP	8.000	CITALOPRAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ZYDUS	0,13	1.040,00
115	COMP	4.000	CLONAZEPAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GEOLAB	0,07	280,00
123	BISNAGA	800	DEXAMETASONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG/G,FORMA FARMACEUTICA CREME,FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	GREEN FARMA	1,20	960,00
125	COMP	6.000	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BRAINFARMA	0,06	360,00
128	COMP	3.000	DIGOXINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,25 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PHARLAB	0,14	420,00
132	COMP	5.400	DOXAZOSINA, MESILATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	0,25	1.350,00
133	COMP	6.000	DOXAZOSINA, MESILATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	0,12	720,00
135	COMP	10.000	ESPIRONOLACTONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ASPEN	0,15	1.500,00
136	COMP	50.000	FENITOINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	HIPOLABOR	0,13	6.500,00
137	COMP	60.000	FENOBARBITAL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	0,12	7.200,00
143	COMP	3.000	GLICLAZIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 30 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	RAMBAXY	0,29	870,00
147	FRASCO	240	HIDROXIDO DE ALUMINIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 61,5 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORA LFORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	IFAL	2,20	528,00
151	COMP	5.000	IMIPRAMINA CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	0,34	1.700,00
163	COMP	6.000	LEVOMEPROMAZINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CRISTALIA	1,00	6.000,00
174	COMP	2.000	METOPROLOL, SUCCINATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ACCORD	1,45	2.900,00
177	BISNAGA	250	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/G FORMA FARMACEUTICA GELEIA FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA VIA DE ADMINISTRACAO VAGINAL	SANVAL	5,00	1.250,00
180	BISNAGA	2.000	NEOMICINA + BACITRACINA - 10G, POMADA, BISNAGA COM 10G.	BELFAR	1,80	3.600,00
186	CAPSULA	3.000	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRAÇAO ORAL	EUROFARMA	0,34	1.020,00
188	FRASCO	200	OLEO MINERAL PURO - 100%, OLEO, FRASCO COM 100 ML, ORAL	FARMACE	2,20	440,00
194	FRASCO	300	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 100ML, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNI	28,00	8.400,00
198	COMP	6.000	PREDNISONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BRAINFARMA	0,17	1.020,00
199	COMP	8.000	PREDNISONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BRAINFARMA	0,08	640,00
205	ENVELOPE	300	SAIS PARA REIDRATACAO ORAL - COMPOSICAO SODIO + GLICOSE + POTASSIO + CLORETO + CITRATOCONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MMOL/L + 75 MMOL/L + 20 MMOL/L + 65 MMOL/L + 10 MMOL/L RESPECTIVAMENTE (QUANTIDADE PARA 1000 ML)FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO ORALFORMA DE APRESENTACAO ENVELOPEVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	IFAL	0,60	180,00
206	COMP	1.000	SECNIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1000 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	PHARLAB	0,55	550,00
217	COMP	6.000	TIAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAODOSAGEM DE 300 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDO, VIA ORAL	HIPOLABOR	0,23	1.380,00
Total dos Itens						**R$: 80.760,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
CENTERMEDI COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA
EDIVAR SZYMANSKY
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003/2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **CASULA & VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.155.425/0001-93, com sede na Rua Caetano Pirri, nº. 520, Milionários, CEP: 30.620-070, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, fone: (31) 3115-6120, neste ato representada pela Senhora **Gabriela Vasconcelos de Magalhaes Gomes Louzada**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. MG – 10.678.116 SSP/MG e do CPF n° 061.971.746-77, residente e domiciliada na Rua Monte Simplon, nº. 580, Apto 1004, Bairro Nova Suissa, da Cidade de Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
73	AMPOLA	400	TIAMINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL-FORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	ACESYL	9,76	3.904,00
Total dos Itens						**R$: 3.904,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 2° do Art. 7º do decreto 18.340/2013.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
CASULA E VASCONCELOS IND. FARMACEUTICA DE COM. LTDA
GABRIELA VASCONCELOS DE MAGALHAES GOMES LOUZADA
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003/2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.457.348/0001-04, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº. s/n, Setor Jardim Luiz, CEP: 74.915-025, Cidade de Aparecida de Goiania, Estado de Goiás, fone: (62) 3983-2239, neste ato representada pela Senhora **Antonia Clenir Barros da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 126020119995 SEJSPC/MA e do CPF n° 990.606.393-91, residente e domiciliada na Rua Mica, nº. S/n, Bairro Vila Oliveira, da Cidade de Aparecida de Goiania/GO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
148	FRASCO	800	IBUPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL (SEM CORANTE)FORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NATULAB	1,74	1.392,00
Total dos Itens						**R$: 1.392,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 2° do Art. 7º do decreto 18.340/2013.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
ANTONIA CLENIR BARROS DA SILVA
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003/2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.457.348/0001-04, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº. s/n, Setor Jardim Luiz, CEP: 74.915-025, Cidade de Aparecida de Goiania, Estado de Goiás, fone: (62) 3983-2239, neste ato representada pela Senhora **Antonia Clenir Barros da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 126020119995 SEJSPC/MA e do CPF n° 990.606.393-91, residente e domiciliada na Rua Mica, nº. S/n, Bairro Vila Oliveira, da Cidade de Aparecida de Goiania/GO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
148	FRASCO	800	IBUPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL (SEM CORANTE)FORMA DE APRESENTACAO FRASCO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	NATULAB	1,74	1.392,00
Total dos Itens						**R$: 1.392,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 2° do Art. 7º do decreto 18.340/2013.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
ANTONIA CLENIR BARROS DA SILVA
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003/2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.590.555/0001-48, com sede na Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº. 418, Cristo Rei, CEP: 85.602-510, Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, fone: (46) 3523-6613, neste ato representada pelo Senhor **Adriano Ribeiro Lazzari**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 9072824-5 SESP/PR e do CPF n° 072.018.949-78, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº. 418, Bairro Cristo Rei, da Cidade de Francisco Beltrão/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
05	AMPOLA	1.000	BENZILPENICILINA BENZATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1.200.000 UI,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	TEUTO	8,14	8.140,00
11	UND	500	CETRIAXONA SODICA - 1G, USO ENDOVENOSO, FORMULA DE APRESENTACAO FRASCO AMPOLA.	EUROFARMA	8,37	4.185,00
76	CREME	100	ACICLOVIR - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/G,FORMA FARMACEUTICA CREME,FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA 10G, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	PRATI	2,24	224,00
77	COMP	5.000	ACICLOVIR - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG. FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇAO ORAL.	PHARLAB	0,18	900,00
87	COMP	30.000	AMITRPILINA, CLORIDRATO 25 MG, COMPRIMIDOS. VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BRAINFARMA	0,04	1.200,00
91	COMP	50.000	ANLODIPINO BESILATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TEUTO	0,03	1.500,00
107	COMP	8.100	CARVEDILOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3,125 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOFORMA DE APRESENTACAO BLISTERVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	0,09	729,00
110	BISNAGA	600	CETOCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/G,FORMA FARMACEUTICA CREME,FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	HIPOLABOR	2,29	1.374,00
118	COMP	1.800	CLOPIDOGREL, BISSULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BRAINFARMA	0,27	486,00
149	COMP	35.000	IBUPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	TEUTO	0,16	5.600,00
157	COMP	1.680	LACOSAMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ZODIAC	7,49	12.583,20
158	COMP	1.960	LACOSAMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ZODIAC	14,66	28.733,60
162	COMP	4.500	LEVODOPA + BENSERAZIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG + 50 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ACHE	2,28	10.260,00
167	BISNAGA	80	LIDOCAINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20MG/G, FORMA FARMACEUTICA GELEIA, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	PHARLAB	2,69	215,20
172	COMP	8.000	METILDOPA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	0,42	3.360,00
176	COMP	9.000	METOPROLOL SUCCINATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ACCORD	0,70	6.300,00
187	COMP	5.400	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRACAO VIA ORAL	EUROFARMA	0,50	2.700,00
189	CAPSULA	30.800	OMEPRAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG FORMA FARMACEUTICA CAPSULA VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	GLOBO	0,07	2.156,00
215	FRASCO	500	SULFATO FERROSO (25 MG/ML DE FERRO ELEMENTAR) 125 MG/ML SOLUCAO ORAL 30 ML - VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	HIPOLABOR	0,80	400,00
216	COMP	15.000	SULFATO FERROSO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MGFORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDOVIA DE ADMINISTRACAO ORAL	VITAMED	0,04	600,00
220	COMP	3.000	TOPIRAMATO 100 MG COMPRIMIDOS REVESTIDO, VIA ADMINISTRACAO ORAL	EMS	0,90	2.700,00
221	COMP	4.800	TOPIRAMATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	0,21	1.008,00

Total dos Itens	**R$: 95.354,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 2° do Art. 7º do decreto 18.340/2013.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU
EDIVALDO ALVES BENTO
Contratante
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ADRIANO RIBEIRO LAZZARI
Contratada

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2020

Processo Administrativo nº.891/2020

Pregão Eletrônico nº.003 /2020

Registro de Preço nº 007/2020

O **MUNICÍPIO DE JAURU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, CEP 78. 255-000 nesta cidade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 15.023.948/0001-30, neste ato representado pelo seu representante legal o Secretário Municipal de Saúde, o senhor **Edivaldo Alves Bento**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº. 1477120-9 SSP/MT e do CPF nº. 971. 234.801-63, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, nº. 1345, nesta cidade, abaixo firmado, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n° 003/2020, devidamente homologado, nos autos do Processo Administrativo n° 0891/2020, resolve nos termos da Lei Federal 8.666/93, bem como da lei 10.520/02 e Decreto Estadual 18.340/13, **REGISTRAR OS PREÇOS**, em consonância com as cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento.

FORNECEDOR: **TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.364.822/0001-48, com sede na Rua Machado de Assis, nº. 1355, Bela Vista, CEP: 99.704-066, fone (54) 3520-3410, Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pela Senhora **MARIA FERRARI SPAZZINI**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 20606221011 SSP/RS e do CPF n° 883.741.060-34, residente e domiciliado na Rua Horácio Lopes, 174, Bela Vista, Cidade de Erechim/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1°. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Aquisição de medicamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descriminação abaixo, e em consonância com a proposta comercial da empresa fornecedora acima qualificada, a administração resolve:

REGISTRAR PREÇO, para futuras e eventuais ***Aquisições*** **de medicamentos ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ORGÃO GERENCIADOR).**

– PARA

Item	Und.	Quant.	Especificação	Marca	Valores	
					Unit.	Total
26	AMPOLA	200	FENITOINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	HIPOLABOR	2,42	484,00
31	AMPOLA	2.000	GENTAMICINA SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 80 MG/02ML (40MG/ML) FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVELFORMA DE APRESENTACAO AMPOLAVIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	HYPOFARMA	0,88	1.760,00
57	AMPOLA	300	EPINEFRINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG/MLFORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	HIPOLABOR	0,09	27,00
58	AMPOLA	300	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	HIPOLABOR	1,06	318,00
131	COMP	5.000	DIVALPROATO DE SODIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	ZYDUS	0,85	4.250,00
Total dos Itens						**R$: 6.839,00**

Parágrafo Único. A existência de preços registrados não obriga o Município de Jauru a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

§ 1°. Sempre que julgar necessário, o Município de Jauru solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos objetos registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Nota de Empenho.

§ 2 °. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada na sede da Prefeitura Municipal no endereço supracitado, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

§ 3°. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Jauru.

§ 4°. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular da empresa adjudicatária quanto às contribuições previdenciárias (INSS), Fazenda Municipal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 5°. O prazo para a entrega do objeto será de acordo com o Termo de Referência, contados após a ciência do recebimento da Nota de Empenho, por parte do fornecedor, podendo ser prorrogado uma vez por igual período com justificativa formal, devidamente aceita pela Prefeitura Municipal de Jauru.

§ 6. O local para a entrega do objeto será o Setor de compras e Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Jauru, o qual atestara o recebimento através da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as exigências do edital de licitação e anexos.

§ 7°. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

§ 8º. Em virtude de que este ano é obrigatório o município realizar suas despesas com observância das cotas mensais, o recurso para cobrir as despesas com a referida aquisição, está assegurada no Orçamento Próprio da Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador, e será empenhada de acordo com a necessidade da secretaria, podendo no decorrer do ano haver aditivo através de convênios e outras fontes de recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§ 1°. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa na forma de Ordem Bancária em até o 30° (trigésimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Secretaria Municipal de Saúde – Órgão Gerenciador.

§ 2°. Em caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o débito será corrigido pelo Índice INPC calculo entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento e com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (6% ao ano) calculado entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 3°. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, o mês de referência, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho.

§ 6º. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa torne as medidas saneadoras necessárias.

§ 7°. Como condição para o pagamento, o FORNECEDOR deverá possuir na dada da emissão da ordem bancária, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade perante as contribuições previdenciárias (INSS), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão de Regularidade Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

§ 1°. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

§ 2º Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

19.1 De acordo com as legislações em vigor, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. 19.2 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal, desde que está disponha do caráter anômalo, excepcional e não-obrigatório. 19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. 19.5 As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 19.6 Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão

O órgão gerenciador somente autorizará à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante

da Ata advinda desta licitação, na conformidade do prescrito com a legislação em vigor.

Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme legislação em vigor.

Em caso de eventual inadimplemento contratual caberá ao órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

§ 1°. As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Jauru, como único competente para dirimir, resolver e solucionar quaisquer questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro, desde que não resolvidas amigavelmente.

§ 2°. E, por estarem assim justos e contratados, datam e lavram o presente em (03) três vias de igual teor e forma para que produzam seus efeitos legais.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru – MT, 16 de abril de 2020

MUNICÍPIO DE JAURU **EDIVALDO ALVES BENTO** **Contratante** **TERRA SUL COM. DE MEDICAMENTOS LTDA** **MARIA FERRARI SPAZZINI** **Contratada**

ANDERSON PAVINI

Pregoeiro

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atual, a Dispensa de Licitação nº. 020/2020, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 16 de abril de 2020. Tendo como objeto a aquisição de cestas básica para distribuição gratuita às pessoas hipossuficientes do Município, que tiveram suas rendas comprometidas em desdobramento da paralisação da atividade econômica/comercial, que se fez necessária para conter o avanço da pandemia "Sars Covi 20019" (Novo Coravírus).

Para atendimento das demandas da secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru MT, 20 de abril de 2019.

Maria Aparecida Antunes de Souza

Secretaria Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 318, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Juara, em razão da Pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19).

O Presidente da Câmara Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica reconhecida, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Juara, em decorrência da Pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), nos termos da solicitação do Prefeito Municipal encaminhada por meio da Mensagem nº 001, de 17 de abril de 2020.

Parágrafo único. A situação de calamidade de que trata o *caput* vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º Fica constituída Comissão no âmbito da Câmara Municipal, composta por 3 (três) vereadores, com igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

§ 1º Os trabalhos poderão ser desenvolvidos por meio virtual, nos termos definidos pela Presidência da Comissão.

§ 2º A Comissão realizará, mensalmente, reunião com o Secretário de Finanças, para avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia do coronavírus (Covid-19).

§ 3º A Comissão realizará audiência pública com a presença do Secretário de Finanças, para apresentação e avaliação de relatório circunstanciado da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia do coronavírus (Covid-19), que deverá ser publicado pelo Poder Executivo antes da referida audiência.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Juara, Estado de

Mato Grosso, em 23 de abril de 2020.

Ver. Valdir Leandro Cavichioli Presidente	**Ver. Flavio Valério** Primeiro Secretário

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.474/2020

Decreto nº 1.474, de 23 de abril de 2020.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2.803, de 06 de dezembro de 2019, para dispor sobre o serviço remunerado de transporte individual de passageiros gerenciado exclusivamente por plataformas tecnológicas, no Município de Juara.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.803, de 06 de dezembro de 2019.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Disposições preliminares

Art. 1º Este Decreto regulamenta o serviço remunerado de transporte individual de passageiros, gerenciado exclusivamente por plataformas tecno-

lógicas, e realizado dentro dos limites deste Município, nos termos da Lei Municipal nº 2.803 de 06 de dezembro de 2019.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, sem prejuízo do disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 2.803, considera-se:

a) serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, como aquele realizado em viagem individualizada, executado em automóvel particular, com capacidade para até 07 (sete) pessoas - incluindo o condutor, e solicitado exclusivamente por meio de plataformas tecnológicas;

b) plataforma tecnológica (aplicativo) de transporte de passageiros, como aquele que organiza e gerencia a conexão entre usuários e motoristas devidamente cadastrados, e intermedeia o respectivo pagamento pelo serviço de transporte, alem de outras competências previstas na referida Lei e neste Decreto;

c) automóvel particular cadastrado para o serviço de transporte por aplicativo, como aquele contendo 04 (quatro) portas, com ar condicionado, e com idade máxima de 06 (seis) anos, contados a partir do ano modelo de fabricação.

Seção II

Do serviço e da operação

Art. 3º O direito à exploração da atividade econômica do transporte individual remunerado privado de passageiros por plataformas tecnológicas dentro deste Município somente caberá à pessoas devidamente autorizadas e credenciadas pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Somente as plataformas tecnológicas que possuírem motoristas prestadores do serviço de transporte cadastrados poderão operar neste município.

Art. 5º Compete à plataforma tecnológica que gerencia o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros:

I - organizar a atividade e o serviço prestado pelos condutores dos veículos cadastrados, atendidos os requisitos mínimos de segurança, conforto, higiene e qualidade;

II - intermediar conexão entre os usuários e os condutores, mediante adoção de plataforma tecnológica;

III - disponibilizar mecanismos para a avaliação da qualidade da prestação do serviço, ao usuário;

IV - disponibilizar meios que possibilite ao usuário a identificação do condutor e do veículo, por meio de modelo e pelo número da placa;

V - estabelecer e fixar valores correspondentes aos serviços prestados;

VI - disponibilizar meios eletrônicos aos usuários para o pagamento dos serviços prestados;

VII - exigir, como requisito para a prestação do serviço, que os condutores apresentem previamente ao seu cadastramento, documentação comprobatória de seu histórico pessoal e profissional, e do cumprimento dos requisitos legais para o exercício da função;

VIII - apresentar a cada 60 (sessenta) dias a relação de veículos, seus proprietários e condutores cadastrados, que irão prestar o serviço no Município;

IX - disponibilizar o serviço para as pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei Federal nº 13.146/15;

X - disponibilizar aos usuários e condutores do serviço que trata este Decreto, apólice de seguro para Acidentes Pessoais de Passageiros – APP.

Parágrafo único. O cadastro previsto no inciso I do *caput* deste artigo perante a plataforma tecnológica não acarretará prejuízo ao cadastramento realizado pelo Município, através da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 6º As solicitações e as demandas do serviço de transporte de passageiros deverão ser realizadas, exclusivamente, por meio de plataforma tecnológica registrada e credenciada.

Parágrafo único. Poderá ser disponibilizado pelas empresas do serviço de transporte de passageiros, sistema de divisão de viagens entre chamadas de usuários distintos, cujos destinos possuam trajetos compatíveis, dentro da capacidade permitida de ocupação dos veículos.

Art. 7º Fica vedado o embarque de usuários, diretamente em vias públicas, em veículo cadastrado para prestar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros que não tenha sido requisitado previamente por meio de plataforma tecnológica.

Art. 8º É vedado ao motorista de aplicativo de transporte, a utilização de pontos de táxi e de ônibus, bem como nas faixas de rolamento das vias publicas, para o embarque e desembarque de usuários passageiros, mesmo que temporariamente.

Seção III

Da autorização do serviço

Art. 9º A exploração do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, gerenciado por plataformas tecnológicas, dependerá de autorização do Município, concedida ao prestador pessoa física, por intermédio da Secretaria de Finanças, conforme critérios de credenciamento fixados na Lei e neste regulamento.

§ 1º A autorização para exploração do serviço poderá ser requerida a qualquer tempo e terá validade até o final do exercício, a contar da data do recolhimento das taxas previstas no Código Tributário Municipal.

§ 2º A renovação da autorização de que trata o parágrafo anterior deverá ser requerida pelo menos 15 (quinze) dias úteis antes do vencimento da mesma.

Art. 10. São requisitos para o condutor ser credenciado como prestador de serviço de transporte por aplicativo:

I – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria B ou superior, com no mínimo dois (02) anos de expedição;

II – prestar o serviço única e exclusivamente por meio de plataforma tecnológica;

III – ser inscrito como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

IV – não ser portador de moléstia que o inabilite para o desempenho da função;

V – utilizar veiculo emplacado no município de Juara, devidamente cadastrado;

VI – residir no Município;

VII - não ter cometido nenhuma infração de trânsito gravíssima nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data do protocolo do cadastro;

VIII - não ter sofrido condenação ou antecedentes por crimes, consumados ou tentados, contra a vida, contra a fé pública, contra a administração, contra a dignidade sexual, hediondos, de roubo, de furto, de estelionato, de receptação, de associação criminosa, de seqüestro, de extorsão, tráfico ilícito de drogas, à posse, porte e a comercialização de munição e armas de fogo.

§1º É vedado o exercício da função de condutor de veículo do serviço disposto nesta lei àqueles que possuam antecedentes ou tenham sofrido condenação pela prática de crimes de trânsito previsto nos artigos 303 e 306 da Lei Federal nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro.

§2º Os condutores cadastrados e credenciados para executar o serviço que trata a Lei Municipal nº 2.803/2019 e este Decreto deverão, quando convocados pelo Município, participarem de cursos e palestras que visem qualificá-los profissionalmente sobre normas e condutas para o trânsito.

Art. 11. As plataformas tecnológicas do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros ficam obrigadas, quando solicitadas, de forma justificada, a abrir e compartilhar com o Município, por intermédio da

Secretaria Municipal de Finanças, os dados necessários ao controle e à regulação de políticas públicas de mobilidade urbana, garantida a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais dos usuários.

§ 1º Os dados referidos no *caput* deste artigo devem conter, no mínimo:

I - origem e destino da viagem;

II - tempo de duração e distância do trajeto;

III - mapa do trajeto da viagem;

IV - identificação do condutor que prestou o serviço;

V - composição do valor pago pelo serviço prestado;

VI - avaliação, pelo usuário, do serviço prestado; e

VII - outros dados solicitados pela Secretaria Municipal de Finanças, em harmonia com o disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º As plataformas tecnológicas ficam obrigadas a compartilhar com o Município, através da Secretaria Municipal de Finanças, mediante notificação do Poder Público, os dados da viagem no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apuração de irregularidades e infrações administravas previstas na Lei Municipal nº 2.803/2019, garantida a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais do usuário.

§ 3º As informações solicitadas no parágrafo primeiro deste artigo poderão ser disponibilizadas à Secretaria Municipal de Finanças através de mídia eletrônica, desde que autenticadas eletronicamente por agente autorizado da plataforma tecnológica.

Seção IV

Do cadastramento dos condutores e veículos

Art. 12. Para a execução do serviço de transporte gerenciado por aplicativos, o interessado deverá comparecer na Divisão de Cadastro e Tributação da Prefeitura municipal, e apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria B ou superior, com no mínimo dois (02) anos de expedição;

II – comprovante de inscrição como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

III - certidão negativa de antecedentes criminais, dentro do prazo de validade;

IV - certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débito do condutor junto a Fazenda Municipal;

V - atestado médico fornecido por profissional habilitado, de que não é portador de moléstia que o inabilite para o desempenho da função;

VI - comprovante de residência no Município;

VII – declaração de que ira prestar o serviço única e exclusivamente por meio de plataforma tecnológica;

VIII - documento comprobatório de que veículo a ser cadastrado para realizar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros gerenciado por plataformas tecnológicas está emplacado no Município de Juara.

§1º A autorização para a execução do serviço de transporte de passageiros gerenciado por plataformas tecnológicas no Município é limitada a um veículo para cada condutor, mediante autorização expedida pela Secretaria Municipal de Finanças.

§2º O veículo utilizado para o serviço de transporte poderá ser:

I – registrado em nome do condutor proprietário, fiduciante ou arrendatário;

II – registrado em nome de cônjuge, companheiro ou parentes de até 2º grau;

III – locado de pessoa jurídica que trabalha com serviço de locação de veículos;

IV - locado de pessoa física, o qual poderá locar no máximo até 03 (três) veículos.

§3º O veículo cadastrado e credenciado perante a Secretaria Municipal de Finanças para a execução do serviço que trata este decreto poderá ser substituído por outro veículo em caso de sinistro, venda ou locação, desde que preencha os requisitos determinados na Lei Municipal nº 2.803/2019 e neste Decreto, e após a realização de nova vistoria.

Art. 13. A partir da aprovação do pedido de autorização para exploração do serviço que trata este decreto, o condutor terá 05 (cinco) dias, para apresentar o veículo autorizado para vistoria na Secretaria Municipal de Finanças na Divisão de Gestão Administrativa da Fiscalização.

Art. 14. O veículo cadastrado a prestar o serviço de transporte de passageiros de que trata a Lei Municipal nº 2.803/2019 e este Decreto, deverá estar registrado de acordo com Art. 12, §2º deste Decreto, e somente receberá autorização para realizar o serviço previsto na Lei Municipal, se atender os seguintes requisitos:

I - manter suas características originais de fábrica, e em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, higiene e limpeza;

II - possuir todos os equipamentos definidos pela legislação de trânsito, para a atividade a ser empreendida;

III – ter idade máxima de 06 (seis) anos, contados a partir do ano modelo de fabricação

IV - satisfazer as exigências da Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes;

V - a regular quitação do seguro DPVAT;

VI - possuir ar-condicionado;

VII - aprovação em vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Finanças via Divisão de Gestão Administrativa da Fiscalização;

VIII - recolhimento de Taxa prevista no Código Tributário Municipal;

IX - ser emplacado no Município de Juara.

Parágrafo único. Para fins de comprovação do inciso III deste artigo, a contagem da idade máxima do veículo permitida será calculada ano a ano, considerando-se, para tanto, o encerramento do ano modelo em 31 de dezembro.

Art. 15. O veículo autorizado a prestar serviço de transporte de passageiros gerenciado por plataformas tecnológicas receberá da Secretaria Municipal de Finanças um adesivo com modelo padrão, que deverá ficar afixado no interior do veículo no painel lado direito, no qual constará o número da autorização e o prazo de validade daquela, além do número do telefone para sugestões e denúncias da Ouvidoria Municipal.

Art. 16. A fiscalização decorrente do exercício do poder de polícia ao serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros gerenciado por plataformas tecnológicas, será precedida do recolhimento de taxas previstas no Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. O serviço de transporte de passageiros gerenciado por plataformas tecnológicas no Município, somente será realizado pelo condutor que tenha efetuado o pagamento das Taxas previstas no Código Tributário Municipal para cada veículo cadastrado.

Seção V Da Vistoria

Art. 17. Os veículos autorizados a executar o serviço de transporte por aplicativo, serão submetidos à vistoria anual realizada pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 1º O órgão fiscalizador poderá notificar a plataforma de tecnológica e o condutor autorizado sempre que houver a necessidade de realizar nova vistoria no veículo autorizado.

§ 2º Se o veículo não for aprovado pelo órgão fiscalizador em vistoria, terá o prazo de 05 (cinco) dias para regularizar a(s) pendência(s), não podendo realizar serviços de transporte durante o prazo de regularização.

Seção VI Dos deveres dos condutores

Art. 18. É dever de todo condutor de veículo autorizado para realizar o serviço que trata a Lei Municipal nº 2.803/2019 e este Decreto, observar os preceitos e proibições estabelecidas pela Lei Federal nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes, e ainda:

I - portar autorização específica emitida pela Secretaria Municipal de Finanças para exercer a atividade de condutor;

II - trajar-se adequadamente, sendo proibido o uso de bermudas e similares, camisas tipo regata, observando as regras de higiene e aparência pessoal;

III - tratar com urbanidade os passageiros;

IV - não dormir ou fazer as refeições no interior do veículo;

V - dirigir o veículo de modo a proporcionar segurança e conforto aos passageiros;

VI - obedecer à velocidade estipulada nas vias públicas;

VII - cumprir rigorosamente as normas prescritas neste Decreto e nos demais atos administrativos expedidos;

VIII - não fumar no interior do veículo quando em trânsito, parado ou estacionado;

IX - não efetuar o transporte de pessoas sob a influência de bebida alcoólica ou outra substância psicotrópica;

X - observar o número máximo permitido para a lotação do veículo;

XI - não fazer ponto ou arrecadar passageiros na via pública, parques e similares ou permanecer em local não permitido;

XII - não interromper a via pública a pretexto de desembarcar passageiro;

XIII - somente efetuar o transporte de pessoas que tenham sido alvo de contrato específico conforme regras estabelecidas pela Lei Municipal nº 2. 803/2019 e por este Decreto, não podendo parar em via pública para oferecer o serviço;

XIV - apresentar o veículo em perfeitas condições de higiene e limpeza;

XV - somente utilizar veículo em perfeitas condições de conservação e segurança, sendo vedado o uso de veículo com avarias na parte externa e interna;

XVI - é vedado o uso de adesivos de cunho publicitário, ou visando identificar a plataforma de serviços, na parte externa do veículo cadastrado para a execução do serviço de transporte por aplicativo;

XVII - cumprir as determinações do Município, através da Secretaria de Finanças ou órgão por este determinado;

XVIII - atender as obrigações fiscais e outras que sejam correlatas, fornecendo estes dados sempre que solicitados pelo Município;

XIX - comunicar alterações de qualquer de seus dados constantes no cadastro do Município, em até 07 (sete) dias;

XX - utilizar para o serviço somente o veículo cadastrado para este fim;

XXI - responsabilizar-se pela veracidade das informações e documentos apresentados ao Município;

XXII - efetuar o recolhimento de multa e/ou taxas impostas pelo Município, no prazo estabelecido;

XXIII - é proibido recusar a prestação do serviço de transporte por aplicativo ao passageiro com deficiência;

XXIV - na hipótese de o veículo não oferecer condições de acomodar a cadeira de rodas no porta-malas, esta deverá ser devidamente acomodada, respeitando sempre a segurança dos passageiros.

Art. 19. A plataforma tecnológica deverá recolher, mensalmente, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), por veículo cadastrado, sem prejuízo da incidência de outros tributos aplicáveis no Código Tributário Municipal, sendo o condutor do veículo considerado substituto tributário.

§ 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será estimado e enquadrado no subitem 16.02, da lista de serviços fixada no Anexo I da Lei Complementar nº 086/2011.

§ 2º O não recolhimento do ISSQN devido, incorrerá nas penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 20. O Poder de Polícia será exercido pela Secretaria Municipal Finanças por sua Divisão de Gestão Administrativa da Fiscalização, que terá competência para apuração das infrações, aplicação das medidas administravas e das penalidades previstas na Lei e neste regulamento; bem como esta tomará as providências administrativas e regulamentares que julgar necessárias à regularidade da execução dos serviços.

Art. 21. Os agentes fiscalizadores, após decisão do chefe da Secretaria de Finanças, poderão apreender os documentos, determinar a substituição de equipamentos que não estiverem de acordo com o que preceitua esta Lei, e ainda, determinar a suspensão temporária da prestação dos serviços, conforme cada caso.

Art. 22. Os termos decorrentes da atividade fiscalizadora serão lavrados em formulários, extraindo-se cópia para anexar aos autos arquivados no Município e outra para entregar ao condutor infrator.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES E DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Art. 23. Constitui infração a ação ou omissão que importe na inobservância, por parte das plataformas tecnológicas e pelos condutores autorizados das normas estabelecidas neste regulamento e demais instruções complementares.

Art. 24. A fiscalização poderá ocorrer administrativamente ou na via pública, conforme a natureza ou tipicidade da infração praticada pelo condutor ou pela plataforma tecnológica.

Art. 25. Constatada a infração, será lavrado Auto de Infração, que originará a notificação ao infrator, podendo incorrer nas penalidades previstas na Lei Municipal nº 2.803/2019 e neste regulamento, e no Código Tributário Municipal, com a expedição da notificação à plataforma tecnológica e ao condutor, respeitado o exercício da defesa prévia ou recurso administrativo.

§ 1º Considera-se o infrator notificado do lançamento, iniciando-se o prazo para reconsideração ou recurso, relativamente, às inscrições nele indicadas, através de no mínimo uma das seguintes formas:

I - da notificação direta;

II - da afixação de edital no quadro de editais da Prefeitura Municipal;

III - da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município de Juara-MT;

IV - da publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Município;

V - da remessa do aviso, por via postal ou por carta com aviso de recepção.

VI - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante envio ao domicílio tributário do sujeito passivo, ou registro em meio magnético, ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo anterior iniciará a partir da juntada nos autos do processo administrativo da notificação prevista.

Art. 26. A notificação por infração e o descumprimento das regras estabelecidas na presente Lei, será lavrada através da Secretaria Municipal de Finanças.

Seção I Das Penalidades

Art. 27. A inobservância aos preceitos que regem o serviço de transporte de passageiros, previsto na Lei, observado o devido processo legal, sujeita os infratores a aplicação dos seguintes procedimentos:

I - Das penalidades:

a) Multa;

b) Suspensão da autorização;

c) Revogação da autorização;

d) Descadastramento do condutor;

e) Cassação da autorização;

f) Descadastramento do veículo;

II - Das medidas administrativas;

a) Notificação para regularização;

b) Retenção ou remoção do veículo;

c) Apreensão de documentos ou equipamentos;

d) Apreensão do veículo.

Parágrafo único. Aplicação da pena de suspensão da autorização do serviço previsto nesta Lei implicará no recolhimento daquela e acarretará o afastamento do condutor e do veículo pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 28. As infrações punidas com multa serão classificadas nas seguintes categorias, e atribuídos os seguintes valores:

I - Infração leve: multa de 10 UPFM (Dez Unidades de Padrão Fiscal do Município de Juara);

II - Infração média: multa de 20 UPFM (Vinte Unidades de Padrão Fiscal do Município de Juara);

III - Infração grave: multa de 30 UPFM (Trinta Unidades de Padrão Fiscal do Município de Juara);

IV - Infração gravíssima: multa de 40 UPFM (Quarenta Unidades de Padrão Fiscal do Município de Juara).

Seção II

Das infrações

Art. 29. Da tipificação e classificação das infrações:

I - Não atender a notificação para realizar a vistoria:

a) Infração: leve;

b) Penalidade: multa.

II - Quando o veículo realizar serviços em desacordo com a aprovação do órgão fiscalizador previsto no § 2º do art. 17 deste Regulamento será imediatamente impedido de realizar o serviço que trata esta Lei:

a) Infração: leve;

b) Penalidade: multa;

III - Quando o condutor não cumprir e não atender regras determinadas no art.18 deste Regulamento:

a) Infração: média;

b) Penalidade: multa.

IV - Autorizar o embarque de usuário diretamente na via pública e realizar a prestação se serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros sem que ocorra a intermediação da contratação através de plataformas tecnológicas (aplicativos):

a) Infração: grave;

b) Penalidade: multa;

V - Agredir fisicamente o Agente Fiscalizador do Município no exercício de suas funções:

a) Infração: gravíssima;

b) Penalidade: multa e suspensão da autorização pelo período de 12 (doze) meses.

VI - Utilizar ponto de táxi e de ônibus, ainda que temporariamente, para o embarque e desembarque de passageiros do serviço de transporte por aplicativo:

a) Infração: Grave;

b) Penalidade: multa.

VII - Oferecer cartões ou similares indicando os dados do motorista ou de outro, objetivando prestar serviço fora do contrato específico previsto na Lei Municipal nº 2.803/2019 e neste Regulamento:

a) Infração: grave;

b) Penalidade: multa e suspensão de autorização pelo período de 12 (doze) meses.

§ 1º Em caso de reincidência da infração prevista no inciso IV deste artigo, a autorização que trata este Decreto será suspensa pelo período de 30 (trinta) dias.

§ 2º Em caso de reincidência de infração prevista no inciso V, a autorização para a execução do serviço que trata esta Lei será cassada pela autoridade administrativa.

Art. 30. A prestação do serviço em desacordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.803/2019, e demais normas que regulamentam o transporte de passageiros no Município, será considerada transporte ilegal e implicará na aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 9.503/97- Código de Trânsito Brasileiro, bem como na Lei das Contravenções Penais, e, ainda incorrerá em:

I - Infração gravíssima;

II - Penalidade: multa.

Parágrafo único. Em caso de reincidência da infração prevista no caput deste artigo, multa e apreensão do veículo até a sua regularização perante a autoridade de trânsito.

Art. 31. As despesas referentes à remoção e estada do veículo serão de responsabilidade do condutor.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. A Administração Pública expedirá Instruções Normativas complementares, necessárias à aplicação das disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 23 de abril de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 025/2020

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2020

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **ESM MECANICA DIESEL LTDA CNPJ: 15.819.138/0001-94**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **EBER SILVA MEDEIROS,** portador do **CPF de n° 951.931.541-15 e RG: 1.450.401-4**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de preço para futura e eventual contratacao de empresa especializada para fornecimento de peças de molejos e serviços de molejos em geral, para manutencao das frotas da secretaria de educacao e secretaria de saude**, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 (doze) meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com início em **23/04/2020** e término em **23/04/2021**.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

3.2. A FISCALIZAÇÃO FICARÁ POR CONTA DE:

Secretaria de Obras – Natalia Balmant de Jesus, CPF. 621.336.401-34, Portaria nº 45/2019

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	CÓD. SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL
152	34440	REBITE 4,0X22	UNID.	20	R$ 184,50	R$ 3.690,00
164	37376	SERVIÇO TROCA DE PINO DE CENTRO DO MOLEJO DIANTEIRO	UNID.	155	R$ 56,90	R$ 8.819,50
165	37377	SERVIÇO TROCA DE PINO DE CENTRO DO MOLEJO TRSEIRO	UNID.	155	R$ 56,90	R$ 8.819,50
168	37378	SERVIÇO TROCA GRAMPO DE MOLEJO DIANTEIRO	UNID.	155	R$ 17,99	R$ 2.788,45
169	37379	SERVIÇO TROCA GRAMPO DE MOLEJO TRASEIR	UNID.	155	R$ 15,99	R$ 2.478,45
157	37380	SERVIÇO EMBUCHAMENTO DE MOLEJO DIANTEIRO	UNID.	130	R$ 54,90	R$ 7.137,00
139	37381	SERVIÇO EMBUCHAMENTO DE MOLEJO TRASEIRO	UNID.	130	R$ 54,90	R$ 7.137,00
163	37382	SERVIÇO TROCA DE MOLA DE MOLEJO TRASEIRO	UNID.	155	R$ 49,90	R$ 7.734,50
162	37383	SERVIÇO TROCA DE MOLA DE MOLEJO DIANTEIRO	UNID.	150	R$ 48,90	R$ 7.335,00
159	37384	SERVIÇO TROCA DE BALANÇA DE MOLEJO TRASEIRO	UNID.	70	R$ 47,90	R$ 3.353,00
160	37385	SERVIÇO TROCA DE JUMELO DE MOLEJO DIANTEIRO	UNID.	50	R$ 17,90	R$ 895,00
161	37386	SERVIÇO TROCA DE JUMELO DE MOLEJO TRASEIRO	UNID.	50	R$ 16,99	R$ 849,50
166	37387	SERVIÇO TROCA DE SUPORTE DE MOLEJO DIANTEIRO	UNID.	50	R$ 19,90	R$ 995,00
167	37388	SERVIÇO TROCA DE SUPORTE DE MOLEJO TRASEIRO	UNID.	50	R$ 14,99	R$ 749,50
085	37389	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº MB - 16.1 BITOLA 70 X 8 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	25	R$ 129,50	R$ 3.237,50
086	37390	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº MB - 16.2 BITOLA 70 X 8 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	25	R$ 79,50	R$ 1.987,50
087	37391	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº MB - 16.3 BITOLA 70 X 8 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	25	R$ 64,50	R$ 1.612,50
088	37392	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº MB - 16.4 BITOLA 70 X 8 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	20	R$ 57,50	R$ 1.150,00
089	37393	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº MB - 16.5 BITOLA 70 X 8 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	20	R$ 57,50	R$ 1.150,00

090	37394	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº MB - 16.6 BITOLA 70 X 8 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	20	R$ 54,50	R$ 1.090,00
009	37395	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº MB - 17.1 BITOLA 70 X 11 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	25	R$ 125,50	R$ 3.137,50
097	37396	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº MB - 17.2 BITOLA 70 X 11 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	25	R$ 117,50	R$ 2.937,50
098	37397	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº MB - 17.3 BITOLA 70 X 11 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	25	R$ 104,50	R$ 2.612,50
099	37398	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº MB - 17.4 BITOLA 70 X 11 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	25	R$ 89,50	R$ 2.237,50
100	37399	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº MB - 17.5 BITOLA 70 X 11 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	20	R$ 89,50	R$ 1.790,00
101	37400	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº MB - 17.6 BITOLA 70 X 11 PARA ONIBUS MERCEDES BENZ / M POLO VICINO ESC LO 812 ANO 2010/2011	UNID.	20	R$ 81,50	R$ 1.630,00
091	37401	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº VW - 153.1 BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	20	R$ 239,80	R$ 4.796,00
092	37402	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº VW - 153.2 BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	20	R$ 214,50	R$ 4.290,00
093	37403	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº VW - 153.2A BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	20	R$ 144,50	R$ 2.890,00
094	37404	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº VW - 153.3 BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	15	R$ 134,80	R$ 2.022,00
095	37405	MOLA FEIXO DIANTEIRO Nº VW - 153.4 BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	15	R$ 114,80	R$ 1.722,00
102	37406	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº VW - 159.1 BITOLA 80 X 9 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	15	R$ 139,80	R$ 2.097,00
103	37407	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº VW - 159.2 BITOLA 80 X 9 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	R$ 15,00	R$ 114,80	R$ 1.722,00
104	37408	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº VW - 159.2A BITOLA 80 X 9 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 104,80	R$ 2.096,00
105	37409	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº VW - 159.3 BITOLA 80 X 11 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 89,80	R$ 1.796,00
106	37410	MOLA FEIXO TRASEIRO Nº VW - 159.4 BITOLA 80 X 11 PARA ONIBUS VW 9.150 / BRAVA APOLO ANO 2010	UNID.	R$ 15,00	R$ 109,80	R$ 1.647,00
061	37411	MOLA FEIXE DIANTEIRONº VW-132.1 BITOLA 4X1/2 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 239,80	R$ 4.796,00
079	37412	MOLA FEIXE TRASEIRONº VW-132.2 BITOLA 4X1/2 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 219,50	R$ 4.390,00
062	37414	MOLA FEIXE DIANTEIRONº VW-132.2A BITOLA 4X1/2 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 184,80	R$ 3.696,00
063	37415	MOLA FEIXE DIANTEIRONº VW-132.3 BITOLA 100X14 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 15,00	R$ 154,80	R$ 2.322,00
064	37433	MOLA FEIXE DIANTEIRONº VW-132.4 BITOLA 100X14 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 15,00	R$ 139,80	R$ 2.097,00
080	37434	MOLA FEIXE TRASEIRONº VW-133.1 BITOLA 3X1/2 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 159,80	R$ 3.196,00
081	37435	MOLA FEIXE TRASEIRONº VW-133.2 BITOLA 3X1/2 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 139,80	R$ 2.796,00
082	37437	MOLA FEIXE TRASEIRONº VW-133.2A BITOLA 3X1/2 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 129,50	R$ 2.590,00
083	37438	MOLA FEIXE TRASEIRONº VW-133.3 BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 20,00	R$ 111,50	R$ 2.230,00
084	37441	MOLA FEIXE TRASEIRONº VW-133.7 BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 25,00	R$ 99,50	R$ 2.487,50
077	37442	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº VW-133.8 BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 25,00	R$ 99,80	R$ 2.495,00
078	37450	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº VW-133.9 BITOLA 3X9/16 PARA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010	UNID.	R$ 25,00	R$ 89,80	R$ 2.245,00
107	37454	MOLA TRASEIRA Nº FI - 15.1 BITOLA 70X13 PARA ONIBUS IVECO ANO 2011	UNID.	R$ 10,00	R$ 144,50	R$ 1.445,00
108	37458	MOLA TRASEIRA Nº FI - 15.2 BITOLA 70X13 PARA ONIBUS IVECO ANO 2011	UNID.	R$ 10,00	R$ 129,80	R$ 1.298,00
065	37460	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº AG - 45.1 BITOLA 80 X 11 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 20,00	R$ 139,50	R$ 2.790,00
066	37462	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº AG - 45.2 BITOLA 80 X 11 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 20,00	R$ 119,50	R$ 2.390,00
067	37463	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº AG - 45.2A BITOLA 80 X 11 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 20,00	R$ 104,50	R$ 2.090,00
068	37464	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº AG - 45.3 BITOLA 80 X 11 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 15,00	R$ 94,50	R$ 1.417,50
069	37465	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº AG - 45.4 BITOLA 80 X 11 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 15,00	R$ 89,50	R$ 1.342,50
070	37466	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº AG - 45.5 BITOLA 80 X 11 PARA ONIBUS M. POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 15,00	R$ 148,00	R$ 2.220,00
055	37467	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº AG-35.1 BITOLA 80 X 8 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 20,00	R$ 114,50	R$ 2.290,00
056	37468	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº AG-35.2 BITOLA 80 X 8 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 20,00	R$ 104,50	R$ 2.090,00
057	37469	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº AG-35.3 BITOLA 80 X 9 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 20,00	R$ 84,50	R$ 1.690,00
058	37470	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº AG-35.3A BITOLA 80 X 8 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 20,00	R$ 64,80	R$ 1.296,00
059	37471	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº AG-35.4 BITOLA 80 X 9 PARA ONIBUS M.POLO VOLARE ANO 2009 A 2014	UNID.	R$ 20,00	R$ 59,80	R$ 1.196,00
060	37472	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº MB - 100.1 BITOLA 70 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 25,00	R$ 179,80	R$ 4.495,00

050	37473	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº MB - 100.2 BITOLA 70 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 25,00	R$ 154,50	R$ 3. 862,50
051	37474	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº MB - 100.3 BITOLA 70 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 25,00	R$ 149,80	R$ 3. 745,00
054	37475	MOLA FEIXE DIANTEIRO TRASEIRO Nº MB - 100.4 BITOLA 70 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 25,00	R$ 139,80	R$ 3. 495,00
052	37476	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº MB - 100.5 BITOLA 70 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 20,00	R$ 129,80	R$ 2. 596,00
053	37477	MOLA FEIXE DIANTEIRO Nº MB - 100.6 BITOLA 70 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 20,00	R$ 114,50	R$ 2. 290,00
071	37478	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº MB - 101.1 BITOLA 80 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 25,00	R$ 194,50	R$ 4. 862,50
072	37479	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº MB - 101.2 BITOLA 80 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 25,00	R$ 169,80	R$ 4. 245,00
073	37486	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº MB - 101.3 BITOLA 80 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 25,00	R$ 139,90	R$ 3. 497,50
074	37488	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº MB - 101.4 BITOLA 80 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 25,00	R$ 134,50	R$ 3. 362,50
075	37490	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº MB - 101.5 BITOLA 80 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 20,00	R$ 109,00	R$ 2. 180,00
076	37492	MOLA FEIXE TRASEIRO Nº MB - 101.6 BITOLA 80 X 16 PARA ONIBUS MERCEDES BENS 1318 ANO 92 A 94	UNID.	R$ 20,00	R$ 94,50	R$ 1. 890,00
045	37493	MOLA DIANTEIRA Nº FO - 775.1 BITOLA 4X7/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 25,00	R$ 179,80	R$ 4. 495,00
046	37494	MOLA DIANTEIRA Nº FO - 775.2 BITOLA 4X7/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 25,00	R$ 149,50	R$ 3. 737,50
047	37495	MOLA DIANTEIRA Nº FO - 775.3 BITOLA 4X7/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 20,00	R$ 119,80	R$ 2. 396,00
048	37496	MOLA DIANTEIRA Nº FO - 775.4 BITOLA 4X7/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 20,00	R$ 97,50	R$ 1. 950,00
049	37497	MOLA DIANTEIRA Nº FO - 775.5 BITOLA 4X7/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 20,00	R$ 74,50	R$ 1. 490,00
109	37498	MOLA TRASEIRA Nº FO - 717.1 BITOLA 3X1/2. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 25,00	R$ 119,50	R$ 2. 987,50
110	37501	MOLA TRASEIRA Nº FO - 717.2 BITOLA 3X1/2. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 25,00	R$ 99,50	R$ 2. 487,50
111	37502	MOLA TRASEIRA Nº FO - 717.2A BITOLA 3X9/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 20,00	R$ 99,50	R$ 1. 990,00
112	37503	MOLA TRASEIRA Nº FO - 717.3 BITOLA 3X9/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 20,00	R$ 79,50	R$ 1. 590,00
113	37504	MOLA TRASEIRA Nº FO - 717.4 BITOLA 3X9/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 20,00	R$ 69,50	R$ 1. 390,00
114	37505	MOLA TRASEIRA Nº FO - 717.9 BITOLA 3X9/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 25,00	R$ 59,50	R$ 1. 487,50
115	37506	MOLA TRASEIRA Nº FO - 717.9A BITOLA 3X9/16. PARA ONIBUS FORD CARGO ANO 95/96	UNID.	R$ 25,00	R$ 69,50	R$ 1. 737,50
121	37507	PINO DE CENTRO 12X10	UNID.	R$ 50,00	R$ 5,90	R$ 295,00
122	37508	PINO DE CENTRO 12X12	UNID.	R$ 80,00	R$ 5,90	R$ 472,00
131	37509	PINO DE CENTRO 9/16X6	UNID.	R$ 100,00	R$ 7,90	R$ 790,00
132	37510	PINO DE CENTRO 9/16X7	UNID.	R$ 100,00	R$ 5,90	R$ 590,00
134	37511	PINO DE CENTRO 9/16X8	UNID.	R$ 100,00	R$ 7,40	R$ 740,00
135	37512	PINO DE CENTRO 9/16X9	UNID.	R$ 100,00	R$ 6,90	R$ 690,00
129	37513	PINO DE CENTRO 9/16X10	UNID.	R$ 100,00	R$ 6,90	R$ 690,00
130	37514	PINO DE CENTRO 9/16X12	UNID.	R$ 100,00	R$ 7,40	R$ 740,00
133	37515	PINO DE CENTRO 9/16X8	UNID.	R$ 100,00	R$ 14,00	R$ 1. 400,00
118	37516	PINO DE CENTRO 1/2X6	UNID.	R$ 100,00	R$ 7,90	R$ 790,00
119	37517	PINO DE CENTRO 1/2X7	UNID.	R$ 100,00	R$ 5,90	R$ 590,00
120	37518	PINO DE CENTRO 1/2X9	UNID.	R$ 100,00	R$ 6,40	R$ 640,00
044	37519	GRAXEIRA 3/8	UNID.	R$ 200,00	R$ 1,45	R$ 290,00
043	37520	GRAXEIRA 10MM	UNID.	R$ 200,00	R$ 1,45	R$ 290,00
019	37521	BUCHA LANTONADA MB	UNID.	R$ 100,00	R$ 6,45	R$ 645,00
021	37522	BUCHA LANTONADA VW	UNID.	R$ 50,00	R$ 7,90	R$ 395,00
020	37523	BUCHA LANTONADA VOLARE	UNID.	R$ 80,00	R$ 8,45	R$ 676,00
139	37524	PINO DE MOLA 25X128	UNID.	R$ 80,00	R$ 11,40	R$ 912,00
140	37525	PINO DE MOLA 30X140	UNID.	R$ 80,00	R$ 14,90	R$ 1. 192,00
137	37527	PINO DE MOLA 1972 DT	UNID.	R$ 80,00	R$ 13,90	R$ 1. 112,00

138	37528	PINO DE MOLA 1973 DT	UNID.	R$ 80,00	R$ 14,90	R$ 1.192,00
141	37530	PINO DE TRAVA MOLA	UNID.	R$ 200,00	R$ 3,99	R$ 798,00
023	37531	BUCHA MOLA DTVW 6.90/8.100 /8150	UNID.	R$ 200,00	R$ 14,90	R$ 2.980,00
156	37532	TUBO DE BUCHA 709/712/812	UNID.	R$ 200,00	R$ 4,99	R$ 998,00
029	37533	BUCHA SILENCIOSA DT VW 12140	UNID.	R$ 200,00	R$ 18,40	R$ 3.680,00
025	37534	BUCHA MOLA TRP/DT MB 7109/912/914	UNID.	R$ 200,00	R$ 14,90	R$ 2.980,00
024	37535	BUCHA MOLA TR 6.90/8100/8150	UNID.	R$ 200,00	R$ 13,99	R$ 2.798,00
022	37536	BUCHA MOLA DT VW 6.90/8100/8150	UNID.	R$ 200,00	R$ 13,99	R$ 2.798,00
030	37537	BUCHA SILENCIOSA TR L200	UNID.	R$ 30,00	R$ 14,40	R$ 432,00
018	37538	BUCHA DE BORRACHA DA L200	UNID.	R$ 30,00	R$ 6,90	R$ 207,00
033	37539	CÔNICO AR12 PARA GRAMPO 7/8	UNID.	R$ 200,00	R$ 3,90	R$ 780,00
032	37540	CÔNICO AR10 PARA GRAMPO ¾	UNID.	R$ 200,00	R$ 3,40	R$ 680,00
146	37541	PORCA DUPLA 3 4/4	UNID.	R$ 400,00	R$ 2,99	R$ 1.196,00
017	37542	ARRUELA 50X25 4.7	UNID.	R$ 400,00	R$ 2,90	R$ 1.160,00
016	37543	ARRUELA 50X25 4.2	UNID.	R$ 300,00	R$ 2,79	R$ 837,00
148	37544	PORCA DUPLA 7/8	UNID.	R$ 200,00	R$ 2,45	R$ 490,00
147	37545	PORCA DUPLA 5/8	UNID.	R$ 200,00	R$ 2,45	R$ 490,00
145	37546	PORCA DUPLA 18MM	UNID.	R$ 300,00	R$ 2,90	R$ 870,00
126	37547	PINO DE CENTRO 3/8 X4	UNID.	R$ 100,00	R$ 4,95	R$ 495,00
127	37548	PINO DE CENTRO 3/8 X5	UNID.	R$ 100,00	R$ 5,45	R$ 545,00
128	37549	PINO DE CENTRO 3/8 X6	UNID.	R$ 100,00	R$ 5,45	R$ 545,00
123	37550	PINO DE CENTRO 12X6	UNID.	R$ 100,00	R$ 5,49	R$ 549,00
124	37551	PINO DE CENTRO 12X7	UNID.	R$ 100,00	R$ 5,90	R$ 590,00
125	37552	PINO DE CENTRO 12X8	UNID.	R$ 100,00	R$ 5,90	R$ 590,00
031	37553	BUCHA SILENCIOSA TRITON	UNID.	R$ 20,00	R$ 17,80	R$ 356,00
013	37554	ALGEMA MOLA DTVW/ CARGO	UNID.	R$ 50,00	R$ 39,80	R$ 1.990,00
015	37555	ALGEMA MOLA TR MB 1318/1618	UNID.	R$ 30,00	R$ 41,50	R$ 1.245,00
012	37556	ALGEMA DT DO MB	UNID.	R$ 30,00	R$ 35,90	R$ 1.077,00
014	37557	ALGEMA MOLA TR MB 1113/1313/ 1513	UNID.	R$ 50,00	R$ 44,50	R$ 2.225,00
153	37558	SUPORTE MOLA DT MB 1313/1513	UNID.	R$ 30,00	R$ 89,90	R$ 2.697,00
154	37559	SUPORTE MOLA TR MB 1113/1513/2013	UNID.	R$ 25,00	R$ 89,90	R$ 2.247,50
155	37560	SUPORTE MOLA TR/TR MB 1114/1418/1618	UNID.	R$ 25,00	R$ 69,90	R$ 1.747,50
037	37561	GRAMPO 3/4	UNID.	R$ 200,00	R$ 24,50	R$ 4.900,00
040	37562	GRAMPO 7/8	UNID.	R$ 200,00	R$ 34,50	R$ 6.900,00
150	37563	PORCA SIMPLES 3/8	UNID.	R$ 200,00	R$ 0,19	R$ 38,00
149	37564	PORCA SIMPLES 1/2	UNID.	R$ 200,00	R$ 0,45	R$ 90,00
151	37565	PORCA SIMPLES 9/16	UNID.	R$ 200,00	R$ 0,90	R$ 180,00
038	37566	GRAMPO 5/8 X 72 X 220	UNID.	R$ 50,00	R$ 14,90	R$ 745,00
039	37567	GRAMPO 5/8 X 72 X 260	UNID.	R$ 50,00	R$ 15,90	R$ 795,00
041	37568	GRAMPO 7/8 X 82 X 480	UNID.	R$ 50,00	R$ 39,90	R$ 1.995,00
042	37569	GRAMPO 9/16 X 72 X 160	UNID.	R$ 50,00	R$ 10,90	R$ 545,00
036	37570	GRAMPO 18 X 82X 44 X 440	UNID.	R$ 50,00	R$ 24,90	R$ 1.245,00
035	37571	CONICO DE GRAMPO 24.5 MM	UNID.	R$ 100,00	R$ 6,40	R$ 640,00

034	37572	CONICO DE GRAMPO 16.5 MB	UNID.	R$ 100,00	R$ 2,45	R$ 245,00
001	37573	1ª MOLA MB 415 2016/2017 - VEICULO MERCEDES BENS I/M BENZ 415 MARIMAR A - ANO FABRICAÇÃO 2016/2017 - TIPO FURGAO	UNID.	R$ 5,00	R$ 444,00	R$ 2. 220,00
028	37574	BUCHA OLHAL SILENCIOSA MB 415 - 2016/2017 - VEICULO MERCEDES BENS I/M BENZ 415 MARIMAR A - ANO FABRICAÇÃO 2016/2017 - TIPO FURGAO	UNID.	R$ 5,00	R$ 49,90	R$ 249,50
136	37575	PINO DE CENTRO MB 415 - 2016/2017 - VEICULO MERCEDES BENS I/M BENZ 415 MARIMAR A - ANO FABRICAÇÃO 2016/2017 - TIPO FURGAO	UNID.	R$ 5,00	R$ 12,40	R$ 62,00
144	37576	PORCA DO PINO DE CENTRO MB 415 - 2016/2017 - VEICULO MERCEDES BENS I/M BENZ 415 MARIMAR A - ANO FABRICAÇÃO 2016/2017 - TIPO FURGAO	UNID.	R$ 5,00	R$ 1,90	R$ 9,50
002	37581	1ª MOLA S 10 - VEICULO CAMINHONETE/AMBULANCIA - MARCA/MODELO CHEVROLET/S10 PICKUPECIA - ANO 2015/2015 - FLEX - CABINE SIMPLES	UNID.	R$ 5,00	R$ 119,50	R$ 597,50
004	37582	2ª MOLA S 10 - VEICULO CAMINHONETE/AMBULANCIA - MARCA/MODELO CHEVROLET/S10 PICKUPECIA - ANO 2015/2015 - FLEX - CABINE SIMPLES	UNID.	R$ 5,00	R$ 89,90	R$ 449,50
006	37583	3ª MOLA S 10 - VEICULO CAMINHONETE/AMBULANCIA - MARCA/MODELO CHEVROLET/S10 PICKUPECIA - ANO 2015/2015 - FLEX - CABINE SIMPLES	UNID.	R$ 5,00	R$ 134,50	R$ 672,50
008	37584	4ª MOLA S 10 - VEICULO CAMINHONETE/AMBULANCIA - MARCA/MODELO CHEVROLET/S10 PICKUPECIA - ANO 2015/2015 - FLEX - CABINE SIMPLES	UNID.	R$ 5,00	R$ 134,50	R$ 672,50
010	37585	5ª MOLA S 10 - VEICULO CAMINHONETE/AMBULANCIA - MARCA/MODELO CHEVROLET/S10 PICKUPECIA - ANO 2015/2015 - FLEX - CABINE SIMPLES	UNID.	R$ 5,00	R$ 99,00	R$ 495,00
027	37586	BUCHA OLHAL SILENCIOSA - VEICULO CAMINHONETE/AMBULANCIA - MARCA/MODELO CHEVROLET/S10 PICKUPECIA - ANO 2015/2015 - FLEX - CABINE SIMPLES	UNID.	R$ 5,00	R$ 20,50	R$ 102,50
117	37587	PINO DE CENTRO - VEICULO CAMINHONETE/AMBULANCIA - MARCA/MODELO CHEVROLET/S10 PICKUPECIA - ANO 2015/2015 - FLEX - CABINE SIMPLES	UNID.	R$ 5,00	R$ 6,90	R$ 34,50
143	37588	PORCA DO PINO DE CENTRO - VEICULO CAMINHONETE/AMBULANCIA - MARCA/MODELO CHEVROLET/S10 PICKUPECIA - ANO 2015/2015 - FLEX - CABINE SIMPLES	UNID.	R$ 5,00	R$ 1,49	R$ 7,45
003	37589	1ª MOLA TRITON 2015/2016 - VEICULO CAMINHONETA ABERTA MARCA/MODELO MMC/L200 TRITON 2.4 HLS - ANO 2015/2016	UNID.	R$ 5,00	R$ 97,80	R$ 489,00
005	37590	2ª MOLA TRITON 2015/2016 - VEICULO CAMINHONETA ABERTA MARCA/MODELO MMC/L200 TRITON 2.4 HLS - ANO 2015/2016	UNID.	R$ 5,00	R$ 69,90	R$ 349,50
007	37591	3ª MOLA TRITON 2015/2016 - VEICULO CAMINHONETA ABERTA MARCA/MODELO MMC/L200 TRITON 2.4 HLS - ANO 2015/2016	UNID.	R$ 5,00	R$ 99,00	R$ 495,00
009	37592	4ª MOLA TRITON 2015/2016 - VEICULO CAMINHONETA ABERTA MARCA/MODELO MMC/L200 TRITON 2.4 HLS - ANO 2015/2016	UNID.	R$ 5,00	R$ 89,90	R$ 449,50
011	37593	5ª MOLA TRITON 2015/2016 - VEICULO CAMINHONETA ABERTA MARCA/MODELO MMC/L200 TRITON 2.4 HLS - ANO 2015/2016	UNID.	R$ 5,00	R$ 79,90	R$ 399,50
026	37594	BUCHA OLHAL SILENCIOSA - VEICULO CAMINHONETA ABERTA MARCA/MODELO MMC/L200 TRITON 2.4 HLS - ANO 2015/2016	UNID.	R$ 5,00	R$ 19,90	R$ 99,50
116	37595	PINO DE CENTRO - VEICULO CAMINHONETA ABERTA MARCA/MODELO MMC/L200 TRITON 2.4 HLS - ANO 2015/2016	UNID.	R$ 5,00	R$ 5,99	R$ 29,95

VALOR TOTAL = R$ 321.993,30

Juruena – MT, 23 de Abril de 2020.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

ESM MECANICA DIESEL LTDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO PRAZO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS NO EDITAL

TERMO DE RETIFICAÇÃO PRAZO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS NO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2020

O Município de Juruena, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o presente:

TERMO DE RETIFICAÇÃO

conforme segue:

1 – DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento para aquisição de equipamentos diversos, através de emenda parlamentar nº 201928250018 para atender as necessidades da secretaria municipal de assistência social, por um período de 12 meses.

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Pelo presente **RETIFICA-SE EDITAL - PRAZO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS** da Licitação do Pregão Eletrônico SRP Nº 004/2020, Processo Administrativo Nº 28/2020, quanto a documentação, conforme segue:

Onde se lê:

[..]RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 08:00hs do dia 13/04/2020 até as 08:00 horas do dia 28/04/2020. (Horário de Brasília)[..]

Passa-se a ler:

[..]RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 10:00hs do dia 23/04/2020 até as 08:00 horas do dia 28/04/2020. (Horário de Brasília)[..]

3 – DAS RATIFICAÇÕES

A partir da presente data, ficam **RATIFICADO-SE NO EDITAL - PRAZO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS** da Licitação do Pregão Eletrônico SRP Nº 004/2020, Processo Administrativo Nº 28/2020, surtindo todos os efeitos administrativos e jurídicos legais.

Juruena - MT, 23 de Abril de 2020

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

DECRETO MUNICIPAL Nº. 2942 DE 23 DE ABRIL DE 2020.

ATUALIZA OS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS EXCEPCIONAIS, DE CARÁTER TEMPORÁRIO, RESTRITIVAS À CIRCULAÇÃO E ÀS ATIVIDADES PRIVADAS E PÚBLICAS, PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS EM TODO O TERRITÓRIO JURUENENSE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação, o Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Federal nº 13. 979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergên-

cia de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pelo Decreto Federal n° 10. 292/2020 que altera o Decreto Federal n° 10.282/2020 para definir os serviços públicos e as atividades essências;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso máscaras de proteção facial, ainda que artesanais, no Estado de Mato Grosso como medida não farmacológica complementar à prevenção da propagação da COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 462, de 22 de abril de 2020 que dispõe da atualização dos critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus em todo o território de Mato Grosso.

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que na ADI nº 1007811-16.2020.8.11.0000, manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso entendeu que os municípios têm autonomia e competência legislativa para adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas e de atividades econômicas privadas conforme as peculiaridades locais;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto atualiza as diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e às atividades privadas e públicas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo Coronavírus em todo o território juruenense.

Art. 2º Em todo o município de Juruena, independentemente do número de casos confirmados de COVID-19, os cidadãos e os estabelecimentos públicos e privados ficam orientados a adotar as seguintes medidas de prevenção e combate à infecção por Coronavírus:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal, sobre pena de incorrer na multa prevista na legislação estadual;

VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

VIII - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério;

IX - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

§ 1º Para realização de atividades de cunho religioso, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 2º deste Decreto, ficam recomendadas as seguintes medidas:

I - disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

III - controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI - suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso.

§ 2º Os parques públicos estaduais poderão ser utilizados desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, pelos usuários.

Art. 3º - Enquanto vigente este decreto, fica **VEDADO** o funcionamento de:

I. clubes sociais ou piscinas comunitárias; II. casas de shows; III. festas/recepções, com aglomerações acima de 30 (trinta) pessoas; IV. ginásios esportivos e campos de futebol; V. todas as atividades culturais ou comerciais que envolvam a disponibilização e o manuseio de tereré, chimarrão, narguilé ou congêneres com aglomeração de pessoas por tempo indeterminado.

Art. 4º Fica reiterada a necessidade do uso de máscaras de proteção facial por todas as pessoas que circulem dentro do território do Estado de Mato Grosso, em todo estabelecimento público ou privado, conforme disposto na Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020.

§ 1º A Polícia Militar e a vigilância sanitária deverão iniciar imediatamente a fiscalização dos estabelecimentos públicos e privados com finalidade orientativa acerca do uso obrigatório de máscaras de proteção facial, ainda que artesanal.

§ 2º Somente poderá ser aplicada multa após visita orientativa prévia aos estabelecimentos fiscalizados pelos órgãos indicados no § 1º deste artigo, a ser registrado por meio de documento próprio.

Art. 5° Fica adotado a medida não farmacológica de isolamento domiciliar para pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico e gestantes e lactantes.

Art. 6° Fica revogado na integralidade o Decreto n° 2936 de 27 de março de 2020.

Art. 7° Este decreto terá vigência por prazo indeterminado e alterações conforme a necessidade municipal de adequação em resposta ao controle do Coronavírus e legislações futuras publicadas a nível Estadual e Federal.

Art. 8° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se imediatamente em todo o território juruenense.

Juruena-MT, 23 de abril de 2020.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

HELVIO DE LIMA

Secretário Municipal de Saúde

EDILSON CARDOSO DA SILVA

Coordenador de Vigilância em Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 022/2020

Modalidade: Pregão Presencial SRP

Data da Homologação: 23/04/2020

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE MOLEJOS E SERVIÇOS DE MOLEJOS EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO DAS FROTAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO NO EDITAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Fornecedor:

Razão Social: ESM MECANICA DIESEL LTDA

CNPJ: 15.819.138/0001-94

Valor: R$ 322.201,65

Juruena – MT, 23 de Abril de 2020

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 121/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

“Concede elevação de nível aos servidores públicos que menciona, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 1º, §2º, V da Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, aos servidores a seguir descritos:

MARIZA TIAGO DE QUEIROZ SILVA

BIOQUIMICA

Vinculada/Lotada 01/04/2008

Elevação de **Nível 04** para **nível 05**

VALDEMIR DA SILVA PEREIRA

MECANICOS DE MAQUINAS LEVES E PESADAS

Vinculado/Lotado 24/04/2008

Elevação de **Nível 04** para **nível 05**

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº. 120/2020, 23 DE ABRIL DE 2020

“Concede Licença-Maternidade a Servidora Pública Municipal e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra “d” da Lei Orgânica do Município e, Art. 88 da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal, ***KESIA PAULA SANTOS COSTA DA SILVA,*** *Professora,* pelo período de 120 (cento e vinte) dias - ***31/03/2020 a 28/07/2020***, conforme consta em Atestado Médico.

Parágrafo Único – É vedado à servidora pública licenciada, o exercício de atividade remunerada durante o período da licença concedida, nos termos do disposto na Lei Complementar n°25, de 28/04/2006.

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de março de dois mil e vinte.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 001/78 - FIXA ESTRUTURA ADM LUCIARA

LEI N° 001/78

"FIXA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE LUCIARA - MT".

A Câmara Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu Sebastião Gomes de Souza, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1° - A Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, compor-se-á dos seguintes órgãos:

I – Secretaria Geral;

II – Departamento Municipal de Educação e Cultura;

III – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem;

IV – Departamento Municipal de Serviços Públicos;

V – Sub-Prefeituras Distritais e Povoados: (Distrito) Santa Terezinha, Povoados: Lago Grande, Porto Velho, Mata do Coco, Doze de Junho, São Bento, Antônio Rosa, Porto Alegre, São José do Xingu, Cadete, Crisóstomo, Remanso e Cana Brava.

Artigo 2° - A Secretaria Geral será administrada por um Secretário Geral, em comissão, e de confiança do Prefeito e compete a coordenação, inspeção e execução dos serviços administrativos, econômicos e financeiros da Prefeitura.

Artigo 3° - O Departamento Municipal de Educação e Cultura será administrado por um Diretor de confiança e comissão subordinados ao Prefeito com as atribuições de coordenação, inspeção e execução dos assuntos educacionais e culturais do Município.

Artigo 4° - O Departamento Municipal de Estradas de Rodagem será administrado por um Diretor, em comissão e de confiança do Prefeito e compete a coordenação inspeção e execução de obras e assuntos relativos ao Setor de Transporte e Estradas de Rodagem do Município.

Artigo 5° - O Departamento Municipal de Serviços Públicos será administrado por um Diretor, em comissão e de confiança do Prefeito e compete a coordenação, inspeção e execução dos assuntos relativos aos serviços de eletricidade, água, limpeza urbana, parques, jardins, cemitérios e matadouros.

Artigo 6° - As Sub-Prefeituras serão coordenadas, inspecionadas e com atribuições definidas por Decreto do Prefeito.

Artigo 7° - Ficam criados os cargos em comissão seguintes:

1 – Um de Secretário Geral;

2 – Três de Secretários Municipais;

3 – Um de Sub-Prefeito.

Artigo 8° - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara,

Em 10 de janeiro de 1978.

Sebastião Gomes de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 006/2020 - PROCESSO N.º 008/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020

EXTRATO DE CONTRATO N.º 006/2020

PROCESSO N.º 008/2020

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR: S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVICOS EIRELI – ME, CNPJ nº: 14.805.780/0001-51.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e Material Permanente (Grupo Gerador) para Unidade Básica de Saúde de Luciara, atendendo a Secretaria Municipal de Saúde.

PRAZO: 30 (trinta) dias.

VALOR DO CONTRATO: R$: 75.970,00 (SETENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS).

Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 20 de abril de 2020.

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

PRESIDENTE CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 009/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 004/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 009/2020

PREGÃO PRESENCIAL 004/2020

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 004/2020, no dia 05/05/2020, às 09:00h, Para Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de Empresa para Realização de Serviços de Pinturas de Prédios Púbicos, Letreiros, Logomarcas, Faixas, Placas e Camisetas para as Secretarias Municipais, segundo os critérios estabelecidos no Edital de Pregão Presencial 005/2020, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Lúcio Pereira Luz, 450 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189 ou e-mail: pmluciara.mt@gmail.com

Luciara-MT, em 23 de abril de 2020.

_____

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020 – SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em poda de árvores em vias urbanas e parques, com a retirada e o descarte dos entulhos em local apropriado, no município de Marcelândia-Mt**.

ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 11 de maio de 2020, às 09h00-min. (Horário de Brasília-DF);

REALIZAÇÃO: Por meio do Site **www.bll.org.br**;

INTEGRA do EDITAL: por meio do site: www.bll.org.br e no site da Prefeitura: **www.marcelandia.mt.gov.br**

Marcelândia/MT, em 23 de abril de 2020.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO N°. 051, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

"Atualiza os critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Marcelândia-MT."

O Prefeito de Marcelândia – MT, Arnóbio Vieira de Andrade, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o artigo 18 do decreto municipal nº 042, de 23/03/20 e o artigo 4º do decreto municipal nº 046, de 08/04/2020;

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que na ADI nº 1007811-16.2020.8.11.0000, manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso entendeu que os municípios têm autonomia e competência legislativa para adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas e de atividades econômicas privadas conforme as peculiaridades locais;

CONSIDERANDO que não há, até o presente momento, nenhum caso confirmados de COVID 19 no Município de Marcelândia, conforme dados disponibilizados nos boletins diários da Secretaria Municipal de Saúde, divulgados na íntegra por meio do endereço eletrônico http://www.marcelandia.mt.gov.br;

CONSIDERANDO que até **22 de abril de 2020, conforme relatório encaminhado ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e dados oficiais encaminhados ao Ministério da Saúde, há no Estado de Mato Grosso 104 leitos públicos de UTI e 403 leitos públicos clínicos com exclusividade para o COVID 19, além dos leitos disponíveis na rede privada;**

CONSIDERANDO que, em 04 de maio de 2020, conforme relatório encaminhado ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e dados oficiais encaminhados ao Ministério da Saúde, haverá no Estado de Mato Grosso 326 leitos públicos de UTI e 947 leitos públicos clínicos com exclusividade para o COVID-19, além dos leitos disponíveis na rede privada;

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso dispõe, ainda, rede de UTIs aéreas e terrestre para transporte de urgência e emergência para manejo de pacientes entre as unidades hospitalares de referência para COVID-19;

CONSIDERANDO que até 22 de abril de 2020, a taxa de ocupação dos leitos públicos exclusivos em Mato Grosso para atendimento a pacientes com COVID 19 é de 2,88% em UTI e 0,25% em leitos clínicos;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso máscaras de proteção facial, ainda que artesanais, no Estado de Mato Grosso como medida não farmacológica complementar à prevenção da propagação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto atualiza as diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território de Marcelândia, face ao cenário de disseminação do vírus, vivenciado em âmbito estadual e municipal.

Art. 2º – Em todos o território do município de Marcelândia, os cidadãos e os estabelecimentos públicos e privados ficam orientados a adotar as seguintes medidas de prevenção e combate à infecção por coronavírus:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - orientar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

VIII - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

IX - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

§ 1º A partir de 26 de abril de 2020, para realização de atividades de cunho religioso, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 2º deste Decreto, ficam recomendadas as seguintes medidas:

I – horário de funcionamento das 7h às 21h, com a celebração de apenas uma missa, culto ou reunião por dia;

II- disponibilização de local e produtos para higienização de mãos, como água e sabão líquido e/ou álcool gel 70%;

III - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

IV - controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos, ressalvado o atendimento individual pelos respectivos responsáveis, tais como sacerdotes, pastores, dirigentes e demais orientadores dos respectivos templos, observadas as medidas sanitárias largamente preconizadas e estabelecidas;

V - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas, como apertos de mãos ou abraços;

VI - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VII - suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso que deve ser medida pelo número de bancos ou assentos disponíveis, obedecido o espaçamento mínimo de 1,5m permitido.

VIII – afixação de cartazes informativos e educativos referentes às medidas de prevenção da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19) em lugar facilmente visível ao público.

§ 2º Os parques públicos municipais poderão ser utilizados desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, pelos usuários.

Art. 3º Permanecem em vigor as orientações contidas nos decretos anteriores quanto a bares e academias.

Art. 4º Fica reiterada a necessidade do uso de máscaras de proteção facial por todas as pessoas que circulem dentro do território do Município de Marcelândia, em todo estabelecimento público ou privado, conforme disposto na Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020.

§ 1º A Polícia Militar, conforme Decreto Estadual nº 462, de 22/04/2020, em seu artigo 5º, § 1º, e a fiscalização municipal, incluída a vigilância sanitária local, deverão iniciar imediatamente a fiscalização dos estabelecimentos públicos e privados com finalidade orientativa acerca do uso obrigatório de máscaras de proteção facial, ainda que artesanal.

§ 2º Somente poderá ser aplicada multa após visita orientativa prévia aos estabelecimentos fiscalizados pelos órgãos indicados no § 1º deste artigo, a ser registrado por meio de documento próprio.

Art. 5º As recomendações e determinações contidas neste Decreto poderão ser revistas se a taxa de ocupação de leitos de UTIs públicas exclusivas para COVID-19 atingir o percentual de 60% (sessenta por cento) âmbito estadual.

Art. 7º Em caso de manutenção da taxa de ocupação de leitos de UTIs públicas exclusivas para COVID-19 inferior a 60% (sessenta por cento) no âmbito estadual até o dia 30 de abril de 2020, as atividades escolares municipais presenciais da educação infantil e de ensino fundamental, médio e superior, público e privado, poderão ser retomadas em 04 de maio de 2020.

Art. 8º Permanecem em vigor as demais orientações contidas nos Decretos Municipais sobre Coronavírus, desde que não entrem em conflito com este decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 23 de abril de 2020.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

PREFEITO DE MARCELÂNDIA

SILAS DE O. REZENDE

SEC. MUN. SAÚDE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO ESPECIAL Nº 049/2020

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL Nº 00049/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de MARCELANDIA, ARNOBIO VIEIRA DE ANDRADE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01021/2020** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Especial em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 141.000,00 (Cento e quarenta e um mil reais).

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	1.000,00
06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.000,00
06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	80.000,00
06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	20.000,00
06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	1.000,00
06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.000,00
06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e despesas com locomocao	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	2.000,00
06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	20.000,00
06.002.10.122.0013.2106.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	10.000,00
06.002.10.122.0013.2106.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	4.000,00
06.002.10.122.0013.2106.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.000,00
Sub-Total:	**141.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**141.000,00**

Artigo 2º - Para fazer face as Suplementacoes consignadas no artigo anterior serao anuladas as Dotacoes Orcamentarias descritas abaixo, conforme artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0013.1148.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	50.000,00
06.002.10.301.0013.1148.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0123000000-Transferências de Convênios - Saúde	10.000,00
06.002.10.301.0013.1149.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	61.000,00
06.002.10.301.0013.1149.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0123000000-Transferências de Convênios - Saúde	10.000,00
06.002.10.301.0013.1149.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	10.000,00

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL Nº 00049/2020

Sub-Total:	**141.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**141.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. MARCELANDIA, 15, Abril de 2020

ARNOBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 083/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIA-**

DO NA ÁREA DENOMINADA ZP 002, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES"

CONTRATADA: TOPOS – PROJETOS E TOPOGRAFIA EIRELI ME

Valor/Global: O preço global dos serviços ora contratados, será de **R$ 22. 000,00 (Vinte e dois mil reais).**

Assinatura: 23/04/2020

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO 02/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que recebeu documentos e credenciou no PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE CLINICO GERAL PARA ATENDER NAS UNIDADES DE SAÚDE DE FAMÍLIA DA ÁREA URBANA E NO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT a Empresa O. J. ALMEIDA EIRELI CNPJ: 36.020.839/0001-39 para o Item 02 – Medico Clinico Geral para o Hospital Municipal. Matupá – MT, 23 de abril de 2020.

CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 082/ 2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PARA GUARDA DE ÔNIBUS E RAMPA DE LAVAGEM PARA OS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/ MT.Contidas nos anexos do Edital 024/2020, TOMADA DE PREÇO 06/ 2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI

Valor/Global: **O valor para as obras, objeto deste contrato é de R$ 619. 840,31 (Seiscentos e dezenove mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e um centavos).**

Assinatura: 22/04/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO DE OBRAS Nº 141/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

***OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PISCINA SEMI-OLÍMPICA CONFORME CONTRATO DE REPASSE 862637 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ E O MINISTÉRIO DO ESPORTE".**

Contidas nos anexos do Edital 0107/2018, TOMADA DE PREÇO 023/ 2018, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: CONSTRUTORA RIACHO DOCE EIRELI

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Quinta e Sexta, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **Vigência e Execução** do contrato é aditado em **250 (duzentos e cinquenta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **31 DE DEZEMBRO DE 2020,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 23/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 07/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 11 de maio de 2020 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA TRUCADO EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO 896780/ 2019 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será das 14:00 horas do dia 24/04/2020 as 08:00 horas do dia 11/05/2020 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 041/ 2020, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 23 de abril de 2020. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

---

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 022/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 11 de maio de 2020 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E RUAS DO MUNÍCIPIO DE MATUPÁ/MT". Maiores informações através do Edital nº. 043/ 2020, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 23 de abril de 2020.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou no dia 23 de abril de 2020 o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO É A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO APARELHO/EQUIPAMENTO VENTILADOR PULMONAR EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19, onde se contratou a Empresa CUIABA MED. COM. DE PROD. PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – CNPJ 15.571.435/ 0001-63 com um valor total de R$ 2.150,00. O processo tem Fundamento Legal no Art. 4 da Lei Federal 13.979/2020 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 23 de abril de 2020.

CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 080/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato,***"*DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA ALMOXARIFADO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ, DURANTE O PERÍODO DE REFORMA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE*"*,**de acordo com a clausula 03 deste Contrato que são partes integrantes **da respectiva Dispensa de Licitação 020/2020.**

CONTRATADA: NERI LUIZ DALLA VECCHIA

Valor/Global: O preço global dos serviços ora contratados, será de **R$ 12. 000,00 (Doze mil reais).**

Assinatura: 20/04/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº. 063/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA ACESSO AO COMPLEXO TURISTICO DOS LAGOS, TRECHO AV. HERMINIO OMETTO, BAIRRO JARDIM DAS FLORES (ZH2-002) E CIDADE ALTA (ZH2-004), CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 850615/2017 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.

Contidas nos anexos do Edital 050/2019, TOMADA DE PREÇO 009/2019, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

OBJETIVO: **Ficam alteradas as *Cláusulas Quinta e Sexta,* que passa a vigorar com a seguinte redações:**

Cláusula Quinta – Vigência do Contrato

O novo prazo de **vigência** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **22 DE SETEMBRO DE 2020,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Cláusula Sexta – Prazo de Execução

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **23 DE JULHO DE 2020,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 23/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº. 011/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA NO COMPLEXO TURÍSTICO DOS LAGOS (CALÇADAS, PASSARELA DE MADEIRA, ACESSIBILIDADE E ILUMINAÇÃO PÚBLICA) CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nª 858430/2017 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DE TURISMO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.Contidas nos anexos do Edital 0132/2018, TOMADA DE PREÇO 025/2018, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

OBJETIVO: **Ficam alteradas as *Cláusulas Quinta e Sexta* – 6.1que passam a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **vigência e execução** do contrato é aditado em **120 (cento e vinte)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **27 DE AGOSTO DE 2020,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 23/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO N. 081/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato,"**Adesão a Ata de Registro de Preço n° 166/2019, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preço n° 051/2019, do município de Cáceres/MT, para aquisição de material permanente (ar condicionado) para atender à demanda do Município de Matupá**

CONTRATADA: POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI

Valor/Global: O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 101.239,18 (Cento e um mil, duzentos e trinta e nove reais e dezoito centavos).**

Assinatura: 22/04/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº. 09/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA DA QUADRA DE AREIA NO BAIRRO ZH3-001 CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES. Contidas nos anexos do Edital 152/2019, TOMADA DE PREÇO 038/2019, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI

OBJETIVO: **Fica alterada a *Cláusula Sexta* – 6.1que passa a vigorar com a seguinte redação:**

PRAZO DE EXECUÇÃO:

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em 3**0 (trinta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **28 DE MAIO DE 2020,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 23/04/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.591 DE 23 DE ABRIL DE 2020.

Disciplina a prestação de serviços de horas-máquinas, terraplanagem e limpeza subsidiados pelo Município de Mirassol D'Oeste - MT e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Euclides da Silva Paixão Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste - MT, no uso de sua atribuição legal nos termos da Lei Orgânica em seu artigo 58, inciso IV, faz saber que o plenário de deliberações da Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 22 de abril do corrente ano, APROVOU e **ele SANCIONA a seguinte Lei:**

Art. 1º - A prestação de serviços de horas-máquina em favor das propriedades da agricultura familiar, dos produtores rurais em geral do Município e dos contribuintes residentes no perímetro urbano, pessoas físicas e jurídicas, serão executados com a observância da presente Lei.

§ 1º. Os serviços com maquinário municipal discriminados no anexo único da presente lei poderão ser prestados aos particulares com máquinas próprias, contratadas ou terceirizadas e em todos os casos assumirão caráter de serviço público, devendo ser prestados somente havendo como operadores servidores públicos ou quem assumir essa titularidade por força de lei.

§ 2º. Os valores dos serviços definidos no anexo Único também **se aplicam aos Programas instituídos pelo município de acordo com os percentuais definidos na legislação própria.**

Art. 2º - Os requisitos para utilização de serviços públicos com maquinário municipal são os seguintes:

I - residir ou estar domiciliado comprovadamente no Município;

II - o local de prestação do serviço deve situar-se nos limites deste Município;

III - estar quite com os pagamentos de todos os tributos municipais;

IV - possuir alvará de construção aprovado pelo Poder Público sempre que for relacionado ao serviço solicitado;

V – possuir a autorização dos órgãos ambientais competentes;

Art. 3º - Para que o munícipe interessado possa utilizar os serviços deverá proceder com sua solicitação junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura por meio do preenchimento do formulário padrão de requerimento atentando para a disponibilidade e o cronograma dos maquinários do programa.

§1º No ato do agendamento será emitido o documento de arrecadação que deverá ser recolhido em até dez dias data da realização do serviço agendado.

§2º Em casos específicos poderá ser emitido o documento de arrecadação com data para recolhimento em um prazo diferente do estipulado no § 1º;

Art. 4º - O uso do serviço público de horas-máquinas de forma irregular pelo requerente o suspenderá pelo prazo de 01(um) ano de solicitar quaisquer serviços estipulados no anexo único da presente lei.

Art. 5º - Fica estipulado o limite por cada requerimento na ordem de:

I – de 06(seis) horas máquinas por cada requerimento;

II – de 07 (sete) cargas de terra e cascalho;

III – de 02(dois) caminhões pipas;

IV - de 01(um) limpa fossa.

Parágrafo único. Nãos serão aceitos requerimentos referentes ao mesmo objeto já solicitado anteriormente, que ainda não tenha sido prestado o serviço.

Art. 6º - O Cronograma de Atendimento dos serviços será definido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, com base na disponibilidade das máquinas, levando-se em conta a urgência, o tipo de serviço, a ordem cronológica dos requerimentos e a proximidade das máquinas do local, evitando-se com isso desperdícios em deslocamentos das máquinas em diferentes pontos dos serviços demandados.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de infraestrutura poderá suspender temporariamente a realização de novos requerimentos se a demanda for maior do que a capacidade de atendimento, evitando assim longo período de espera de atendimento dos pedidos.

Art. 7º- As tarifas municipais devidas pelos serviços prestados serão reajustadas anualmente de acordo com a atualização da UPF.

Art. 8º - Aos proprietários cujos imóveis já possuam alvarás para edificações de habitações unifamiliares, cuja área quadrada não exceda a 70 (setenta) m² e/ou que comprovarem que estão consignando financiamento bancário por meio de programas, fundos e sistemas nacionais de habitação para famílias de baixa renda, será concedido 50% (cinquenta por cento) de desconto do valor a ser pago pelos serviços.

Art. 9º - Será concedido às pessoas inseridas em programas de atendimento especial da Secretaria de Desenvolvimento Social de 50 % (cinquenta por cento) do valor cobrado pelos serviços objetos da presente Lei.

Art. 10 - A prestação dos serviços descritos na presente lei se dará de forma personalíssima não podendo ser requerida por um solicitante para ser executada por um terceiro usuário.

Art. 11 -A contagem do tempo de hora-máquina iniciará a partir do momento em que as máquinas estiverem à disposição para os serviços dentro da propriedade do requerente.

Art. 12 - Quando for necessária a licença de qualquer órgão ambiental para execução dos serviços na propriedade, o requerente deverá apresentá-la no momento da solicitação dos serviços de hora-máquina.

Art. 13 - Não serão executados trabalhos com máquinas em áreas de preservação permanente e declividade superior a 45º (quarenta e cinco graus).

Art. 14 – O deslocamento dos equipamentos por reboques ou similares seguirão as custas do requerente do serviço.

Art. 15 – A administração pública municipal poderá suspender a disponibilidade de um determinando serviço caso existam empresas legalizadas no Município que ofereça serviços correspondentes ao da presente lei.

Art. 16 - Inclui ainda nos preços públicos a utilização de equipamentos públicos imóveis (Estádio de futebol, Ginásio de esportes, quadras cobertas ou abertas, Clube Bandeirantes, Centro de Convivência do Idoso e outros) para realização de eventos.

§1º - Poderá ser concedido isenção quando se tratar de evento realizado por entidades sediadas no município e sem fins lucrativos, excluída desta isenção a utilização por terceiros, mesmo que para eventos sem fins lucrativos.

§2º - A utilização dos equipamentos esportivos para pratica de esportes estará isento desde que o interessado efetue agendamentos junto ao Departamento de Esportes para uso conforme escala a ser definida.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos 23 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito.

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 006/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2020

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Homologo o item a Empresa:

G. M. DE AGUIAR EIRELLI-ME

(CRIATIVA INFORMATICA-ME)

Endereço: A. ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº 2821

Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

CEP: 78.280-000

Mirassol D'Oeste – MT

CNPJ: 05.201.346/0001-71

Mirassol D'Oeste - MT, 23 de abril de 2020

Francisco Amarante

Presidente Câmara Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE HABILITAÇÃO

COMUNICAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MODERNIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO "TIPO ORNAMENTAL COM LUMINÁRIAS DE LED" NA AVENIDA JOAQUIM CUNHA. *Observando o disposto no artigo 109, § 1º da Lei 8. 666/93*, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO comunica que na sessão de abertura da presente licitação ocorrida no dia 15/04/20 foram declaradas HABILITADAS as licitantes: **ELETRO TARTARI LTDA**, CNPJ 15.062.235/0001-85; **ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE EIRELI**, CNPJ 85.489.078/0001-74; **GOIÁS LED MATERIAIS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÃO EIRELI ME**, CNPJ 27.927.653/0001-77; **M.C.A. CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELLI ME**, CNPJ 25.228.130/0001-07; **RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI ME**, CNPJ 13.361.238/0001-94 e **ROUTE CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ 05.222.638/0001-90, conforme e-mail enviado às licitantes na data da sessão, findando o prazo para interposição de recurso no dia **04/05/20** em conformidade com o artigo 110 da Lei 8666/93. CÉLIA REGINA DE MATTOS PRADO – PRESIDENTE DA CPL. EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO – PREFEITO. M. D'Oeste, 24/04/2020.

COMUNICAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 06/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO CENTRO EDUCACIONAL VEREADOR EDSON ATHIER ALMEIDA TAMANDARÉ. *Observando o disposto no artigo 109, § 1º da Lei 8.666/93***,** a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO comunica que na sessão de abertura da presente licitação ocorrida no dia 17/04/20 foram declaradas **HABILITADAS** as licitantes: **FÁBIO ALBUQUERQUE DA SILVA ME**, CNPJ 18.894.302/0001-16; **GLOBAL SERVICE EIRELI**, CNPJ 22.058.518/0001-19**; J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI,** CNPJ 00.277.059/0001-21; **M. FERNANDES DA SILVA E CIA. LTDA EPP**, CNPJ 21.878.860/0001-00; **NÁDIA F. M. ESSI CONSTRUÇÕES ME,** CNPJ 19.948.145/0001-47 e **RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI ME**, CNPJ 13.361.238/0001-94, conforme e-mail enviado às licitantes na data da sessão, findando o prazo para interposição de recurso no dia **04/05/20** em conformidade com o artigo 110 da Lei 8666/93. CÉLIA REGINA DE MATTOS PRADO – PRESIDENTE DA CPL. EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO – PREFEITO. M. D'Oeste, 24/04/2020.

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 006/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2020

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência.

Adjudico o item a Empresa:

G. M. DE AGUIAR EIRELLI-ME

(CRIATIVA INFORMATICA-ME)

Endereço: A. ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº 2821

Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

CEP: 78.280-000

Mirassol D'Oeste – MT

CNPJ: 05.201.346/0001-71

Mirassol D'Oeste - MT, 23 de abril de 2020

FRANCISCO AMARANTE

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 006/2020

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência.

CONTRATADO:

G. M. DE AGUIAR EIRELLI-ME

(CRIATIVA INFORMATICA-ME)

Endereço: A. ALMIRANTE TAMANDARÉ, Nº 2821

Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

CEP: 78.280-000

Mirassol D'Oeste – MT

CNPJ: 05.201.346/0001-71

Valor da contratação: **R$ 16.978,00 (dezesseis mil novecentos e setenta e oito reais).**

Prazo: 30 DIAS.

Fundamento legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por conseqüência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, cujo ao teor aderimos na íntegra;

RESOLVO,

RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, determinando sua publicação na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

Mirassol D'Oeste – MT, 23 de Abril de 2020

FRANCISCO AMARANTE

Presidente da Câmara Municipal

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0001/2020

Mirassol D´Oeste, 26 de março de 2020

Licitação: **000008/20 PREGÃO PRESENCIAL 01/2020**

Aberta em 26/03/2020

Resumo do Objeto:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE RAIO X TOMOGRAFIA E MAMOGRAFIA

Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta Fundação Municipal de Saúde resolve adjudicar ao proponente **CEDIM - CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA** parte do objeto da licitação, no valor de R$ 408.760,60 (Quatrocentos e Oito Mil e Setecentos e Sessenta Reais e Sessenta Centavos) conforme Relação em Anexo.

A D J U D I C A Ç Ã O

ASSINAM

Comissões / Portarias:

ANDRE OTONIEL XAVIER MAGIO DOS ANJOS FERREIRA CPF.: 061.387.011-51 RG.: 304112-00 Cargo: Suplente PORTARIA: 005 DE 17/02/2020	ANDREIA DOBELIN DA SILVA CPF.: 005.429.171-22 RG.: 19210787 Cargo: Membro PORTARIA: 005 DE 17/02/2020
LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO, CPF.: 001.196.181-33 RG.: 15251349 Cargo: Presidente PORTARIA: 005 DE 17/02/2020	MARCIA DA MATA DOS SANTOS CPF.: 901.194.521-20 RG.: 001200377 Cargo: Suplente PORTARIA: 005 DE 17/02/2020
MARINA TEREZA BEZERRA CPF.: 979.417.511-00 RG.: 10950443 Cargo: Membro PORTARIA: 005 DE 17/02/2020	SUELI BAPTISTA MACHADO CPF.: 010.667.421-89 RG.: 15397203 Cargo: Suplente PORTARIA: 005 DE 17/02/2020

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 041/2020

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3665/ 2020 DE 27/01/2020.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo de Seleção de Estagiário conforme Decreto 3.665/2020.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 22 de abril de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3665/ 2020 DE 27/01/2020.

ANEXO ÚNICO

DIREITO	
NATALIA THARYANE DE MATOS CORTE	1º COLOCADO (A)

Mirassol D'Oeste, 22 de abril de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO N. 07/2020. OBJETO: **ARP PARA AQUISIÇÃO DE LEITE ESPECIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.** Sendo vencedoras as empresas: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS o item 1, com o valor de R$ 55.362,00 (cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais). ROSILENE VIEIRA LOPES o item 2, com o valor de R$ 19.732,00 (dezenove mil, setecentos e trinta e dois reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 75.094,00 (setenta e cinco mil e noventa e quatro reais). Não houve interposição de recurso, sendo **HOMOLOGADO** em 23/04/2020. Mara Aparecida Amarante- Pregoeira - Portaria 143/2018. M. D' Oeste, 23/04/2020.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 001/20

Mirassol D´Oeste ,26 de março de 2020

Licitação :**000008/20 - PREGÃO PRESENCIAL 01/2020**

Aberta em 26/03/2020

Resumo do Objeto:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE RAIO X TOMOGRAFIA E MAMOGRAFIA

Comunicamos a V.Sas que resultante da análise das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitações

desta Fundação Municipal de Saúde adjudicou e o Excelentíssimo Senhora Presidente Karen Tatyani Pereira Tertiliano homologou em favor desta empresa parte do objeto da licitação, no valor de R$ 408.760,60 (Quatrocentos e Oito Mil e Setecentos e Sessenta Reais e Sessenta Centavos)conforme Relação em Anexo.

H O M O L O G A Ç Ã O

_____

Karen Tatyani Pereira Tertiliano

Diretora Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 137/2020

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Jeverson Barbosa Moura****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Jeverson Barbosa Moura***, portador do RG nº. 1322140-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 913.461.421-49, para exercer o cargo em Comissão de Analista de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de abril de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 19/2020

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Quézia da Rosa Ferreira, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, a reabertura e retificação do termo de referencia da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 19/2020**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 07/05/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PLANTAS E GRAMA PARA PAISAGISMO, INCLUINDO PLANTIO E MANUTENÇÃO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 23 de Abril de 2020.

Quézia da Rosa Ferreira

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 043/2020

"Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2020, previsto na Instrução Normativa SCI nº 002/2009, de Responsabilidade da Unidade de Controle Interno, é da outras Providências"

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, o Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais e objetivando a operacionalização do Sistema Integrado de Controle Interno do Município de Nobres:

DECRETA:

ART. 1º -Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o exercício financeiro de 2020, conforme anexo I, destinado a acompanhar e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de gestão e controle interno adotados pelas unidades responsável e executoras dos sistemas administrativos.

Parágrafo Único – Poderão ser realizadas auditorias especiais, quando os trabalhos de auditoria, não estão compreendidos no Plano Anual de Auditoria Interna e destina-se ao exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum e, extraordinária, ou para atender determinação do Prefeito Municipal ou do Presidente da Câmara Municipal relacionados com seus respectivos poderes e autarquias.

Art. 2º - Deverá a Unidade de Controle Interno do Município dar ciência ao Poder Executivo, Legislativo e Autarquias Municipais, encaminhando-lhes cópia do Plano Anual de Auditoria Interna do ano seguinte, até o último dia do ano de trabalho dos respectivos órgãos, bem como á Assessoria Jurídica do Município, e ainda comunicará as Secretarias Municipais, unidades executoras e responsáveis.

Art. 3º - A Unidade de Controle Interno será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados no Plano de Auditoria Interna, podendo requisitar servidores de outros Departamentos, através de projetos de auditoria individualizados por área de atuação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições a contrarias.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, em 20 de abril de 2020.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 136/2020

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Geferson Tyago Rodrigues de Almeida****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Geferson Tyago Rodrigues de Almeida***, portador do RG nº. 16637739 SJ/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 046. 860.051-59, para exercer o cargo em Comissão de Gerente de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/04/2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de abril de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 21/2020

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora****Sra. Domingas Nervina Pereira.***

A **Diretora Executiva do PREVI-NOBRES** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando odisposto no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com o art. 86, inciso I, II, III e IV da Lei nº 1.325 de 2014, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nobres/MT, Lei n. 1.197/2011 que versa sobre o plano de cargos e carreira e salario dos profissionais da educação do municipio de Nobres, atualizada pela Lei 1.553/2020.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. Domingas Nervina Pereira**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 0588303-2 SSP/MT e do CP F n.º 593.232.051-68 residente e domiciliada nesta municipalidade, servidora Efetiva no cargo Professora, Classe "C", Nível "05" lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 259, contando com 26 anos 07 meses e 21 dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do PREVI- NOBRES nº. **2020.04.01227P**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data de**08 de Abril de 2020**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Nobres-MT, 23 de Abril de 2020.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 26/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 07/2020**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS* PARA ATENDER AOS POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO PREVENTIVO DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOBRES-MT*, *POR UM PERÍODO De 12 MESES***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **CERTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ n° 03.652.030/0001-70, com sede na BR 480, n° 795, Centro, cidade de Barão de Cotegipe, cep: 99.740-000, fone: 54-3523-2700, email: medicamentos@centermedi.com.br, sendo representada pelo Sr.Reginaldo Araújo Costa, portador do CPF n° 581.052.711-68, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS* PARA ATENDER AOS POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTRO PREVENTIVO DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOBRES-MT*, *POR UM PERÍODO De 12 MESES***, conforme especificados no Termo de Referência do respectivo Edital de Licitação – Pregão Presencial SRP nº 07/2020, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

Código	Descrição	Marcas	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2596	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR 100 ML FRASCOS	FARMACE	UNIDADE	400	R$ 1,35	R$ 540,00
9655	NIMESULIDA 100MG COMPR	VITAMEDIC	UNIDADE	70000	R$ 0,05	R$ 3.500,00
13928	METOCLOPRAMIDA 10MG	BELFAR	UNIDADE	9000	R$ 0,08	R$ 720,00
14616	AMITRIPTILINA 25 MG COMPR	BRAINFARMA	UNIDADE	35000	R$ 0,03	R$ 1.050,00
25916	NORESTISTERONA 0,35 COMP. CX C/35	BIOLAB	CAIXA	3000	R$ 5,53	R$ 16.590,00
27372	AZITROMICINA 500MG COMPR	MED QUIMICA	UNIDADE	5000	R$ 0,52	R$ 2.600,00
34733	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL COMPR 500 MG CaCO/3 400 UI	BIONATUS	UNIDADE	20000	R$ 0,08	R$ 1.600,00
35692	AMBROXOL 15MG/5ML XAROPE	NATULAB	UNIDADE	500	R$ 1,44	R$ 720,00
36190	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GOTAS 20 ML	HIPOLABOR	UNIDADE	300	R$ 1,68	R$ 504,00
117996	METRONIDAZOL 250MG COMP	BRAINFARMA	UNIDADE	5000	R$ 0,10	R$ 500,00
118649	ATENOLOL, 25 MG	VITAMEDIC	UNIDADE	50000	R$ 0,03	R$ 1.500,00
118694	IVERMECTINA 6MG	VITAMEDIC	UNIDADE	4000	R$ 0,16	R$ 640,00
118761	OMEPRAZOL 20MG	PHARLAB	UNIDADE	60000	R$ 0,06	R$ 3.600,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 34.064,00 (trinta e quatro mil e sessenta e quatro reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 07/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os medicamentos deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos medicamentos será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os medicamentos adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos medicamentos quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.11. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.12. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.13. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.14. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.15. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 07/2020 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

12.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

12.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

12.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

12.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

12.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

12.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

12.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

12.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

12.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

12.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

12.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT, adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

13.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

13.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

13.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

13.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

13.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

13.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

13.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

13.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

14.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO CONTRATUAL

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres/MT, 02 de Março de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

CERTERMEDI COM. DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

CNPJ n° 03.652.030/0001-70

Sr. Reginaldo Araújo Costa

CPF n° 581.052.711-68

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO Nº. 28/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 33/2020

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 740.239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 28/2020**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO, FARMÁCIA E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 05.895.525/0001-56, localizada na Rua Presidente Rodrigues Alves, n° 66, Setor Jardim Presidente, cidade: Goiânia-GO, CEP 74.353-400, representado pelo Sr. Leandro Nery de Oliveira, portador do RG: 5320672 SSP/GO e o CPF: 037.217.131-17, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de

Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO, FARMÁCIA E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 28/2020, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1263	SCALP 21	TOPMED	UNIDADE	5000	R$ 0,27	R$ 1.350,00
2543	ALCOOL 70 % - 1 LT	ITAJA	UNIDADE	700	R$ 7,10	R$ 4.970,00
2563	AZUL DE METILENO CONCENTRADO SEG. ZIEHL (LITRO)	NEW PROV	UNIDADE	16	R$ 42,00	R$ 672,00
3510	OLEO DE IMERSAO (FRASCO) 100 ML	NEW PROV	UNIDADE	10	R$ 28,50	R$ 285,00
4179	ATADURA GESSADA 12CM (CAIXA COM 20 UN)	POLAR	CAIXA	5	R$ 33,00	R$ 165,00
5046	ALCOOL ACIDO 3% 1000ML	EXôDO	UNIDADE	40	R$ 22,25	R$ 890,00
6009	ESPATULA DE AYRES	THEOTO	UNIDADE	1000	R$ 4,59	R$ 4.590,00
6010	LUVAS CIRURGICA ESTERIL. 7,5	NEW HAND	UNIDADE	700	R$ 1,40	R$ 980,00
6234	LUGOL FORTE	NEW PROV	LITRO	5	R$ 127,00	R$ 635,00
6356	VASELINA LIQUIDA 1000ML	CINORD	LITRO	20	R$ 24,80	R$ 496,00
8654	ESPECULO P	KOLPLAST	UNIDADE	2000	R$ 0,79	R$ 1.580,00
9565	DERSANI 100 ML	DERMAEX	UNIDADE	300	R$ 102,00	R$ 30.600,00
10871	VASELINA POMADA 500 GR	CINORD	UNIDADE	30	R$ 24,63	R$ 738,90
11243	CREATININA (KIT)	GOLD ANALISA	UNIDADE	24	R$ 79,98	R$ 1.919,52
12517	ESCOVA ENDOCERVICAL (CCO) (CAIXA COM 100 UN)	CRAL	CAIXA	500	R$ 19,59	R$ 9.795,00
12599	ATADURA GESSADA 15CM C/ 20	POLAR	CAIXA	15	R$ 39,00	R$ 585,00
14087	FATOR REUMATOIDE (KIT)	EBRAM	UNIDADE	24	R$ 36,80	R$ 883,20
18795	ESPECULO TAM: M - PARA CCO	KOLPLAST	UNIDADE	2000	R$ 0,82	R$ 1.640,00
19294	PINCA ANATOMICA 16 CM	ABC	UNIDADE	10	R$ 30,00	R$ 300,00
19331	ESPECULO G	KOLPLAST	UNIDADE	2000	R$ 1,05	R$ 2.100,00
19369	PAPEL INTER-FOLHAS, FARDO COM 8 PCT DE 1000 UND	MULTIPEL	UNIDADE	10	R$ 55,12	R$ 551,20
25965	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI A	PROTHEMO	UNIDADE	15	R$ 20,15	R$ 302,25
25966	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI B	PROTHEMO	UNIDADE	15	R$ 16,00	R$ 240,00
25967	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI D	PROTHEMO	UNIDADE	15	R$ 61,94	R$ 929,10
26911	BANDEJA INOX 22 X 12	LUMINOX	UNIDADE	12	R$ 23,27	R$ 279,24
27349	TESTE RAPIDO H.I.V - KIT	IMUNOCROM	UNIDADE	10	R$ 120,00	R$ 1.200,00
27365	ALCOOL ACIDO 1% 1000 ML	EXôDO	LITRO	12	R$ 19,78	R$ 237,36
27385	FUCSINA FENICANA ZIEHL NELSEEN 1000 ML	NEW PROV	UNIDADE	10	R$ 45,90	R$ 459,00
30102	ALMOTOLIA 500 ML	JPROLAB	UNIDADE	30	R$ 3,44	R$ 103,20
31042	CABO DE BISTURI N 04	ABC	UNIDADE	30	R$ 19,00	R$ 570,00
34431	REAGENTE PCR WAMA	EBRAM	UNIDADE	15	R$ 54,00	R$ 810,00
34433	HCG 40 TESTES	ONSITE	UNIDADE	15	R$ 25,90	R$ 388,50
35925	KIT IMUNO RAPIDO HIV I&2	IMUNOCROM	UNIDADE	10	R$ 118,85	R$ 1.188,50
35927	COLETOR CRALPLAST-TAMPA VERMELHA	CRAL	UNIDADE	8000	R$ 0,34	R$ 2.720,00
35929	CELLPACK - PK 20 LTS	VIXTAL	UNIDADE	200	R$ 237,50	R$ 47.500,00
36062	TESTE RAPIDO DENGUE IGM. IgG CX C/ 25UND	MEDTEST	UNIDADE	30	R$ 260,00	R$ 7.800,00

36252	TIRAS PARA URINA	CRAL	CAIXA	20	R$ 25,23	R$ 504,60
36935	ABAIXADOR DE LINGUA - ESPATULA DE MADEIRA, DESCARTAVEL, FORMATO CONVENCIONAL, EXTREMIDADES ARREDONDADAS, 1,5CM LARGURA X 13,5 CM COMPRIMENTO E 2MM ESPESSURA. PACOTE COM 100 UNID.	THEOTO	PACOTE	500	R$ 3,00	R$ 1. 500,00
36975	BOLSA COLETORA DE URINA, SIST/FECHADO ESTERIL, CONECTOR DE SONDA RIGIDO E CONIZADO, EXTENSOR EM PVC BRANCO, TRANSPARENTE COM 1,30M, DIAM. INTERNO ENTRE 0,7 E 0,9MM, COM DISPOSITIVO AUTO VEDANTE, COM ALCAS PLASTICAS P FIXACAO NO LEITO. CAP: 1.000ML	CIRUTI	UNIDADE	1000	R$ 3,44	R$ 3. 440,00
36991	ESTETOSCOPIO ADULTO DUPLO PRETO	PREMIUM	UNIDADE	30	R$ 21,90	R$ 657,00
37037	TERMOMETRO CLINICO, AXILAR, DIGITAL, GRADUADO EM GRAU CELSIUS, EMBALAGEM PLASTICA PROTETORA INDIVIDUAL.	GTECH	UNIDADE	12	R$ 14,00	R$ 168,00
37044	PINCA KELLY CURVA 14CM, EM ACO INOXIDAVEL C/ TRAVA.	ABC	UNIDADE	10	R$ 54,80	R$ 548,00
37046	PINCA KELLY CURVA 18CM, EM ACO INOXIDAVEL C/ TRAVA.	ABC	UNIDADE	10	R$ 52,00	R$ 520,00
37058	TESOURA METZEMBAUM 15CM , RETA, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	UNIDADE	12	R$ 30,00	R$ 360,00
38664	ADAPTADOR PARA AGULHA MULTIPLA	CRAL	UNIDADE	2000	R$ 0,21	R$ 420,00
38666	TUBO VACUO HEMOGRAMA EDTA, TAMPA ROXA 4,5ML	CRAL	UNIDADE	10000	R$ 0,98	R$ 9. 800,00
38667	TUBO VACUO SOROLOGIA 9ML , TAMPA VERMELHA	CRAL	UNIDADE	5000	R$ 0,90	R$ 4. 500,00
38669	PROVETA DE VIDRO 50ML	PHOX	UNIDADE	20	R$ 26,80	R$ 536,00
38670	CORANTE PANOTICO HEMATOLOGICO KIT	NEW PROV	UNIDADE	10	R$ 38,99	R$ 389,90
40753	FRALDA GERIATRICA TAM: M (PCT COM 08 UN)	MARDAM	PACOTE	4000	R$ 12,35	R$ 49. 400,00
40754	FRALDA GERIATRICA TAM: G (PCT COM 08 UN)	MARDAM	PACOTE	3000	R$ 12,35	R$ 37. 050,00
47746	APARELHO DE PRESSAO AUTOMATICO DIGITAL	GTECH	UNIDADE	12	R$ 76,56	R$ 918,72
114600	BOLSA DE COLOSTOMIA REUTILIZAVEL 19-64MM - ADULTO, CAIXA COM 10 UND	COLOPLAST	UNIDADE	2000	R$ 40,00	R$ 80. 000,00
114618	SCALP N. 19	TOPMED	UNIDADE	5000	R$ 0,28	R$ 1. 400,00
114850	PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO. SELAGEM TRIPLA. COM INDICADORES QUIMICOS. BOBINA DE 100 cm X100M.	POLAR	UNIDADE	300	R$ 39,47	R$ 11. 841,00
114851	PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO. SELAGEM TRIPLA. COM INDICADORES QUIMICOS. BOBINA DE 250CM X100M.	POLAR	UNIDADE	300	R$ 107,00	R$ 32. 100,00
117047	KIT COMPLETO DE FLUXOMETRO COM UMIDIFICADOR	PROTEC	UNIDADE	60	R$ 985,00	R$ 59. 100,00
118212	FRALDA GERIATRICA P (PCT COM 10 UN)	MARDAM	PACOTE	600	R$ 16,85	R$ 10. 110,00
119272	AGULHA 40X12 C/ 100	LABOR	CAIXA	1000	R$ 11,00	R$ 11. 000,00
119277	PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME LAMINADO DE POLIESTER E POLIPROPILENO. SELAGEM TRIPLA. COM INDICADORES QUIMICOS. BOBINA DE 80CM X100M.	POLAR	UNIDADE	300	R$ 34,90	R$ 10. 470,00
119281	ECG(ROLO P/ ELETROCARDIOGRAMA) 80MMX30M	GENERALMED	UNIDADE	1000	R$ 17,00	R$ 17. 000,00
119284	GARROTE DESCARTAVEL P/ FLEBOTOMIA 36CM CAIXA C/ 25 TIRAS	CRAL	CAIXA	40	R$ 19,84	R$ 793,60
119303	FILME P/ RAIO X 30X40 (CAIXA COM 100 UN)	IBF	CAIXA	15	R$ 275,90	R$ 4. 138,50
119390	SACO BRANCO LEITOSO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS HOSP. INFECTANTES 60 LITROS	RAVA	UNIDADE	3000	R$ 43,00	R$ 129. 000,00
120031	SACO BRANCO LEITOSO (RESIDUO INFECTANTE) 100 LTS	RAVA	UNIDADE	3000	R$ 24,70	R$ 74. 100,00
120033	SCALP N 23	TOPMED	UNIDADE	5000	R$ 0,28	R$ 1. 400,00
120034	SCALP N 25	TOPMED	UNIDADE	5000	R$ 0,28	R$ 1. 400,00
120037	ATADURA CREPE 13 FIOS 15 X 1,80 - PCT C/ 12 UNID	ANDREONI	PACOTE	3000	R$ 5,70	R$ 17. 100,00
120038	ATADURA CREPE 13 FIOS 20 X 1,80 - PCT C/ 12 UNID	ANDREONI	PACOTE	3000	R$ 9,50	R$ 28. 500,00
120040	BOBINA TERMA SELANTE TIPO POUCH 80 MM X 100-EMB P/ ESTERIZACAO ROLO	POLAR	UNIDADE	500	R$ 52,00	R$ 26. 000,00
120044	ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE OR 300 MM HG/ 4 G ADULTO	BIC	UNIDADE	30	R$ 290,00	R$ 8. 700,00
123356	PONTEIRAS 0-200 MICRO LITROS	CRAL	UNIDADE	20000	R$ 0,12	R$ 2. 400,00
123358	DENGUE NS1 C/25 WAMA	MEDTEST	UNIDADE	30	R$ 242,30	R$ 7. 269,00
123359	PONTEIRAS 200 - 1000 MICRO LITROS	CRAL	UNIDADE	20000	R$ 0,70	R$ 14. 000,00
124509	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTO NAO CIRURGICO ISENTA DE PO TAMANHO M.	VOLK	UNIDADE	5000	R$ 3,30	R$ 16. 500,00
125332	TUBO FALCON 15 ML CONICO	CRAL	UNIDADE	500	R$ 2,85	R$ 1. 425,00
125416	INALADOR E NEBULIZADOR HOSPITALAR 4 SAIDAS, BIVOLT	INALAMED	UNIDADE	6	R$ 1. 855,00	R$ 11. 130,00
120578	AGUA DEIONIZADA 5L	REYNER	FRASCO	500	R$ 19,47	R$ 9. 735,00

34989	ALMOTOLIAS PLASTICO BRANCO 250 ML	JPROLAB	UNIDADE	30	R$ 2,90	R$ 87,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 827.864,29 (oitocentos e vinte e sete mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 28/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços , observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 28/2020 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres/MT, 14 de Abril de 2020.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA

CNPJ: 05.895.525/0001-56

Sr. Leandro Nery de Oliveira

CPF: 037.217.131-17

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020. O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, comunica aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de **SERVIÇOS FUNERÁRIOS, URNAS FUNERÁRIAS E EMBALSAMENTO** PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NORTELÂNDIA. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Data de Abertura**: 18 de maio de 2020. Horário: 07:30** horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT, CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, no menu – portal transparência – licitações ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou por solicitação no e-mail: licitacaonortelandia@hotmail.com

Nortelândia-MT, 23 de abril de 2020.

RAFHAEL DENNER BERIGO DO NASCIMENTO

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 715/2020, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Concede férias aos servidores públicos municipais dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo,

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

Cemirane Silvana Silva Moraes, Técnico de Infraestrutura Material e Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 01/04/2020, cujo gozo se dará a partir a partir desta data.

Cleonice Mendes da Silva, Técnico de Infraestrutura Material e Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 01/04/2020, cujo gozo se dará a partir a partir desta data.

Elena Regina Camponholi, Agente de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 07/01/2019 a 07/01/2020, cujo gozo se dará a partir desta data.

Geni Pinheiro Rodrigues, Técnico de Infraestrutura Material e Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 15/04/2019 a 15/04/2020, cujo gozo se dará a partir a partir desta data.

Juliana Euzeia de Souza, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 01/04/2020, cujo gozo se dará a partir desta data.

Maria Filomena Salvalaggio Oliveira, Técnico em Infraestrutura e Material e Ambiental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 11/04/2019 a 11/04/2020, cujo gozo se dará a partir desta data.

Tereza Alves da Silva Souza, Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 25/04/2019 a 25/04/2020, cujo gozo se dará a partir desta data.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 645, *caput* e seus parágrafos da Lei Municipal nº 021/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia – MT) e Art. 78 da Lei nº 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia – MT).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Ao 1º dia do mês de abril de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 01.04.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO 088/2018

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO 088/2018 DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO, COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS (LIXO HOSPITALAR) DOS GRUPOS A, B E E, PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, HOSPITAL MUNICIPAL, LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MUNICIPAL, FARMÁCIA MUNICIPAL, PSF URBANO E PSF RURAL., QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003688/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 3864/2018, CLAUSULA ABAIXO:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003688/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2018,**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 00611/2020 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 088/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde no processo Administrativo nº 00611/2020 de aditivação de prazo e valor ao contrato 088/2018 referente a contratação de empresa para prestação de serviço de armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos e líquidos (lixo hospitalar) dos GRUPOS A, B e E, produzidos nas unidades de saúde deste município, Hospital municipal, Laboratório de Análises clínicas Municipal, Farmácia Municipal, PSF Urbano e PSF Rural., com a **EMPRESA MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.657.187/0001-20 **,** com sede a Rua 09 (Sitio de Recreio Lago Azul) Chacara 132, Zona Rural – Cuiabá/MT, CEP: 78000-000, doravante denominado CONTRATADA, decide celebrar este termo aditivo de prazo e valor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço, a quantidade e a especificação do serviço neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Razão Social:	Empresa MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.657.187/0001-20			
Endereço:	Rua 09 (Sitio de Recreio Lago Azul) Chacara 132, Zona Rural – Cuiabá/MT, CEP: 78000-000			
Contatos:	65 3641-1650 3641-0421 3641-2835			
Representante	JOANNA CRISTINA DOMINGOS OU Mirela Maria Macedo			
Item	**Descrição**	**Und Quantidade**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**
01	Serviços de coleta, armazenamento, transporte tratamento e disposição final dos resíduos sólidos e líquidos (lixo hospitalar) dos GRUPOS A, B e E, produzidos nas unidades de saúde deste município, Hospital municipal, Laboratório de Análises clínicas Municipal, Farmácia Municipal, PSF Urbano e PSF Rural.	**600 KG**	R$ 7,00	R$ 4.200,00
VALOR TOTAL: 4.200,00 (Quatro Mil Duzentos Reais)				

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 06 (seis) meses a partir do termino da vigência do primeiro termo aditivo de prazo em 25/04/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 Os créditos orçamentários para execução do presente termo aditivo serão oriundos das seguintes dotações do orçamento vigente 2019:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
SAÚDE	FEDERAL	2305	070128	3.3.90.39	146	4.200,00

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 177/2020.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 088/2018, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 22 de Abril 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP

CNPJ/MF sob o nº 07.657.187/0001-20

Representada pela Senhora Mirela Maria Macedo,

RG: nº30.194.296-1 SSP/SP e CPF nº 219.174.758-29

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2020 PROCESSO: 000327/2020-1

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2020

Processo: 000327/2020-1

Assunto: ***Contratação de empresa especializada em fornecimentos de materiais para reparo na caixa D` Água tipo taça no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência. TR. Nº***. 038/2020.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO ***Contratação de empresa especializada em fornecimentos de materiais para reparo na caixa D` Água tipo taça no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, TR Nº***. 038/2020 **EMPRESA: ABR CONSTRUÇOES E LOCAÇOES EIRELI CNPJ: 30.264.677/0001-06,** no valor total contratado de **R$ 17.213,40(**dezessete mil duzentos e treze reais e quarenta centavos**).**

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas neste instrumento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Secretaria de Administração e Planejamento / Gestão do Saneamento	Próprio	MANUTENÇÃO DO DAE	51	3.3.90.30	100	**R$ 17.213,40**
VALOR TOTAL R$ 17.213,40						

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 17.213,40(dezessete mil duzentos e treze reais e quarenta centavos).**).** Em favor **EMPRESA: ABR CONSTRUÇOES E LOCAÇOES EIRELI CNPJ: 30.264.677/0001-06,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº n.038/2020.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão, conforme Parecer Jurídico n.173 /2020.

Nossa Senhora do Livramento, 23 de Abril de 2020.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 075/2020

Portaria nº 075/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal, **KEDIMA KAROLINA OLIVEIRA ROCHA**, brasileira, RG: 15795853 SSP/MT, CPF: 022.606.281-33,residente em Várzea Grande-MT**, como fiscal do objeto do Contrato nº 007/2020** - Contratação de empresa especializada para fornecimento da licença de uso de softwares de gestão pública por prazo determinado, com atualizações constantes, que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão de dados, implantação e treinamento, para diversas áreas desta instituição pública, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT,– Empresa POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA ME, a partir de 27/02/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074/2020

Portaria nº 074/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal, **KEDIMA KAROLINA OLIVEIRA ROCHA**, brasileira, RG: 15795853 SSP/MT, CPF: 022.606.281-33,residente em Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 006/2020** - Contratação de empresa especializada para fornecimento da licença de uso de softwares de gestão pública por prazo determinado, com atualizações constantes, que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão de dados, implantação e treinamento, para diversas áreas desta instituição pública, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração – Empresa AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA a partir de 27/02/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de Março de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 172/2020

Portaria nº 172/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Empresa contratada P1 Engenharia e Assessoria, **INÊS ANTÔNIA DOS SANTOS**, brasileiro, RG: 1305175-0, CPF: 963.657. 731-53, CREA- MT 030016 residente na Rua Marabá nº 67, Bairro Santo Antônio do Pedregal – Cuiabá -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 017/2020- Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Ampliação do Arquivo Público Municipal, conforme Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro do setor de Engenharia anexo ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000313/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2020**. **Empresa : KAIKE GOMES DA SILVA**, a partir de 08/04/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Abril de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL -NOTIFICADA: POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA ME

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: Município de Nossa Senhora do Livramento através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

NOTIFICADA: *POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA ME*

REFERENTE: Contrato n°: 07/2020 (ATA DE REGISTRO DE PREÇO 036 2019)

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458 - Centro, través da Secretaria Municipal de Finanças, representada neste ato pelo Fiscal do Contrato, vem **NOTIFICAR EXTRAJUDICIALMENTE** a ***Empresa POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA ME,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.929.416/0001-48, com sede na Avenida Brasil, 714, Bairro CPA III, município de Cuiaba/MT, quanto ao descumprimento da Cláusula Décima Quarta, que se trata das obrigações da contratada, nos itens 14.1. 1, 14.1.2 e 14.1.6 na **ata de registro de preço n°: 036 2019.**

Enfatizamos que a execução deve estar em total conformidade com o referido instrumento convocatório, sob pena de serem aplicadas as sanções pertinentes ao caso, com base nos **itens 14.3, 14.3.1, 14.3.2** e seguintes da referida **ata de registro de preço.**

Considerando que até o presente momento o sistema do setor de compras e licitação está inoperante.

Ante o exposto, a Empresa Notificada terá o **prazo de 48 (quarenta e oito) horas** para a adequação supracitada, sob pena de ser aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado referente ao sistema de compras e licitação, descontado do valor da mensalidade da contratada.

Esta **NOTIFICAÇÃO** é premonitória e tem a finalidade de evitar medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Nossa Senhora do Livramento, 22 de abril de 2020.

JODIRCE GONÇALINA FARIA MIRANDA

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 67/2020

PORTARIA Nº. 67/2020

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder Progressão de Nível aos servidores Municipais de carreira que se enquadra na data base de novembro de 2019, janeiro e março de 2020 e os demais servidores que foram declarados estáveis através do Decreto 083/2019, conforme relação anexa, a ser inserida na ficha funcional do servidor com as respectivas alterações das remunerações conforme tabela salarial da categoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 25 de março de 2020.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 216/2020

PORTARIA Nº. 216/2020

Walquiria Conceição de Medeiros, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Transferir a Servidora **Patrícia Arruda Barros**, Psicóloga/Profissional Nível Superior, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Assistência Social a partir de 07/04/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Abril de 2020.

Walquiria Conceição de Medeiros

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 67/2020

PORTARIA Nº. 67/2020

Walquiria Conceição de Medeiros**,** Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder Progressão de Nível aos servidores Municipais de carreira que se enquadra na data base de março e abril de 2020 e os demais servidores que foram declarados estáveis através do Decreto 013/2020, conforme relação anexa, a ser inserida na ficha funcional do servidor com as respectivas alterações das remunerações conforme tabela salarial da categoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de abril de 2020.

Walquiria Conceição de Medeiros

Coordenadora de Recursos Humanos

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2020 PROCESSO: 000423/2020-1

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2020

Processo: 000423/2020-1

Assunto: ***Contratação de empresa especializada em aquisição de peças para perfuração do poço tubular profundo (poço artesiano) para atender a demanda do departamento de água e esgoto do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referencia. TR. Nº***. 038/2020.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO ***Contratação de empresa especializada em aquisição de peças para perfuração do poço tubular profundo (poço artesiano) para atender a demanda do departamento de água e esgoto do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referencia TR Nº***. 018/2020 **EMPRESA: MONTE CASTELO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 02.623.245/0001-09,** no valor total contratado de **R$ 16.811,20(**dezesseis mil oitocentos e onze reais e vinte centavos**).**

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

	12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente contratação, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:							
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**FICHA**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
DAE	Próprio	2060 – Manutenção do DAE	040037	51	33.90.30	100	**R$ 16.811,20**
VALOR TOTAL ESTIMANDO R$ 16.811,20							

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 16.811,20(**dezesseis mil oitocentos e onze reais e vinte centavos**).** Em favor **EMPRESA: MONTE CASTELO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 02.623.245/0001-09,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº n.018/2020.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão, conforme Parecer Jurídico n.174 /2020.

Nossa Senhora do Livramento, 23 de Abril de 2020.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2020 PROCESSO: 000315/2020-1

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2020

Processo: 000315/2020-1

Assunto: Contratação de serviço especializado em controle de pragas com dedetização na área interna e externa dos seguintes prédios: Secretaria de Assistência Social e Cras Municipal, Ginásio Morro da Boa Vista, Secretaria de Obras e galpões, Ginásio Municipal, Centro de Eventos, Arquivo Municipal, Escola Delia Galdina, Conselho Municipal, Paço Municipal, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência***. TR. Nº***. 032/2020.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO Contratação de serviço especializado em controle de pragas com dedetização na área interna e externa dos seguintes prédios: Secretaria de Assistência Social e Cras Municipal, Ginásio Morro da Boa Vista, Secretaria de Obras e galpões, Ginásio Municipal, Centro de Eventos, Arquivo Municipal, Escola Delia Galdina, Conselho Municipal, Paço Municipal, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência***, TR Nº***. 032/2020**A. M. DE ABREU EUREILI CNPJ: 18.523.063/0001-98,** no valor total contratado de **R$ 16.968,60(**dezesseis mil novecentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos**).**

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente contratação correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
ADMINISTRAÇÃO	Próprio	Manutenção das Atividades de Administração	65	33.90.39	100	**R$ 5.904,40**
ASSISTENCIA SOCIAL	Próprio	Manutenção das Atividades de Assist. Social	190	33.90.39	100	**R$ 2.825,05**
SECRETARIA DE OBRAS	Próprio	Manutenção das Atividades de Secretaria de Obras	377	33.90.39	100	**R$ 2.083,50**
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Próprio	Manutenção das Atividades de Secretaria de Educação	94	33.90.39	100	**R$ 6.155,65**
TALOR TOTAL R$ 16.968,60						

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 16.968,60(**dezesseis mil novecentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos**).** Em favor **A. M. DE ABREU EUREILI CNPJ: 18.523.063/0001-98,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº n.032/2020.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão, conforme Parecer Jurídico n.175 /2020.

Nossa Senhora do Livramento, 23 de Abril de 2020.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005/2020/CMAS

Nossa Senhora do Livramento

Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 005/2020/CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Nº 624/2009:

Considerando o Disposto no seu Regimento Interno Cap. IV,Art. IX e da LOAS Lei Nº 8741;

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia 22 de Abril de 2020 sob o Registro da Ata Nº 003/2020/CMAS;

Resolve:

Art. Iº - Aprovar o Plano de Ação do Cô-Financiamento do Governo Estadual referente o exercício de 2020.

Parágrafo –Único: O Cô- Financiamento é no Valor de R$ 41.583,10 (Quanrenta e Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Três Reais e Dez Centavos) e será gasto com a Proteção Social Básica - PSB, Proteção Social Especial - PSE e com o Beneficio Eventual.

Art. IIº - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra-se,Publique-se e Cumpra-se!

Nª Srª do Livramento, 22 de Abril de 2020.

Isa Monteiro da Silva Araújo

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 006/2020/CMAS

Nossa Senhora do Livramento

Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 006/2020/CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Nº 624/2009:

Considerando o Disposto no seu Regimento Interno Cap. IV,Art. IX e da LOAS Lei Nº 8741;

Considerando a Portaria Conjunta – SETASC/COEGEMAS-MT Nº 001/2020, de 25 de Março de 2020 e Publicada no Diário Oficial de 27 de Março de 2020.

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia 22 de Abril de 2020 sob o Registro da Ata Nº 003/2020/CMAS;

Resolve:

Art. Iº - Autorizar o Município de Nª Srª do Livramento através da Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, a utilizar em até 100% do Recurso do FEAS – Cô Financiamento de 2019 em Benefício Eventual – Auxilio Nutricional, por medidas de Combate ao COVID 19.

Art. IIº - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra-se,Publique-se e Cumpra-se!

Nª Srª do Livramento, 22 de Abril de 2020.

Isa Monteiro da Silva Araújo

Presidente do CMAS

PORTARIA Nº 169/2020

Portaria nº 169/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor da Empresa contratada P1 Engenharia e Assessoria, **JOSÉ ORLANDO LEHR**, brasileiro, portador do RG: 1239037 SSP/PR, CPF: 362.929.741-20,domiciliado na Rua: La Paz, nº 02, Quadra 2, Bairro: Jardim Tropical, Cuiabá-MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 014/2020- Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de estrutura metálica no Pátio Interna estacionamento da Sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, especificações e quantidades, a serem estabelecidas PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000215/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2020...**, **Empresa ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI,, a partir de 02/04/2020.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 06 de Abril de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 002/2020

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 002/2020

SÚMULA: Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, referente ao Exercício de 2018, Gestão do Prefeito **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou na 12ª Sessão Ordinária, matéria única, realizada em 20 de Abril de 2020 e, eu, Presidente, usando das atribuições que me confere o art. 34, inciso I, letra j, do Regimento Interno deste Poder e, na conformidade do art. 31, § 2º, da Constituição Federal; combinado com o art. 206, da Constituição Estadual; e com o estabelecido no art. 20, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º -	Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Gestão do Excelentíssimo Senhor Prefeito **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, referente ao Exercício de 2018.

Art. 2º- O Plenário em única votação nominal, e, aberta, manifestou-se quanto ao parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, acompanhando o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, da Assessoria Contábil e Jurídica deste Poder Legislativo, **onde a maioria manifestou pela aprovação das contas epigrafadas, e ainda recomendar que se determine ao gestor a adoção de providências para sanar as falhas apontadas no relatório da equipe técnica da Secretaria de Controle Externo do TCE/MT.**

Parágrafo único. A votação do parecer e do Projeto de Decreto procedeu-se da seguinte forma: 07 (sete) votos a favor e 02 (dois) votos contra, não atingindo o quorum necessário de 2/3 para reprovação.

Art. 3º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 22 de Abril de 2020.

Cesar Augusto Perigo

Presidente Câmara Municipal

Nova Bandeirantes/MT

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 092/2020

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Depto de Recursos Humanos a **NOMEAR,** do cargo de **SECRETARIO DE IND.,COM.,TURISMO E MINERAÇÃO**, a servidora Sra. **REGINA DE SOUZA MENDONCA,** a partir da data de 20/04/2020, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 20 de abril de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 103/2020

Ementa: Designa servidor para responder interinamente pelo Programa Bolsa Familia, desta prefeitura dá outras providências,

Considerando a necessidade de que as atividades realizadas pelo programa do bolsa familia da prefeitura municipal não sofram solução de continuidade;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a servidora Sra. **ESTEFFANY LAURINDO GONCALVES** para responder cumulativamente pelas atividades da Gestora do Programa Bolsa Familia desta Prefeitura, no período de 24.03.2020 a 22.07.2020, visando que o Servidora Janieli Galdino De Araujo esta de licenca maternidade.

Artigo 2º- Para o atendimento das necessidades da secretaria, o servidor ora designado poderá utilizar eventuais login(s) e senha(s) do(s) sistema(s) instalados no setor ou que atendam a citada secretaria.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data acima citada.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N°.003/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°.047/2020

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°.003/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, com sede á Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n° 993, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 15.023.963/0001-88, através da Comissão Permanente de Licitação, constituída pela portaria n°. 005/2020 de 06 de janeiro de 2020, torna público que se encontra aberto a partir do dia 23 de abril de 2020, o Procedimento Licitatório acima citado, que será regido pela Lei Federal n° 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n° 8.883/94, e alterações posteriores, Lei Complementar federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014,** cujo objeto é **a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NOS ASSENTAMENTOS: P.A. SANTA ROSA, P.A SERRA AZUL E P.A FICA FACA NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA, CONFORME CONVENIO Nº. CV Nº. 1550/17, MINISTÉRIO DA SAÚDE/ FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE – FUNASA,** Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo. **DATA DA ABERTURA: Dia 12 de maio de 2020 as 08:00 Horas (Horário de Mato Grosso).** CRITÉRIO DE JULGAMENTO**: Menor Preço Global.**

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Poderão participar desta licitação as empresas do ramo, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, que satisfaçam as condições para cadastramento até o 3° (terceiro) dia anterior a data da Sessão Inaugural do Certame, observada a necessária apresentação dos documentos solicitados no edital de Licitação.

Nova Brasilândia – MT, 23 de abril de 2020.

_____

ANA CRISTINA SOARES

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 005/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA PROC. ADM. Nº: 181/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROC. ADM. Nº: 181/2020

Autuado: JOELMA DA SILVA CRUZ 01995999121, CNPJ 27.617.936/0001-12

REFERENTE A NOTIFICAÇÃO PELO ATRASO NA EXECUÇÃO DA CLAUSULA SEGUNDA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 42/2019.

Referente: Aquisição futura e fracionada de equipamentos e materiais permanentes para uso nas diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT.

OBJETO: APLICAÇÃO DE SANÇÃO PELO ATRASO NA EXECUÇÃO DA CLAUSULA SEGUNDA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 42/2019.

Aosnove dias do mês de agosto de 2.018, a Prefeitura Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o N. º 37.465.598/0001-02, sediada no Município de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, sito à Avenida dos Migrantes, S/Nº, neste ato denominada simplesmente CONTRATANTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. José Lair Zamoner, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 0710063-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 145.711.370-87, domiciliado em Nova Guarita - M; por decisão previamente motivava e notificada nos termos do artigo 87 inciso II, da Lei Federal n.° 8.666/93, resolve aplicar Sanção na empresa **JOELMA DA SILVA CRUZ 01995999121, CNPJ 27.617.936/0001-12,** denominada CONTRATADA, sagrou-se vencedora de vários itens do Pregão Presencial nº **18/2019**, o que faz nos seguintes termos:

1. Do Relatório

1.1. Aos onze dias do mês de Julho de dois mil e dezenove, as 08h30min (oito horas e trinta minutos), a Prefeitura Municipal de Nova Guarita selecionou propostas para o Seleção de melhor proposta objetivando o Registro de Preço para aquisição futura e fracionada de equipamentos e materi-

ais permanentes para uso nas diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, através do Pregão Presencial nº 018/2019, onde a empresa **JOELMA DA SILVA CRUZ 01995999121, CNPJ 27.617.936/0001-12**, sagrou se vencedora de alguns itens do referido Pregão.

1.2. Aos dezessete dia do mês de Março o Setor de Compras encaminhou á Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Relatório sobre ocorrências Referente ao não atendimento, pelo autuado, da **CLAUSULA QUARTA - Constituem obrigações do Fornecedor:**

c) Fornecer os materiais conforme marca, especificação e preço registrados, observando todas as condições previstas nesta ata de registro de preço.

f) Entregar os itens solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos (DE UMA SÓ VEZ) no município de Nova Guarita- MT, em endereço indicado pela Secretaria Municipal demandante, sob pena de responsabilização; caso não seja efetivado o fornecimento dos materiais, a empresa classificada em segundo lugar será convocada para o provimento do mesmo.da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 42/2019**. Obs: (ANEXO ao Processo).

1.3. Assim, a SMAF, encaminhou **Notificação Extrajudicial a atuada, narrando todos os fatos,** visando estabelecer contraditório e ampla defesa, afim de que para que apresentasse defesa administrativa no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento, a respeito do não atendimento das requisições de autorização de despesas.

1.4. A notificação foi encaminhada no e-mail apresentado pelo autuado como **Canal Oficial de Comunicação**, conforme disposto no item "3" da cláusula Décima Primeira da Ata de Registro de Preços nº 042/2019 de 18 de julho de 2019. Destaca-se que a referida notificação **também** foi encaminhada via Correios no endereço apresentado como sendo o da empresa no dia de abertura do certame licitatório. Entretanto, nota-se que a notificação na via física retornou com a indicação de "mudou-se", levando a conclusão que a Empresa havia mudado de endereço.

1.5. Com vistas a isso, a Prefeitura tentou entrar em contato via telefone e não teve sucesso, optando assim, em fazer a **CONVOCAÇÃO** da Empresa por Imprensa Oficial conforme consta nos autos deste Processo.

1.6. Ressaltamos que após a CONVOCAÇÃO a Empresa entrou em contato via e-mail informando que os materiais já estavam a caminho. Importante mencionar também que, mesmo após devidamente notificada para apresentar DEFESA ADMINISTRATIVA em face a notificação teor, seja via e-mail apontado como canal oficial de comunicação ou ainda pelo ato de publicação da **CONVOCAÇÃO** realizada pelo ente municipal.

1.7. Neste aspecto, é válido ressaltar que é CONDIÇÃO contratual a comunicação oficial via e-mail apontado como Canal Oficial de Comunicação, tendo em vista o disposto em Edital nº 18/2019, item 14.3.2.1 *in verbis:*

"***14.3.2.1** – A licitante deverá apresentar em sua proposta um e-mail que será reconhecido como **oficialmente de comunicação**, onde serão realizadas qualquer forma de esclarecimento as notificações, resposta, justificativa, Defesa Administrativa ou outros que se fizerem necessários, deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas contendo Assinatura, Endereço, Razão Social e Telefone para contato."*

1.8. E também o que consta no item "3" da Cláusula Décima Primeira item "3" da cláusula Décima Primeira da Ata de Registro de Preços nº 042/2019 de 18 de julho de 2019:

"*O e-mail utilizado como **CANAL OFICIAL DE COMUNICAÇÃO**, será: datainfotecnologia@gmail.com*"

1.9. Assim sendo, ressaltamos que o trâmite administrativo de envio de NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL para possibilidade de oferecimento de defesa, obedecendo o contraditório foi devidamente cumprido. Na data de 17 de abril de 2020 a empresa autuada enviou DEFESA ADMINISTRATIVA, aventando os seguintes argumentos:

1.9.1. *Que se instalou mundialmente uma crise financeira devido a propagação da doença COVID-19, o que fez com o valor do dólar se elevasse, razão pela qual a empresa não conseguiu realizar a entrega do material requisitado dentro do prazo;*

1.9.2. *Argumenta que no momento da notificação extrajudicial a empresa já havia realizado o despacho da mercadoria, porém não havia sido entregue pela transportadora;*

1.9.3. *Argumenta sobre a tempestividade da defesa apresentada;*

1.9.4. *No mérito, traz à baila argumentação atinente a aplicação da proporcionalidade no ordenamento jurídico;*

1.9.5. *Nos pedidos, realiza pleito no sentido de não aplicação de multa ou sanção, bem como, roga pela aplicação dos efeitos da lei 13.140/2015.*

1.10. Assim sendo, em análise de suas razões, temos que nenhum dos argumentos aventados pelo autuado merece prosperar, senão vejamos.

1.11. Primeiramente é de bom alvitre se esclarecer que quanto a tempestividade da apresentação de Defesa, **tal peça é intempestiva**. Registre-se o próprio autuado afirma que tomou ciência da notificação extrajudicial na data de 01 de abril de 2020, após o recebimento da Notificação Extrajudicial, a qual previa prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de suas razões de defesa, senão vejamos:

1.12. Logo, contados 10 (dez) dias do recebimento da Notificação Extrajudicial, a partir de 01 de abril, chegamos a data de 11 de abril de 2020. A apresentação da peça defensiva se deu em 17 de abril, logo, **intempestivo o pleito defensivo.**

1.13. Quanto ao pedido de aplicação da Lei 13.140/2015, tal não prospera. Nota-se que no texto da referida lei, faz constar o seguinte dispositivo:

Art. 32. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública**, onde houver, com competência para:

I - dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública;

II - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público;

III - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

§ 1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o caput será estabelecido em regulamento de cada ente federado.

§ 2º A submissão do conflito às câmaras de que trata o caput é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado.

§ 3º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá título executivo extrajudicial.

§ 4º Não se incluem na competência dos órgãos mencionados no caput deste artigo as controvérsias que somente possam ser resolvidas por atos ou concessão de direitos sujeitos a autorização do Poder Legislativo.

§ 5º Compreendem-se na competência das câmaras de que trata o caput a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

1.14. Como visto, tal aplicabilidade de auto composição ou composição com particulares depende de lei prévia, e no Município de Nova guarita não há legislação dessa natureza. Logo, incabível o argumento, motivo pelo qual o rejeito.

1.15. E ainda, em que pese o argumento de instalação de crise econômica e pandemia relacionada ao COVID-19, na espécie, tal argumento não prospera. Ocorre que as requisições foram realizadas no mês de janeiro (24/01 e 28/01) e no Brasil, ocorreu a decretação do estado de calamidade

na data de 20 de março de 2020, decretado pelo Senado Federal. Entretanto, não há qualquer notícia relacionada a paralisação de atividades de entrega de bens ou de paralisação grave que chegasse a afetar o modal viário de transportes e consequentemente a sua total interrupção apta a justificar o atraso na entrega dos bens. Logo, desarrazoado acatar tal argumento, portanto, o rejeito.

1.16. Ademais e apenas para argumentar, por grande amor ao debate, o argumento de que o "dólar estava muito elevado" também não prospera. No momento da elaboração da proposta comercial é dever do licitante avaliar as condições mercadológicas de sua proposta para só então formular a mesma ao ente público.

1.17. Entretanto, ressalta-se que os materiais chegaram na prefeitura na data de 09 de abril de 2020, levando em consideração as NAD/REQU. Nº 232 de 24/01/2020 e NAD/REQU. Nº 254 de 28/01/2020, a autuada descumpriu o as obrigações contratuais previstas nos itens c) e f) da Clausula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 042/2019 de 18 de julho de 2019, pois o seu fornecimento incorreu em ATRASO SUPERIOR a 30 (trinta) dias para a realização das entregas do material requisitado, estando configurado, portanto, a aplicação das sanções contratuais e administrativas previstas na Ata de Registro de preços nº 042/2019.

1.18. Diante desses fatos:

Ø Considerando-se que a empresa **JOELMA DA SILVA CRUZ 01995999121, CNPJ 27.617.936/0001-12**, declarou em sua habilitação que aceitava todas as exigências contidas no edital, bem como reunia todas as condições necessárias para atender aos objetos do Pregão Presencial nº 018/2019;

Ø Considerando que o fornecedor se sagrou vencedor para o fornecimento de Materiais Permanentes para a Prefeitura de Nova Guarita – MT;

Ø Considerando que os pedidos de fornecimento **NAD/REQU. Nº232/ datada no dia 24/01/2020 , e NAD/REQU. Nº254 datada no dia 28/01/2020** referente ao Pregão Presencial n° 18/2019, não tiveram a sua entrega da forma prevista nos termos na **CLÁUSULA QUARTA (Obrigações do Fornecedor), infringindo nos itens "c" e "f" da Ata de Registro de Preços nº 42/2019, *in verbis;***

o "c" - Fornecer os materiais conforme marca, especificação e preço registrados, observando todas as condições previstas nesta ata de registro de preços) e

o "f" – Entregar os itens solicitados no prazo de 05 (cinco) duas corridos (DE UMA SÓ VEZ) no município de Nova Guarita – MT, em endereço indicado pela Secretaria Municipal demandante, sob pena de responsabilização; caso não seja efetivado o fornecimento dos materiais, a empresa classificada em segundo lugar será convocada para o provimento do mesmo;

Ø Considerando que o não fornecimento pelo fornecedor ocasionou prejuízos para os setores solicitantes pois em alguns casos estão armazenando materiais de Expediente em caixas de papelão e etc;

Ø Considerando que o Fornecedor está vinculado, por força de lei e pelo Contrato Administrativo firmado com o Ente Público ao cumprimento das Cláusulas Contratuais;

Ø Considerando que houve FALHA pelo fornecedor, configurando a hipótese de inexecução parcial da obrigação assumida (Art. 87 da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/2002) notadamente na execução das Cláusulas e Termos Contratuais pactuados junto a Administração Pública do Município de Nova Guarita;

Ø Considerando que o cometimento dessas condutas, por parte do fornecedor, são causas de aplicação de Sanção, nos termos da Ata de Registro de Preços, Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002;

Ø **Considerando que o presente procedimento de aplicação observa todos os princípios legais, em especial o Contraditório e a Ampla Defesa, constitucionalmente previstas;**

Ø Considerando-se a Supremacia do Interesse Público sobre o privado e o Princípio da Legalidade que regem os atos da Administração Pública;

Ø **Considerando-se, por fim, o Relatório de Ocorrências do Setor de Compras (ANEXO ao Processo).**

2. Da Aplicação da Sanção.

2.1. Por todo exposto, a Administração Pública entende e Resolve:

2.2. APLICAR SANÇÃO DE MULTA, ao fornecedor **JOELMA DA SILVA CRUZ 01995999121, CNPJ 27.617.936/0001-12**, por deixar de fornecer o objeto licitado conforme **CLÁUSULA QUARTA, item "c" e "f", da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 18/2019,** ficando aplicada sanção de **MULTA**, nos seguintes termos:

Lei 8.666/93,

Art. 87. Pela **inexecução** total ou **parcial do contrato** a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - **multa**, **na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato**;

Ata de Registro de Preços nº 042/2020.

Cláusula Décima Quarta.

Item b.3; - **Multa** de **20% sobre o valor constante da nota de empenho**, no caso de atraso injustificado por período superior ao previsto nas alíneas "b.1" ou "b.2", ou **em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;**

Nota de Empenho nº	Valor da Nota de Empenho	Percentual Aplicado	Valor total da Multa;
333/2020	R$ 299,00	20%	R$ 59,80
377/2020	R$ 1.549,00	20%	R$ 309,80

Assim sendo, passamos a NOTIFICAR, vossa senhoria para ciência da decisão acima prolatada e, querendo, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar Recurso Administrativo.

Determino que seja expedido ofício ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal a fim de que se verifique a existência ou não de eventuais valores a serem pagos ao autuado, e, havendo, determino a suspensão dos pagamentos ao fornecedor até o fim do presente processo administrativo para fins de recolhimento dos valores relativos à multa aplicada, nos termos do parágrafo primeiro da Cláusula Décima Quarta da Ata de Registro de Preços nº 042/2019.

Em caso de inexistência de valores a serem pagos ao autuado aguarde-se o trânsito em julgado do presente processo administrativo. Após, seja expedido o competente Documento de Arrecadação Municipal – DAM e enviado ao autuado a fim de que sejam recolhidos os valores devidos a título de MULTA, aplicada nos autos do processo epigrafado.

Informamos que o não recolhimento dos valores dentro do prazo, importará em INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, podendo ser levada a Protesto Extrajudicial, sem prejuízo de ajuizamento de Ação de Execução Fiscal, dos valores devidamente corrigidos até a data da emissão da competente C.D.A, nos termos do Código Tributário Municipal de Nova Guarita.

Nova Guarita, 22 de Abril de 2020.

Geverson Balestrin

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Testemunhas:

1_____
____

CPF. n.º: _____

2_____

____

CPF. n.º: _____

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2020, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020.

Contratado: Reunidos Comércio de Petróleo LTDA

Aditamento: O valor unitário registrado por litro do óleo diesel comum passará a ter a seguinte recomposição a partir do dia 22/04/2020:

- Óleo Diesel Comum de R$ 3,56 para R$ 3,40;

Data: 22/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2020, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020.

Contratado: J.C. BEE COMERCIO E.P.P

Aditamento: O valor unitário registrado por litro do óleo diesel S10, gasolina comum e álcool combustível, passarão a ter a seguinte recomposição a partir do dia 22/04/2020:

- Óleo Diesel S10 de R$ 3,75 para R$ 3,70;

- Gasolina Comum de R$ 4,59 para R$ 4,35;

- Álcool Combustível de R$ 3,15 para R$ 2,69.

Data: 22/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o nome do representante da empresa L FRANCISCO JUNIOR EPP, e seus dados pessoais, no Primeiro Termo Aditivo do Contrato de n° 09/2020, proveniente do processo licitatório 03/2020, dispensa 02/2020, desde modo:

Onde se lê:

Sr. Lucas Francisco Nunes, brasileiro, maior, solteiro, empresário, **nascido em 05 de junho de 1934**, portador da cédula de identidade **RG n° M-3.018504 SSP/MG** e inscrito do **Cadastro de Pessoa Física sob n° 075.750.256-34**, residente e domiciliado a Rodovia 174 Km 320, Zona Rural, no Município de Conquista D' Oeste-MT, CEP: 78.254-000.

Leia-se:

Sr. Lucas Francisco Junior, brasileiro, maior, solteiro, empresário, **nascido em 23 de fevereiro de 1983**, portador da cédula de identidade **RG n° 4185082 DGPC/SP** e inscrito do **Cadastro de Pessoa Física sob n° 718. 238.831-68**, residente e domiciliado a Rodovia 174 Km 320, Zona Rural, no Município de Conquista D' Oeste-MT, CEP: 78.254-000.

Ficam inalteradas todas as demais condições estabelecidas no Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 09/2020.

Nova Lacerda - MT, 23 de abril de 2020.

Câmara Municipal de Nova Lacerda - MT

Claudiney da Silva

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 078/2020 DATA: 23 DE ABRIL DE 2020.
EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFÍCIO DE LICENÇA MATERNIDADE À SR.ª. "VANUSA CARAFINI DA SILVA" JUVENAL ALEXANDRE

EMENTA: DISPÕE SOBRECONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFÍCIO DE LICENÇA MATERNIDADE À Sr.ª. **"VANUSA CARAFINI DA SILVA"**

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Concede afastamento para o Benefício de Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal contratada, Sr.ª. **VANUSA CARAFINI DA SILVA ,** ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde -POMPEIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos pagos pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Nacional, a partir de 06/04/2020 e término em 03/08/2020 e mais 60 dias pagos pela prefeitura municipal de Nova Marilândia, encerrando- se assim o gozo total da licença maternidade no dia 03/10/2020.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRES DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 23/04/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DECRETO MUNICIPAL Nº. 020/2.020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 020/2.020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: "Atualiza os critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) no Município de Nova Maringá/MT".

JOÃO BRAGA NETO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e de acordo com o disposto no artigo 47, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido do assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que na ADI nº. 1007811-16.2020.8.11.0000, manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso entendeu que os municípios têm autonomia e competência legislativa para adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas e de atividades econômicas privadas conforme as peculiaridades locais;

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº. 462, de 22 de abril de 2020 do Governo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO, que as medidas de isolamento social e de vedação de atividades não essenciais atualmente vigentes comprometem seriamente a atividade econômica no âmbito do Município de Nova Maringá/MT, com consequências graves nas contas públicas e, portanto, nos recursos financeiros necessários ao próprio enfrentamento da pandemia;

CONSIDERANDO, inexistiram casos de infecção pelo Coronavírus (COVID-19) confirmados no Município de Nova Maringá/MT;

DECRETA

Art. 1º Este Decreto atualiza as diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo Coronavírus (COVID-19) no Município de Nova Maringá, face ao cenário de disseminação do vírus, vivenciado em âmbito estadual e municipal.

Art. 2º Em todo território municipal, os cidadãos e os estabelecimentos públicos e privados ficam orientados a adotar as seguintes medidas de prevenção e combate à infecção por coronavírus:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

VIII - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério;

IX - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

§ 1º Para realização de atividades de cunho religioso, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 2º deste Decreto, ficam recomendadas as seguintes medidas:

I - disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

III - controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI - suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso.

§ 2º Os parques públicos municipais poderão ser utilizados desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, pelos usuários.

Art. 3º Fica reiterada a necessidade do uso de máscaras de proteção facial por todas as pessoas que circulem dentro do território municipal, em todo estabelecimento público ou privado, conforme disposto na Lei nº 11. 110, de 22 de abril de 2020.

§ 1º O Procon e a vigilância sanitária deverão iniciar imediatamente a fiscalização dos estabelecimentos públicos e privados com finalidade orientativa acerca do uso obrigatório de máscaras de proteção facial, ainda que artesanal.

§ 2º Somente poderá ser aplicada multa após visita orientativa prévia aos estabelecimentos fiscalizados pelos órgãos indicados no § 1º deste artigo, a ser registrado por meio de documento próprio.

Art. 4º As recomendações e determinações contidas neste Decreto poderão ser revistas caso haja alteração de cenário consoante previsão contida no **Decreto nº. 462, de 22 de abril de 2020 do Governo do Estado de Mato Grosso.**

Art. 5º Caso não haja expedição de novo decreto, as atividades escolares presenciais da educação infantil e de ensino fundamental, médio e superior, público e privado, poderão ser retomadas em 04 de maio de 2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá/MT, em 23 de abril de 2. 020.

João Braga Neto

Prefeito de Nova Maringá/MT

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 009/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 101/2020/ GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **08/05/2020 as 14h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1310, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na modalidade Pregão Presencial, menor preço por Lote com OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADEQUAÇÃO, MONTAGEM E INTALAÇÃO DO SISTEMA DAS LINHAS DE VAPOR, LINHA DE AGUA GELADA, LINHA DE AR COMPRIMIDO E LINHA DE DESNATE PARA FUNCIONAMENTO DA FABRICA DE LATICINIO NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA – MT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS E PROJETO,** com recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **009/2020.**

O edital do pregão presencial e seus anexos, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra

citado, site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia e e-mail: licitacao@novamaringa.mt.gov.br

OBS: Os licitantes interessados no objeto citado à cima e ouvintes que desejam participar da sessão deverão comparecer no endereço supracitado com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estipulado para abertura de sessão para realização de triagem pela equipe de Saúde do município em razão ao COVID-19.

Nova Maringá - MT, 23 de Abril de 2020.

ROSIMEIRE SILVA SOUZA

Pregoeira Port. 101/2020

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, torna público, para conhecimento de todos os interessados, para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas.

II. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 7.4 do Edital de Seletivo Público nº 001/2020, contado da data da publicação deste Edital.

III. O presente Edital Consolidado e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes e no site da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT www.novamaringa.mt.gov.br .

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/MT, 22 de Abril de 2020.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

MARYHELLEN B. NASCIMENTO – Presidente

MARIA RAIMUNDA ARAÚJO DA SILVA– Secretária

ADEMIR POMPILIO BORGES – Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PROCESSO SELETIVO PUBLICO EDITAL 01/2020

Agente Comunitário de Saúde

GABARITO OFICIAL

01	A	B	C	**D**	E	11	A	**B**	C	D	E	21	A	B	C	**D**	E
02	A	**B**	C	D	E	12	**A**	B	C	D	E	22	A	B	C	**D**	E
03	**A**	B	C	D	E	13	**A**	B	C	D	E	23	A	**B**	C	D	E
04	A	B	C	D	**E**	14	A	B	C	D	**E**	24	A	B	**C**	D	E
05	A	B	C	**D**	E	15	A	**B**	C	D	E	25	**A**	B	C	D	E
06	A	**B**	C	D	E	16	**A**	B	C	D	E	26	A	**B**	C	D	E
07	A	B	**C**	D	E	17	A	B	C	**D**	E	27	A	**B**	C	D	E
08	**A**	B	C	D	E	18	A	B	C	D	**E**	28	A	**B**	C	D	E
09	A	B	C	D	**E**	19	A	**B**	C	D	E	29	A	B	C	D	**E**
10	A	**B**	C	D	E	20	A	**B**	C	D	E	30	A	B	C	D	**E**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE REDUÇÃO DE PREÇO - GASOLINA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REDUÇÃO DE PREÇO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

PROCESSO Nº. 1959/2019

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE/MT, EM UM PERÍODO DE 12 MESES.*

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT, formada pelos servidores: Elioenai dos Santos Farias – Presidente, Johnny Bernatzky, Roseli Souza Porto de Paula**,** Marlene Alves Quintino - Membros da Equipe de Apoio, devidamente instituída através do Decreto nº. 021/2020 de 13 de Fevereiro de 2020, torna público aos interessados que conforme requerimento encaminhado pela empresa **ZANELLA COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 00.656.619/0001-59**, torna público aos interessados que fora **REDUZIDO** o valor do combustível abaixo relacionado registrado pela empresa conforme mostra a tabela abaixo:

Seq.	Cod.	Descrição	UND	Valor Anterior	Valor Reduzido
2	14983	GASOLINA COMUM TIPO C INCOLOR E AMARELADA S/ IMPUREZAS.	LITRO	R$ 5,06	R$ 4,92

Nova Monte Verde-MT, 23 de Abril de 2020.

Elioenai dos Santos FariasJohnny Bernatzky

Presidente da CPL Secretário da CPL

Roseli Souza Porto de PaulaMarlene Alves Quintino

Membro da CPL Membro da CPL

ZANELLA COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 00.656.619/0001-59

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 123/2018

, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT. E A EMPRESA I. R. K. LOPES.

O **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299. 551-87**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MEI ILSON RIBEIRO KOLTZ 04786241156**, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.969.388/0001-02, com sede à Avenida Jorge Amado na cidade de Nova Nazaré-MT., denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo empresário **Sr. ILSON RIBEIRO KOLTZ**, portador do RG nº 6906082 SSP/GO e portador do CPF nº 047.862.411-56, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 035/2018**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira, inciso 3.17, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 035/2018.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Da Execução, Prazo e Vigência, **do contrato originário o total de 180 (cento e oitenta) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 12/10/2020, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2018, e ainda, existe a necessidade de transportar merenda, materiais de construção, etc., em atendimento às necessidades de todas as secretarias municipais. O município dispõe apenas de caminhões caçamba e de porte grande, o que se torna impossível o transporte pois os mesmos são caminhões basculantes e a necessidade é de um caminhão de porte pequeno, com capacidade de até 4,5 toneladas, o que justifica a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da por força da Lei Orçamentária no orçamento anual de 2020 até 31/12/2020.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 123/2018,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Nova Nazaré – MT, 06 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MEI ILSON RIBEIRO KOLTZ 04786241156

ILSON RIBEIRO KOLTZ

CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:

_____

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: AMichele Pereira Da Silva Barbosa, brasileira, casada, enfermeira, Residente na Rua Alagoas, Nº 326, Bairro: Centro, CEP: 78. 370-000 Na Cidade De Nova Olímpia-MT, portadora do RG: 2214137-5 SSP/MT e o CPF: 046.109.911-01.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

08-Secretaria Municipal De Saúde:

06060021030100192130339036000001020000000

VALOR GLOBAL: R$ 19.434,00 (dezenove mil quatrocentos e trinta e quatro reais)

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPO-RARIO ENFERMEIRO	R$ 3. 239,00	R$ 19. 434,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADO: **THALISON FERNANDES PINHEIRO**, brasileiro, casado, enfermeiro, residente e domiciliado na Rua Presidente Juscelino Kubstchek, S/Nº, Bairro Boa Esperança, CEP: 78.380-000 Na Cidade De Denise-MT, portador do RG: 16425316 SJSP/MT, COREN/MT 000.609. 215 e o CPF: 038.090.341-50.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06060021030200202154339036000001020000000

VALOR GLOBAL: R$ 25.552,80 (vinte e cinco mil e quinhentos e cinquenta dois reais e oitenta centavos)

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	ENFERMEIRO PA NOTURNO	R$ 3. 633,80	R$ 21. 802,80
02	15 UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOM-PANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIEN-TES (ENFERMEIROS) CUIABÁ	R$ 150,00	R$ 2. 250,00
03	15 UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOM-PANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIEN-TES (ENFERMEIROS) BARRA DO BUGRES E TANGARA DA SERRA-MT	100,00	1. 500,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **ANA PAULA MOREIRA DE LIMA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, TECNICA DE ENFERMAGEM, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA PANAMA S/Nº QUADRA 25, LOTE 01, BAIRRO SÃO JOÃO, CEP: 78.370-000 NA CIDADE DE NOVA OLIMPIA MT, portadora do RG: 2214137-5 1520258-5SSP/MT e o CPF: 967624541-00, COREN MT 001123510;

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2154.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: R$ R$ 10.571,40 (dez mil reais e quinhentos e setenta e um reais e quarenta centavos)

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TECNICO ENFERMAGEM NOTURNO	R$ 1. 761,90	R$ 10. 571,40

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **HOSANA ALICE DE CAMARGO RAMOS DA CRUZ,** BRASILEIRA, CASADA, TECNICA DE ENFERMAGEM, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA PARANA Nº 753/ S, BAIRRO CENTRO, CEP: 78.370-000 NA CIDADE DE NOVA OLIMPIA MT, portadora do RG:1221231-8-5SSP/MT e o CPF: 915509041-91, COREN MT 251.104

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2154.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: R$ R$ 10.571,40 (dez mil reais e quinhentos e setenta e um reais e quarenta centavos)

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

01	06 meses	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TECNICO ENFERMAGEM NOTURNO	R$ 1. 761,90	R$ 10. 571,40

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **CLAUDIO MENDES SANTOS JUNIOR,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, ENFERMEIRO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 07 SETEMBRO Nº 188 , BAIRRO DA PONTE, CEP: 78430-000 NA CIDADE DE NORTELÂNDIA MT, portador do RG: 2191851-1-5SSP/MT e o CPF: 004.140.151-42, COREN MT 527162-ENF;

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2154.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: de **R$ 23.184,00 (vinte e três mil, cento e oitenta e quatro reais)**

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	ENFERMEIRO P.A	R$ 3. 239,00	R$ 19. 434,00
02	15x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (ENFERMEIROS) CUIABA	R$ 150,00	R$ 2. 250,00
03	15x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (ENFERMEIROS), BARRA DOS BUGRES E TANGARA DA SERRA MT	R$ 100,00	R$ 1. 500,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **DANIELE CRISTINA SILVA FERNANDES,** BRASILEIRA, CASADA, ENFERMEIRO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA H, Nº 2036 , BAIRRO MORADA DO SOL, CEP: 78300 -000 NA CIDADE DE TANGARA DA SERRA MT, portador do RG: 2051019-5 SSP/MT e o CPF: 029946481-48, COREN MT 527162-ENF,

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2154.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: de **R$ R$ 25.552,80 (vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)**

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	ENFERMEIRO P.A NOTURNO	R$ 3. 663,00	R$ 21. 802,80
02	15x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (ENFERMEIROS) CUIABA	R$ 150,00	R$ 2250,00
03	15x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (ENFERMEIROS), BARRA DOS BUGRES E TANGARA DA SERRA MT	R$ 100,00	R$ 1. 500,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADO: **JÚLIO NARANJO LÓPEZ**, de nacionalidade cubana, natural de Los Lírios, Chivirico, Cuba, casado, tec. vigilância sanitária, residente e domiciliado na Rua Projetada, Nº 259-w, Bairro Centro, CEP: 78. 370-000 na cidade de Nova Olímpia-MT, CPF: 067.54822163.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06060021030400212170339036000001020000000

VALOR GLOBAL: R$ 14.944,50 (quatorze mil novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	TEC.VIGILANCIA SANITARIA	R$ 2.490,75	R$ 14.944,50

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADO: **MEILYN BETANCOURT SANCHEZ MARCANZONI**, de nacionalidade cubana, natural de La Habana-Cuba, Cuba, Casada, Tec. Vigilância Sanitária, Residente E Domiciliado Na Rua trinta e dois, QD 36, LT 04, Bairro Jardim Itamarati, CEP: 78.370-000 na cidade de Nova Olímpia-MT, CPF: 067.490.721-35.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06060021030400212170339036000001020000000

VALOR GLOBAL: R$ 14.944,50 (quatorze mil novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	TEC.VIGILANCIA SANITARIA	R$ 2.490,75	R$ 14.944,50

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADO: **ALEXSANDRO MASCARENHAS RIOS**, brasileiro, Tec. Radiologista P.A, Residente E Domiciliado Na Rua Teofilo Barbalho, Nº 125 Bairro Jardim Santa Rosa, CEP: 78.370-000 na cidade de Nova Olímpia-MT, portador do RG: 0886514797 SSP/BA e o CPF: 005.783.025-86.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06060021030200202154339036000001020000000

VALOR GLOBAL: R$ 9.495,00 (nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	RADIOLOGISTA P.A	R$ 1.582,50	R$ 9.495,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADO: **LIEGE MIRANDA DA SILVA**, brasileira, Tec. Enfermagem, Residente e domiciliado na Rua Carlos Drummond de Andrade, Nº 322 Bairro Jardim Ouro Verde, CEP: 78.370-000 na cidade de Nova Olímpia-MT, portador do RG: 2439819-5 SSP/MT e o CPF: 777.093.904-63.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06060021030200202154339036000001020000000

VALOR GLOBAL: R$ 9.495,00 (nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	TEC. ENFERMAGEM	R$ 1.537,50	R$ 9.225,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADO: **ADRIANA BATISTA SANTANA**, brasileira, solteira, Tec. Enfermagem, Residente e domiciliado na Rua Trinta e Dois, Nº 144, Jardim Das Oliveiras, CEP: 78.370-000 na cidade de Nova Olímpia-MT, portador do RG: 1723508-1 SSP/MT, COREN/MT 000.687.418 e o CPF: 020.520.681-63.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06060021030200202154339036000001020000000

VALOR GLOBAL: R$ 9.225,00 (nove mil duzentos e vinte e cinco reais).

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	TEC. ENFERMAGEM	R$ 1.537,50	R$ 9.225,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **DIEGO AUGUSTO CUNHA DA SILVA,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, MEDICO CIRURGIÃO, RESIDENTE E DOMICILIADO NO SITIO SÃO JOSÉ, ZONA RURAL CEP: 78370-000 NA CIDADE DE NOVA OLIMPIA MT, portador do RG: 2246265-1 SSP/MT e o CPF: 038.572. 751-89, CRM MT 0010891- MEDICO

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2130.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: de **R$ R$ 104.875,00 (cento e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais)**

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	MEDICO ATENÇÃO BASICA	R$ 12. 812,50	R$ 76. 875,00
02	20x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (MEDICOS) CUIABA	R$ 1. 000,00	R$ 20. 000,00
03	20x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (MEDICO), BARRA DOS BUGRES E TANGARA DA SERRA MT	R$ 400,00	R$ 8. 000,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **JESSICA PEÑA SEVERO-ME,** SOB O CNPJ: 28.489. 141/0001-39, BOLIVIANA, SOLTEIRA, MEDICA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA FRANCISCO IZIDIO, BAIRRO VILA NOVA, CEP: 78. 420-000 NA CIDADE DE ARENAPOLIS MT, portador do RG: 1488704 SSP/MT e o CPF: 236.881.248-20, CRM MT 0005002- MEDICA

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2154.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: de **R$ R$ 185.500,00 (cento e oitenta e cinco mil e quinhentos reais)**

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	140 (plantões)	MEDICO URGENCIA E EMERGENCIA	R$ 1. 125,00	R$ 157. 500,00
02	20x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (MEDICOS) CUIABA	R$ 1. 000,00	R$ 20. 000,00
03	20x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (MEDICO), BARRA DOS BUGRES E TANGARA DA SERRA MT	R$ 400,00	R$ 8. 000,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **JUAN ANTONIO GALLEGOS ACOSTA,** CUBANO, SOLTEIRO, MEDICO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA TRINTA E DOIS Nº 4/ QUADRA 36 LOTE 04, BAIRRO JARDIM ITAMARATI, CEP: 78.370-000 NA CIDADE DE NOVA OLIMPIA MT, cédula de identidade estrangeira G006263-W (PERMANENTE) e o CPF: 067.717.401-29

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2170.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: de R$ 14.944,50 (quatorze mil, novecentos quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06	TEC. VIGILANCIA SANITARIA	R$ 2.490,75	R$ 14.944,50

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **TD DA SILVA SERVIÇOS MEDICOS EIRELI, CPNJ: 313.632.244/0001-62** SENDO REPRESENTADO PELO O SENHOR TIAGO DUARTE DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MEDICO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA MATILDE Nº 1177 S, JARDIM RIO PRETO, BAIRRO TANGARA DA SERRA MT, CEP: 78.370-000 NA CIDADE DE NOVA OLIMPIA MT, cédula de identidade RG: 976.398 SSP/RO e o CPF: 533.147.602-30, CRM/UF 10053/MT,

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2154.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: de R$ 95.500,00 (noventa e cinco mil, e quinhentos reais)

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	60 (plantões)	MEDICO URGENCIA E EMERGENCIA	R$ 1.125,00	R$ 67.500,00
02	20	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (MEDICOS) CUIABA	R$ 1.000,00	R$ 20.000,00
03	20	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (MEDICOS) BARRA DO BUGRES E TANGARA DA SERRA MT	R$ 400,00	R$ 8.000,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2020/PMNO

REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2020/PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87.

CONTRATADA: **KALYNNE MAGILLY PIRES DE OLIVEIRA SILVA,** BRASILEIRA, CASADA, ENFERMEIRA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA TEINTA E DOIS, Nº 147-W, BAIRRO VILA ALTA TRES, CEP: 78300-000 NA CIDADE DE TANGARA DA SERRA MT, portador do RG: 1977188-6 SSP/MT e o CPF: 034.492.021-62, COREN MT 000.591.087-ENF.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06-Secretaria Municipal De Saúde:

06.06.0021.030.200.19.2154.33903600000.102000000

VALOR GLOBAL: de **R$ R$ 23.184,00 (vinte e três, cento e oitenta e quatro reais)**,

ITEM	QTD	COMPLEMENTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	06 meses	ENFERMEIRO P.A	R$ 3.239,00	R$ 19.434,00
02	15x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (ENFERMEIROS) CUIABA	R$ 150,00	R$ 2.250,00
03	15x	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ACOMPANHAMENTO DE REMOÇÃO DE PACIENTES (ENFERMEIROS), BARRA DOS BUGRES E TANGARA DA SERRA MT	R$ 100,00	R$ 1.500,00

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

VIGENCIA: 23/04/2020 até 23/10/2020.

NOVA OLÍMPIA/MT, 23 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL- SRP Nº023/2020/ PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 053/2020/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGAO PRESENCIAL – SRP Nº. 023/2020/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PUBLICAÇÕES EM DIARIOS OFICIAIS PARA O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **14 de maio de 2020**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 23 de abril de 2020.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 223/2019

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-Nº. 003/2020/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 055/2020/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 222/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS - Nº. 003/2020/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA (22 METROS) SOB O RIO RIOZINHO LOCALIZADO NA RODOVIA 408 DIVISA ENTRE BARRA DO BUGRES-MT E NO-

VA OLIMPIA-MT**.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 21 de maio de 2020**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 13: horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 23 de abril de 2020.

ALDENI ANTONIA DO NASCIMENTO

Presidente Da CPL

LEI MUNICIPAL Nº. 1.194 DE 23 DE ABRIL DE 2.020.

Súmula: "REVOGA A LEI Nº. 1.187 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.020, ANULA OS ATOS PRATICADOS COM BASE EM SEU TEXTO LEGAL E RESTITUI AOS CONTRIBUINTES OS VALORES EVENTUALMENTE PAGOS SEGUNDO SEUS CRITÉRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito de Nova Olímpia/MT, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele, sanciona a seguinte **LEI:**

Art. 1º. Ficam revogadas as disposições contidas Lei Municipal nº. 1.187 de 14 de fevereiro de 2.020.

Art. 2°. Ficam anulados todos os atos administrativos praticados com base em seu texto legal, retornando-se os débitos fiscais devidos à Fazenda Pública do Município de Nova Olímpia/MT, vencidos até 31 de dezembro de 2019, ao seu *status quo ante*, para seguimento de seu tramite normal.

Art. 3°. Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a proceder a restituição de valores pagos pelos contribuintes segundo critérios da Lei Municipal nº. 1.187 de 14 de fevereiro de 2.020.

§1º. O disposto neste artigo aplica-se somente aos processos já finalizados;

§2º. Os requerimentos já protocolados e não finalizados serão automaticamente cancelados por força dessa Lei;

§3º. Para habilitar-se ao benefício desta lei, o contribuinte titular, deverá protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal de Finanças até a data de 30 de setembro de 2.020, sendo obrigatório juntar o comprovante de pagamento das parcelas já quitadas;

§4º. A restituição será efetuada exclusivamente em conta bancária por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e somente em nome do contribuinte titular;

§5º. A restituição descrita no parágrafo anterior, será efetuada em parcela única e seu credito será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis a partir do protocolo de requerimento de restituição nos termos do §3º deste artigo;

§6º. As parcelas vincendas serão automaticamente canceladas;

§7º. Não abarca a restituição de valores eventualmente pagos a título de custas processuais junto ao cartório para efetivação da baixa, será às expensas do contribuinte.

Art. 4º. As disposições desta Lei implicarão em restituição somente dos débitos já recolhidos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação**, revogando-se a Lei municipal nº. 1.187 de 14 de fevereiro de 2.020 e disposições em contrário.**

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/MT, aos 23 dias do mês de abril de 2.020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO RETIFICA-SE O EXTRATO DA ATA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº018/2020/PMNO

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, NO DIA 23 DE ABRIL DE 2020 e DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO NO DIA 23 DE ABRIL DE 2020

ONDE SE LE: EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO PRESENCIAL- SRP N.º 023/2020/PMNO.

LEIA-SE: EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO PRESENCIAL- SRP N.º 018/2020/PMNO.

Nova Olímpia, 23 de abril de 2020

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 223/2019

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO RETIFICA-SE O AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº021/2020/PMNO

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, NO DIA 23 DE ABRIL DE 2020 e DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO NO DIA 23 DE ABRIL DE 2020

ONDE SE LE: 08h00min do dia 13 de maio de 2020.

LEIA-SE: 08h00min do dia 11 de maio de 2020

Nova Olímpia, 23 de abril de 2020

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 223/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO PP 021/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020.

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTOS

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com data de abertura prevista para o dia 08 de Maio de 2020, às 08h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNOS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA/MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT – Comissão Permanente de Licitação, sito na Praça Alberto Zaneti s/n - Nova Santa Helena/MT e no site www.novasantahelena.mt.gov.br

Nova Santa Helena/MT, em 23 de Abril de 2020.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR 001/2020

Dispõe sobre a convocação de servidor ausente por motivo de termino do prazo da Licença Para Tratar de Assuntos Particulares

O município de Nova Santa Helena, através da Secretaria de Administração **CONVOCA** o servidor **DENNIS MASSARO GHERES** servidor público municipal matricula de nº 786, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no cargo de Odontólogo, para que se apresente junto a Secretaria Municipal de Administração **PARA RETORNO AO TRABALHO, tendo em vista que o servidor estava em gozo de Licença para Tratar de Assuntos Particulares**, concedida através da Portaria 092/2018 de 11 de abril de 2018, pelo prazo de dois anos, concedida de 11/04/2018 a 11/04/2020, devendo apresentar-se no dia 12/04/2020 junto a Administração Municipal.

Nos termos da Lei 061/2002 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Nova Santa Helena no Capítulo V das Penalidades "Art. 156, Configura o abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PRFEITA MUNICIPAL

CAMILA CARRARA ZANETI URGNIANI

SECECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PP 012/2020

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 027/2020

PROCESSO Nº. **012/2020/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 22 de Abril de 2020, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***POTENCIA COMÉRCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI e*** **OLMIR IORIS E CIA LTDA EPP.**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELÉTRODOMÉSTICOS E UTENSILIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT**.

NOVA SANTA HELENA/MT, 22 de Abril de 2020.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PP 017/2020

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 017/2020

A V I S O D E R E S U L T A D OPROCESSO Nº. **036/2020/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 22 de Abril de 2020, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI***

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO ZERO KM, ANO 2019, MODELO 2020, TIPO TOCO, COM AR CONDICIONADO, POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR 185CV, EQUIPADO COM TANQUE PIPA DE NO MÍNIMO 10.000 (DEZ MIL) LITROS, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT.

NOVA SANTA HELENA/MT, 22 de Abril de 2020.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RESOLUÇÃO Nº 06/2020/CMS, 16 DE ABRIL DE 2020.

RESOLUÇÃO Nº 06/2020/CMS, 16 DE ABRIL DE 2020.

O Conselho Municipal de Saúde de Nova Ubiratã/MT, em reunião extraordinária do dia 15 de abril de 2020, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pela Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012 (Conselho Nacional de Saúde); pela Resolução nº 554, de 15 de setembro de 2017 (Conselho Nacional de Saúde), cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata

RESOLVE:

Art. 1 **Aprovar** os valores da Pactuação Interfederativa de Indicadores para o ano de 2020, conforme descrito no anexo I desta resolução.

Art. 2 Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3 Revogam-se as disposições em Contrário.

_____

Daniela Bugs Klafke

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Nova Ubiratã/MT

Nova Ubiratã, 16 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 346/2020

PORTARIA N.º 346/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Edirene Alves de Lima**, Atendente, Matrícula Funcional 757, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 17/4/2019 a 16/4/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/5/2020 a 3/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 347/2020

PORTARIA N.º 347/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Elisângela Firmino Maia Araújo da Silva**, Atendente, Matrícula Funcional 82, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 7/3/2019 a 7/3/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 25/5/2020 a 3/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 348/2020

PORTARIA N.º 348/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Genecy Queiroz Schossler**, Atendente, Matrícula Funcional 34, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/3/2018 a 28/2/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/5/2020 a 3/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.753, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.753, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o(a) servidor(a) público(a) municipal **Welba Juvêncio de Souza Mendis**, Apoio Administrativo Educacional – manutenção infraestrutura - profissionalizado, Matrícula Funcional 3894, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível B/03, período aquisitivo de 28/4/2017 a 27/4/2020, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.778, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.778, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Sueli de Fátima Ribeiro Silva Oliveira***, Atendente, Matrícula Funcional 1000, da Classe/Nível A/05 para a Classe/Nível A/06, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo 1/4/2017 a 31/3/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.751, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.751, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei

Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o(a) servidor(a) público(a) municipal **Maria Sirlene de Miranda Correa**, Professora, Matrícula Funcional 274, da Classe/Nível C/06 para a Classe/Nível C/07, período aquisitivo de 16/4/2017 a 15/4/2020, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.750, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.750, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o(a) servidor(a) público(a) municipal **Maria Jeane Henrique Policarpo**, Apoio Administrativo Educacional – manutenção infraestrutura – profissionalizado, Matrícula Funcional 3887, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível B/03, período aquisitivo de 1/4/2017 a 31/3/2020, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.749, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.749, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o(a) servidor(a) público(a) municipal **Márcia Regina da Silva**, Apoio Administrativo Educacional – manutenção infraestrutura – não profissionalizado, Matrícula Funcional 3886, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível B/03, período aquisitivo de 1/4/2017 a 31/3/2020, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.748, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.748, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o(a) servidor(a) público(a) municipal **Lucinete da Costa**, Psicóloga Educacional, Matrícula Funcional 525, da Classe/Nível B/06 para a Classe/Nível B/07, período aquisitivo de 8/4/2017 a 7/4/2020, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.747, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.747, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Car-*

reiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o(a) servidor(a) público(a) municipal **Edna Souza da Silva**, Auxiliar de Educação Infantil - não profissionalizado, Matrícula Funcional 3893, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível B/03, período aquisitivo de 28/4/2017 a 27/4/2020, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.660, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: rh@novaxavantina.mt.gov.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3660/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2167/2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Fica aberto o credito adicional suplementar no valor de R$ 330.264,47, destinado a dar cobertura à dotação orçamentária relacionadas abaixo:

04.001-DIVISAO DE CONTABILIDADE E ORCAMENTO

04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 1.200,00
04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 26.405,52
		Sub-Total: R$ 27.605,52

04.003-DIVISAO DE TRIBUTACAO E ARRECADACAO

04.003.04.129.0108.2017.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigações Patronais	R$ 37.000,00
		Sub-Total: R$ 37.000,00

05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA

05.002.12.361.0111.1017.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.792,00
05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 10.000,00
		Sub-Total: R$ 13.792,00

05.003-DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL

05.003.12.365.0112.2084.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 8.200,00
		Sub-Total: R$ 8.200,00

05.004-DIVISAO DE ORIENTACAO EDUCACIONAL

05.004.12.364.0113.2035.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigações Patronais	R$ 5.000,00
		Sub-Total: R$ 5.000,00

07.001-DIVISAO DE SAUDE

07.001.10.301.0120.2045.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 21.595,30
		Sub-Total: R$ 21.595,30

07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.011.10.301.0116.2065.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 37.960,00
07.011.10.302.0117.2066.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 65.200,00
		Sub-Total: R$ 103.160,00

08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS

08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 9.000,00
08.001.26.782.0122.1036.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 59.673,72
08.001.26.122.0122.1106.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.000,00
08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.93.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 115,13
		Sub-Total: R$ 78.788,85

08.002-DIVISAO DE OBRAS E VIAS

08.002.15.452.0123.2073.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 12.372,80
		Sub-Total: R$ 12.372,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: rh@novaxavantina.mt.gov.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3660/2020

09.001-DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.001.08.244.0124.2049.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 12.750,00

Sub-Total: R$ 12.750,00

11.003-DIVISAO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

11.003.23.122.0128.2054.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 10.000,00

Sub-Total: R$ 10.000,00

Total Geral: R$ 330.264,47

Art.02 - Para dar cobertura será utilizado o valor de R$ 330.264,47, oriundo do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

04.001-DIVISAO DE CONTABILIDADE E ORCAMENTO

04.001.99.999.0107.2015.9.9.9.9.99.00.00.00	Reserva de Contingencia	R$ 64.605,52

Sub-Total: R$ 64.605,52

05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA

05.002.12.361.0111.1017.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 18.792,00

Sub-Total: R$ 18.792,00

05.003-DIVISAO DE EDUCACAO INFANTIL

05.003.12.365.0112.2033.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 8.200,00

Sub-Total: R$ 8.200,00

07.001-DIVISAO DE SAUDE

07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 21.595,30

Sub-Total: R$ 21.595,30

07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.011.10.301.0116.1035.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 37.960,00
07.011.10.302.0117.2066.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 65.200,00

Sub-Total: R$ 103.160,00

08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS

08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 9.000,00
08.001.26.782.0122.1036.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 59.673,72
08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 115,13
08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.000,00

Sub-Total: R$ 78.788,85

08.002-DIVISAO DE OBRAS E VIAS

08.002.15.451.0123.1049.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 12.372,80

Sub-Total: R$ 12.372,80

09.001-DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.001.08.244.0124.2049.3.3.5.0.43.00.00.00	SUBVENCOES SOCIAIS	R$ 12.750,00

Sub-Total: R$ 12.750,00

11.001-DIVISAO DE TURISMO

11.001.15.695.0129.1069.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.000,00

Sub-Total: R$ 10.000,00

Total Geral: R$ 330.264,47

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: rh@novaxavantina.mt.gov.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3660/2020

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Xavantina, 03 de Fevereiro de 2020.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 341/2020

PORTARIA N.º 341/2020

Dispõe sobre a concessão de licença maternidade e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combina-

do com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis do Município*, e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder *licença maternidade* a servidora pública municipal **Saadila Cristina Martins Gomes**, Técnica Educacional em Desenvolvimento Infantil – não profissionalizado, Matrícula Funcional 4433, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com ônus para o município de Nova Xavantina, pelo período de 60 dias, compreendendo de 6/4/2020 a 4/6/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 342/2020

PORTARIA N.º 342/2020

Dispõe sobre a concessão de licença maternidade e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis do Município*, e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder *licença maternidade* a servidora pública municipal **Saadila Cristina Martins Gomes**, Técnica Educacional em Desenvolvimento Infantil – não profissionalizado, Matrícula Funcional 4433, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, pelo período de 120 dias, compreendendo de 5/6/2020 a 2/10/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 343/2020

PORTARIA N.º 343/2020

Dispõe sobre a designação de Engenheiro de Fiscalização Técnica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 012/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Hermes Lima Neto***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação pessoa jurídica de direito privado para execução de serviços de construção de meio fio e sarjetas, junto ao município de Nova Xavantina – MT, conforme projeto básico, planilhas e demais anexos do edital – **Pregão Presencial nº 004/2.020***, **resolve:**

Art. 1º Designar o servidor público municipal **Edbert Moreira Júnior**, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956, como Engenheiro de Fiscalização Técnica para atuar na fiscalização das obras, objeto da **Ata de Registro de Preços nº 012/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 012/2020**e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 344/2020

PORTARIA N.º 344/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Caroline de Sousa Machado Duques**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3382, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/11/2018 a 2/11/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/5/2020 a 2/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 345/2020

PORTARIA N.º 345/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Daniele Bigaton da Costa**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 4365, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/4/2019 a 1/4/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/5/2020 a 2/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 356/2020

PORTARIA N.º 356/2020

Revoga a Portaria n.º 340/2020 que dispõe sobre a concessão de licença para concorrer a cargo eletivo, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 213, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT.,* e demais legislação que versa sobre a matéria;**resolve**:

Art. 1º Revoga em todos os seus termos a Portaria n.º 340/2020, que dispõe sobre a"*concessão de* licença para concorrer a cargo eletivo ao servidor público municipal *Edivaldo Celestino Barbosa, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 79, lotado junto a Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar*".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do requerimento/pedido 4 de abril de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 357/2020

PORTARIA N.º 357/2020

*Dispõe sobre a concessão de **licença prêmio por assiduidade** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de ***licença prêmio por assiduidade*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Edivaldo Celestino Barbosa**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 79, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar, referente ao período aquisitivo de 10/9/2014 a 9/4/2019.

Parágrafo único. A *licença prêmio por assiduidade* de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/4/2020 a 2/7/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 358/2020

PORTARIA N.º 358/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Elizabeth Campos Rodrigues**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4126, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/7/2018 a 11/7/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 15/4/2020 a 29/4/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 359/2020

PORTARIA N.º 359/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 013/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e ***Agritex Comercial Agrícola Ltda***que tem por objeto a *registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos agrícolas, sendo: carretas agrícolas e colhedoras de forragens, oriundas de contrata de repasse município de Nova Xavantina / Ministério da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento – Convênio SICONV 858705/ 2017* – **Pregão Presencial 005/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 013/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – José Aparecido Pereira, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 3693;

II – Claudinei Spanholi, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 4381;

III – Edson Francisco Faria, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177.

***Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da* **Ata de Registro de Preços nº 013/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 2 de março de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 360/2020

PORTARIA N.º 360/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato de Fornecimento nº 005/2.020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e ***Creonys Silva dos Reis - ME***que tem por objeto a *aquisição de produtos e materiais de higiene, limpeza, lavanderia e equipamentos, atendendo as secretarias municipais, com comodato de dosadores automáticos* – **Dispensa de Licitação nº 002/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização do **Contrato de Fornecimento nº 005/2.020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810;

II – Zildene Ferreira de Miranda, Atendente, Matrícula Funcional 1105;

III – Arabela Andressa Causi Jung, Professora, Matrícula Funcional 805;

IV – Moises Correia de Oliveira, Motorista, Matrícula Funcional 3668;

V – Dinalva Souza de Oliveira, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 655;

VI – Dezenilta Lopes da Silva, Atendente, Matrícula Funcional 3685;

VII – Valdelice Pereira Barros, Atendente, Matrícula Funcional 3391;

VIII – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4376;

IX – Jane Kátia Ribeiro, Atendente, Matrícula Funcional 102;

X – Aparecida Fernandes de Araújo, Atendente, Matrícula Funcional 3724;

XI – Elisvania Fernandes Galdino, Atendente, Matrícula Funcional 3609.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do* **Contrato de Fornecimento nº 005/2.020** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 7 de abril de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 361/2020

PORTARIA N.º 361/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 015/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e ***Supermercado Zanchin Ltda***que tem por objeto a *registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para suprir as necessidades das secretarias municipais – conforme descrito no termo de referência* – **Pregão Presencial 006/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 015/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810;

II – Zildene Ferreira de Miranda, Atendente, Matrícula Funcional 1105;

III – Arabela Andressa Causi Jung, Professora, Matrícula Funcional 805;

IV – Moises Correia de Oliveira, Motorista, Matrícula Funcional 3668;

V – Dinalva Souza de Oliveira, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 655;

VI – Dezenilta Lopes da Silva, Atendente, Matrícula Funcional 3685;

VII – Valdelice Pereira Barros, Atendente, Matrícula Funcional 3391;

VIII – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4376;

IX – Jane Kátia Ribeiro, Atendente, Matrícula Funcional 102;

X – Aparecida Fernandes de Araújo, Atendente, Matrícula Funcional 3724;

XI – Elisvania Fernandes Galdino, Atendente, Matrícula Funcional 3609;

XII – Antônio Carlos Ruoso Limberger, Divisão de Desporto Escolar, Matrícula Funcional 3791;

XIII – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

XIV – Ellen Cristina Rosa da Cruz, Nutricionista, Matrícula Funcional 3694;

XV – Vera Lúcia Alves Teixeira, Atendente, Matrícula Funcional 3813.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da* **Ata de Registro de Preços nº 015/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de março de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 362/2020

PORTARIA N.º 362/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 016/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e ***Antônio Alves de Souza & Cia Ltda***que tem por objeto a *registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para suprir as necessidades das secretarias municipais – conforme descrito no termo de referência* – **Pregão Presencial 006/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 016/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810;

II – Zildene Ferreira de Miranda, Atendente, Matrícula Funcional 1105;

III – Arabela Andressa Causi Jung, Professora, Matrícula Funcional 805;

IV – Moises Correia de Oliveira, Motorista, Matrícula Funcional 3668;

V – Dinalva Souza de Oliveira, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 655;

VI – Dezenilta Lopes da Silva, Atendente, Matrícula Funcional 3685;

VII – Valdelice Pereira Barros, Atendente, Matrícula Funcional 3391;

VIII – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4376;

IX – Jane Kátia Ribeiro, Atendente, Matrícula Funcional 102;

X – Aparecida Fernandes de Araújo, Atendente, Matrícula Funcional 3724;

XI – Elisvania Fernandes Galdino, Atendente, Matrícula Funcional 3609;

XII – Antônio Carlos Ruoso Limberger, Divisão de Desporto Escolar, Matrícula Funcional 3791;

XIII – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

XIV – Ellen Cristina Rosa da Cruz, Nutricionista, Matrícula Funcional 3694;

XV – Vera Lúcia Alves Teixeira, Atendente, Matrícula Funcional 3813.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da* **Ata de Registro de Preços nº 016/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de março de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 363/2020

PORTARIA N.º 363/2020

Dispõe sobre a nomeação de fiscais e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 017/2020**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e ***Comercial Luar Eirelli - EPP***que tem por objeto a *registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para suprir as necessidades das secretarias municipais – conforme descrito no termo de referência* – **Pregão Presencial 006/2.020**, resolve:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 017/2020**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Airson Caetano de Moura, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 810;

II – Zildene Ferreira de Miranda, Atendente, Matrícula Funcional 1105;

III – Arabela Andressa Causi Jung, Professora, Matrícula Funcional 805;

IV – Moises Correia de Oliveira, Motorista, Matrícula Funcional 3668;

V – Dinalva Souza de Oliveira, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 655;

VI – Dezenilta Lopes da Silva, Atendente, Matrícula Funcional 3685;

VII – Valdelice Pereira Barros, Atendente, Matrícula Funcional 3391;

VIII – Claudete Maria Oliveira, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4376;

IX – Jane Kátia Ribeiro, Atendente, Matrícula Funcional 102;

X – Aparecida Fernandes de Araújo, Atendente, Matrícula Funcional 3724;

XI – Elisvania Fernandes Galdino, Atendente, Matrícula Funcional 3609;

XII – Antônio Carlos Ruoso Limberger, Divisão de Desporto Escolar, Matrícula Funcional 3791;

XIII – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

XIV – Ellen Cristina Rosa da Cruz, Nutricionista, Matrícula Funcional 3694;

XV – Vera Lúcia Alves Teixeira, Atendente, Matrícula Funcional 3813.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da* **Ata de Registro de Preços nº 017/2020** *e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de março de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 364/2020

PORTARIA N.º 364/2020

Altera dispositivos constantes na Portaria nº 224/2020 que dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 224/2020 que "*concede 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Lísia Gonzaga Dutra****, Fisioterapeuta, Matrícula Funcional 3387, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde*" passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

"referente ao período aquisitivo de 3/11/2018 a 2/11/2019"

Leia-se:

"referente ao período aquisitivo de 3/11/2017 a 2/11/2018"

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 365/2020

PORTARIA N.º 365/2020

Dispõe sobre a concessão do beneficio Pensão Por Morte a Jeziel de Araújo Oliveira, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, §7º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003; de acordo com o art. 41 da Lei Municipal nº 1.189, 02 de outubro de 2006, que reestrutura o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências**, combinado com o disposto no art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que** dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT**, resolve:**

Art. 1º Conceder o benefício Pensão Por Morte, em decorrência do falecimento da servidora Jessica Caetano Abreu Oliveira, Médica, portadora do CI/RG nº 5380856 SSP/GO, inscrita no CPF sob nº 020. 368.641-12, Título de Eleitor nº 0282 0230 1899, Matrícula Funcional no PREVINX nº 833, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, em favor do Sr. Jeziel de Araújo Oliveira, portador do CI/RG nº 1454520-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 014.448. 041-70, Título de Eleitor nº 025711751805, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo do PREVINX, nº 2020. 06.00000003, a partir de 01 de abril de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.762, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.762, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Elizangela Martins dos Anjos Oliveira***, Atendente, Matrícula Funcional 752, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo 9/4/2017 a 8/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.763, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.763, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Flávia Rodrigues Rosa***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 790, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo 16/4/2017 a 15/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.764, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.764, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Jaubi de Souza***, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 796, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 5/4/2017 a 4/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.765, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.765, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Leandra Lima Coelho***, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3523, da Classe/Nível B/03 para a Classe/Nível B/04, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 25/4/2017 a 24/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.766, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.766, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Leila Pereira da Costa Matos***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 748, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo 8/4/2017 a 7/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.197, DE 16 DE ABRIL DE 2020

LEI MUNICIPAL N.º 2.197, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º o art. 274 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 274. A revisão geral anual dos servidores públicos se dará através de Lei específica, com percentuais não inferiores ao índice inflacionário apurado anualmente, sendo assegurada a data base no mês de janeiro de cada ano.

Parágrafo único. A revisão geral anual dos professores terá como data base o mês de janeiro de cada ano."

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 16 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.767, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.767, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Lilian da Rocha***, Enfermeira, Matrícula Funcional 3889, da Classe/Nível G/02 para a Classe/Nível G/03, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 15/4/2017 a 14/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.768, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.768, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Lilian de Souza Menezes***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 744, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 3/4/2017 a 2/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.769, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.769, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Maria Ferreira de Souza***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 777, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo 5/4/2017 a 4/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.770, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.770, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Maria Francisca de Sousa***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 795, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo 15/4/2017 a 14/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.771, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.771, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Marinez Soares da Silva***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 778, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 2/4/2017 a 1/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.772, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.772, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Natalina Pereira da Silva***, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3525, da Classe/Nível B/03 para a Classe/Nível B/04, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 25/4/2017 a 24/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.780, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.780, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o servidor público municipal **Lindomar Ramos Campos**, Professor, Matrícula Funcional 267, da Classe/Nível C/05 para a Classe/Nível C/06, período aquisitivo de 8/4/2014 a 7/4/2017, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.741, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.741, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre o levantamento de caução e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.981, de 9 de janeiro de 2017, que *aprova loteamento particular de área urbana, e dá outras providências*;

Considerando o atendimento parcial das formalidades legais e de acordo com Relatório Técnico nº 4/2020 do Engenheiro Civil do *Edbert Moreira Júnior*, em anexo*;*

Considerando despacho da Procuradora Geral do município, *in verbis*: *"... manifesta pela viabilidade de liberação/descaucionamento de apenas 03 (três) lotes sendo eles: lotes 04, 05 e 06 da quadra 01..."*; **Decreta**:

Art. 1º Proceder ao levantamento da caução de 03 (três) lotes urbanos, abaixo discriminados – Loteamento ***Residencial Flor do Pequi***, setor Nova Brasília, nesta cidade, de propriedade do Sr. ***José Constantino Guimarães***, brasileiro, solteiro, portador do CI/RG n.º 354.728-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 034.799.27149, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Paraíba, 139 – Centro, e da Sra. ***Maria das Graças Lidia da Silva***, brasileira, solteira, portadora do CI/RG n.º 1268407-4-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 890.479.071-91, residente e domiciliada nesta cidade, à Avenida Couto Magalhães, 1253, bairro União, devidamente matriculados/registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT:

I – Lotes 04 (quatro), 05 (cinco) e 06 (seis) da quadra 01 (um).

Parágrafo único. Os 03 (três) lotes, abaixo discriminados, matriculados/registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Nova Xavantina, **permanecerão caucionados em favor do Município**:

I – lotes 03 da quadra 01;

II – lotes 01 e 02, Respectivamente da quadra 02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.773, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.773, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Neusa Terebinto Fiorentin***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 743, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 12/4/2017 a 11/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.742, DE 9 DE ABRIL DE 2020

DECRETO N.º 3.742, DE 9 DE ABRIL DE 2020

"*Dispõe sobre o reenquadramento de servidores públicos municipais, e dá outras providências*".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 2.191, de 25 de março de 2020 que *Altera dispositivos constantes nas Leis Municipais n.º 1.801/2014 e suas alterações posteriores e dá outras providências.*, combinado com o preconizado na Lei Municipal n.º 2.192, de 25 de março de 2020 que *Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835/2014 que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências;* **Decreta**:

Art. 1º Ficam enquadrados e reenquadrados os servidores públicos municipais nas Tabelas XIV e XI do *Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo e Contratado em Caráter Permanente do Município de Nova Xavantina*, conforme Anexos I e II que integram o presente Decreto.

Parágrafo único. O disposto no inciso XIII do Anexo I deste artigo, que trata das categorias funcionais Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem, respectivamente com carga horária de 30 horas, deverá ser aplicado o preconizado no § 2º do art. 2º da Lei Municipal n.º 2.191/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3.742, DE 9 DE ABRIL DE 2020
ANEXO – I

I – Categoria funcional: Atendente

			TABELA XIV - GERAL		ATUAL		NOVO	
ORD	**Código**	**Nome**	**Cargo**	**Data Admissão**	**Classe**	**Nível**	**Classe**	**Nível**
1	3646	ADELINA BUENO DE ASSIS	00009 - ATENDENTE	18/06/2012	A	3	B	3
2	3394	ANA LUCIA INOCENCIO DE OLIVEIRA	00009 - ATENDENTE	03/11/2010	A	4	B	4
3	3724	APARECIDA FERNANDES DE ARAUJO	00009 - ATENDENTE	01/02/2013	A	7	B	7
4	3412	BRUNA GRACIELLA DE OLIVEIRA NUNES	00009 - ATENDENTE	03/11/2010	A	4	B	4
5	3685	DEZENILTA LOPES DA SILVA	00009 - ATENDENTE	03/07/2012	A	3	B	3
6	757	EDIRENE ALVES DE LIMA	00009 - ATENDENTE	17/04/2002	A	7	B	7
7	82	ELISANGELA FIRMINO MAIA ARAUJO DA SILVA	00009 - ATENDENTE	07/03/1996	A	9	B	9
8	3609	ELISVANIA FERNANDES GALDINO	00009 - ATENDENTE	02/04/2012	A	3	B	3
9	752	ELIZANGELA MARTINS DOS ANJOS OLIVEIRA	00009 - ATENDENTE	09/04/2002	A	7	B	7
10	3897	ETELVINA PINTO RIBEIRO	00009 - ATENDENTE	05/05/2014	A	2	B	2
11	1085	FRANCISCA FERREIRA DA SILVA MARACAIPE	00009 - ATENDENTE	08/03/2005	A	6	B	6
12	34	GENECY QUEIROZ SCHOSSLER	00009 - ATENDENTE	01/03/1995	B	12	B	12
13	102	JANE KATIA RIBEIRO	00009 - ATENDENTE	03/05/1993	C	4	C	4
14	3397	LUCINETE DA SILVA FARIAS	00009 - ATENDENTE	03/11/2010	A	4	B	4
15	892	LUIZA LIDIA DA SILVA	00009 - ATENDENTE	01/04/2003	B	4	B	6
16	758	MARIA APARECIDA BUENO DE SOUZA	00009 - ATENDENTE	17/04/2002	B	12	B	12
17	202	MARIA DAS DORES SILVA	00009 - ATENDENTE	14/03/1996	A	10	B	8
18	3650	MARIA DEUSDETE RODRIGUES BATISTA	00009 - ATENDENTE	25/06/2012	A	3	B	3
19	50	MARLENE TEREZINHA MACARI	00009 - ATENDENTE	01/02/1994	A	10	B	9
20	3686	MARTA REZENDE GOMES	00009 - ATENDENTE	03/07/2012	A	3	B	3
21	1183	NEIDE MENDES RODRIGUES	00009 - ATENDENTE	09/02/2006	A	5	B	5
22	120	REGILENE FERREIRA DA SILVA	00009 - ATENDENTE	01/03/1994	A	9	B	9
23	645	SANDRA MARIA HONOSTORIO PRICINOTE	00009 - ATENDENTE	09/04/2002	A	7	B	7
24	1184	SELMA MARIA HONOSTORIO	00009 - ATENDENTE	17/02/2006	A	5	B	5
25	1391	SHIRLEY VITORINO DOS SANTOS	00009 - ATENDENTE	03/04/2006	A	5	B	5
26	1000	SUELI DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA OLIVEIRA	00009 - ATENDENTE	01/04/2005	A	6	B	6
27	150	TEREZINHA CARDOSO DA SILVA	00009 - ATENDENTE	01/03/1994	A	9	B	9
28	3391	VALDELICE PEREIRA BARROS	00009 - ATENDENTE	03/11/2010	A	4	B	4
29	3813	VERA LUCIA ALVES TEIXEIRA	00009 - ATENDENTE	15/04/2013	A	3	B	3
30	1105	ZILDENE FERREIRA DE MIRANDA	00009 - ATENDENTE	05/05/2005	A	5	B	5

II – Categoria funcional: Agente de Vigilância

			TABELA XIV - GERAL		ATUAL		NOVO	
ORD	**Código**	**Nome**	**Cargo**	**Dt Admissão**	**Classe**	**Nível**	**Classe**	**Nível**
1	1145	CLEUDESON SOUZA E SILVA	00011 - AGENTE DE VIGILANCIA	01/08/2005	A	5	B	5
2	589	FRANCISCO DOS SANTOS	00011 - AGENTE DE VIGILANCIA	02/05/2002	A	6	B	6
3	1103	ITAMAR TENORIO CAVALCANTE	00011 - AGENTE DE VIGILANCIA	09/05/2005	A	5	B	5
4	796	JAUBI DE SOUZA	00011 - AGENTE DE VIGILANCIA	05/04/2002	A	7	B	7
5	1175	LUIZ CARLOS DA SILVA CORDEIRO	00011 - AGENTE DE VIGILANCIA	01/02/2006	A	5	B	5
6	1176	MARIA LUIZA ARAUJO	00011 - AGENTE DE VIGILANCIA	01/02/2006	A	5	B	5
7	153	VALTERI ARAUJO DA SILVA	00011 - AGENTE DE VIGILANCIA	10/03/1996	C	8	C	8

III – Categoria funcional: Auxiliar de Serviços Gerais

			TABELA XIV - GERAL		ATUAL		NOVO	
ORD	Código	Nome	Cargo	Dt Admis-são	Classe	Nível	Classe	Nível
1	158	ADERSON MARTINS DE CARVALHO	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	10/03/1994	B	11	B	11
2	842	ANA VEIGA DE ARAUJO	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	24/06/2002	A	6	B	6
3	1048	ANGELINA DA SILVA RAMOS	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	18/02/2005	A	6	B	6
4	165	ANTONIO CIRQUEIRA ALVES	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	18/03/1994	A	9	B	9
5	160	ANTONIO DIAS DE SANTANA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	10/03/1994	A	11	B	9
6	294	CAROLINA VIEIRA DE LIMA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	15/04/2002	A	7	B	7
7	3954	CASSIA PAZ LIRA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	05/01/2015	A	2	B	2
8	545	CELIO TEIXEIRA DA SILVA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	15/02/2005	A	11	B	6
9	174	DARCI GOMES	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	10/03/1994	B	11	B	11
10	655	DINALVA SOUZA DE OLIVEIRA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	23/02/2005	B	12	B	12
11	177	EDSON FRANCISCO FARIAS	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	11/03/1996	B	8	B	8
12	300	EDSON MARTINS DE CARVALHO	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	10/02/2005	A	6	B	6
13	960	EVA MATIAS PEREIRA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	11/06/2003	A	6	B	6
14	790	FLAVIA RODRIGUES ROSA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	16/04/2002	A	7	B	7
15	651	GISELE CRISTINA FERREIRA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	25/02/2005	B	12	B	12
16	3951	GLAUCENILDE DE OLIVEIRA COSTA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	05/01/2015	A	2	B	2
17	4328	ISADORA LOURENCO CRUZ	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	01/10/2018	A	1	B	1
18	3948	JAIR FERREIRA ROCHA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	05/01/2015	A	2	B	2
19	184	JAIR PEREIRA DE ARAUJO	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	10/03/1994	C	10	C	10
20	465	JOAO FELIX BARBOSA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	01/03/2005	A	6	B	6
21	186	JOAO RODRIGUES DOS SANTOS	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	02/02/1994	A	12	B	9
22	309	JOSE ALTAMIRO DA SILVA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	04/04/2002	D	2	D	2
23	189	JOSE APARECIDO GOMES	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	01/03/1996	A	10	B	9
24	748	LEILA PEREIRA DA COSTA MATOS	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	08/04/2002	A	7	B	7
25	744	LILIAN DE SOUZA MENEZES	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	03/04/2002	A	7	B	7
26	1054	LINDOMAR FRANCISCO DE SOUZA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	01/03/2005	A	6	B	6
27	723	LUCIANA FERRAZ	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	07/06/2005	A	5	B	5
28	775	MARIA APARECIDA DA SILVA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	03/04/2002	B	12	B	12
29	791	MARIA AUXILIADORA REZENDE	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	05/04/2002	B	12	B	12
30	3950	MARIA DIVINA RIBEIRO DA SILVA LIMA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	05/01/2015	A	2	B	2
31	777	MARIA FERREIRA DE SOUZA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	05/04/2002	A	7	B	7
32	795	MARIA FRANCISCA DE SOUSA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	15/04/2002	A	7	B	7
33	849	MARIA RITA MEDEIROS	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	04/07/2002	A	6	B	6
34	1053	MARIA VANIA PEREIRA DE OLIVEIRA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	22/02/2005	A	6	B	6
35	778	MARINEZ SOARES DA SILVA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	02/04/2002	A	7	B	7
36	4325	MAURICIO FRANCA DA SILVA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	01/10/2018	A	1	B	1
37	927	MONICA FERREIRA DE MOURA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	01/03/2005	B	8	B	8
38	204	NATALINO HENRIQUE DE FREITAS	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	11/03/1996	A	8	B	9
39	743	NEUZA TEREBINTO FIORENTIN	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	12/04/2002	A	7	B	7
40	742	NILVA DE JESUS NUNES	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	11/04/2002	A	7	B	7
41	559	PEDRO PEDROSA MENDANHA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	15/02/2005	A	6	B	6
42	3953	ROSINEIDE CONCEICAO LUIZ BRAN-DAO	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	07/01/2015	A	2	B	2

43	720	SILVANI FERREIRA DE SOUZA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	11/02/2005	A	6	B	6
44	784	SOLANGE CAVALCANTE BARROS	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	03/04/2002	A	7	B	7
45	4324	SUZANA TOLEDO RESPLANDE	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	01/10/2018	A	1	B	1
46	1055	VALDIR CAMILO DA SILVA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	16/02/2005	A	6	B	6
47	793	VALDIVINO FERNANDES DE ALMEIDA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	16/04/2002	A	7	B	7
48	212	VANDERLUIZ DIAS MATOS	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	11/03/1996	D	9	D	9
49	353	WILMAR TEIXEIRA LIMA	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	17/07/2002	C	12	C	12
50	1040	ZENAIDE APARECIDA A. CERQUEIRA MARQUES	00012 - AUXILIAR SERVICOS GERAIS	25/01/2005	A	6	B	6

IV – Categoria funcional: Pedreiro

			TABELA XIV - GERAL		ATUAL		NOVO	
ORD	**Código**	**Nome**	**Cargo**	**Dt Admissão**	**Classe**	**Nível**	**Classe**	**Nível**
1	164	ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	00053 - PEDREIRO	24/05/1994	C	10	D	9
2	965	NILTON MARTINS DE CARVALHO	00053 - PEDREIRO	22/08/2003	C	10	D	6
3	213	VICENTE ANTONIO DA COSTA	00053 - PEDREIRO	25/04/1994	C	10	D	9

V – Categoria funcional: Gari

			TABELA XIV - GERAL		ATUAL		NOVO	
ORD	**Código**	**Nome**	**Cargo**	**Dt Admissão**	**Classe**	**Nível**	**Classe**	**Nível**
1	3934	ADRIANA DA SILVA FREITAS	00252 - GARI	19/12/2014	A	2	B	2
2	3937	ANA CLEUSA DOS SANTOS	00252 - GARI	19/12/2014	A	2	B	2
3	3935	DEUZINA DA SILVA CARDOSO	00252 - GARI	19/12/2014	A	2	B	2
4	3936	ERICA OLIVEIRA DA SILVA	00252 - GARI	19/12/2014	A	2	B	2
5	3933	FABIANA APARECIDA SANTOS DE ARAUJO	00252 - GARI	19/12/2014	A	2	B	2
6	4327	FABIO CAMILO DA SILVA	00252 - GARI	01/10/2018	A	1	B	1
7	3675	IRISLANE DA SILVA LIMA	00252 - GARI	03/07/2012	A	3	B	3
8	3938	JULIANA MAIA ARAUJO DA SILVA	00252 - GARI	19/12/2014	A	2	B	2
9	3673	LINDOMAR PEDROSA MENDANHA	00252 - GARI	03/07/2012	A	3	B	3
10	3678	MIRIAM RODRIGUES DA SILVA	00252 - GARI	03/07/2012	A	3	B	3

VI – Categoria funcional: Auxiliar de Saúde Bucal

			TABELA XV - SAÚDE		ATUAL		NOVO	
ORD	**Código**	**Nome**	**Cargo**	**Dt Admissão**	**Classe**	**Nível**	**Classe**	**Nível**
1	4117	ANA PAULA ALVES DA SILVA	297 – AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	07/06/2016	A	2	B	2
2	3691	ANTONIO MARCOS NETO	297 – AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	03/07/2012	A	3	B	3
3	3361	ELAINA RIBEIRO DE SOUZA	297 – AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	09/09/2010	A	4	B	4
4	3945	LEIDIANE APARECIDA DOS SANTOS	297 – AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	07/01/2015	A	2	B	2
5	4387	PAULA ANDREIA VICENTINI	297 – AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	01/10/2019	A	1	B	1

VII – Categoria funcional: Médico Ginecologista/Obstetra 20 horas

			TABELA XV - SAÚDE		ATUAL		NOVO	
ORD	**Código**	**Nome**	**Cargo**	**Dt Admissão**	**Classe**	**Nível**	**Classe**	**Nível**
1	4361	ALANA DALLEGRAVE BARBOSA	402 - MEDICO GINICOLOGISTA/OBSTETRA 20 HS	25/03/2019	G	1	J	1

VIII – Categoria funcional: Médico Traumato Ortopedista

					ATUAL		NOVO	
					TABELA XIV - GERAL		TABELA XV - SAÚDE	
ORD	**Código**	**Nome**	**Cargo**	**Dt Admissão**	**Classe**	**Nível**	**Classe**	**Nível**
1	3408	MARCUS VINICIUS FARIA NUNES	259 - MEDICO TRAUMATO ORTOPEDISTA	03/11/2010	H	11	J	4

IX – Categoria funcional: Agente de Higienização Hospitalar

					ATUAL		NOVO	

					TABELA XIV - GERAL		TABELA XV - SAÚDE	
ORD	Código	Nome	Cargo	Dt Admissão	Classe	Nível	Classe	Nível
1	3943	ELISMARCIA FERREIRA MAIA	00400 - AGENTE DE HIGIENIZACAO HOSPITALAR	05/01/2015	A	2	A	2
2	4326	LEIDIANE CARDOSO LIMA PEREIRA	00400 - AGENTE DE HIGIENIZACAO HOSPITALAR	01/10/2018	A	1	A	1
3	3944	MAGNAN JULIA RODRIGUES SANTOS	00400 - AGENTE DE HIGIENIZACAO HOSPITALAR	05/01/2015	A	2	A	2

X – Categoria funcional: Assistente Social 40 horas

					ATUAL		NOVO	
					TABELA XV SAÚDE		TABELA XIV GERAL	
ORD	Código	Nome	Cargo	Dt Admissão	Classe	Nível	Classe	Nível
1	3420	CADIA ANGELA BERTI	306 - ASSISTENTE SOCIAL 40 HORAS	09/11/2010	E	4	G	4
2	4302	ISABEL HELENA FARIA	306 - ASSISTENTE SOCIAL 40 HORAS	05/06/2018	E	1	G	1
3	3684	IVANI AUXILIADORA VIERA CARVALHO	306 - ASSISTENTE SOCIAL 40 HORAS	03/07/2012	E	3	G	3

XI – Categoria funcional: Técnico de Enfermagem

					TABELA XV - SAÚDE			
ORD	Código	Nome	Cargo	Dt Admissão	Classe Anterior	Nível Anterior	Classe Nova	Nível Novo
1	3584	ANDREIA FERREIRA DA SILVA	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	02/04/2012	B	3	D	03
2	3393	ANTONIA SUELI NOBRE XIMENES	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	03/11/2010	B	4	D	04
3	3382	CAROLINE DE SOUSA MACHADO DUQUES	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	03/11/2010	B	4	D	04
4	3384	DEBORA BOTELHO DE PAULA	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	03/11/2010	B	4	D	04
5	3399	DIVINA NASCIMENTO DAS NEVES PRETO	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	03/11/2010	B	4	D	04
6	3524	ELIANY VARANDA CARVALHO	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	25/04/2011	B	4	D	04
7	4126	ELIZABETH CAMPOS RODRIGUES	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	12/07/2016	B	2	D	02
8	4189	IRANETE GUIMARAES ABREU DA SILVA	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	22/11/2017	B	1	D	01
9	3523	LEANDRA LIMA COELHO	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	25/04/2011	B	4	D	04
10	3640	LUCIENE PEDRO DA SILVA	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	01/06/2012	B	3	D	03
11	4125	MARIA APARECIDA DOS SANTOS XAVIER LOPES	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	18/07/2016	B	2	D	02
12	4114	MARIA DE LOURDES PEREIRA LIMA	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	01/06/2016	B	2	D	02
13	3386	MARIA LAZARA DE SOUZA E SILVA	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	03/11/2010	B	4	D	04
14	4119	MARINA SOARES DE OLIVEIRA ROTTA	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	17/06/2016	B	2	D	02
15	3525	NATALINA PEREIRA DA SILVA	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	25/04/2011	B	4	D	04
16	3533	NOELI JACINTA BAUMGRATZ THOME	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	08/09/2011	B	3	D	03
17	4330	ROSENILDA PEREIRA BRITO	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	02/01/2019	B	1	D	01
18	3637	WANDERLEY ALMEIDA DA PAIXAO	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	20/05/2012	B	3	D	03
19	4111	ZILVANY APARECIDA DE JESUS	00294 - TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	01/06/2016	B	2	D	02

XII – Categoria funcional: Auxiliar de Enfermagem

					TABELA XIV GERAL		TABELA XV - SAÚDE	
ORD	Código	Nome	Cargo	Dt Admissão	Classe Anterior	Nível Anterior	Classe Nova	Nível Novo
1	587	ADILMA ALVES LIMA	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	14/10/2002	B	10	D	6
2	35	GERALDA DE SOUZA E SILVA	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	21/08/1996	B	11	D	8
3	36	ILDA FRANCISCO CAMPOS DOS SANTOS	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	15/12/1994	B	10	D	9
4	37	IODETE TEODORO DA SILVA	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/06/1994	B	10	D	9
5	983	IRIA PEREIRA DOS SANTOS	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/11/2003	B	10	D	6
6	44	MARIA APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	21/03/1994	B	10	D	9
7	855	MARIA DE FATIMA NUNES LEAL E SILVA	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	07/11/2002	B	10	D	6

8	588	MARIANA MARTHA SILVA	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	12/04/2002	B	10	D	7
9	49	MARINA SILVA DOS SANTOS	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/03/1994	C	9	D	9
10	54	ONIVALDINA TOMAS DA COSTA	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	10/03/1994	B	10	D	9
11	583	ROSENILDES BARREIRA AMERICO	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/10/2002	B	10	D	6
12	55	SILMA FERREIRA BISPO	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/03/1994	C	9	D	9

XIII – Categorias funcionais: Técnicos de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem 30 horas.

CLASSE "B" - TABELA SAÚDE - 30 HORAS

ORD	Código	Nome	Cargo	Dt Admissão	Classe			
1	3727	ADRIEL ANDRE NUNES	00294 - TECNICO (A) DE ENFERMAGEM	04/02/2013	B			
2	3955	ADRIEL ANDRE NUNES	00294 - TECNICO (A) DE ENFERMAGEM	05/01/2015	B			
3	3400	ALINE FRANCA DA SILVA OLIVEIRA	00294 - TECNICO (A) DE ENFERMAGEM	03/11/2010	B			
4	4237	ALINE FRANCA DA SILVA OLIVEIRA	00294 - TECNICO (A) DE ENFERMAGEM	18/05/2018	B			
5	3390	ROSENY CAMPOS DA LUZ FONSECA	00294 - TECNICO (A) DE ENFERMAGEM	03/11/2010	B			
6	4113	ROSENY CAMPOS DA LUZ FONSECA	00294 - TECNICO (A) DE ENFERMAGEM	01/06/2016	B			
7	3805	SONIA MARIA FREITAS FERNANDES	00294 - TECNICO (A) DE ENFERMAGEM	01/04/2013	B			
8	4120	SONIA MARIA FREITAS FERNANDES	00294 - TECNICO (A) DE ENFERMAGEM	24/06/2016	B			
9	986	DELMEIRES PEREIRA BORGES	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/11/2003	B			
10	57	VALDENI VALVERDE VILAS BOAS	00065 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	05/03/1994	B			

DECRETO N.º 3.742, DE 9 DE ABRIL DE 2020
ANEXO – II

Lei Municipal 1.835/2014, alterada através da Lei Municipal 2.192/2020				
Nome	**Cargo**	**Dt Admissão**	**Classe**	**Nível**
328 - LUCINETE DA COSTA	PSICOLOGO(A) EDUCACIONAL	08/04/2002	B	7

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.779, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.779, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a servidora pública municipal **Doracy Wolff Furtado**, Professora, Matrícula Funcional 248, da Classe/Nível C/05 para a Classe/Nível C/06, período aquisitivo de 16/4/2017 a 15/4/2020, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.774, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.774, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Nilva de Jesus Nunes***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 742, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 11/4/2017 a 10/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.775, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.775, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Sandra Maria Honostório Pricinote***, Atendente, Matrícula Funcional 645, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 9/4/2017 a 8/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.761, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.761, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Eliany Varanda Carvalho***, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 3524, da Classe/Nível B/03 para a Classe/Nível B/04, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 25/4/2017 a 24/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.776, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.776, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Solange Cavalcante Barros***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 784, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo 3/4/2017 a 2/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.743, DE 17 DE ABRIL DE 2020

DECRETO N.º 3.743, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Altera dispositivos constantes no Decreto nº 3.735/2020 que dispõe sobre a adoção no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID -19), Institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO o *caput* do art. 37 da Constituição Federal, destacando o princípio em oportuno o Princípio expresso da eficiência, o mais moderno princípio da função administrativa, que em síntese, exige-se resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento as necessidades da comunidade e de seus membros de maneira a causar menos entraves possíveis;

CONSIDERANDO o Decreto do Município de Nova Xavantina n.º 3.725, de 17 de março de 2020, que *dispõe sobre a adoção no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), Institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus e dá outras providências*;

CONSIDERANDO o Decreto do Município de Nova Xavantina n.º 3.733, de 19 de março de 2020, que *altera dispositivos constantes no Decreto nº 3.725/2020 que dispõe sobre a adoção no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus e dá outras providências*;

CONSIDERANDO o Decreto do Município de Nova Xavantina n.º 3.734, de 23 de março de 2020, que *Altera dispositivos constantes no Decreto nº 3.725/2020 que dispõe sobre a adoção no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID -19), Institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus e dá outras providências*;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual de nº 432, de 31 de Março de 2020 que consolida, *estabelece e fixa critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso*;

CONSIDERANDO o Decreto do Município de Nova Xavantina n.º 3.735, de 30 de março de 2020, que *altera dispositivos constantes no Decreto nº 3.725/2020 que dispõe sobre a adoção no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Nova Xavantina, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus*

(COVID -19), institui o Comitê de Enfrentamento ao novo Coronavírus e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Súmula Vinculante 38 do Supremo Tribunal Federal que fixa a competência aos municípios de definirem o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual de nº 437, de 03 de Abril de 2020 que *cria o programa "Eu cuido de você e você cuida de mim" em todo o território de Mato Grosso, estimula a solidariedade entre as pessoas por meio do incentivo ao uso de máscaras, mesmo que artesanais, em especial a previsão contida no parágrafo único do art. 2º, o que trouxe mais segurança aos transeuntes e consumidores locais*;

CONSIDERANDO o Projeto de Lei de nº 303/2020, do Governo de Mato Grosso, **que obriga o uso de máscaras pela população como medida não farmacológica para evitar a disseminação do novo coronavírus**, enquanto perdurar o estado de calamidade pública no estado, que começou a tramitar em regime de urgência na sessão ordinária da Assembleia Legislativa a partir desta quarta-feira (15), o que trará mais segurança aos transeuntes e consumidores locais;

CONSIDERANDO a decisão, unânime, que foi proferida no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.341 em que o Supremo Tribunal Federal referendou, nesta quarta-feira (15/4), a liminar do ministro Marco Aurélio para explicitar a competência de estados e municípios de tomar medidas com o objetivo de conter a pandemia do coronavírus com base na proporcionalidade e considerando as competências dos gestores de cada ente federativo e as especificidades locais;

CONSIDERANDO a Lei 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020 que *dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em especial o seu art. 3º, parágrafo 1º*;

CONSIDERANDO o Decreto Federal de nº 10.282 de 20 de Março de 2020 que *regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, em especial o inciso XXXIX do art. 3°*;

CONSIDERANDO o reduzido número de casos até agora detectados em todo o Vale do Araguaia, 01 (um) confirmado no município de Canarana, nenhum em Nova Xavantina e o monitoramento contínuo de pessoas com sintomas leves, inclusive com a determinação por equipe médica de seu isolamento, de modo preventivo, mas que ao final após a realização de testes resultaram em negativo para o COVID-19;

CONSIDERANDO os reduzidos números de casos e diante da necessidade e do apelo dos setores, comercial, empresarial e industrial, e de se resguardar as vagas de trabalho e renda da população, comprometendo-se estes a tomar os devidos cuidados previstos neste Decreto, sob pena de responsabilização;

CONSIDERANDO as instruções regulamentares confeccionadas pela ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) e ACAD (Associação das Academias do Brasil) para garantir o funcionamento seguro no contexto do COVID-19;

CONSIDERANDO que o município de Nova Xavantina segue estritamente as regras definidas pelo Ministério da Saúde através da Organização Mundial da Saúde – OMS divulgadas no Boletim 07/2020 que estabelece regras de distanciamento social e isolamento, bem como, já estabeleceu e firmou políticas céleres e eficazes através da Secretaria Municipal de Saúde, adaptando o modo de trabalho e direcionando profissionais da saúde e da vigilância sanitária à concretização de políticas preventivas, educativas e coercitivas; **Decreta:**

Art. 1º O inciso XI do art. 4º do Decreto nº 3.725, de 17 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.....
.....

"XI – **permitir o funcionamento**:

a) dos estabelecimentos comerciais, abaixo discriminados, constante do Anexo I deste decreto, sob pena de o descumprimento ensejar a imediata interdição e/ou cassação do alvará de funcionamento, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e **criminais** previstas em lei:

a.1) Simplificação das exigências para os estabelecimentos que estão PERMITIDOS o seu funcionamento, observadas as medidas preventivas de segurança e combate à proliferação do coronavírus (vide alínea a.2).

1 - supermercados de pequeno, médio e grande porte;

2 - lojas de roupas, sapatos, cosméticos, cama, mesa e banho;

3 - atacadistas, pequeno varejo do ramo alimentício;

4 - padarias

5 - açougues, peixarias;

6 - distribuidoras de gás de cozinha;

7 - hospitais, clínicas, laboratórios, serviços odontológicos, serviços de assistência à saúde humana e de animais;

8 - farmácias e drogarias;

9 - comércio e serviços veterinários/agropecuários, clínicas veterinárias;

10 - atividades de segurança pública e privada;

11 - auto peças em geral, materiais elétricos;

12 - materiais de construção;

13 - comercialização de combustíveis e de derivados, inclusive postos de combustíveis;

14 - prestadores de serviços de manutenção de ar condicionado, rede elétrica;

15 - abastecimento de água;

16 - distribuidoras de bebidas;

17 - serviços de lavagem de veículos;

18 - oficinas mecânicas em geral, borracharias;

19 - telecomunicação e internet;

20 - comércio de compra e revenda de veículos;

21 - comercialização através de leilão de venda e compra de animais;

22 - atividades acessórias de suporte e de disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relacionadas às atividades e aos serviços;

23 - serviços de taxi e moto-taxi, devendo o condutor do veículo fornecer álcool em gel ao passageiro para higienização, bem como a cada corrida, deverá, obrigatoriamente ser higienizado bancos do veículos, maçanetas, suportes de mãos das motocicletas e higienização do capacete, sob pena das sanções legais previstas em lei;

24 - Restaurantes, lanchonetes, espetinhos, "*pit dogs*", bares, sorveterias, conveniências e similares, deverão cumprir obrigatoriamente as seguintes recomendações estabelecidas pela ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes):

24.1) afixação de fitas no solo com a demarcação da mesa e cadeira em caráter permanente, respeitando sempre o número máximo de 2 (duas) pessoas por mesa e o distanciamento de 1,5 (um vírgula cinco) metros de uma mesa para outra; 24.2) Os funcionários deverão obrigatoriamente utilizar máscaras, e o estabelecimento deverá fornecer um refil pequeno de álcool ou em gel 70% para uso do cliente; 24.3) No caso dos estabelecimentos alimentícios citados **fica condicionada à modalidade*self-service*, devendo haver um funcionário designado para a retirada dos alimentos escolhidos pelo cliente**, ficando também proibido a utilização de saleiros, recipientes de pimenta, paliteiros, salvo aqueles em sachê individuais e separados que deverão ser fornecidos somente à pedido do

cliente e na quantidade necessária para o uso, evitando assim o uso por mais de uma pessoa; 24.4) No caso, em específico destes estabelecimentos fica permitido o não uso de máscaras **somente** para o consumo dos alimentos e bebidas, **vedado aglomeração de pessoas "de pé",** devendo os clientes logo ao entrar ao recinto assentar no lugar reservado e, 24.5) deverão os funcionários ter atenção especial com o recolhimento dos pratos e talheres usados/ sujos, devendo sempre usar uma bandeja específica para transportar os utensílios sujos e uma devidamente higienizada para servir o cliente.

25 - **As academias e congêneres,** devendo cumprir obrigatoriamente as seguintes recomendações**:**

25.1) poderão funcionar desde que observadas a lotação máxima de 30% (trinta por cento) de sua capacidade, priorizando pelo sistema de rodízio entre seus alunos, limitando preferencialmente o número máximo de 03 (três) aulas semanais por cliente;

25.2) disponibilizar recipientes com álcool em gel a 70% para uso por clientes e colaboradores em todas as áreas da academia (recepção, musculação, peso livre, salas de coletivas, piscina, vestiários, *kids room*, etc);

25.3) durante o horário de funcionamento da academia, fechar cada área de 1 a 2 vezes ao dia por, pelo menos 30 minutos, para limpeza geral e desinfecção dos ambientes;

25.4) posicionar kits de limpeza em pontos estratégicos das áreas de musculação e peso livre, contendo toalhas de papel e produto específico de higienização para que os clientes possam usar nos equipamentos de treino, como colchonetes, halteres e máquinas;

25.5) no mesmo local, deve haver orientação para descarte imediato das toalhas de papel;

25.6) máscaras (por recepcionistas, professores, equipe de limpeza e gerentes);

25.7) luvas (por recepcionistas, professores e equipe de limpeza) e,

25.8) aulas coletivas, deverão respeitar o número máximo de 4 (quatro) pessoas/alunos, espaçadas uma das outras 2 (dois) metros no mínimo, e realizadas preferencialmente em local aberto e com maior circulação de ar no estabelecimento;

26 - Realização de comunhão religiosa:

26.1) permitido o funcionamento da modalidade células respeitadas as medidas preventivas preferencialmente sem a participação de pessoas diabéticos, hipertensos, com histórico de problemas respiratórios, lactantes e/ou enquadrados por recomendações médicas, em grupo de risco que estão susceptíveis ao contágio com o novo coronavírus, sendo o responsável o pastor e/ou padre presidente.

a.2) Medidas preventivas que deverão ser adotadas/tomadas, inerentes aos estabelecimentos de que trata o *caput* da alínea a.1 deste decreto: 1) disponibilizar na entrada do estabelecimento ou em locais estratégicos de fácil acesso, álcool em gel na concentração de 70% para higienização das mãos de clientes e funcionários; 2) higienizar com frequência: corrimão, maçaneta, carrinhos, cestas, mesas, bancadas e demais superfícies, com álcool 70% ou solução de água sanitária; 3) higienizar banheiros e pisos a cada 03 horas com água sanitária (piso, parede e louças, etc.); 4) manter janelas e portas abertas garantindo a circulação do ar, manter aparelhos de ar condicionado e/ou similares com filtros limpos e higienizados; 5) evitar aglomerações em qualquer espaço (interno ou externo), no caso farmácias, distribuidoras de gás, supermercados e congêneres, em horário de maior movimentação/circulação deverá, obrigatoriamente ser destinado um funcionário exclusivamente para o controle da fila e da distância mínima de 2 (dois) metros entre pessoas, afixando no solo fitas ou sinalizações com os devidos lugares de espera; 6) organizar o atendimento interno de forma a não formar filas e limitado a 1 (uma) pessoa por atendente, manter distância mínima de 2 (dois) metros entre as pessoas (filas de caixas, açougue, padaria interna do estabelecimento, etc), afixando no solo fitas ou sinalizações com os devidos lugares de espera e, 7) no caso específico dos supermercados de grande porte instalado neste município, enquadrando nestes, aqueles com mais de 12 (doze) funcionários e área construída superior a 350 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados) o limite máximo de pessoas em seu interior incluindo os funcionários será de até 45 (quarenta e cinco) pessoas.

b) **Estabelecimentos e/ou atividades PROIBIDAS:**

1 - as aulas em todas instituições de ensino sediadas no município continuarão suspensas até 30/4/2020;

2 - casas noturnas, boates e similares;

3 - a realização de quaisquer tipos de shows artísticos e/ou eventos artísticos/comemorativos, públicos ou privados, como aniversários e festas, atividades de esporte coletivo (incluindo carteado/jogos de azar) seja em praça pública ou em local privado;

4 - funcionamento de portos/embarcadores;

5 - acesso às praias;

6 - feira livre.

§ 1º recomenda-se que dentro do possível, que os estabelecimentos operem/continuem dando preferência à modalidade *delivery* ou *drive thru* e que seja operado obrigatoriamente através de transferência bancária.

§ 2º determinar que os munícipes ao exercer quaisquer das atividades comerciais enquanto consumidor, conforme conceituado pelo Código de Defesa do Consumidor Brasileiro, se dirijam para os estabelecimentos de comércio de preferência sozinhos, **não levando em hipótese alguma, pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico e gestantes e lactantes.**

§ 3º os estabelecimentos que não possuírem renovadores de ar, deverão manter todas as suas janelas abertas para maximizar a circulação do ar, evitando ao máximo deixar o ambiente fechado, bem como portas e similares, observando sempre as normas de segurança a depender da atividade desempenhada.

.....
.....

Art. 2º Revogar em todos os seus termos o inciso XXXII do art. 2º Decreto n.º 3.740/2020, retornando, a partir de 22 de abril de 2020 (quarta-feira) os horários de atendimento ao público e funcionamento da Administração Municipal, conforme estabelecido no Decreto n.º 3.625/2018 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Revogar em todos os seus termos o inciso IX do art. 4º Decreto n.º 3.725/2020, **retornando a programação normal a realização de cirurgias eletivas junto ao Hospital Municipal**.

Art. 4° O descumprimento das determinações deste Decreto ensejará no caso de estabelecimento comercial, **a imediata interdição** pela autoridade fiscal e/ou sanitária competente, bem como, poderá o responsável responder criminalmente pelo crime previsto no art. 268 Código Penal, em oportuno é importante frisar a previsão contida no art. 301 do referido Código que garante ao cidadão xavantinense de bem algumas prerrogativas;

"Art. 268. Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa. (...)

Art**. 301. **Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito." (Grifos nosso)

Art. 5º Integram o presente Decreto, os seguintes anexos:

I - ANEXO I – Simplificação das exigências para os estabelecimentos que estão PERMITIDOS o seu funcionamento, observadas as medidas preventivas de segurança e combate à proliferação do coronavírus;

II - Anexo II – Estabelecimentos e/ou atividades PROIBIDAS;

IV -Anexo III – Lacres de Interdição de Estabelecimentos.

Art. 6º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 17 de Abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva- Cebola

Prefeito Municipal

Celso Anselmo Bicudo Paula Souza Júnior

Procurador Geral do Município

DECRETO N.º 3.743, DE 17 DE ABRIL DE 2020

ANEXO I

Simplificação das exigências para os estabelecimentos que estão PERMITIDOS o seu funcionamento, observadas as medidas preventivas de segurança e combate à proliferação do coronavírus.

I - Atividades:

1 - supermercados de pequeno, médio e grande porte;

2 - lojas de roupas, sapatos, cosméticos, cama, mesa e banho;

3 - atacadistas, pequeno varejo do ramo alimentício;

4 - padarias

5 - açougues, peixarias;

6 - distribuidoras de gás de cozinha;

7 - hospitais, clínicas, laboratórios, serviços odontológicos, serviços de assistência à saúde humana e de animais;

8 - farmácias e drogarias;

9 - comércio e serviços veterinários/agropecuários, clínicas veterinárias;

10 - atividades de segurança pública e privada;

11 - auto peças em geral, materiais elétricos;

12 - materiais de construção;

13 - comercialização de combustíveis e de derivados, inclusive postos de combustíveis;

14 - prestadores de serviços de manutenção de ar condicionado, rede elétrica;

15 - abastecimento de água;

16 - distribuidoras de bebidas;

17 - serviços de lavagem de veículos;

18 - oficinas mecânicas em geral, borracharias;

19 - telecomunicação e internet;

20 - comércio de compra e revenda de veículos;

21 - comercialização através de leilão de venda e compra de animais;

22 - atividades acessórias de suporte e de disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relacionadas às atividades e aos serviços;

23 - serviços de taxi e moto-taxi, devendo o condutor do veículo fornecer álcool em gel ao passageiro para higienização, bem como a cada corrida, deverá, obrigatoriamente ser higienizado bancos do veículos, maçanetas, suportes de mãos das motocicletas e higienização do capacete, sob pena das sanções legais previstas em lei;

24 - Restaurantes, lanchonetes, espetinhos, "*pit dogs"*, bares, sorveterias, conveniências e similares, deverão cumprir obrigatoriamente as seguintes recomendações estabelecidas pela ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes):

24.1) afixação de fitas no solo com a demarcação da mesa e cadeira em caráter permanente, respeitando sempre o número máximo de 2 (duas) pessoas por mesa e o distanciamento de 1,5 (um vírgula cinco) metros de uma mesa para outra; 24.3) Os funcionários deverão obrigatoriamente utilizar máscaras, e o estabelecimento deverá fornecer um refil pequeno de álcool ou em gel 70% para uso do cliente; 24.4) No caso dos estabelecimentos alimentícios citados **ficam condicionada à modalidade*self-service*,** devendo haver um funcionário designado para a retirada dos alimentos escolhidos pelo cliente, ficando também proibido a utilização de saleiros, recipientes de pimenta, paliteiros, salvo aqueles em sachê individuais e separados que deverão ser fornecidos somente à pedido do cliente e na quantidade necessária para o uso, evitando assim o uso por mais de uma pessoa; 24.5) No caso, em específico destes estabelecimentos fica permitido o não uso de máscaras **somente** para o consumo dos alimentos e bebidas, **vedado aglomeração de pessoas "de pé",** devendo os clientes logo ao entrar ao recinto assentar no lugar reservado e, 24.6) deverão os funcionários ter atenção especial com o recolhimento dos pratos e talheres usados/ sujos, devendo sempre usar uma bandeja específica para transportar os utensílios sujos e uma devidamente higienizada para servir o cliente.

25 - As **academias e congêneres**,devendo cumprir obrigatoriamente as seguintes recomendações**:**

25.1) poderão funcionar desde que observadas a lotação máxima de 30% (trinta por cento) de sua capacidade, priorizando pelo sistema de rodízio entre seus alunos, limitando preferencialmente o número máximo de 03 (três) aulas semanais por cliente;

25.2) disponibilizar recipientes com álcool em gel a 70% para uso por clientes e colaboradores em todas as áreas da academia (recepção, musculação, peso livre, salas de coletivas, piscina, vestiários, *kids room*, etc);

25.3) durante o horário de funcionamento da academia, fechar cada área de 1 a 2 vezes ao dia por, pelo menos 30 minutos, para limpeza geral e desinfecção dos ambientes;

25.4) posicionar kits de limpeza em pontos estratégicos das áreas de musculação e peso livre, contendo toalhas de papel e produto específico de higienização para que os clientes possam usar nos equipamentos de treino, como colchonetes, halteres e máquinas;

25.5) no mesmo local, deve haver orientação para descarte imediato das toalhas de papel;

25.6) máscaras (por recepcionistas, professores, equipe de limpeza e gerentes);

25.7) luvas (por recepcionistas, professores e equipe de limpeza) e,

25.8) aulas coletivas, deverão respeitar o número máximo de 4 (quatro) pessoas/alunos, espaçadas uma das outras 2 (dois) metros no mínimo, e realizadas preferencialmente em local aberto e com maior circulação de ar no estabelecimento;

26 - **Realização de comunhão religiosa**:

26.1) permitido o funcionamento da modalidade células respeitadas as medidas preventivas preferencialmente sem a participação de pessoas diabéticos, hipertensos, com histórico de problemas respiratórios, lactantes e/ou enquadrados por recomendações médicas, em grupo de risco que estão susceptíveis ao contágio com o novo coronavírus, sendo o responsável o pastor e/ou padre presidente.

II - Medidas preventivas que deverão ser adotadas/tomadas, inerentes aos estabelecimentos de que trata o *caput* do inciso I deste Anexo: 1) disponibilizar na entrada do estabelecimento ou em locais estratégi-

cos de fácil acesso, álcool em gel na concentração de 70% para higienização das mãos de clientes e funcionários; 2) higienizar com frequência: corrimão, maçaneta, carrinhos, cestas, mesas, bancadas e demais superfícies, com álcool 70% ou solução de água sanitária; 3) higienizar banheiros e pisos a cada 03 horas com água sanitária (piso, parede e louças, etc.); 4) manter janelas e portas abertas garantindo a circulação do ar, manter aparelhos de ar condicionado e/ou similares com filtros limpos e higienizados; 5) evitar aglomerações em qualquer espaço (interno ou externo), no caso farmácias, distribuidoras de gás, supermercados e congêneres, em horário de maior movimentação/circulação deverá, obrigatoriamente ser destinado um funcionário exclusivamente para o controle da fila e da distância mínima de 2 (dois) metros entre pessoas, afixando no solo fitas ou sinalizações com os devidos lugares de espera; 6) organizar o atendimento interno de forma a não formar filas e limitado a 1 (uma) pessoa por atendente, manter distância mínima de 2 (dois) metros entre as pessoas (filas de caixas, açougue, padaria interna do estabelecimento, etc), afixando no solo fitas ou sinalizações com os devidos lugares de espera e, 7) no caso específico dos supermercados de grande porte instalado neste município, enquadrando nestes, aqueles com mais de 12 (doze) funcionários e área construída superior a 350 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados) o limite máximo de pessoas em seu interior incluindo os funcionários será de até 45 (quarenta e cinco) pessoas.

DECRETO N.º 3.743, DE 17 DE ABRIL DE 2020

ANEXO II

Estabelecimentos e/ou atividades PROIBIDAS:

1 - as aulas em todas instituições de ensino sediadas no município continuarão suspensas até 30/4/2020;

2 - casas noturnas, boates e similares;

3 - a realização de quaisquer tipos de shows artísticos e/ou eventos artísticos/comemorativos, públicos ou privados, como aniversários e festas, atividades de esporte coletivo (incluindo carteado/jogos de azar) seja em praça pública ou em local privado;

4 - funcionamento de portos/embarcadores;

5 - acesso às praias;

6 - feira livre.

DECRETO N.º 3.743, DE 17 DE ABRIL DE 2020

ANEXO III

Lacres de Interdição de Estabelecimentos.

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.760, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.760, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Edirene Alves de Lima***, Atendente, Matrícula Funcional 757, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 17/4/2017 a 14/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.759, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.759, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Danuza Prisyla de Sousa***, Biomédica, Matrícula Funcional 3522, da Classe/Nível F/03 para a Classe/Nível F/04, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 26/4/2017 a 25/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.758, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.758, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Daniela Benassi Carretta***, Odontóloga, Matrícula Funcional 691, da Classe/Nível G/06 para a Classe/Nível G/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 16/4/2017 a 15/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.744, DE 22 DE ABRIL DE 2020

DECRETO N.º 3.744, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Aprova o desmembramento de uma área de terras, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando o disposto na **Certidão 024/2.020 – favorável ao desmembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9

- Considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79; **Decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o **desmembramento de 02 (duas) áreas urbana** correspondentes a uma área que se encontra Matriculada sob n.º 19.512 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Gustavo Wilker Pazetto**, brasileiro, solteiro, portador do CI/RG n.º 1606223-0-SEJSP-MT, inscrito no CPF sob o n.º 001.743.401-76, corretor de imóveis, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Sertãozinho, 472, bairro Novo horizonte, que passam a ser assim descritas e caracterizadas:

I – lote desmembramento/remanescente: 01 (um) lote urbano, com área de 407,335m², denominado de **Lote 42 da Quadra 3-V**, nesta cidade, de **Gustavo Wilker Pazetto**, já qualificado no caput deste artigo, , com os seguintes limites e confrontações: frente para a Avenida Araés, medindo 12,50 metros, lado direito para os lotes 37 e 39-A, medindo 28,00 metros, lado esquerdo para o lote 42-A, medindo 37,00 metros e fundos para o lote 38, medindo 12,50 metros;

II – lote desmembramento: 01 (um) lote urbano, com área de 407,335m², denominado de **Lote 42-A da Quadra 3-V**, nesta cidade, de **Stênio Ferreira Spanhol**, portador do CI/RG n.º 25409840-SEJUSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 052.022.981-96, residente e domiciliado em Nova Xavantina – MT, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Aracaju, medindo 37,00 metros, lado direito para a Avenida Araés, medindo 12,50 metros, lado esquerdo para o lote 38, medindo 12,50 metros e fundos para o lote 42, medindo 28,00 metros.

Parágrafo único. Integram o presente Decreto: ART 1220200032592, memoriais descritivos e mapas, da lavra de Rosanha Klaus – CREA MT 042962.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do desmembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Divisão de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.757, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.757, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Carolina Vieira de Lima***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 294, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 15/4/2017 a 14/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.756, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.756, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Arabela Andressa Causi Jung***, Professora, Matrícula Funcional 805, da Classe/Nível C/06 para a Classe/Nível C/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo 16/4/2017 a 15/4//2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.755, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.755, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Adelmo Ferreira Barros***, Médico Generalista 40 horas,

Matrícula Funcional 221, da Classe/Nível G/06 para a Classe/Nível G/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 5/4/2017 a 4/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.745, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.745, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o servidor público municipal **Lindomar Ramos Campos**, Professor, Matrícula Funcional 267, da Classe/Nível C/06 para a Classe/Nível C/07, período aquisitivo de 8/4/2017 a 7/4/2020, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.746, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.746, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o(a) servidor(a) público(a) municipal **Ana Célia Moreira da Silva Sales**, Professora, Matrícula Funcional 804, da Classe/Nível C/06 para a Classe/Nível C/07, período aquisitivo de 16/4/2017 a 15/4/2020, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.777, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.777, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede **Adicional por Tempo de Serviço** a(o) servidor(a) pública(a) municipal ***Valdivino Fernandes de Almeida***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 793, da Classe/Nível A/06 para a Classe/Nível A/07, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo 16/4/2017 a 15/4/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.754, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.754, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a servidora pública municipal **Doracy Wolff Furtado**, Professora, Matrícula Funcional 248, da Classe/Nível C/04 para a Classe/Nível C/05, período aquisitivo de 16/4/2014 a 15/4/2017, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.752, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DECRETO N.º 3.752, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** o(a) servidor(a) público(a) municipal **Viviam Vivas Lins**, Professora, Matrícula Funcional 3892, da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, período aquisitivo de 4/4/2017 a 3/4/2020, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 349/2020

PORTARIA N.º 349/2020

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 8 de abril de 2020, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Daniela Benassi Carretta**, Odontóloga, Matrícula Funcional 691, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido de 7/4/2020 a 21/4/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 350/2020.

PORTARIA N.º 350/2020.

Dispõe sobre readaptação de servido(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com disposto nos arts. 215 e 216 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com *Laudo de Inspeção de Saúde* de lavrado em 8 de abril de 2020, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir readaptação de função** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Sandra Maria Honostório Pricinote**, Atendente, Matrícula Funcional 645, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 7/4/2020 a 5/8/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 351/2020

PORTARIA N.º 351/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **José Altamiro da Silva**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 309, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 4/4/2019 a 3/4/2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 7/4/2020 a 6/5/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 352/2020

PORTARIA N.º 352/2020

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que

dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Wilson José Moura**, Motorista, Matrícula Funcional 4321, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 1/10/2018 a 30/9/2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 4/5/2020 a 2/6/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 353/2020

PORTARIA N.º 353/2020

Dispõe sobre a exoneração de Zenia Gonçalves Barros, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências* e suas alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Exonerar ***Zenia Gonçalves Barros***, portadora do CI/RG n.º 12260690-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 886.789.971-68, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 3661, da função gratificada de *Chefe da Divisão de Vigilância em Saúde – GF-15*, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.267/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 354/2020

PORTARIA N.º 354/2020

Dispõe sobre a nomeação de Aluísio Bairros, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e alterações posteriores; **resolve**:

Art. 1º Nomear o servidor público municipal efetivo ***Aluísio Bairros***, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 716, para exercer a função gratificada de Secretário Municipal de Infraestrutura, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 6 de abril de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 355/2020

PORTARIA N.º 355/2020

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 249/2020 que dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Portaria n.º 249/2020 que "*concede 15 (quinze) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal* ***Sandra Maria Honostório Pricinote****, Atendente, Matrícula Funcional 645, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 10/4/2019 a 9/4/2020*" passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 22/4/2020 a 6/5/2020."

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de abril de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 099/2020

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor: Sr. **JEREDE DE ARAÚJO**, brasileiro, maior, portador do RG: nº 1558000-8 SSP/MT e do CPF:nº 001.613.211-43, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** no cargo efetivo de **ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO,** referente ao período aquisitivo de **2018/2019**, a partir de 23/04/2020 a 22/05/2020, com retorno no dia 25/05/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 23 de Abril de 2020.

JOSE NILTON DE BRITO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 135-2020 - COMISSÃO DEPRECIAÇÃO DO PATRIMÔNIO

PORTARIA Nº. 135/2020.

De 08 de abril de 2020.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Depreciação dos Bens Patrimoniais para o exercício de 2020, e dá outras providencias".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

R e s o l v e:

Art. 1º - **Constituir a Comissão Permanente de Depreciação de Bens Patrimoniais**, da Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, cuja finalidade é de promover as depreciações dos bens patrimoniais pertencente à Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A Comissão Permanente será composta pelos seguintes membros:

Presidente: **Mirian Francelino da Silva**

Secretária: **Maria de Fátima Dias dos Santos**

Membro: **Samantha Luiza de Freitas**

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data da publicação e afixação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 340/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo MT, em 08/04/2020.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 137-2020 - NOMEAÇÃO LEILOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº. 137/2020.

De 08 de abril de 2020.

"Dispõe sobre a nomeação de Leiloeiro Oficial do Município de Novo Mundo/MT, e dá outras providencias".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

Resolve:

Art. 1º - **NOMEAR e AUTORIZAR,** a Senhora **LUCIANA DA SILVA BETARELO,** portadora da Cédula de Identidade RG N° 1927631-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob o N° 040.390.361-07, como **LEILOEIRA OFICIAL DA PREFEITURA DE NOVO MUNDO – MT,** para conduzir o certame do Leilão Público.

Art. 2º - A Leiloeira deverá realizar o leilão com estrita observância da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e também o Edital do Certame.

Art. 3º - A Comissão de Licitação vigente, será a comissão processante responsável pelo presente leilão, e a Comissão Permanente de Avaliação e Reavaliação de Bens Patrimoniais da Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT, nomeada pela Portaria nº 134/2020, será a responsável pela relação e avaliação dos bens a serem leiloados.

Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial n.º 317/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo, em 08/04/2020.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 041-2020 - CALAMIDADE PÚBLICA

DECRETO Nº. 041/2020.

De 23 de abril de 2020.

"Declara estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Municipal de Novo Mundo, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19)."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº. 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19);

Considerando, a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada na infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19), anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

Considerando, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19), declarado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº. 454, de 20 de março de 2020;

Considerando, os termos do Decreto Legislativo n°. 6, de 2020 do Congresso Nacional que reconhece, para os fins do Art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº. 93, de 18 de março de 2020;

Considerando, o disposto no Decreto Estadual nº. 420, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência no Estado de Mato Grosso, decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/ epidemias e tipo doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.1.0);

Considerando, o disposto no Decreto Estadual nº. 424, de 25 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Estadual, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);

Considerando, os termos da decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Alexandre de Moraes, nos autos da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n°. 6.357 Distrito Federal, *in verbis:*

"(...). Diante do exposto, CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR na presente ação direta de inconstitucionalidade, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, com base no art. 21, V, do RISTF, para CONCEDER INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 114, *caput, in fine* e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados

ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19.

Ressalto que, a presente MEDIDA CAUTELAR se aplica a todos os entes federativos que, nos termos constitucionais e legais, tenham decretado estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19. (...)".

Considerando, a significativa diminuição das receitas as que estarão adstritas aos municípios no corrente ano, por conta da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto n.º 33/2020 que instaurou Estado de Emergência nas áreas do município de Novo Mundo, afetadas por tempestades local/ convectiva – chuvas intensas cobrade – 1.3.2.1.4 – in/02/2016, transbordamento de rios e queda de bueiros e de pequenas pontes.

DECRETA:

Art. 1º Fica *DECRETADO* estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Municipal de Novo Mundo/MT, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), inclusive para os fins prescritos no Art. 65 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. A situação de calamidade de que trata o *caput* vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada em caso de necessidade devidamente justificada.

Art. 2º. As autoridades competentes, sob a coordenação do Prefeito, ficam autorizadas a adotar as medidas necessárias à prevenção e ao combate à situação tratada no Art. 1º.

Parágrafo único. as autoridades competentes editarão os atos normativos necessários à regulamentação e execução dos atos administrativos em razão do estado de calamidade pública decretado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, em 23 de abril de 2020.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 134-2020 - COMISSÃO AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS

PORTARIA Nº. 134/2020.

De 08 de abril de 2020.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Avaliação e Reavaliação dos Bens Patrimoniais para o exercício de 2020, e dá outras providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

R e s o l v e:

Art. 1º - **Constituir a Comissão Permanente de Avaliação e Reavaliação de Bens Patrimoniais**, da Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, cuja finalidade é avaliar e reavaliar os bens patrimoniais pertencente à Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A Comissão Permanente será composta pelos seguintes membros:

Presidente: **Maria de Fátima Dias dos Santos**

Secretária: **Anderson de Matos Marques**

Membro: **Samantha Luiza de Freitas**

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data da publicação e afixação, revogada as disposições em contrário, em especial a portaria n.º 339/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo MT, em 08/04/2020.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 136-2020 - COMISSÃO BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS

PORTARIA Nº. 136/2020.

De 08 de abril de 2020.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais para o exercício de 2020, e dá outras providencias".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

Resolve:

Art. 1º - **Constituir Comissão Permanente Baixa de Bens Patrimoniais**, da Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, cuja finalidade é de promover as Baixas dos Bens Patrimoniais inservíveis, pertencentes à Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A Comissão Permanente será composta pelos seguintes membros:

Presidente: **Mirian Francelino da Silva**

Secretária: **Samantha Luiza de Freitas**

Membro: **Maria de Fátima Dias dos Santos**

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data da publicação e afixação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 341/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo, em 08/04/2020.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

DECRETO Nº 19/2020 DE 23 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA E COMPLEMENTA AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 09/2020 DE 18/03/2020 COM MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adão Soares Nogueira, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos a saúde pública, a fim de evitar a disseminação do COVID-19;

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Novo Santo Antônio/MT.

Art. 2º - Fica autorizado o funcionamento aos Domingos do comércio de atividades privadas essenciais com horário de abertura até as 12h00min nos seguintes segmentos:

I – Farmácias e Drogarias;

II – Supermercados e Mercados;

III – Açougues;

IV – Panificadoras e Padarias;

V – Postos de venda de Combustíveis;

VI – Estabelecimentos de vendas de Gás de Cozinha.

Art. 3º - Fica autorizado o funcionamento normalmente aos Domingos do comércio de atividades privadas dos segmentos de Bares, Restaurantes e Similares, Lanchonetes e Sorveterias, na forma de ***Delivery*** (entrega).

Art. 4º - Os estabelecimentos comerciais, descritos nos artigos 2º e 3º que deverão adotar todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do coronavírus, de acordo com as normas sanitárias vigentes; Fornecer a seus colaboradores EPIS de prevenção, tais como: Luvas, Mascaras, Álcool (em gel e/ou 70%); promover controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, conforme parâmetros definidos em ato normativo do órgão de vigilância sanitária, ou seja no máximo 02 (duas) pessoas por vez.

Art. 5º – Em caso de descumprimento das normas sanitárias e consumeristas mencionadas neste decreto, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pela pessoa jurídica fiscalizada e/ou por seus representantes legais.

Art. 6º – O descumprimento das regras deste decreto ensejará aplicação de penalidades administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória, pelos órgãos sanitários e perda do alvará de funcionamento.

Art. 7º – A Polícia Militar deverá apoiar os órgãos sanitários do município para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis, conforme disposto no Decreto Estadual nº 419/2020 de 19 de março de 2020, do Estado de Mato Grosso.

Art. 8º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogado até que seja normalizado a situação epidemiológica em nosso país.

Gabinete do Prefeito, 23 de Abril de 2020.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 21/2020 DE 24 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA E COMPLEMENTAM AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 09/2020 DE 18/03/2020 COM MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adão Soares Nogueira, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a necessidade de ratificar o Decreto Estadual nº 462/2020 de 22 de Abril de 2020 do Estado de Mato Grosso que Atualiza os critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica consolidada a medidas temporárias restritivas no âmbito do município de Novo Santo Antônio consolidando determinações contidas no Decreto Estadual nº 462/2020 de 22 de Abril de 2.020, alinhando ao Paragrafo 1º do Artigo 2º:

§ 1º Para realização de atividades de cunho religioso, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 2º deste Decreto, ficam recomendadas as seguintes medidas:

I - disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

III - controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI - suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se imediatamente em todo o território do município de Novo Santo Antônio.

Gabinete do Prefeito, 24 de Abril de 2020.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 18/2020 DE 22 DE ABRIL DE 2020

ESTABELECE O VALOR DA TERRA NUA POR HECTARE DO IMÓVEL RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, PARA FINS DE COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR.

ADÃO SOARES NOGUEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais vigentes, e

CONSIDERANDO, em atendimento ao artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1562, de 29 de abril de 2015, que o Município deverá informar os Valores da Terra Nua por hectare (VTN/ha), para fins de apuração do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR);

CONSIDERANDO, o Convênio celebrado com a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e o município de Novo santo Antônio, para a delegação de competência para o exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); **CONSIDERANDO,** também, a necessidade de se estabelecer e atualizar os valores da terra nua,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o valor mínimo para a terra nua por hectare do imóvel rural, para fins de declaração e fiscalização do Imposto Territorial Rural - ITR, no Município de Novo Santo Antônio, conforme as características da área rural, nos seguintes parâmetros:

TIPO DE TERRA	VALOR R$
LAVOURA APTIDÃO BOA	R$ 6.797,94
LAVOURA APTIDÃO REGULAR	R$ 5.075,90
LAVOURA APTIDÃO RESTRITA	R$ 3.383,86
PASTAGEM PLANTADA	R$ 2.819,92
SILVICULTURA OU PASTAGEM NATURAL	R$ 2.114,78
PRESERVAÇÃO DE FAUNA OU FLORA	R$ 1.213,27

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Terra Nua: o imóvel por natureza ou acessão natural, compreendendo o solo com sua superfície e a respectiva mata, floresta e pastagem nativa ou qualquer outra forma de vegetação natural;

II - Aptidão agrícola: classificação que busca refletir as potencialidades e restrições para o uso da terra e as possibilidades de redução dessas limitações em razão de manejo e melhoramento técnico, de forma a garantir a melhor produtividade e a conservação dos recursos agroecológicos;

III - Lavoura - aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;

IV - Lavoura - aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;

V - Lavoura - aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;

VI - Pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;

VII - Silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;

VIII - Preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários;

IX - Transações: negociações onerosas de bem no mercado imobiliário, como, por exemplo, compra e venda ou permuta;

X - Ofertas: colocação de bens para venda ou outra negociação onerosa no mercado imobiliário;

XI - Opiniões: informações de especialistas, intervenientes, agentes financeiros, técnicos, tabeliães, registradores, autoridades públicas, corretores imobiliários ou quaisquer pessoas que transacionem no mercado imobiliário.

Art. 3º - Os valores de avaliação do Valor da Terra Nua - VTN serão monetariamente atualizados anualmente, tendo por base o Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Art. 4º - O Município de novo Santo Antônio-MT informará à RFB, anualmente, até o último dia útil de julho de cada ano, o preço de mercado da terra nua, apurado em 1º de janeiro do ano a que se referem, refletindo um valor médio por aptidão agrícola do VTN por hectare, conforme metodologia apontada em levantamento de preços baseado em transações, ofertas ou opiniões.

Parágrafo único: As informações sobre VTN, fornecidas à RFB, serão publicadas no endereço eletrônico do Município na rede mundial de computadores (internet) ou, na sua ausência, no quadro de avisos do prédio central da Prefeitura franqueado ao público.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Santo Antônio – MT, 22 de Abril de 2020.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 20/2020 DE 24 DE ABRIL DE 2020

SÚMULA: DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR FORTES PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS, CODIFICADO PELO COBRADE - TEMPESTADE LOCAL/ CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI N° 02/2016.

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito do Município de Novo Santo Antônio, localizado no Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e

CONSIDERANDO,

I - Que o Município de Novo Santo Antônio foi atingido por fortes chuvas, onde tal fenômeno climático foi detectado desde o mês de dezembro, e que nos últimos dias teve suas condições agravadas, levando o Município ao exaurimento de seus recursos para combater tal evento danoso;

II - Que o Município entre os dias 12 a 20 de abril de 2020, sofreu com o forte evento de chuvas, provocando alagamentos e enxurradas, atingindo diretamente as seguintes áreas**:** Zona Urbana: Bairro Centro e Zona Rural: Vila Trindade, Samambaia, Sete Voltas, Riozinho, Nova Peia, Jacaré, Mururé, Mata Azul, Bacaba, São João e Comunidade Quilombola Família Vieira de Amorim, devidamente registradas no FIDE;

III - Que Que as intensidades das chuvas foram tão acentuadas, que causou alagamento nas vias de acesso por meio das rodovias que cortam o município, afetando moradores do assentamento, quilombolas e a zona urbana e sem acesso de saída aos municípios vizinhos;

IV - Que a saúde financeira do Município, já se encontra em estado preocupante, devido a gastos realizados, visando adequação e melhoria em suas finanças, e agora com o acontecimento do desastre climático, foram realizados gastos emergências, com a preocupação de tentar amenizar e dar condições aos munícipes em suas atividades corriqueiras;

V - Que o município, necessita de aporte financeiro, do Estado e do governo Federal, para oferecer suporte aos munícipes envolvidos neste evento adverso.

VI - Que o parecer COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência** como razão dos eventos do tipo **CODIFICADO PELO COBRADE - TEMPESTADE LOCAL / CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI02/ 2016**.

VII - Que o Município, de acordo com relatórios das Secretarias de Obras, avaliou os Danos Públicos aproximadamente em **R$ 11.016,111,60 (Onze Milhões e Dezesseis Mil Cento e Onze Reais e Sessenta Centavos)**, e os Prejuízos Privados no valor aproximadamente de **R$ 2.750.000,00 (Dois Milhões e Setecentos e Cinquenta Mil Reais)**, relatados nos relatórios finalísticos da Secretaria de agricultura, da secretaria de obras e da Associação Rural, prejuízos em decorrência dos efeitos das chuvas intensas.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como razão dos eventos do tipo tempestade local/convectiva – chuvas intensas, tipificado pelo COBRADE **1.3.2.1.4. CONFORME IN/MI n.º 02/2016.**

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela Defesa Civil Municipal, bem como outros setores da Administração Pública Municipal, bem como ocorrendo a necessidade de doação de terrenos para construção e caráter emergencial de novas residências, para alocar as famílias retiradas de imóveis condenados, devidamente cadastradas e respeitando processo de verificação realizado pela Secretaria Municipal de Ação Social, descrito em laudos realizados por profissional da área, e que apresente riscos de desmoronamento, inundação ou situação parecida, e pela comunidade.

§ 3º - Os terrenos a serem construídas as residências para alocar famílias retiradas de áreas de risco em decorrência das chuvas, respeitaram o devido processo legal, bem como será remetido em caráter de urgência, à consulta do Poder Legislativo Municipal de Novo Santo Antônio. Devendo retornar com parecer favorável ou não, com máxima urgência.

Art. 6º - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei n.º 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedados as prorrogações dos contratos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito de Novo Santo Antônio – MT, 24 de Abril de 2020.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 19/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2020**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui Objeto da Presente licitaçãoo Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar (II Etapa)**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.Empresas Vencedoras.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL (R$)
APARECIDA MARCIA TOMAZINI - EPP	00.145.325/0001-62	R$: 1.365.599,90
JOANA FERNANDES - EPP	22.753.337/0001-02	R$: 308.918,00
LUCAS RESENDE SANTEIRO-ME	26.521.467/0001-70	R$: 574.122,00

Em 23 de abril de 2020. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 025/2020

Contrato nº. 025/2020 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA:** empresa **ITEC IND. TEC ECOLOGICAMENTE CORRETA LTDA - ME** CNPJ: **23.702.598/0001-66**. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Locação de 01 (um) Caminhão Caçamba Basculante Compactador para Recolhimento de lixo e resíduos sólidos, com máximo 18 anos de uso e 15 metros cúbicos, em atendimento as demandas da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a ser custeado com recurso oriundo do Município de Paranatinga-MT, conforme especificações e quantidades discriminadas no anexo I e termo de referência deste edital. Valor: **R$: 6.400,00 (Seis Mil e Quatrocentos Reais)**.Vigência: **31/03/2020 A 30/04/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 23 de abril de 2020.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE Nº 06 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

Aditivo nº 06 a Ata de Registro de Preço nº 064/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **J. CAVALHEIRO COMÉRCIO - ME, CNPJ 16.990.682/0001-67.** Objeto: Constitui objeto da presente licitação o Registro de preço para Futura e Eventual **Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10, Gasolina, Etanol)**, atendendo as necessidades da Secretaria de administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT**.** Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Foi aditivado na quantidade de 25% do Conselho Tutelar. Vigência até a data do dia 12/09/2020.

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Qtde Original	Qtde com 25%
1	346512	ETANOL - Combustível biocombustivel proveniente do processo fementativo de biomassa renovavel, destinado ao uso em motores a combustao interna, e possui como principal componente o etanol anidro e hidratado.	LITRO	625	781
2	20327	GASOLINA - Combustível produzido por processo de refino de petróleo ou formulado por meio da mistura de correntes provenientes do refino de petróleo, destinado aos veículos automotivos dotados de motores isento de componentes	LITRO	4.500	5.625

Departamento de Licitações e Contratos, em 30 de março de 2020.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 135/SLC/2020

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: Este Contrato guarda conformidade com o Pregão Presencial nº 16/2020 (Paranatinga-MT), vinculando-se a Ata de Registro de Preços nº 07/2019, Pregão Eletrônico nº 11/2019 **(FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/FNDE)** e seus Anexos, ainda, à Proposta de Preços da CONTRATADA, Termo de Referência, à Nota de Empenho e demais documentos pertinentes ao processo, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

Objeto: O objeto Adesão a Ata de Registro de Preços nº 07/2019, Pregão Eletrônico nº 11/2019 para REGISTRO DE PREÇOS PARA COM VISTAS À EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES, DENOMINADO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE), conforme especificações e quantitativos estabelecido no edital e seus anexos, **órgão gestor da Ata FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/FNDE, a** pedido das Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Paranatinga-MT.

Contratado: MAN LATIN AMERICA IND E COMERC DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 06.020.318/0001-10.

Valor do Contrato: R$: 247.950,00 (duzentos e quarenta e sete mil e novecentos e cinquenta reais).

Vigência DO CONTRATO: 18/03/2020 A 18/03/2021.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Alzira Maria de Jesus,** Matrícula nº 6325, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **021/2020 – Portaria 135/SLC/2020,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 07/2019** de 05 de dezembro de 2019, devendo ainda:

II - Na ausência do servidor supra designada, fica designado como suplente o Senhor **Jose Lucas Moreira Rodrigues, Matrícula nº 6699**, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

COMPRAS:

a) ler atentamente o termo do contrato e/ou edital/licitação, assim como os anexos e a portaria que designou o fiscal, principalmente quanto à(ao):

I – Especificações do objeto;

II – Prazo de entrega do material;

b) juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

c) receber a fatura de cobrança, conferindo;

I – Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;

II – Se o valor cobrado corresponder exatamente aquilo que foi fornecido;

III – Se a nota fiscal tem validade e se está corretamente preenchida;

d) atestar o recebimento dos bens, observando o que dispuser o contrato na hipótese de instalação ou teste de funcionamento;

e) Encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para o pagamento;

f) No caso de dúvidas quanto ao atesto, deve-se buscar obrigatoriamente auxílio para que se efetue corretamente a atestação;

g) Notificar o atraso na entrega dos bens, ou o descumprimento de quaisquer cláusula contratuais, ao órgão competente, para aplicação das sanções cabíveis;

h) Manter contato com preposto/representante da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 18 de março de 2020, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 23 DE ABRIL DE 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Alzira Maria de Jesus e Jose Lucas Moreira Rodrigues, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Alzira Maria de Jesus

Fiscal de Contrato

Jose Lucas Moreira Rodrigues

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 09/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 09/2020**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Camisetas atendendo as necessidades do Centro de Reabilitação em atendimento a Campanha de Autismo, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT,com fulcro no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 23 de abril de 2020.

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 09/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, a homologação do processo de licitação pela modalidade de **Dispensa Nº. 09/2020**, regido pela lei 8.666/93 e suas alterações complementares. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de Camisetas atendendo as necessidades do Centro de Reabilitação em atendimento a Campanha de Autismo**, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT,com fulcro no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 23 de abril de 2020.

NOME DA EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
ALINE FREIRE ROSA 04452857108	27.188.764/0001-09	R$ 10.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA Nº 011/2020

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2020.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Dispensa n.º 011/2020,** a escolha das propostas mais vantajosas para a **Prestação de Serviço de Pulverização em Prédios Públicos e Locais de Grande Aglomeração de Pessoas de Pulverização em Prédios Públicos e Locais de Grande Aglomeração de Pessoas, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.** Conforme especificações do Processo de **DISPENSA nº 011/2020**.

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **MARIA INES ARCELI 34227251800**, inscrita no **CNPJ: 16. 368.535/0001-50.**

Valor da Proposta:

Item	QTD	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	01	Prestação de Serviço de Pulverização em Prédios Públicos e Locais de Grande Aglomeração de Pessoas para Enfrentamento ao COVID- 19.	R$ 4. 800,00	R$ 4. 800,00

Valor Total de R$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

Proceda - se a contratação da empresa**: MARIA INES ARCELI 34227251800**, inscrita no **CNPJ: 16.368.535/0001-50.**

Pedra Preta - MT, 23 de Abril de 2020.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 067/2020 de 16 de Janeiro de 2.020, com base no art. 24, IV da lei 8.666/93, torna público a **DISPENSA** de licitação cujo Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO EM PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCAIS DE GRANDE AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS DE PULVERIZAÇÃO EM PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCAIS DE GRANDE AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS, DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS**, em favor da Empresa **MARIA INES ARCELI 34227251800**, inscrita no **CNPJ: 16.368.535/0001-50**, no **Valor Total de R$ 4.800,00 (Quatro mil oitocentos reais).** Assim sendo atendidos os dispostos supracitados, apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

Pedra Preta – MT, 23 de Abril de 2020.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 318/2020 - DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

23 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe sobre a Designação de servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação, e a Equipe Técnica responsável pelas licitações na Modalidade Pregão, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 51 da Lei 8.666/93, que determina o critério de formação da comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores abaixo nominados para compor a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso:

PRESIDENTE: PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA;

PRESIDENTE SUBSTITUTO: ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA;

§ 1º Na ausência da Presidente da Comissão, o Presidente Substituto ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA assumirá a função de Presidente.

ART. 2º - Designar os servidores abaixo nominados para compor a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão e Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso:

I - PREGOEIRO:

PREGOEIRO: ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA;

PREGOEIRA SUBSTITUTA: PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA;

II - EQUIPE DE APOIO:

A - MEMBROS EFETIVOS:

MEMBRO: VALÉRIA PAIVA DE SOUZA;

MEMBRO: VAGMAR PEREIRA DA COSTA;

MEMBRO: MARCILENE COSTA DA C. CONTO;

MEMBRO: REJANE OLIVEIRA HORTA SANTOS;

MEMBRO: ANDRÉIA MARIA NEGRI;

MEMBRO: YALLES MORAES DA SILVA;

MEMBRO: CRISTIANE PARDINHO DE ARRUDA PEREIRA;

Parágrafo Único – No caso de ausência do PREGOEIRO fica autorizado a sua substituição pela PREGOEIRA SUBSTITUTA.

ART. 3º - Os serviços prestados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Membros Titulares da Comissão Permanente de Licitação serão remunerados de acordo com a Lei Complementar nº 016/2014.

ART. 4º - Os membros da Comissão Permanente de Licitação deverão observar rigorosamente as exigências Expressas na Legislação em vigor.

ART. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E TRES DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 067/2020 de 16 de Janeiro de 2.020, com base no art. 24, IV da lei 8.666/93, torna público a **DISPENSA** de licitação cujo Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO EM VÍDEO, ÁUDIO OU LIVE NAS REDES SOCIAIS, DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS**, em favor da Empresa **ALEXANDRA PIRES PEREIRA CAMATA 29611181825**, inscrita no **CNPJ: 14.812.439/0001-23**, no **Valor Total de R$ 12.840,00 (Doze mil oitocentos e quarenta reais).** Assim sendo atendidos os dispostos supracitados, apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

Pedra Preta – MT, 23 de Abril de 2020.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

PRESIDENTE CPL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº 012/2020

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Dispensa n.º 012/2020,** a escolha das propostas mais vantajosas para a **Prestação de Serviço de Divulgação em Vídeo, Áudio ou Live nas Redes Sociais, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.** Conforme especificações do Processo de **DISPENSA nº 012/2020**.

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **ALEXANDRA PIRES PEREIRA CAMATA 29611181825**, inscrita no **CNPJ: 14.812.439/0001-23.**

Valor da Proposta:

Item	QTD	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	01	Prestação de Serviço de Gravação de vídeo, Áudio ou Live nas Redes Sociais, Para Enfrentamento ao COVID-19, por um período de 90 (noventa) dias a ser realizado sempre que a Secretaria de Saúde solicitar.	R$ 4. 280,00	R$ 12. 840,00

Valor Total de R$ 12.840,00 (Doze mil oitocentos e quarenta reais).

Proceda - se a contratação da empresa**: ALEXANDRA PIRES PEREIRA CAMATA 29611181825**, inscrita no **CNPJ: 14.812.439/0001-23.**

Pedra Preta - MT, 23 de Abril de 2020.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

PORTARIA Nº 317/2020 - DESIGNAÇÃO SAMUEL DOS SANTOS FERREIRA

23 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO de Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNARo Servidor Público Municipal o SenhorSAMUEL DOS SANTOS FERREIRA, para desempenhar suas funções na Secretaria de Educação do município de Pedra Preta - MT.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E TRES DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 319/2020 - DESIGNAÇÃO RAFAELA BARBOSA RIBEIRO

23 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **DESIGNAR** a Servidora Pública Municipal, **RAFAELA BARBOSA RIBEIRO**, para responder pelas informações das atividades relacionadas ao Sistema **GEO-OBRAS-TCE/MT**.

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a Portaria de n.º 086/2019, de 21 de fevereiro de 2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E TRES DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2.020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO CARONA DE PREGÃO N° 02/2020

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria N° 004/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para ***ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E CONVERSÃO, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, SUPORTE TECNICO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICIPIO***, FOI A EMPRESA*:*

E.C ZOCANTE & CIA LTDA – CPNJ 10.525.132/0001-90

Poconé, 24 de Abril de 2020.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2020

CONTRATO N.º 016/2020

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **JANUÁRIA GONÇALVES MARQUES DA SILVA**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA ZONA URBANA PARA FUNCIONAMENTO DA "PADARIA COMUNITÁRIA" em atendimento a Secretaria Municipal Assistência Social Emprego e Renda.

Dotação: 187- 08.244.0006.2905.3.3.90.36.00.00.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Emprego e Renda.

Valor Global: **R$ 13.328.000,00 (treze mil trezentos e vinte e oito reais)**

Período: 07 meses

Poconé, 30 de março de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2020

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO n° 017/2020**, tendo como objeto**Aquisição Futura de medicamentos da Atenção Básica, Injetáveis, odontológicos e outros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde,** cuja a abertura ocorreu as oito horas, do dia 22 de abril de 2020.

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI, inscrita no CNPJ n° 03.20.803/0001-92, situada à Rua Professor João Félix 635, sala 05 e 07, Bairro Lixeira, na cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78.008-435 com valor total de R$ 905.339,45 (novecentos e cinco mil trezentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos)

2 – CECI JOTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAL EIRELI ME, inscrita no CNPJ n° 34.339.045/0001-07, situada à Rua Custódio de Melo, nº 98, Bairro Cidade Alta, na cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78. 030-435 com valor total de R$ 391.115,00 (trezentos e noventa e um mil cento e quinze reais)

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 23 de abril de 2020.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº. 004/20/SECEL/PAN/MT. DISTRIBUIÇÃO DE

KITS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DURANTE A SUSPENSÃO DE AULAS

PORTARIA INTERNA Nº. 004/20/SECEL/PAN/MT.

Dispõe sobre a distribuição de kits de alimentação escolar durante a suspensão de aulas devido ao enfrentamento da emergência de saúde pública devido ao COVID-19.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, *CULTURA, ESPORTES E LAZER,*Srª. ELENIR AFONSO DA SILVA, no uso de suas atribuiçõesque lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal N° 1128/2020.

CONSIDERANDO a Lei Nº13. 987, de 17 de abril de 2020, que altera a Lei nº11. 947, de 16 de junho de 2009, que autoriza em caráter excepcional, durante a pandemia da COVID-19, as redes públicas de educação básica a distribuir gêneros da alimentação escolar adquiridos com recursos do Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

CONSIDERANDO que a alimentação escolar também é de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes programas do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, e que parte dos alunos da rede municipal de ensino, possuem na alimentação escolar, a sua principal refeição diária;

CONSIDERANDO que a Alimentação escolar tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer critérios para a distribuição dos kits de alimentação escolar, no âmbito das Escolas Municipais Boa Esperança, Extensão, São Geraldo, escola Nova Floresta , Creche Maria Viana e Creche Maria Nilza de Porto Alegre do Norte Mato Grosso,

Art. 2º I – Designar a Nutricionista Laiane Barros, para coordenar juntamente com a equipe da Secretaria de Educação e Conselho de Alimentação Escolar (CAE) a composição dos kits, bem como organizar a chegada dos mesmos em cada unidade escolar.

a- Estabelecer que os alimentos sejam distribuídos nas escolas e, caberá a cada unidade escolar realizar a organização da sua distribuição aos alunos/pais/responsáveis, de forma que não causem aglomerações.

b- As equipes de entrega das unidades de ensino devem ser formadas de no máximo 03 servidores que deverão estar usando, máscaras e luvas e manter a higienização das mãos de forma contínua. Não Poderão participar destas equipes servidores enquadrados no grupo de riscos.

Art. 3º. Instituir que cada Unidade Escolar deverá fazer o controle rigoroso de entrega e recebimentos dos kits, obedecendo pelos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, mediante os critérios: 1ª Extrema pobreza; 2ª pobreza;

Art. 4º. E toda a distribuição deve ser registrada em documento próprio, confeccionado que será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação via e-mail para preenchimento pelas escolas contendo: Timbre do município, nome da escola, local, data, nome do aluno, nome do pai e responsável pelo aluno, RG, CPF, Telefone e Assinatura, nº do NIS, conferindo a identificação na Ficha de Matricula do aluno.

Art. 5º. Regulamentar que serão distribuídos alimentos contidos no estoque das escolas devido à suspensão das aulas do dia 20/03/2020 a 05/04/2020 conforme decreto 1116/2020 e acrescidos de outros itens que serão adquiridos com o recurso do PNAE do mês de abril.

. **Art. 6º.** Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte-MT, 10 de abril 2020.

ELENIR AFONSO DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Porto Alegre do Norte-MT

Portaria 031/2019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°.06/2020 REGISTRO DE PREÇOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N°.06/2020 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Porto Alegre do Norte-MT, torna público para conhecimento dos interessados do Pregão Eletrônico nº 06/2020. OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual **Contratação de Empresa para Fornecimento de Medicamentos da Farmácia Básica**. Empresas vencedoras **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrito no CNPJ nº 12.889.035/0001-02 valor de R$ 5.220,00; Empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI** inscrito no CNPJ nº 25.279.552/0001-01 valor de R$ 21.325,20; Empresa **TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrito no CNPJ nº 32.364.822/0001-48 valor de R$ 8.316,00 ; Empresa **MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI** inscrito no CNPJ nº 09.676.256/0001-98 valor de R$ 18.948,80; Empresa **WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrito no CNPJ nº 04.372.020/0001-44 valor de R$ 34.754,00 e a Empresa **LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrito no CNPJ nº26.419.311/0001-83 valor de R$ 15.615,20. Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 13/2020 REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 13/2020 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 13/2020 – do tipo menor preço por item. **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para Prestação de serviços médicos – Clinico Geral – para atender a secretaria municipal de Saúde, nos PSFS do Município De Porto Alegre do Norte/MT. **Data de Reabertura/ Recebimento das propostas/credenciamento/julgamento: 12/05/2020 as 9h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
DECRETO Nº 20/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião//MT, no uso das atribuições legais, conferidas pelos artigos 64, II e 96 da Lei Orgânica;

Considerando que compete ao Município, legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (art. 30, I e II da CF/88);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Considerando a Portaria n.º 188/GM/S, de 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN)

Considerando a Lei Federal n.º 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Considerando o Decreto Municipal 08/2020, de 18 de março de 2020, que declarou a estado de emergência e a adoção de medidas de emergência no âmbito do Município de Porto Esperidião e o Decreto Municipal n.º 09/2020 de 22 de março de 2020 que criou o Comitê de Enfrentamento à epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19)

Considerando que o Governo do Estado de Mato Grosso publicou o Decreto n.º 462, de 22 de abril de 2020, que atualiza os critérios para aplicação das medidas não farmacológicas excepcionais de caráter temporário restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavirus em todo o território de Mato Grosso e revogou o Decreto Estadual n.º 432/2020.

Considerando a Portaria n.º 115/2020/GBSES da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, que disciplina os procedimentos específicos a serem adotados para a fiscalização sanitária e consumerista relacionadas ao combate à pandemia do coronavírus (COVID-19) a serem adotadas no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Considerando que o Decreto Estadual n.º 462/2020 considera que cabe ao município adotar medidas restritivas à circulação de pessoas e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus, levando em conta o cenário de disseminação do vírus no âmbito do município.

Considerando a Lei n.º Estadual n.º 11.110, de 22 de abril de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial, ainda que artesanais, no Estado de Mato Grosso como medida não farmacológica complementar à prevenção da propagação da COVID-19.

Considerando que o artigo 4.º do Decreto Estadual n.º 462/2020 recomenda ao Município que qualquer adoção de medida restritiva das elencadas no artigo 2.º daquele Ato Normativo, deverá ser fundamentado em nota técnica da autoridade sanitária local, respaldada em avaliação de risco epidemiológico diário das ameaças e vulnerabilidades locais.

Considerando que Governo do Estado de Mato Grosso não recomendou aos Municípios a adoção de medidas restritivas além das contidas no artigo 2.º do Decreto n.º 362/2020.

Considerando que segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde não há registro de caso pessoa infectada no município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam instituídas as normas do Decreto n.º 462/2020, de 22 de abril de 2020, do Governador do Estado de Mato Grosso, no âmbito do Município de Porto Esperidião/MT, que atualiza as diretrizes não farmacológicas excepcionais de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavirus no âmbito do município de Porto Esperidião, especialmente os artigos 2.º e 5.º.

Art. 2.º - Os supermercados e estabelecimentos congêneres, estabelecimentos bancários e lotéricas deverão adotar as medidas adicionais recomendadas pela Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Esperidião através da Notificação Recomendatória N.º 008/2020 e 11/2020.

Art. 3.º - A vigilância sanitária municipal deverá executar as ações de fiscalização sanitária e consumerista relacionadas ao combate à pandemia, conforme procedimentos estabelecidos na Portaria n.º 115/2020/GBSES, publicada no Diário Oficial n.º 27723 de 01/04/2020.

Art. 4.º - A Secretária Municipal de Assistência Social permanece adotando as medidas necessárias para atendimentos assistenciais à população em estado de vulnerabilidade, com a caracterização ampliada pela Lei Federal n.º 13.982/2020 de 02 de abril de 2020.

Art. 5.º - Permanecem em vigência os Decretos 08/2020, 09/2020, revogando-se as medidas conflitantes neles constantes, inclusive os prazos neles fixados, prevalecendo as medidas expressas neste Decreto.

Art. 6.º – A administração municipal poderá determinar outras medidas preventivas que entenderem pertinentes e necessárias de acordo com especial situação vivenciada no município ou ocorrência prevista no artigo 6. º do Decreto Estadual n.º 362/2020.

Art. 7.º - Fica revogado o Decreto nº 15/2020, de 07 de abril de 2020.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Esperidião/MT, 23 de abril de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

GABINETE
LEI Nº 846/2020, DE 17 DE ABRILDE 2020.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** seguinte Lei:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica incluído no Anexo de Ações, e demais anexos pertinentes, da Lei Municipal nº 778/2017 – Plano Plurianual, para o quadriênio 2018 à 2021, a seguinte ação:

Órgão: *06 – Secretaria Municipal de Saúde*

Unidade: *01 – Secretaria Municipal de Saúde*

Função: *10 – Saúde*

Sub-Função: *122 – Administração Geral*

Programa : *0010 – Gestão da Saúde com Qualidade*

Código / Sigla	TIPO (Proj/ Ativ)	Descrição da Ação	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Quantidade do Ano em Curso (2020)	Valor em R$ do ano em Curso (2020)

2.096 – EEC	*2*	*Enfrentamento da Emergência COVID19*	*Secretaria Municipal de Saúde*	*Unidade*	01	*49.870,00*

Art. 2º- Fica incluído no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 822/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2020, a seguinte ação:

Programa: *0010 – Gestão da Saúde com Qualidade*

Órgão / Unidade	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	AÇÃO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	META FÍSICA	META FINANCEIRA
Órgão: *06 – Secretária Municipal de Saúde* **Unidade:** *01 – Secretaria Municipal de Saúde*	**Função:** *10 – Saúde* **Sub-Função:** *122 – Administração Geral*	***2.096** – Enfrentamento da Emergência COVID19*	*Manutenção do Programa Realizada*	*Unidade*	*1,00*	*R$ 49.870,00*

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de abril de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N.º 847/2020, DE 17 DE ABRIL DE 2020.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião / MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à abrir Crédito Adicional Especial até o valor de R$ 49.870,00 (Quarente e Nove Mil, Oitocentos e Setenta Reais), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2020, nos termos da Lei Municipal 833/2019 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: *06 – Secretaria Municipal de Saúde*

Unidade: *01 – Secretaria Municipal de Saúde*

Função: *10 – Saúde*

Sub-Função: *122 – Administração Geral*

Programa : *0010 – Gestão da Saúde com Qualidade*

Ação: *2.096 – Enfrentamento da Emergência COVID19*

Elemento: *3.1.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 1.000,00*

3.3.50.39.00 – Outros Serv Terc – Pessoa Jurídica ..... R$ 1.000,00

3.3.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 1.000,00

3.3.90.30.00 – Material de Consumo ..... R$ 1.000,00

3.3.90.32.00 – Material de Distrib Gratuita ..... R$ 1.000,00

3.3.90.36.00 – Outros Serv Terc – Pessoa Física ..... R$ 1.000,00

3.3.90.39.00 – Outros Ser Terc – Pessoa Jurídica ..... R$ 1.000,00

4.4.90.52.00 – Equip e Material Permanente ..... R$ 1.000,00

4.4.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 1.000,00

Fonte de Recursos: *0.1.02.* Receita de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde

Elemento: *3.1.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 1.000,00*

3.3.50.39.00 – Outros Serviços Terc – Pessoa Jurídica ..... R$ 1.000,00

3.3.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 1.000,00

3.3.90.30.00 – Material de Consumo ..... R$ 1.000,00

3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita ..... R$ 1.000,00

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terc – Pessoa Física ..... R$ 1.000,00

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terc – Pessoa Jurídica ..... R$ 1.000,00

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 1.000,00

4.4.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 1.000,00

Fonte de Recursos: *0.1.42.* Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado

Elemento: *3.1.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 1.000,00*

3.3.50.39.00 – Outros Serviços Terc – Pessoa Jurídica ..... R$ 1.000,00

3.3.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 23.870,00

3.3.90.30.00 – Material de Consumo ..... R$ 1.000,00

3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita ..... R$ 1.000,00

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceir – Pessoa Física ..... R$ 1.000,00

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica ... R$ 1.000,00

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Mater Permanente ..... R$ 1.000,00

4.4.71.70.00 – Rateio Part. Consórcio Público..... R$ 1.000,00

Fonte de Recursos: *0.1.46. Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde*

Artigo 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R$ 49.870,00 (Quarente e Nove Mil, Oitocentos e Setenta Reais), resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias já comtempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43.

Artigo 3º - Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão serem suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de abril de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2020 - CONTRATAÇÃO DE

PESSOA JURÍDICA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO (LAMA ASFÁLTICA E TAPA BURACO) NA AV. JOSÉ ANTÔNIO DE FARIA.

EXTRATO DE CONTRATO nº 008/2020

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE PORTO ESTRELA – MT.

CONTRATADA: **TOP TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA,** CNPJ nº 07.359.807/0001-64.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica do Ramo para Execução de Obra de Conservação e Restauração de Pavimento (Lama Asfáltica e Tapa Buraco) no Município de Porto Estrela, Av. José Antônio de Faria.

VALOR: R$ 198.314,47 (cento e noventa e oito mil trezentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA – ESTRUTURA

09 09001 26 782 0040 2079 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – FETHAB

3.3.90.39.00.00 S 0130000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ

4.4.90.51.00.00 S 0130000000 OBRAS E INSTALAÇÕES

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 23 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 - OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO AV. JOSÉ ANTÔNIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Processo: Tomada de Preços nº 002/2020

Objeto: Tomada de Preços Objetivando a Contratação de Pessoa Jurídica do Ramo para Execução de Obra de Conservação e Restauração de Pavimento (Lama Asfáltica e Tapa Buraco) no Município de Porto Estrela, Av. José Antônio de Faria.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 002/2020, Tomada de Preços Objetivando a Contratação de Pessoa Jurídica do Ramo para Execução de Obra de Conservação e Restauração de Pavimento (Lama Asfáltica e Tapa Buraco) no Município de Porto Estrela, Av. José Antônio de Faria, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório de que trata os autos, e especialmente o resultado do julgamento, proferido pela Comissão Permanente de Licitação nomeados pela Portaria nº 016/2020 e de conformidade com o disposto no Artigo 43, Inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, a presente Licitação, **ADJUDICANDO** seus objetos, a Empresa TOP TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, portadora do CNPJ: 07.359.807/0001-64, com o valor global de R$ 198.314,47 (cento e noventa e oito mil trezentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos).

Porto Estrela/MT, 22 de abril de 2020.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO ORDEM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2020 - EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO (LAMA ASFÁLTICA E TAPA BURACO) NO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA, AV. JOSÉ ANTÔNIO DE FARIA.

Ordem Execução de Serviços nº 003/2020

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL PORTO ESTRELA/MT
CNPJ:	24.740.268/0001-28
Endereço:	Av. Jose Antônio de Faria nº 2035 Solicitante: **Eugênio Pelachim**
Contratada	**TOP TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA**
CNPJ	07.359.807/0001-64
Endereço	Av. Lions Internacional, Nº 220-W, Chácara 109, Zona Urbana, na cidade de Tangará da Serra – MT, CEP 78.300-0000
Contrato	008/2020
Licitação	Tomada de Preços Nº 002/2020

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido processo licitatório Tomada de Preços Nº 002/2020 e o Contrato Nº 008/2020, AUTORIZA a empresa acima identificada a executar a Obra de Conservação e Restauração de Pavimento (Lama Asfáltica e Tapa Buraco) no Município de Porto Estrela, Av. José Antônio de Faria, objeto do processo licitatório em questão.

Objeto

Tomada de Preços Objetivando a Contratação de Pessoa Jurídica do Ramo para Execução de Obra de Conservação e Restauração de Pavimento (Lama Asfáltica e Tapa Buraco) no Município de Porto Estrela, Av. José Antônio de Faria.

Valor

R$ 198.314,47 (cento e noventa e oito mil trezentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos), a serem pagos conforme medição, feita pelo fiscal responsável nomeado pela Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT.

Da Garantia e Prazo

O prazo de execução da obra é de 60 (sessenta) dias, contados a partir desta data.

Dotação Orçamentária

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA – ESTRUTURA
09 09001 26 782 0040 2079 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – FETHAB
3.3.90.39.00.00 S 0130000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
4.4.90.51.00.00 S 0130000000 OBRAS E INSTALAÇÕES

Porto Estrela/MT, 23 de abril de 2020.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2020

REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2020

Em virtude de ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS no Edital da Licitação acima referenciada, que por determinação do Gabinete do Prefeito comunicamos a SUSPENSÃO da licitação supracitada, marcada para o dia 30/04/2020 às 8h:00min. Tão Logo o Executivo decida acerca das alterações que ocorrerão, nova data será divulgada para o certame através de publicação no Diário Oficial dos Municípios, (AMM); DOC-TCE/MT e site da Prefeitura Municipal de Poxoreu - www.poxoreu.mt.gov.br, ícone Publicações -Licitações.

Poxoréu- MT, 23 de abril de 2020.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 012/2020

REGISTRO DE PREÇOS 011/2020

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 012/2020, Registro de Preço n° 011/2020**, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTONIVELADORA NOVA**,cuja a abertura ocorreu as oito horas do dia 23 de abril de 2020, na sede da Câmara Municipal de Poxoréu, situada à Av. Mato Grosso, 107, centro, Poxoréu-MT.

Sagrou vencedora da presente licitação a seguinte empresa:

1 – VAMOS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA., inscrita no CNPJ n° 35.654.688/0001-08, com Valor global de **R$ 735.000,00** (Setecentos e trinta e cinco mil reais);

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 23 de abril de 2020.

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019//2020 DISPENSA Nº 001/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXOREU

CONTRATADO: JOHN ELTON ELIAS VIEIRA

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL PARA ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

VALOR**:** R$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

VIGENCIA: 12 (DOZE) MESES

BASE LEGAL: INCISO X ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES

POXORÉU-MT, 23 DE ABRIL DE 2020

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN XAVIER SOARES

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT torna público que às 08:00 horas do dia 07 de maio de 2020, estará abrindo o pregão presencial, para contratação de empresa especializada em TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NAS ÁREAS: ADMINISTRATIVA, ESTATÍSTICA, PEDAGOGIA, INTEGRAÇÃO COM O INEP/MEC, DIÁRIO ELETRÔNICO, COM SUPORTE TÉCNICO, GARANTIA E DESENVOLVIMENTOS COM TECNOLOGIA HIBRIDA (ON/OFF LINE) conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I. O Edital e seus respectivos anexos poderá ser obtido no site www.**prefeiturarc.com.br no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com , com** a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo no endereço Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro - Ribeirão Cascalheira-MT ou através do telefone (66) 3489- 1838 durante o horário de expediente das 07h:00 às 11h:00 de segunda a sexta-feira.

Ribeirão Cascalheira-MT, 23 de abril de 2.020.

MARLY SEVERINO DOS SANTOS

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS 01 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT, de acordo com o art. 109, alínea a, § 2º e 3º da Lei 8.666/93, SUSPENDE A LICITAÇÃO (fase de propostas), tendo em vista análise do recurso interposto pela empresa MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA-ME, CNPJ: 11.987.065/0001-99 em desfavor da Habilitação da empresa F. BALKE BEZERRA, CNPJ: 30.218.158/0001-01. A CLP abre prazo para a interessada contrarrazoar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em conformidade com o artigo acima identificado. O resultado será posteriormente publicado através dos meios de comunicações oficiais. Informações: no horário das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (066) 3489-1838. E-mail: setordelicitacoesrc@gmail.com.

Ribeirão Cascalheira-MT, 23 de Abril de 2020.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Presidente da CPL

GABINETE
PORTARIA N°66/2020 NOMEIA FISCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORÇAMENTOS E PROJETOS ELÉTRICOS NO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL SORDOLINO REZENDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N°66/2020

DATA: 15 DE ABRIL DE 2020

“NOMEIA FISCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORÇAMENTOS E PROJETOS ELÉTRICOS NO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL SORDOLINO REZENDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. Nomeia o Senhor **RODRIGO DO CARMO DINIZ,** brasileiro, portador do RG nº 4529441 SSP/GO, e inscrito no CPF nº 016922181-40, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, como fiscal da prestação de serviços de orçamentos e projetos elétricos para instalação de iluminação no campo de futebol municipal Sordolino Rezende.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 15 ABRIL DE 2020.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N°. 67/2020 EXONERA AGENTE ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N°. 67/2020

DATA: 16 DE ABRIL DE 2020

"EXONERA AGENTE ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonera a pedido a Senhora **NATALICIA MOREIRA BRITO FREITAS,** brasileira, portadora do RG nº 1510741-8 SSP/MT, e inscrita no CPF nº 000.231.051-19, residente e domiciliada neste município de Ribeirão Cascalheira-MT, do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de administração desta Prefeitura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 16 DE ABRIL DE 2020.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N° 37/2020 EXONERA RESPONSAVÉL PELA TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N° 37/2020

DATA: 30 DE MARÇO DE 2020

"EXONERA RESPONSÁVEL PELA TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonera o Senhor **SALMON MIGUEL DE CAMPOS,** brasileiro, portador do RG nº 972112 SSP/MT e inscrito no CPF nº 773.964.211-87, residente e domiciliado, neste município de Ribeirão Cascalheira-MT, do cargo de **RESPONSÁVEL PELA TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO – FG4, desta Prefeitura.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n°94/2019 e as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 30 DE MARÇO DE 2020.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
DECRETO N°.1886/2020 DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT, ADOTANDO-SE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA

DECRETO N°.1886/2020

DATA: 17 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT, ADOTANDO-SE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município e,

CONSIDERANDO a Lei nº. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde publica de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID 19).

CONSIDERANDO a recente decisão do STF sobre a necessidade de que o art. 3º da Lei 13.979/2020 também seja interpretado de acordo com a Constituição Federal, a fim de deixar claro que a União pode legislar sobre o tema, mas que o exercício desta competência deve sempre resguardar a autonomia dos demais entes, havendo competência concorrente para legislar sobre saúde pública.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº. 10.282/2020 que define como serviços públicos e atividades essenciais, aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº. 432/2020, o qual consolida, estabelece e fixa critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso.

CONSIDERANDO que no Município de Ribeirão Cascalheira-MT as medidas de isolamento social e de prevenção ao COVID 19 foram iniciadas no dia 17 de março de 2020.

CONSIDERANDO que o Município de Ribeirão Cascalheira-MT fica as margens da BR 158.

CONSIDERANDO que no Município não existe NENHUM caso CONFIRMADO de COVID 19.

CONSIDERANDO que o único caso confirmado na região foi recuperado com isolamento domiciliar, sem nenhuma propagação de contaminação.

CONSIDERANDO o requerimento encaminhado pela CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES nesta data, objetivando seja flexibilizado de forma ponderada e responsável o Decreto Municipal nº. 1883/2020.

DECRETA:

Art.: 1º. Com exceção das atividades vedadas pelo art.: 3º e outros do Decreto Estadual 432/2020, o comércio poderá funcionar em estrita observância das normas sanitárias editadas para promover o combate ao coronavírus (COVID 19), notadamente ao Decreto retro mencionado, Lei Federal nº. 13.979/2020 e Decreto Federal 10.282/2020.

Art.: 2º. Os estabelecimentos ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes, de modo a garantir a ocupação máxima de 30% (trinta por cento) de sua capacidade de atendimento, sendo de 01 (uma) pessoa por metro quadrado, observada a área efetivamente destinada ao atendimento, o somatório de clientes e funcionários do estabelecimento e o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 17 DE ABRIL DE 2020.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 056/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 024/2020

Objeto: "Aquisição de Leite Especial Alfamino para atender as necessidades de Pacientes da Unidade Básica de Saúde do Município de Rondolândia/MT."

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DO ITEM LICITADO: ***Nutrilife Produtos Nutricionais EIRELI, CNPJ: 26.574.769/0001-07, Endereço: Av. Miguel Sutil, Nº13060, Bairro: Cidade Alta, CEP: 78.030-485, Cuiabá/MT.***

Item	Código TCE	UND	Quant	Especificação	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	343599-7	UND	65	LEITE EM PO MODIFICADO - (ALFAMINO) FORMULA INFANTIL ESPECIAL, SEGURANÇA NA SUBSTITUIÇÃO DA PROTEINA ANIMAL, 100 POR CENTO PROTEINA ISOLADA DE SOJA, INDICADO NOS CASOS DE ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DE VACA, NÃO CONTEM LEITE OU PRODUTO LACTEO, NÃO CONTEM GLUTEN, COM OSMOLALIDADE EM PO, EM LATA 400MG, HERMETICAMENTE FECHADA FÓMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E A BASE DE AMINIÁCIDOS COM DHA E ARA	ALFAMINO/ NESTLÉ	R$ 198,00	R$ 12. 870,00
VALOR TOTAL							**R$ 12. 870,00**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls. 109/110 nos autos do Processo 056/2020, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 12.870,00 (Doze mil oitocentos e setenta reais).

Rondolândia – MT, 23 de Abril de 2020.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

TOMADA DE PREÇOS DE Nº. 001/2020

2º ATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada através do Decreto nº 1.725/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **Tomada de Preços de Nº. 001/2020**, processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 041/2020, a ser julgada pelo critério de **Menor Preço Global**, objetivando a "**Contratação de Serviços de Engenharia Especializada, com fornecimento de materiais e mão de obra destinados a execução de pavimentação Poliédrica de ruas e vias urbanas com meio - fio, sarjeta e drenagem no Município de Rondolândia/MT, conforme Memorial Descritivo, Especificações Técnicas e Planilha Orçamentária".**

A sessão pública de abertura e julgamento do(s) Documentos de Habilitação e Proposta(s) de Preços ocorrerá às **11h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 11/05/2020**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

O Edital poderá ser obtido através do Portal de Transparência no site da Prefeitura www.rondolandia.mt.gov.br pelo link https://e-gov.betha.com.br/transparencia. Os Anexos ao Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, maiores informações através do telefone 0xx (66) 3542-1177 ou pelo endereço de e-mail cpl@rondolandia.mt.gov.br.

Rondolândia - MT, 23 de Abril de 2020.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL/2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS DE Nº. 001/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada através do Decreto nº 1.725/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo documentos para Habilitação e Proposta de Preço referente aoprocedimento licitatório sob a Modalidade **Tomada de Preços de Nº. 001/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 041/2020, cujo Objeto: **Contratação de Serviços de Engenharia Especializada, com fornecimento de materiais e mão de obra destinados a execução de pavimentação Poliédrica de ruas e vias urbanas com meio - fio, sarjeta e drenagem no Município de Rondolândia/MT, conforme Memorial Descritivo, Especificações Técnicas**

e Planilha Orçamentária, ***não houve êxito na efetivação de habilitação de empresa(s) para o certame, logo, não houve vencedor tornando-se o certame como Fracassado****.*

Rondolândia – MT, 23 de Abril de 2020.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N° 003 /SEMEC/PMR DE 20 DE ABRIL DE 2020

Portaria n° 003 /SEMEC/PMR de 20 de Abril de 2020

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

RONDOLÂNDIA – MT

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do Município de Rondolândia, no uso das suas atribuições definidas no art.14 e incisos da Lei n° 87/2005 e,

Considerando as orientações e recomendações da Controladoria Geral do Município de Rondolândia, bem como a necessidade da efetivação e implementação das ações referentes ao tema "Alimentação Escolar" decorrentes do Programa APRIMORA instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso através da Resolução Normativa n° 17/2017, **RESOLVE:**

Art.1º - Designar os servidores abaixo nomeados para comporem a Comissão de Desenvolvimento do Programa APRIMORA – Alimentação Escolar e ficarem responsáveis pelas tratativas e ações relacionadas ao seu desenvolvimento junto a Controladoria Geral do Município de Rondolândia-MT.

a) Adriana Gomes Lopes

b) Luan Tarcis Favoreto Gava

c) Aline Karen Gomes

Art.2° - Os servidores nomeados, sem prejuízo dos demais servidores que venham a ser incluídos como responsáveis pelas ações contidas no Plano de Ação a ser elaborado, deverão priorizar as ações afetas ao Programa APRIMORA com o objetivo de elevar os níveis de controle interno inerentes ao tema da "Alimentação Escolar" em cumprimento à Resolução Normativa n° 34/2016 e seu anexo o qual define a Matriz de Riscos e Controles

Art.3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Valdir Irani Freire

Secretário Municipal de Educação e Cultura do Município de Rondolândia

Decreto n° 1573

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 021/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 030/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2020 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa **Coladini & Coladini LTDA, CNPJ: 09.050.368/0001-39,** Endereço: Av. Pau Brasil, Nº 5355, Bairro: Centro, CEP: 76.919-000, Ministro Andreazza – RO, representada pelo Srº Wlademir Fernando Coladini, CPF: 862.199.012-15 e RG de Nº 971.920 – SSP/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 014/2020 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para futura e eventual **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA E MATERIAIS COM SISTEMA DE MONITORAMENTO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PARA MONTAGEM DE ESTRUTURA DE SEGURANÇA**, conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - A empresa Contratada deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 014/2020.

2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 014/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: **Coladini & Coladini LTDA**	
CNPJ Nº: **09.050.368/0001-39**	
Endereço: Av. Pau Brasil, Nº 5355 Bairro: Centro,	
Cidade/Estado: Ministro Andreazza/RO	CEP: 76.919-000
Telefone: (69) 99961-9779 – 69- 3448 2222	E-mail:fernandocoladini@wfprovedor.com.br
Representante Legal: Wlademir Fernando Coladini	
CPF Nº: 862.199.012-15	

3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Vlr Unt.	Vlr Total

01	00033094	UND	01	KIT CÂMERAS DE SEGURANÇA FULL HD DVR FULL HD 16C + 09 CÂMERAS 1120BG4 + 04 CAMERAS VHD 5250 COMPATÍVEL COM 5 TECNOLOGIAS: HDCV I + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + ANALÓGICO + IP + HD PURPLE 4TB + FONTE CHAVEADA 12V 30A + 600M CABO CFTV + 26 CONECTOR BNG COM MOLAS + 13 CONECTOR P4 + INSTALAÇÃO E SUPORTE POR 12 MESES.	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
02	00014109	UND	13	NOBREAK 1400VA BIVOLT 115-127/220 V AUTOMÁTICO ESTABILIZADOR INTERNO COM 4 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO, FORMA DE ONDA SENOIDAL POR APROXIMAÇÃO (RETANGULAR PWM), DC START, BATTERYSAVER, AUTODIAGNÓSTICO DE BATERIA, RECARGA AUTOMÁTICA DAS BATERIAS EM 4 ESTÁGIOS, MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO, RECARREGADOR STRONG CHARGER, CONECTOR DO TIPO ENGATE RÁPIDO, TRUE RMS, COM SAIDA PARA BATERIA EXTERNA SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA SMS OU NHS	R$:1.950,00	R$:25.350,00
03	00010067	UND	02	KIT CÂMERAS DE SEGURANÇA FULL HD DVR HD MHDX 3132 32C + 14 CÂMERAS 1120BG4 + 08 CAMERAS VHD 5250 COMPATÍVEL COM 5 TECNOLOGIAS: HDCV I + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + ANALÓGICO + IP + HD PURPLE 10TB + FONTE CHAVEADA 12V 30A + 600M CABO CFTV + 44 CONECTOR BNC COM MOLAS + 22 CONECTOR P4 + INSTALAÇÃO E SUPORTE POR 12 MESES.	R$:21.100,00	R$:42.200,00
04	0004914	UND	13	RACK TIPO MINI 19' 9U X 470 PRETO	R$:810,00	R$:10.530,00
05	391732-0	UND	13	MONITOR LED TAMANHO DA TELA 18,5" RESOLUÇÃO MÁXIMA 1366X768 ÂNGULO DE VISÃO 90º/50º TEMPO DE RESPOSTA 5MS	R$:680,00	R$: 8.840,00
06	00011274	UND	02	KIT CÂMERAS DE SEGURANÇA MULTIHD DVR 04C + 4 CÂMERAS 1120BG4 COMPATÍVEL COM 5 TECNOLOGIAS: HDCV I + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + ANALÓGICO + IP + HD PURPLE 1TB + FONTE CHAVEADA 12V 10A + 150M CABO CFTV + 08 CONECTOR BNC COM MOLAS + 4 CONECTOR P4 + INSTALAÇÃO E SUPORTE POR 12 MESES	R$: 2.300,00	R$: 4.600,00
07	00011274	UND	01	KIT CÂMERAS DE SEGURANÇA MULTIHD DVR 8C + 5 CÂMERAS 1120BG4 COMPATÍVEL COM 5 TECNOLOGIAS: HDCV I + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + ANALÓGICO + IP + HD PURPLE 1TB + FONTE CHAVEADA 12V 10A + 150M CABO CFTV + 10 CONECTOR BNC COM MOLAS + 5 CONECTOR P4 + INSTALAÇÃO E SUPORTE POR 12 MESES.	R$: 2.800,00	R$: 2.800,00
08	00022834	UND	03	KIT CÂMERAS DE SEGURANÇA MULTIHD DVR 16C + 10 CÂMERAS 1120BG4 COMPATÍVEL COM 5 TECNOLOGIAS: HDCV I + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + ANALÓGICO + IP + HD PURPLE 1TB + FONTE CHAVEADA 12V 10A + 250M CABO CFTV + 20 CONECTOR BNC COM MOLAS + 10 CONECTOR P4 + INSTALAÇÃO E SUPORTE POR 12 MESES	R$: 4.950,00	R$: 14.850,00
09	00022834	UND	02	KIT CÂMERAS DE SEGURANÇA MULTIHD DVR 08C + 06 CÂMERAS 1120BG4 COMPATÍVEL COM 5 TECNOLOGIAS: HDCV I + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + ANALÓGICO + IP + HD PURPLE 3TB + FONTE CHAVEADA 12V 10A + 200M CABO CFTV + 12 CONECTOR BNG COM MOLAS + 06 CONECTOR P4 + INSTALAÇÃO E SUPORTE POR 12 MESES	R$: 3.000,00	R$: 6.000,00
10	331110-4			KIT CÂMERAS DE SEGURANÇA MULTIHD DVR 16C + 08 CÂMERAS 1120BG4 COMPATÍVEL COM 5 TECNOLOGIAS: HDCV I + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + ANALÓGICO + IP + HD PURPLE 3TB + FONTE CHAVEADA 12V 10A + 300M CABO CFTV + 16 CONECTOR BNC COM MOLAS + 08 CONECTOR P4 + INSTALAÇÃO E SUPORTE POR 12 MESES	R$: 4.550,00	R$: 4.550,00
11	349249-4	UND	01	KIT CÂMERAS DE SEGURANÇA MULTIHD DVR 16C + 7 CÂMERAS 1120BG4 COMPATÍVEL COM 5 TECNOLOGIAS: HDCV I + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + ANALÓGICO + IP + HD PURPLE 3TB + FONTE CHAVEADA 12V 10A + 200M CABO CFTV + 14 CONECTOR BNC COM MOLAS + 7 CONECTOR P4 + INSTALAÇÃO E SUPORTE POR 12 MESES	R$: 4.200,00	R$: 4.200,00
Valor Total						**R$ 133.920,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 133.920,00 (cento e trinta e três mil novecentos e vinte reais).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar a prestação dos serviços objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 014/2020.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 - Executar os serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.16 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

4.17 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações e ou ordem de serviço para com a realização dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 014/2020.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por 12 **(doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá ao Gabinete do Prefeito, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/2013.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 014/2020, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento e ou a prestação dos serviços, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados “poderão” ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na prestação dos serviços, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, serão consignadas no Orçamento de 2020, Órgão: Secretaria Municipal de Educação sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013 “que regulamenta o Sistema de Registro de Preços” e seu Art. 7º, do Capítulo V, Parágrafo 2º.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 014/2020 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 014/2020, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 22 de Abril de 2020.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Coladini & Coladini LTDA

CNPJ Nº: 09.050.368/0001-39

Nome Wlademir Fernando Coladini - Representante Legal

CPF Nº: 862.199.012-15

Participantes desta ARP:

_____

Valdir Irani Freire

Secretário Municipal de Educação

_____

Marcelo Quadros Gonçalves

Secretário Municipal de Saúde

_____

Luiz Pereira Viana

Secretário Municipal de Obras

_____

Antônio Joel Bayer

Secretário Municipal de Agricultura

_____

Marlene Bastos Frolich

Secretária Municipal de Assistência Social

_____

Renato da Luz Nogueira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

_____

Vanderléia Soares da Silva

Secretária Municipal de fazenda e desenvolvimento

A presente minuta de Ata de Registro de Preço foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração, pelo servidor_____(assinatura) em ____ de_____de 2020.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO' (INC. VI, DO ART. 43, DA LEI Nº 8.666/93 C/C INC. XXX, DO ART. 70 DA LOM)

Proc. nº 056/2020.

Dispensa de Licitação nº 024/2020

Objeto: Aquisição de leite especial alfamino para atender as necessidades de pacientes da unidade básica de saúde do município de Rondolândia/ MT

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Pessoa:

Sagrou-se vencedora do item 01 licitados a empresa **NUTRILIFE PRODUTOS NUTRICIONAIS EIRELI CNPJ 26.574.769/0001-07** com a proposta no valor total de **R$: 12.870,00** (doze mil oitocentos e setenta reais),

Com o fim de **HOMOLOGAR** a Dispensa de Licitação nº 024/2020, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT, 23 de abril de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 020/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 038/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2020 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa **V Cordeiro Filho Limpeza Urbana-EPP,** inscrita no CNPJ/CPF sob o n°: **13.089.691/0001-93**, instalada e localizada na Rua Rondônia, Nº 6077, Bairro: Centro, CEP: 76.919-000, Ministro Andreazza – RO, representada pela Sr.ª Valquíria Cordeiro Filho, CPF: 884.867.612-04 e RG de Nº 1314971 – SSP/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 019/2020 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/ GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para futura e eventual **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO PINTURA E PEQUENOS REPAROS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS**, conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - A empresa Contratada deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 019/ 2020.

2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 019/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: **V Cordeiro Filho Limpeza Urbana-EPP**	
CNPJ Nº: **13.089.691/0001-93**	
Endereço: Rondônia, Nº 6077, Bairro: Centro,	
Cidade/Estado: Ministro Andreazza/RO	CEP: 76.919-000
Telefone: (69) 999126090	E-mail:valemazinho@gmail.com
Representante Legal: Valquíria Cordeiro Filho	
CPF Nº: 884.867.612-04	

3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Vlr Unt.	Vlr Total
01	383011-0	M	7.600	SERVIÇO DE PINTURA NOS PRÉDIOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	R$ 5,50	R$ 41. 800,00
02	00021362	SRV	04	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PEQUENOS REPAROS (TROCA DE PORTAIS, CAIXAS DE DESCARGAS, TROCA DE PORTAS, FECHADURAS, TROCA DE PISO EM ALGUMAS SALAS E TROCA DE ALGUMAS TÁBUAS) NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	R$: 1. 465,00	R$: 5. 860,00
Valor Total						**R$ 47. 660,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$* 47.660,00 *(quarenta e sete mil seiscentos sessenta reais).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar a prestação dos serviços objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 019/2020.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 - Executar os serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.16 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

4.17 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações e ou ordem de serviço para com a realização dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 019/2020.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por 12 **(doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá ao Gabinete do Prefeito, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/2013.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 019/2020, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento e ou a prestação dos serviços, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na prestação dos serviços, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, serão consignadas no Orçamento de 2020, Órgão: Secretaria Municipal de Educação sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013 “que regulamenta o Sistema de Registro de Preços” e seu Art. 7º, do Capítulo V, Parágrafo 2º.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 019/2020 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2020, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 22 de Abril de 2020.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

V Cordeiro Filho Limpeza Urbana-EPP

CNPJ Nº: 13.089.691/0001-93

Nome VALQUÍRIA CORDEIRO FILHO - Representante Legal

CPF Nº: 884.867.612-04

Participantes desta ARP:

_____

Valdir Irani Freire

Secretária Municipal de Educação

A presente minuta de Ata de Registro de Preço foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração, pelo servidor_____(assinatura) em ____ de_____de 2020.

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA N° 0003/SEMUSA/2019, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019
GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA n° 0003/SEMUSA/2020, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019.

Nomeia Comissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Sistema Único de Saúde, como instrumento de consolidação da Política da Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia, com critérios capazes de identificar e avaliar na sua integralidade o desempenho dos servidores, conforme a Lei Complementar n° 14 de 04 de Abril de 2016.

KÁTIA MONTEIRO, Secretária Municipal de Saúde, Município de Rondolândia - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pelo Decreto n° 1.525/GAB/PMR, de 02 de Janeiro de 2019.

I. Considerando o Art. 77 da Lei Complementar n° 14 de 04 de Abril de 2016, do programa de Avaliação de Desempenho integra o Sistema de Desenvolvimento dos Profissionais do Sistema Único de Saúde e é instrumento de consolidação da Política da Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia, com critérios capazes de identificar e avaliar na sua integralidade, o desempenho dos servidores;

II. Considerando o Art. 79 da Lei Complementar n° 14 de 04 de Abril de 2016, que a avaliação de desempenho obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório e ampla defesa, observados os critérios, que se dará por meio de Ficha de Avaliação de Desempenho previsto nesta lei;

III. Considerando o Art. 80 da Lei Complementar n° 14 de 04 de Abril de 2016, que a avaliação anual de desempenho será realizada por comissão de avaliação composta por, no mínimo, três e, no máximo, cinco servidores de nível hierárquico não inferior ao do avaliado, dos quais pelo menos três contém, no mínimo, três anos de exercício em cargo efetivo no órgão ou entidade a que seja vinculado o servidor avaliado;

IV. Considerando o Parágrafo §1º do Art. 80 da Lei Complementar n° 14 de 04 de Abril de 2016, os membros da Comissão de Avaliação serão nomeados mediante Portaria contendo os seguintes representantes: I. Secretário (a) Municipal de Saúde; II. Coordenador ou Chefe Imediato de cada órgão de lotação; III. Representante do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal; IV. Representante da unidade de lotação do servidor em avaliação, escolhido por assembleia dos trabalhadores;

V. Considerando a, assembleia geral dos servidores realizada em 20 de setembro de 2019, para a escolha do representante dos trabalhadores da unidade Secretaria Municipal de Saúde, na avaliação de desempenho conforme a Lei Complementar n° 14 de 04 de abril de 2016, no Art. 79, parágrafo § 1ºe inciso IV.

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear Comissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Sistema Único de Saúde, como instrumento de consolidação da Política da Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia, com critérios capazes de identificar e avaliar na sua integralidade o desempenho dos servidores, conforme a Lei Complementar n° 14 de 04 de Abril de 2016.

Art. 2°. Através da assembleia geral dos servidores realizada em 20 de setembro de 2019, para a escolha do representante dos trabalhadores da unidade Secretaria Municipal de Saúde, na avaliação de desempenho conforme a Lei Complementar n° 14 de 04 de abril de 2016, no Art. 79, parágrafo § 1º e inciso IV.

§1º. Comissão de Avaliação de Desempenho dos Profissionais do Sistema Único de Saúde:

I. Secretário (a) Municipal de Saúde: Kátia Monteiro;

II. Coordenador ou Chefe Imediato de cada órgão de lotação:

a) Centro Municipal de Saúde/Unidade Básica de Saúde Hueverton Bruno da Silva Rabelo: Valdecir da Silva Cruz;

b) Vigilância em Saúde: Marcos Hiago do Nascimento Oliveira;

III. Representante do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal: Genivaldo Rodrigues Ferreira;

IV. Representante da unidade de lotação do servidor em avaliação, escolhido por assembleia dos trabalhadores: Romilson da Luz Nogueira;

§2º. A avaliação será homologada pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, dando-se ciência ao interessado;

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de setembro de 2019.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 27 de setembro de 2019.

Kátia Monteiro

Secretária Municipal de Saúde

Dec. n° 1525/GB/PMR/19

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 22/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeada através do Decreto nº 1.726/GAB/PMR de 30 de março de 2020, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 22/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 45/2020, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **"Registro de Preço Para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de locação de veículo tipo camionete 4x4 simples com ano de fabricação igual ou superior a 2014 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Educação".**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **09h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 07/05/2020**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000,

durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail: **pregoeiro@rondolandia.mt.gov.br**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 23 de Abril de 2020.

Keila Taiane Nascimento Freire

Pregoeira Oficial

Decret. Nº 1.726/GAB/PMR/2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 055/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 023/2020.

Objeto: Aquisição de Sementes de hortaliças para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: **Douglas Ródio -ME, CNPJ: 14.398.539/0001-55,** Endereço: Av. Principal, S/N, Bairro: Centro, CEP: 78.338-000, Rondolândia/MT.

Item	Código TCE	UND	Quant	Especificação	Marca	Valor Unt	Valor Total
01	142540-4	UND	10	SEMENTE DE HORTALIÇA - ALFACE AMERICANA, CULTIVADA, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALADA EM LATA DE 100 GRAMAS	VIDA SUL	R$ 75,10	R$ 751,00
02	184837-2	PCT	10	SEMENTES DE HORTALICAS - ALFACE LISA, PARA PLANTIO EM HORTAS URBANAS, EM PACOTE COM 100 GRAMAS	VIDA SUL	R$ 47,75	R$ 457,50
03	78829-5	UND	10	SEMENTE DE HORTALICA - RUCULA, CULTIVADA, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALADA EM LATA COM 100 GRAMAS	VIDA SUL	R$ 26,15	R$ 261,50
04	122248-1	UND	10	SEMENTE DE HORTALIÇA - ALMEIRAO, PAO DE ACUCAR, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALADA EM PACOTE 100 GRAMAS.	VIDA SUL	R$ 44,00	R$ 440,00
05	98382-9	UND	10	SEMENTE DE HORTALICA - SALSA, LISA PORTUGUESA, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALADA EM LATA\PACOTE COM 100 GRAMAS	VIDA SUL	R$ 24,23	R$ 242,30
06	413502-4	UND	15	SEMENTES DE HORTALIÇAS - TIPO COENTRO, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO PACOTE COM 100 GRAMAS.	VIDA SUL	R$ 19,50	R$ 292,50
07	54385-3	UND	05	SEMENTES DE HORTALIÇA - JILÓ, MORRO GRANDE VERDE ESCURO, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALADA EM PACOTE 100 GRAMAS.	VIDA SUL	R$ 48,50	R$ 242,50
08	122253-8	UND	10	SEMENTES DE HORTALIÇAS - DE ABOBORA, CANHÃO, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALADA EM PACOTE 100 GRAMAS.	VIDA SUL	R$ 45,40	R$ 454,00
09	417962-5	UND	05	SEMENTES DE HORTALIÇA - PIMENTÃO, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALADA EM LATA 100 GR	VIDA SUL	R$ 90,50	R$ 452,50
10	297252-2	UND	05	SEMENTES DE HORTALICAS - SEMENTE DE PEPINO AODAI, UTILIZADA PARA PLANTIO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO 100 GR	VIDA SUL	R$ 46,10	R$ 230,50
Valor Total							**R$ 3. 824,30**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 055/2020, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 3.824,30(Três mil e oitocentos e vinte e quatro reais e trinta centavos)

Rondolândia – MT, 23 de Abril de 2020.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente-CPLMS

Decreto 1.725/GAB/PMR

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 45/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 14:00 horas do dia 11 (onze) de maio de 2020, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA *PARA EXECUTAR A OBRA REMANESCENTE DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS DO RESIDENCIAL PADRE MIGUEL (LÚCIA MAGGI),* NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO A ESTE EDITAL";** Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas*** em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 23 de abril de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 18/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados, através da Comissão Permanente de Licitação, que a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 18/2020, cujo objeto é**:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: *PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO CBUQ, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E RECAPEAMENTO, LOCALIZADO NA BINÁRIOS SUL E NORTE,* ACESSO AO ALFREDO DE CASTRO – CELINA BEZERRA E AVENIDA DANIEL CLEMENTE NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ANEXO AO EDITAL", **FICA PRORROGADA A DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES PARA O DIA 25/05/2020, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, LOCALIZADA A AV. DUQUE DE CAXIAS, 1.000, VILA AURORA, TENDO EM VISTA A ADEQUAÇÕES NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO EDITALÍCIA, CONFORME O OFICIO Nº 941/2020/SINFRA/ROO.**

Rondonópolis-MT, 23 de abril de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente da Comissão de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 56/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 56/2020**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONTROLE EMERGENCIAL DE EROSÕES EM VÁRIOS LOCAIS, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 208.200,24 (duzentos e oito mil, duzentos reais e vinte e quatro centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Estado (DOE)**, **Diário Oficial do Município – DIORONDON** e no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 22 de abril de 2020.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 21/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a concorrência pública em epígrafe às 09:00 horas do dia 26 (vinte e seis) de maio de 2020, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes nº.s 01 e 02, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: *PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO CBUQ E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DOS BAIRROS: PARQUE UNIVERSITÁRIO, JARDIM PAINEIRAS E JARDIM OASIS*, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ANEXO AO EDITAL".** Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas em dias úteis***, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 23 de abril de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 19/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados, através da Comissão Permanente de Licitação, que a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 19/2020, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO CBUQ E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ANEXO AO EDITAL", **FICA PRORROGADA A DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES PARA O DIA 25/05/2020, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, LOCALIZADA A AV. DUQUE DE CAXIAS, 1.000, VILA AURORA, TENDO EM VISTA A ADEQUAÇÕES NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO EDITALÍCIA, CONFORME O OFICIO Nº 941/2020/SINFRA/ROO.**

Rondonópolis-MT, 23 de abril de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2020

Texto:

1.1 **AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE OXIGENIO PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAUDE -UBS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, EM DECORRÊNCIA DA EPIDEMIA DO CORONAVIRUS -COVID-19**.

EMPRESA: CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: . 16.917.181/0001-55

DATA DA ASSINATURA: 06 de Abril de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 01/2020

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Carta Convite n. 01/ 2020, cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMAS DE PONTES DE MADEIRAS NO CORREGO DO BURITI DE 7 METROS E CORREGO DO IVO DE 16 METROS, LOCALIZADA NO DISTRITO DO ARRUDA, NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 23/04/2020 após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

02 – MKB ENGENHARIA & CONSTRUTORA, inscrita no CNPJ n. 28.836.771/0001-32, representada neste ato pelo proprietário o Sr. **MAIKO CLEOMIR BRUSTOLIN**, portador do CPF n. 009.338.401-79;

ROSÁRIO OESTE, 23 DE ABRIL DE 2020.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

Retificação Resultado Carta Convite 001/2020

Onde se lê: Presidente da CPL. 16.03.2020.

Leia-se: Presidente da CPL. 16.04.2020.

Neuza Pereira de Pinho

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 561/2020

Lei Municipal nº 561/2020

Dispõe sobre a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial, na Lei Municipal nº 555/2019, LOA 2020 e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu**, Senhor Marcos de Sá Fernandes da Silva, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Santa Cruz do Xingu, para o exercício financeiro de 2020, no valor de ***R$* 510.000,00 *(quinhentos e dez mil reais)***, destinado a reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete da Secretaria

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 006 - Infra estrutura Rural

Projeto/Atividade: 2228 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores-Fethab R$ 300.000,00

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 200.000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.30.00.000 – Recursos do Fethab R$ 200.000,00

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 100.000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.30.00.000 – Recursos do Fethab R$ 100.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0016 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2229 - Superávit Financeiro Exercícios Anteriores - Emenda Parlamentar - Custeio 25500020101222015452553 92 - R$ 210.000,00

Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 - Vencimento e Vantagens Fixa R$ 57.000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas de Impostos e Transferências R$ 57.000,00

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 - Material de Consumo R$ 100.961,96

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas Impostos e Transferências R$ 100.961,96

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 52.038,04

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas Impostos e Transferências R$ 52.038,04

Art. 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2019, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

Recursos de exercícios anteriores		
Fonte de Recursos	**Discriminação**	**Valor**
330	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - Fethab	R$ 300.000,00
346	Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde	R$ 210.000,00
Total		R$ 510.000,00

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do presente crédito especial nas demais peças de planejamento – PPA do período de 2018 a 2021 e LDO 2020.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal - Santa Cruz do Xingu-MT, em 09 de março de 2020.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 563/2020

Lei Municipal nº 563/2020

Dispõe sobre a concessão de reposição inflacionária a todos os servidores da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, República Federativa do Brasil, em cumprimento às atribuições que a Lei lhe confere, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu DECRETA, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Ao propósito de repor as perdas inflacionárias e o real poder aquisitivo da moeda, fica concedida reposição de **4,31 (quatro vírgula trinta e um por cento)** sobre o vencimento básico de todos os servidores Públicos Municipais efetivos e comissionados vinculados ao Poder Legislativo de Santa Cruz do Xingu - MT, baseada na variação acumulada do IPCA referente ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019.

Parágrafo único - A reposição salarial estabelecida no *caput* deste artigo será aplicada a partir do dia 01 de janeiro de 2020;

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente para o Poder Legislativo para o Exercício de 2020.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal -Santa Cruz do Xingu-MT, em 09 de março de 2020

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a publicação da Dispensa de Licitação - Publicação nº 001/2020 publicado em 20 de abril de 2020 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XV | N° 3.462**,** pagina 328, por motivos de erro formal, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

Valor de R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

Lê-se:

Valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Santa Rita do Trivelato - MT, 24 de abril de 2020.

FABIO LOHMANN

I Diretor Executivo Santa Rita Previ

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0180/2020 DE 16 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA Nº 0180/2020

DE 16 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR ELIEZEL LUIZ RAMOS URUGUAY PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Eliezel Luiz Ramos Uruguay**,** CPF sob nº 732.194.441-72, como Fiscal do Contrato de Rateio nº 001/2020, cujo objeto é: contrato a consecução das ações previstas na Lei Municipal nº 575/2017, sancionada em 19/12/2017, que ratifica o protocolo de intenções e autoriza a participação da Consorciada no Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, fornecedor é a empresa Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 16 DE ABRIL DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0181/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS, portadora do RG nº 63495000 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 028.434.539-33, no período de 27/04/2020 A 10/05/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de Abril de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DECRETO 1433/2020

DECRETO Nº. 1433/2020

Nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de Santa Terezinha para recondução de mandato.

Euclésio José Ferretto, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando que os conselheiros titulares e suplentes, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, serão reconduzidos ao mandato, coletivamente, perante a Secretária Municipal de Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Membros Titulares e Suplentes eleitos do Conselho Municipal de Assistência Social – **CMAS** de Santa Terezinha, para recondução de mandato, conforme discriminação abaixo:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

a) Titular: Ana Raquel Correia Ribeiro CPF.: 885.157.011-00 b) Suplente: Ana Paula Vieira Pinto CPF.: 023.620.461-09

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação

a) Titular: Leidiane Costa da Silva b) CPF: 010.805.491-88 c) Suplente: Rodrigo Pereira Luz CPF.: 420.236.211-91

III - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças

a) Titular: Jusamy Pereira da Silva CPF.: 513.966.021-00 b) Suplente: Wutacherdis Silva Gomes CPF.: 056.805.941-70

IV –Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

a) Titular: Letycia Pires de Oliveira CPF.: 910.175.561-72 b) Suplente: Ailton Aparecido Morais Galeno CPF.: 899.997.161-49

V - Representantes da Secretaria Municipal de Administração

a) Titular: Odirley Silva Pereira CPF.: 942.709.491-34 b) Suplente: Isis SolentoFerretto CPF.: 030.047.121-13

VI- Representantes da Conselho Comunitário de Segurança Pública-CONSEG

a) Titular: Eliomar Noleto Silva CPF.: 604.613.731-49 b) Suplente: Hernandes Silva De Oliveira CPF.: 846.102.801-59

VII - Representantes da Câmara de Dirigentes Legistas-CDL

a) Titular: Ercina Barros da Cunha Oliveira Souza CPF.: 966.318.801-49 b) Suplente: Lucia Helena Ribeiro Monteiro CPF.: 015.377.181-00

VIII - Representantes da Associação de Beneficiários de Programas Sociais

a) Titular: Jaci Noleto Silva CPF.: 011.661.761-69 b) Suplente: Mônica Barbosa Costa CPF.: 035.741.891-33

IX - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público-SINTEP

a) Titular: Edna Moreira Pereira Araújo Santana CPF.: 433.077.601-49 b) Suplente: Rosane Pereira Meneses Barros CPF.: 535.537.131-00

X - Representantes da Conselho Regional de Assistência Social-CRESS

a) Titular: Morgana Fonseca Barros CPF.: 898.463.701-72 b) Suplente: Leonice de Aguiar Coelho Oliveira CPF.: 993.599.101-63

Decreto, em conformidade com a norma prevista na Lei Municipal nº 230/1996 de 27/03/1996, não serão remunerados, sendo considerado o exercício do mandato como atividade relevante de interesse público.

Art. 2º - O mandato dos membros do CMAS, nomeados para a recondução, por este Decreto, será de (2) dois anos, sem possibilidade de nova recondução.

Art. 3º - Os membros nomeados por este Decreto deverão fazer cumprir as determinações da Lei 230/1996, Lei Municipal nº 663/2016 e Lei 589/2013 de 04/12/2013.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Santa Terezinha, 22 de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 017/2020

EXTRATO DE CONTRATO 017/2020

O MUNICIPIO DE SANTO AFONSO NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU GESTOR MUNICIPAL TORNA PÚBLICO A QUEM INTERESSAR O EXTRATO DE CONTRATO DE N° 017/2020.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS LABORATORIAIS, EM ATENDIMENTO AOS INTERESSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: RINALDI & COGO LTDA - CNPJ: 07.269.677/0001-79

Assinado em: 23/04/2020. – Vencimento: 31/12/2020

VALOR: R$ 143.216,14 (cento e quarenta e três mil duzentos e dezesseis reais e quatorze centavos).

SANTO AFONSO/MT, 23 DE ABRIL DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2020

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 007/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12(doze) meses contados a partir data de assinatura da presente ata.

Aos 22 dias do mês de Abril de 2020, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **Joabe Almeida dos Santos**,brasileiro, divorciado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, s/nº, Centro, Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 865415 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. 567.930.141-53, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **J. A DE ABREU ARAUJO - ME**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 29.304.152/0001-60, estabelecida à Av. Mato Grosso, n° 05, Centro, Nova Marilândia/MT, representada neste ato pelo seu proprietário, Sr. João Antônio de Abreu Araújo, empresário, brasileiro, casado, residente à Rua São Paulo, nº 20, Renascer, Nova Marilândia/MT, portador da Cédula de Identidade n. 19795505 SSP/MT e CPF n. 037.764.081-62, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial. 007/2020 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência ANEXO Ideste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata será o Registro de Preço para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 007/2020,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n.8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. JOABE ALMEIDA DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 007/2020** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

Nome: J.A DE ABREU ARAUJO – ME. **CNPJ:** 29.304.152/0001-60 **Inscrição Estadual:** 13.710.343-3 **Endereço:** Av. Mato Grosso, n° 05, Centro. **Cidade/Estado:** Nova Marilândia/MT. **CEP:** 78415-000 **Telefones:** (65)98477-0945 **E-mail:** joseantonioabreu29@gmail.com **Representante Legal:** João Antônio de Abreu Araújo. **RG:** 19795505 SSP/MT **CPF:** 037.764.081-62

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS					
DOTAÇÃO - 11.002.08.122.0003.2012.339030.000000 RED 376 FONTE 129					
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	60	KG	PÃO DE COCO	R$ 10,79	R$ 647,40
2	45	KG	PÃO DE FORMA	R$ 11,44	R$ 514,80
3	42	KG	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	R$ 11,45	R$ 480,90
VALOR TOTAL.....					**R$ 1.643,10**

ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS					
DOTAÇÃO - 11.002.08.122.0003.2012.339030.000000 RED 376 FONTE 100					
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	548	KG	PÃO DE COCO	R$ 10,79	R$ 5.912,92
2	410	KG	PÃO DE FORMA	R$ 11,44	R$ 4.690,40
3	404	KG	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	R$ 11,45	R$ 4.625,80
VALOR TOTAL					**R$ 15.229,12**

ASSISTÊNCIA SOCIAL - AÇÃO SOCIAL					
DOTAÇÃO - 11.002.08.122.0003.2012.339030.000000 RED 376 FONTE 143					
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	45	KG	PÃO DE COCO	R$ 10,79	R$ 485,55
2	22	KG	PÃO DE FORMA	R$ 11,44	R$ 251,68
3	41	KG	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	R$ 11,45	R$ 469,45
VALOR TOTAL					**R$ 1.206,68**

ASSISTÊNCIA SOCIAL - AÇÃO SOCIAL					
DOTAÇÃO - 11.002.08.122.0003.2010.339030.000000 RED 361 FONTE 100					
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	410	KG	PÃO DE COCO	R$ 10,79	R$ 4.423,90
2	207	KG	PÃO DE FORMA	R$ 11,44	R$ 2.368,08
3	552	KG	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	R$ 11,45	R$ 6.320,40
VALOR TOTAL					**R$ 13.112,38**

EDUCAÇÃO RECURSO PROPRIO					
DOTAÇÃO: 07.001..12.122.0003.339030.000000 RED 138 FONTE 101					
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	760	KG	PAO DE COCO	R$ 10,79	R$ 8.200,40
2	300	KG	PAO DE FORMA	R$ 11,44	R$ 3.432,00
3	550	KG	PAO PARA CACHORRO QUENTE	R$ 11,45	R$ 6.297,50
VALOR TOTAL					**R$ 17.929,90**

VALOR TOTAL: R$ 49.121,18 (quarenta e nove mil cento e vinte e um reais e dezoito centavos).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

5.3. Entregar os produtos objetos desta Licitação **será diariamente**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

5.4. Fornecer os produtos embalados nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante.

5.5- Substituir às suas expensas, os produtos que se encontrarem defeituosos, dentro das condições de garantia estipuladas pelo fabricante;

5.6- Todos os produtos adquiridos deverão estar dentro do seu prazo de validade; caso ocorra algum produto vencido estes serão devolvidos;

5.7. Na falta de qualquer produto cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro produto similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o "CONTRATANTE". **5.8**. Substituir produto rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 01(um) dia útil. **5.9.** Substituir o produto, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao "CONTRATANTE", rejeitar o produto, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **5.10**. No momento do desembarque dos produtos, os responsáveis da "CONTRATADA" deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo "CONTRATANTE". **5.11**. Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do produto e/ou peso deficiente do mesmo.

5.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

5.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de produtos impróprios para o consumo. **5.16**. Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

5.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros,Decorrentes do próprio fornecimento

dos produtos;

5.18. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

5.19. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente o fornecimento, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

6.6. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento fora das especificações deste Edital;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos gêneros alimentícios, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretario Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 007/2020**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Afonso/MT, 22 de Abril de 2020.

Município de Santo Afonso - Joabe Almeida dos Santos

CONTRATANTE

J. A DE ABREU ARAUJO – ME

CNPJ: 29.304.152/000160

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Michele Guedes Rodrigues - CPF: 038.507.181-74

Nome: Mirian Alves de Lima - CPF: 050.189.121-89

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 055/2020

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora **Sr. EDELWEISS SOUTO FELISBINO JUNIOR,** AGENTE DE FISCALIZAÇÃO, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 016/2020, tendo como objeto: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, DE ESCRITÓRIO, DE EXPEDIENTE, E DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT".**

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará a fiscal obrigada a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 23 DE ABRIL DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº054/2020

EMENTA: NOMEIA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 001/2020, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS ,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeada a **COMISSÃO** para realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n°. 001/2020,** no âmbito do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT, composta pelos seguintes membros:

- Kennia Regina Fabricio Dos Santos – CPF: 026.438.671-06 – PRESIDENTE

- Gilberto Bernardino de Farias – CPF: 427.869.081-91 - VICE-PRESIDENTE

- Elisangela Moura dos Santos – CPF: 018.890.041-11 - RELATOR

Art. 2º - A COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, de que trata o artigo anterior será responsável pela abertura, realização, avaliação, homologação e publicação de processo seletivo simplificado, a ser executado no âmbito do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT, na forma da lei.

Art. 3º - As atribuições das respectivas funções são previstas em lei e restritas a ela, e, os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 23 DE ABRIL DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 015/2020

EXTRATO DE CONTRATO 015/2020

O MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU GESTOR MUNICIPAL TORNA PÚBLICO A QUEM INTERESSAR O EXTRATO DE CONTRATO DE N° 015/2020.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE VEICULO VEÍCULO DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES, DENOMINADO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE) E ÔNIBUS URBANO ESCOLAR ACESSÍVEL (ONUREA) EM ATENDIMENTO AS ENTIDADES EDUCACIONAIS.

CONTRATADO: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA – CNPJ: 06.020.318/0001-10

Assinado em: 16/04/2020. – Vencimento: 31/12/2020

VALOR:R$- 222.900,00 (Duzentos e vinte dois mil e novecentos reais).

SANTO AFONSO/MT, 16 DE ABRIL DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - **PREFEITO MUNICIPAL**

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 016/2020

EXTRATO DE CONTRATO 016/2020

O MUNICIPIO DE SANTO AFONSO NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU GESTOR MUNICIPAL TORNA PÚBLICO A QUEM INTERESSAR O EXTRATO DE CONTRATO DE N° 016/2020.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, DE ESCRITÓRIO, DE EXPEDIENTE, E DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

CONTRATADO:G.C FIGUEIREDO-ME - CNPJ: 86.739.737/0001-46

Assinado em: 23/04/2020. – Vencimento: 31/12/2020

VALOR: R$ 171.110,70 (cento e setenta e um mil cento e dez reais e setenta centavos).

SANTO AFONSO/MT, 23 DE ABRIL DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS - **PREFEITO MUNICIPAL**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 053/2020

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora **Sra. ELISANGELA MOURA DOS SANTOS,** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 015/2020, tendo como objeto: **“AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES, DENOMINADO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE) E ÔNIBUS URBANO ESCOLAR ACESSÍVEL(ONUREA) EM ATENDIMENTO ÀS ENTIDADES EDUCACIONAIS DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO PREGÃO IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E NA PROPOSTA VENCEDORA, OS QUAIS INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO”**

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará a fiscal obrigada a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 23 DE ABRIL DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO AMIGAVEL DO CONTRATO 032/2019

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO 032/2019

O município de Santo Afonso, neste ato apresentado pelo Prefeito Municipal Sr. Joabe Almeida dos Santos comunica a quem for de interesse que na data de 23/04/2020 foi formalizada a rescisão amigável do contrato 032/2019. Ass – 29/05/2019, Venc – 29/05/2020.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA O MUNÍCIPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME CONVÊNIO SICONV N° 864333/2018, CARACTERIZADA DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA NOVA, 01 (UMA) GRADE ARADORA E 01 (UMA) GRADE NIVELADORA EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.

Contratado: TORK SUL COMERCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA. – CNPJ: 05.662.12/0007-30

Valor: R$ 224.900,00 (duzentos e vinte e quatro mil novecentos reais)

Santo Afonso/MT, 23 de Abril de 2020.

Joabe Almeida dos Santos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SEGUNDO EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO N° 006/2019 PARA O SEGUINTE OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A SUPRESSÃO DO VALOR DO COMBUSTÍVEL . Valores Diesel comum: R$ 3,600 valor por litro, Diesel S1-10 : R$ 3,680 valor por litro, Gasolina comum: R$ 4,050 valor por litro, Etanol : R$ 2,640 valor por litro. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT ,inscrita no CNPJ:03.507.555/0001-12.CONTRATADA: COMERCIAL VILLA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.005.520/0002-01.DATA DE ASSINATURA:20/04/2020. Santo Antônio de Leverger–MT, 20 de ABRIL de 2020.Valdir Pereira de Castro Filho Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado, através da Portaria nº 195/2020 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases, *para todos os efeitos, a saber:*

I. Divulgar o Resultado Preliminar da Análise Curricular no Anexo I deste Edital.

II. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 4.0 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2020, devendo ser por escrito e endereçada à Comissão Permanente Organizadora do Processo Seletivo na Coordenadoria de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal.

III. O presente Edital com a as alterações estão disponíveis no endereço eletrônico: https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br, afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de Abril de 2020.

Ronaldo Martins de Amorim

Gerente de Cidade

Ita Roberta Soares

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Sonia Nívia Brunetta Muhlbeier

Secretária da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Cilsa Aparecida de Sousa Crecencio

Membro da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

ANEXO I

Nº INSCRIÇÃO	NOMES	ESPERIÊNCIA NA ÁREA DA SAÚDE NO SETOR PÚBLICO	FORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE	EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE NO SETOR PRIVADO	EXPERÊNCIA NA ÁREA PÚBLICA	EXPERÊNCIA NA ÁREA PRIVADA	TOTAL DE PONTOS
10	ALAICE LOURDES DA SILVA OLIVEIRA	-	1,00	1,50	-	1,75	4,25
04	LUZIA TAUFMAM	1,00	1,00	-	-	-	2,00
01	FELIPE MOREIRA FERNANDES	-	2,00	-	-	-	2,00
02	GECICA DE SOUZA CARDOSO	-	2,00	-	-	-	2,00
03	IZABEL AMORIM DE SOUZA	-	2,00	-	-	-	2,00
13	LEONIR MACEDO DE SOUZA	-	1,00	-	-	-	1,00
06	MARIA HELENA PAES DE OLIVEIRA	-	-	-	-	1,00	1,00
07	SIRLENE LOPES ALEXANDRE DE PAIVA	-	-	-	-	1,00	1,00
12	JUNIOR CESAR TORQUATO	-	-	-	0,50	0,25	0,75
05	ELSON MARQUES DE MORAIS	-	-	-	-	-	0,00
09	MARIA ELENA AGOSTINI MARQUES	-	-	-	-	-	0,00
11	ANTONIO GABRIEL AGOSTINI MARQUES	-	-	-	-	-	0,00
14	KETLYN DAVILA SILVA LEAL	-	-		-	-	0,00
08	PETERSON FANUEL DE JESUS	-	-	-	-	-	0,00

JURIDICO
DECRETO Nº 035/2020

DECRETO Nº 035/2020

DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a atualização das medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporários, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus no Município de Santo Antônio do Leste.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de assegurar aos Municípios, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 11.110, de 22 de abril de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial, ainda que artesanais, no Estado de Mato Grosso como medida não farmacológica complementar à prevenção da propagação da COVID-19;

CONSIDERANDO ainda as diretrizes do Decreto nº 462/2020 de 22/04/2020 do Governo do Estado de Mato Grosso.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto atualiza as diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus no Município de Santo Antônio do Leste.

Art. 2º. Ficam autorizados o funcionamento das seguintes atividades:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância e a custódia de presos;

IV – transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

V – telecomunicações e internet;

VI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas, ficando vedado, o consumo de alimentos e bebidas no local do estabelecimento;

VII – serviços funerários, ficando os funerais limitados a 20 (vinte) pessoas, salvo em caso de medida mais restritiva imposta pelo órgão sanitário competente;

VIII – vigilância e certificações sanitárias e fotossanitárias;

IX – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e da doença dos animais;

X – serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;

XI – serviços postais;

XII – transporte e entrega de cargas em geral;

XIII – fiscalização ambiental;

XIV – distribuição e comercialização de combustíveis;

XV – fiscalização do trabalho;

XVI – atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestividade dos serviços públicos;

XVII – clínicas veterinárias e estabelecimentos que comercializam produtos e medicamentos veterinários;

XVIII – transporte coletivo municipal, sem exceder a capacidade de passageiros sentados;

XIX – obras de infraestrutura pública;

XX – salões de beleza, clínicas de estética e congêneres;

XXI – academias de ginástica.

Art. 3º. O horário de expediente nas repartições públicas será de 06 (seis) horas diárias, sendo este realizado no seguinte período: 07h00min. às 13h00min.

Parágrafo Único. Ao Centro Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Obras, o horário de expediente deverá ser realizado na carga horária de 08 (oito) horas diárias, sendo este realizado no seguinte período: 07h00min às 11h00min., e 13h00min às 17h00min. Respeitando-se o intervalo para o almoço de 02 (duas) horas.

Art. 4º. Durante a vigência deste Decreto, fica suspenso o atendimento ao público nas repartições públicas.

Art. 5º. Em todo o Município de Santo Antônio do Leste, os cidadãos e os estabelecimentos públicos e privados ficam orientados a adotar as seguintes medidas de prevenção e combate à infecção por coronavírus:

I – evitar a circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II – disponibilizar locais adequados para lavagem freqüente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III – ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclado de computador, entre outros;

IV – evitar a realização de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V – controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI – vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII – manter os ambientes arejados por ventilação natural;

§ 1º Para realização de atividades de cunho religioso, sem prejuízo da observância, no que couber, das normas gerais previstas no artigo 5º deste Decreto, ficam determinadas as seguintes medidas:

I – disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

II – distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

III – controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV – suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

V – suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VI – suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinqüenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso.

§ 2º As academias de ginástica e praças públicas poderão ser utilizadas desde que observando as medidas elencadas no artigo 5º deste Decreto, dentre elas o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, ficando vedado o acesso sem o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, pelos usuários.

Art. 6º. Fica vedada a prática de esportes coletivos em todo o âmbito do Município de Santo Antônio do Leste.

Art. 7º. Fica vedado a realização de transporte (frete) dos povos indígenas superiores a 05 (cinco) pessoas em qualquer localidade do Município, afim de que se evite aglomerações.

Art. 8º. Fica vedada a emissão de alvarás aos vendedores ambulantes que desejarem se instalar neste Município.

Art. 9º. Este Decreto revoga as disposições previstas nos Decretos nº 020/2020, 023/2020, 025/2020, 029/2020 e 032/2020, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Leste, 23 de abril de 2.020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 226 DE 15 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA **Nº 226** de 15 de abril de 2020.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **LEANDRO CAMPELO ADORNO,** brasileiro, portador do RG 1289665-9 SSP/MT, CPF nº 878.098.421-53, residente e domiciliado no Distrito de Espigão do Leste no Município de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor designado responderá pela função junto ao Contrato **nº 022/2020**, sendo a contratada empresa **L.P. DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO -ME, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 05.511.353/0001-70**, com a finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL,** paraConstrução de uma Quadra Coberta com Arquibancada e Vestiário no Distrito de Espigão do Leste, no Município de São Félix do Araguaia - MT, Conforme Projeto Básico de Engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma de Desembolso, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitário, Edital e Minuta de Contrato**,** no Município de São Félix do Araguaia – MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 15 de abril de 2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
ACHA-SE ABERTA LICITAÇÃO ABAIXO DESCRITA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2020

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

Pregão Presencial nº. 010/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2020

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que encontra - se aberta à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Tendo por Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA**AQUISIÇÃO DE UMA (01) PÁ CARREGADEIRA "CONVÊNIO SUDECO Nº 897235/2019 - PROCESSO 59800.003354/2019-51E PROPOSTA 055628/2019, E UMA (01) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, ORIUNDO DO CONVENIO MAPA Nº 887619/2019, em consonância à PROPOSTA DE Nº 003905/2019; De acordo com as especificações e quantidades descritas no Plano**

de Trabalho e Plano de Aplicação Financeira Detalhada do referido Convenio e especificações e quantidades descritas no Edital e Termo de Referência - Anexo I.O Credenciamento será realizado das 09h00-mim até as 09h30min do dia 08 DE MAIO DE 2020(sexta- feira). Na Avenida Araguaia 248 Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 09h300min, (horário de expediente da Prefeitura/horário de Brasília) na mesma data e local". A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Lídia.

São Felix do Araguaia – MT, 23 de abril de 2020.

Lidia Barbosa de Brito

Pregoeira Oficial

Port.718/2019

Visto: JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 41/2020 - DE 23 DE ABRIL DE 2020

Altera funcionamento BARES, LANCHONETES, SORVETERIA CONGENERES E TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, e Consolida as medidas temporárias para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere por Lei;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 462/2020, de 22 de abril de 2020, do Governo Estadual;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança da nossa po pulação, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas a disseminação do COVID19.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto ALTERA funcionamento BARES, LANCHONETES, SORVETERIA CONGENERES E TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, e Consolida as medidas temporárias para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Enquanto vigente este decreto, fica permitido com restrições o funcionamento de:

I - Padarias, Restaurantes, Bares, Sorveteria, Lanchonetes e congêneres;

II Transporte Coletivo Intermunicipal, e Transporte de Feirantes Municipal E Intermunicipal.

Art. 3º Enquanto vigente este decreto, ficam permitidas, o funcionamento no local de Padarias, Restaurantes, Bares, Sorveteria, Lanchonetes e congêneres , sob as seguintes condições:

I funcionar com 50% das mesas;

II em cada mesa apenas 02 cadeiras;

III o cliente poderá permanecer no local por no máximo 60 minutos;

I V em caso de sinuca apenas 02 pessoas por mesa;

V duração de 01hora o culto ou missa;

VI disponibilizar álcool em gel nos balcões e em cada porta de entrada ou saída;

VII obedecer a distancia das mesas de no mínimo de 1,5m;

VIII- disponibilizar sabão ou detergente nos banheiros;

IX Uso de máscaras por parte dos clientes;

X não ter nenhum contato físico, afetivo, como aperto de mão ou abraços entre as pessoas;

XI evitar pessoas do grupo de risco (idosos com mais de 60 anos, diabéticos, hipertensos, crianças, grávidas, pessoas com baixa imunidades ou que possua doenças que causa baixa imunidade).

Parágrafo único As atividades listadas deste artigo devem seguir rigorosamente as respectivas exigências sanitárias, mantendo higienização constante do estabelecimento, mesas, cadeiras, tacos de sinucas etc para prevenir a disseminação do coronavírus.

Art. 4º Enquanto vigente este decreto, ficam permitidas, do Transporte Coletivo Intermunicipal, e Transporte de Feirantes Municipal E Intermunicipal. , sob as seguintes condições:

I funcionar com a capacidade reduzida 50% ;

II passageiros todos sentados em poltronas alternadas;

III sem exceder a capacidade de passageiros sentados;

IV disponibilizar álcool em gel na entrada e saída dos veículos;

V obedecer a distância de no mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI- Uso de máscaras por parte dos clientes;

VII não ter nenhum contato físico, afetivo, como aperto de mão ou abraços entre as pessoas;

VIII - assepsia das poltronas toda vez que um passageiro desocupar;

IX evitar o transporte de pessoas do grupo de risco (idosos com mais de 60 anos, diabéticos, hipertensos, crianças, grávidas, pessoas com baixa imunidades ou que possua doenças que causa baixa da imunidade).

Parágrafo único As atividades listadas deste artigo devem seguir rigorosamente as respectivas exigências sanitárias, mantendo higienização constante dos veículos, mediante assepsia da parte interna do veículo após a finalização de cada atendimento para prevenir a disseminação do coronavírus.

Art. 5º As atividades listadas nos incisos acima devem manter controle de acesso para

Evitar aglomerações de pessoas.

Art. 6º O funcionamento das atividades privadas de que tratam os artigos 3º e 4º deve respeitar o distanciamento mínimo de 1,5m ente as pessoas e obrigatoriamente seguir as demais normas sanitárias de prevenção à disseminação ao coronavírus. /

Art. 7º Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos art. 3º e 4º devem adotar todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do coronavírus, de acordo com as normas sanitárias vigentes.

§1º Compete ao órgão municipal de vigilância sanitária promover fiscalização prioritária sobre as medidas de que trata o caput deste artigo.

2º Compete à Polícia Militar dar apoio operacional exclusivamente para o cumprimento deste decreto.

Art. 8º Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos artigos 3º e 4º ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, conforme parâmetro definidos em ato normativo do órgão de vigilância sanitária.

Art. 9º Em caso de descumprimento das normas sanitárias e consumeristas dispostas nos artigos 5º e 6º, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pela pessoa jurídica fiscalizadas e por seus representantes legais.

Art. 10-º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 23 DE ABRIL DE 2020

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____ __/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 93/2020

PORTARIA Nº 093/2020

DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETOR DE DEPARTEMENTO DE CULTURA ESPORTE E LAZER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve**:**

Art. 1º Designa o Secretário Municipal de Governo **RUBERSON GOMES DE OLIVEIRA**, como responsável para exercer a função de Diretor de Departamento de Cultura Esporte e Lazer, junto ao Município de São José do Xingu-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 22 de abril de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 056/2020.

DECRETO Nº 056/2020.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 22 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor **RUBERSON GOMES DE OLIVEIRA** do cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Cultura Esporte e Lazer de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 22 de abril de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 092/2020

PORTARIA Nº. 092/2020

DE 22 DE ABRIL DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL”.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 19 da Lei 492/2012;

CONSIDERANDO que a servidora **JACKSIANA DE SOUSA SILVA** tomou posse em seu cargo de Técnico em Sistemas do Processo Regulatório em 10 de fevereiro de 2014.

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a Progressão Vertical Nível “02” para Nível “03” a servidora Jacksiana de Sousa Silva, servidora pública municipal, exercendo o cargo efetiva de Técnico em Sistemas do Processo Regulatório.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 22 de abril de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 58/2020,

DECRETO N. 58/2020, - DE 23 DE ABRIL DE 2020.

Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

Vanderley Soares da Silva, Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, legais e

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 32/2020, de 18 de março de 2020, e suas respectivas alterações;

CONSIDERANDO a atualização dos critérios de aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, para prevenção do COVID-19 estabelecidas pelo Decreto n. 462, de 22 de abril de 2020, expedido pelo Estado de Mato Grosso que revoga o Decreto n. 432, de 31 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, XII, da Constituição Federal, que atribui competência concorrente à União e aos Estados para legislar sobre defesa da saúde, cabendo àquela a edição de normas gerais (art. 24, § 1º) e a estes o exercício da competência suplementar (art. 24, § 2º);

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que na ADI nº 1007811-16.2020.8.11.0000, manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso entendeu que os municípios têm autonomia e competência legislativa para adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas e de atividades econômicas privadas conforme as peculiaridades locais;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus;

CONSIDERANDO que não há casos confirmados no município de São José do Xingu de infectados e de vítimas de COVID-19;

CONSIDERANDO que havendo confirmação de algum caso no município poderá haver adoção de medidas mais restritivas ao funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados;

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Decreto consolida as medidas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus.

Art. 2º - Enquanto vigente este decreto, fica vedado o funcionamento de:

I - casas de shows;

II - festas;

III - outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

Parágrafo único. Ficam suspensas as atividades escolares públicas e privadas até 04 de maio de 2020 ou outra data definida em eventual Decreto Estadual.

Art. 3º - Enquanto vigente este decreto, ficam permitidas, sob condições, as seguintes atividades:

I - transporte coletivo municipal, sem exceder a capacidade de passageiros sentados;

II - transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi, vedada a utilização do banco dianteiro do passageiro e mediante assepsia da parte interna do veículo após a finalização de cada atendimento;

III - velório, com até 40 (quarenta) pessoas;

IV - transporte coletivo municipal de funcionários, custeado pelos respectivos empregadores, com metade da capacidade de lotação;

V - agências bancárias e lotérica, com entrada de no máximo cinco pessoas na parte interna e perfilamento de pessoas com no mínimo 1,5m (um metro e meio) de distância na área externa do estabelecimento.

VI – academias desde que limitado a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade permanecendo as pessoas com distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

VII – igrejas podendo ser abertas com capacidade de pessoas reduzida em 50% (cinquenta por cento) e com distanciamento entre pessoas de mínimo 1,5m (um metro e meio);

VIII – As feiras livres devendo manter distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre barracas e os feirantes adotar medidas para que não haja aglomeração de pessoas, ficando a Secretaria Municipal de Agricultura determinada a realizar as intervenções necessárias em ruas e avenidas para ampliar o distanciamento mínimo das barracas.

IX - parques públicos e praças desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

X – aulas de atividades físicas como: ballet, lutas marciais, pilates e congêneres, autorizado as pessoas fora do grupo de risco desde que realizadas ao ar livre ou em ambiente privado aberto obedecido o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

XI – clubes recreativos desde que observado o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

Parágrafo único - As atividades listadas nos incisos deste artigo devem seguir rigorosamente as respectivas exigências sanitárias, mantendo higienização constante do estabelecimento ou veículo para prevenir a disseminação do coronavírus.

Art. 4º - Fica permitido ainda o funcionamento das seguintes atividades:

I - supermercadistas de pequeno, médio e grande porte, atacadista e pequeno varejo alimentício;

II - padarias, com limitação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade e com mesas em distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

III - restaurantes, lanchonetes, espetarias, pizzarias, cafés e congêneres com limitação de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade e com mesas em distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

IV - lojas de conveniência, bares e distribuidoras de bebidas, com limitação de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade e com mesas em distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

V - açougues e peixarias;

VI - distribuidoras de gás de cozinha;

VII - hospitais, clínicas e serviços de assistência à saúde humana e de animais;

VIII - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

IX - farmácias e drogarias;

X - comércio de alimentos e medicamentos destinados a animais;

XI - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

XII - estabelecimentos que comercializam peças automotivas, materiais elétricos e de construção com limitação de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade;

XIII - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e de derivados, inclusive postos de combustíveis;

XIV - prestadores de serviços de manutenção de ar condicionado, rede elétrica e abastecimento de água;

XV - oficinas mecânicas;

XVI - restaurantes e congêneres localizados em rodovias estaduais e federais com limitação de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade e com mesas em distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

XVII - transporte e circulação de mercadorias e insumos para as atividades listadas nos artigos 2º e 3º;

XVIII - telecomunicação e internet;

XIX - serviço de *call center*;

XX - captação, tratamento e distribuição de água;

XXI - captação e tratamento de esgoto e de lixo;

XXII - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

XXIII - iluminação pública;

XXIV - serviços postais;

XXV - controle e fiscalização de tráfego;

XXVI - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados "data center" para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXVII - indústrias;

XXVIII - serviços agropecuários;

XXIX - transporte de numerário;

XXX - serviços de imprensa e as atividades a eles relacionados, por todos os meios de comunicação e de divulgação disponíveis, incluídos a radio-

difusão de sons e de imagens, a internet, os jornais, as revistas, dentre outros;

XXXI - monitoramento de construções que possam acarretar risco à segurança;

XXXII - mercado de capitais e de seguros;

XXXIII - atividades e serviços agropecuários e veterinários e de cuidados com animais em cativeiro;

XXXIV - atividades médico-periciais;

XXXV - serviços de manutenção, de reparos ou de consertos de veículos, de pneumáticos, de elevadores e de outros equipamentos essenciais ao transporte, à segurança e à saúde, bem como à produção, à industrialização e ao transporte de alimentos e de produtos de higiene;

XXXVI - produção, distribuição e comercialização de equipamentos, de peças e de acessórios para refrigeração, como os serviços de manutenção de refrigeração.

XXXVII - serviços funerários;

XXXVIII - concessionária e revendedoras de veículos;

XXXIX – barbearia, salão de beleza e congêneres, com limitação de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade e com cadeiras em distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

XL - lojas de departamento e congêneres, com limitação de 50% (cinquenta por cento) devendo manter os clientes com distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

XLI - atividades acessórias, de suporte e de disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relacionadas às atividades e aos serviços de que tratam os incisos do art. 3º e 4º;

XLII - outros estabelecimentos comerciais, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao coronavírus.

Parágrafo único: Para efeito do inciso XL desse artigo entende-se por loja de departamento e congêneres as seguintes: confecções, roupas, calçados, artigos de decoração, brinquedos, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, papelarias, aviamentos, cosméticos, perfumarias e acessórios.

Art. 5º - Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos art. 3º e 4º, além das medidas estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual n. 462, de 22 de abril de 2020, devem adotar as seguintes medidas de assepsia para prevenção de disseminação do coronavírus, salvo regulamentação específica de saúde e medicina do trabalho em contrário:

I - controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, conforme parâmetro definidos neste Decreto e em ato normativo do órgão da vigilância sanitária.

II - manter as pessoas em perfilamento com distância mínima de 1,5 (um metro e meio);

III - colocar à disposição álcool com especificação técnica de 70% (setenta por cento) na entrada e interior do estabelecimento;

IV - os caixas de atendimento com distância mínima de 1,5m (um metro e meio);

V - realizar constantemente a limpeza com álcool 70% (setenta por cento) do ambiente interno do estabelecimento inclusive da mesa dos caixas, gondolas, janelas de freezer, resfriadores, carrinhos, balcões, pisos, cadeiras, mesas dentre outros equipamentos cujo contato humano ocorre frequentemente;

VI - adotar demais medidas determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde atendendo as normativas do Ministério da Saúde.

§ 1º Compete aos órgãos municipais de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e fiscais tributários promover fiscalização prioritária sobre as medidas de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Compete as forças de segurança dar apoio operacional para o cumprimento deste decreto.

Art. 6º - É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento das atividades e dos serviços de funcionamento permitido de que tratam os art. 3º e 4º, deste Decreto.

Art. 7º - Fica permitida a circulação de veículos no município destinada ao transporte de mercadorias e insumos necessários ao atendimento das atividades de funcionamento permitido de que tratam os artigos 3º e 4º, respeitadas as normas tributárias e ambientais correspondentes.

Art. 8º - Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos artigos 3º e 4º ficam proibidos de praticarem valores abusivos, principalmente sobre mercadorias essenciais à higienização pessoal e ambiental em relação ao coronavírus.

Art. 9º - Em caso de descumprimento das normas sanitárias e consumeristas dispostas nos artigos 5º e 6º, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pela pessoa jurídica fiscalizadas e por seus representantes legais.

Parágrafo único. Os órgãos sanitários e demais órgãos fiscalizadores do município deverão, para o cumprimento do disposto neste artigo, requisitar as Polícias Militar e Civil para aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis, inclusive a interdição temporária do estabelecimento infrator.

Art. 10 – Fica terminantemente proibido eventos, encontros, reuniões com aglomerações de pessoas em residências sob pena de responsabilização administrativa e criminal do proprietário ou promotor do evento.

Art. 11 - Fica reiterada a necessidade do uso de máscaras de proteção facial por todas as pessoas que circulem dentro do território do Estado de Mato Grosso, em todo estabelecimento público ou privado, conforme disposto na Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020 e Decreto Estadual n. 462, de 22 de abril de 2020.

Art. 12 – Ficam revogados os Decretos nº. 042/2020 e 050/2020 e §§ 9º e 11 do Art. 2º do Decreto 032/2020.

Art. 13 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

São José do Xingu-MT, 23 de abril de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2018

RETIFICAÇÃO AO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: **SEMEC – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**

VALOR GLOBAL: R$ 1.804.108,66 (UM MILHÃO OITOCENTOS E QUATRO MIL CENTO E OITO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 04/11/2019 ATÉ 04/07/2020

OBJETO O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETIVO DE PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E ADIÇÃO DE VALOR DE 22,88% DO CONTRATO 019/2018 ESTABELECIDOS PELA CLAUSULA SÉTIMA ITEM 7.1.1 E 9.1 A 9.6 DO CONTRATO DE ORIGEM.

DATA: 23/04/2020

ONDE SE LER: 04/11/2019

LER – SE: 06/08/2019

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 057/2020.

DECRETO Nº 057/2020.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 22 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **RUBERSON GOMES DE OLIVEIRA**, no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Governo, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 4. 903,17 (Quatro mil novecentos e três reais e dezessete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 22 de abril de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS DO PERÍODO DE 1º A 10 DE ABRIL DE 2020

PORTARIA Nº 130 DE 1º DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS – SANTA FÉ D'OESTE/AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição o servidor JOSÉ EMIDIO DE SOUZA, nomeado através da PORTARIA Nº 083 DE 01 DE MARÇODE 1995.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 131 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR A PEDIDO do cargo de AUXILIAR DE LABORATÓRIO o servidor CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS CAPELLETTI, nomeado através da PORTARIA Nº 264 DE 12 DE JULHO DE 2007.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 132 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor EDSON MARQUES COSTA, no período de 01/04 a 30/04/2020, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 133 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor CLEDIO BATISTA DE OLIVEIRA, no período de 01/04 a 30/04/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 134 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias aos servidores GIVANILDO DE OLIVEIRA, JOSÉ ALFREDO, OTÁVIO MONEZ NIVALDO MASSONI e WANDERLEY MUCHELETO DA SILVA, no período de 01/04 a 30/04/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 135 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial ao servidor NILSON MIRANDA DE ANDRADE, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2012/2017**, será de 90 (noventa) dias, de 01 de abril a 29 de junho de 2020.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 136 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor ALCIDES PERES, no período de 01/04 a 30/04/2020, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 137 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor JOSE SASSO PERES, no período de 01/04 a 30/04/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 138 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor LUIZ CARLOS JOSE DE OLIVEIRA, no período de 01/04 a 30/04/2020, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 139 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor MILTON GONÇALVES FERREIRA, no período de 01/04 a 30/04/2020, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 140 DE 02 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor JOSÉ CIRILO DA SILVA, no período de 02/04 a 01/05/2020, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 141 DE 03 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor JOSÉ CARLOS BOTELHO, no período de 03/04 a 02/05/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 03 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 142 DE 06 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial a servidora NILDA DE JESUS, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2014/2019**, será de 90 (noventa) dias, de 06 de abril a 04 de julho de 2020.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 143 DE 06 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial a servidora VANIR DE OLIVEIRA COSTA, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2006/2011**, será de 90 (noventa) dias, de 06 de abril a 04 de julho de 2020.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 144 DE 06 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora CELIA BERENICE BOTELHO DE SOUZA, no período de 06/04 a 05/05/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 145 DE 06 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora IRANI RODRGUES DE FARIA LOURENÇÃO, no período de 06/04 a 05/05/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 146 DE 06 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor JOÃO PAULO GAMA DE OLIVEIRA, no período de 06/04 a 05/05/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 147 DE 06 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora SONIA REGINA VETORETI GOLONI, no período de 06/04 a 05/05/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 148 DE 06 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora ELIANE RAMOS DA COSTA, PATRICIA CASAGRANDE FERREIRA ALVES e SANDRA FERREIRA BRANDÃO no período de 06/04 a 05/05/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 149 DE 07 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - CONVERTER em ABONO PECUNIÁRIO, a LICENÇA ESPECIAL, da servidora ROSANGELA APARECIDA CORREA, conforme inciso III do parágrafo I do Artigo 100 da Lei Complementar nº 005/2003, referente ao período 2010/2015.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS DO PERÍODO DE 11 A 20 DE ABRIL DE 2020

PORTARIA Nº 150 DE 14 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO E MERECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER promoção por tempo de serviço e ou merecimento, conforme Parágrafo Único do Artigo 25 e Parágrafo I do Artigo 40 da Lei complementar 004/2003 para o mês de ABRIL de 2020, conforme ANEXO I.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 151 DE 14 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL/CLASSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER elevação de nível/classe de acordo com Artigos 39 e 40 da Lei Municipal 755/98, referente ao mês de ABRIL de 2020, dos servidores constante no ANEXO I.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 152 DE 16 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - CONVERTER em ABONO PECUNIÁRIO, a LICENÇA ESPECIAL, do servidor JAIRO DE LIMA SOUZA, conforme inciso III do parágrafo I do Artigo 100 da Lei Complementar nº 005/2003, referente ao período 2011/2016.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 16 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 153 DE 16 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial a servidora IVANILDE MARIANO CUSTÓDIO, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2015/2020**, será de 90 (noventa) dias, de 06 de abril a 04 de julho de 2020.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 16 DE ABRIL DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO (PAES, BISCOITOS E SALGADOS) PARA ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS**.nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **07 de maio de 2020- 09:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 18:00 horas ou pelo site WWW.saopedrodacipa.mt.gov.br. Informações: tel. (0**66)3418-1500. São Pedro da Cipa, 23 de abril de 2020.**Fabiana Nunes Ruiz Silva Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020

JEANNE SODRE DOS SANTOS SILVA MÁXIMO- ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.437.315/0001-05, estabelecida na Rua: Nilmo Costa Gomes Júnior nº 396, Bairro; Santa Marina, Cidade: Rondonópolis, CEP: 78.735-568, neste ato representada pelo Senhor **Jasson Batista da Silva,** portador da Cédula de Identidade nº 0685.416-8 expedida pela SSP/MT e do CPF nº 138.162.331-04 que venceu nos item itens **8, 15, 16, 23, 37, 44, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 76, 77, 82, 83, 96, 100, 103, 105, 107, 116, 120, 123, 125, 126, 131, 134,** certame cujo objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA"**. O valor total registrado foi **R$ 45.222,50 (quarenta e cinco mil duzentos e vinte e dois mil e cinquenta centavos).**

Conforme mapa de apuração. Assinatura: 17/04/2020. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT.

ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020

MARIA JOSÉ DOS REIS NETO ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10226940/0001-57, estabelecida na Rua: Comandante costa nº 10, bairro; planalto ipiranga, Cidade: várzea grande, CEP: 78166-000, neste ato representada pelo Senhor **valmir rodrigues pena,** portador da Cédula de Identidade nº11139226 expedida pela Sj/mt e do CPF nº 10.226.940/0001-57 que venceu nos item itens **6, 18, 29, 30, 45, 46, 47, 54, 57** certame cujo objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA"**. O valor total registrado foi de **R$ 9. 008,00 (nove mil e oito reais).**

Conforme mapa de apuração. Assinatura: 17/04/2020. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT.

ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020

MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITÓRIO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.955.893/0001-88, estabelecida na RUA: UMUTINA N°26, QUADRA 13, LOTE 26, BAIRRO; RESIDENCIAL COXIPÓ , CUIABÁ – MT, neste ato representada pelo Senhor **celso marcos silva,** portador da Cédula de Identidade nº 05305128, expedida pela Sesp/MT e do CPF nº 486.834.001-82 que venceu nos item itens **10, 27, 32, 33, 34, 49, 53, 56, 69,** certame cujo objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA"**. O valor total registrado foi **R$ 21.755,50 (vinte e um mil setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).**

Conforme mapa de apuração. Assinatura: 17/04/2020. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT.

ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020

ADILENO M. BARBOSA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13498158/0001-85, estabelecida na Av: Presidente Dutra nº 374, Bairro: Centro São Pedro da Cipa MT CEP: 78835-000, neste ato representada pelo Senhor **Adileno Mendes Barbosa,** Portador do RG nº 0486918-4 SSP-MT e CPF nº 396.131.781-04 que venceu nos item **1, 3, 7, 9, 12, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 38, 39, 40, 42, 50, 51, 52, 58, 60, 73, 74, 75, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 94, 95, 97, 98, 101, 104, 108, 109, 110, 112, 117, 127, 128, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 151, 154, 155**, certame cujo objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA"**. O valor total registrado foi de **R$ 154.176,50 (cento e cinquenta e quatro mil cento e setenta e seis reais e cinquenta centavos)**.

Conforme mapa de apuração. Assinatura: 17/04/2020. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT.

ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020

emerson silva nascimento, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.932.340/0001-65, estabelecida na Av. Presidente Dutra nº 456, Bairro: Centro São Pedro da Cipa MT CEP: 78835-000, neste ato representada pelo Senhor **Emerson Silva Nascimento,** portador da Cédula de Identidade nº 939. 629, expedida pela SSP/MT e do CPF nº 621.200.501-04 que venceu nos item itens **2, 4, 5, 11, 13, 14, 17, 21, 28, 31, 35, 36, 41, 43, 48, 55, 59, 61, 63, 78, 79, 80, 81, 89, 90, 92, 93, 99, 102, 106, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 122, 124, 130, 133, 135, 136, 137, 140, 145, 146, 150, 152, 153,** certame cujo objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA"**. O valor total registrado foi **R$ 214.218,50 (duzentos e quatorze mil e duzentos e dezoito reais e cinquenta reais).**

Conforme mapa de apuração. Assinatura: 17/04/2020. Vigência: 12 meses. A íntegra da Ata estará disponível na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT.

ELIANE GARCIA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 254/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **"*LICENÇA PRÊMIO PARCELADA" pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 04/05/2020 e término em 02/06/2020****, referente ao período aquisitivo de 18/06/2012 à 17/06/2017, sem prejuízo de sua remuneração*** do Senhor ***FLAVIO APARECIDO DIAS*****,** servidor efetivo, admitido em 18/06/2012, com matricula no RH nº. 1403, no cargo de **Especialista da Saúde I – Educador Físico**, **lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, *de acordo com* Art. 42 c/c Art. 43, §1º, da Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Art. 2º. - Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 30 (Trinta) dias de direito a Licença Premio a serem gozadas posteriormente.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 24 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 251/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, a Resolução Normativa 006/2011, de 25 de Agosto de 2011 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando, que a citada Resolução Normativa aprova a nova versão do Sistema GEO-OBRAS, que estabelece prazos para o cumprimento das novas exigências pelas unidades gestoras Estaduais e Municipais de Mato Grosso;

RESOLVE:

Artigo 1º. - NOMEAR o Senhor **JOÃO LUIZ DA SILVA SOBRINHO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1861, admitido em 07/02/2019, no cargo de Técnico de Nível Superior III – Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com Registro no CREA – nº. MT039748, como **FISCAL DA OBRA/SERVIÇO**, sendo a seguinte Obra:

Execução de Obra de construção de 03 (três) salas de aula de Alvenaria para atender a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer nas Escolas Municipais do Município de Tabaporã - MT.

Tomada de Preço nº. 02/2020, Contrato CLP nº. 34/2020.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 17 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
ORDEM DE SERVIÇO

O **MUNICIPIO DE TABAPORÃ**, estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob. o nº. 37.464. 997/0001-40, com sede na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, centro, neste município de Tabaporã/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor SIRINEU MOLETA, portador do RG nº. MG – 12. 223.800 SSP/MG e CPF n.º 505.657.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira, s/n°, Centro, CEP 78.563-000, município de Tabaporã/MT, no uso de suas atribuições legais, expede:

ORDEM DE SERVIÇOS

Onde fica autorizada a Empresa **M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI – EPP**, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 28.836.771/0001-32, estabelecida na Rua Bauru, 229-W, Centro – Lote 09 Quadra 77 – CEP 78.575-000, no Município de Juara-MT, representada neste ato pelo seu proprietário o senhor Maiko Cleomir Brustolin, brasileiro, maior, portador do RG n.º 13.142. 631 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 009.338.401-79, residente e domiciliado na Rua Bauru, n° 229-W, Centro, CEP: 78.575-000, município de Juara – MT, conforme lhe fora adjudicado;

M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI – EPP

CNPJ sob n° 28.836.771/0001-32

>>> **Prestação De Serviços De Obras E Serviços De Engenharia Para A Construção E Ampliação Do Prédio De Alvenaria Da Sede Da Prefeitura "Paço" Municipal Do Município De Tabaporã – MT.**

>>> Total Geral da Construção >>> **R$: 444.360,52 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos)**

Referente ao Processo Licitatório n°. 13/2020 – Tomada de Preço n°. 04/2020, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DE ALVENARIA DA SEDE DA PREFEITURA "PAÇO" MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT,** tudo em conformidade com o projeto básico e seus anexos.

Fica a contratada obrigada **A DAR INÍCIO IMEDIATO** na execução do objeto do referido certame;

A presente Ordem de Serviço tem caráter legal e imediato de modo que a Lei e os interesses públicos devem ser efetivamente cumpridos, nos termos do referido Edital, consoante com as Leis Federais nº. 8.666/93 com suas Alterações;

A expedição desta Ordem de Serviço é decorrente da adjudicação e homologação do mesmo certame;

Juntamente com esta Ordem de Serviço, será apresentado o empenho das despesas aqui ordenadas nos termos do referido Edital;

Tabaporã/MT, 23 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA **Prefeito Municipal** **CPF** 505.657. 109-15	**NEWTON TOLEDO BRESSAN JUNIOR** CREA – MT 1706432992 Engenheiro Civil	**M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI – EPP** C.N.P.J. sob o n.º 28.836.771/ 0001-32 Maiko Cleomir Brustolin CONTRATADO CIENTE EM _____/_____/_____

PORTARIA Nº. 252/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 22/04*/2020, com término em 21/05/2020, *referente ao período aquisitivo de 19/04/2019 à 18/04/2020,* ao senhor **JOSE ROBERTO LARANJA,** servidor efetivo, admitido em 19/04/1999, nocargo de **Agente da Administração Publica- Mecânico** com matricula no RH nº. 51, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 24 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 256/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER ELEVAÇÃO DE NÍVEL da Senhora **MARLI GOTTARDI SILVA,**servidora estável,nocargo de **Professor,** admitida em 01/03/1993, com matricula no RH nº. 85, lotada n**a** Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer Municipal, da**Classe C – Nível 06,**para perceber na categoria da **Classe C – Nível 07, correspondente ao valor de R$: 5.887,16 (Cinco mil, Oitenta e Oito Reais e Dezesseis Centavos),** *nos termos do Art. 46, §2º. c/c o Parágrafo único, inciso II, do Art. 76, da Lei Municipal nº. 1.080/2017 e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 24 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.053/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – REVOGAR o Decreto nº 3.986/2020, que designa a servidora **SABRINA LETICIA SILVA NARDI** para ocupar o cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR HOSPITALAR,** na Secretaria Municipal de Finanças Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 24 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 253/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 04/05*/2020, com término em 02/06/2020*, *referente ao período aquisitivo de 15/06/2018 à 14/06/2019,* a senhora ***JANETE TEREZINHA GWIAZDECKI*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1024, no cargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Saúde Bucal**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 24 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAR

PORTARIA Nº. 005/GB/SMECDEL/2020

Esta portaria dispõe sobre o Plano de Ação da Nutricionista para o exercício no ano letivo 2020 nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Tabaporã.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Denivaldo de Oliveira Souza, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando a Resolução nº 465 de 23 de agosto de 2010 do Conselho Federal de Nutricionista-CRN;

Considerando a Resolução FNDE nº 26/2013;

Considerando a Lei nº 11.947, de 16/6/2009;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996;

Considerando a Lei Municipal nº 1080/2017, Constituição Federal;

Considerando o atendendo a Lei nº 11.947, de 16/06/2009, de que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

RESOLVE:

Artigo 1º. – Aprovar o **Anexo único,** da presente portaria, o qual traz omapeamento da produção agrícola familiar de Tabaporã, elaborado em conformidade com a sazonalidade da região, na produção das hortaliças, frutas e verduras, com a função de auxiliar na elaboração do Cardápio Escolar 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria foi apresentada ao "Conselho Municipal de Alimentação Escolar -CAE" na reunião do dia 14/04/2020, e entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Tabaporã – MT, 15 de abril de 2020.

Denivaldo de Oliveira Souza

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Decreto nº 3.784/2019

I - Início da Safra	S - Safra	F - Fim de Safra	E - Entressafra

PRODUTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Abacaxi	S	S	S	S	S	S	F	E	E	E	E	I
Abobora	E	E	I	S	S	S	S	S	S	S	S	I
Abobrinha	E	E	I	S	S	S	S	S	S	S	S	E
Alface	F	E	E	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Almeirão	F	E	E	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Banana	S	S	S	S	S	S	S	S	F	E	E	I
Batata doce	E	S	S	S	S	S	F	E	E	E	E	E
Berinjela	S	S	S	S	S	F	E	E	E	E	E	E
Beterraba	E	I	S	S	S	S	S	S	S	S	S	F
Brócolis	E	I	S	S	S	S	S	F	E	E	E	E
Cheiro Verde	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Cenoura	S	S	S	S	S	F	E	E	E	E	E	I
Chuchu	S	S	S	S	S	S	S	F	E	E	E	I
Couve Flor	E	I	S	S	S	S	S	S	S	F	E	E
Couve Folha	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Goiaba	S	S	S	S	S	S	S	F	E	E	E	E
Laranja	S	S	E	E	E	E	E	I	S	S	S	S
Limão	S	S	E	E	E	E	E	I	S	S	S	S
Mamão	S	S	S	S	S	S	S	F	E	E	E	I
Mandioca	E	E	I	S	S	S	F	E	E	E	E	E
Maracujá	S	S	S	S	S	S	F	E	E	I	S	S
Maxixe	S	S	S	S	F	E	E	E	E	E	E	I
Melancia	E	E	I	S	S	S	S	F	E	E	E	E
Melão	E	E	I	S	S	S	S	F	E	E	E	E
Pimentão Verde	E	S	S	S	S	S	F	E	E	E	E	S
Quiabo	S	E	E	E	E	E	E	I	S	S	S	S
Rabanete	E	E	I	S	S	S	S	F	E	E	E	E
Repolho verde	F	I	S	S	S	S	S	E	E	S	S	S
Pepino	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Tomate	E	E	I	S	S	S	S	S	S	S	S	F
Vagem	I	S	S	S	S	S	S	S	S	F	E	E

PORTARIA Nº. 255/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (Cento e Vinte) dias consecutivos, a contar da data de 31 de Março de 2020, **com retorno em 28/07/2020**, sem prejuízo de sua remuneração a senhora **MICHELLI DE SOUZA CARDOSO**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1854, admitida em 03/12/2018, nocargo de **Especialista da Saúde II – Fisioterapeuta,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 77 e com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 31/03/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 24 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SERRAPREV
BALANÇO FINANCEIRO - MARÇO - SERRAPREV

Anexo 13 - Balanço Financeiro Liquidado

Período: MARÇO/2020					
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	7.332.461,96	5.569.340,32	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	4.011.234,53	3.315.286,54
VINCULADA	7.337.976,52	5.569.340,32	VINCULADA	4.011.234,53	3.315.286,54
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.337.976,52	5.569.340,32	PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.011.234,53	3.315.286,54
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTARIA	5.514,56				
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	2.181.264,57	2.656.942,78	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	9.418.809,13	859.379,58
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSO	1.222.324,58	1.853.590,46	FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIOR	0	1.500
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	13.403,20	0,00	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RE	43.045,22	32.617,32
PIS/PASEP A RECOLHER	23.598,72	18.844,72	CONSIGNAÇÕES	867.696,33	739.932,41

CONSIGNAÇÕES	921.938,07	784.507,60	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	8.508.067,58	85.329,85
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	114.491.812,29	88.706.652,53	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	110.575.495,16	92.758.269,51
BANCOS CONTA MOVIMENTO	51.800,98		BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.121.548,77	280.318,63
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	106.783.956,14	85.486.847,72	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	100.227.267,08	89.074.906,21
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	7.656.055,17	3.219.804,81	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	9.226.679,31	3.403.044,67
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**124.005.538,82**	**96.932.935,63**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**124.005.538,82**	**96.932.935,63**

LAURA PEREIRA	**KEURY VALERIANO RODRIGUES**
DIRETORA EXECUTIVA	**CONTADOR CRC 017620/O-4**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 035/2020

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 035/2020. A Secretaria Municipal Administração, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº **141/PGM/2020**, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 035/COMPRAS/SAD/2020. OBJETO:**AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE TECIDO DUPLO 100% ALGODÃO COM ARAME PARA AJUSTAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS EMERGENCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CUJOS MATERIAIS SERÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO NA LINHA DE FRENTE DO COMBATE AO CONVID19**, através da empresa: **ROSA CHÁ ATELIE EIRELI**devidamente inscrita no **CNPJ N° 36.589.524/0001-07** cujo valor é de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais). O fundamento legal para a Dispensa é o **Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93** e alterações posteriores, concomitante com a Lei Federal nº 13. 979/2020 e Decretos 119/2017 e 128/2020. Tangará da Serra-MT, 23 de Abril de 2020. Eduardo Canedo de Souza Telles – Chefe Departamento de Compras.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2020

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2020 -TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. **Objeto: CONTRATAÇÃODEEMPRESAESPECIALIZADA PARAEXECUÇÃODESERVIÇOSDETRANSPORTE ESCOLAR,NAZONARURAL,PARAATENDERASECRETARIA MUNICIPALDEEDUCAÇÃO,NESTE MUNICÍPIO,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização**: **08 de Maio de 2020** às **09:00** hs horário de Brasília. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** www.comprasnet.gov.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados **a partir do dia 24 de Abril de 2020,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800**,** 65-311-4809.Tangará da Serra-MT, 23 Abril de 2020.Márcia Dourado Ferreira-Pregoeiro Oficial-Portaria nº 449/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 042/2020

SÚMULA: "Regulamenta a Lei Municipal nº 1.547/2020, e abre Crédito Especial para atender demandas do Departamento de Agricultura, e dá outras providências".

O Senhor **VALTER KUHN,** Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto Crédito Especial no orçamento programa do LOA/2020, aprovado pela Lei Municipal nº 1.524/2020, bem como, incluir na LDO/2020, aprovada pela Lei Municipal nº 1504/2019, o valor de R$ 25. 000,00 (vinte e mil reais), na seguinte Funcional Programática:

06. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedenco)

001. Departamento de Agricultura e Pecuária

20. Agricultura

606. Extensão Rural

0005. Atividade Rural Sustentável

2.150. Fomento a Psicultura

4.4.90.52. Equipamentos e Materiais Permanentes

Fonte de Recursos: 0.1.00.000000 –Recursos Ordinários.

Meta Física: Aquisição de tanque suspenso para psicultura.

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora criado tem fulcro no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e será anulado em R$ 25.000,00 (vinte e mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

06. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedenco)

001. Departamento de Agricultura e Pecuária

20. Agricultura

606. Extensão Rural

0005. Atividade Rural Sustentável

2.100. Manutenção e Enc. da Secretaria de Agricultura e Pecuária

3.190.11. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 15.000,00

4.4.90.52. Equipamentos e Materiais Permanentes R$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 23 de abril de 2020.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 205.2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: THAMARA ALVES REIS

OBJETO: PERMUTA DE AREA PARA INSTALACAO DE ESTACAO DE TRATAMENTO DE AGUA DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, CONFORME AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1523/2019 E 1545/2020.

VALOR: R$ 90.000,00

VIGÊNCIA: 16.04.2020 ate 16/07/2020

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EDITAL DE RESULTADO

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 23/2020.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 68/2020 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 27/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA.

EMPRESA VENCEDORA: DENILSO DA CRUZ BATISTA - ME

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 23 DE ABRIL DE 2020.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 043/2020

SÚMULA: "Regulamenta a Lei Municipal nº 1.550/2020, e abre Crédito Especial para atender gastos com pessoal contratado por tempo determinado, e dá outras providências".

O Senhor **VALTER KUHN,** *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.*

DECRETA

Art. 1º Fica criado na LDO/2020, aprovada pela Lei Municipal nº 1504/2019, bem como aberto Crédito Especial no orçamento programa LOA/2020, aprovado pela Lei Municipal nº 1.524/2019, o valor de R$ 25.000,00 (vinte e mil reais), na seguinte Funcional Programática:

03. Secretaria Municipal de Fazenda

001. Departamento de Finanças

04. Administração

121. Planejamento e Orçamento

0003. Gestão e Planejamento responsável

2.096. Manutenção e Encargos da Administração da Secretaria de Fazenda

3.1.90.04. Contratação de Pessoal por Tempo Determinado

Fonte de Recursos: 0.1.00.000000 –Recursos Ordinários.

Meta Física: Pagamento de dois servidores nomeados por processo seletivo até final do exercício

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora aberto, tem fulcro no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e será anulado em R$ 25.000,00 (vinte e mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

03. Secretaria Municipal de Fazenda

001. Departamento de Finanças

04. Administração

121. Planejamento e Orçamento

0003. Gestão e Planejamento responsável

2.096. Manutenção e Encargos da Administração da Secretaria de Fazenda

3.1.90.11. Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 23 de abril de 2020.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2020

AVISO DE LICITAÇÃO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2020

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO INEXEGIBILIDADE Nº. 03/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DO CREDENCIAMENTO: DIA 23/04/2020 À 07/05/2020 DAS 08:00 AS 13:00 HORAS (HORÁRIO DE MATO GROSSO).

OBJETO:**CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTONISTAS E PARA REMOÇÃO DE PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO CONFORME SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.**

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. **O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 23 DE ABRIL DE 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

VISO DE RESULTADOPROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 001/2020

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 001/2020

O Município de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo de Inexigibilidade 001/2020**, conforme** art. 25, III, da Lei 8.866/93, Objeto: Contratação da Empresa ILJ Locações e entretenimento Eireli, CNPJ nº 21. 595.378/0001-55 , especializada, na promoção de Eventos, para a apresentação de 01 (um) Show a ser realizado pelo Cantor**: LEONARDO MAGALHÃES OLIVEIRA** , representado com exclusividade pelo seu procurador: **IRLAN DE LIRIO JARDIM**, inscrito no CPF 013.358.845-99, RG 126124952 SSP/BA , Cantor este de nome **ARTISTICO " LÉO MAGA-**

LHÃES" , e todos os componentes da equipe de operação técnica, para apresentação e realização de um Show **no Festival de Praia da Cidade de Tesouro –MT**, no dia 22/08/2020, a partir das 22hs e 30 min, local: Praça Getúlio Vargas, Centro, Tesouro –MT, devidamente homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, declara que sagrou-se vencedora do respectivo processo, a empresa: ILJ LOCAÇÕES E ENTRETENIMENTO EIRELI, CNPJ: 21.595.378/0001-55, Com valor Global de R$ 152.500,00 (Cento e cinquenta e dois mil e quinhentos reais.)

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro– MT, 23 de Abril de 2020.

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 002/2020 O MUNICÍPIO DE TESOURO, ATRAVÉS DE SUA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO, QUE APÓS A ANÁLISE E JULGAMENTO DO PROCESSO DE INEXI

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 002/2020

O Município de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo de Inexigibilidade 002/2020, conforme art. 25, III, da Lei 8.866/93, Objeto: Contratação da Empresa Planos Produções Artísticas LTDA – ME, CNPJ nº 22. 416.018/0001-01 , especializada, na promoção de Eventos, para a apresentação de 01 (um) Show a ser realizado pelos Cantores**: BRUNO CESAR BOTHALAZZI E ANDRÉ LUIZ EVARISTO TAVARES** , representado com exclusividade pelo seu procurador: **JOSÉ CARLOS CASSUCCE**, inscrito no CPF 648.873.679-53, RG 4508787-5 , Cantores estes de nome **ARTISTICO " BRUNO E BARRETO**" , e todos os componentes da equipe de operação técnica, para apresentação e realização de um Show **no Festival de Praia da Cidade de Tesouro –MT**, no dia 22/08/2020, as 17:00 hs, local: Praia do Rio Garças, Tesouro –MT, devidamente homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, declara que sagrou-se vencedora do respectivo processo, a empresa: PLANOS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA- ME , CNPJ nº 22.416.018/0001-01 , com o valor global de R$ 142.200,00 (cento e quarenta e dois mil e duzentos reais.)

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro– MT, 23 de Abril de 2020.

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

O Município de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo de Inexigibilidade 002/2020, conforme art. 25, III, da Lei 8.866/93, Objeto: Contratação da Empresa Planos Produções Artísticas LTDA – ME, CNPJ nº 22. 416.018/0001-01 , especializada, na promoção de Eventos, para a apresentação de 01 (um) Show a ser realizado pelos Cantores**: BRUNO CESAR BOTHALAZZI E ANDRÉ LUIZ EVARISTO TAVARES** , representado com exclusividade pelo seu procurador: **JOSÉ CARLOS CASSUCCE**, inscrito no CPF 648.873.679-53, RG 4508787-5 , Cantores estes de nome **ARTISTICO " BRUNO E BARRETO**" , e todos os componentes da equipe de operação técnica, para apresentação e realização de um Show **no Festival de Praia da Cidade de Tesouro –MT**, no dia 22/08/2020, as 17:00 hs, local: Praia do Rio Garças, Tesouro –MT, devidamente homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, declara que sagrou-se vencedora do respectivo processo, a empresa: PLANOS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA- ME , CNPJ nº 22.416.018/0001-01 , com o valor global de R$ 142.200,00 (cento e quarenta e dois mil e duzentos reais.)

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro– MT, 23 de Abril de 2020.

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

Exercício: 2019

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	1.193.395,75	1.150.601,11
Contribuições	II	78.652,36	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	96.001,35	80.710,05
Transferências e Delegações Recebidas	V	22.169.370,53	19.722.282,20
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	99.135,59	9.669,92
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	0,00	4.783,36
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		23.636.555,58	20.968.046,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	VIII	8.464.774,13	7.511.591,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	22.752,23	22.754,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	9.019.942,98	7.970.930,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	XII	3.912.093,99	3.527.253,76
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	59.558,58	27.694,39
Tributárias	XIV	192.991,21	175.307,31
Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados	XV	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		21.672.113,12	19.235.531,77
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		1.964.442,46	1.732.514,87

QUADROS ANEXOS

Anexo I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		1.132.513,99	1.072.669,90
Taxas		60.881,76	43.523,71
Contribuições de Melhoria		0,00	34.407,50
		1.193.395,75	1.150.601,11

Anexo II - Contribuições

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Contribuições			
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		78.652,36	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
		78.652,36	0,00

Emissão: 16/04/2020 18:56:39 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

Exercício: 2019

Anexo III - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos			
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		0,00	0,00
		0,00	0,00

Anexo IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		33.729,59	3.998,40
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	291,09
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		62.271,76	76.420,56
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
		96.001,35	80.710,05

Anexo V - Transferências e Delegações Recebidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intra Governamentais		32.177,89	0,00
Transferências Inter Governamentais		19.369.597,64	17.357.304,35
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		2.716.253,09	2.303.851,12
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		51.341,91	61.126,73
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
		22.169.370,53	19.722.282,20

Anexo VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

		Exercício: 2019
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	99.135,59	4.123,00
Desincorporação de Passivos	0,00	5.546,92
	99.135,59	9.669,92

Anexo VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
VPA a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	4.783,36
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
		0,00	4.783,36

Anexo VIII - Pessoal e Encargos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		7.046.358,23	6.410.154,78
Encargos Patronais		1.418.415,90	1.101.436,32
Benefícios a Pessoal		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,00	0,00
		8.464.774,13	7.511.591,10

Anexo IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		22.752,23	22.754,29
		22.752,23	22.754,29

Anexo X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	4.548.246,37	3.349.948,11
Serviços	4.471.696,61	4.620.982,81
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
	9.019.942,98	7.970.930,92

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

Exercício: 2019

Anexo XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	0,00
		0,00	0,00

Anexo XII - Transferências e Delegações Concedidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências Intra Governamentais		840.000,00	814.000,00
Transferências Inter Governamentais		2.705.439,49	2.341.757,61
Transferências a Instituições Privadas		0,00	30.000,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		366.654,50	341.496,15
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
		3.912.093,99	3.527.253,76

Anexo XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		10.658,15	10.233,70
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involutárias		24.710,53	3.050,10
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		24.189,90	14.410,59
		59.558,58	27.694,39

Anexo XIV - Tributárias

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Tributárias			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		192.991,21	175.307,31
		192.991,21	175.307,31

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2019

Modelo Sintético

Exercício: 2019

Anexo XV - Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados			
Custo de Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados		0,00	0,00
		0,00	0,00

Anexo XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
Constituição de Provisões		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00
		0,00	0,00

Variações Patrimoniais Qualitativas (decorrentes da execução orçamentária)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	2.069.386,43	1.586.919,58
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00

Emissão: 16/04/2020 18:56:39 Página 5

Homologado

DECRETO Nº 1.255, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Aprova a Instrução Normativa de Nº 040/2020 de 16/04/2020 - Versão 01 e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 7º, da Lei Municipal n° 282, de 04 de Outubro de 2007;

Considerando a necessidade de fixar competência e regulamentar o processo de desfazimento de bens móveis inservíveis, baixa de bens móveis semoventes e disponibilização de bens inservíveis no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município e regularizar as informações patrimoniais no Sistema de Gestão Patrimonial e Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças;

DECRETA:

Art. 1° - Fica aprovada a **Instrução Normativa N° 040/2020 de 16 de abril de 2020** - **Versão 01**, com a finalidade de fixar competência e regulamentar o processo de desfazimento de bens móveis inservíveis, baixa de bens móveis semoventes e disponibilização de bens inservíveis no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município e regularizar as informações patrimoniais no Sistema de Gestão Patrimonial e Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças, sob a responsabilidade do Sistema de Controle Interno, com abrangência a todas as unidades da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal.

Art. 2° - Incumbe ao órgão responsável (Unidade de Controle Interno) a divulgação e a aplicação da Instrução Normativa ora aprovada, e caberá aos órgãos e setores afetos o cumprimento da mesma.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 16 de abril de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.254, DE 09 DE ABRIL DE 2020

Modifica dispositivos do Decreto nº 1.252 de 31 de março de 2020, e impõe novas medidas e proibições a estabelecimentos diversos, para o enfrentamento no Município de União do Sul da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere com art. 69, VI, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as prescrições contidas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, norma de caráter geral que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

Considerando o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que elenca as medidas passíveis de serem adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, dentre as quais se encontram o isolamento e a quarentena;

Considerando o disposto no art. 3º, § 5º, I, da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, segundo o qual Ato do Ministro de Estado da Saúde disporá sobre as condições e os prazos aplicáveis ao isolamento e à quarentena;

Considerando que o Governador do Estado de Mato-Grosso, no exercício de suas atribuições emitiu Decreto Estadual n.º 432, de 31 de março de 2020 consolidou, estabeleceu e fixou critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso;

Considerando que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

Considerando que as recomendações emanadas da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia de COVID-19;

Considerando as Notas Informativas emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde; baseada nas orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e do Governo do Estado de Mato Grosso, vem através deste prestar orientações aos servidores de saúde e da população em geral do município de União do Sul, a respeito do novo Coronavírus (COVID-19), com foco em evitar/minimizar a propagação da doença;

Considerando a nota expedida pela Sociedade Brasileira de Infectologia - SBI de 24 de março de 2020, que alerta para a necessidade de manutenção das medidas de restrição recomendadas pelo Ministério da Saúde;

Considerando a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto modifica parcialmente alguns dispositivos do Decreto Nº 1.252 de 31 de março de 2020, bem como, consolida as medidas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus.

Art. 2º. Enquanto vigente este decreto, fica vedado o funcionamento de:

I - festas;

II - feiras;

III - ginásios esportivos e campos de futebol;

IV- missas, cultos e celebrações religiosas;

V – bares;

VI - outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

Art. 3º. Dá-se nova redação ao caput e aos incisos I e II, revoga-se o inciso V e suas alíneas, bem como os parágrafos 1º e 2º, todos do artigo 6º do Decreto 1.252 de 31 de março de 2020, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 6º. Fica permitido o funcionamento das seguintes atividades:

I – Mercados, farmácias, oficinas, padarias, loja de móveis e confecções;

II - restaurantes e congêneres (lanchonete) localizados em áreas urbanas, para retirada no local ou na modalidade delivery;

III - lojas de conveniência e distribuidoras de bebidas, para retirada no local ou na modalidade delivery;

IV – Salão de beleza, com hora marcada, um cliente por horário.

Parágrafo único. As atividades listadas nos incisos II à III devem manter controle de acesso para evitar aglomerações de pessoas, ficando expressamente vedado o consumo de produtos no local do estabelecimento".

Art. 4º. O funcionamento das atividades privadas de que trata o artigo 3º deve respeitar o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas e obrigatoriamente seguir as demais normas sanitárias de prevenção à disseminação ao coronavírus, salvo regulamentação específica de saúde e medicina do trabalho em contrário.

Art. 5º. Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos art. 3º devem adotar todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do coronavírus, de acordo com as normas sanitárias vigentes.

Parágrafo Único. Haverá fiscalização prioritária nos estabelecimentos através da Equipe de Vigilância Sanitária, sobre as medidas de que trata o caput deste artigo, juntamente com à Polícia Militar a fim de dar apoio operacional exclusivamente para o cumprimento deste decreto.

Art. 6º. Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas no artigo 3º ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, conforme parâmetro definidos em ato normativo do órgão de vigilância sanitária.

Art.7º. Em caso de descumprimento das normas sanitárias e consumeristas dispostas nos artigos 2º e 3º serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pela pessoa jurídica e por seus representantes legais.

Art. 8º. Na primeira infração será feita uma notificação (artigos 13 e 14 - Lei Complementar nº 032 de 2019), e em caso de reincidência será cobrada uma multa de valor equivalente a 200 (duzentas) Unidades de Referência – UR (art. 7º, §2º, I, Lei Complementar nº 032 de 2019), e havendo nova infração será cassado o Alvará de Localização e funcionamento do estabelecimento (art. 200 e §§ 1º e 3º - Lei Complementar nº 032 de 2019).”

Art. 9º. Permanecem vigentes as disposições do Decreto nº 1.249 de 19 de março de 2020, Decreto nº 1.251 de 23 de março de 2020 e Decreto 1. 252 de 31 de março de 2020, desde que não contrariarem o disposto neste Decreto.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de expedição, sendo publicado por afixação e nos meios oficiais de divulgação do município.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, Estado de Mato Grosso, em 09 de abril de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipio

BALANCO PATRIMONIAL

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2019

Data de Emissão: 22/4/2020

Exercício: 2019

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.892.070,26	3.155.182,33
Créditos a Curto Prazo		261,08	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques		18.527,96	38.527,96
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		2.910.859,30	3.193.710,29
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		972.571,17	964.265,40
Créditos a Longo Prazo		972.571,17	964.265,40
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		11.515.002,59	9.371.191,10
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		12.487.573,76	10.335.456,50
TOTAL DO ATIVO		15.398.433,06	13.529.166,79
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		157.269,16	173.097,31
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		5.352,08	84.700,12
Total do Passivo Circulante		162.621,24	257.797,43
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante			
Patrimônio Líquido			

Emissão: 22/04/2020 15:04:51

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2019

Data de Emissão: 22/4/2020

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	15.235.811,82	13.271.369,36
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	15.235.811,82	13.271.369,36
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.398.433,06	13.529.166,79

Emissão: 22/04/2020 15:04:51

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2019

Data de Emissão: 22/4/2020

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2019

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		2.892.070,26	3.155.182,33
Ativo Permanente		12.506.362,80	10.373.984,46
Total do Ativo		15.398.433,06	13.529.166,79
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		1.269.312,08	720.047,96
Passivo Permanente			
Total do Passivo		1.269.312,08	720.047,96
Saldo Patrimonial (I - II)		14.129.120,98	12.809.118,83

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2019

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		7.161.415,42	7.161.415,42
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos		7.161.415,42	7.161.415,42
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		121.000,00	151.000,00
Obrigações Contratuais		2.292.201,41	2.702.976,13
Outros atos potenciais passivos			
Total dos Atos Potenciais Passivos		2.413.201,41	2.853.976,13

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2019

Data de Emissão: 22/4/2020

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2019

		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS				
00	Recursos Ordinários		90.690,79	-114.474,38
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		173.588,95	63.343,23
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		108.819,61	90.744,84
14	Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao		0,00	688.864,47
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		85.591,69	50.062,69
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		16.940,33	350,83
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		34.185,37	51.078,18
18	Transferências do FUNDEB 60%		97.319,26	-12.076,95
19	Transferências do FUNDEB 40%		5.214,51	-13.067,41
22	Transferências de Convênios - Educação		92.020,49	-120.781,26
24	Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)		297.869,26	1.108.116,84
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		119.702,83	106.930,36
30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		19.067,90	268.180,74
37	Transferência da União referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei n. 13.885/2019		366.262,71	
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		184.518,38	106.251,23
43	Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		2.844,64	8.654,11
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio d		129.140,93	
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investime		127.142,74	
93	Outras Receitas Não-Primárias		0,00	152.956,55
Total das Fontes de Recursos			1.994.852,49	2.435.134,07

Emissão: 22/04/2020 15:04:51

Página 4

Homologado

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 015/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2020 de 02 de janeiro de 2020, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações, e nos termos dos Decretos nºs 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a Li-

citação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação Nº 015/2020, emitido em 06/04/2020, aberto julgado às 08:00 horas do dia 22/04/2020, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), destinados ao uso das diversas Secretarias da Administração Municipal relacionadas no Anexo II do edital, para o fornecimento de forma parcelada durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição no Termo de Referência do Anexo I do Edital do Pregão, sagraram-se vencedoras deste certame e registraram seus preços as proponentes: FRANDOLOSO & SCHMITT LTDA. - EPP - CNPJ: 02.721.137/0001-60, estabelecida na cidade de União do Sul/MT, com 113 (cento e treze) itens do objeto, no valor total de R$ 300.412,26 (trezentos mil, quatrocentos e doze reais e vinte e seis centavos) e a empresa WAGNER MARTINS CANDIA - ME - CNPJ: 25.002.141/0001-74, estabelecida na cidade de União do Sul/MT, com 49 (quarenta e nove) itens do objeto, no valor total de R$ 122.516,17 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e dezesseis reais e dezessete centavos), sob o critério de menor preço por item. Publique-se – Afixe-se.

União do Sul, MT, 22 de Abril de 2020.

CÉSAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5753325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082. 539-72, residente e domiciliado neste município, e as EMPRESAS: **FRANDOLOSO & SCHIMITT LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.721.137/0001-60, estabelecida à Avenida Florianópolis nº 325, bairro Centro, Cidade de União do Sul/MT, neste ato representada pelo Sr. RENATO HENRIQUE FRANDOLOSO, brasileiro, maior, portador do RG nº 12R-1.713.43 SSP/SC e do CPF nº 515.914.309-25 e a empresa **WAGNER MARTINS CANDIA - ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 25.002.141/0001-74, estabelecida à Rua Erval Do Oeste, nº 74, bairro São Luiz, Cidade de União do Sul/MT, neste ato representada pelo Sr. WAGNER MARTINS CANDIA, brasileiro, maior, portador do RG nº 52046 MT e do CPF nº 027.383.261-10, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014 e conforme o Processo Licitatório sob nº 015/2020, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, **para eventuais e futuras aquisições de Gêneros Alimentícios diversos** (perecíveis e não perecíveis), para atender necessidades das diversas Secretarias da Administração Municipal, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o Registro dos Preços, por parte das empresas acima identificadas, para eventuais e futuras aquisições de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos nos demonstrativos abaixo, visando aquisições eventuais e futuras pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS:

EMPRESA 1 - **FRANDOLOSO & SCHIMITT LTDA EPP – CNPJ nº** 02.721.137/0001-60

Item	Cód.	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca	R$ Unit.	R$ Total
1.	10917	**30**	KILO	ABACATE	-	R$ 7,99	R$ 239,70
2.	10918	**110**	UNID	ABACAXI IN NATURA	-	R$ 8,99	R$ 988,90
3.	10919	**20**	KILO	ABOBORA CABOTIA	-	R$ 4,99	R$ 99,80
4.	12506	**50**	KILO	ABOBRINHA VERDE	-	R$ 5,99	R$ 299,50
5.	10920	**20**	KILO	ACELGA DE PRIMEIRA KG	-	R$ 4,99	R$ 99,80
6.	10023	**815**	PCT	ACUCAR CRISTALIZADO, NA COR BRANCA, SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR, EMBALAGEM EM POLIETILENO, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER A PORTARIA Nº 451/97 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. PACOTES DE 02KG.	BARRA ALCOOL	R$ 5,49	R$ 4. 474,35
7.	3192	**58**	UNID	AGUA MINERAL 20 LITROS	LEBRINHA	R$ 16,00	R$ 928,00
8.	20351	**221**	PCT	AGUA MINERAL 497ML FARDO COM 12 UNIDADES	LEBRINHA	R$ 15,00	R$ 3. 315,00
9.	23151	**50**	PCT	ALFACE VERDURA IN NATURA, ESPECIE AMERICANA CRESPA ROMANA LISA.	-	R$ 5,00	R$ 250,00
10.	10025	**56**	PCT	AMENDOIM GRUPO DESCASCADO, SUBGRUPO SELECIONADO, CLASSE MIÚDO, TIPO 1, EM GRÃO CRU EM EMBALAGEM DE 500 G.	MIKA	R$ 7,99	R$ 447,44
11.	10026	**40**	CAIXA	AMIDO DE MILHO. CAIXA DE 1 KG, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	MIKA	R$ 10,00	R$ 400,00
12.	21960	**35**	PCT	ARROZ BRANCO BENEFICIADO 01 KG SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRAZO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KLOBENZ	R$ 16,00	R$ 1. 760,00
13.	10027	**110**	PCT	ARROZ BRANCO BENEFICIADO PACOTE 5KG SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO	KLOBENZ	R$ 3,70	R$ 129,50

				DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRAZO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.			
14.	23152	**50**	KILO	BANANA DA TERRA DE PRIMEIRA, IN NATURA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	-	R$ 9,99	R$ 499,50
15.	10028	**770**	KILO	BANANA NANICA DE PRIMEIRA, IN NATURA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	-	R$ 4,90	R$ 3.773,00
16.	3742	**100**	UNID	BARRA DE CHOCOLATE CONFEITERO AO LEITE COBERTURA HIDROGENADA - PEÇA MINIMO DE 1 KG	MAVALERIO	R$ 27,00	R$ 2.700,00
17.	10029	**90**	KILO	BATATA DOCE	-	R$ 4,30	R$ 387,00
18.	10030	**245**	KILO	BATATA INGLESA	-	R$ 5,20	R$ 1.274,00
19.	26980	**30**	UNID	BATATA PALHA 500 GR	-	R$ 17,99	R$ 539,70
20.	15163	**100**	UNID	BEBIDA LACTEA FERMENTADA COM SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM DE 900ML, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, VALORES CALORICOS DIARIOS, DADOS DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, INSPECIONADO.	GOOD	R$ 7,99	R$ 799,00
21.	10031	**55**	KILO	BETERRABA	-	R$ 4,30	R$ 236,50
22.	10942	**380**	PCT	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA 800 GR, LEITE OU COCO COMPOSICAO BÁSICA (FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇUCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS), LIVRE DE GOSDURAS TRANS, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA.	MARILAN	R$ 9,99	R$ 3.796,20
23.	12810	**180**	PCT	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA 800 GR, COMPOSIÇÃO BÁSICA (FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇUCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS), LIVRE DE GORDURAS TRANS, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA, SABORES: COCO, LEITE, CHOCOLATE E SORTIDOS.	MARILAN	R$ 7,00	R$ 1.260,00
24.	10034	**305**	PCT	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER INTEGRAL 800 GR DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE GORDURA TRANS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	LIANE	R$ 9,99	R$ 3.046,95
25.	10923	**80**	PCT	BISCOITO TIPO ROSCA EM CALDA.COMPOSTO FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇUCAR, AMIDO DE MILHO, AÇUCAR INVERTIDO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE SÓDIO, BICARBONATO DE AMONIO E PIROFOSFATO DISSÓDICO), SAL, EMULSIFICANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTE, MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO), ANTIOXIDANTE ÁCIDO, CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM LEITE. EMBALAGEM COM 750G.	-	R$ 14,99	R$ 1.199,20
26.	10943	**510**	KG	BOLO DE ANIVERSARIO CONFEITADO (RECHEIO E COBERTURA A ESCOLHER) UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG	-	R$ 35,00	R$ 17.850,00
27.	10944	**615**	KILO	BOLO SIMPLES DIVERSOS SABORES A ESCOLHER. UNIDADE DE FORNECIMENTO 1 KG	-	R$ 25,99	R$ 15.983,85
28.	15181	**160**	PCT	BOMBOM MACIO, DIVERSOS SABORES (CHOCOLATE, BRIGADEIRO, DOCE DE LEITE, BEIJINHO), COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, COM NO MINIMO 01KG .	LACTA	R$ 36,99	R$ 5.918,40
29.	4909	**400**	UNID	BOMBOM SORTIDOS CX MIN. 400 GRAMAS	NESTLE	R$ 11,00	R$ 4.400,00
30.	14634	**20**	UNID	CAFE SOLUVEL GRANULADO. PACOTE COM 100GR.	NESCAFE	R$ 12,99	R$ 259,80
31.	10035	**950**	PCT	CAFE TORRADO E MOIDO 500 GR DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DO CAFE - ABIC. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER A PORTARIA 451/97 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PRA ALIMENTOS - CNNPA	SOLO	R$ 9,00	R$ 8.550,00
32.	23273	**430**	KILO	CARNE BOVINA MOIDA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM O MINIMO DE GORDURA, MOIDA DUAS VEZES.	-	R$ 14,50	R$ 6.235,00
33.	10041	**10**	KG	CARNE BOVINA TIPO CHARQUEADA	-	R$ 45,00	R$ 450,00
34.	10108	**50**	KG	CARNE BOVINA TIPO COSTELA DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A NTA 3 (DECRETO 12486/78) E (DECRETO M.A. 2244/97).	-	R$ 16,50	R$ 825,00
35.	12593	**265**	KILO	CARNE FRANGO COXA SOBRE COXA EM PECAS SEMIPROCESSADO, EM PEÇAS, CONGELADO; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO	-	R$ 8,99	R$ 2.382,35
36.	10040	**515**	KILO	CARNE FRANGO PICADO CONGELADO; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO	-	R$ 8,00	R$ 4.120,00
37.	26142	**175**	PCT	CARNE FRANGO SEMIPROCESSADO, EM PEÇAS, CONSTITUÍDO DE PEITO COM OSSO: CONGELADO; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO	-	R$ 10,99	R$ 1.923,25
38.	10042	**235**	KILO	CEBOLA BRANCA	-	R$ 5,99	R$ 1.407,65
39.	10924	**148**	KILO	CENOURA	-	R$ 4,99	R$ 738,52
40.	23245	**100**	UNID	CESTA BASICA TIPO I – CONTENDO 02 ACUCAR CRISTALIZADO DE 02KG – 02 CAFE TORRADO MOIDO 500GR - 02 ARROZ BRANCO TIPO 1, 5KG – 01 CREME DENTAL C/ FLUOR 90GR – 02 SARDINHA LATA 250GR - 01 EXTRATO TOMATE DE 190G - 02 FEIJAO PRETO TIPO 1, 1KG. - 02 OLEO DE SOJA 900 ML - 02 FARINHA MANDIOCA TORRADA 01KG - 02 MACARRAO 01KG - 01 SABAO BARRA GLICERINADO 200G - 01 SABONETE 90G - 01 SAL REFINADO 01KG - 01 FARINHA DE TRIGO 01KG - 01 FUBA MILHO 1 KG - 02 LEITE INTEGRAL LONGA VIDA 1.000ML - 01 BISCOITO DOCE MAIZENA LEITE OU COCO 400G.	-	R$ 165,00	R$ 16.500,00
41.	10043	**66**	PCT	CHA DE ERVA (DIVERSOS SABORES), 10G 100% NATURAL; - SEM CORANTES E CONSERVANTES. EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM; DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO 12 MESES.	MIKA	R$ 2,99	R$ 197,34
42.	11018	**395**	CAIXA	CHA MATE TOSTADO – 250GR. EMBALAGEM CONTENDO DADO DOS FABRICANTE, LOTE, DATA DE VALIDADE E CERTIFICACAO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA	CHA CHA	R$ 6,99	R$ 2.761,05

43.	14636	**180**	PCT	CHA MATE TOSTADO (DIVERSOS SABORES), 100% NATURAL; - SEM CORANTES E CONSERVANTES. EMBALAGEM COM 25 SACHES, COM DIZERES DE ROTULAGEM; DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE NO MINIMO 12 MESES.	LARANJEIRAS	R$ 6,99	R$ 1.258,20
44.	10044	**120**	KILO	CHUCHU DE PRIMEIRA	-	R$ 4,50	R$ 540,00
45.	10925	**130**	PCT	COCO RALADO PCT COM 100 G CONTENDO POLPA DE CÔCO PARCIALMENTE DESENGORDURADA, DESIDRATADA. . UNIDADE	-	R$ 6,99	R$ 908,70
46.	15165	**25**	PCT	COLORAU PACOTE COM 500GR CONTENDO DATA DE VALIDADE.	MIKA	R$ 5,50	R$ 137,50
47.	24335	**10**	KILO	COUVE FLOR DE PRIMEIRA	-	R$ 19,99	R$ 199,90
48.	8469	**20**	PCT	COUVE MANTEIGA	-	R$ 5,00	R$ 100,00
49.	11025	**155**	KG	CUECA VIRADA - KG	-	R$ 19,99	R$ 3.098,45
50.	10046	**43**	UNID	DOCE DE LEITE EM PASTA, POTE COM 400G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	INCOTRIL	R$ 6,20	R$ 266,60
51.	14639	**30**	UNID	ERVA MATE ESPECIFICA PARA CHIMARAO 1KG, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAL, COMPOSIÇÃO, DADOS DO PRODUTOR E/OU INDUSTRIALIZADOR, LINHA NOBRE / EMBALADA A VACUO	COR E SABOR	R$ 8,69	R$ 173,80
52.	14640	**20**	UNID	ERVA MATE ESPECIFICA PARA TERERE 500GR SABORES VARIADOS	COR E SABOR	R$ 17,99	R$ 539,70
53.	10049	**75**	UNID	EXTRATO DE TOMATE, CONCENTRADO, EMBALAGEM DE 870G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	OLE	R$ 8,99	R$ 674,25
54.	15177	**10**	PCT	FARINHA DE CEREAIS EMBALAGEM DE 400G, COMO MILHO, ARROZ, AVEIA E FRUTAS, DO TIPO LACTEA, ESPECIFICO PARA O PREPARO DE MINGAUS. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO 65LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MUCILON	R$ 9,60	R$ 96,00
55.	10100	**15**	PCT	FARINHA DE ROSCA 500 GR, MATERIAL PÃO DE TRIGO, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	MIKA	R$ 6,99	R$ 104,85
56.	15836	**310**	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PCT 1 KG	ANACONDA	R$ 4,49	R$ 1.391,90
57.	10052	**60**	PCT	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ENRRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, TIPO 1, PCT C/ 1 KG.	ANACONDA	R$ 4,49	R$ 269,40
58.	10053	**75**	PCT	FAROFA DE MANDIOCA TEMPERADA TRADICIONAL, PACOTE DE 500GR. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	-	R$ 6,20	R$ 465,00
59.	11020	**50**	KG	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 PACOTE CONTENDO 01 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	-	R$ 8,99	R$ 449,50
60.	10055	**50**	KG	FEIJAO PRETO TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES. ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, VALIDADE MINIMA DE 04 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM (PORTARIA M.A 161, DE 24/07/87), PACOTE COM 1KG.	-	R$ 7,99	R$ 399,50
61.	10057	**120**	UNID	FERMENTO QUÍMICO, EM PÓ COM TAMPA MEDIDORA. EMBALAGEM CONTENDO 100 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 38/77 DA COMISSO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	DR OETKER	R$ 2,80	R$ 336,00
62.	10058	**80**	PCT	FUBA DE MILHO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, PACOTE DE 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MIKA	R$ 3,70	R$ 296,00
63.	11021	**350**	UNID	GELATINA EM PO 30GR, PRODUTO COMPOSTO DE AÇÚCAR, SAL, AROMA ARTIFICIAL DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, ACIDULANTE ÁCIDO FUMARICO, REGULADOR DE ACIDEZ CITRATO DE SÓDIO E CORANTE ARTIFICIAL. CAIXA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	DR OETKER	R$ 1,99	R$ 696,50
64.	5047	**30**	UNID	IOGURTE NATURAL SEM SABOR 170 GR RICO EM NUTRIENTES, CONSISTÊNCIA FIRME, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	BATAVO	R$ 3,49	R$ 104,70
65.	10061	**450**	KG	LARANJA DE PRIMEIRA, IN NATURA, TIPO PÊRA, KG	-	R$ 3,50	R$ 1.575,00
66.	10954	**300**	UNID	LEITE CONDENSADO 395 GRAMA, COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL ACUCAR E LACTOSE TRADICIONAL DE CONSISTÊNCIA CREMOSA E TESTURA HOMOGENEA ACONDICIONADO EM CAIXA CARTONADA.	PIRACANJUBA	R$ 4,50	R$ 1.350,00
67.	20354	**370**	PCT	LEITE EM PO INTEGRAL INSTÂNTANEO 400 GR, COMPOSTO LEITE INTEGRAL, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, CONTÉM LEITE E DERIVADOS DE SOJA, NÃO CONTÉM GLÚTEN, SEM GORDURAS TRANS.	PIRACANJUBA	R$ 10,80	R$ 3.996,00
68.	10930	**90**	KILO	LIMAO GALEGO, DE PRIMEIRA	-	R$ 5,99	R$ 539,10
69.	10932	**578**	KG	MACA NACIONAL, DE PRIMEIRA, IN NATURA, VERMELHA	-	R$ 8,60	R$ 4.970,80
70.	10070	**110**	PCT	MACARRAO TIPO CONCHA 500 GR, A BASE DE SÊMOLA, MASSA COM OVOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE.	GALO AZUL	R$ 3,50	R$ 385,00
71.	10071	**160**	PCT	MACARRAO TIPO ESPAGUETE 500 GR, A BASE DE FARINHA, MASSA COM OVOS. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE.	GALO AZUL	R$ 3,50	R$ 560,00
72.	10101	**60**	PCT	MACARRAO TIPO LASANHA 500 GR A BASE DE FARINHA, MASSA COM OVOS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VA-	GALO AZUL	R$ 7,80	R$ 468,00

				LIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE.			
73.	26143	**30**	PCT	MACARRAO TIPO PENNE 500 GR, A BASE DE SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA, CONTÉM GLÚTEN, SEM GORDURAS SATURADAS	GALO AZUL	R$ 3,50	R$ 105,00
74.	10072	**170**	PCT	MACARRO TIPO PARAFUSO 500 GR, A BASE DE FARINHA, MASSA COM OVOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA. UNIDADE.	GALO AZUL	R$ 3,50	R$ 595,00
75.	10073	**380**	KILO	MAMAO DE PRIMEIRA	-	R$ 6,90	R$ 2. 622,00
76.	23153	**80**	KILO	MANDIOCA IN NATURA	-	R$ 5,99	R$ 479,20
77.	10074	**230**	KG	MARACUJA IN NATURA QUILO	-	R$ 10,99	R$ 2. 527,70
78.	15189	**60**	UNID	MARGARINA VEGETAL COM SAL 1 KG	DELICIA	R$ 9,99	R$ 599,40
79.	10076	**890**	KILO	MELANCIA	-	R$ 3,49	R$ 3. 106,10
80.	10077	**410**	KG	MELAO	-	R$ 7,50	R$ 3. 075,00
81.	10958	**330**	UNID	MILHO VERDE EM CONSERVA, EMBALAGEM MINIMO DE 200 GRAMAS,	FUGINI	R$ 2,70	R$ 891,00
82.	26979	**60**	UNID	MINI CACHORRO QUENTE - PAO MOLHO E SALSICHA	-	R$ 2,50	R$ 150,00
83.	26978	**80**	UNID	MINI SANDUICHE NATURAL - PAO, CENOURA, FRANGO DESFIADO, MOLHOS (MAIONESE, CREME CATUPIRI E REQUEIJAO)	-	R$ 3,00	R$ 80,00
84.	14643	**130**	PCT	MISTURA BOLO 400 GR, INFORMAÇÕES NUTICIONAIS, VARIOS SABORES, PRAZO DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE.	DR OETKER	R$ 3,99	R$ 518,70
85.	10935	**280**	KILO	MIXIRICA	-	R$ 8,99	R$ 2. 517,20
86.	11032	**250**	KILO	MORGOTE	-	R$ 8,99	R$ 2. 247,50
87.	10936	**291**	UNID	ÓLEO COMESTÍVEL 900 ML VEGETAL DE SOJA, ZERO POR CENTO DE GORDURA TRANS, PURO, REFINADO, SEM COLESTEROL, RICO EM VITAMINA EM, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM RESOLUÇÃO 482/99 - ANVISA.	SOYA	R$ 4,99	R$ 1. 452,09
88.	12809	**20**	UNID	OREGANO DESIDRATADO 100 GRAMAS	MIKA	R$ 8,99	R$ 179,80
89.	10081	**245**	DUZIA	OVOS CLASSE A BRANCO OU MARRON CARTELA 12 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 1.800G. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. DÚZIA.	-	R$ 6,99	R$ 1. 712,55
90.	14651	**90**	UNID	PANETONE FRUTAS CRISTALIZADAS DIVERSOS SABORES 400GR	FESTTONE	R$ 12,99	R$ 1. 169,10
91.	5146	**210**	KILO	PAO DE QUEIJO FRESCO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG	-	R$ 29,99	R$ 6. 297,90
92.	11030	**217**	KILO	PAO DOCE TIPO CUCA MASSA MOLE, INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO / FERMENTO /SAL/ AÇUCAR/ MARGARINA E ÁGUA, COM RECHEIO DE FRUTAS CRISTALIZADAS OU DOCES, COM COBERTURA.	-	R$ 15,99	R$ 3. 469,83
93.	14644	**232**	KILO	PAO DOCE TIPO CUCA SOVADA, INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO / FERMENTO /SAL/ AÇUCAR/ MARGARINA E ÁGUA, COM RECHEIO DE FRUTAS CRISTALIZADAS OU DOCES, COM COBERTURA.	-	R$ 15,99	R$ 3. 709,68
94.	26937	**90**	KG	PAO HOT DOG DOCE COM MASSA LEVE DE FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, OVOS, LEITE, FEERMENTO QUIMICO, ASSADO.	-	R$ 17,99	R$ 1. 619,10
95.	26144	**30**	KILO	PAO TIPO BISNAGUINHA, COM PESO APROXIMADAMENTE DE 50 GRAMAS CADA UNIDADE.	-	R$ 17,99	R$ 539,70
96.	14645	**130**	KG	PAO TIPO CASEIRO, INGREDIENTES FARINHA TRIGO/FERMENTO/SAL/AÇÚCAR/ MARGARINA E ÁGUA, APRESENTAÇÃO FATIADO OU INTEIRO.	-	R$ 15,99	R$ 2. 078,70
97.	16736	**240**	KILO	PAO TIPO DE FORMA, INGREDIENTES FARINHA TRIGO/ FERMENTO/ SAL/ AÇÚCAR/ MARGARINA E ÁGUA, APRESENTAÇÃO FATIADO.	-	R$ 15,99	R$ 3. 837,60
98.	10937	**510**	KILO	PAO TIPO FRANCES, COM NO MÍNIMO 50G, FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. UNIDADE.	-	R$ 12,99	R$ 6. 624,90
99.	10083	**65**	KILO	PEPINO	-	R$ 4,90	R$ 318,50
100.	5220	**50**	UNID	PEPINO EM CONSERVA 300 GR	FIORELO	R$ 8,50	R$ 425,00
101.	10084	**60**	KILO	PIMENTAO VERDE	-	R$ 8,90	R$ 534,00
102.	15191	**520**	PCT	PIRULITO SABOR DE FRUTAS, PACOTE COM 480 GRAMAS, NO MINIMO, COM TAMANHO MINI, ESPECIAL PARA CRIANÇAS PEQUENAS, COM FORMATOS DIVERSOS. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO,	PIETRO BOM	R$ 10,99	R$ 5. 714,80
103.	3067	**1810**	UNID	REFRIGERANTES VARIADOS COM AROMA NATURAL, SABOR SUAVE, EMBALAGEM CONTENDO 2 LITROS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MARAJA	R$ 4,90	R$ 8. 869,00
104.	10962	**45**	KILO	REPOLHO ROXO	-	R$ 5,99	R$ 269,55
105.	10087	**145**	KILO	REPOLHO VERDE	-	R$ 3,99	R$ 578,55
106.	10089	**61**	PCT	SAL REFINADO 1 KG IODADO, PARA CONSUMO DOMÉSTICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE - PACOTE	PLUMA	R$ 1,99	R$ 121,39
107.	11017	**595**	CENTO	SALGADOS ASSADOS - CENTO	-	R$ 60,00	R$ 35. 700,00

108.	10106	**510**	CENTO	SALGADOS DIVERSOS FRITO - QUIBE COXINHA PASTEL E RISOLE - CENTO	-	R$ 60,00	R$ 30.600,00
109.	10090	**160**	KILO	SALSICHA HOT DOG, EM CONSERVA. EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO KG.	SEARA	R$ 8,99	R$ 1.438,40
110.	10095	**290**	KILO	TOMATE SALADA	-	R$ 8,90	R$ 2.581,00
111.	5505	**415**	KG	TORTA SALGADA COM RECHEIOS DIVERSOS, (FRANGO, PRESUNTO, CARNE, QUEIJO, ETC, A ESCOLHER). UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG.	-	R$ 24,99	R$ 10.370,85
112.	10096	**35**	UNID	VINAGRE DE MACÃ 750 ML NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO E DA VALIDADE E NUMERO DO LOTE	CASTELO	R$ 7,99	R$ 503,37
113.	10963	**63**	UNID	VINAGRE DE VINHO 750 ML NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO E DA VALIDADE E NUMERO DO LOTE	CASTELO	R$ 6,50	R$ 227,50

Valor Total: R$ 300.412,26 (trezentos mil quatrocentos e doze reais e vinte e seis centavos).

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS:

EMPRESA 2 - **WAGNER MARTINS CANDIA – ME -** CNPJ nº 25.002.141/0001-74

Item	Cód.	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca	R$ Unit.	R$ Total
1.	10022	**180**	PCT	ACHOCOLATADO EM PO 400 GRAMAS, DEVE APRESENTAR EM SUA COMPOSIÇÃO: AÇUCAR, CACAU EM PÓ, MALTODEXTRINA, ESTABILIZANTE, LECITINA DE SOJA, AROMA DE BAUNILHA, VITAMINAS E SAL. LIVRE DE ÁCIDO FÓLICO. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 04 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	ZAELI	R$ 4,99	R$ 898,20
2.	21961	**100**	UNID	AGUA MINERAL 1,5 LITROS	MARAJA	R$ 2,99	R$ 299,00
3.	10024	**25**	KILO	ALHO IN NATURA, DE PRIMEIRA, SEM RESTIA, BULBO INTEIRIÇO KG.	-	R$ 32,00	R$ 800,00
4.	14632	**188**	KILO	PRESUNTO COZIDO, EMBUTIDO, VALOR NUTRICIONAL, APRESENTADO FATIADO, INSPECIONADO PELO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE.	FORTEZA	R$ 19,99	R$ 3.758,12
5.	14633	**100**	KG	BACOM SUINO, EMBALAGEM A VÁCUO, EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE,	-	R$ 32,99	R$ 3.299,00
6.	10941	**350**	PCT	BALA DE FRUTAS. PCT COM 700G. MASTIGÁVEIS, DE VARIOS SABORES, TAMANHOS E FORMAS.	SANTA RITA	R$ 7,99	R$ 2.796,50
7.	10033	**100**	PCT	BISCOITO PAO DE MEL SEM COBERTURA 400 GR – PACOTE COM 15 UNIDADES, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA.	BOLAMEL	R$ 7,99	R$ 799,00
8.	15172	**250**	PCT	BISCOITO TIPO AMANTEIGADOS, COMPOSTO POR FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO, AÇUCAR, AÇUCAR INVERTIDO, MANTEIGA HIDROGENADA, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, FERMENTO QUIMICO MELHORADOR DE FARINHA, ESTABILIZANTE, AROMATIZANTE ARTIFICIAL, ANTIOXIDANTE. REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. ISENTO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 23 DE 15/03/00. PCT COM 330 G.	RENATA	R$ 6,49	R$ 1.622,50
9.	15173	**650**	UNID	BISCOITO WEFFLER DE VARIOS SABORES MINIMO DE 115 G	MABEL	R$ 2,20	R$ 1.430,00
10.	14650	**500**	UNID	BOMBOM CHOCOLATE WAFFER BIS 126GR	LACTA	R$ 4,99	R$ 2.495,00
11.	10036	**70**	UNID	CALDO PARA CULINARIA, (GALINHA/CARNE/LEGUMES), ZERO GORDURA TRANS, CAIXA DE 57G CONTENDO 06 UNIDADES	MAGGI	R$ 2,40	R$ 168,00
12.	4045	**60**	PCT	CANELA EM PÓ 10GR- PCT	MIKA	R$ 2,49	R$ 149,40
13.	23272	**110**	KILO	CARNE BOVINA ACÉM EM PEDAÇO, CONGELADA (ENTRE -10ºC E -25ºC)	-	R$ 18,99	R$ 2.088,90
14.	15184	**205**	KILO	CARNE BOVINA ALCATRA	-	R$ 34,99	R$ 7.172,95
15.	10945	**370**	KILO	CARNE BOVINA COXAO MOLE EM BIFES: FRESCA OU RESFRIADA	-	R$ 27,99	R$ 10.356,30
16.	23158	**130**	KILO	CARNE BOVINA MAMINHA	-	R$ 28,99	R$ 3.768,70
17.	10039	**200**	KILO	CARNE BOVINA MUSCULO EM PEDAÇO, CONGELADA (ENTRE – 10C° E – 25°C) E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA	-	R$ 17,99	R$ 3.598,00
18.	15183	**130**	KG	CARNE BOVINA TIPO FRALDINHA	-	R$ 29,99	R$ 3.898,70
19.	15182	**50**	KG	CARNE BOVINA TIPO QUARTO DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA 3 (DECRETO 12486/78) E (DECRETO M.A. 2244/97).	-	R$ 21,99	R$ 1.099,50
20.	10946	**95**	KG	CARNE DE PERNIL SUINO PECA	-	R$ 13,99	R$ 1.329,05
21.	15185	**100**	KILO	CARNE SUINA COSTELA		R$ 17,99	R$ 1.799,00
22.	15186	**20**	KILO	CARNE SUINA LOMBINHO	-	R$ 14,50	R$ 290,00
23.	23246	**300**	UNID	CESTA BASICA TIPO II – CONTENDO 01 ACUCAR CRISTALIZADO 02KG - 01 CAFE TORRADO MOIDO 500GR - 01 ARROZ BRANCO BENEFICIADO TIPO 1, 5KG. - 01 CREME DENTAL C/ FLUOR 90G - 01 EXTRATO TOMATE 190G - 01 FEIJAO PRETO TIPO 1, 1KG. - 01 OLEO COMESTIVEL DE SOJA 900 ML - 01 FARINHA MANDIOCA TORRADA 01KG - 01 MACARRAO 01KG - 01 SABAO BARRA GLICERINADO 200G - 01 SABONETE 90G - 01 SAL REFINADO 01KG - 01 FARINHA TRIGO 01 KG - 01 FUBA MILHO 1 KG - 01 LEITE ESTERILIZADO INTEGRAL LONGA VIDA 1.000ML - 01 BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA, LEITE OU COCO 400G.	-	R$ 84,00	R$ 25.200,00
24.	10045	**70**	PCT	CONDIMENTO PACOTE 10 GR APRESENTAÇÃO NATURAL (TEMPEROS DIVERSOS)	MIKA	R$ 2,90	R$ 203,00
25.	10949	**200**	UNID	CREME DE LEITE 200 GR - APRESENTANDO TEOR DE MATERIA GORDA MINIMA DE 25%, EMBALADO EM CAIXA CARTONADA	PIRACANJUBA	R$ 2,75	R$ 550,00
26.	10047	**35**	UNID	DOCE EM PASTA CREMOSO (FRUTAS) MÍNIMO DE 400G, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO	INCOTRIL	R$ 4,99	R$ 174,65
27.	26981	**50**	UNID	ERVILHA VERDE EM CONSERVAS EMBALAGEM 200 GR	-	R$ 2,49	R$ 124,50

28.	15188	**50**	UNID	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM MIN 350 GR	FUJINI	R$ 3,40	R$ 170,00
29.	10051	**50**	PCT	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA 01 KG GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA BENEFICIADA, CLASSE AMARELA, TIPO 1 COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	PINDUCA	R$ 6,50	R$ 325,00
30.	10056	**60**	UNID	FERMENTO BIOLÓGICO, EMBALAGEM DE 125G.DEVERÁ CONTER OS SEGUINTES INGREDIENTES: LEVEDURA NATURAL E AGENTE DE REHIDRATAÇÃO. EM 100G DO PRODUTO PÓ DEVERÁ CONTER DE 285 A 300 KCAL.PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 03 MESES, A CONTAR DA DATA DE VALIDADE.	SAF INT	R$ 7,49	R$ 449,40
31.	16735	**110**	PCT	GELADINHO PCT COM 40 UNIDADES - SABORES VARIADOS	BEBELA	R$ 6,99	R$ 768,90
32.	10955	**600**	UNID	LEITE ESTERILIZADO, INTEGRAL, LONGA VIDA, EM EMBALAGENS TETRA-PACK DE 1. 000ML. COMPOSIÇÃO MÍNIMA POR LITRO: VALOR ENERGÉTICO: 550 KCAL; CARBOIDRATOS: 40G; PROTEÍNAS: 30G; LIPÍDIOS: 30G. A EMBALAGEM DEVE CONTER O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	NENE	R$ 3,99	R$ 2. 394,00
33.	10065	**155**	KILO	LINGUICA BOVINA MISTA	-	R$ 13,99	R$ 2. 168,45
34.	23287	**140**	KILO	LINGUICA SUINA CALABRESA	-	R$ 18,99	R$ 2. 658,60
35.	10956	**255**	KILO	LINGUICA TOSCANA FRESCA	FORTEZA	R$ 13,99	R$ 3. 567,45
36.	16713	**60**	UNID	MAIONESE PRONTA, EMBALAGEM DE 500GR, SACHE	SOYA	R$ 4,49	R$ 269,40
37.	10078	**30**	PCT	MILHO CANJICA AMARELO 500 GR, GRUPO ESPECIAL, SUBGRUPO DESPELICULADO, CLASSE AMARELA, TIPO 1, BENEFÍCIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. PACOTE	MIKA	R$ 2,99	R$ 89,70
38.	15168	**30**	PCT	MILHO MOIDO CANJIQUINHA QUIRELA 500 GR, GRUPO ESPECIAL, SUBGRUPO MOIDO GROSSO, CLASSE AMARELA, TIPO 1, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. PACOTE	MIKA	R$ 2,60	R$ 78,00
39.	14642	**320**	UNID	MILHO PIPOCA, TIPO I, EMBALAGEM DE 500GR, CLASSE AMARELA,	MIKA	R$ 2,45	R$ 784,00
40.	20352	**205**	KILO	MORTADELA DEFUMADA FATIADA, RESFRIADO, PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM GORDURA, ISENTA DE CARTILAGENS E APONEVROSES; COM REGISTRO NO SIF; EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE, PRODUTO E MARCA	PERDIGAO	R$ 24,99	R$ 5. 122,95
41.	4304	**1050**	UNID	POLPA DE FRUTAS 100GR FRUTAS - SABORES VARIADOS	YASSAI	R$ 2,50	R$ 2. 625,00
42.	10085	**45**	PCT	POLVILHO DE MANDIOCA AZEDO 01 KG, SEM IMPUREZAS. NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DE FABRICACAO, DE VALIDADE E O NUMERO DO LOTE. PACOTE	MIKA	R$ 9,90	R$ 445,50
43.	15843	**15**	PCT	POLVILHO DE MANDIOCA DOCE 01 KG, SEM IMPUREZAS. NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DE FABRICACAO, DE VALIDADE E O NUMERO DO LOTE. PACOTE	MIKA	R$ 8,99	R$ 134,85
44.	4320	**270**	KILO	PRESUNTO FATIADO RESFRIADO EMBALAGEM EM QUILO (KG), COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.KG.	FORTEZA	R$ 21,99	R$ 5. 937,30
45.	10086	**370**	KILO	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO, RESFRIADO, EMBALAGEM EM QUILO (KG), COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. KG.	PRIMITI	R$ 32,00	R$ 11. 840,00
46.	14647	**70**	UNID	SAGU TIPO 1 500 GR DADOS DO FABRICANTE E DISTRIBUIDOR, PRAZO DE VALIDADE, VALOR NUTRICIONAL - PACOTE	MIKA	R$ 5,99	R$ 419,30
47.	10092	**220**	UNID	SUCO ARTIFICIAL, DIVERSOS SABORES, ORIGEM BRASILEIRA, RENDIMENTO 10 LITROS, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL	REFRESKANT	R$ 7,49	R$ 1. 647,80
48.	10093	**76**	UNID	TEMPERO COMPLETO 300 GR SEM PIMENTA, COMPOSTO DE SAL, CEBOLA, ALHO, COENTRO, AGUA, CEBOLINHA, LOURO E CURCURA. POTE	ZAELI	R$ 3,20	R$ 243,20
49.	10094	**60**	UNID	TEMPERO EM PÓ PARA CARNES, LEGUMES E ARROZ, EMBALAGEM DE 60G. CONTENDO 12 SACHÊS DE 5G CADA.	SANDELLA	R$ 3,49	R$ 209,40

Valor Total: R$ 122.516,17 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e dezesseis reais e dezessete centavos).

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 422.928,43 (quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital;

3. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata;

4. Os produtos entregues deverão estar de acordo com as normas vigentes, devidamente regulamentadas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

a) A empresa licitante detentora da ata de registro de preços deverá apresentar as notas fiscais correspondentes aos objetos dos quais foi vencedora, devidamente atestadas pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estarem acompanhadas das cópias dos pedido/requisição/ordem de fornecimento.

b) O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração;

c) Para fazer jus ao pagamento, a empresa detentora da ata de registro de preços deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (CND/INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, também, cópia do "Termo de Opção" pelo recolhimento de impostos naquela modalidade.

d) Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

e) Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Atender a Ordem de Fornecimento, entregando os produtos constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I, em **no máximo 03 (três) dias úteis para produtos perecíveis e 05 (cinco) dias úteis para produtos não perecíveis**, após a emissão do pedido/requisição/ordem de fornecimento. As despesas com transporte e descarga são por conta da licitante vencedora, devendo ser obedecidos os valores e condições propostas, e o local específico de entrega;

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

4. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

5. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital;

7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

8. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1- Uma vez firmada a contratação (Ata de Registro de Preços), o Município se obriga a:

a) Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;

b) Efetuar o recebimento dos produtos requisitados, em conformidade com as especificações estipuladas no **Anexo I;**

c) Efetuar o pagamento à licitante vencedora (detentora da Ata), na forma e prazos estabelecidos neste Edital, na Ata de registro de preços ou documento equivalente a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

d) Zelar, através de servidor "fiscal de contrato" designado pelo Prefeito através de Portaria, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista no item "1" desta cláusula será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista na alínea "b" do item "3".

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a. advertência por escrito;

b. aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (gêneros alimentícios) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014, e legislação suplementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO Nº 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 22 de Abril de 2020.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

Claudiomiro Jacinto de Queiroz - Prefeito Municipal

FRANDOLOSO & SCHIMITT LTDA. EPP

(Empresa Detentora da Ata)

CNPJ: 02.721.137/0001-60

WAGNER MARTINS CANDIA – ME

(Empresa Detentora da Ata)

CNPJ: 25.002.141/0001-74

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

BALANCO ORÇAMENTARIO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**18.011.404,36**	**18.011.404,36**	**20.133.077,79**	**2.121.673,43**
Receita Tributária	1.062.273,48	1.062.273,48	1.155.351,32	93.077,84
Receita de Contribuições	80.000,00	80.000,00	78.652,36	-1.347,64
Receita Patrimonial	135.000,00	135.000,00	62.271,76	-72.728,24
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	2.000,00	2.000,00	24.152,31	22.152,31
Transferências Correntes	16.607.326,52	16.607.326,52	18.756.840,24	2.149.513,72
Outras Receitas Correntes	124.804,36	124.804,36	55.809,80	-68.994,56
Receitas de Capital (II)	**4.810.645,64**	**4.810.645,64**	**662.271,00**	**-4.148.374,64**
Operações de Crédito				
Alienação de Bens	55.000,00	55.000,00		-55.000,00
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	4.755.645,64	4.755.645,64	662.271,00	-4.093.374,64
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**22.822.050,00**	**22.822.050,00**	**20.795.348,79**	**-2.026.701,21**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**22.822.050,00**	**22.822.050,00**	**20.795.348,79**	**-2.026.701,21**

Emissão: 15/04/2020 11:25:09 Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	**22.822.050,00**	**22.822.050,00**	**20.795.348,79**	**-2.026.701,21**
Saldos de Exercícios Anteriores		**303.779,19**	**303.779,19**	
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro		303.779,19	303.779,19	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**17.087.800,00**	**18.884.065,26**	**17.940.353,32**	**17.920.837,46**	**17.920.199,03**	**943.711,94**
Pessoal e Encargos Sociais	7.832.450,00	8.592.835,69	8.485.887,76	8.485.887,76	8.485.887,76	106.947,93
Juros e Encargos da Dívida	40.500,00	8.000,00	1.638,60	1.638,60	1.638,60	6.361,40
Outras Despesas Correntes	9.214.850,00	10.283.229,57	9.452.826,96	9.433.311,10	9.432.672,67	830.402,61
Despesas de Capital (IX)	**4.879.250,00**	**3.401.763,93**	**2.339.788,81**	**1.838.158,23**	**1.761.116,42**	**1.061.975,12**
Investimentos	4.878.750,00	3.401.263,93	2.339.788,81	1.838.158,23	1.761.116,42	1.061.475,12
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida	500,00	500,00				500,00
Reserva de Contingência (X)	**15.000,00**					
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**21.982.050,00**	**22.285.829,19**	**20.280.142,13**	**19.758.995,69**	**19.681.315,45**	**2.005.687,06**

Emissão: 15/04/2020 11:25:09 Página 2
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**21.982.050,00**	**22.285.829,19**	**20.280.142,13**	**19.758.995,69**	**19.681.315,45**	**2.005.687,06**
Superávit (XIII)	840.000,00	536.220,81	515.206,66			21.014,15
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**22.822.050,00**	**22.822.050,00**	**20.795.348,79**	**19.758.995,69**	**19.681.315,45**	**2.026.701,21**
Reserva do RPPS						

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes	**7.001,42**	**170.711,23**	**165.238,67**	**165.238,67**	**722,56**	**11.751,42**
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	7.001,42	170.711,23	165.238,67	165.238,67	722,56	11.751,42
Despesas de Capital		**284.537,88**	**231.228,20**	**231.228,20**	**663,14**	**52.646,54**
Investimentos		284.537,88	231.228,20	231.228,20	663,14	52.646,54
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	**7.001,42**	**455.249,11**	**396.466,87**	**396.466,87**	**1.385,70**	**64.397,96**

Emissão: 15/04/2020 11:25:09 Página 4
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2019 Exercício: 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	**79.850,00**	**93.247,31**	**93.247,31**		**79.850,00**
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	79.850,00	93.247,31	93.247,31		79.850,00
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	**79.850,00**	**93.247,31**	**93.247,31**		**79.850,00**

Emissão: 15/04/2020 11:25:09 Página 5
Homologado

BALANCO FINANCEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2019

Exercício: 2019

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**20.795.348,79**	**18.425.422,23**
Ordinária		**7.515.111,59**	**6.771.427,10**
Vinculada		**13.280.237,20**	**11.653.995,13**
Recursos Vinculados à Educação		5.974.695,99	4.603.763,10
Recursos Vinculados à Saúde		4.771.872,40	4.608.065,54
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		208.559,06	261.090,60
Outras Destinações de Recursos		2.325.109,75	2.181.075,89
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**32.177,89**	**0,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		32.177,89	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**1.975.953,32**	**1.847.371,28**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		521.146,44	455.249,11
Inscrição de Restos a Pagar Processados		77.680,24	93.247,31
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		1.377.126,64	1.298.874,86
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**3.155.182,33**	**3.417.496,14**
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.155.182,33	3.417.496,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**25.958.662,33**	**23.690.289,65**

Emissão: 15/04/2020 11:36:25

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE UNIAO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2019

Exercício: 2019

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**20.280.142,13**	**17.797.004,08**
Ordinária		**6.579.465,35**	**5.579.393,91**
Vinculada		**13.700.676,78**	**12.217.610,17**
Recursos Destinados à Educação		5.183.410,73	5.013.941,84
Recursos Destinados à Saúde		5.346.165,29	4.469.485,46
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		208.531,52	278.771,84
Outras Destinações de Recursos		2.962.569,24	2.455.411,03
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**840.000,00**	**814.000,00**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		840.000,00	814.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**1.946.449,94**	**1.924.103,24**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		396.466,87	215.207,23
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		93.247,31	429.250,56
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		1.456.735,76	1.279.645,45
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**2.892.070,26**	**3.155.182,33**
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.892.070,26	3.155.182,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**25.958.662,33**	**23.690.289,65**

Emissão: 15/04/2020 11:36:25 Página 2

Homologado

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 012/2020.

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2020, de 02 de Janeiro de 2020, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e nos termos dos Decretos nºs 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que, confor-

me a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 - REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação Nº 012/2020 – Emitido em 18 de Março de 2020, aberto e julgado em 13 de Abril de 2020, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de Tubos de Concreto Armado, para a realização da Drenagem e condução de águas pluviais da Avenida Santa Catarina, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento, pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital do pregão, sagrou-se vencedora deste certame conforme o mapa do pregão, a proponente: INDÚSTRIA DE ARTEFATOS NORTE MATO-GROSSENSE EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 32.535.489/0001-92, referente aos 03 (três) itens do anexo I do edital, no valor total de R$ 198. 500,00 (cento e noventa e oito mil e quinhentos reais), sob o critério de menor preço por item. O resultado deste pregão foi submetido à apreciação da autoridade superior (Prefeito), ao qual compete homologar ou não este processo licitatório.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul/MT, 13 de Abril de 2020.

CESAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

COMUNICADO DE REJEIÇÃO E CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT comunica que, com base no disposto no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no interesse da Administração e por motivo de ilegalidade, procedeu, através do Termo de Rejeição e Cancelamento de Licitação, datado de 14/04/2020, à rejeição e ao cancelamento do Pregão Presencial sob nº 012/2020 - Processo Nº 012/2020, de Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de Tubos de Concreto Armado, para a realização da Drenagem e condução de águas pluviais da Avenida Santa Catarina, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento, em obediência ao princípio da economicidade e resguardando a conveniência administrativa e o interesse público.

União do Sul – MT, 14 de abril de 2020.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

ANEXO IV – RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO (ART. 45 DA LC 101/2000).

ANEXO IV – RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO (Art. 45 da LC 101/2000).

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

	Realização					
Especificação	Valor Repasse	Valor Contra-partida	Executado %	A exe-cutar %	Fonte do recurso	Previsão Término ou Vigência do Convênio
AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	136. 986,30	4.109,58	74,82	25,18	**Proposta de Convênio nº** 870931/2018 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO - MAPA	31/12/2019
CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS	270. 476,19	50.000,00	46,70	53,30	**Proposta de Convênio nº** 872795/2018 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS	13/07/2021
CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO	394. 640,27	111.359,73	45,62	54,38	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO	21/08/2018
CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS DE DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.	573. 000,00	5.530,00	0,00	100	**Proposta de Convênio nº** 894341/2019 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	31/12/2022
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PUBLICAS DA CIDADE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT - RUA URBANO GOMES, RUA DAS ORQUIDEAS, RUA ARIVALDO VIEIRA DE SANTANA E RUA JEOVAL MARQUES DAS NEVES.	318. 015,00	12.076,19	0,00	100	**Proposta de Convênio nº** 892616/2019 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	31/12/2022
AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA	143. 250,00	25.000,00	0,00	100	**Proposta de Convênio nº** 890921/2019 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	31/12/2021
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA, COM DRENAGEM E CALÇADAS EM ADRIANÓPOLIS	343. 000,00	13.720,00	0,00	100	**Proposta de Convênio nº** 883953/2019 **MINISTÉRIO DA DEFESA**	09/11/2022
AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	250. 000,00	2.500,00	0,00	100	**Proposta de Convênio nº 000107**/2020 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	31/12/2021
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL NAS VIAS PÚBLICAS: RUA SEBASTIÃO A. PEREIRA (TRECHO 01); RUA SEBASTIÃO A. PEREIRA (TRECHO 02); AVENIDA C.	360. 000,00	88.347,28	33,33	66,67	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA	01/02/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a existência de mero erro material, quando a data da Exoneração, conforme **ATO Nº 258/2020**, que exonerou a servidora **Maria Aparecida Oliveira,** publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.459 do dia 15/04/2020 página 469.

CONSIDERANDO que tal retificação a data conforme Exoneração Ato nº 258/20 em questão.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a retificação da data da Exoneração da servidora **Maria Aparecida Oliveira**

Onde se Lê: 13/03/2020

LEIA-SE: 13/04/2020

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de Abril de 2020.

Lucimar Sacre de Campos ***Prefeita Municipal***

PORTARIA Nº421/2020

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei 3.507/2010 e Leis Complementares nº 3.624/2011; 3.627/2011; 3.628/2011 e 4.293/2017, que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências":

RESOLVE:

Enquadrar as servidoras da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Saúde, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVEL ELEMENTAR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
JOVELINA MARIA MARINHO DA COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS – PERFIL AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15.07.1994	30H	**D - 09**
HERMES BOTELHO MARQUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS – PERFIL AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	09.09.1988	30H	**B - 10**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir **de 01.04.2020.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande -MT, **16 de abril de 2020.**

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº422/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei Complementar nº 4.014/2014 e 4.293/2017, que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências":

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Administração que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVEL ELEMENTAR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
ENIR ALVES DE SANTANA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EC. E SOCIAL	21.09.1993	30H	D -10

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir **de 01.04.2020.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, **16 de abril de 2020.**

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 037/2017

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa A F. DA COSTA -ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita CNPJ nº 10.607.150/0001-11. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Aditivo encontra fundamentação legal no Artigo 57 inc. II, ambos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas atualizações, ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei nº. 8.245/91 alterada pela Lei nº. 12.112/2009, Ato de Dispensa de Licitação nº. 05/2017, no Termo de Contrato nº. 037/2017, na devida justificativa exarada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 662067/2020. OBJETO: Este Termo tem por objeto aditar no Contrato nº 037/2017o item 3.1 da "CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES", "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FOR-

MA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" e a "CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO", referente a locação de um imóvel localizado na Rua 13 e a Rua 05, lotes nº. 09, 10, 11, 12 e 13, Quadra 32, Loteamento Parque Sabia, Bairro São Matheus, no Município de Várzea Grande-MT, destinado para com destino único exclusivo para funcionamento do Almoxarifado Central da SMECEL, para atender a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Fica mantido o aluguel mensal a ser pago pelo Locatário de R$ 9.589,93 (Nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), perfazendo o valor total de R$ 115. 079,16 (Cento e quinze mil setenta e nove reais e dezesseis centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FONTE: 0101. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato principal, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL: O acompanhamento e a Fiscalização do contrato ficará a cargo do LOCATÁRIO, que designa para este Ato, a Senhora MEIRY EVALDETH ALVES RONDON, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0986 7830 SSSPJ/MT e inscrita no CPF nº. 362.502.791-72, Matrícula nº. 57.631, especialmente para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei nº. 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 09.04.2020.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

A F. DA COSTA -ME

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N. 051.2019.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº. 03.076.083/0001-90. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal no art. 57, II da Lei 8.666/93 e suas alterações, na justificativa exarada pela Secretaria Gestora, nas condições do Contrato n. 051/2019, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 658882/2020. OBJETO: Este termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, e ratificar a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, e a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a contratação de empresa capacitada para prestação de serviço para execução de manutenção (corretiva e preventiva) e melhoria do sistema de vias urbanas pavimentadas, conforme termo de referencia anexo I, como as planilhas de detalhamento e especificações e as demais condições do edital e anexos. VALOR: Fica mantido o valor de R$ 16.482. 039,91 (Dezesseis milhões quatrocentos e oitenta e dois mil trinta e nove reais e noventa e um centavos), decorrente do saldo remanescente da contratação. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. FONTE: 0124/0100. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 210 (duzentos e dez) dias, o prazo de vigência da contratação, que se iniciará a partir da data de seu vencimento. No exclusivo interesse da Administração, esta poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCAL: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual, ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a CONTRATANTE, que, designa para este ato, o servidor WALDINEI MORENO COSTA, inscrito no CPF n. 155.512.531-04, nos termos do Artigo 67 da Lei n°. 8.666 de 21 de Junho de 1991 e suas alterações posteriores, especialmente para este fim.

DATA DE ASSINATURA: 08.04.2020

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria municipal de Viação e Obras

Contratante

CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA

Contratada

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº071/2020

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Complementar n°1.164/91, que dispõe em seu art. 85;

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2019/2020**, a vigorar a partir de **05.05.2020 a 05.06.2020**, a servidora **CAMILA GARCIA NEVES**, matrícula nº **627**, exercendo o cargo de **CONTROLADOR INTERNO.**

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 23 de Abril de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Diretor Presidente DAE/VG.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N. 054/2019.

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e, de outro lado, a Empresa ARARAÚNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 36.932.853/0001-09. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 57, II da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, na justificativa exarada pela Secretaria gerenciadora do Contrato nº. 054/2019, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro nº. 656944/2020. OBJETO: Este Termo tem por objeto ratificar a CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, e aditar a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO e a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, referente a contratação de empresa capacitada para Prestação de Serviços de Agenciamento e Fornecimento de passagens aéreas e terrestres nacionais, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal Várzea Grande/MT. VALOR: Fica mantido para o pagamento desta contratação o valor estimado global de R$ 237.340,00 (Duzentos e trinta e sete mil trezentos e quarenta reais). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE GOVERNO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. FONTE: 0101/0100. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FONTE: 0100/0129/0143/0127. UO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. FONTE: 0100. UO: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E TURISMO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. FONTE: 0146. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato principal, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL: A fiscalização deste Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria de Administração, que designa neste ato, na função de titular, o servidor PAULO VICTOR PEDROSO DE BARROS, inscrito no CPF n. 736.374.591-91; e,

na função de suplente, o servidor ADRIANO CARVALHO DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade RG nº 814953 SSP/MT e inscrito no CPF nº 594.750.801-04; A Secretaria de Gestão Fazendária, que designa neste ato, na função de titular, a servidora FÁTIMA ROSÁRIA FERREIRA GOMES FARES, portadora da Cédula de Identidade RG n° 070989-1 SJ/MT e inscrito no CPF sob o nº. 615.734.341-91; e, na função de suplente, o servidor LUCAS MIGUEL DA SILVA MARTINS DA CUNHA, inscrito no CPF n. 057.128.351-93; A Secretaria de Governo, que designa neste ato, na função de titular, a servidora DANIELA CRISTINA BARONE VERONEZI IBA, inscrita no CPF n. 582.149.332-34; e, na função de suplente, a servidora MARIANA CRISTINA DE BARROS COSTA MARQUES, brasileira, portador da Cédula de Identidade RG n° 1297222-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.912.028.841-72, matrícula nº116941; A Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer que designa neste ato, a servidora MEIRY EVALDETH ALVES RONDON, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n° 09867830 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 362.502.791-72; A Secretaria de Assistência Social, que designa neste ato, na função de titular, o servidor CARLOS HENRIQUE ARAÚJO VIEIRA, inscrito no CPF n. 027.053.081-99; e, na função de suplente, a servidora LUCILENE DA COSTA, brasileira, Gerente de Almoxarifado, portador da Cédula de Identidade RG n° 297.253 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 654.794.081-00, matrícula nº 28.252; A Procuradoria Municipal que designa neste ato, a servidora EDNA DE SOUZA MELO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 633-798 SSP/MT, CPF nº 615.724.971-49, matricula 109080; A Secretaria Municipal de Viação e Obras que designa neste ato, a servidora DALVA ROSA GOMES PINHEIRO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 133.6747-1 SSP/MT, CPF nº 013.855.161-86, matricula 121405; A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável que designa neste ato, na função de titular, a servidora ELLEN CRISTINA MORENO DO NASCIMENTO, matricula n º 110103 portadora da Cédula de Identidade RG nº 1587113-4 SSP/MT, CPF nº 013.612.851-33; e, na função de suplente, a servidora JAKELINE PEREIRA ISAAC, inscrita no CPF n. 032.831.141-37; A Controladoria Geral do Município que designa neste ato, o servidor ELINILTON CLEBSON MIRANDA, portador da Cédula de Identidade RG nº 09455698 SSP/MT, CPF nº 814.261861-34; A Secretaria Municipal de Defesa Social que designa neste ato, o servidor LOURINEY DOS SANTOS SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº 770.703 SSP/MT, CPF nº 544.513.961-15, matricula 28164; e o servidor JULIANO CESAR BEZERRA LEMOS, portador da Cédula de Identidade RG nº 1301608-3 SSP/MT, CPF nº 688.842.901-63, matricula 25442; A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo que designa neste ato, na função de titular, o servidor VALDERI CARNEIRO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº 413611 SSP/MT e inscrito no CPF nº 326.037.031-53; e, na função de suplente, o servidor ÁLVARO RIBEIRO ROCHA JUNIOR, inscrito no CPF n. 034.429.741-19; A Secretaria Municipal de Saúde, que designa neste ato, a servidora CLAUDIA FERNANDA GALDINO DELGADO FIGUEIREDO, portadora da Cédula de Identidade RG n° 0875901-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 712.207.471-49.

DATA DE ASSINATURA: 27.03.2020

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretaria de Administração

LUCINEIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria de Gestão Fazendária

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretaria de Defesa Social

HELLEN FARIAS FERREIRA

Secretaria de Meio Ambiente

JOSÉ ROBERTO AMARAL DE CASTRO PINTO

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria de Saúde

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Secretaria de Governo

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Viação e Obras

KLEBER FERREIRA RIBEIRO

Controladoria Geral do Município

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR

Secretaria de Assistência Social

ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA - EPP

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 091/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.507.548/0001-10, e, a Empresa ENGECLOUD ENGENHARIA E GEOMENSURA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 23.552.400/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado no processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 11/2020, conforme descrito no Edital e seus Anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal. 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelas Leis Complementares. 123/2006, 147/2014 e155/2016, Decretos Federais nº. 3.555/2000, 5.450/2005, 5.504/2005, 7.892/2013, 8.538/2015 e 9.488/2018, Leis Municipais nº. 3.515/2010 e 4.092/2015, Decretos Municipais nº. 09/2010, 32/2005 e 73/2018 e suas alterações, e demais legislações complementares, bem como na proposta da contratada, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 646484/2020. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a Contratação de empresa capacitada em prestação de serviços técnicos para executar as ações e atividades previstas no Projeto de Trabalho Social nos bairros: A-10 - São Jorge, Jardim Costa Verde e Santa Maria; A-11 - Parte do São José, Vitória Régia e; A-12 - Parte do São José, Vitória Régia e Primavera (Monte Castelo), em Várzea Grande/MT, através do Programa Saneamento Básico - Apoio a Esgotamento Sanitário-PAC Sub Bacia 02 e 05, conforme Termo de Compromisso nº 0408724-88/2013 CAIXA/PMVG, e termo de Referência nº 01/2019. De acordo com a Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 154.500,00 (Cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais). DO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. FONTE: 0124. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 24 (Vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 da Lei n. 8.666/1993. FISCAL DE CONTRATO: A Secretaria de Viação e Obras designa neste ato, as servidoras como fiscais do contrato: Wania Campos Oliveira, brasileira, assistente social, RG 1027204-6 SJ/MT, CPF 805.396.101-00; Andrelina Nunes da Silva, brasileira, assistente social, RG 666556 SSP/MT, CPF 460.681.121-87.

DATA DE ASSINATURA: 16.04.2020

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Viação e Obras

ENGECLOUD ENGENHARIA E GEOMENSURA LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 083/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03. 507.548/0001-10, e, a Empresa GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 04.911.0902/ 0001-30. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado a Ata de Registro de Preços. 40/2019, vinculado ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. 02/2019, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 660040/2020. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 2.490,00 (Dois mil quatrocentos e noventa reais). DO: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e respectiva publicação. FISCAL: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária que designa neste ato, o servidor Wanderson Gonçalves de Carvalho, portador da Cédula de Identidade RG nº 17560624 SSP/MT e inscrito no CPF nº 014. 496.331-02.

DATA DE ASSINATURA: 13.04.2020

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria de Administração

GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA - ME

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 095/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e, a Empresa ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 35.942.214/0001-61. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado a Comunicado de Dispensa de Licitação n. 31/2020, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 662458/2020. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a aquisição de Camas de solteiro para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global de R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais). DO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FONTE: 0100./0129 VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assitência Social que designa neste ato, na função de titular a servidor Lucilene da Costa, portadora da cédula de identidade RG no. 297.253 SSP/MT, CPF: 654.794.081-00, servidora lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de gerente de almoxarifado, matrícula no. 118841; e, na função de Fiscal Suplente o servidor Carlos Henrique Araújo Vieira, portadora da cédula de identidade RG no. 1624100 SSP/MT, CPF: 027.053.081-99, servidor lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de operador de Cadastro único, matrícula no. 130473.

DATA DE ASSINATURA: 16.04.2020

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR

Secretaria de Assistência Social

ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 093/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507. 548/0001-10, e a Empresa POTÊNCIA COMÉRCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 17.874.189/0001-44. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado a Ata de Registro de Preços n. 169/2019 do procedimento licitatório da modalidade Pregão Eletrônico n. 47/2019, conforme descrito no Edital e seus Anexos, bem como na proposta da contratada, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 660039/2020. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e eletroportáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 2.210,00 (dois mil duzentos e dez reais). **DO: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA. FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização caberá a servidora FÁTIMA ROSÁRIA FERREIRA GOMES FARES, inscrita no CPF n. 615.734.341-91.

DATA DE ASSINATURA: 16.04.2020

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria de Gestão Fazendária

Contratante

POTÊNCIA COMÉRCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 061/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03. 507.548/0001-10, e a Empresa o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE, agente de integração, organização não governamental, sem intuito lucrativo, associação filantrópica de direito privado e beneficente de assistência social, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal e certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com seda na Rua Tabapuã n°. 540, Itaim Bibi, CEP: 04533-001 São Paulo – SP, inscrita no CNPJ n°. 61.600.839/0001-55. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Presencial nº 22/2019, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 231/2019, no Termo de Referência nº 027/2019 da Secretaria de Administração, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 629793/2019. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a Contratação de empresa, para operacionalização de programas de estágio no âmbito do poder executivo do município de várzea grande para atender a demanda das diversas secretarias em benefício de estudantes, regularmente matriculados e efetivamente freqüentando curso de nível superior, em instituições de ensino conveniadas com a entidade contratada, visando proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração em termos de trei-

namento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, nos termos da lei n° 11.788/2008. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 2.025.960,00 (Dois milhões e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta reais). **DO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE SAÚDE. FONTE: 0102. UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FONTE: 0100. UO: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FONTE: 0101. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE GOVERNO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. FONTE: 0100. UO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIA. FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo que a contratada deverá prestar os serviços de acordo com as necessidades da Secretaria, podendo ser prorrogado pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, II da Lei n. 8666/1993. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato, a servidora Sinier Ferreira da Luz, brasileira, portador da Cédula de Identidade RG nº 543074, inscrito no CPF sob o nº 388.159.401-97 e como Suplente de fiscal o servidor Marcos Rodrigues da Silva, Matricula nº 31375, portador da Cédula de Identidade RG n° 662136-8e inscrito no CPF sob o nº. 473.949.191-53; A Secretaria Municipal de Gestão Fazendária que designa neste ato, o servidor João Paulo Alves de Araújo, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1281621-3 SSP/MT, nº1014562-1–SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº 6888.867.051-15, na qualidade de Suplente de Fiscal de Contrato, o servidor José Fabrício da Silva Nascimento, portador da Cédula de Identidade RG n° 11657760-2 SSP/RJ e inscrito no CPF sob o nº. 052.508.277-80; A Secretaria Municipal de Planejamento que designa neste ato, o servidor João Carlos Cardoso, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 282350 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 201. 827.241-15; A Controladoria Geral do Município que designa neste ato, o servidor Elinilton Clebson Miranda, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 09455698 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 814.261.861-34; e como Suplente de fiscal a servidora Geisiane de Almeida Silva, portador da Cédula de Identidade RG n° 1040106-7 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 762.089.151-04; A Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, a servidora Juliane Souza Rosa, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21862257 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 046. 646.741-98; e como Suplente de fiscal a servidora Cláudia Mara Mendes, portadora da Cédula de Identidade RG n° 1097796-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 81662173172; A Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa neste ato, a servidora Bianca Américo, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 207.5220- 2 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 013.814.131-29; A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, a servidora Odnéia Terezinha Prado Oliveira, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 376300 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 314.414.671-49; A Secretaria Municipal de Viação e Obras que designa neste ato, o servidor Clovis Pereira Mendes Filho, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 0261023 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 175.814.601-00; A Secretaria Municipal de Governo que designa neste ato, a servidora Daniela Cristina Barone Veronezi Iba, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 529.433 SSP/RO, inscrito no CPF sob o nº 582.149.332-34;e como Suplente de fiscal a servidora Maria Cristina de Barros Costa Marques, portadora da Cédula de Identidade RG n° 129722-3 e inscrito no CPF sob o nº. 912.028.841-72; A Secretaria Municipal de Comunicação Social que designa neste ato, a servidora Jane Cássia Duarte Ventura, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0802016-7, inscrito no CPF sob o nº 459.523.881-91; e como Suplente de fiscal a servidora Letícia Baldini da Costa, portadora da Cédula de Identidade RG n° 69665-4 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 736.724.671-20; A Secretaria Municipal de Defesa Social que designa neste ato, o servidor Louriney dos Santos Silva, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 770.703 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 544.513.961-15; e como Suplente de fiscal a servidora Sirlei Salete Pisechi, portadora da Cédula de Identidade RG n° 0516110-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 428.054.301-15; A Procuradoria Geral do Município que designa neste ato, o servidor Carlos Magno Otacio de Oliveira, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 0604210-4 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 395.367.261-49; e como Suplente de fiscal a servidora Edna de Souza Melo, portadora da Cédula de Identidade RG n° 633798 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 615.724.971-49; A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável que designa neste ato, a servidora Ellen Cristina Moreno do Nascimento, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15871134 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 013.612.851-33;e como Suplente de fiscal a servidora Jakeline Pereira Isaac, portadora da Cédula de Identidade RG n° 21035741 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 032.831.141-37; A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo que designa neste ato, o servidor Álvaro Ribeiro Rocha Júnior, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 17749980 SEJUSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 034. 429.741-19; e como Suplente de fiscal o servidor Valderi Carneiro da Silva, portador da Cédula de Identidade RG n° 413611 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 326.037.031-53; A Secretaria Municipal de Assistência Social que designa neste ato, a Servidora Jocileize Alcântara Rondon e Silva, portador da cédula de identidade RG n. 16911474 SSP/MT, e inscrito no CPF N. 024.927.031-50, matricula n. 109146; e a Servidora Dulcelina Socorro Firmo Silva, portadora da cédula de identidade RG n. 503087 SSP/MT, inscrita no CPF 362.092.101 -63.

DATA DE ASSINATURA: 19.03.2020

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretaria de Administração

LUCINEIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria de Gestão Fazendária

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretaria de Defesa Social

HELLEN FARIAS FERREIRA

Secretaria de Meio Ambiente

JOSÉ ROBERTO AMARAL DE CASTRO PINTO

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria de Saúde

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Secretaria de Governo

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Viação e Obras

KLEBER FERREIRA RIBEIRO

Controladoria Geral do Município

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR

Secretaria de Assistência Social

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria de Comunicação Social

EDSON ROBERTO SILVA

Secretaria de Planejamento

BRENO GOMES

Secretaria de Serviços Públicos

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 097/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e a Empresa STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 08.710.871/0001-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, decorrente da Ata de Registro de Preços. 199/2019, vinculado ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. 54/2019, conforme descrito no Edital e seus Anexos, bem como na proposta da contratada, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 660033/2020. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de permanente de informática (computadores) e suprimentos de informática para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 40.053,00 (Quarenta mil e cinquenta e três reais). DO: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo que a contratada deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização caberá ao servidor WANDERSON GONÇALVES DE CARVALHO, inscrito no CPF n. 827.085.681-91.

DATA DE ASSINATURA: 20.04.2020

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria de Gestão Fazendária

Contratante

STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 094/2020

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e, de outro lado, a Senhor JOÃO FRANCISCO TURBINO, brasileiro, Engenheiro Mecânico, inscrito no CREA/MT n. 47923 e no CPF n. 353.760.151-49. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 24, IV da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, ao Comunicado de Dispensa de Licitação nº 30/2020, ao Processo Administrativo nº 62/2020, e no Projeto Básico n. 02/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 655914/2020. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a contração temporária de pessoa jurídica ou física, com conhecimento técnico na área de engenharia mecânica, para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal e das Unidades de Pronto Atendimento Ipase e Cristo Rei. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global de R$ 11.940,00 (Onze mil novecentos e quarenta reais). DO: SECRETARIA DE SAÚDE. FONTE: 0102/0142/0146. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL: A fiscalização da futura aquisição de medicamentos ficará a cargo dos seguintes servidores: a) FISCAL DO CONTRATO: o servidor JADERSON DIEGO FIGUEIREDO, pós graduado em Engenharia Civil, Superintendente de Obras e Projeto, portador da Cédula de identidade RG nº 1776382-7 SSP/MT Emissão: 08/05/2005 e inscrito no CPF nº 021.982.971.-32, e-mail: projetos.smsvg@hotmail.com; b) SUPLENTE DE FISCAL: o servidor ANDRÉ LUIZ PEREIRA BARROS, superior completo, coordenador de projetos, matrícula: 124824, portador da Cédula de Identidade RG nº 1269185-2 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 941.745.471-49, e-mail: arquiteto_andre@msn.com.

DATA DE ASSINATURA: 16.04.2020

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria de Saúde

JOÃO FRANCISCO TURBINO

Contratado

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA

ERRATA

Na publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 20.03.2020, pág.564, **PORTARIA Nº 055/2020,** que seja corrigido as datas a ser gozados;

Onde se lê:

1º período: 01/05/2020 a 30/05/2020

2º período: 01/03/2020 a 30/03/2020

3º período: 01/07/2020 a 30/07/2020

Leia-se:

1º período: 01/07/2020 a 30/07/2020

2º período: 10/12/2020 a 09/01/2021

3º período: 01/06/2021 a 30/06/2021

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 23 de Abril de 2020.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 075/2019.

Processado: Ernesto Soares de Carvalho Júnior

Fatos Investigados: Abandono de Cargo

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

O Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, instituída pela Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, na data de 14 de maio de 2019, página 231/232, tendo em vista o disposto no artigo 148 da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande) **CITA**, pelo presente edital, o servidor ERNESTO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR para que tome ciência da acusação que lhe é imputada para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da última publicação deste, comparecer à sede da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, sito à Avenida Castelo Branco, nº 2.500, Paço Municipal Couto Magalhães, Bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, Fone 8443-7150, de segunda a sexta-feira, das 12:00 horas às 18:00 horas, a fim de apresentar **DEFESA ESCRITA,**

no prazo de 15 (quinze) dias, no processo disciplinar que responde, sob pena de lhe ser decretada a Revelia.

Várzea Grande, 22 de abril de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão de Sindicância

Matrícula nº 31375

PORTARIA Nº 424/SAD/2020

A Secretária Municipal de Administração de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

DESIGNAR a Sra. PATRÍCIA BRUNETTA, matrícula nº 132325, Gerente de Gestão do Quadro de Pessoal, OAB/MT 20.245/O da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o artigo 173, § 2° da Lei Complementar n° 1.164/91 alterado pela Lei 3.495/2010, para acompanhar o processo n° 025/2019, na fase em que se encontra e, no prazo legal de 15 (quinze) dias apresentar a competente defesa escrita, tendo em vista que o indiciado foi declarado revel.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Várzea Grande, 22 de abril de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

ATO Nº 256/2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÀRZEA GRANDE, *LUCIMAR SACRE DE CAMPOS*, brasileira, portadora do RG nº 0249873-1 SSP/SP e do CPF Nº 078.334.311-68, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n°. 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e;

Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar N° 070/2018, instaurado pela Portaria nº 1299/CPSPAD/SAD/2018, de 21 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios - AMM, cujo julgamento final se deu no dia 13 de abril de 2020;

RESOLVE:

ACOLHER, em todos os seus termos, o relatório proferido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares por estar o mesmo de acordo com as provas dos autos, e JULGAR que o servidor EDER GONÇALO DE BARROS, matricula nº 11538, Agente de Segurança e Manutenção, incorreu na infração estatutária de abandono de cargo, tipificada no artigo 148 da Lei Complementar Municipal n° 1.164/91, para APLICAR-LHE A PENA DISCIPLINAR DE DEMISSÃO.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes.

Várzea Grande-MT, 14 de abril de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº 265/2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÀRZEA GRANDE, *LUCIMAR SACRE DE CAMPOS*, brasileira, portadora do RG nº 0249873-1 SSP/SP e do CPF Nº 078.334.311-68, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n°. 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e;

Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar N° 029/2018, instaurado pela Portaria nº 834/CPSPAD/SAD/2018, de 01 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios - AMM, cujo julgamento final se deu no dia 15 de abril de 2020;

RESOLVE:

ACOLHER, em todos os seus termos, o relatório proferido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares por estar o mesmo de acordo com as provas dos autos, e JULGAR que o servidor SALVADOR RODRIGUES DE CAMPOS, matricula nº 84188, Agente Técnico do SUS – Técnico em Segurança do Trabalho, incorreu na infração estatutária de abandono de cargo, tipificada no artigo 148 da Lei Complementar Municipal n° 1.164/91, para APLICAR-LHE A PENA DISCIPLINAR DE DEMISSÃO.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes.

Várzea Grande-MT, 16 de abril de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 428/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder ao servidor **ELITON FRANCO CANDIDO**, matrícula n° 129726, exercendo o cargo em comissão de Assessor especial – DNS 03, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, **02 (dois) dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2019/2020**, a vigorar a partir de **22.04.2020 a 23.04.2020.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 23 de abril de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 431/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **abril/2020**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
109590	EDIVALDO LIMA DE MELO	Comissão	**2017/2018**	22.04.2020 a 24.04.2020 **(03 dias)**
109590	EDIVALDO LIMA DE MELO	Comissão	**2017/2018**	20.04.2020 **(01 dia)**
109140	KÁSSIA RABELO SILVA	Comissão	**2016/2017**	20.04.2020 **(01 dia)**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 23 de abril de 2020.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO Nº. 262/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 663.281/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Layz Rodrigues da Costa, matrícula 84.413,do cargo em Concurso de Nutricionista, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos, a partir de 06 de abril de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de Abril de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 261/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no **Processo nº 661.396/2020**;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Fernanda Breder Oliveira Nadaf, matrícula 133. 042,do cargo em Concurso de Médica, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos, a partir de 08 de abril de 2020.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de Abril de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N. 035/2016.

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507. 548/0001-10, e, de outro lado, a Senhora DAYANE ELLE COSTA SOUZA, brasileira, portadora do RG nº. 19.13819-9 SSP/MT e no CPF nº. 021.067. 901-80. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Aditivo encontra fundamentação legal no Artigo 57 inc. II, ambos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas atualizações, ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei nº. 8.245/91 alterada pela Lei nº. 12.112/2009, Ato de Dispensa de Licitação nº. 06/2016, no Termo de Contrato nº. 035/2016, na devida justificativa exarada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 659534/2020. OBJETO: Este Termo tem por objeto aditar no Contrato nº 035/2016 o item 3.1 da “CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES”, o item. 4.1 e 4.3 da “CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA”, e o item 8.1. da “CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO”, referente a locação de um imóvel urbano localizado na Avenida São Gonçalo, Quadra 12, Lote 01, Bairro Parque do Lago, Várzea Grande - MT, destinada para funcionamento das salas anexas a EMEB. Ten. Waldemiro Delgado Bertulio, para atender a secretaria do Município de Várzea Grande/MT. VALOR: O valor do aluguel mensal a ser pago pelo Locatário será de R$ 6.538,51 (Seis mil quinhentos e trinta e oito mil e cinquenta e um reais), importando assim, o valor global no montante de R$ 78.462,12 (Setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e doze centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FONTE: 0101. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato principal, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL: O acompanhamento e a Fiscalização do contrato ficará a cargo do LOCATÁRIO, que designa para este Ato, a Senhora MEIRY EVALDETH ALVES RONDON, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0986 7830 SSSPJ/MT e inscrita no CPF nº. 362.502.791-72, Matrícula nº 57.631, especialmente para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei nº. 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 08.04.2020

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

DAYANE ELLE COSTA SOUZA

Locadora

EXTRATO CONTRATO N. 085/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03. 507.548/0001-10, e a Empresa CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº. 03.076.083/0001-90. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS Nº. 20/2019 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8. 666 de 21/06/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 631224/2019. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem, conforme o LOTE 1 - Rua: 2 de maio, Travessa A, Travessa B, Travessa C (Manga), Rua São Paulo, Rua Rio de Janeiro, Rua A, Rua B, Rua C (Jardim Potiguar), Rua Francisca Lemes Felfilli, Rua Melania Ximita, e Rua Embauval (Embauval), Rua AV. Gov. José Frageli, Rua Prof. Abigair Vieira, Rua 1, Rua Leopoldo Procópio, Rua Joaquim Martins Ferreira (Construmat) nos Bairro Manga, Jardim Potiguar, Embauval e Construmat, Várzea Grande / MT, com extensão de 2.720,66 metros. VALOR GLOBAL: O VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato é de R$ 1.854.139,73 (Hum milhão oitocentos e cinquenta e quatro mil cento e trinta e nove reais e setenta e três centavos). DO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. FONTE: 0100/0190. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias, que se iniciará a partir da data da sua assinatura e da consequente emissão de Ordem de Execução dos Serviços. No exclusivo interesse da Administração, esta poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCAL DE CONTRATO: Os serviços serão fiscalizados pela Engenharia da PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, formalmente designada para tanto a Servidora Engª. Civil Edna Meire Pinto, inscrita no Crea nº 2102/D MT.

DATA DE ASSINATURA: 15.04.2020

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Viação e Obras

Contratante

CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 100/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e a ASCOP – ASSOCIAÇÃO CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 23.040.383/0001-27. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do procedimento de CHAMADA PÚBLICA nº 03/2019 e será regido de acordo com a Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, Artigo 14 da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, Resolução FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, alterada pela Resolução FNDE n. 4 de 02 de abril de 2015, subsidiariamente a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 214/2019 no Termo de Referência nº 060/2019 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 626648/2019. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a contratação de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações, interessados em apresentar proposta para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à elaboração de merenda escolar para os alunos da rede básica de ensino do município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 319.479,00 (Trezentos e dezenove mil quatrocentos e setenta e nove reais). **DO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FONTE: 0101/011549000/0115051000.** VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo que a contratada deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, a servidora MÔNICA APARECIDA GONÇALVES, RG: 0969870-1 SSP/MT e inscrita no CPF n. 627.749.301-97, matrícula: 108.923, cargo de Gerente de Merenda Escolar; e, o servidor EVALDO MENDES DA COSTA, RG: 0.568.451-0 SSP/MT e inscrito no CPF n. 415.701.971-72, Matrícula: 15.612, Cargo: Professor.

DATA DE ASSINATURA: 20.04.2020

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

Contratante

ASSOCIAÇÃO CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES

Contratada

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

Processo Administrativo Disciplinar nº 075/2019. Processado: Ernesto Soares de Carvalho Júnior. **Fatos Investigados:** Abandono de Cargo. O Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, instituída pela Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, na data de 14 de maio de 2019, página 231/232, tendo em vista o disposto no artigo 148 da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande) **CITA**, pelo presente edital, o servidor ERNESTO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR para que tome ciência da acusação que lhe é imputada para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da última publicação deste, comparecer à sede da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, sito à Avenida Castelo Branco, nº 2.500, Paço Municipal Couto Magalhães, Bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, Fone 8443-7150, de segunda a sexta-feira, das 12:00 horas às 18:00 horas, a fim de apresentar **DEFESA ESCRITA, no prazo de 15 (quinze) dias**, no processo disciplinar que responde, sob pena de lhe ser decretada a Revelia. Várzea Grande, 22 de abril de 2020. Marcos Rodrigues da Silva - Presidente da Comissão de Sindicância - Matrícula nº 31375

PORTARIA Nº 427/CPSPAD/SAD/2020

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 14 de maio de 2019, página 231/232 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 017/2020 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da CI 564/2020, protocolizada sob nº 658719/20, da Secretaria Municipal de Saúde, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 20 de abril de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 426/CPSPAD/SAD/2020

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 14 de maio de 2019, página 231/232 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 015/2020 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da CI 392/2020, protocolizada sob nº 655514/20, da Secretaria Municipal de Saúde, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 20 de abril de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 425/CPSPAD/SAD/2020

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº

479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 14 de maio de 2019, página 231/232 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 007/2020 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da CI 30/2020, protocolizada sob nº 647336/20 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 20 de abril de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

DESPACHO DECISÓRIO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Referência: Processo nº 003/2020

Assunto: Administrativo. Pregão Eletrônico nº 001/2020 - Contratação de empresa especializada no serviço de recuperação de ativos de créditos vencidos de natureza tarifaria convertendo o cadastro técnico comercial em geoprocessado, compatível com o sistema de software livre Gesan/Geosan (Ministério das Cidades), com recadastramento comercial, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Considerando manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através do Ofício nº 149/2020/GCI/LCP.

Considerando a necessidade de revisão integral do certame, a fim de identificar possíveis correções e assim evitar qualquer prejuízo ao Órgão e aos licitantes.

A Comissão de Licitação DECIDE,

SUSPENDER, o certame licitatório objeto do Pregão Eletrônico nº 001/2020, haja vista a necessidade de prazo para que o processo licitatório seja revisto por equipe técnica, apontando a necessidade de retificação ou ratificando até aqui o certame, para o prosseguimento normal do feito.

Várzea Grande, 23 de abril de 2020.

EVANILZE VALEIDE

PREGOEIRA - DAE/VG

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2020

PROCESSO Nº 654113/2020 O Município de Várzea Grande, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pela portaria n. 13/2020, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA do tipo menor preço por LOTE, cujo REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ENDOSCOPIA, COLONOSCOPIA, BRONCOSCOPIA, ULTRASSONOGRAFIA E TOMOGRAFIA, COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS E APARELHOS, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA 24 HORAS POR DIA, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INSUMOS, RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT. A realização do certame está previsto para o dia 12 de maio, às 10h00min – horário de Brasília. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min das 14h00min às 18hs00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, e gratuitamente através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 20 de abril de 2020. Diógenes Marcondes Secretário Municipal de Saúde /SMSVG.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2020.

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2020,** tendo como objeto:**Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais hidráulicos, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT**, de acordo com o termo de referência e demais condições estabelecidas neste edital,juntamente com os anexos.

Data da sessão: **DIA 06 DE MAIO DE 2020, ÀS 09:00 HRS (horário Oficial de Brasília - DF).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito Av. Gov. Júlio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: www.daevg.com.br

Várzea Grande-MT, 23 de abril de 2020.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA - DAE/VG

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO N.º 007/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO N.º 007/2020

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT, torna público a **RETIFICAÇÃO e PRORROGAÇÃO** da publicação do Edital da **TOMADA DE PREÇO nº 007/2020**, Publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Jornal Eletrônico dos Municípios do estado de Mato Grosso.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO N. 007/2020PMVB:

Onde se lê:

7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

c) Demonstração de possuir a licitante em seu quadro de pessoal, Engenheiro Civil, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA), onde a mesma deverá apresentar cópia autenticada da CTPS ou apresentação de cópia autenticada do Contrato de Trabalho.

Leia-se:

7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

c) Demonstração de possuir a licitante, como responsável técnico um profissional Geólogo ou Engenheiro de Minas, exigível ao longo da celebração ou da execução do contrato, que o profissional técnico esteja vinculado à contratada por meio de contrato de prestação de serviços, por vínculo trabalhista ou por vínculo societário (Processo nº 2.036-2/2014, TCE/MT).

Onde se lê:

f1) A vistoria deverá ser efetuada até **72 (setenta e duas)** horas que antecede a abertura da habilitação no horário comercial em dias uteis, não

sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços. O atestado será fornecido pelos Engenheiros da Prefeitura Municipal de Vila Bela da ss. Trindade.

f2) A vistoria deve ser efetuada por Engenheiro Civil da licitante, que deverá apresentar sua carteira do CREA.

Leia-se:

f1) A vistoria deverá ser efetuada até **72 (setenta e duas)** horas que antecede a abertura da habilitação no horário comercial em dias uteis, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços. O atestado será fornecido pelos Engenheiros da Prefeitura Municipal de Vila Bela da ss. Trindade.

f1.2) Declaração de ausência de visita técnica/vistoria, emitida pelo Proponente, firmada pelo representante legal, de que tomou conhecimento de todas as informações, características, complexidades físicas e tecnológicas e condições locais para elaboração de sua proposta e para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, restando como de sua responsabilidade a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de omissão na verificação dos locais de a execução dos serviços/obras.

f2) A vistoria deve ser efetuada por Geólogo ou Engenheiro de Minas, que deverá apresentar seu registro no CREA.

AVISO DE PRORROGAÇÃO – TOMADA DE PREÇO n º 007/2020, à abertura do certame para o dia 07/03/2019 às 08h30min.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 23 de abril de 2020.

ROSEMAR DA SILVA

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA N.129/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **AIRA BONFIM DE MORAES**, portadora do RG: 1984628-2 SSP/MT e CPF: 036.132.441-36, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99, a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da Função Gratificada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.128/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor, Sr. **JEAN CARLOS DE FRANÇA CARNEIRO GERALDES,** portador do RG: 1848961-3 SSP/MT e CPF.: 014.979. 041-45, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99, a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pelo servidor, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocado para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da Função Gratificada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.127/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **NILVA SANTOS DE CARVALHO,** portadora da Cédula de Identidade **n. 0719494-3 SSP/MT e CPF n. 567.121. 972-87**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99, a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado

pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função Gratificada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.126/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor, Sr. **ELOILDO DOS SANTOS,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 822758 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 545. 591.541-04, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99, a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pelo servidor, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocado para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da Função Gratificada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.125/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **DORA FERNANDES CAMILO,** portadora da Cédula de Identidade **n. 421.919 SSP/MT e CPF n. 352.781. 881-20**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.131/2020

"**DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**a servidora, **KARLA BERNARDELLI FREITAS,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Manoel Sátiro Ferreira Coelho n. 341, Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade n. 1.575.145-7 SSP/MT e CPF n. 006.103.281-66, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 023/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.132/2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designaro servidor **MARCIO ANDRÉ SILVEIRA**,brasileiro, residente e domiciliado no bairro jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG: 2443815-4 SSP/MT e CPF: 041.849. 841-50, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 024/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.124/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **GISANE DE SANTANA**, portadora do **RG: 14865300 SSP/MT e CPF: 992.398.681-00**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.133/2020

"**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**o servidor, **MIGUEL JUNIOR DOS SANTOS MELO,** brasileiro, residente e domiciliado a Rua Aureliano, 11, Jd. Aeroporto, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 2536351-4 SSP/MT e CPF n. 044.132.511-48, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 025/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.123/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora, Sra. **FRANCILEYDE NERIS DA PENHA,** portadora da Cédula de Identidade **n. 160628-09 SSP/MT e CPF n. 925. 637.241-04**, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocada para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.122/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor, Sr. **MARCIO ROBERTO MEDINA**, portador da Cédula de Identidade n. 10.741.712 SSP/MT, CPF n. 630.231.301-59, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99, a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pelo servidor, se responsabilize pela verificação regular da temperatura das salas de vacinas nos finais de semana, bem como realize serviços de imunização na zona rural e urbana sempre que convocado para tal, mesmo que em horários diversos do expediente normal de trabalho.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da Função Gratificada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 1º de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA N.121/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o servidor **ABEL RAMOS,** brasileiro, residente e domiciliado na Rua Lino Bispo de Oliveira, s/nº, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 721.021 SSP/MT e CPF nº 005. 917.721-75, designado para alem da função de **Auxiliar Administrativo**, ser responsável pela vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, junto a Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de assiduidade, dedicação exemplar em seus serviços e confiabilidade, a contar do dia 01 de abril de 2020.

Parágrafo único – Os serviços a serem executados pelo servidor serão nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, Centro, em comunidades rurais, de acordo com as ordens de serviços do representante do Executivo Municipal.

Art. 2º - Pelo exercício do Cargo, fica concedida uma função gratificada no percentual de **40%**, sobre o salário base, nos termos que dispõe o Artigo 40 da lei Municipal 558/99.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 012/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 017/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE PARALELEPÍPEDO, LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO PARA PAVIMENTAÇÃO DO CENTRO URBANO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL**.**

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR TOTAL
G M N EMPREENDIMENTOS LTDA	11.264.133/0001-91	R$ 131.100,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 23 de abril de 2020.

PORTARIA N. 120, DE 23 DE ABRIL DE 2020.

"***DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO/NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO N. 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT.***

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público em 21 de novembro de 2018, publicado Diário Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Mato Grosso* do dia 22 de novembro de 2018 e mural público do Edifício-Sede desta Prefeitura Municipal na mesma data;

CONSIDERANDO a disposição do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1.988;

CONSIDERANDO ainda o disposto no "Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade" (Lei 424/1992), em especial o art. 16, que regulamenta a posse e exercício no cargo público;

RESOLVE:

Art. 1°. Convocar os candidatos aos cargos elencados no Anexo I deste Portaria, obedecido à ordem de classificação, a comparecerem no Setor de Recursos Humanos no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, localizada na Rua Dr. Mario Correa, n. 205, Centro, no período das **07h30m às 11h30m** e das **13h30m às 17h30m**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação deste Portaria, para apresentarem os documentos exigidos, e posteriormente serem empossados no cargo público.

Art. 2º. Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada, que comprove:

I. Cédula de Identidade;

II. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

III. Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII. Cartão do PIS/PASEP;

VIII. Certidão de Quitação Eleitoral e serviço militar;

IX. Título de Eleitor;

X. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio do candidato, demonstrando que o mesmo não possua condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de assumir cargo público de qualquer natureza;

XI. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico especializado em Medicina do Trabalho;

XII. 01 (uma) foto 3x4, colorida;

XIII. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

XIV. No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a previsão do Edital;

XV. Comprovante de Escolaridade;

XVI. Declaração contendo endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e dados de conta bancária, estes para fins de percebimento da remuneração;

XVII. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

XVIII. Declaração de bens e valores.

Parágrafo único. É a partir do exercício que o servidor fará jus à percepção da remuneração pelo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 3º. A nomeação é realizada exclusivamente no Regime Estatutário, e **a** jornada de trabalho é aquela definida no Edital do Concurso.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

ANEXO I

PORTARIA N. 120/2020

PEDREIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
325770	MARCELO AGOSTINHO DE CASTRO	04/02/1989	25,00	5,00	20,00	50,00	86,00	68,00	4

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 23 de abril de 2020.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 017/ 2020.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 017/2020, tendo por registro de preços para futura e eventual contratação de serviço de mão de obra para assentamento de paralelepípedo, lajota sextavada de concreto para pavimentação do centro urbano de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, a(s) empresa(s): G M N EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 11.264.133/0001-91 , com proposta no valor global de R$ 131. 100,00 (cento e trinta e um mil e cem reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 23 de abril de 2020

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 017/2020

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 017/2020, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de serviço de mão de obra para assentamento de paralelepípedo, lajota sextavada de concreto para pavimentação do centro urbano de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, a(s) empresa(s): G M N EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 11.264.133/0001-91 , com proposta no valor global de R$ 131.100,00 (cento e trinta e um mil e cem reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 23 de abril de 2020

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

PORTARIA N.130/2020

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições da Lei 558/1999.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora, Sra. **ENIELE KERINA DE MELO**,portadora do **RG: 161180321 SSP/MT e CPF: 025.296.251-66**, efetiva no cargo de zeladora, **GRATIFICAÇÃO** de **30%** (trinta por cento) sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99, a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que, além das funções inerentes ao cargo ocupado pela servidora, se responsabilize pela sala de vacina da Unidade seringal.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da Função Gratificada sendo assídua ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2020, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N° 144/2020.

DE 22 DE ABRIL DE 2020.

***ABMAEL BORGES DA SILVEIRA,*Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas,**

R E S O L V E:

Art. 1° - Revogar de inteiro teor as disposições da Portaria de nº 124 de 02 de abril de 2020 em todos os seus efeitos retroagindo a partir de 03 de abril de 2020.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2017/2020

DECRETO MUNICIPAL Nº. 065/2020

DE 23 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: "Declara estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Municipal, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19). "

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, PREFEITO DE VILA RICA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Considerando, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº. 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19);

Considerando, a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada na infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19), anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

Considerando, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19), declarado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº. 454, de 20 de março de 2020;

Considerando, os termos do Decreto Legislativo n°. 6, de 2020 do Congresso Nacional que reconhece, para os fins do Art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº. 93, de 18 de março de 2020;

Considerando, o disposto no Decreto Estadual nº. 420, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência no Estado de Mato Grosso, decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/ epidemias e tipo doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.1.0);

Considerando, o disposto no Decreto Estadual nº. 424, de 25 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Estadual, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

Considerando, os termos da decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Alexandre de Moraes, nos autos da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n°. 6.357 Distrito Federal, *in verbis:*

"(...). Diante do exposto, CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR na presente ação direta de inconstitucionalidade, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, com base no art. 21, V, do RISTF, para CONCEDER INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 114, *caput, in fine* e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados

ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19.

Ressalto que, a presente MEDIDA CAUTELAR se aplica a todos os entes federativos que, nos termos constitucionais e legais, tenham decretado estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19. (...)".

Considerando, a significativa diminuição das receitas as que estarão adstritos os municípios no corrente ano, por conta da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Municipal, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), inclusive para os fins prescritos no Art. 65 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único A situação de calamidade de que trata o *caput* vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada em caso de necessidade devidamente justificada.

Art. 2º As autoridades competentes, sob a coordenação do Prefeito, ficam autorizadas a adotar as medidas necessárias à prevenção e ao combate à situação tratada no Art. 1º.

Parágrafo único as autoridades competentes editarão os atos normativos necessários à regulamentação e execução dos atos administrativos em razão do estado de calamidade pública decretado.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal solicitará, por meio de mensagem enviada à Câmara Municipal de Vereadores de Vila Rica, o reconhecimento do estado de calamidade pública, nos termos prescritos pelo Art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Vila Rica, em 23 de abril de 2020.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 146/2020

DE 22 DE ABRIL DE 2020.

***ABMAEL BORGES DA SILVEIRA,*Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas,**

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar a partir desta data os integrantes da Comissão Permanente de Licitação, fazendo parte os servidores a seguir relacionados:

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO – PRESIDENTE

RITA GLÉCIA ALMEIDA BISPO - MEMBRO

NÚBIA NARA DE OLIVEIRA SILVA LIMA– SECRETÁRIA

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO - SUPLENTE

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se

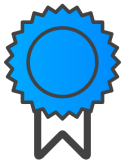
Gabinete do Prefeito

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2017/2020

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Apr 23 23:31:14 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)